

## ÍNDICE

Apresentação –	5
Siglas –	8
Metodologia –	11
Introdução –	14
<u>Definição de Conceitos Operacionais</u>	
Imperialismo –	18
Colónias –	22
Classificação de Colónias –	24
Situação Colonial –	28
Colonialismo –	30
Descolonização –	33
Anti-colonialismo –	34
Povo e População –	36
Nação e Nacionalismo –	39
<u>1ª PARTE</u>	
<u>DO DESCOBRIMENTO À FORMAÇÃO DA NAÇÃO CABO-VERDIANA</u>	
<u>Cap. I</u>	
Expansão Colonial Europeia	
1- Descobrimentos Portugueses –	45
2 – Cabo Verde na Antiguidade –	51
2.1 – Cabo Verde Antes da Chegada dos Portugueses –	55
2.2 – Quem Descobriu Cabo Verde? –	58
3 – Povoamento de Cabo Verde –	67

3.1-Presença Humana em Cabo Verde: Contributo de Europeus e de Africanos -	74
3.2 – Formação da Cultura Cabo-verdiana -	78
3.3 – Evangelização –	82
3.4 – Miscigenação -	86
3.5 – Língua –	90
3.6 – Cabo Verde: Cultura ou Civilização -	94
3.7 - Cabo Verde: Colonização ou Povoamento? -	103
4 – Colonialismo em África -	115
4.1 – Conferência de Berlim e a Partilha de África -	119
<u>Cap. II</u>	
Anti-colonialismo Depois das Guerras Mundiais	
5 – Génese do Anti – colonialismo -	123
5.1 - Anti-colonialismo da ONU -	126
5.2 - Anti-colonialismo Americano -	131
5.3 - Anti-colonialismo Soviético -	133
6– Emergência de Estados em África -	135
<u>2ª PARTE</u>	
DA NAÇÃO ÀS HERANÇAS COLONIAIS	
<u>Cap. III</u>	
Contextualização Histórica da Nação Cabo-verdiana	
Doutrinas Sobre a Nação	
7 – Nação Etno-Cultural de Herder e de Fichte -	140
7.1 – Nação Electiva de Renan -	147
7.2 – Concepção Marxista de Nação -	155
7.3 – Relação Entre Nação e Estado -	165
8 – Formação da Nação Cabo-verdiana -	169

8.1 – Nativismo -	176
8.2 – Regionalismo -	187
8.3 – Nacionalismo -	189
<u>Cap. IV</u>	
Do Romantismo Nacionalista aos Movimentos Revolucionários	
9 - Criação de Grupos Políticos no Império Português –	191
9.1 – Pan-africanismo em Portugal –	195
10 – Organizações Políticas Guineenses -	201
10.1 – Liga Guineense	201
10.2 – Partido Socialista da Guiné -	203
10.3 – Movimento para a Independência da Guiné -	204
11 – Dacar: Berço de Movimentos Nacionalistas Guineenses e Cabo-verdianos -	205
11.1 – União dos Naturais da Guiné Portuguesa -	207
11.2 – Movimento de Libertação da Guiné -	209
11.3 – Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné -	213
11.4 – Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde -	215
11.5 – União do Povo das Ilhas de Cabo Verde -	219
11.6 – União Democrática Cabo-verdiana -	223
12 - Relação Entre os Movimentos Guineenses e Cabo-verdianos -	224
13 – História do PAIGC	
Do PAI à Proclamação da Independência da Guiné-Bissau -	229
13.1 – Organização do Partido -	233
13.2 – Da Mobilização Popular à Guerra -	237
13.3 – A Política da «Guiné Melhor» de António Spínola -	249
13.4 – Proclamação do Estado na Guiné -	252

14 - Diplomacia do PAIGC - 257

14.1 – Encontro com o Papa Paulo VI – 268

### Cap. V

#### Colapso do Colonialismo Português

15 - Queda do Império Colonial Português - 271

16 - Cabo Verde: Adjacência ou Independência? - 279

17 – Descolonização Portuguesa - 290

17.1 – Negociações Entre Portugal e PAIGC - 297

17.2 – Cabo Verde: Um Caso Ainda por Esclarecer - 304

18 - Heranças da Presença Portuguesa em Cabo Verde - 309

### 3ª PARTE

#### AMÍLCAR CABRAL: DE BAFATÁ A CONACRI

### Cap. VI

#### Percurso de Amílcar Cabral

19 – O homem, a época, a obra - 312

19.1 – Casa de África e Centro de Estudos Africanos - 324

19.2 – Morte: Por Descobrir Quem o Mandou Matar - 333

### Cap. VII

#### Concepção Política de Amílcar Cabral

20 – Classes Sociais - 346

20.1 – Dilema Sociológico de Cabral: Pequena-burguesia Trai a Revolução ou Suicida-se como Classe? - 355

21 - Economia - 367

22 - Cultura - 370

23 – Imperialismo - 382

24 – Nação - 387

Cap. VIII

Pensamento Político de Amílcar Cabral

25 - Teórico de Libertação Nacional -	394
26 – Teórico de Partido Único Estado, Partido e Democracia -	398
26.1 - Formação do Estado Nacional na Guiné -	403
26.2 – Partido Único em Cabo Verde -	407
26.3 – Democracia -	414
27 - Unidade Guiné-Cabo Verde: A Grande Utopia de Amílcar Cabral -	418

Cap. IX

Amílcar Cabral e o Marxismo  
Ruptura Epistemológica

28 - Partido -	448
28.1 – Protagonistas da História: Elites ou Massas? -	461
28.2 – Motor da História: Luta de Classes ou Forças Produtivas? -	466
28.3 – História -	475
Conclusão -	481
Bibliografia -	490

## APRESENTAÇÃO

O estudo que constitui o objecto da presente investigação de mestrado diz respeito à questão colonial, no âmbito da qual pretendemos analisar, detidamente, o pensamento político de Amílcar Cabral. Não estamos em presença de um assunto anódino, como, *prima facie*, pode parecer. É, em si próprio, um tema sempre actual, em razão do interesse, de vária ordem, que a trechos desperta, ainda, por largo tempo.

A «questão colonial», pela forma como Portugal a tratou, da 1ª Guerra Mundial à queda do Império, em 1974, descurando até de salvaguardar os seus mais lícitos interesses, continua a suscitar aturados estudos académicos. Embora seja uma matéria latamente desenvolvida, mormente nas derradeiras décadas, afigura-se-nos que a sua abordagem, em alguns aspectos, se mostra ainda insuficiente, em virtude do ror de questões que deixou em aberto. Por este passo, somos da opinião que a «questão colonial» adquire uma especial atenção, sobretudo se nos ativermos a algumas zonas escuras que ainda comporta e de cujo esclarecimento se podem reunir elementos que nos ajudem a melhor compreendê-la.

Não é nossa pretensão expor, exaustivamente, todos os temas aqui elencados. Alguns, é certo, mereceram amplo tratamento, outros nem tanto. Importa frisar que a análise do problema em estudo não se esgota nesta investigação. Nem é este o objectivo que a motivou. Com este trabalho, pretendemos oferecer respostas, dentro das nossas limitações académicas e intelectuais, a algumas questões que, havia muito tempo, se nos colocavam.

São muitos os obstáculos com que se nos deparamos no decurso desta caminhada. Muitos textos de Amílcar Cabral, reunidos com base nas suas intervenções públicas, não foram ainda dados à estampa, facto que contribuiu para emperrar, em larga medida, o trabalho do investigador. As dificuldades avolumam-se ainda mais quando se descobrem contradições e falhas, para não dizer deturpações, em alguns dos seus escritos já publicados.

Dito isto, importa notar que a grande motivação que nos impeliu a redigir esta dissertação ficou a dever-se à necessidade de fazer chegar às universidades portuguesas as linhas mestras do pensamento de Amílcar Cabral. Como é consabido, o nacionalista cabo-verdiano produziu, ao longo da sua vida, muitas ideias políticas, sem as quais não lhe seria possível conduzir a luta contra o colonialismo.

Algumas dessas ideias vieram já a público, outras permanecem em total desconhecimento, razão por que nos moveu o propósito de as estudar, profundamente, confrontando-as, em muitos casos, com outros ensinamentos e doutrinas da Ciência Política, para a qual, também, contribuiu, sobretudo no que à teoria do movimento de libertação nacional se refere.

Feito o intróito, apraz-nos formular alguns agradecimentos às pessoas que nos ajudaram a tornar realidade esta dissertação de mestrado, a primeira das quais é, *sine dubio*, Gracinda Fernandes Barbosa dos Santos, companheira, esposa, amiga, desde os tempos de juventude. Trata-se de um reconhecimento de quem merece que se lhe dedique esta singela obra, sem cujo apoio, sempre ardente, presente e confortável, a nossa própria vida, decerto, não teria sentido.

Aos meus dois queridos filhos – Evandro Daniel Barbosa dos Santos e Elina Gracinda Barbosa dos Santos – não temos palavras para reconhecer o amor e o carinho que nos têm dado, em todos os momentos, a começar pelos mais difíceis.

A nossa gratidão estendemo-la, por igual, a outras pessoas que sempre se mantiveram ao nosso lado nesta caminhada. O rol é grande. Ainda assim, não resistimos a mencionar algumas, quais sejam Agostinho Lopes, Alberto Fernandes Barbosa, Anacleto Mendes Soares, Arnaldo Pereira Silva, Benvinda Oliveira, Carlos Veiga, César Gonçalves, Daniel Livramento, Emanuel Alberto Duarte Barbosa, Emília Fragoso, Eunice Barbosa, Fátima Soares, Gualberto do Rosário, João Cabral Semedo, Joaquim Manuel Sabino, José António Mendes dos Reis, José Barbosa Monteiro dos Santos, José Luís Livramento, Maria Madalena Rodrigues, Nasolino dos Santos, Nuno Manalvo, Pedro Diniz Monteiro Barbosa dos Santos e Salomé Monteiro

Merece elogio a Fundação Mário Soares, de quem recebemos um importante apoio, de resto gratuito, em fotocópias, sobre Amílcar Cabral e sobre o PAIGC. O agradecimento é extensivo ao Centro de Documentação do ISCSP, aos Arquivos Torre do Tombo e à Sociedade de Geografia de Lisboa, a cujas bibliotecas nos dirigimos a fim de recolher dados que serviram de suporte à elaboração da presente investigação.

Uma menção digna de nota é dirigida ao antigo Secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Lourenço dos Santos, que autorizou que nos fosse concedido, a meio do curso de mestrado, uma bolsa de estudos, que nos permitiu concluí-lo.

Ao Dr. José Leitão da Graça e ao Dr. Tomás Medeiros manifestamos o nosso reconhecimento pelas preciosas entrevistas que nos concederam sobre a vida de Amílcar Cabral e sobre o processo político cabo-verdiano, assim como a todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para a elaboração desta dissertação. Estamos gratos ao ilustre Prof. Doutor Adelino Maltez, que, de começo, nos ajudou a lançar os caboucos da presente dissertação. Gostaríamos que soubesse quão honrado nos sentimos por isso.

O Professor Doutor António Pedro Ribeiro dos Santos merece um especial reconhecimento, não somente pela forma como orientou, científica e academicamente, esta investigação, mas também pela maneira como nos incentivou, em todo o percurso, a construí-la. A todos os títulos, é justo dizer que, desde os primeiros momentos, partilhamos com o insigne pensador português a ideia deste trabalho, que nasceu de uma sugestão sua. De resto, abraçou-a, dando-nos subsídios, propostas e conselhos que nos guiaram ao longo deste trajecto. Para quê mais palavras?

Por último, registamos, a título póstumo, um profundo e sentido agradecimento aos meus pais, no caso vertente, Pedro Amadeu António dos Santos e Francisca Furtado Teixeira. Por tudo.



SIGLAS

ADA – Associação Desportiva do Liceu de Cabo Verde

ANP – Assembleia Nacional Popular

BM – Banco Mundial

CA – Casa de África

CA – Convenção Africana

CEA – Centro de Estudos Africanos

CEDEAO – Comunidade Económica de Estados de África Ocidental

CEI – Casa de Estudantes do Império

CIA – Central de Inteligência Americana

CII – Comissão Internacional de Inquérito

CLSTP – Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe.

CMA – Clube Marítimo Africano

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

EUA – Estados Unidos da América

FAN – Forças Armadas Nacionais

FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo

FGICV – Federação da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde

FLGC – Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde

FLICV – Frente de Libertação das Ilhas de Cabo Verde

FLING – Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné Portuguesa

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FNLG – Frente de Libertação da Guiné

FRAIN – Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional das Colónias Portuguesas

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.

FUL – Frente Unida de Libertação da Guiné e Cabo Verde

GRDC – Grupo Republicano de Cabo Verde

ISA – Instituto Superior de Agronomia

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
JDDA – Junta de Defesa dos Direitos de África  
JSN – Junta de Salvação Nacional  
LA – Liga Africana  
LG – Liga Guineense  
LOPE – Lei de Organização Política do Estado  
MAC – Movimento Anti-Colonialista  
MSA – Movimento Socialista Africano  
MFA – Movimento das Forças Armadas  
MING – Movimento para a Independência Nacional da Guiné  
MLCV – Movimento de Libertação de Cabo Verde  
MLG – Movimento de Libertação da Guiné  
MLGC – Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde  
MLGCV – Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde  
MLICV – Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde  
MLPCP – Movimento pela Libertação dos Povos das Colónias Portuguesas  
MNA – Movimento Nacionalista Africano  
MOFA – Movimento de Oficiais das Forças Armadas  
MpD - Movimento para Democracia  
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola  
NAACP – Associação Nacional para o Progresso dos Povos de Cor  
NATO – Organização do Atlântico Norte  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OUA – Organização da Unidade Africana  
PA – Partido Africano  
PAI – Partido Africano da Independência  
PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde  
PCP – Partido Comunista Português  
PCUS – Partido Comunista da União Soviética  
PDG – Partido Democrático da Guiné  
PIDE – Polícia Internacional da Defesa do Estado  
PLG – Partido de Libertação da Guiné  
PLUA – Partido da Luta Unida dos Povos Africanos de Angola

PNA – Partido Nacional Africano  
POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo  
PRA – Partido do Reagrupamento Africano  
PSG – Partido Socialista da Guiné  
RDA – Ressementement Democratique African  
RDAG – Ressementement Démocratique Africain de la Guinée  
RE – Redressement Economique  
SdN – Sociedade das Nações  
UDC – União Democrática Cabo-verdiana  
UDC – União Democrática Cabo-verdiana<sup>1</sup>  
UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
UNGP – União dos Naturais da Guiné Portuguesa  
UNIA – Associação Universal para o Progresso dos Negros  
UNITA – União Nacional de Independência de Angola  
UPA – União dos Povos de Angola  
UPG – União Popular da Guiné  
UPICV – União do Povo das Ilhas de Cabo Verde  
UPLG – União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa  
UPPCV – União Popular Progressista Cabo-verdiana  
URC – União Regionalista Cabo-verdiana  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

---

<sup>1</sup> - São duas organizações diferentes, embora se designem pelo mesmo nome.

## METODOLOGIA

A metodologia que adoptamos para redigir o presente trabalho não foge à sugerida por muitos eminentes politólogos. A Ciência Política, porque é um «ramo de conhecimento que estuda os factos políticos isolados do conjunto dos fenómenos sociais em que se inscrevem»<sup>2</sup>, chamou a si diversos métodos de investigação científica, mormente os de índole histórica.

Antes de mais, convém precisar o conceito de método, que, segundo o ensino do Prof. António de Sousa Lara, é, «etimologicamente, uma palavra de origem grega (meta + odos) e significa, genericamente, caminho»<sup>3</sup>. Aquele catedrático do ISCSP distingue, «neste processo de caminhar, o destino (o objectivo do método) dos meios (objecto do método)»<sup>4</sup>. Em sentido equivalente, pretende-se, com isso, tão-somente, ordenar uma série de actos humanos a caminho do seu fim próprio, conforme explica Silva Rego, citado por António de Sousa Lara.

Daqui o investigador português parte para a distinção entre a técnica e a doutrina, em sentido amplo. A primeira é, na sua lógica, «o mecanismo ou a acção de investigação científica meramente operativo, instrumental, eficaz, aplicado e, essencialmente, neutral»<sup>5</sup>.

Quanto à doutrina, ou método, na acepção lata do termo, António de Sousa Lara define-a como «a utilização aplicada e articulada de técnicas, partindo de pressupostos e visando objectivos, filosoficamente, comprometidos, alternativos e culturais, bem como temporalmente marcados»<sup>6</sup>.

O politólogo português enquadrrou, nas técnicas de investigação, «o inquérito sociológico, a dedução jurídica e a crítica externa dos documentos históricos», enquanto,

---

2 - LARA, António de Sousa – *Ciências Políticas – Metodologia, Doutrina e Ideologia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998, 209.

3 - LARA, António de Sousa – Op. Cit., 28.

4 - LARA, António de Sousa – Op. Cit., 28.

5 - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 30.

6 - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 30.

no que tange aos métodos, em sentido lato, inseriu «o positivismo, o estruturalismo, o funcionalismo, o behaviorismo, a teoria dos jogos e a cibernética»<sup>7</sup>.

Como é consabido, a definição dos métodos e das técnicas de pesquisa em Ciência Política não reúne o consenso da comunidade científica. A discussão em redor deste tema não se mostra assim pacífica, em razão das divergências de pontos de vista. A questão coloca três níveis de pergunta, ou seja, parafraseando Maurice Duverger, «a Ciência Política tem métodos próprios, diferentes das outras ciências sociais, ou deve limitar-se a tomar emprestadas as técnicas por estas utilizadas?

A estas interrogações, o politólogo francês responde com uma posição conciliatória, propondo que os politólogos devam desenvolver métodos próprios sem pôr de lado os das outras ciências sociais, nomeadamente os da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia e da História<sup>8</sup>. A orientação de Duverger, mau grado a sua pertinência, é contestada por muitos cientistas sociais, nomeadamente por Marcel Prélot, para quem a Ciência Política deve fazer uso exclusivo dos métodos das outras ciências sociais.

Em presença disso, António de Sousa Lara opina que «a Ciência Política tem basicamente duas grandes áreas metodologicamente diferentes, uma que clama pelos métodos e crítica da Ciência Histórica, outra que tem de recorrer aos meios de pesquisa e análise empregues nas Ciências Sociais»<sup>9</sup>.

Neste quadro, na primeira área a que acima se alude, a metodologia deve fundamentar-se na «heurística e na hermenêutica dos documentos directos»<sup>10</sup>, assim como nos documentos indirectos. Estes são, na senda do que ensina Adriano Moreira, «emitidos por intervenientes no processo de decisão do Poder Político»<sup>11</sup>, enquanto aqueles, embora não sejam emitidos por intervenientes no processo de decisão, testemunham «a actividade do poder político de forma intencional ou acidental»<sup>12</sup>.

<sup>7</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 30.

<sup>8</sup> - DUVERGER, Maurice – *Ciência Política – Teoria e Método*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 33.

<sup>9</sup> - LARA, António de Sousa – *Elementos de Ciência Política*, 4ª Edição. Lisboa: Pedro Ferreira Editor, 1995, p. 94.

<sup>10</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 94.

<sup>11</sup> - MOREIRA, Adriano – *Ideologias Políticas. Introdução à História das Teorias Políticas, Ano Lectivo 1963/1964*. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964, p. 57.

<sup>12</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 57.

Na outra área de metodologia das Ciências Sociais, «presencia-se a utilização crescente de novos métodos, uns de carácter tradicional ou subjectivo, como a observação participante e não participante, sistemática e assistemática...; outros de carácter marcadamente mais objectivo e por isso complementares dos anteriores, como sejam os inquéritos por questionário ou entrevista e a técnica geral de amostragem estatística...»<sup>13</sup>.

Nesta ordem de ideias, a interdisciplinaridade ganha uma importância de tomo, porquanto, recorrendo aos ensinamentos e aos métodos de outras disciplinas científicas, nos permitiu, em grande parte, bosquejar as matérias sobre que assenta o presente trabalho. Para o fim em vista, o caminho que seguimos foi o de comparar e sistematizar fenómenos, noções e conceitos análogos ou mesmo opostos, sem perder de vista as suas características de base.

Os métodos comparativos, para cujo uso se exijam algumas precauções, são insubstituíveis nas ciências sociais, em geral, e na Ciência Política, em particular<sup>14</sup>. Basta lembrar, em última instância, que muitos autores os classificam de instrumento, por excelência, da pesquisa em sociologia. Se a comparação permitiu-nos expor e confrontar ideias, noções e conceitos de pensadores vários, a sistematização impeliu-nos a limitar os parâmetros da pesquisa e precisar as questões e os domínios a apresentar.

É por esta razão que este trabalho, em termos de metodologia, tem um enquadramento geral e específico. Ou seja, partimos de análises e de fenómenos globais, ocorridos no passado, para chegarmos a uma síntese histórico-analítica, para cuja elaboração consultámos textos, arquivos e obras de muitos autores.

Além da imensa bibliografia consultada, levámos a cabo algumas entrevistas que nos permitiram enquadrar e interpretar melhor os temas elencados, numa perspectiva analítico-comparativa. Importa notar que não fizemos uso, para o efeito desta dissertação de mestrado, de todas as fontes de informação consultadas, pelo que reiteramos a intenção de as recuperar para ulteriores investigações.

<sup>13</sup> - LARA, António de Sousa – *Elementos de Ciência Política*, 4ª Edição, Lisboa: Pedro Ferreira Editor, 1995, p. 94.

<sup>14</sup> - DUVERGER, Maurice – Op. Cit., p. 307.

## INTRODUÇÃO

Portugal manteve uma presença duradoira em África, por um processo de expansão colonial que se iniciou, no dizer dos historiadores, em Ceuta. A odisseia lusitana levou os navegadores a Cabo Verde, a partir de cujas ilhas do atlântico traçaram novos rumos que os conduziram a outras partes do mundo.

Constitui ainda pomo de discórdia o descobrimento do arquipélago, a que se soma uma outra celeuma em torno da sua ocupação. Uns defendem a tese de que Cabo Verde era um território desabitado quando os navegadores da Coroa o acharam, outros, *a contrario sensu*, subscrevem a ideia de que as ilhas tinham presença humana antes da chegada dos portugueses.

Pese a controvérsia, começou Cabo Verde a ser povoado, a partir de 1462, por colonos europeus, na sua maior parte, originários de Portugal, e por escravos da África ocidental. Do processo aculturativo, desenvolvido entre negros e brancos, nasceram no arquipélago novas formas culturais que caracterizam, presentemente, o *modus vivendi* dos cabo-verdianos: a cabo-verdianidade.

A ocidentalização de Cabo Verde foi um êxito, em toda a linha. Talvez seja um dos casos raros de exportação, primeiro, e de assimilação e de reprodução, depois, de valores ocidentais de vida. Isto, porém, não apaga vestígios de natureza africana ainda patentes na cultura do arquipélago, conquanto não tenham uma larga expressão.

Os ilhéus construíram, de sol a sol, um mundo cultural próprio, para cuja síntese, que o define, concorreram dois continentes: o europeu e o africano. Por respeito à verdade, cumpre dizer que a cultura cabo-verdiana se impôs sobre a daqueles de que se serviu para se reproduzir, por um longo excursão que lhe permitiu edificar uma nação cujos fundamentos se baseiam na história, na tradição e na vontade.

Ao longo de muitos séculos, várias gerações de cabo-verdianos insurgiram-se contra o Poder colonial, por se acharem afastados do direito de se governarem a si próprios. Os nativistas, primeiro, os regionalistas, depois, e os nacionalistas, por último,

deram voz aos protestos, que, se chegaram a Lisboa, não mereceram, contudo, a devida atenção.

Os nativistas e os regionalistas constituíram uma elite letrada, que não pôs em causa o poder político português, embora se não sentisse conformada com a situação de marginalização de que era vítima na condução política dos destinos de Cabo Verde. A maior reivindicação dos cultos mestiços cabo-verdianos era a da participação nos assuntos da *polis*, já que os portugueses que os substituíam não reuniam condições que os pudessem colocar numa posição de subalternidade.

O projecto da autonomia, que reclamavam, em si mesmo igual ao dos Açores e à da Madeira, adiou-o sempre Portugal, fundamentando a recusa em argumentos pueris e pouco convincentes. A postura do Poder português fez eclodir, nos anos 50 do último século, uma contra-elite africana, de cariz revolucionário, nos meios estudantis, em Lisboa, de que Amílcar Cabral fazia parte, cujas actividades políticas acabaram por ditar o destino de Cabo Verde e o do próprio império colonial. Já com os nacionalistas, a índole da contestação mudou de feição. O desejo de autonomia cedeu lugar ao da independência.

Os governantes portugueses nunca se aperceberam de que a sua atitude intransigente de ver afastados os africanos dos círculos do Poder os levariam a forjar as sementes que permitiram o nascimento da contra-elite a que acima se alude, a qual, no dealbar dos anos 60 do mesmo século, viria a conduzir, com sucesso, a luta pela emancipação nas antigas colónias.

A independência das ex-possessões ultramarinas tornou-se, com o andar dos tempos, uma inevitabilidade, que apenas escapou à atenção do Governo de Lisboa. Ao longo dos tempos, Portugal não deu mostras de desejar ultrapassar o problema colonial, por cuja insensatez, radicalismo e teimosia pagou um preço alto.

Posto este enquadramento geral, faz-se agora necessário decompor, a grandes pinceladas, as três partes que constituem a ossatura desta dissertação de mestrado. Ao longo da primeira, concentrar-se-á a atenção na expansão portuguesa, no descobrimento de Cabo Verde, no colonialismo, e, por fim, na emergência de Estados em África, após o



que se analisarão as doutrinas que se acham subjacentes ao anti-colonialismo – o das Nações Unidas, o da antiga URSS e o dos EUA.

Por entre estes assuntos, tentar-se-á dar respostas a algumas questões, ainda envoltas em polémica, atinentes à existência da presença humana em Cabo Verde, antes da chegada dos portugueses, e à natureza do modelo de ocupação lusitana nas ilhas: povoamento ou colonização?

O exame das concepções objectivista, subjectivista e marxista da nação marca o início da segunda parte, seguindo-se-lhe depois, minuciosamente, o estudo do processo que desembocou na formação da nação cabo-verdiana: o nativismo, o regionalismo e o nacionalismo.

Constituem ainda assuntos da segunda parte o pan-africanismo, a criação de grupos e movimentos políticos nas antigas províncias ultramarinas e a guerra na Guiné. É por demais evidente que a descolonização portuguesa será um tema a tomar em devida conta, sobretudo pela forma como se fez. O caso cabo-verdiano ocupará um lugar central, já porque ocorreu à margem do Direito interno português, já porque ainda não passou de uma mera transferência de poder do MFA ao PAIGC.

É em todo este processo que inserimos o papel de Amílcar Cabral, cuja educação e formação académica se fizeram inspirados nos valores ocidentais de vida, sem pôr em causa a sua ascendência africana, porque nasceu na Guiné-Bissau, de pais cabo-verdianos.

O seu nome está, histórica e politicamente, indissociável ao imbróglio do Ultramar em cujo processo ocupou um lugar cimeiro. Temos para nós que não se pode falar, em certa medida, da «questão colonial» sem se referir ao fundador do PAIGC. Não apenas pelo seu percurso académico e político, mas, sobretudo, pela influência que acabou por exercer na vida política portuguesa e na das antigas colónias.

Neste contexto, passar-se-á em revista, criticamente, em alguns casos, a concepção política de Amílcar Cabral sobre os mais variados assuntos: estrutura social, classes, Estado, poder, história, partido, democracia, imperialismo, nação, economia e

cultura. Impôs-se-nos, por igual, a necessidade de expor as suas ideias, cotejando-as quer com o marxismo clássico, quer com o marxismo-leninismo.

Demais a mais, analisar-se-á alguma elaboração teórica de Amílcar Cabral, sobretudo no que toca ao seu conceito de movimento de libertação nacional, que ainda constitui uma referência para o Terceiro Mundo, em geral, e, para a África, em particular, não sem antes de, ainda que resumidamente, dissertarmos sobre a sua vida, enquanto homem e político.

Não nos passou despercebida a proposta, sugerida por Amílcar Cabral, da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, a que demos uma especial atenção, em cujo texto procuraremos estudar os principais fundamentos que a sustentaram. De sonho, alicerçado em laços de história, transformou-se num problema, que precipitou o colapso do PAIGC, enquanto partido binacional.

São estas, em traços gerais, as principais linhas de força desta investigação que, *a priori*, procura dar respostas a cinco grandes perguntas: Cabo Verde tem história antes da chegada dos portugueses? Cabo Verde foi colonizado ou povoado? A nação cabo-verdiana é um produto da história ou foi fundada por Amílcar Cabral? Por que razão Amílcar Cabral se revoltou contra o Poder colonial? Cabo Verde: Que caminho? Independência ou adjacência?

## DEFINIÇÃO DE CONCEITOS OPERACIONAIS

### IMPERIALISMO

Antes de mais, importa precisar alguns conceitos operacionais, quais sejam o de imperialismo (vide Cap. VII, ponto 23, p. 382), colónia, classificação de colónias, situação colonial, colonialismo (vide Cap. I, ponto 4, p. 115), descolonização, anti-colonialismo (vide Cap. II, ponto 5, p. 123), povo e população e nação e nacionalismo (vide Cap. III, ponto 7-8.3, p. 140 e Cap. VII, ponto 24, p. 387)

A noção de imperialismo, cuja palavra surgiu, tardiamente, no vocabulário político, tem uma diversidade de sentidos. Ao que parece, é uma expressão de origem recente, que se localiza, em França, «(...) no decurso da Monarquia de Julho para designar os partidários do bonapartismo, quer dizer, de um tipo de regime político imperial»<sup>15</sup>.

É, entretanto, na Inglaterra, que o termo ganha a dimensão por que hoje é conhecido, passando, a partir de 1870, a servir-se para designar os laços que a Grã-Bretanha mantinha com o seu império. De evolução em evolução, a palavra adquiriu, paulatinamente, uma conotação progressista, humanista e democrática no império inglês.

Por esse tempo, o vocábulo «já não exprime apenas a ideia de relações estreitas entre a metrópole e as suas colónias, mas também uma política de crescimento e de esplendor imperial»<sup>16</sup>. Todavia, a guerra dos Bóers, de 1899-1902, pela violência que a caracterizou, vem pôr a nu a verdadeira natureza do imperialismo, abalando os «fundamentos da confiança» e a pretensa valorização sobre que assentava a expansão imperial inglesa.

Se a noção é recente, o fenómeno o não é, porque a edificação de grandes impérios na história remonta à antiguidade. No entanto, importa situar o processo a que se atribuiu o nome de imperialismo. Nos finais do séc. XIX, tem lugar nos continentes africano e asiático uma inusitada expansão colonial europeia, que, em pouco tempo, conseguiu colocar sob o seu domínio mais de três quintos da terra.

Esse movimento, a que se associaram, mais tarde, os EUA e o Japão, permitiu pôr de pé muitos impérios europeus. É, no entanto, a partir da década de 1870, «(...) que se organiza um grande movimento de expansão europeia que irá conduzir à partilha da África e à constituição definitiva dos impérios coloniais da época contemporânea. Foi a este movimento de expansão que andou mais estreitamente associado o termo imperialismo»<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> - BRAILLARD, Philippe, SENARCLÉNS, Pierre de – *O Imperialismo*. Mem Martins: Publicações Europa/América, s/d, pp. 13-14.

<sup>16</sup> - BRAILLARD, Philippe, SENARCLÉNS, Pierre de – Op. Cit., p. 15.

<sup>17</sup> - BRAILLARD, Philippe, SENARCLÉNS, Pierre de – Op. Cit., p. 25.

O fenómeno manifestou-se mais em África do que noutros continentes. Em traços gerais, o expansionismo europeu fundamentou-se, no começo, no envio de missões de exploração, em empreendimentos missionários e na acção directa de companhias privadas. Mais tarde, em razão das rivalidades das potências ocidentais, ditadas por factores económicos, demográficos e tecnológicos, a expansão toma a forma de ocupação efectiva.

O imperialismo presta-se a muitas definições. A da «Larousse, do séc. XX», por exemplo, apresenta-o como uma «doutrina política tendente ao alargamento territorial de um Estado ou à sua supremacia sobre os outros»<sup>18</sup>. É também a ideia de expansão que encontramos no conceito proposto por Sousa Lara:

O «(...) imperialismo significa sempre a expansão de uma determinada potência para territórios que outrora não faziam parte do seu domínio, tendo como fundamento primeiro a força militar, mas prosseguindo-se, posteriormente, com a divulgação das estruturas políticas, jurídicas, económicas e sociais desse mesmo poder político para as novas áreas conquistadas ou tuteladas»<sup>19</sup>.

Sob esta epígrafe, incluiu os impérios da antiguidade, a expansão colonial moderna, o expansionismo da Rússia soviética, o alargamento territorial dos EUA, na vigência do «destino manifesto», ou as guerras contra o México, tudo isso, para ele, são variantes do imperialismo.

A crítica marxista não define o imperialismo como um mero fenómeno de expansão e de conquista, mas como resultado directo da evolução do capitalismo, em particular da luta pela aquisição e exploração de mercados. As teorias do imperialismo, de cunho marxista, esboçadas por Otto Bauer, Karl Kautsky, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nicolas Boukharine e Vladimir Lenine, fazem depender a expansão colonial do desenvolvimento do sistema capitalista mundial.

<sup>18</sup> - BRAILLARD, Philippe, SENARCLENS, Pierre de – Op. Cit., p. 13.

<sup>19</sup> - LARA, António de Sousa – *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: Edição do ISCSP, 2002, p. 15.

No dizer destes autores, as causas principais do imperialismo são a concentração e a criação de monopólios e a realização da mais-valia. Em outros termos, pensam que a expansão imperialista resulta da necessidade de promover a exportação de produtos excedentários a fim de elevar a taxa de lucro. Este breve enunciado mostra que a análise marxista considera o imperialismo como «uma consequência dos monopólios, e, em particular, do desenvolvimento do capital financeiro».

À interpretação marxista do imperialismo opõem-se duas explicações, sendo uma de carácter sócio-económica e outra de cariz político. A primeira, por exemplo, não fixa nenhuma relação entre o capitalismo e o imperialismo e tem como expoentes John A. Hobson e Joseph Schumpeter, na opinião dos quais o imperialismo eclodiu de certos factores sócio-económicos que não resultaram do capital.

Hobson, a quem devemos a primeira tentativa destinada a fixar um conceito exacto do imperialismo, repara que a expansão colonial não provém de uma necessidade económica global, mas de interesses sectoriais da economia. Toma como exemplo a experiência inglesa, mostrando, em defesa da sua tese, que as receitas advenientes dos investimentos nas colónias são superiores aos lucros do comércio externo.

Daí que tenha insistido que o expansionismo europeu tem por pano de fundo a procura e o controlo de investimentos no exterior, resultante do excesso de capitais nos países desenvolvidos, cujas causas próximas são, a seu ver, a má repartição dos rendimentos nas sociedades.

A contribuição de Schumpeter põe, também, em causa, a teoria marxista e radica numa interpretação sociológica. Segundo este economista austríaco, o imperialismo não é uma consequência do capitalismo. Define-o como «a disposição, desprovida de objectivos, que manifesta um Estado para a expansão pela força, para além de qualquer limite definível».

Em resumo, classifica o imperialismo de «um atavismo social e político», cuja expansão se deve à persistência de certas estruturas sociais arcaicas, que se mantêm

válidas, embora tenham perdido a sua razão da existência. Com isso, aponta que o imperialismo não tem um objecto concreto ou um interesse económico preciso.

Por fim, as teorias políticas, que se fundamentam, essencialmente, na história, tentam explicar o imperialismo como produto das rivalidades entre as grandes potências da Europa, as quais são a causa fundamental da expansão do séc. XIX. O inglês Lionel Robbins, numa obra escrita, em 1939, esclarece que este fenómeno tem origem na ausência de normas para regular os conflitos internacionais.

Na mesma linha de pensamento, outros autores procuram encontrar no nacionalismo a causa principal do imperialismo. «O ímpeto dos nacionalismos teria estimulado o confronto das grandes potências no mundo extra-europeu, e, portanto, contribuído para acelerar o movimento de expansão colonial»<sup>20</sup>.

## COLÓNIAS

A colonização engendra, inevitavelmente, colónias, cuja palavra, que vem do latim *colonus* (de *colere*, cultivar), levou o Professor António de Sousa Lara<sup>21</sup> a reunir nove parâmetros para o seu enquadramento, dos quais salientamos a dominação imposta por uma minoria exterior; os órgãos do poder político que exercem a soberania têm a sede noutro território geograficamente distinto do da colónia; e o poder político é exercido exclusivamente pelo grupo étnico exterior sob o signo da superioridade e da acção modificadora da civilização dominante.

Aquele catedrático do ISCSP recorre, nomeadamente a Georges Balandier, a Marcello Caetano, a Adriano Moreira e a J. Borges de Macedo para situar a noção de colónia, após o que a expõe desta forma: «Colónia é uma dominação imposta por um poder político exterior, exercida exclusivamente por um grupo étnico ou cultural sobre o signo da superioridade, tendente à transferência das pessoas, instituições, capitais, tecnologia, valores culturais e civilizacionais metropolitanos e à subordinação dos

<sup>20</sup> - BRAILLARD, Philippe, SENARCLENS, Pierre de – Op. Cit., p. 63.

<sup>21</sup> - Vide *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)*, de António de Sousa Lara, pp. 13-25.

recursos e das instituições dependentes aos interesses do poder político e do grupo étnico ou cultural dominante»<sup>22</sup>.

A. da Silva Rego agrupou cinco elementos que, a seu ver, definem uma colónia, quer na sua acepção antiga quer na hodierna: «Um agregado populacional unido por laços comuns de sangue, de religião... e sobretudo por laços políticos; um lugar distante da pátria, pertencente a outro meio, não sujeito às leis do agregado populacional que lá se foi estabelecer...; um conjunto de interesses a fixar o agregado populacional à nova terra; autonomia deste agregado populacional com relação às leis da terra; e relação de obediência entre a colónia e a metrópole»<sup>23</sup>.

Georges Balandier descreve a colónia como um tipo específico de sociedade global, ou, mais concretamente, é um sistema social, dotado de traços próprios, atinentes ao modo de organização, à evolução cultural e mesmo à psicologia. Jorge Borges de Macedo entende que «a colónia é uma instalação organizada de estrangeiros em terra que lhes não pertence, de modo a realizar determinadas tarefas.... e pode não ter qualquer interesse em levar a efeito actos de colonização...»<sup>24</sup>. Por isso, defende que, em muitos casos, pode haver colónia sem colonialismo.

Por seu turno, Silva Cunha definiu a colónia como «uma sociedade politicamente dependente, geralmente fixa num território inexplorável ou, incompletamente, explorado, geograficamente separado daquele em que estão fixos os órgãos supremos do poder político e formado por grupos étnica e culturalmente diferenciados»<sup>25</sup>. A seu ver, a definição de colónia contém quatro elementos: geográfico, humano e cultural, económico e político-jurídico.

O geográfico não é a condição *sine qua non* para a existência de uma colónia, que, por via de regra, se acha localizada num território diferente do do Poder de que depende. Dito doutro modo, a colónia e o país colonizador estão sempre separados pelo mar. Pelo

<sup>22</sup> - LARA, António de Sousa – *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)*. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 2000, p. 14.

<sup>23</sup> - REGO, A. da Silva – *História da Colonização Moderna*. Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Lisboa: Edição do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, 1956-1957, p. 9.

<sup>24</sup> - MACEDO, Jorge Borges – *Descolonização*. In «Polis», Vol. 2, «Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado». Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1996, p. 136.

<sup>25</sup> - CUNHA, Silva – *Administração e Direito Colonial. Apontamento das Lições do Prof. Doutor Silva Cunha ao 3º ano jurídico de 1960-1961*. Lisboa: Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1960, s/d, p. 11.

menos, é o que ensina a História, havendo, contudo, excepções a notar. A análise desta questão impõe-nos algumas cautelas, uma vez que existem colónias em territórios, geograficamente, contíguos ao da entidade colonizadora. Servem de exemplo a colonização russa na Sibéria, de Israel na Palestina, do Marrocos no Sahara Ocidental, do Senegal em Casamansa, da África do Sul na Namíbia, assim como de alguns territórios do Oeste dos EUA.

O elemento *humano e cultural*, sendo embora essencial para o conceito em apreço, não se mostra, em boa verdade, suficiente para descrever a colónia como uma sociedade típica<sup>26</sup>. A sociedade colonial comporta, segundo a perspectiva de Silva Cunha, grupos sociais diferentes, étnica e culturalmente. É «uma sociedade de sociedades»,<sup>27</sup> ou, mais exactamente, os grupos que nela coexistem influenciam-se reciprocamente, sendo esta a razão por que «as características da sociedade global dependem destas interinfluências»<sup>28</sup>.

A colónia não conhece, do ponto de vista económico, um grande desenvolvimento. Aliás, como nota Silva Cunha, o fenómeno colonial exprime-se, geralmente, por um subdesenvolvimento económico, que, amiudadas vezes, pode funcionar como causa da expansão colonial, podendo, neste caso, provocar um movimento migratório de capitais e de pessoas. Opina aquele pensador que o elemento económico pode repercutir-se «no elemento cultural e humano, influenciando o teor das relações humanas entre os grupos sociais coexistentes, nas estruturas políticas, enquadradas na sociedade colonial, e na disciplina jurídica das relações entre os vários grupos»<sup>29</sup>.

Por fim, analisa a influência do elemento *político-jurídico* no conceito de colónia, o qual, de par com o elemento *humano e cultural*, constitui «o carácter específico e diferencial» deste fenómeno. Para Silva Cunha, na esteira de Adriano Moreira, «a colónia é uma sociedade politicamente dependente, isto é, subordinada a outra e nela vigora um direito especializado em função da necessidade de organizar o vínculo de dependência da sociedade colonial»<sup>30</sup>.

---

<sup>26</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 12.

<sup>27</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 12.

<sup>28</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 12.

<sup>29</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 13.

<sup>30</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 13.



Entre o colonizador e o colonizado existe uma relação de poder e de dominação. É o mesmo que dizer que o primeiro mantém, politicamente, o segundo dominado. Neste sentido, «a entidade colonizadora afirma a sua supremacia exercendo uma actividade complexa (colonização) que modela e disciplina por meio de instrumentos jurídicos cujo monopólio lhe resulta da posse do poder político a que a colónia se subordina»<sup>31</sup>.

A definição do vínculo entre a colónia e o país colonizador pode dar lugar, segundo Silva Cunha, a três situações de dominação: a colónia depende, politicamente, de um Estado ou de um grupo de Estados (colónias perfeitas, os mandatos da Sociedade das Nações e da Fideicomisso da ONU), a colónia depende, directamente, de uma organização internacional (colónias imperfeitas) e, *in fine*, a situação colonial (EUA, ex-URSS e África do Sul, durante o apartheid).

### CLASSIFICAÇÃO DE COLÓNIAS

À semelhança de Adriano Moreira, António de Sousa Lara rejeita classificar as colónias segundo os critérios geográficos, raciais e civilizacionais. Ordena-as, politicamente, em «colónias de administração directa» e em várias formas de protectorados, como sejam «protectorados de simples controlo, protectorado com representação, protectorados coloniais, esferas de influência».

No entendimento do professor do ISCSP, as colónias de administração directa têm quatro características, a saber: «o poder político metropolitano exerce-se directamente sobre o território e a população; os agentes do Estado colonizador desempenham todas as tarefas da administração e detêm o poder; o território da colónia é considerado como parte integrante do Estado colonizador; as instituições do poder político local ou não existem ou não são integradas na hierarquia política»<sup>32</sup>.

O protectorado pressupõe – escreve António de Sousa Lara – um pacto entre um Estado protector e um poder político protegido. No quadro desta designação, Adriano

<sup>31</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 14.

<sup>32</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 17.

Moreira encontrou três espécies de fenómenos: protectorados de simples controlo, protectorado com representação e protectorados coloniais. No primeiro caso, «o Estado protegido compromete-se a não exercer as suas faculdades internacionais sem o consentimento prévio do Estado protector»<sup>33</sup>, ficando, de semelhante, excluídos os atributos da soberania interna.

Por via de regra, este processo ocorre através de três distintas fases, melhor dizendo, «o Estado protegido concede ao Estado protector a possibilidade de o representar em certos atributos da sua soberania externa (como, por exemplo, ser gestor no desarmamento, gestor no clausulado de certos tratados, gestor para a negociação internacional, etc.); é concedida procuração especial e temporária do Estado protegido ao Estado protector; cria-se um vínculo jurídico que obriga ao consentimento prévio do Estado protector»<sup>34</sup>.

O protectorado com representação tem lugar quando «o Estado protector exerce, em nome e no interesse do Estado protegido, as faculdades em que se analisa a soberania deste»<sup>35</sup>. Esta substituição pode abarcar, na óptica de António de Sousa Lara, apenas a ordem internacional e a ordem interna ou somente a ordem internacional. No caso em pauta, o professor do ISCSP é categórico: «Estamos perante um fenómeno colonial»<sup>36</sup> e cita o exemplo dos protectorados franceses do Norte de África e da Indochina.

Os protectorados coloniais têm cinco características aduzidas por aquele académico: «Não se trata de um fenómeno do Direito Internacional; não implica a coordenação de soberanias; trata-se do reconhecimento pelo Estado protector das organizações políticas primárias dos colonizados para as utilizar como instrumentos de política; corresponde ao sistema de administração indirecta sem o traço de segregação racial; implicava a notificação às potências internacionais e a necessidade de ocupação efectiva do território segundo o acto final da Conferência de Berlim de 26 de Fevereiro de 1885»<sup>37</sup>.

<sup>33</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 17.

<sup>34</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 17.

<sup>35</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 17.

<sup>36</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 15.

<sup>37</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 18.

Existe uma nova forma de protectorado informal a que Adriano Moreira chama «esferas de influência». Trata-se de um território reservado por uma certa potência para o exercício da actividade económica ou colonizadora ou ainda para uma eventual ocupação futura. Para lá disso, há três tipos de territórios considerados «esferas de influência», que podem ser «*definidas por um Estado soberano sobre o seu próprio território a favor de outrem; convencionadas por duas ou mais potências que reservam certas áreas que lhes não pertencem para a sua própria acção e unilateralmente declaradas como acto preparatório de uma política expansionista ou imperialista*»<sup>38</sup>.

António de Sousa Lara definiu mais três tipos de colónias: *Cessões por Arrendamento*, *Cessões de Administração* e *Settlements*. Se, no primeiro caso, estamos em presença «da ocupação de territórios alheios, através de um arrendamento, baseado na soberania do Estado»<sup>39</sup>, cujo exemplo é a decisão da China de arrendar, de 1557 a 1885, Macau a Portugal, já, no segundo, se trata da «transferência de certo território que se encarrega de o administrar temporariamente sem adquirir a soberania que juridicamente continua a pertencer ao Estado cedente»<sup>40</sup>. A título de exemplo, cita o facto de a Turquia ter, em 1878, cedido ao Reino Unido a administração de Chipre.

Os *Settlements* são, na perspectiva de análise de António de Sousa Lara, «concessões espaciais de extra-territorialidade de um Estado aos súbditos de outro Estado para que ali pudessem viver, aplicando as leis do seu país de origem e afastando as leis de interesses e ordem pública nacionais»<sup>41</sup>.

Tendo por base natural o meio ambiente, Silva Rego classifica as colónias em duas classes: «colónias de plantação e colónias de povoamento». A seu ver, nas primeiras, que ocorre em clima tropical, «o colono não pretende habitar para sempre a colónia, limita-se a explorá-la, a arrancar-lhe a riqueza para a seguir a transportar para fora»<sup>42</sup>.

Avança ainda outros traços que enformam as colónias de plantação: «o colono verdadeiro continua a ser o indígena. O trabalhador é o indígena, o branco limita-se à

<sup>38</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 19.

<sup>39</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 19.

<sup>40</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 19.

<sup>41</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 19.

<sup>42</sup> - REGO, Silva – Op. Cit., p. 11.

direcção superior, nota-se a ausência de famílias brancas, o indígena passa a viver sob o domínio do branco, amarrado a ideias de superioridade de uns e de inferioridade de outros»<sup>43</sup>.

As colónias de povoamento diferem das colónias precedentes. Segundo o aludido pensador, naquelas o clima é temperado, o que facilita a colonização. Demais a mais, abundam nelas as famílias brancas. Vejamos como Silva Rego caracteriza as colónias de povoamento: «As famílias legalmente constituídas dão novo aspecto à sociedade, a população branca dá-se ao trabalho dos campos, a população indígena, rara, em geral, estabelece-se à volta destes estabelecimentos, adapta-se à vida europeia, ambiciona subir, imitar o europeu não só no vestir, como no comer, nos estudos, na vida, etc.»<sup>44</sup>.

Para Silva Rego, há ainda as chamadas colónias de emigração, que dividiu em «colónias de emigração livre, colónias de emigração forçada» e os protectorados. As primeiras abrangem as colónias de povoamento e as de plantação, bem como as comerciais e mistas, enquanto as segundas agrupam as de deportação e as de penetração.

### SITUAÇÃO COLONIAL

A situação colonial, a confiar em Adriano Moreira, é caracterizada pelo «domínio de um povo sobre outro, em geral de etnia diferente»<sup>45</sup>. No caso em presença, o povo dominador detém o poder político, fornece o capital e a técnica, enquanto o dominado obriga-se a dar a mão-de-obra, a terra e os seus recursos. De acordo com aquele politólogo, «o conceito de situação colonial não implica um território separado da metrópole, nem sequer a localização geográfica específica do colonizador»<sup>46</sup>.

Em «Política Ultramarina, Adriano Moreira advoga que «a situação colonial se verifica sempre que no mesmo território habitem grupos étnicos de civilização diferente, sendo em regra o poder político exercido só por um deles, sob o signo de superioridade e acção modificadora de uma das civilizações em contacto»<sup>47</sup>.

<sup>43</sup> - REGO, Silva – Op. Cit., p. 11.

<sup>44</sup> - REGO, Silva – Op. Cit., p. 12.

<sup>45</sup> - MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995, p. 353.

<sup>46</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 353.

<sup>47</sup> - MOREIRA, Adriano – *Política Ultramarina*. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1956, p. 28.

Adriano Moreira realça, no caso em exame, que «quando os órgãos do poder político têm sede em território geograficamente distinto, por acidente natural ou histórico, diz-se que a situação colonial decorre numa colónia»<sup>48</sup>, concordando depois que a situação colonial é também um fenómeno de dependência política, porquanto introduz, no relacionamento cultural entre colonos e colonizados, um elemento valorativo fundado na ideia de superioridade.

Na linha de Adriano Moreira, António de Sousa Lara insiste que a situação colonial é «o mesmo tipo de complexo de relações sociais com fulcro num certo tipo de dependência, que existe sempre que, no mesmo território, habitem grupos étnicos de civilização diferente, mas em que o poder político, exercido só por um deles, tem os seus órgãos com sede nesse mesmo território e não noutra»<sup>49</sup>.

Neste contexto, tem-se que «não existe o factor da separação geográfica entre o território do colonizador e o território do colonizado; existe a convicção por parte do colonizador de que a sua civilização e mundivisão é em tudo superior à do(s) colonizado(s); a subjugação administrativa, política e económica, resultante deste processo, serve os interesses do colonizador, muito embora dele resultem efeitos positivos para as populações colonizadas»<sup>50</sup>.

Silva Cunha considera que a situação colonial promana, acima de tudo, do sistema de relações e de interacção dos grupos que convivem numa colónia. Caracterizou-a da seguinte forma: «são situações de simbiose, porque entre os grupos em convívio estabelece-se um sistema de relações que cria uma certa comunidade de vida...; são situações de desigualdade porque os colonizadores, embora constituam geralmente uma minoria numérica, formam uma *maioria sociológica*, dispondo do *poder político* e do domínio da economia...; e são situações caracterizadas pela diferenciação dos grupos que as formam (diferenciação étnica, linguística, religiosa e cultural»<sup>51</sup>.

<sup>48</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 28.

<sup>49</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 15.

<sup>50</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 15.

<sup>51</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 17.

Georges Balandier mostra que a situação colonial é uma dominação imposta por uma minoria estrangeira, racial e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade social (ou étnica) e cultural, dogmaticamente afirmada, a uma minoria autóctone materialmente inferior<sup>52</sup>. Em outros termos, aquele antropólogo releva, nesta definição, duas civilizações que se contrastam: uma de economia poderosa, de índole cristã, e outra, de economia atrasada, sem técnica complexa, e não cristã.

Numa outra perspectiva, Balandier reconhece que «a situação colonial impõe a coexistência de um sistema tradicional, fortemente sacralizado e regendo relações de subordinação directa que possuem um carácter pessoal, e um sistema moderno, fundado na burocracia, que instaura relações menos personalizadas»<sup>53</sup>.

Com base em subsídios antropológicos e sociológicos de diversos autores, como sejam Balandier, Immanuel Wallerstein e Raymond Kennedy, elabora Guy Rocher um modelo geral de sociedade colonizada, que integra seis variáveis. Em outras palavras, para que haja a situação colonial é necessária a conjugação de seis factores, a saber: a exploração económica estrangeira, a dependência política, as barreiras sociais e raciais, a atomização social, o sistema de justificações e as atitudes psíquicas.

Renate Zahar considera que existem dois pólos antagónicos que dividem a situação colonial: «A prosperidade e os privilégios de um assentam directamente na exploração e no pauperismo do outro. A manutenção desta relação exige uma reprodução permanente da opressão»<sup>54</sup>. Recorre a Frantz Fanon para sustentar que «foi o colono que fez e continua fazendo o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial»<sup>55</sup>.

## COLONIALISMO

O colonialismo, que constitui uma designação doutrinária e ideológica, é objecto de inúmeras definições. Adriano Moreira caracteriza-o pela «imposição de uma soberania

<sup>52</sup> - BALANDIER, Georges – *Sociologie Actuelle de L'Afrique Noir – Dynamique Sociale en Afrique Centrale*, 2ª Edição. Paris : Presses Universitaires de France, 1963, p. 33.

<sup>53</sup> - BALANDIER, Georges – *Antropologia Política*, 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 164.

<sup>54</sup> - ZAHAR, Renate – *Colonialismo e Alienação – Contribuição para a Teoria Política de Frantz Fanon*. Lisboa: Ulmeiro, 1976, p. 56.

<sup>55</sup> - ZAHAR, Renate – Op. Cit., p. 56.

estrangeira a um povo e seu território»<sup>56</sup>. No dizer de António de Sousa Lara, o colonialismo «reporta-se, necessariamente, à condenação da política de exploração e sujeição colonial, num altura em que as ideologias dominantes na cena política internacional haviam estabelecido a decisão de pôr fim ao sistema iniciado no séc. XX com os Descobrimentos Portugueses»<sup>57</sup>.

Tal facto foi «marcado por uma intensa intervenção do Estado sobre a generalidade dos domínios da vida dos territórios e gentes alienígenas e exteriores, dele dependentes». Para Anna Maria Gentili, o colonialismo, que é uma forma da organização de sistemas de Poder, significa «a dominação institucionalizada de um Estado sobre povos pertencentes a civilizações diversas e longínquas»<sup>58</sup>.

Outros autores vêem o colonialismo como um fenómeno profundo de dependência. Não apenas política, económica, mas também social e psíquica. Esta situação, na maioria dos casos, «põe em evidência a dependência recíproca das estruturas da metrópole e da colónia, na base da qual se situam as relações de interdependência entre colonos e colonizados»<sup>59</sup>. Mário de Andrade, escritor angolano e fundador do MPLA, acha que o colonialismo é «um regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência e numa forma moderna de pilhagem»<sup>60</sup>.

António Marques Bessa ensina que o colonialismo é uma «prática que consiste em discriminar económica, política e socialmente as populações, muitas vezes de etnia diferente, que se somaram por conquista ou integração ao núcleo original da Nação»<sup>61</sup>. Explica-se depois: «Economicamente, as colónias só podiam produzir matérias-primas que se destinavam às manufacturas metropolitanas...; politicamente, os naturais não acediam à cidadania completa e viviam tutelados pelos colonizadores...; socialmente, desfrutavam de um estatuto de servidão e raramente alcançavam o nível cultural do povo dominante»<sup>62</sup>.

<sup>56</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 132.

<sup>57</sup> - LARA, António de Sousa – *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)*. Lisboa: Edição do ISCSP, 2000, p. 21.

<sup>58</sup> - GENTILI, Ana Maria – *Colonialismo*. In «Dicionário de Política», vol. I, 3ª edição, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 181.

<sup>59</sup> - ZAHAR, Renate – Op. Cit., p. 56.

<sup>60</sup> - Ver o texto que serve de prefácio ao livro – Discurso sobre o Colonialismo – de Aimé Césaire.

<sup>61</sup> - BESSA, António Marques – *Colonialismo*. In «Dicionário Político do Ocidente». Lisboa: Editorial Intervenção, p. 64.

<sup>62</sup> - BESSA, António Marques – Op. Cit., p. 64.

Adriano Moreia estabelece uma analogia entre a situação colonial e a colónia, para depois enunciar dois tipos de colonialismo: *missionário* e de *espaço vital*. Este é discriminador, sacrifica o interesse do povo indígena e é orientado pelo conceito estratégico de poder em movimento; aquele é integrador<sup>63</sup>.

O colonialismo é *missionário* quando a relação de domínio é orientada pelo conceito de sociedade aberta, facto que, em tese, implica que o objectivo final seja o da integração de todos num só grupo igualitário; o colonialismo é de *espaço vital* quando há uma barreira de princípio entre o dominado e o dominador, o que leva que a discriminação étnica seja definitiva.

Em termos mais claros, o politólogo português sublinha que «sempre que o povo colonizador, detentor do poder político, afirme, religiosamente, a legitimidade dos seus próprios interesses e o carácter puramente instrumental do povo colonizado, estamos em face do que chamamos *colonialismo de espaço vital*, o qual vai da subordinação dos indígenas até à sua extinção completa e sistemática»<sup>64</sup>.

Adriano Moreira atribuiu-lhe esta designação porque esta variante do colonialismo é, geralmente, defendida «(...) com base na afirmada legitimidade do povo colonizador para adquirir todos os bens indispensáveis, a começar pelo território, para assegurar o que considera um nível de vida aceitável»<sup>65</sup>. À laia de exemplo, sugere o Estado de Israel, a Alemanha nazi, a Índia de Nehru e os EUA.

Em sentido contrário, «quando o povo colonizador pretende exercer uma acção civilizadora sobre o território e os seus povos indígenas, aceitando, por isso, a legitimidade dos interesses destes, falaremos em *colonialismo missionário*, justamente porque o povo colonizador reclama o exercício de uma missão cujo conteúdo se alcança pela definição de uma ética superior que serve de limite ao seu poder político»<sup>66</sup>. Como

<sup>63</sup> - MOREIRA, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996, p.p. 82 e 438.

<sup>64</sup> - MOREIRA, Adriano – *Política Ultramarina*. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1956, p. 35.

<sup>65</sup> - MOREIRA, Adriano – Op., Cit., p. 35.

<sup>66</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 35.



exemplo acabado de *colonialismo missionário* Adriano Moreira aponta os casos português e espanhol de colonização.

## DESCOLONIZAÇÃO

Tem-se por certo que a colonização conduz à descolonização, a qual pode ocorrer por processos diferentes, como o explica Silva Cunha: «Pode descolonizar-se pela homogeneização das culturas em contacto e a integração dos colonizadores e colonizados na mesma unidade social e política e pode descolonizar-se pela separação de colonizadores e colonizados passando estes a reger os seus próprios destinos»<sup>67</sup>. Numa só palavra, citando o mesmo professor, a descolonização pode fazer-se ou pela integração ou pela emancipação.

Ainda a este propósito, Silva Cunha é peremptório ao asseverar que, em qualquer dos casos, «só há verdadeiramente descolonização quando a integração e a emancipação correspondem a uma transformação real e profunda dos colonizados, isto é, quando há homogeneização profunda e real das culturas em presença ou quando os colonizados podem viver autonomamente, sem dependências que não sejam as que resultam da natural solidariedade entre os povos»<sup>68</sup>.

Jonh D. Hargreaves precisou que a descolonização é o conjunto de medidas tendentes a terminar com o controlo político formal sobre os territórios coloniais e sua substituição por um novo relacionamento. Esta definição acolheu-a António de Sousa Lara, que ainda cita Bernard Droz, para quem a descolonização constitui o termo inelutável de toda a estrutura de dominação à distância e abre um ciclo de cerca de trinta anos que encerra, logicamente, o ciclo da colonização.

Visto neste termo, o aludido politólogo sugere que a descolonização é entendida como o produto de uma conjugação dos nacionalismos autóctones e das novas relações de força internacionais saídas da 2ª Guerra Mundial. Para António de Sousa Lara, «a

<sup>67</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 24.

<sup>68</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 24.

descolonização significa o processo de eliminação formal dos vínculos jurídicos e administrativos que caracterizam o processo do colonialismo, no sentido técnico»<sup>69</sup>.

Excluiu da presente definição, aliás é o próprio quem o diz, qualquer referência à eliminação das dependências extrajurídicas e de natureza material.

Guy Rocher vê a descolonização sob um duplo ângulo: como um processo, ou um movimento histórico, e como o nascimento de uma Nação. No primeiro aspecto, encara-a como «o conjunto de acções e dos movimentos através dos quais uma sociedade colonizada procura a não dependência»<sup>70</sup>; no segundo, veja-a como «o aparecimento de uma nova sociedade global e natureza muito particular»<sup>71</sup>.

Jorge Borges de Macedo aduz uma definição, que diz ser actual da descolonização. Enuncia-a como algo que «consiste, sobretudo, no afastamento dos ocidentais das áreas alógenas onde se encontravam e onde dispunham de um poder político e militar superior a dos autóctones»<sup>72</sup>. É este o actual sentido do termo, a que se junta o de Adriano Moreira. O conteúdo da descolonização compreende pelo menos os objectivos de alcançar a independência em relação a um poder exterior ao território<sup>73</sup>.

## ANTI-COLONIALISMO

O anti-colonialismo (vide ainda Cap. II, pontos 5, p. 123) equivale, em certa medida, à descolonização. Em termos muito gerais, é o mesmo que autodeterminação e independência, embora tenham, no fundo, alguns traços que os diferenciam. Posto isto, impõe-se-nos observar que a origem do anti-colonialismo poderá ser localizada, em abono da verdade, na independência dos EUA, em 4 de Junho de 1776.

Foi, com efeito, o primeiro abalo que o colonialismo, ainda em expansão, sofreu, se bem que as suas consequências não tenham estremecido o mundo. A emancipação dos

<sup>69</sup> - LARA, António de Sousa – *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: Edição do ISCSP, 2002, p. 16.

<sup>70</sup> - ROCHER, Guy – *Sociologia Geral - Mudança Social e Acção Histórica*, Vol. III, 4ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 203.

<sup>71</sup> - ROCHER, Guy – Op. Cit., p. 203.

<sup>72</sup> - MACEDO, Jorge Borges – Op. Cit., p. 148.

<sup>73</sup> - MOREIRA, Adriano – *A Comunidade Internacional em Mudança*. In «Estudos Políticos e Sociais», Revista Trimestral do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Vol. IX, n.ºs 1-4, Lisboa, 1981, p. 135.

EUA, a par da do Brasil, em 1882, não surtiu então o efeito desejado, ou, em outros termos, não pôs termo à colonização, à escala planetária.

O anti-colonialismo conheceu três grandes ciclos. O primeiro, que ocorreu no séc. XIX, tem expressão no desmembramento do império colonial espanhol na América e na independência do Brasil<sup>74</sup>, em consequência do expansionismo europeu. Sousa Lara acha que, nesta primeira fase, dificilmente, se pode falar de descolonização, uma vez que as elites aristocráticas locais brancas, mestiças e crioulas, detentoras do poder político, económico e militar, ali se mantiveram mesmo depois da independência.

Adriano Moreira não recua do rumo da análise de Lara, frisando que «o anti-colonialismo do séc. XIX foi realmente uma descentralização do Governo do Ocidente»<sup>75</sup>. Em boa verdade, era um movimento de minorias brancas, inteiramente coincidentes, na concepção de vida privada, com as metrópoles»<sup>76</sup>. Ou seja, tinha em vista a criação de Estados soberanos que não romperam com o *modus vivendi* dos colonizadores. Para aquele pensador, este anti-colonialismo era de natureza branca, conservadora e burguesa.

O segundo ciclo do anti-colonialismo, que tem lugar de 1945 a 1975, foi marcado pelos já conhecidos processos de descolonização e provocou uma verdadeira explosão de soberanias. A autodeterminação do séc. XX é, *ex adverso*, mais uma separação das antigas metrópoles do que um movimento nascido de um sentimento comunitário nacional»<sup>77</sup>.

Adriano Moreira traz à evidência que o anti-colonialismo do século último não teve por base nenhum projecto nacional: «O sentimento comum mobilizador foi o da reprovação da colonização, o ataque à supremacia étnica branca, a invocação dos direitos do homem esquecidos. Mas não pôde ser, em geral, o da autodeterminação nacional»<sup>78</sup>.

<sup>74</sup> - LARA, António de Sousa - *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: ISCSP, 2002, p. 40.

<sup>75</sup> - MOREIRA, Adriano – *Legado Político do Ocidente – O Homem e o Estado*, 3ª Edição. Lisboa: Edição do Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 1995, p. 151.

<sup>76</sup> - MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995, p. 351.

<sup>77</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 351.

<sup>78</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 351.

António de Sousa Lara entende que a «conquista da independência e da criação de novos Estados (...) serviu mais para a satisfação imediata da agitação de movimentos emancipalistas, ditos de libertação nacional, e para a afirmação das respectivas elites e chefias, do que para a viabilização imediata de Estados de Direito e de políticas de desenvolvimento económico-social e do progresso nacional»<sup>79</sup>.

Em síntese, comparando o anti-colonialismo do séc. XIX com o do XX, Adriano Moreira determina que o único denominador comum que os caracteriza é o anti-europeísmo. «No primeiro caso, tendo em vista os governos chamados despóticos, mas mantendo a etnia branca no Poder; no segundo caso, implicando a expulsão das soberanias e também da etnia branca colonizadora, umas vezes perseguida, outras, obrigada a partir e sempre privada de continuar a participar no Poder»<sup>80</sup>.

Existe, por outro lado, uma diferença de tomo que os separa, no que tange ao acesso ao Poder: o do séc. XIX levou ao poder político minorias brancas, nascidas das elites das metrópoles, enquanto o do século seguinte fez com que minorias autóctones alcançassem o Poder. Se os Estados saídos do anti-colonialismo do séc. XIX não romperam com o modelo de vida e de política das potências colonizadoras, já os que emergiram do anti-colonialismo do séc. XIX o fizeram.

O terceiro ciclo do anti-colonialismo aconteceu na Europa e na Ásia, em consequência do desmembramento da União Soviética e da Jugoslávia. A implosão do antigo bloco do leste europeu provocou, por assim dizer, uma profusão de Estados independentes, que hoje têm assento em vários organismos regionais e internacionais.

## POVO E POPULAÇÃO

A população é um conceito puramente demográfico e estatístico, ou seja, são «todas as pessoas, presentes no território do Estado, num determinado momento»,<sup>81</sup> quer

<sup>79</sup> - LARA, António de Sousa – *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)*. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000, p. 24.

<sup>80</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 358.

<sup>81</sup> - BONAVIDES, Paulo – *Ciência Política*, 9ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1993, p. 57.

sejam nacionais ou não. Marcello Caetano tem posição idêntica, porque em seu entendimento «a população tem um significado económico»<sup>82</sup>.

Já António Marques Bessa e Jaime Nogueira Pinto preferem usar um critério politológico para precisar a definição da população, a qual, segundo pensam, «(...) deve ser entendida como o conjunto de todos os indivíduos subordinados ao mesmo poder político»<sup>83</sup>. Adelino Maltez apresenta dois conceitos de povo: um clássico e outro funcionalista. Se o primeiro definiu-o como «uma multidão que vive em *communio* (comunidade de interesses e de fins) com *juris consensus*»<sup>84</sup>, já o segundo precisou-o como «um grupo de pessoas que compartilham hábitos complementares de comunicação»<sup>85</sup>.

Marcello Caetano designa povo como «o conjunto de indivíduos que, para a realização de interesses comuns, se constitui em comunidade política, sob a égide de leis próprias e a direcção de um mesmo poder»<sup>86</sup>. O povo é, para ele, constituído apenas por nacionais de um Estado. Ou seja, «corresponde a uma noção jurídico-política, de conteúdo preciso, representando o conjunto de cidadãos ou nacionais de cada Estado»<sup>87</sup>.

No mesmo quadro de análise se situa Darcy Azambuja, para quem «povo é a população do Estado, considerada sob o aspecto puramente jurídico, é o grupo humano encarado na sua integração numa ordem social determinada, é o conjunto de indivíduos sujeitos às mesmas leis, são os súbditos, os cidadãos de um mesmo Estado»<sup>88</sup>.

Reinhold Zippelius prefere usar o conceito de povo em sentido sociológico. Descreve-o como «a totalidade de indivíduos que sente ligada por um sentimento de afinidade nacional, que, por seu turno, está fundada numa pluralidade de factores, p. ex., o parentesco rático, a cultura comum (especialmente da língua e da religião) e o destino político comum»<sup>89</sup>.

<sup>82</sup> - CAETANO, Marcello – *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomo I, 6ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina, 1996, p. 123.

<sup>83</sup> - BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira – Op. Cit., p. 92.

<sup>84</sup> - MALTEZ, Adelino – *Sobre a Ciência Política*. Lisboa: Edição do ISCSP, 1994, p. 161.

<sup>85</sup> - MALTEZ, Adelino - Op. Cit., p. 161.

<sup>86</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 124.

<sup>87</sup> - PINTO, Ricardo Leite, CORREIA, José de Matos, SEARA, Fernando Roboredo - *Ciência Política, Direito Constitucional - Introdução à Teoria Geral do Estado*, Oeiras: Livraria Republicana, 2000, p. 86.

<sup>88</sup> - AZAMBUJA, Darcy – *Introdução à Ciência Política*, 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987, p. 31.

<sup>89</sup> - ZIPPELIUS, Reinhold – *Teoria Geral do Estado*, 3ª Edição. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 94.

Do ponto de vista sociológico, a noção de povo assemelha-se à da nação, melhor dizendo, equivalem-se. Paulo Bonavides exprime que, neste caso, «(...) o povo é compreendido como toda a continuidade do elemento humano, projectado historicamente no decurso de várias gerações e dotado de valores e aspirações comuns»<sup>90</sup>.

Luís Sá acha que, à luz do marxismo, deve haver uma distinção entre os dois sentidos da palavra povo: o vulgar e o científico. O primeiro é a população de um Estado e de um país, enquanto o segundo é «a comunidade de pessoas, que se modifica historicamente, formada pela parte da população, camadas e classes, que, pela sua posição objectiva, estão em condições de participar na resolução dos problemas concernentes ao desenvolvimento revolucionário de um dado país num dado período»<sup>91</sup>.

A definição de povo de Amílcar Cabral aproxima-se muito da de Luís Sá, porque a faz depender «do momento histórico que se vive na terra». O «militante nº 1 do PAIGC» concorda que «(...) em cada fase da história de uma nação, de uma terra, duma população, de uma sociedade, o povo define-se consoante a linha mestra da história dessa sociedade, consoante os interesses máximos da maioria dessa sociedade»<sup>92</sup>.

Amílcar Cabral expõe a noção de povo e da população: «A população é toda a gente, mas o povo já tem que ser considerado com relação à própria história»<sup>93</sup>. «Hoje, na Guiné ou em Cabo Verde, o povo da Guiné ou povo de Cabo Verde, para nós, é aquela gente que quer correr com os colonialistas portugueses da nossa terra. Isso é que é o povo, o resto não é da nossa terra nem que tenha nascido nela. Não é povo da nossa terra, é população, mas não é povo»<sup>94</sup>.

O fundador do PAIGC vai ainda mais longe na sua análise: «Isso é nesta fase, neste momento. Mas daqui a algum tempo, quando tomarmos a nossa independência, por exemplo, quem quiser que a nossa terra seja independente, mas não quer que as mulheres

<sup>90</sup> - BONAVIDES, Paulo – Op. Cit., p. 70.

<sup>91</sup> - SÁ, de Luís – *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, p. 140.

<sup>92</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade)* - A Arma da Teoria, Unidade e Luta, 2ª Edição, Vol. 1. Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 168.

<sup>93</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 168.

<sup>94</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 168.

sejam livres, e quiser continuar a explorar as mulheres da nossa terra, esse hoje é povo, mas amanhã já não será»<sup>95</sup>.

Amílcar Cabral confunde povo com a figura de militante, uma vez que, para ele, todos os que querem lutar contra a dominação estrangeira (...) são do nosso Partido (...) a maior parte do nosso povo é o nosso Partido (...) O primeiro pedaço do povo da nossa terra, genuíno e verdadeiro, é a direcção do nosso partido»<sup>96</sup>. A seu ver, «aqueles que são contra a luta e contra o Partido (...) que servem os colonialistas portugueses ou tentam de alguma forma destruir o nosso Partido – não merecem fazer parte do nosso povo»<sup>97</sup>.

### NAÇÃO E NACIONALISMO

A Nação (vide ainda Cap. III, pontos 7, p. 140 e Cap. VII, ponto 24, p. 387) presta-se a muitas definições. Cada um define-a a seu belo talante. A confusão conceptual é de tal ordem, que, por exemplo, um nacionalista basco a interpreta de modo diametralmente oposto ao de um espanhol, apologista da unidade do Reino. O mesmo acontece no Reino Unido, com os irlandeses e com os escoceses, na França, com os corsos, na Rússia com os chechenos, entre outros casos.

A comunidade científica ainda não encontrou um conceito único e universal da Nação. Pese a diversidade de entendimentos, Max Weber assume-se quicá como um dos raros sociólogos que aceitam que a Nação pode ser definida sem ambiguidades<sup>98</sup>. Partindo do pressuposto de que «a Nação não equivale a povo de um Estado»<sup>99</sup>, ou melhor, aos integrantes de uma determinada comunidade política, o pensador alemão descreve-a como «uma comunidade de sentimento que se manifesta adequadamente num próprio Estado, sendo uma comunidade que, normalmente, tende a produzir um Estado próprio»<sup>100</sup>.

<sup>95</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 168.

<sup>96</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 168.

<sup>97</sup> - CABRAL, Amílcar – *Sobre a Situação da Luta e as Suas Perspectivas*, Dacar, Novembro de 1965. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.039.

<sup>98</sup> - WEBER, Max – *Ensaio de Sociologia*, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p. 202.

<sup>99</sup> - WEBER, Max – Op. Cit., 202.

<sup>100</sup> - WEBER, Max – Op. Cit., 207.

Se, por um lado, toma como assente que «a Nação pertence à esfera de valores»,<sup>101</sup> por outro, não deixa, na linha deste pensamento, de a fazer depender do credo religioso, dos elementos étnicos, das memórias de um destino político comum ou de outros. A confiar em Max Weber, a Nação inclui «noções de descendência comum ou de uma homogeneidade essencial, embora frequentemente indefinida»<sup>102</sup>.

Marcello Caetano, do seu lado, entende que a Nação «é uma comunidade de base cultural», à qual «pertencem todos quantos nascem num certo ambiente cultural feito de tradições e costumes, geralmente expresso numa língua comum, actualizado num idêntico conceito da vida e dinamizado pelas mesmas aspirações de futuro e os mesmos ideais colectivos»<sup>103</sup>.

Os especialistas que ao assunto da nação se dedicam dividem-se, tradicionalmente, em dois sectores, ou seja, entre os que a vêem como «um produto recente vinculado às transformações do Estado moderno, dos sistemas culturais e da economia, e os que sublinham a importância de elementos pré-modernos – políticos, de carácter étnico-cultural, etc. – como antecedentes dos fenómenos modernos»<sup>104</sup>.

Ernest Gellner oferece-nos uma perspectiva modernista do problema, que se estriba na confrontação entre as sociedades agro-letradas e industriais, as quais se acham organizadas em Estados, embora não constituam nações. Outrora condenados ao isolamento, esses agrupamentos humanos conhecem, com o advento do industrialismo, uma enorme mobilidade social, caracterizada pela especialização na divisão do trabalho, pela homogeneização social e pela elaboração de uma cultura comum.

No dizer de Gellner, o industrialismo marca o surgimento do Estado-nação, não sem antes de definir o nacionalismo como «um princípio político» que procura fazer corresponder a unidade nacional à unidade política<sup>105</sup>. O autor repete que «o nacionalismo é uma teoria de legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem

---

<sup>101</sup> - WEBER, Max – Op. Cit., p. 202.

<sup>102</sup> - WEBER, Max – Op. Cit., p. 202.

<sup>103</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 123.

<sup>104</sup> - SOBRAL, José Manuel – *A Formação das Nações e o Nacionalismo: Os Paradigmas Explicativos e o Caso Português*. In «Análise Social», Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nº 165, vol XXXVII, 2003, p. 1095.

<sup>105</sup> - GELLNER, Ernest – *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 11.



as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado, (...) não separem os detentores de poder do resto da população»<sup>106</sup>.

Depois de analisar, com minúcia, o papel da cultura, da vontade, da identificação, da lealdade, da solidariedade e do próprio Estado na formação da nação, que, para ele, é um fenómeno moderno, Geller sustenta, insistentemente, que «é o nacionalismo que dá origem às nações e não o contrário»<sup>107</sup>.

Seguindo a mesma tendência, Eric Hobsbawm encara a nação como uma realidade recente, própria de um período histórico particular. Ou seja, vê-a «como um corpo de pessoas que aspira a formar um Estado»<sup>108</sup>. A análise do historiador inglês é, neste capítulo, consonante com a de Gellner, porquanto ambas se dirigem para um único sentido: «Em suma (...), o nacionalismo aparece antes das nações. Não são as nações que criam Estados e nacionalismos, mas sim o contrário»<sup>109</sup>.

Outra questão que os une provém da origem da nação, que, para eles, surge num determinado momento do desenvolvimento económico e tecnológico, assim como das transformações sociais e políticas assinaladas pelas revoluções do século XVIII – francesa, americana – e pelas que se lhe seguiram nos começos do século XIX. Eric Hobsbawm confere uma especial importância ao protonacionalismo popular, que, no fundo, não é mais do que «sentimentos de pertença colectiva» ligados a um determinado território simbolicamente significativo. Para ele, os elementos que constituem este fenómeno são a língua, a etnicidade e a religião.

O historiador britânico discorre sobre as funções dos três factores na formação da nação, para depois chegar à ilação de que o critério mais relevante, em termos de protonacionalidade, será a consciência de se pertencer ou pertencido a uma entidade política que perdurou<sup>110</sup>. Em seu entender, «o protonacionalismo sozinho não é, claramente, suficiente, para formar nacionalidades, nações e muitos menos Estados»<sup>111</sup>,

<sup>106</sup> - GELLNER, Ernest – Op. Cit., p. 12.

<sup>107</sup> - GELLNER, Ernest – Op. Cit., p. 89.

<sup>108</sup> - HOBBSAWM, Eric – *A Questão do Nacionalismo – Nações e Nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar, 1998, p. 47.

<sup>109</sup> - HOBBSAWM, Eric – Op. Cit., p. 14.

<sup>110</sup> - SOBRAL, José Manuel – Op. Cit., p. 1098.

<sup>111</sup> - HOBBSAWM, Eric – Op. Cit., p. 71.

repetindo que as nações são mais frequentemente a consequência da constituição de um Estado do que a sua fundação, apontando como exemplos óbvios os EUA e a Austrália.

No entanto, avisa, prudentemente, que «(...) a mera constituição de um Estado não é suficiente para criar uma nação»<sup>112</sup>, após o que, em jeito de remate, opina que, em concordância com Ernest Gellner, o factor determinante para a construção da nação moderna é a formação do Estado-nação. Um outro autor que partilha uma concepção modernista da nação e do nacionalismo é Michael Mann, para quem os dois fenómenos se desenvolveram antes de mais em resposta ao desenvolvimento do Estado moderno, tendo ambos emergidos no século XVIII na Europa e na América.

O protonacionalismo, que dividiu em religioso e comercial-estatista, mereceu-lhe uma acurada atenção. Para ele, «a chave do surgimento das nações e do nacionalismo residirá nas modificações ao nível do Estado e nas reacções que tal suscitou, em particular as decorrentes da intensa actividade militar dos Estados até ao século XVIII, que se fazia sentir, de modo desigual, através da mobilização e de impostos»<sup>113</sup>.

Benedict Anderson tem, de igual modo, uma perspectiva modernista da nação, que considera algo de hodierno e cujo aparecimento situou na revolução americana. Contrariamente a Gellner, Hobsbawm e Mann, a sua análise funda-se em outros pressupostos, propondo que o nacionalismo fosse tratado não como uma ideologia política mas como os grandes sistemas culturais que o precederam, como sejam as comunidades religiosas e as monarquias.

Disso se depreende que, no dizer de Benedict Anderson, a nação é a um tempo herdeira do passado e produto de uma realidade nova. É por isso elucidativa a sua afirmação de que a nação é uma «comunidade imaginada», porque aqueles que a constituem nunca encontrarão ou conhecerão a maioria dos outros e o colectivo vive na mente de cada um.

---

<sup>112</sup> - HOBSBAWM, Eric – Op. Cit., p. 72.

<sup>113</sup> - SOBRAL, José Manuel – Op. Cit., p. 1100.

Na visão de Anderson, a origem dessa «comunidade imaginada» resulta da conjugação de dois factores: o capitalismo e a tipografia. Em síntese, mostra que «(...) o que tornou as novas comunidades imagináveis foi uma interacção semiconsciente, mas explosiva, entre um sistema de produção, relações de produção capitalistas, uma tecnologia de comunicação e uma fatalidade, a diversidade linguística dos humanos».

Outros pensadores, como Anthony Smith, Josep Llobera, Adrian Hastings, colocam a tónica das suas abordagens em elementos políticos, de cariz étnico-cultural, ou melhor, em factores pré-modernos. O primeiro, por exemplo, define a nação, que considera, à semelhança do nacionalismo, um fenómeno moderno, como «(...) uma determinada população humana, que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns para todos os seus membros»<sup>114</sup>.

Trata-se de uma concepção ocidental de nação, que se baseia na existência de uma consciência de comunidade política, a qual subentende, na ideia de Smith, a criação de algumas instituições comuns, de um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade, de um espaço social, ou melhor, de um território com o qual a colectividade se identifica.

Para aquele autor, o aparecimento da maioria das nações e dos nacionalismos dos tempos modernos data, sem dúvida, das revoluções americana e francesa. Se antes não havia nações – embora não se deva descartar a existência de nações e mesmo de uma certa forma de nacionalismo religioso (judeus) anteriormente à modernidade – existiam, todavia, etnias ou comunidades étnicas.

Smith procura a génese da nação nos elementos étnicos pré-modernos e analisa depois as vias por que as etnias se transformam em nações modernas: a «incorporação burocrática», pela qual as etnias aristocráticas podem forjar Estados sólidos e incorporar regiões periféricas e classes subordinadas na sua própria cultura e simbolismo; a «mobilização vernacular», em que uma *intelligentsia* indígena usa a cultura popular para

---

<sup>114</sup> - SMITH, Anthony D. – *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 28.

mobilizar os estratos médios e baixos e criar nações étnicas; a «imigrante colonial», em que a “etnia parcial” é reforçada por vagas de outros colonizadores pioneiros, criando, todos em conjunto, uma nação e uma cultura imigrante plural ou poliétnica.

É por este motivo que define o nacionalismo como um «(...) movimento ideológico para atingir e conservar a autonomia, a unidade e a identidade em nome de uma população que alguns dos seus membros consideram constituir uma “nação” real ou potencial»<sup>115</sup>. É de notar que, em «A Identidade Nacional», o pensador inglês passa em revista questões tão importante quanto fulcrais na formação da nação, do Estado-nação, da identidade nacional e de etnias.

Josep Llobera vem introduzir elementos de discordância na análise histórica até aqui exposta. Embora concorde com Smith, Gellner, Hobsbawm e Mann no que se refere à importância dos factores pré-modernos na produção das nações, discorda, porém, que estas sejam uma realidade recente. Para ele, as nações têm uma longa história, que se deve remontar ao período medieval, por volta de 1300. A esta luz, Llobera, ao contrário de Gellner, argumenta que estes fenómenos não se formam nem com o industrialismo, nem dependem do modo causal do capitalismo<sup>116</sup>.

José Manuel Sobral resume o essencial do pensamento de Llobera sobre a emergência das nações e do nacionalismo: «(...) A ideia de nação como comunidade imaginada está longe de ser moderna e foi criada na Idade Média (...) em círculos de *literati*, muito frequentemente, mas não sempre, em torno de monarcas. O que é moderno acerca da nação é (...) o seu potencial como crença de massa, não a sua existência como visão imaginativa. O que é verdade é que do período medieval ao séc. XVIII o princípio da nacionalidade foi um dos vários laços de legitimação do Estado; só depois da revolução francesa se tornou o mais forte pilar do Estado»<sup>117</sup>.

<sup>115</sup> - SMITH, Anthony D. – Op. Cit., p. 97.

<sup>116</sup> - SOBRAL, José Manuel – Op. Cit., p. 1104.

<sup>117</sup> - SOBRAL, José Manuel – Op. Cit., pp. 1104-1105.

## 1ª PARTE

### DO DESCOBRIMENTO À FORMAÇÃO DA NAÇÃO CABO-VERDIANA

## CAP I

### EXPANSÃO COLONIAL EUROPEIA

#### 1 – DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Era o mundo, nos exórdios da humanidade, um espaço de extensas áreas isoladas e incomunicáveis. Por esse tempo, os povos achavam-se «confinados nos limites mais ou menos escassos dos seus quadros geográficos»<sup>118</sup>. O desconhecimento *do outro* era o enigma maior a desvendar. No caso em pauta, preponderante foi o papel dos navegadores portugueses, pioneiros no processo de unificação do mundo.

Jaime Cortesão admite-o, ao deixar bem patente que «aos portugueses cabe, pode-se afirmá-lo hoje, a glória de haverem sido os principais animadores desse primeiro esforço de unificação da Humanidade»<sup>119</sup>. Aquele historiador é, nesta matéria, secundado por outros da sua igualha. Um deles é C. R. Boxer, para quem «foram os exploradores portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram (...) os ramos separados e distantes da grande família humana»<sup>120</sup>.

Serge Gruzinski segue-lhes o raciocínio, observando que, na passagem do séc. XV para o XVI, «todos os recantos do mundo, pela primeira vez, passaram, graças aos portugueses, a ser conhecidos»<sup>121</sup>, facto que o levou a dizer que a batalha pelo *conhecimento do outro* foi ganha pelos homens do Infante D. Henrique, permitindo, destarte, o desencravamento da Terra.

Demétrio Magnoli corrobora estas ideias, reiterando que «as grandes navegações europeias dos séculos XV e XVI conferiram unidade à aventura histórica dos povos e

<sup>118</sup> - CORTESÃO, Jaime – *História da Expansão Portuguesa*, Obras Completas 4. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 13.

<sup>119</sup> - CORTESÃO, Jaime – Op. Cit., p. 13.

<sup>120</sup> - BOXER, C. R. – *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 20.

<sup>121</sup> - GRUZINSKI, Serge – *A Passagem do Século: 1480-1520: As Origens da Globalização*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999, p. 97.

configuraram, na consciência dos homens, pela primeira vez, a imagem geográfica do planeta»<sup>122</sup>.

Não nos parece descabido dizer que a odisseia dos navegadores portugueses e espanhóis acabou por estabelecer a interligação entre os oceanos, fazendo com que, na esteira de muitos analistas, «o espaço mundial adquirisse unidade»<sup>123</sup>, sendo, por isso, aceitável que o objectivo primitivo da expansão era o de, sem a menor dúvida, desbravar os enigmas geográficos e territoriais em redor da Terra.

Já nos fins do séc. XIV, anunciava-se uma verdadeira renovação científica na Europa, a julgar pelos avanços alcançados nos domínios económico, técnico e social que se espelham, em termos globais, no progresso da economia europeia, nas primeiras instituições bancárias e, em último termo, no surgimento dum incipiente capitalismo<sup>124</sup>.

A revolução comercial europeia viu-se acompanhada de um movimento expansionista de que, em parte, a Igreja Católica se fez intérprete, na base de cuja doutrina se achavam ideias ínsitas ao estudo da natureza e à renovação da cultura. Neste particular, impõe-se-nos trazer à ideia o papel de S. Francisco de Assis, em cujo discurso se notavam preocupações atinentes à regeneração do ideal cristão e da expansão.

Todos estes factos serviram de lenitivo ao expansionismo europeu, que, a crer em Damião Peres, foi influenciado, desde os começos do séc. XIII, pelo enriquecimento dos comerciantes, pelo crescente vulto de algumas indústrias e pelo correlativo interesse dos poderes públicos. Este período coincidiu com as viagens à Ásia de missionários e de comerciantes, entre 1260 e 1353.

A esta luz se situam, também, as aventuras marítimas dos irmãos Vivaldi, que, em 1291, a mando de Tedísio Dória, figura de proa da elite de Génova, atravessaram o Estreito de Gibraltar com destino à Índia, depois de terem passado ao lado de África.

---

<sup>122</sup> - MAGNOLI, Demétrio – *Globalização: Estado Nacional e Espaço Mundial*. S. Paulo: Editora Moderna, 2000, p. 7.

<sup>123</sup> - MAGNOLI, Demétrio – Op. Cit., p. 7.

<sup>124</sup> - PERES, Damião – *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2ª Edição (Atualizada). Porto: Portucalense Editora, 1960, p. 9.

Pouco ou nada se sabe da viagem, acerca da qual «só conjecturas podem ser formuladas»<sup>125</sup>.

As tentativas dos Vivaldi e de outros que se lhes seguiram não tolheram os europeus de organizar novas expedições marítimas, conquanto os resultados não tivessem sido avultados. Tímidos passos haviam sido dados em direcção ao Atlântico, em cujas ilhas já tinham estado, segundo escreve Gonzalo de Reparaz, os fenícios depois da fundação de Gades<sup>126</sup>.

A génese dos descobrimentos portugueses continua a dividir a opinião dos historiadores. Pesem as divergências, num ponto, contudo, puseram-se de acordo, ou seja, assumem que a histórica façanha lusitana não resultou de um único factor, mas sim da conjugação de vários, nomeadamente políticos, económicos, estratégicos e religiosos.

No plano político, Portugal achava-se, ao tempo dos Descobrimentos, numa situação estável, mau grado a permanente ameaça de Castela para o desestabilizar. A paz social por que passava contrastava com a instabilidade que se vivia um pouco por toda a Europa, de que a Guerra dos Cem anos ou a Guerra das Rosas são exemplos paradigmáticos.

A partir do reinado de D. Dinis, Portugal «possuía já uma consciência nacional acentuada e estrutura de Estado-nação»<sup>127</sup>. Este monarca não se poupou a estrénuos esforços para, concomitantemente, dotar o país de uma credível organização político-administrativa e lançar os alicerces para o seu progresso económico, político e cultural.

Na esteira do exposto, reforçou a administração, fortaleceu o poder real, fomentou a justiça, impulsionou a marinha e o exército, preparando-os para eventuais conflitos militares, e criou a Ordem de Cristo, que se revelou de importância de tomo para a gesta dos Descobrimentos<sup>128</sup>.

<sup>125</sup> - PERES, Damião – Op. Cit., p. 14.

<sup>126</sup> - REPARAZ, Gonzalo de – *La Época de los Descubrimientos Españoles y Portugueses*. Barcelona: Editorial Labor, s/d, p. 27.

<sup>127</sup> - FERREIRA, João José Brandão – *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena, 2000, p. 19.

<sup>128</sup> - FERREIRA, João José Brandão – Op. Cit., p. 20.

Do ponto de vista estratégico, Portugal tirou partido da sua vocação marítima, fruto da sua localização geográfica. Já era então conhecido o seu interesse pelo mar. C. R. Boxer reconheceu-o, enfatizando que, com efeito, Portugal tinha algumas vantagens naturais, porque durante toda a sua existência havia vivido do mar. Demais a mais, «a sua costa rochosa, batida pelo Atlântico, (...) tinha, desde sempre, sido a porta aberta para um mundo mais vasto»<sup>129</sup>.

O professor inglês opina que, desde os tempos remotos, com o Mediterrâneo dominado pelos venezianos, genoveses, catalães e árabes, o Atlântico era a única área aberta aos portugueses, sobretudo depois do colapso do Poder islâmico na Península Ibérica. Desde as primícias da sua existência, Portugal atribuiu uma peculiar importância à formação de «uma dura e hábil raça de marinheiros, que não se deixava atemorizar pelas tempestades do oceano»<sup>130</sup>.

Afigura-se-nos justo reconhecer, com Damião Peres, que é no reinado de D. Fernando que ganham importância algumas medidas destinadas a fomentar o desenvolvimento da marinha. As decisões do aludido monarca deram um grande *élan* às actividades económicas, fazendo, pouco tempo depois, com que surgisse no país uma abastada burguesia comercial, de resto sensível à corrente de opinião expansionista que se exprimia um pouco por toda a Europa.

Ainda no plano económico, foi, também, preponderante a acção de D. Fernando. Porque a sua primordial preocupação consistia em aumentar a riqueza do país, que ao tempo se baseava nos produtos do campo, dedicou uma notável atenção ao desenvolvimento da agricultura e realizou a primeira reforma agrária no país. Além do mais, interessou-se pelo comércio marítimo, tendo, para tal efeito, aperfeiçoado os processos de navegação e contratado marinheiros italianos para trabalhar em Portugal.

A ninguém suscita dúvidas de que a religião ocupou um papel nodal nos Descobrimentos e desempenhou uma função capital na catequização de outros povos. Tal orientação estava, por assim dizer, em perfeita harmonia com o espírito da época,

<sup>129</sup> - BOXER, C. R. – Op. Cit., p. 12.

<sup>130</sup> - BOXER, C. R. – Op. Cit., p. 35.



marcado, acima de tudo, por uma crescente onda anti-árabe. Porque o islamismo constituía uma ameaça, os Papas chamaram a si a tarefa da «conquista das terras e das almas para a Cristandade»<sup>131</sup>.

O espírito de cruzada que então se vivia e o poder das autoridades religiosas estão claramente expressas em muitas bulas que legitimaram, aos olhos da população, a guerra feita aos mouros. Na esteira do que acima se alude, o professor António Pedro Ribeiros dos Santos ensina que «(...) as Cruzadas têm como justificação o apelo do papa Urbano II à libertação dos lugares santos...»<sup>132</sup>.

Como acentuou C. R. Boxer, os motivos dos Descobrimentos portugueses estão assaz expressos nas bulas papais dadas à publicação ainda em vida do «Infante Sagres» e dos demais reis que se lhe seguiram, das quais as mais importantes são a *Dum diversas*, de 18 de Julho de 1452, a *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, e a *Inter caetera*, de 13 de Março de 1456.

Em síntese, Orlando Ribeiro entende que «a ambição de dilatar a Fé e o Império» foi a pedra de toque dos Descobrimentos. Dois sinais perduráveis – *igrejas e fortalezas* – podem testemunhar o argumento. Pelo mesmo diapasão alinha C. R. Boxer, para quem a procura das riquezas e o fervor por Deus foram os verdadeiros motivos da expansão portuguesa.

O historiador lusitano considera que a busca das riquezas é um dos primaciais estímulos dos Descobrimentos portugueses. Mais, explicitamente, sustenta que «as riquezas figuram em lugar de relevo»<sup>133</sup> nas múltiplas causas deste movimento de expansão no Globo. À guisa de exemplo, cita uma asserção de um degredado que, perguntado por um mouro sobre as genuínas razões que levaram Vasco da Gama à Índia, vindo assim de tão longe, respondeu que «vimos buscar Cristãos e especiarias»<sup>134</sup>.

<sup>131</sup> - FERREIRA, João José Brandão – Op. Cit., p. 23.

<sup>132</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – *Histórica Económica e Social. A Era Pré-Industrial*, 2ª Edição. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1997, p. 107.

<sup>133</sup> - ORLANDO, Ribeiro – *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 59, Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 83.

<sup>134</sup> - ORLANDO, Ribeiro – Op. Cit., p. 83.

No fundo, para C. R. Boxer, foi uma mistura ou, se se preferir, uma combinação de paixões que «arrastou, implacavelmente, os portugueses até aos mares tórridos e fervilhantes que envolviam as costas de África tropical e outras zonas ainda mais distantes»<sup>135</sup>. Nisso parece estar de acordo Ribeiro dos Santos, que, em síntese, apresenta três grandes motivações que explicam os Descobrimentos: sócio-económicas, político-religiosas e extensão do espaço económico europeu<sup>136</sup>.

Criadas as condições políticas, sociais e económicas que impulsionaram a expansão, Portugal, graças a uma plêiade de homens de inegável valor, tomou a si o processo que alterou, em definitivo, a Europa e o Mundo na Idade Moderna: os Descobrimentos. A 21 de Agosto de 1415, D. João I, à testa de uma poderosa armada, apoderou-se de Ceuta, cuja conquista «marca de uma forma simbólica o início da expansão da Europa que se irá processar ao longo de mais de cinco séculos»<sup>137</sup>.

A conquista e a ocupação da praça marroquina abriu, na história portuguesa, o período das navegações e dos Descobrimentos, melhor dizendo, segundo Paul Teyssier, D. João I, «ao atravessar o estreito para tomar Ceuta, desencadeia uma expansão que vai, em pouco mais de um século, levar navegadores, comerciantes, administradores e missionários portugueses até imensas extensões do globo»<sup>138</sup>.

Temos por certo que o plano dos Descobrimentos, tal como o demonstrou à sociedade Jaime Cortesão, foi obra de uma elite bem preparada que então dirigia os destinos de Portugal, embora Júlio Gonçalves defenda que a expansão lusitana não foi obra de um só homem, fosse ele o Infante D. Henrique ou o rei D. Manuel, mas sim da Nação, motivo por que acha que os Descobrimentos foram um destino<sup>139</sup>.

Não obstante isso, faz-se mister reconhecer, a justo título, o papel do Infante D. Henrique - «um homem preciso num momento oportuno»<sup>140</sup> - em todo o processo. Próvido quanto baste, «*O Navegador*» gizou um ambicioso plano de Descobrimentos,

<sup>135</sup> - BOXER, C. R. – Op. Cit., p. 13.

<sup>136</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., pp. 105-114.

<sup>137</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 109.

<sup>138</sup> - TEYSSIER, Paul – *Cem Anos Gloriosos*. In «Lisboa e os Descobrimentos – 1415 – 1580: A Invenção do Mundo pelos Navegadores Portugueses». Lisboa: Terramar, 1992, p. 9.

<sup>139</sup> - GONÇALVES, Júlio – *Da Finalidade dos Descobrimentos – A Tese da Expansão Económica*, II. In «Anais do Clube Militar Naval», ano 77º, nºs 11 e 12. Lisboa: Tipografia da Associação dos Combatentes da Grande Guerra, 1947.

<sup>140</sup> - REPARAZ, Gonzalo – Op. Cit., p. 89.

cujos propósitos a atingir eram a África e o Oriente. Chamou a si a colossal tarefa de pôr a nu os mistérios do Ocidente, a qual se acha bem patente na asserção de Diogo Gomes de que «desejando (o Infante) conhecer as regiões afastadas do oceano ocidental, enviou caravelas para procurar terras».

Quem melhor sintetizou as razões pelas quais o Infante D. Henrique delineou a empresa da expansão foi Gomes Eannes de Azurara. Contemporâneo de «O Navegador» e cronista dos primeiros tempos dos Descobrimentos, o aludido escritor elencou cinco motivos para a explicar:

«O desejo de conhecer as terras existentes para além do cabo do Bojador e das Canárias; verificar se naquelas paragens havia cristãos com os quais se podem estabelecer relações comerciais; conhecer o poderio dos mouros naquelas regiões; o desejo de procurar alguns aliados cristãos contra os mouros; aumento da fé cristã e conversão dos infiéis»<sup>141</sup>.

Quando Gil Eanes ultrapassou, em 1434, o cabo Bojador, o vento dos Descobrimentos começou a correr de feição aos interesses dos portugueses. Sucedem-se vários êxitos: Em 1441, Nuno Tristão chega a cabo Branco (Ras Nouadhibou, actual Mauritânia); Antão Gonçalves, em 1441, ao Rio de Ouro; Nuno Tristão a Arguim, em 1443 e ao Senegal, dois anos depois; Diniz Fernandes chega, em 1444, a cabo Verde.

## 2 – CABO VERDE NA ANTIGUIDADE

Alguns historiadores admitem que, na Antiguidade, Cabo Verde já era conhecido por fenícios, cartagineses e romanos<sup>142</sup>. Por essa ocasião, aquele arquipélago se chamava «Gorgonas», «Gorgades» ou «Hespéridas». José Artiaga Barreiros avança mesmo que, segundo a lenda, «S. Brandão passou por Cabo Verde no ano 565»<sup>143</sup>. Plínio, à laia de exemplo, diz ter ouvido falar da existência destas ilhas do Atlântico, a avaliar pelo capítulo XXXI de «C. Plinii naturalis Hyist Lil VI»:

<sup>141</sup> - AZURARA, Gomes Eannes de – *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné, escripta por mandado do el-rei D. Affonso V.* Lisboa: 1844, fol. C. VII.

<sup>142</sup> - BARREIROS, José Artiaga – *Notícia Histórica Sobre o Descobrimento de Cabo Verde*. In «Anais do Clube Militar Naval», Tomo LXXVII, nºs 1 e 2. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1947, p. 13.

<sup>143</sup> - BARREIROS, José Artiaga – Op. Cit., p. 14.

«Falam-nos, também, de uma outra ilha, fronteira ao Monte Atlas, chamada por sua vez Atlântida. À distância de cinco dias de viagem por mar está o deserto que se estende aos etíopes hespérios e até ao promontório a que chamamos Hespérion Ceras. Daqui, a terra começa a mudar de direcção para o Oceano Atlântico. Em frente deste promontório, diz-se que há as ilhas Gorgonas, outrora morada das Gorgonas, à distância de dois dias de navegação do continente, como diz Xenofonte de Lampsaco».

Em «O Timeu», narra Platão um episódio que teria ocorrido entre um egípcio e o sábio ateniense Sólon. Este ouviu daquele uma história segundo a qual uma cidade grega fora, nas primícias da civilização, atacada por um Poder, que, proveniente de uma ilha que se localizava diante das Colunas de Hércules, no Oceano Atlântico, desejava dominar a Europa e a Ásia. Pela conversa, fica-se a saber que a ilha se denominava Atlântida, parte integrante de um poderoso império que se estendia até à África.

A obra de Platão serviu de mote a outros autores clássicos que escreveram sobre o tema. Em «Os Lusíadas», por exemplo, no Canto 5º, Estâncias VIII e IX, Luís de Camões toma as Ilhas de Cabo Verde por Hespéridas: «Entrámos, navegando pelas filhas do velho Hespério, Hespéridas chamadas; Ali tomámos porto com bom vento, por tomarmos da terra mantimento. Àquela ilha aportámos que tomou o nome do guerreiro Sant'Iago, Santo que os Espanhóis tanto ajudou a fazerem nos Mouros bravo estrago».

Gonzalo de Reparaz e Duarte Pacheco Pereira defendem, também, que Cabo Verde já era conhecido na Antiguidade. Se o primeiro, em «La Époque de Los Grandes Descubrimientos Españoles y Portugueses», faz difusas referências ao assunto, já o segundo, «(...) leitor atento dos antigos, identifica, também, Cabo Verde com o que antigamente se chamou Hesperido Promontório, e as ilhas que cem léguas em mar d'elle estão também naquella antiguidade foram chamadas das Hespéridas, segundo Plínio na sua Natural História»<sup>144</sup>.

---

<sup>144</sup> - AA.VV – *Arquipélago de Cabo Verde*. In «Portugal em África», vol XIII, nº 75. Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1956.

Oliveira Marques afiança que, «pelo menos, a ilha do Sal já era conhecida antes e aparecia no mapa»<sup>145</sup>, sendo, por isso que os portugueses lhe mantiveram o nome. Esta posição reforçou-a em «Nova História da Expansão Portuguesa», quando asseverou que aquela ilha era frequentada, havia séculos, por barcos guineenses à procura do sal. Quem também se diz convencido de que «Gorgades» era Cabo Verde é Immanuel Fridlaender: «Na antiguidade, era conhecido sob o nome de Gorgades um grupo de ilhas ao sul das Canárias; eram, sem dúvida alguma, as ilhas de Cabo Verde»<sup>146</sup>.

Poetas cabo-verdianos, em tempos já não muito distantes, referiram-se ao assunto de que agora nos ocupamos. Pedro Cardoso editou Jardim das Hespérides (1926) e Hespérides (Fragmento de um poema perdido em triste e miserando naufrágio) (1930); e José Lopes – «o vate hesperitano», como se intitulava – Jardim das Hespérides (Sonetos do livro Hesperitanas) (1929), Hesperitanas (Poesias) (1933) e Alma Arsinária (Poemas em aditamento do livro Hesperitanas) (1952)»<sup>147</sup>.

Jornais cabo-verdianos de outrora, que versavam temas sobre a arte, a história e a cultura, ostentavam títulos de «Hespérides», «Atlanta» e «Alma Arsinária». Os primeiros vieram a lume, na Cidade da Praia, provavelmente, em 1927 e 1931, respectivamente, enquanto o segundo nasceu no Mindelo à roda de 1932.

Se há quem defenda a ideia de que os antigos sabiam da existência de Cabo Verde, outros contestam-na, com força. Cristhiano Senna Barcellos rejeita que Plínio e outros clássicos se tenham referido a Cabo Verde quando falavam das Hespérides ou das Gorgonas, em defesa de cuja opinião pergunta se estas últimas não seriam «(...) as mesmas ilhas de que nos fala o Livro 1, fl. 61, da Chancellaria de D. Affonso 5º (Torre de Tombo)»<sup>148</sup>, no caso vertente, as de S. Luiz, S. Diniz, S. Jorge, S. Thomaz e Stª Eiria, que o Infante D. Henrique doou, de par com Cabo Verde, ao seu sobrinho D. Afonso V.

<sup>145</sup> - MARQUES, A. H. Oliveira – *Breve História de Portugal*, 4ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 140.

<sup>146</sup> - FRIEDLAENDER, Immanuel – *Subsídios para o Conhecimento das Ilhas de Cabo Verde. Resultado de uma viagem de estudo no verão de 1912*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1914, p. 23.

<sup>147</sup> - SEMEDO, Manuel Brito – *Atlântida, Hespérides ou Macaronésia*. In [www.portaldecaboverde.com](http://www.portaldecaboverde.com)

<sup>148</sup> - BARCELLOS, Cristhiano Senna – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Cap. I 1460-1466. Lisboa: Tipografia da Academia Real da Sciencias, 1891, p. 6.

Segundo mostra aquele historiador, os fenícios, os cartagineses e outros povos da Antiguidade só teriam alcançado as Hespéridas ou Gorgadas se fizessem uma navegação larga e não costeira, como, aliás, sempre faziam, rota «(...) mui diferente da do século XV em diante, século em que Portugal abriu caminhos marítimos (...)»<sup>149</sup>. Luís de Albuquerque insiste que a notícia da existência de Cabo Verde na Antiguidade «não passa de uma síntese de lendas acumuladas durante anos e anos, passivamente recolhidas na *Naturalis Historia*»<sup>150</sup>.

Posto isto, em face das duas versões, não tem fundamento documental o asserto de que os antigos tinham conhecimento da existência de Cabo Verde, antes dos portugueses. Se o conhecessem, ou com o nome de *Hesperidum Insulae*, de Plínio, ou as *Asperides*, de Duarte Pacheco, ou ainda as *Gorgónidas*, de Travassos Valdez, deixar-nos-iam o mais pequeno e plausível legado.

A esta polémica se soma a Carta de Andrea Bianco, de 1448, na qual o cartógrafo veneziano desenhou, no canto inferior esquerdo, uma ilha – *a ilha autêntica* – a que deu o nome de *ixola otinticha*, situada a 1.500 milhas a SW de Cabo Verde, ou mais concretamente, «*xe longa a ponente 500 (ou 1.500) mia*».

O pomo da discórdia assenta sobre a identificação da *ixola otinticha*. A controvérsia, que eclodiu em 1886, fez época nos meios historiográficos, por não acolher a aquiescência de todos quanto ao tema se dedicaram. Uns, como Theobald Fischer e F. C. Wieder, advogaram a tese de que a *ixola otinticha* do mapa de Andrea Bianco, supostamente descoberta antes de 1447, era a ilha cabo-verdiana de Santiago.

Ou, mais exactamente, a *ixola otinticha* «é muito similar em forma e situação à Ilha de San Jacobo (Santiago) das Cartas de Benincasa»<sup>151</sup>, em cujos atlas de 1468 e de 1469, surgem, pela primeira vez, representadas oito das ilhas de Cabo Verde. Outros, como Oldham e Jaime Batalha Reis, refutam esta interpretação, sugerindo que a *ixola otinticha* se identifica com as Antilhas ou mesmo com o Brasil, embora Fontoura da Costa

<sup>149</sup> - BARCELLOS, Cristhiano Senna – Op. Cit., p. 6.

<sup>150</sup> - ALBUQUERQUE, Luís – *O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde*. In «História Geral de Cabo Verde», Vol I. Praia: Edição do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002, p. 23.

<sup>151</sup> - COSTA, A. Fontoura – *Sobre uma Nova Versão do Descobrimento da Ilha de Santiago de Cabo Verde*. In «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe das Letras», Tomo III. Lisboa: MCMXL, p. 176.

discorde, considerando «absolutamente gratuitos»<sup>152</sup> os argumentos dos que se opõem, neste capítulo, em particular, a Fischer.

## 2. 1 – CABO VERDE ANTES DA CHEGADA DOS PORTUGUESES

Se o tema a que acima expusemos não reúne o assentimento de todos quanto sobre ele se debruçaram, este que se lhe segue, também, o não é. O cerne do problema continua a residir na eventualidade de Cabo Verde ter sido, antes dos portugueses, ocupado e povoado por alguns povos africanos, nomeadamente jalofos.

Num estudo sobre a flora cabo-verdiana, dado à luz, em 1935, Auguste Chevalier faz alusão à existência de inscrições rupestres e de dólmenes que teriam sido achados na Boa Vista, no Maio, em Santo Antão e em S. Nicolau. O estudioso francês assegura, convictamente, ter visto na ilha do Maio uma cruz pintada num penhasco e gravuras rupestres em Janela, em Santo Antão, e na Rocha Escrita (Escrevida), em S. Nicolau.

Com estes alegados achados, Auguste Chevalier supõe que Cabo Verde tinha um passado pré-histórico, que, a verificar-se, deitará por terra todas as doutrinas de que o arquipélago era um território *res nullius* quando os portugueses lá chegaram. António Mendes Corrêa desmente-o, considerando «conjecturas totalmente infundadas»<sup>153</sup> as suas descobertas. Se as gravuras de Janela se assemelham a «inscrições berberes, mas com aditamento ulterior, contemporâneo, possivelmente europeu»<sup>154</sup>, não deixa de ser verosímil que as de S. Nicolau resultaram «de um mero fenómeno natural»<sup>155</sup>.

Almerindo Lessa põe-se ao lado do historiador português. Para ele, «quanto às inscrições rupestres (...) ou nunca foram encontradas ou deixaram sempre grandes dúvidas quanto à sua natureza – como sucedeu com aquela que o referido botânico francês descobriu em Santo Antão – e, nomeadamente, sobre a sua origem, visto os berberes, a

<sup>152</sup> - COSTA, A. Fontoura – Op. Cit., p. 176.

<sup>153</sup> - CORRÊA, António Mendes – *Ultramar Português, II, Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, MCMLIV, p. 127.

<sup>154</sup> - CORRÊA, António Mendes – Op. Cit., p. 127.

<sup>155</sup> - CORRÊA, António Mendes – Op. Cit., p. 127.

quem se atribuem, não serem navegadores e a hipótese de haverem chegado às ilhas, em embarcações fenícias, nunca ter sido documentada (...) <sup>156</sup>.

No dizer de um anónimo, que fundamenta o seu depoimento na tradição oral, Santiago já era habitado por «(...) uns descendentes dos primeiros pretos que se achavam nesta ilha ao tempo dos descobrimentos (...)» <sup>157</sup> e que procederam «de um rei jalofo, que, por causa de uma sublevação, tinha fugido do seu país com toda a sua família e buscar refúgio, em uma canoa, na costa do continente do mesmo Cabo Verde» <sup>158</sup>. Crê-se que, durante a fuga, a embarcação do sobredito rei foi surpreendida por uma violenta tempestade que a fez chegar a Santiago.

João da Silva Feijó acolhe, em 1797, esta tese e lança-a depois em dois ensaios, em ambos os quais diz, peremptoriamente, que «na descoberta das ilhas de Cabo Verde, havendo-se unicamente encontrado povoada a de S. Thiago, de negros Jalofo que ali tradicionalmente consta terem passado por acaso, perseguidos pelos Falupos seus vizinhos, e lançados pelas brisas, e correntes ao oeste» <sup>159</sup>.

Em 1810 e em 1827, António Pusich repete, *ipsis verbis*, o argumento de Feijó, embora lhe acrescente um dado novo. Ou seja, para ele, a ilha do Fogo, a exemplo da de Santiago, também se achava povoada por povos jalofo, provenientes da Guiné, antes da chegada dos portugueses. A mesma tese desenvolveu-a José Carlos Conrado Chelmsick, em 1841, se bem que sem algum dado adicional, porquanto se limitou a repisar as ideias dos seus predecessores.

Esta corrente de opinião é largamente contrariada, a começar por todos os alegados descobridores de Cabo Verde. É já bastante conhecida a célebre exclamação de Diogo Gomes - «nenhum indício de homem vimos ali!» - ao chegar a Santiago. A tomar como certa a asserção, pode dizer-se, com efeito, que Cabo Verde era então um território *res nullius*.

<sup>156</sup> - LESSA, Almerindo – *Na Hora di Bai. Segunda Meditação Biológica sobre o Homem de Cabo Verde*. In «Cabo Verde», Boletim de Propaganda e Informação, n.º 88, ano VIII. Praia: Publicações da Imprensa Nacional, 1957, p. 5.

<sup>157</sup> - CARREIRA, António – *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, 3ª Edição. Praia: Edição do Instituto de Promoção Cultural, 2000, p. 295.

<sup>158</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., pp. 294-295.

<sup>159</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 295.



António Carreira, historiador cabo-verdiano de nomeada, critica os pontos de vista de Feijó, de Pusich e de Chelmick, elucidando que os jalofo de Santiago, a que os três autores se referem, eram os que Pêro Vaz, depois da chegada dos portugueses, trouxera do reino de Caio, após o assassinio de Boma Gilém ou Bumugelém.

Ainda assim admite que não se deve excluir de toda a hipótese de Santiago ter sido refúgio de um pequeno grupo de náufragos jalofo ou de outros habitantes do Cabo Verde (lêbús ou sèrères), antes da chegada dos portugueses. A ter ali aportado gente – repara – foi-o por causas puramente acidentais e esporádicas»,<sup>160</sup> sem intuito de ocupação ou de povoamento.

Lopes de Lima, Ernesto de Vasconcelos, Simão Barros, Charles Monteil, Mendes Corrêa, João Lopes Filho, Silveira Teixeira e o Padre António Brásio, entre outros, perfilham a mesma teoria. Num ensaio publicado, em 1844, Lopes de Lima classifica de «uma fábula pouco engenhosa, vaga e infundada»<sup>161</sup> a ideia de alguns escritores de que Santiago teria sido povoado antes dos portugueses.

Mendes Corrêa assegura que nenhum documento do séc. XV permite supor que Santiago tenha sido ocupado e povoado antes dos portugueses, «porque todas as ilhas de Cabo Verde foram encontradas desabitadas»<sup>162</sup>. João Lopes Filho assume idêntica posição, admitindo que «se algum povo se instalou nas ilhas antes dos portugueses não pôde subsistir e desapareceu sem deixar vestígios concretos, visto que o verdadeiro povoamento só se efectuou com a colonização portuguesa»<sup>163</sup>. Categórico foi Richard Patee, professor da Universidade Laval do Canadá, segundo quem «Cabo Verde não tem história anterior aos portugueses».

<sup>160</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 291.

<sup>161</sup> - LIMA, Lopes – *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Ultramarinas*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 102.

<sup>162</sup> - CORRÊA, António Mendes – *Raças do Império*. Porto: Portucalense Editora, 1943, p. 296.

<sup>163</sup> - FILHO, João Lopes – *Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo-verdiana*. Lisboa: Ulmeiro, s/d, p. 16.

## 2.2 – QUEM DESCOBRIU CABO VERDE?

Envolto em celeuma é o descobrimento de Cabo Verde. Por desemaranhar está este histórico enigma. Avolumam-se ideias, explicações e teorias para o desenlear. A profusão de argumentos é tanta que até há quem atribua o descobrimento de Cabo Verde a árabes do século XII, ideia que a crítica refuta como «destituída do menor fundamento histórico»<sup>164</sup>. No entanto, quatro navegadores reivindicam o feito: Diogo Gomes, António da Noli, Luiz Cadamosto e Vicente Dias.

Comecemos pelo primeiro, que reclama a glória do descobrimento de Cabo Verde. Reivindicou-a no relato que, aos 80 anos de idade, contou a Martin Béhaim, o qual se acha, também, no manuscrito de Valentim Fernandes, nos arquivos de Munique. Em 1460, supõe-se, Diogo Gomes e António da Noli encontravam-se no porto de Zaia ou Zaza, no rio Barbacins, na Guiné. Da viagem o navegador português expôs a narrativa que se segue a Martin Béhaim.

«(...) Eu e António da Noli partimos daquele porto de Zaia e andamos dois dias e uma noite a caminho de Portugal e encontramos ilhas no mar. E porque a minha caravela era mais veleira que a outra, cheguei eu primeiro a uma daquelas ilhas, onde via areia branca, e, parecendo-me um bom porto, lancei âncora, e o mesmo fez António. E disse-lhe que queria ser o primeiro a pôr o pé em terra, e assim fiz, e nenhum indício de homem vimos ali. Chamámos Santiago à ilha por ter sido descoberta no dia do santo» (...).

Diogo Gomes dá mais pormenores da viagem com o colega genovês: «(...) E querendo ir a Portugal, com o vento contrário, fui às ilhas dos Açores, e António da Noli ficou na ilha da Madeira. Com melhor tempo, chegou a Portugal antes de mim e pediu ao rei a capitania da ilha de Santiago que eu descobrira. E o rei deu-lha, e ele a conservou até morrer (...)».

---

<sup>164</sup> - CORRÊA, António Mendes – Op. Cit., p. 76.

Em defesa do almoxarife de Sintra estão muitos historiadores, entre os quais podemos citar o cabo-verdiano Christiano Senna Barcelos, os portugueses Armando Cortesão, Ernesto de Vasconcelos, Fontoura da Costa e Damião Peres e o inglês Richard Henry Major. Valentim Fernandes, no mencionado manuscrito, e Ernesto de Vasconcelos confirmam que Santiago foi achado, com efeito, por Diogo Gomes, embora avancem datas diferentes. Se, para o primeiro, o descobrimento ocorreu em 1463, já o segundo sugere que foi em 1462. Armando Cortesão concorda com este ponto de vista, embora reconheça, *sine dubio*, que a exposição do navegador henriquino contém «várias inexactidões»<sup>165</sup>.

Alguns historiadores portugueses e italianos contestam, com alguma veemência, estas teses, considerando-as de todo infundadas. José de Oliveira Boléo nega que o almoxarife de Sintra, a quem acusa de *blasonador*, tenha feito o descobrimento de Cabo Verde. Ora, Diogo Gomes – critica – «fala-nos de que *vimos ilhas no mar*, mas só refere a de S. Tiago»<sup>166</sup>. Boléo estranha que Diogo Gomes «não pusesse nome às outras ilhas, nem as visitasse, como todos os navegadores faziam nas terras acabadas de descobrir»<sup>167</sup>.

António da Noli chegou a Portugal, com duas naves e um barinel, acompanhado do seu irmão Bartolomeu e do seu sobrinho Raffael. Com a anuência do Infante D. Henrique, realizou uma viagem, durante a qual, segundo João de Barros, descobriu sozinho «algumas ilhas de Cabo Verde»<sup>168</sup>.

Desde os cronistas do séc. XVI aos modernos historiadores, todos concordam em atribuir a Noli o feito de as ter descoberto. Diferem, ao que se acredita, nas datas. De acordo com Damião Peres, os defensores do genovês «julgam, suficientemente, comprovativos os textos oficiais»<sup>169</sup>: «A Carta de doação de 19 de Setembro de 1462 das cinco ilhas achadas por António da Noli em vida do Infante D. Henrique e a Carta de D. Manuel, de 8 de Abril de 1497, transferindo para D. Branca de Aguiar, filha do genovês

<sup>165</sup> - CORTESÃO, Armando Zuzarte – *Subsídios para a História do Descobrimento da Guiné e de Cabo Verde*. In «Boletim da Agência Geral das Colónias», ano 7º, nº 73. Lisboa, 1931, p. 34.

<sup>166</sup> - BOLÉO, José de Oliveira – *O Descobrimento e os Descobridores das Ilhas de Cabo Verde*. In «Petrus Nonius», Vol I, fasc. 1 e 2. Lisboa: Publicação do Grupo Português da História das Ciências, MCMXXXVII, p. 216.

<sup>167</sup> - BOLÉO, José de Oliveira – Op. Cit., p. 216.

<sup>168</sup> - VERLIDEN, Charles – *António de Noli e a Colonização das Ilhas de Cabo Verde*. In «Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», III série, nº 7, Lisboa, 1963, p. 29.

<sup>169</sup> - PERES, Damião – *História dos Descobrimentos Portugueses*. Porto: Portucalense Editora, 1945, p. 132.

António da Noli, a capitania da Ribeira Grande, que vagara pela morte do seu pai, por ter sido o primeiro que a dita ilha achou»<sup>170</sup>.

As cinco ilhas em questão são S. Cristóvão (Boa Vista), S. Filipe (Fogo), Mayas (Maio) Santiago e Sal, embora estas três últimas já figurassem na Carta de 3 de Dezembro de 1460, respectivamente, com os nomes de De las Mayaes, Sam Jacobo e Lana<sup>171</sup>. O terceiro argumento em abono de Noli resulta do facto de ele ter sido recompensado com a capitania da Ribeira Grande. A favorecer o caravelista genovês estão ainda mais dois factos recolhidos por José Artiaga Barreiros, como sejam as narrativas de Diogo Gomes e de Luiz Cadamosto segundo as quais Noli participou «no descobrimento de que eles se arrogam direitos de prioridade»<sup>172</sup>.

Demais a mais, o navegador genovês surge nos mapas italianos da época como sendo o descobridor de Cabo Verde. Em 1455, Luiz Cadamosto, ao serviço do Infante D. Henrique, empreendeu a sua primeira viagem à costa ocidental de África. Dois anos depois, ou seja, em Maio de 1457, o navegador veneziano, acompanhado de Antoniotto Usodimara,<sup>173</sup> realizou a segunda, no fim da qual chamou a si a autoria do descobrimento de Cabo Verde no relato abaixo.

«Partimos de Lagos, no princípio de Maio, para a descoberta da costa da Guiné; passámos as Canárias e, com a corrente das águas, que corriam com ímpeto para o sudoeste, chegámos ao Cabo Branco, e tendo vista dele, nos alargámos um pouco ao mar; na noite seguinte assaltou-nos um temporal do sudoeste; para não voltar para trás, aguentámos assim o tempo duas noites e três dias, e ao terceiro avistamos terra; mandámos subir ao mastro dois homens e descobriram duas grandes ilhas. A primeira a que abordamos pusemos o nome de ilha da Boa Vista, por ter sido a primeira que vimos naquelas partes e as estoutras que nos parecia a melhor de todas as quatro, o de S. Tiago porque no dia S. Filipe e São Tiago, que é 1 de Maio, há que lançámos âncora nela».

<sup>170</sup> - BARREIROS, José Artiaga – Op. Cit., p. 21.

<sup>171</sup> - LAGARTO, Mariana – Op. Cit., p. 151.

<sup>172</sup> - BARREIROS, José Artiaga – Op. Cit., pp. 21-22.

<sup>173</sup> - Até à presente data, estabeleceu-se uma certa polémica a propósito da real identidade de António da Noli e de Antoniotto Usodimara. Alguns historiadores acham que são a mesma pessoa, embora outros pensem o contrário. Não é inocente que se faz esta confusão. A aceitar a primeira hipótese, acreditar-se-á na tese de que foi Cadamosto o descobridor de Cabo Verde, acompanhado por António da Noli, posição, aliás, assumida por José Oliveira Boléo.

Cadamosto diz ter enviado uma lancha à terra para ver se havia homens ou vestígios de habitação. «Na manhã seguinte, para ficar bem convencido, mandara doze homens a terra, bem providos de armas e bestas, que subiram à parte mais alta e montanhosa, mas acharam tudo deserto, havendo apenas muitos pombos. Quando subiram ao cume de um monte da ilha avistaram mais três, uma ao norte e duas ao sul e todas as três à vista uma das outras».

O navegador veneziano garante ter encontrado na ilha a boca de um rio, julgando que fosse de boa água. A acreditar na sua narração, os seus marinheiros acharam ainda muitas tartarugas e «pequenas lagoas de sal branquíssimo e belo», que levaram em grande quantidade para o navio. Porque julgada imprecisa, a descrição de Cadamosto tem sido objecto de muita contestação, tal a de Christiano Senna Barcelos, para quem «não compreendemos como a caravela, tendo partido de Lagos no princípio de Maio, pudesse chegar no dia 1 do mesmo mês a S. Tiago»<sup>174</sup>. A isto, dilucida que ou houve engano de datas ou então pouco rigor na leitura científico do manuscrito do navegador, que duvida que tenha sido elaborado por ele.

Duarte Leite e Damião Peres chamam a atenção para um facto que reputam de primeira importância. Na relação das viagens de Cadamosto à Guiné, escrita antes de 2 de Fevereiro de 1463, e editada, em 1705, por João Baptista Ramúsio, lê-se, com efeito, que o veneziano partiu de Lagos no dealbar de Maio. Todavia, já na publicação seguinte, a que Duarte Leite confere maior credibilidade que a de Ramúsio, diz-se que a expedição de Cadamosto saiu em Março.

Esta correcção por si só levou Duarte Leite a sugerir que o navegador «podia estar em Maio à vista do arquipélago»<sup>175</sup> e impeliu Damião Peres a aceitar que «a alegada incompatibilidade de data invocada na primeira arguição acha-se anulada pelo facto de aparecer esse início atribuído a princípios de Março na cópia mais antiga do texto de Cadamosto, como pode ver-se na moderna reedição»<sup>176</sup>.

<sup>174</sup> - BARCELLOS, Christiano Senna – Op. Cit., p. 10.

<sup>175</sup> - LEITE, Duarte – *Quem Descobriu as Ilhas de Cabo Verde*. In «Boletim Geral das Colónias», ano 15º, nº 174. Lisboa, 1939. O artigo publicou-o, pela primeira vez, o autor no jornal «1º de Janeiro do Porto».

<sup>176</sup> - PERES, Damião - *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2ª Edição (Actualizada). Porto: Portucalense Editora, 1960, p. 197.

Lopes de Lima, nos seus «Ensaio sobre Estatística das Possessões», escreve, à guisa de desmentido, que da Boa Vista nunca Cadamosto poderia ter visto Santiago, mas, provavelmente, o Sal, mesmo assim, em dias claros. Fontoura da Costa repara que «a ilha que Cadamosto declara ter denominado Boa Vista é indicada por outro nome, S. Cristóvão, nos documentos oficiais portugueses até ao ano de 1489».

Se, para Lopes de Lima, o navegador veneziano «nunca viu as ilhas de Cabo Verde, nem sabia como elas eram nem como estão arrumadas no mapa», já, no dizer de Armando Cortesão, «Cadamosto nem sequer fez a segunda navegação a que se refere (...)»<sup>177</sup>, para depois desmentir a sua asserção de que viu «lagos de sal e a foz de um rio em Santiago na qual podia entrar uma caravela de 75 toneladas».

Nem em Cabo Verde, nem em Santiago – contesta António Brásio – «existe hoje, nem existiu jamais um curso de água que mereça o nome de rio, mas apenas riachos e ribeiras torrenciais, e só no tempo de chuvas, e nos quais nem sequer uma pequena canoa poderia nadar sobre elas»<sup>178</sup>. Esta observação, todavia, não colhe, no dizer de alguns entendidos, sabido que, «(...) um século depois de Cadamosto, quando a ilha era sobejamente conhecida e visitada amiúde pelas armadas do Reino, falava-se de um rio caudaloso de água doce que nasce duas léguas acima do porto da Ribeira Grande»<sup>179</sup>.

A exemplo de muitos autores, António Mendes Corrêa admite que «Cadamosto, na descrição, muito ulterior, da sua segunda viagem (em 1456) à costa ocidental da África, reivindicou o pretenso descobrimento de ilhas de cuja existência tivera conhecimento nos meios portugueses por volta de 1460»<sup>180</sup>. Numa outra perspectiva de análise, Fontoura da Costa, rejeitando as explicações de Cadamosto, nota que «se as ilhas orientais de Cabo Verde tivessem sido descobertas em 1445, D. Henrique teria mandado povoar imediatamente a maior, o que não ordenou»<sup>181</sup>.

<sup>177</sup> - CORTESÃO, Armando Zuzarte – Op. Cit., pp. 36 e 37.

<sup>178</sup> - BRÁSIO, António – *Descobrimento, Povoamento e Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde*. Lisboa: Separata STVDIA, Revista Semestral, nº 10, 1962, p. 60.

<sup>179</sup> - Citado por AAVV – *Arquipélago de Cabo Verde*. In «Portugal em África», vol XIII, nº 75. Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1956. O articulista cita Damião Peres, na III Parte «Viagens de Cadamosto», p. 189, bem como «Navegação de Lisboa à ilha de S. Tomé por um piloto português. Cap. IV da Col. de Notícias da Academia das Ciências.

<sup>180</sup> - CORRÊA, António Mendes – *Ultramar Português, II, Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, MCMLIV, p. 123.

<sup>181</sup> - Citado por BARREIROS, José Artiaga – Op. Cit., p. 25.

Orlando Ribeiro não reprova, de todo em todo, o conteúdo da exposição de Cadamosto. Aponta-lhe alguns erros, é certo, que, todavia, «não permitem invalidá-lo totalmente»<sup>182</sup>. Estas reservas não o impediram, porém, de dizer que o veneziano «visitou estas paragens e que o seu testemunho vale como o de um dos primeiros navegadores que visitaram o arquipélago»<sup>183</sup>.

Charles Verliden é, de par com alguns historiadores italianos, entre os quais se avultam Amat de S. Filippo e Rinaldo Caddeo,<sup>184</sup> um acérrimo defensor de Cadamosto. Conquanto lhe faça muitas críticas, aprova, no entanto, que partes da sua narrativa têm alguns laivos de verdade.

Contrariando muitos historiadores, garante que o veneziano esteve, com efeito, em Cabo Verde e que o seu depoimento tem algum cunho de veracidade: «O veneziano notou correctamente que Santiago é a ilha maior. Ao seguir de Boa Vista para Santiago, encontra outra ilha, que é de certeza Maio. De Boa Vista vê uma ilha, ao norte, que só pode ser a ilha do Sal. Para o sudoeste havia duas outras ilhas (Maio e Santiago). Tudo isso está certo e mostra que Cadamosto esteve nas ilhas de Cabo Verde»<sup>185</sup>.

Seguindo a mesma linha de orientação, reconhece José de Oliveira Boléo que «as navegações de Cadamosto contêm matéria verídica»,<sup>186</sup> muito embora nelas haja algumas contradições e lapsos cuja origem atribuiu, em parte, àqueles que se encarregaram da sua tradução e cópia. O historiador ficou com a impressão de que o veneziano se atrapalhou na data da sua chegada a Cabo Verde, ao admitir que, «(...) referindo-se a S. Tiago menor, queria fazê-lo em relação a S. Tiago maior, que se festeja a 25 de Julho. E tanto assim será que o mesmo Cadamosto depois deu o nome de S. Cristovam à ilha da Boa Vista, santo que também se celebra a 25 de Julho»<sup>187</sup>.

F. C. Wieder, com a autoridade que se lhe reconhece em assuntos de cartografia africana, aventa uma outra teoria para explicar o descobrimento de Cabo Verde,

<sup>182</sup> - RIBEIRO, Orlando – *Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 59, Junta de Investigação do Ultramar, 1962, p. 131.

<sup>183</sup> - RIBEIRO, Orlando – Op. Cit., p. 131.

<sup>184</sup> - BRÁSIO, António – Op. Cit., p. 58.

<sup>185</sup> - VERLIDEN, Charles – *Descobrimiento de Cabo Verde*. In «Dicionário da História de Portugal», dirigido por Joel Serrão, Vol I/A-D. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963, p. 413.

<sup>186</sup> - BOLÉO, José de Oliveira – Op. Cit., p. 223.

<sup>187</sup> - BOLÉO, José de Oliveira – Op. Cit., p. 221.

mormente o de Santiago. O historiador inglês fundamenta, em parte, o seu raciocínio nos escritos de Azurara. O cronista henriquino notou que Vicente Dias partiu de Lagos, em 1445, com destino à costa ocidental do continente africano, à frente de uma das caravelas de Lançarote, algumas das quais não regressaram depois em conjunto ao reino. Supõe-se que foi a de Vicente Dias que não voltou a Lagos, acabando assim por ir parar, sem o saber, a Cabo Verde.

Um outro argumento de que Wieder se serviu para outorgar àquele piloto o descobrimento de Cabo Verde é a Carta de Bianco, na qual este localiza a tal *ixola otinticha*, de que atrás falámos, e cujo desenho se aproxima muito, na sua configuração norte, da de Santiago. Além disso, Wieder ajuíza que a primeira viagem que Cadamosto efectuou à África, em 1455, fê-la numa caravela comandada por Vicente Dias.

Depois de ter comparado todos estes elementos, julga Wieder que «Santiago foi descoberto, por mero acaso, em 1445, por Vicente Dias»<sup>188</sup>, quando este regressava da costa ocidental de África, e que Bianco, ao ser informado de tal feito, colocou àquela ilha na sua Carta de 1448. A crer no aludido historiador, o navegador português contou ao seu colega veneziano o descobrimento que fizera, dez anos antes, da maior ilha de Cabo Verde.

Wieder remata que «Cadamosto, na Relação das suas viagens à África, reivindicou o descobrimento das primeiras Ilhas de Cabo Verde, que colocou na 2ª viagem (1456), quando nem ali estivera. Ele deveria ter tido conhecimento da viagem de Diogo Gomes e de António da Noli, em 1460, por isso que a sua referida Relação foi escrita depois deste último ano»<sup>189</sup>.

Em Portugal, Fontoura da Costa parece ser um dos grandes entusiastas das teses de Weider. Classifica-as de «interessantíssimas» e dignas de registo, num exíguo texto dado à estampa com a finalidade última de relançar a discussão sobre o descobrimento da ilha de Santiago. José Manuel Garcia, em «Viagens dos Descobrimentos», aceita, também, com base no mapa de Fra Mauro, que Cabo Verde foi avistado por Vicente Dias.

---

<sup>188</sup> - COSTA, A. Fontoura – Op. Cit., p. 177.

<sup>189</sup> - COSTA, A. Fontoura – Op. Cit., p. 12



Por entre este acervo de opiniões contraditórias, é-nos, sobretudo, embaraçoso extrair uma linha de pensamento que nos leve a uma conclusão. Do exposto, não se nos afigura aceitável determinar, ao certo, quem cometeu tamanha proeza, sabido que «não se encontra ainda, definitivamente, estabelecido, em que data e por quem foi feito o descobrimento do arquipélago de Cabo Verde»<sup>190</sup>. Trata-se, no fundo, de uma matéria que tem dado pano para enorme controvérsia, tal a diferença de argumentos.

A versão oficial, secundada pelo diploma de doação, de 19 de Setembro de 1462, e pela carta régia, de 8 de Abril de 1497, aprova que o descobrimento de Cabo Verde foi, exclusivamente, realizado, ainda em vida do Infante D. Henrique, por António da Noli. Ou melhor, citando o Padre António Brásio,<sup>191</sup> a tese oficial nasceu e manteve-se pelo facto de o navegador genovês ter sido contemplado com a capitania da Ribeira Grande, ao contrário de Diogo Gomes, que, pelos vistos, e a fazer fé nos documentos coevos, não se mostrou interessado em explorar as ilhas.

Talvez porque seja oficial, a mesma opinião, que tem por base os diplomas da chancelaria real, é partilhada por um grande número de historiadores, de entre os quais se notam João de Barros, António Galvão, Gonzalo de Reparaz, Duarte Leite, Luís de Albuquerque. A esta corrente opõe-se uma outra – a da «crítica histórica»<sup>192</sup>, influenciada, segundo o ensino de António Brásio, por manifestações de ordem sentimental, política, patriótica ou ainda nacionalista.

Autores há que subscrevem a ideia de que a façanha foi obra apenas de Diogo Gomes. A defendê-la estão ínclitos historiadores como Armando Cortesão, Frazão de Vasconcelo<sup>193</sup> e Richard H. Major. Perspectiva diferente tem M. A. Chevallier, Rinaldo Caddeo e Amat de S. Filippo, os quais sugerem, na linha da escola italiana de História, que Cadamosto foi, sem a menor contestação, o descobridor de Cabo Verde.

<sup>190</sup> - CORRÊA, António Mendes – Op. Cit., p. 121.

<sup>191</sup> - BRÁSIO, António – Op. Cit., p. 75.

<sup>192</sup> - BRÁSIO, António – Op. Cit., p. 58.

<sup>193</sup> - VASCONCELO, Frazão – *Diogo Gomes: Caravelista do Infante e Descobridor da Ilha de Santiago de Cabo Verde*. In «Boletim de Cabo Verde», nº 106, ano IX. Praia, 1958.

Por fim, a Vicente Dias é, também, apontado o mérito do descobrimento. Nisto apenas estão Weider, Fontoura da Costa e José Manuel Garcia. No entanto, não deixa, de igual modo, de ser curiosa a conclusão a que chegou o segundo, tentando, quiçá, arrumar, em definitivo, a celeuma: «Vicente Dias é o *descobridor histórico* da ilha de Santiago, Diogo Gomes o redescobridor desta ilha e *descobridor histórico* das quatro restantes ilhas orientais, e António da Noli o *descobridor oficial* das cinco ilhas»<sup>194</sup>.

A observar há ainda a explicação de «duplo descobrimento». Ora a favorecer a parceria entre António da Noli e Diogo Gomes, em 1460, ora entre Cadamosto e António da Noli, em 1457. Se, a primeira hipótese, é admitida por Christiano Senna Barcelos e Damião Peres, já, a segunda, assumem-na Damião de Góis e José de Oliveira Baldéo.

A parceria entre António da Noli e Diogo Gomes é muito mais aceitável que a outra, uma vez que, segundo observaram Senna Barcelos e Damião Peres, os estrangeiros, como era o caso do genovês, não podiam, ainda que, devidamente, autorizados, viajar sozinhos em águas do Infante D. Henrique, porquanto tinham que estar sempre acompanhados por um homem de plena confiança deste.

Pelos argumentos já por demais expostos, é lícito acreditar que o descobrimento de Cabo Verde ocorreu depois de Gomes Eannes de Azurara ter redigido, em 1453, o célebre livro – «Crónica dos Descobrimentos e Conquistas da Guiné» – no qual expôs, minuciosamente, os descobrimentos lusitanos até 1448. O cronista de D. Infante Henrique não chegou a fazer nenhuma alusão, por insignificante que fosse, àquele arquipélago.

Fá-lo-ia, por certo, caso Cabo Verde tivesse sido então descoberto. Nenhum historiador, em presença de um feito tão notável, o deixaria de mencionar nas suas obras. Além do mais, segundo José Artiaga Barreiros, não se encontra, na Torre de Tombo, nenhum documento referente a Cabo Verde, antes de 1460. A esse respeito, o mais antigo diploma relativo àquele arquipélago é a Carta régia de 3 de Dezembro de 1460, pela qual D. Afonso V, depois da morte do Infante D. Henrique, doou a seu irmão D. Fernando

<sup>194</sup> - Citado por PERES, Damião – *História dos Descobrimentos Portugueses*. Porto: Portucalense Editora, 1943, p. 137.

«(...) as ilhas de Santiago (S. Jacobo) e Fogo (Fellipe), Maio (Maias), Boa Vista (S. Cristovam) e Sal (Lhana)...», doação esta que se tornou «perpétua e irrevogável»<sup>195</sup>.

Em termos definitivos, perante a inexistência de documentos concludentes e insubsistentes, nada nos autoriza a consagrar este ou aquele navegador como o *descobridor* de Cabo Verde, o que é o mesmo que dizer que o enigma continua por desvelar. Nem a «História Geral de Cabo Verde», editada, há pouco tempo, logrou dar resposta à questão, por Luís de Albuquerque se ter limitado a repetir factos já conhecidos sem a preocupação de os aprofundar<sup>196</sup>.

Como quer que seja, das raras certezas que se tem sobre esta matéria, há uma, no entanto, que salta à vista: a de que foi ao serviço de Portugal que Cabo Verde foi descoberto. Ou por Diogo Gomes, ou por António da Noli, ou por Luiz de Cadamosto ou ainda por Vicente Dias. O resto são histórias que carecem de confirmação.

### 3 – POVOAMENTO DE CABO VERDE

Quando a coroa portuguesa decidiu ocupar Cabo Verde, colocou-se-lhe, num átimo, uma questão nodal. Em outros termos, punha-se-lhe o problema de estender, até o arquipélago, a sua soberania. Uma das formas de o fazer era através do povoamento, que, na leitura de Óscar Barata, acabou por ser «o verdadeiro critério do estabelecimento da soberania (...)»<sup>197</sup>.

O professor do ISCSP acha que Cabo Verde, juntamente com S. Tomé e Príncipe, teve «um papel de primeiro plano»<sup>198</sup> na definição dos próprios critérios de estabelecimento da soberania portuguesa. Isto fê-lo citar Adriano Moreira, que, numa intervenção no Congresso da História dos Descobrimentos, notou que «o problema do

<sup>195</sup> - BARCELLOS, Christiano Senna – Op. Cit., pp. 14-15.

<sup>196</sup> - Em «O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde», inserto na «História Geral de Cabo Verde», Vol I, Luís de Albuquerque nada acrescenta ao manancial de informações já consabidas sobre o tema em questão. Ao longo do texto, cingiu-se apenas a suscitar questões que outros, como Damião Peres, Armando Cortesão, Fontoura da Costa, Damião de Góis, levantaram há já largo tempo, com base em documentos coevos. Este facto leva-nos a admitir que o autor do texto não quis, ou por falta de meios técnicos e financeiros, ou por opção, dar-se ao trabalho de levar às derradeiras consequências os esforços tendentes a lançar novas pistas em torno do tema, consultando, para o efeito, caso se mostrem necessários, arquivos árabes, europeus e africanos.

<sup>197</sup> - BARATA, Óscar – *O Povoamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé*. Separata de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Curso de Extensão Universitária, ano lectivo, de 1965/1966. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966, p. 7. Op. Cit., p. 7.

<sup>198</sup> - BARATA, Óscar – Op. Cit., p. 7.

povoamento das ilhas levou a pôr em termos característicos os critérios de aquisição definitiva de novos territórios para o Estado»<sup>199</sup>.

A ideia de base de Portugal, em relação a Cabo Verde, fundava-se num projecto de ocupação simétrico ao dos Açores e da Madeira, cujas linhas gerais se estribavam, na visão de Ilídio do Amaral, «na introdução de população livre e de população escrava; no regime de capitanias e de sesmarias, na tentativa de transposição de culturas mediterrâneas de subsistência para as ilhas, na introdução de produtos das regiões tropicais da África, da América do Sul e da Índia (...) na política de atracção de comerciantes e técnicos estrangeiros; no estímulo de mestiçagem para cobrir o défice humano da colonização e na substituição gradual dos escravos por uma servidão atenuada».

Porém, o clima não permitiu que o modelo açoriano-madeirense fosse executado em Cabo Verde. Silva Rego observa que «ao passo que as ilhas açorianas foram sendo povoadas em ritmo normal, por vários grupos europeus, sobretudo portugueses e flamengos, em Cabo Verde houve que seguir política diversa»<sup>200</sup>.

Segundo aquele historiador, «cedo os portugueses devem ter verificado a enorme diferença que havia entre o clima açoriano-madeirense e o cabo-verdiano. Enquanto o primeiro se patenteava claramente favorável à fixação europeia, o segundo já não era tão peremptório. O primeiro convidava à cultura imediata; o segundo, mais seco e mais incerto, solicitava o estudo de novos métodos de adaptação»<sup>201</sup>.

São estas as razões que fizeram Portugal alterar o rumo dos acontecimentos. Em outras palavras, tal como observou Óscar Soares Barata, «as circunstâncias vieram a impor os caminhos que tornaram as ilhas o principal entre os primeiros exemplos de povoamento multirracial»<sup>202</sup>. Daí que fosse aconselhável resgatar «nas feitorias e outros

<sup>199</sup> - BARATA, Óscar – Op. Cit., p. 7.

<sup>200</sup> - REGO, A. da Silva – *Reflexões sobre o Primeiro Século da História Cabo-verdiana (1460-1580)*, Separata de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Curso de Extensão Universitária, ano lectivo, de 1965/1966. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966, p. 74.

<sup>201</sup> - REGO, Silva – Op. Cit., p. 74.

<sup>202</sup> - BARATA, Óscar – Op. Cit., p. 9.

pontos de ocupação portuguesa da costa fronteira de África um grande número de escravos negros (...)»<sup>203</sup>.

A ausência de recursos em Cabo Verde não entusiasmou muito os portugueses a povoarem, de começo, a Ribeira Grande. A mesma opinião partilha-a Ilídio Cabral Baleno, para quem não existiam no arquipélago recursos naturais que de imediato pudessem despertar o interesse de eventuais povoadores, podendo ser este o motivo bastante que explica a reserva de Portugal em avançar, já em 1460, com o processo de povoamento de Cabo Verde.

Conforme mostrou Ilídio Cabral Baleno, «poucos estavam interessados em se aventurarem a fixar residência na ilha»<sup>204</sup>. Demais a mais, por Cabo Verde se encontrar muito longe do reino, muitos portugueses colocavam reservas para lá se deslocar, a menos que recebessem alguns incentivos, melhor dizendo, «mui grandes liberdades e franquezas».

Por outro lado, ninguém se dispôs, ao tempo, a investir avultados recursos num território desabitado e distante da metrópole. O rei não podia fazê-lo, é certo, mas não deixa de ser verosímil que, enquanto soberano, estava em condições de conceder latos privilégios e poderes a quem abraçasse tamanha causa. À monarquia se colocava a tarefa de criar as mínimas condições jurídicas que atraíssem gente do reino para uma terra incógnita.

Se o arquipélago não dispunha de riquezas que pudessem aliciar eventuais povoadores, tinha, no entanto, uma excelente situação geográfica que «tornava premente a ocupação»<sup>205</sup> portuguesa. Dito de outra maneira, António de Sousa Lara admite que «a posição estratégica nas rotas da Índia e do Brasil tornou, todavia, imperativa a colonização de Cabo Verde»<sup>206</sup>.

<sup>203</sup> - ALMEIDA, João – *A População de Cabo Verde*. In «Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial». Porto: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 52.

<sup>204</sup> - BALENO, Ilídio Cabral – Op. Cit., p. 130.

<sup>205</sup> - BALENO, Ilídio Cabral – Op. Cit., p. 130.

<sup>206</sup> - LARA, António de Sousa – *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)*. Lisboa: Edição do ISCSP, 2000, p. 99.

Em 19 de Setembro de 1462, D. Fernando gizou, em parte, o projecto de povoamento de Cabo Verde à frente do qual estava António da Noli, que, a seu cargo tinha a responsabilidade de explorar as madeiras, a pesca, o coral, os materiais de tinturaria e os recursos mineiros. «Por outro lado, é o príncipe, que é senhor das ilhas, quem há-de estabelecer o regime que nelas se estabelecerá e determinará as ordenações que lhe dizem respeito»<sup>207</sup>.

Mais tarde, D. Afonso V, em 12 de Junho de 1466, a rogo de D. Fernando, emitiu a carta régia de privilégios aos moradores de Santiago, a qual, no dizer de Jaime Cortesão, era «a verdadeira carta da fundação da colónia»<sup>208</sup>, que consistia no direito de os moradores daquela ilha «tratarem e resgatarem em todas as partes da Guiné, à excepção de Arguim, levando para isso todas as mercadorias que tivessem e quisessem, salvo armas, ferramentas, navios e seus apetrechos (...)».

A aludida carta régia se, a um tempo, serviu de base à ocupação e ao desenvolvimento de Santiago, assim como à expansão portuguesa, foi também, na feliz expressão de João Lopes Filho, «a certidão de nascimento»<sup>209</sup> de Cabo Verde. Pouco tempo depois, daquela ilha saíam caravelas com destino à então Guiné, a bordo das quais os navegadores iniciaram o comércio de escravos negros e de mercadorias.

António da Noli, acompanhado do seu irmão Bartolomeu e do sobrinho Rafael, tratou, pessoalmente, da sua instalação na Ribeira Grande e, com o apoio do rei, começou a ocupar Santiago, em 1462. A data não oferece contestação, sabido que a Carta régia de 12 de Junho de 1466 refere que havia quatro anos que D. Fernando iniciara a povoação do arquipélago oriental, o que, feitas as devidas contas, não se mostra difícil de chegar àquela conclusão. Outrossim, tal pretensão está, liquidamente, expressa no testamento do Infante de 28 de Outubro de 1460.

De acordo com Charles Verliden, o navegador de Ligúria, que era, no fundo, um empresário de colonização, «não foi só encarregado de tomar posse das ilhas, de

---

<sup>207</sup> - VERLIDEN, Charles – Op. Cit., p. 34.

<sup>208</sup> - CORTESÃO, Jaime – Op. Cit., p. 58.

<sup>209</sup> - FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 16.

maneira simbólica, mas também de as ocupar»<sup>210</sup>. A esta luz, parafraseando Senna Barcelos, é natural que Noli tenha sido o primeiro homem a lançar «os alicerces de uma casa»<sup>211</sup> em Cabo Verde. Para nós, o genovês foi o cabouqueiro do arquipélago.

Traçado o quadro geral de ocupação, Noli deu início ao povoamento das ilhas, «por forma a fazer delas sólido ponto de apoio da navegação, assegurar a continuidade das descobertas mais para o sul e do comércio na costa»<sup>212</sup>. Para o efeito, Santiago, em harmonia com os hábitos da época, foi dividido, entre 1461 e 1462, em duas capitânias: a da Ribeira Grande, hoje Cidade Velha, situada a sul da ilha, entregue a António da Noli, como recompensa pela descoberta, enquanto a dos Alcatrazes, freguesia de Nossa Senhora da Luz, doada a Diogo Afonso.

Óscar Barata cita Paulo Merêa<sup>213</sup>, para quem «o regime das capitânias, adoptado na colonização do Brasil e das ilhas do Atlântico, tinha muito de comum com a prática de conceder largos poderes judiciais e administrativos e grandes privilégios económicos às ordens religiosas e aos nobres mais poderosos, a troco da obrigação de defender, povoar e valorizar as terras do sul da Metrópole»<sup>214</sup>.

De começo, em número bastante reduzido, levou Noli para Santiago, a mando de D. Fernando, genoveses e alguns casais do Alentejo e do Algarve, se bem que se não conheça, provavelmente, o número exacto de povoadores brancos transportados, por essa altura, para Santiago. Com o decorrer do tempo, «foram-se desenvolvendo e multiplicando estes casais, aumentados constantemente já com mais colonos vindos do Reino, em especial, das ilhas da Madeira e dos Açores (...)»<sup>215</sup>.

A esta lista Simão Barros acrescenta «alguns elementos judaicos»<sup>216</sup> e Mendes Corrêa degredados e espanhóis. Afora isso, os terrenos a desbravar eram muitos. Os colonos eram insuficientes para o amanho das terras. A agravar a situação, viram-se a braços com sérios e delicados problemas decorrentes da inadaptação ao clima quente do

<sup>210</sup> - VERLIDEN, Charles – Op. Cit., p. 33.

<sup>211</sup> - BARCELOS, Christiano Senna – Op. Cit., p. 27.

<sup>212</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 32.

<sup>213</sup> - Vide Paulo Merêa. *A Solução Tradicional da Colonização do Brasil*. In «História da Colonização Portuguesa do Brasil», vol III, p. 167.

<sup>214</sup> - BARATA, Óscar – Op. Cit., p. 10.

<sup>215</sup> - ALMEIDA, João de – Op. Cit., p. 51.

<sup>216</sup> - BARROS, Simão – *Origens da Colónia de Cabo Verde*. Lisboa: «Cadernos Coloniais», nº 56., s/d, p. 39.

arquipélago. Daí o recurso maciço a escravos negros da costa ocidental de África, mais concretamente, da Guiné antiga, que compreendia vastas áreas que vão do Senegal à Serra Leoa.

Nos primeiros quatro anos de povoamento, os resultados não foram muito satisfatórios, a ajuizar pela avaliação dos padres franciscanos Frei Rogério e Fra Mauro, os quais, ao regressarem de Santiago, em 1466, declararam ter encontrado, segundo Senna Barcelos, «a terra só e destituída de povos, exceptuando alguns genoveses que mais tratavam de colher algodão pelo mato»<sup>217</sup>.

Não obstante isso, logrou conseguir Santiago, poucos anos depois, *magníficos resultados*<sup>218</sup> na luta para o seu desenvolvimento económico. Em pouco tempo, aumentou a população e o comércio alcançou um nível aceitável em razão da afluência de barcos no porto da Ribeira Grande. O rápido crescimento da «Ilha de António», nome por que era conhecido, também, Santiago, contrastava com o da capitania dos Alcatrazes, fundada por Diogo Afonso, que nunca lá assentou arraiais, teve uma vida efémera.

Desprovido de condições para a prática de agricultura, porque situado numa região agreste, este povoado conheceu uma profunda decadência que se explica, parcialmente, pela «emigração dos seus mais importantes moradores para o porto da Praia»<sup>219</sup>. Diante deste quadro, era-lhe sobremaneira difícil sobreviver por mais tempo. Até porque, a acreditar em António Brásio, «já em 1784, era considerada quase deserta»<sup>220</sup>.

O povoamento de Cabo Verde fez-se muito lentamente. Em Santiago, por exemplo, ocorreu logo que a ilha foi descoberta, noutras partes, como S. Vicente, a ocupação começou a tomar letras de forma a partir do séc. XVIII. António Leão Correia e Silva localizou três grandes ciclos do processo de povoamento do arquipélago: o primeiro nos séculos XV e XVI; o segundo no séc. XVII; e o terceiro no séc. XVIII.

<sup>217</sup> - BARCELOS, Christiano Senna – Op. Cit., p. 29.

<sup>218</sup> - BARCELOS, Christiano Senna – Op. Cit., p. 33.

<sup>219</sup> - BARCELOS, Christiano Senna – Op. Cit., p. 27.

<sup>220</sup> - BRÁSIO, António – Op. Cit., p. 79.



Diz-nos aquele historiador que a primeira fase do povoamento de Cabo Verde abrangeu apenas Santiago e Fogo, sustentando que «o verdadeiro gerador e animador deste ciclo foi o tráfico de escravos»<sup>221</sup>. A segunda vaga da ocupação emergiu, naturalmente, do colapso da primeira e remonta à metade do séc. XVII, tendo sido, neste período, povoados Brava, S. Nicolau e Santo Antão.

Segundo António Leão Correia e Silva, o terceiro ciclo de povoamento desenrolou-se com a ocupação de S. Vicente, no séc. XVIII. Cabe sublinhar que este período coincidiu com o declínio da hegemonia social de Santiago e do Fogo e, em contrapartida, com o crescimento de Santo Antão, de S. Nicolau e Brava.

Orlando Ribeiro considera que, durante quase um século, a ocupação de Cabo Verde conheceu duas fases: «a primeira, mais prolongada, é dominada pela importância dos tratos da Guiné e pelas vantagens concedidas aos moradores de Santiago no resgate de escravos e de mercadorias»<sup>222</sup>; a segunda é marcada pela prosperidade da Ribeira Grande, pelo início da colonização das outras ilhas e pelo relativo desenvolvimento da agricultura em Santiago.

João Lopes Filho escreveu, em síntese, que o povoamento de Cabo Verde se estribou numa política de ocupação de espaço assente em cinco pilares: «Ocupação das ilhas com colonos europeus e escravos negros africanos, (...) instalação de donatários com poder para administrar justiça, conceder terras, etc., intensificação do povoamento com escravos alforriados e negros enquadrados por um reduzido número de brancos, criação de um entreposto onde se concentravam e ladinizavam os escravos destinados à exportação para destinos vários e a formação de uma sociedade baseada no mestiçamento do senhor com a escrava, mas dispondo aquele sempre de um forte poder de mando»<sup>223</sup>.

<sup>221</sup> - CORREIA e SILVA, António Leão – *Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades*. In «História Geral de Cabo Verde», Vol. III. Praia: Edição do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002, p. 1.

<sup>222</sup> - RIBEIRO, Orlando – Op. Cit., p. 148.

<sup>223</sup> - FILHO, João Lopes – Op. Cit., pp. 18 e 19.

### 3.1 – PRESENÇA HUMANA EM CABO VERDE: CONTRIBUTO DE EUROPEUS E DE AFRICANOS

Historicamente, a presença humana em Cabo Verde tem pouco mais de 500 anos de existência. O substrato humano que compõe a população cabo-verdiana é fruto do modelo do povoamento adoptado por Portugal. Os europeus foram os primeiros a chegar, com Noli, acompanhado dos seus familiares, dos criados do Infante D. Fernando e de alguns casais algarvios, a que se juntaram depois os açorianos e os madeirenses.

Pedro Lobo recorda que, nos primeiros anos da ocupação, «não se verificou apreciável aumento de brancos residentes»<sup>224</sup> nas ilhas. Como estes não podiam, em razão da sua fraca resistência ao clima, dedicar-se aos trabalhos agrícolas, preferiram a Madeira e os Açores a Cabo Verde. A única razão plausível para explicar o fraco crescimento da população europeia no arquipélago talvez se deva à insignificante presença de mulheres brancas no território. Em 1513, à laia de exemplo, havia apenas quatro em Santiago.

A maioria dos reinóis chegados, no início do povoamento, a Santiago eram comerciantes, seduzidos não somente pelas benesses da Coroa, mas também pelos ensejos de negócios com a Guiné, havendo ainda a registar almoxarifes, contadores, feitores, vedores da Fazenda, degradados, ouvidores, missionários, padres, provedores, entre outros<sup>225</sup>.

Os grupos humanos no arquipélago não se resumiam a portugueses, havendo ainda a apontar genoveses, castelhanos, judeus, mouros, ingleses e franceses. Mas, foram os portugueses que mais, significativamente, marcaram presença em Cabo Verde. De acordo com António Carreira, «a população branca que mais vestígios deixou da sua presença em Cabo Verde proveio do sul de Portugal»<sup>226</sup>.

<sup>224</sup> - LOBO, Pedro – *Algumas Notas sobre o Povoamento e a Colonização de Cabo Verde*. In «Boletim de Cabo Verde», ano IX, nº 106. Praia: Imprensa Nacional, 1558, p. 38.

<sup>225</sup> - BALENO, Ilídio Cabral – Op. Cit., p. 149.

<sup>226</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 311.

Para Orlando Ribeiro, a influência portuguesa em Cabo Verde «é muito mais forte»<sup>227</sup> que a africana. «A língua do lar, da rua e do amor é o crioulo (...); o vestuário pertence ao tipo ubiqüitário divulgado pela civilização europeia (...); toda a população é católica (ou protestante em torno de algumas missões (...); os sentimentos, as ideias, as emoções, aproximam, dentro de cada classe, os cabo-verdianos impressionantemente dos portugueses da classe correspondente (...)»<sup>228</sup>.

João Lopes Filho elencou alguns contributos de origem europeia que ainda marcam presença na forma de estar dos cabo-verdianos: «Desta maneira, lhes ficaram dos portugueses a utilização de várias técnicas, o vestuário, as instituições administrativas, sociais e morais, a religião, o mobiliário, o tipo principal de habitação, a forma de organização espacial nos povoados e vilas, etc.»<sup>229</sup>. São, também, de base portuguesa os festejos de Natal, Ano Novo e Reis, Santos Populares, assim como diversos elementos da cultura material utilizados no quotidiano do arquipélago<sup>230</sup>.

Se a origem europeia da população cabo-verdiana não suscita controvérsia, já a africana tem sido objecto de larga celeuma, porque nela se envolveram muitos grupos étnicos. António Brásio, por exemplo, é dos primeiros a lançar o debate, porquanto rejeita, histórica e sociologicamente, que a proveniência negra do cabo-verdiano seja, em parte ou predominantemente, do Sudão.

O historiador português traz à ideia várias provas para sustentar tal ponto de vista: a carta de privilégios de 12 de Junho de 1466, a inexistência absoluta de reminiscências do islamismo em Cabo Verde e a inconversão, regra geral, do maometismo ao cristianismo. A estes dados juntou o Regulamento de 25 de Outubro de 1853 e o Decreto de 14 de Dezembro de 1854, os quais definiram o quadro geral do arrolamento oficial da escravaria, feito, em 1856, no arquipélago.

<sup>227</sup> - RIBEIRO, Orlando – *A Ilha do Fogo e as suas Erupções*, 2ª Edição. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Memórias Série Geográfica, 1960, pp. 168-170.

<sup>228</sup> - RIBEIRO, Orlando – Op. Cit., pp. 168-170.

<sup>229</sup> - FILHO, João Lopes – *Aspectos da Cultura Cabo-verdiana*. In Separata das Actas do Congresso de Cultura Popular, vol. I. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal da Maia, 2000, pp. 113-114.

<sup>230</sup> - FILHO, João Lopes – Op. Cit., pp. 113-114.

Da análise deste precioso estudo histórico e sociológico, António Brásio coligiu que «a proveniência maciça do elemento africano da população de Cabo Verde nos veio da Guiné (no sentido moderno da palavra), com os seus mandingas, balantas, bijagós, felupes, biafadas, papéis, quissins, bramas, banhuns, futas, jalofo, bamrarãs, bololas e manjacos, sendo Cacheu, Geba e Bissau quem (...) forneceu o maior contingente humano»<sup>231</sup>.

António Carreira não aceita a presente conclusão a que chegou António Brásio. Começa, primeiro, por discordar da expressão «a proveniência maciça do elemento africano da população de Cabo Verde nos veio da Guiné» (no sentido moderno da palavra) que lhe pareceu desajustada às realidades. A seu ver, o conceito e o âmbito da Guiné variaram muito do séc. XVI para o XVII: «No primeiro deles, por Guiné entendia-se toda a costa ocidental de África, do rio Senegal ao rio Orange. Nos começos do séc. XVII tinha encurtado bastante mercê de um melhor conhecimento da geografia dessa parte do continente»<sup>232</sup>.

O historiador deixa a entender que a presença africana no povoamento de Cabo Verde se reporta à aceção antiga da Guiné, ou seja, a que se espraiava do Senegal à Serra Leoa e da qual o arquipélago recebeu uma «contribuição humana inestimável»<sup>233</sup>. Outro tanto, repara que das etnias indicadas por Brásio somente três se situam, desde sempre, na Guiné-Bissau - bijagós, beafadas e brâmes-papéis-manjacos – estando as restantes em áreas contíguas, quais sejam Casamansa, Cacheu, Farim, Gabu, Bafatá, Senegal (jalofo e bambarãs, vindos do Sudão) e Guiné-Conacry (Quissis).

Depois de ter criticado Brásio por ter enumerado de modo incompleto as etnias constantes no recenseamento de 1856, António Carreira, com base em textos publicados nos séculos XVI-XVII, verificou ter entrado, em Cabo Verde, da zona compreendida entre o rio Senegal e a Serra Leoa, «27 grupos étnicos e alguns subgrupos»<sup>234</sup> e não os 13 registados pelo historiador português.

<sup>231</sup> - BRÁSIO, António – Op. Cit., p. 88.

<sup>232</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 304.

<sup>233</sup> - CARREIRA, António – *A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde – A sua Unidade Histórica e Populacional*. In «O Ultramar», n.º 32, ano VIII, Vol VIII. Lisboa, 1968, p. 79.

<sup>234</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 305.

A fazer fé nos dados que recolheu, foram levados, nomeadamente, para Santiago e para o Fogo, de meados do séc. XVI ao final do seguinte, baiotes, balantas, banhuns, barbacins, beafares, bijagós, boulões, brâmes ou buramos, cassangas, felupes, fulas, jalofos, mandingas, manes, mouros-pretos, nalus, papéis, sapes, arriatas, jabundos, chãos soninqués, sossos, entre outras etnias.

As populações africanas que mais marcas deixaram em Cabo Verde, designadamente, em Santiago e no Fogo, foram barbacins, jalofos, mouros-pretos, fulas, felupes, banhuns, cassangas, buramos, papéis, balantas, beafares, bijagós, mandingas, nalus, sossos, boulões, manes e sapes. Nas ilhas de Sotavento, «(...) os mandingas, os jalofos, os fulas pretos e alguns mais foram, de longe, os que deixaram maiores vestígios da sua presença»<sup>235</sup>.

A influência negra revela-se, citando Orlando Ribeiro, em muita coisa, em Cabo Verde: «o uso do pilão e da mó de reboio; a alimentação baseada em cereais e grãos em que não entra o pão; a concentração do trabalho agrícola apenas numa época do ano; o esforço de cada dia entregue às mulheres, enquanto os homens, levantadas as sementeiras, apreciam sobretudo a conversa e o descanso; o costume de carregar à cabeça entre os homens; o lenço amarrado à cabeça das mulheres»<sup>236</sup>, etc.

João Lopes Filho resume as reminiscências sócio-culturais que os africanos deixaram em Cabo Verde: «(...) Poderemos, portanto, mencionar, além da miscigenação e de aspectos linguísticos, uma acentuada participação no domínio dos sincretismos religiosos, da música, da dança, da alimentação e, também, algumas técnicas como a tecelagem e a olaria»<sup>237</sup>.

Não restam dúvidas de que os negros constituem o mais importante e volumoso substrato humano com que se povoou Cabo Verde, já porque o contingente branco nunca se aproximou do dos africanos. Estes, com a abolição da escravatura, diminuíram, maciçamente, a sua presença nas ilhas.

<sup>235</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 312.

<sup>236</sup> - RIBEIRO, Orlando – *A Ilha do Fogo e as suas Erupções*, 2ª Edição. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Memórias Série Geográfica, 1960, pp. 168-170.

<sup>237</sup> - FILHO, João Lopes - *Aspectos da Cultura Cabo-verdiana*. In Separata das Actas do Congresso de Cultura Popular, vol. I. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal da Maia, 2000, pp. 113-114.

### 3.2 – FORMAÇÃO DA CULTURA CABO-VERDIANA

O processo de formação identitária de Cabo Verde começou a tomar corpo quando colonos e colonizados se deram ao trabalho de iniciar, a partir de 1462, contactos e relações culturais. Em presença, estavam dois blocos culturais distintos: o europeu, maioritariamente, português, e o africano, prevalecentemente, guineense. Os africanos, embora de maior expressão numérica, se achavam, política e culturalmente, submetidos à minoria europeia, que detinha o poder político e económico.

Não obstante as antinomias somáticas e culturais, os dois grupos tinham em comum apenas o facto de se acharem a viver num ambiente social e cultural diferente, o que equivale a concordar que nenhum deles «(...) podia apresentar uma cultura enraizada no terreno»<sup>238</sup>. Porque ambos se viram arrancados do seu *habitat*, inevitável era que desenvolvessem relações culturais e raciais intensas.

Os contactos culturais não são um fenómeno contemporâneo, sendo, por isso, «um dos mais velhos processos de dinamismo cultural»<sup>239</sup> resultantes das migrações de povos. Jorge A. Dias certifica que, «(...) sem contactos, as culturas, entregues a si mesmas, estariam condenadas à estagnação ou só conheceriam um progresso insignificante»<sup>240</sup>.

A escola histórico-cultural de antropologia, que tem em Ratzel o seu principal animador, analisa, no dizer de Bernardo Bernardi, as relações culturais em termos de migração dos povos, não sendo sem razão que este autor garante que «com os povos desloca-se e renova-se a cultura»<sup>241</sup>.

Os contactos culturais entre povos diferentes dão lugar, num dado espaço sócio-territorial, a uma multiplicidade de fenómenos, um dos quais é, antropológicamente, a aculturação. Por esta via, duas ou mais culturas desiguais entram em determinadas

<sup>238</sup> PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa – *Da Mestiçagem à Cabo-verdianidade – Registos de uma Sóciocultura*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 61.

<sup>239</sup> DIAS, Jorge A – *Contactos de Cultura*. In Revista de Estudos de Ciências Políticas e Sociais, VIII. Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1961, p. 58.

<sup>240</sup> DIAS, Jorge A – Op. Cit., p. 58.

<sup>241</sup> BERNARDI, Bernardo – *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*. Lisboa: Edições 70, 1992, p. 99.

relações, ao longo das quais acabam por produzir, por vezes, novos padrões culturais. É, inequivocamente, o caso cabo-verdiano.

São diversos os contactos que os povos podem estabelecer entre si. Jorge A. Dias enumerou quatro: «(...) Desde a permuta de certos elementos de cultura material à difusão de ideias, ao convívio directo dos indivíduos que constituem uma sociedade multirracial, onde a miscigenação pode ser fomentada, tolerada ou proibida, podendo ir até à imposição brutal pelo mais forte de todo um sistema cultural que pode repugnar à tradição cultural do mais fraco, ou que ele não está em condições de poder aceitar de repente»<sup>242</sup>.

Sem população e cultura alienígenas, quando os portugueses o descobriram, Cabo Verde recebeu, vale repetir, duas ou mais culturas opostas, em consequência do deslocamento de populações europeias e africanas. Este processo envolveu, inexoravelmente, a transferência de costumes, tradições, religiões, usos, hábitos, crenças, entre outros valores. O choque era, por isso, inevitável.

A aculturação, que, em sentido antropológico, não é mais do que o conjunto de «relações existentes entre as demais culturas e os efeitos que derivam do seu contacto»,<sup>243</sup> é, sem dúvida alguma, o primeiro fenómeno cultural que resultou dos contactos entre brancos e negros em Cabo Verde.

Na esteira do que ensina Herskovits, que se empenhou a fundo nos estudos sobre as culturas, a aculturação é «a transformação cultural em curso». Assim entendida, pode pensar-se que a aculturação é um fenómeno permanente da cultura. A esta observação acresce a ideia de que a cultura é dinâmica e não estática, porque é sempre movida por um activo processo de transformação.

É de crer que não existe aculturação sem imposição, segundo Mesquitela Lima, João Lopes Filho e Benito Martinez, na opinião dos quais «dá-se, pois, o nome de aculturação, ao processo de contacto que implica uma imposição, no todo ou em parte,

<sup>242</sup> - DIAS, Jorge A – Op. Cit., p. 59.

<sup>243</sup> - BERNARDI, Bernardo – Op. Cit., p. 92.

dos elementos de uma cultura sobre a outra»<sup>244</sup>. Os três pensadores, conquanto admitam que esta palavra é usada para indicar o resultado de contactos entre «as chamadas nações civilizadas e as populações ditas primitivas»,<sup>245</sup> supõem que «a aculturação se traduz em misturas totais ou parciais de quaisquer formas de vida diferentes»<sup>246</sup>.

A aculturação envolve muitos processos, um dos quais é a simbiose cultural, melhor dizendo, a coexistência ou a convivência de duas ou mais culturas, cujo exemplo mais acabado pode ser localizado nas sub-culturas, que, sem embargo da cultura dominante, mantêm vivos os seus traços etnémicos. Bernardo Benardi deixa a entender que, para que haja simbiose cultural, se faz necessário que a convivência entre culturas seja permanente e não só ocasional ou temporária.

A hegemonia da cultura dominante, no caso vertente, a portuguesa, não absorveu de todo a cultura africana. Conviveram num espaço desigual, que, em lugar de propiciar um domínio perene de uma sobre a outra, criou condições para o surgimento de um ambiente cultural diferente. Nem a cultura europeia, que se via suportada pelo poder político, nem a africana conseguiram resistir, podendo dizer-se que foram as primeiras vítimas do processo de aculturação que elas engendraram.

Os contactos entre as culturas migratórias em Cabo Verde foram tão íntimos e intensos que deram lugar àquilo a que Bernardo Benardi chamou *fusão cultural*. Este fenómeno é, facilmente, observável, a avaliar pelos etnemas da presente cultura no arquipélago, a qual, sem dúvida alguma, é diferente daquela que a originou.

Em Cabo Verde, Gabriel Mariano julga que o processo aculturativo «desabrochou no florescimento de expressões novas de cultura, mestiças desde as suas origens mais remotas» (...) e que «no arquipélago puderam o negro e o mulato apropriar-se de elementos de civilização europeia e senti-los como seus próprios, interiorizando-os (...)»<sup>247</sup>. Pelo mesmo discurso afina Eduardo Vieira Fontes, para quem os africanos adoptaram do grupo dominante «desde os hábitos mais elementares e essenciais, como a

<sup>244</sup>- LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – *Introdução à Antropologia Cultural*, 3ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1979, p. 197.

<sup>245</sup> - LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 197.

<sup>246</sup> - LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 197.

<sup>247</sup> - MARIANO, Gabriel – *Cultura Cabo-verdiana*. Ensaios. Lisboa: Veja, 1991, p. 47.



alimentação, o vestuário e a habitação, aos mais supérfluos, mas também caros como práticas feiticistas e manifestações artísticas»<sup>248</sup>.

Do mesmo modo, «elementos levados pelos afro-negros foram assimilados pelo branco europeu, tornando-se, irremediavelmente, comuns aos dois grupos étnicos»<sup>249</sup>. Pode dizer-se mesmo, na senda do que mostra Luís Manuel de Sousa Peixeira, que «nenhum dos dois grupos, em razão das adversas condições sócio-económicas-alimentares, podia sobreviver independentemente do outro»<sup>250</sup>, o que os levou a ganhar consciência de um destino comum.

Sem perfeita coesão cultural, porquanto provinham de ambientes diferentes, os africanos e os europeus, numa só palavra, viram-se impelidos a reproduzir, com o triunfo da mestiçagem, novos padrões de cultura. Aqui ocorreu, seguramente, o fenómeno de *despersonalização cultural*, que afectou, porque são humanos e, por isso, atreitos a influências, não somente os africanos mas também os reinóis.

A cultura cabo-verdiana eclodiu de um ambiente social que facilitou, largamente, as relações entre os diferentes grupos sociais no arquipélago. Tal facto acabou por se repercutir na interpenetração ou fusão cultural que então se verificou – fruto da convivência pacífica, conquanto em regime escravocrata, entre povos diferentes étnica e culturalmente.

Gabriel Mariano crê que a experiência cabo-verdiana vem corroborar a doutrina de que a colonização provoca, não uma harmonização, mas antes uma justaposição de culturas. A seu ver, «(...) acontecimentos especialíssimos e de nenhum modo preconcebidos, quase que anularam aquilo que é a essência própria da colonização: a subordinação integral do colonizado ao colonizador e a consequente destruição da personalidade daquele em favor deste»<sup>251</sup>.

<sup>248</sup> - FONTES, Eduardo Vieira – *O Fenómeno Cultural Cabo-verdiano*. In Boletim «Cabo Verde», ano IX, n.º 98. Praia: Imprensa Nacional, 1957, p. 5.

<sup>249</sup> - MARIANO, Gabriel – Op. Cit., p. 48.

<sup>250</sup> - PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa – Op. Cit., p. 61.

<sup>251</sup> - MARIANO, Gabriel – Op. Cit., p. 48.

Quer isso dizer que o que «explica, possivelmente, o caso cabo-verdiano é a pouca consistência dos vínculos de subordinação colonial aí estabelecidos»,<sup>252</sup> a qual lhe parece «ser obra não de métodos de governação, mas antes do simples e espontâneo fluir dos acontecimentos»,<sup>253</sup> como sejam os fracos recursos agrários que não permitiram a emigração maciça de colonos europeus, o abandono administrativo a que Cabo Verde se viu, largo tempo, votado, a mestiçagem e falta de mulheres brancas.

Aimé Césaire discorda que a colonização provoque uma harmonização de culturas. Ao invés disso, sugere que ela dá lugar, isso sim, a uma justaposição de culturas. Perante esta observação, Gabriel Mariano, valendo-se de um argumento do fundador da negritude segundo o qual «a colonização, pondo em contacto duas civilizações diferentes, levará a civilização indígena a tomar elementos culturais à civilização do colonizador», conclui que «nenhum povo mestiço poderá criar uma civilização, se essa civilização não for mestiça»<sup>254</sup>.

### 3.3 – EVANGELIZAÇÃO

O êxito do processo de aculturação em Cabo Verde se deveu, em grande parte, às actividades dos missionários, cujo papel, em qualquer processo de socialização, não é apenas, segundo Bernardo Bernardi, o de desenvolver contactos culturais, pois tendem, também, por via de regra, a contribuir para operar transformações radicais nos padrões de comportamento das populações.

A Ordem de Cristo foi, desde os alvares do povoamento e por um largo período de tempo, a entidade que administrou religiosamente o arquipélago. A pedido de D. João III, a diocese de Cabo Verde, com sede na Ribeira Grande, foi criada, em 1533, pela *Bula Pro Excellenti*, de Clemente VII, e tinha a jurisdição sobre uma extensa área geográfica, que se estendia por toda a costa ocidental africana, ou seja, desde o rio Gâmbia até ao cabo das Palmas e ao rio de Santo André.

<sup>252</sup> - MARIANO, Gabriel – Op. Cit., p. 48.

<sup>253</sup> - MARIANO, Gabriel – Op. Cit., p. 49.

<sup>254</sup> - MARIANO, Gabriel – Op. Cit., p. 47.

A evangelização de Cabo Verde começou logo que os primeiros colonos, à testa dos quais se achava António da Noli, puseram os pés na Ribeira Grande. Fizeram-se acompanhar, em 1462, do Frei Rogério e do Frei Jaime, naturais da Catalunha, ambos pertencentes ao Convento de S. Bernardino de Atouguia.

A aculturação missionária de Cabo Verde, que se desenvolveu à medida que ocorria o seu povoamento, fez-se em obediência a uma série de bulas pelas quais o Papado anuiu a Portugal amplos poderes políticos e eclesiásticos nos territórios descobertos e colonizados. Era o direito de padroado que, desde 7 de Junho de 1454, foi concedido à Ordem de Cristo, não obstante ter sido outorgado pelo Papa Nicolau V ao monarca português apenas pela *Bula Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1458<sup>255</sup>.

Os evangelistas, que são, por definição, actores intencionais da aculturação, actuam, basicamente, a dois níveis, ou seja, directamente sobre os indivíduos e, indirectamente, sobre as instituições. Tinham a função de prestar a um tempo a assistência espiritual aos colonos europeus e de converter e cristianizar os negros.

Em menos de dois séculos de evangelização, a Ribeira Grande já tinha uma preponderante vida religiosa. Quem o confirma é o padre António Vieira, quando, em 1652, escreveu, na antiga cidade, a caminho do Brasil: «Há aqui cônegos e clérigos nativos, tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos, tão morigerados que fazem inveja aos que lá vemos nas nossas catedrais».

Não é de somenos valor o papel da igreja católica na aculturação de Cabo Verde. A crer em Ilídio Cabral Baleno, «esta instituição vai ser o principal promotor e divulgador do grupo dominante no seio dos demais, através da catequização e, por vezes, da repressão das práticas religiosas ou outros rituais considerados pagãos, por serem de todo alheios aos dogmas professados pela fé católica»<sup>256</sup>.

Segundo aquele historiador, a igreja católica, ao tempo com latos poderes, recorreu à coerção para se impor às outras religiões, mormente as africanas. Neste

<sup>255</sup> - BRÁSIO, António citado por Angêla Domingues – *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, 2ª Edição. Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, p. 120.

<sup>256</sup> - BALENO, Ilídio Cabral – Op. Cit., p. 176.

processo, nem foram também poupadas as práticas religiosas conotadas com o judaísmo. Se, pela coerção, o catolicismo granjeou, paradoxalmente, alguma simpatia no arquipélago, também, pela persuasão o conseguiu, difundindo, em larga escala, a religião do grupo étnica, política e culturalmente dominante.

João de Almeida admite que os negros, em resultado do convívio e do contacto com os brancos, perderam «o seu feiticismo, substituindo os seus costumes, nos actos mais essenciais da vida familiar, pelos preceitos católicos, como os baptizados, casamentos e enterros (...)»<sup>257</sup>. Em Cabo Verde, desapareceram alguns actos e formas rituais trazidos pelos escravos, embora ainda existam, sobretudo em círculos rurais, dominados por pessoas desfavorecidas socialmente e de escassa instrução, práticas supersticiosas e crendices.

O catolicismo acabou por se impor no país, para cujo triunfo foi determinante o concurso de padres catalães, além de franciscanos, capuchinhos, jesuítas, salesianos, entre outros sacerdotes, havendo ainda bispos que, ao longo dos tempos, se notabilizaram na Ribeira Grande, como sejam D. Francisco de Agostinho, D. João de Faro, D. Pedro Jacinto e D. Alves Feijó.

Hoje, as religiões africanas extinguíram-se por completo. No entanto, nos derradeiros anos, tem-se assistido, paulatinamente, à introdução do islamismo e de outras religiões africanas, em consequência da adesão de Cabo Verde ao Tratado da CEDEAO (Comunidade Económica dos Países de África Ocidental), que, ao abolir as fronteiras dos 16 Estados membros, permitiu a entrada no país de cidadãos oeste-africanos.

A reaparição destas religiões está longe, muito longe mesmo, de constituir uma ameaça ao catolicismo, que é, indubitavelmente, professado pela grande maioria da população, embora haja uma ínfima minoria de protestantes, de nazarenos, entre outros credos.

---

<sup>257</sup> - ALMEIDA, João – Op. Cit., p. 68.

A cultura cabo-verdiana não foi apenas aculturada. Sofreu um outro fenómeno a que os antropólogos chamam enculturação, que, de acordo com Bernardo Bernardi, «é um processo educativo pelo qual os membros de uma cultura se tornam conscientes e participantes da própria cultura»<sup>258</sup>.

Em outros termos, como sublinhou aquele professor da Universidade de Bolonha, «pela enculturação informa-se e forma-se a visão mental do homem e orienta-se o seu comportamento». Porque «a informação nutre a consciência», a criança, de ser totalmente dependente, transforma-se numa pessoa dona e segura de si. Ou seja, «de *child*, neutro», torna-se «*he* ou *she*, com personalidade»<sup>259</sup>.

Herskovits prefere falar de endoculturação em lugar de enculturação para designar «o processo pelo qual as reacções individuais se vão ajustando cada vez mais aos padrões da cultura de uma sociedade». Em outras palavras, trata-se «de um processo universal pelo qual uma criança aprende, a partir do nascimento, a ajustar o seu comportamento à cultura da sua sociedade»<sup>260</sup>. Ou melhor, «a cultura fornece a matéria-prima de que o indivíduo faz a sua vida»<sup>261</sup>.

Em Cabo Verde, as crianças recebem dos pais um património cultural, após o que, depois de um processo socializante, o assimilam. Fica, pois, evidente, que a cultura não se transmite geneticamente, mas herdada socialmente»<sup>262</sup>. Interpretada a esta luz, ela não é mais do que um valor transmitido pelos pais aos filhos, e, com o tempo, torna-se uma herança social tradicional.

Os cabo-verdianos avaliaram criticamente os padrões e os valores culturais dos europeus e dos africanos. Isto porque, a enculturação, além de ser a transmissão da cultura dos pais para os filhos, é, também, uma arma de avaliação e de crítica. É, se assim a entendermos, um meio de opção e de escolha, porque, no fundo, nunca deixa de implicar a adesão ou a rejeição de culturas.

<sup>258</sup> - BERNARDI, Bernardo – Op. Cit., p. 93.

<sup>259</sup> - BERNARDI, Bernardo – Op. Cit., p. 92.

<sup>260</sup> - LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 50.

<sup>261</sup> - BENEDICT, Ruth – *Padrões de Cultura*. Lisboa: Edições «Livros do Brasil», 2002, p. 277.

<sup>262</sup> - LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 67.

O homem é, por excelência, um ser cultural. Organiza o seu mundo mental, o seu sistema de vida e de comportamento, em última palavra, o seu *modus vivendi*. De geração em geração, o indivíduo adopta, em qualquer sociedade, o modelo de vida do grupo em que se acha inserido. Ruth Benedict mostra-se sensata quando avisa que os indivíduos adoptam sempre o comportamento da sociedade em que vivem<sup>263</sup>.

É, por assim dizer, um processo espontâneo que visa difundir aos agrupamentos humanos a herança cultural, que «é transmitida mediante mecanismos de socialização e endoculturação dos indivíduos que fazem parte dos diferentes grupos sociais»<sup>264</sup>. Ou seja, «os padrões de cultura são transmitidos de geração em geração, para além da vida e da morte de determinadas pessoas»<sup>265</sup>.

Aqui se alude, claramente, à asserção de Ruth Benedict, segundo a qual nenhum homem pode ser verdadeiramente participante de uma cultura, se não foi educado e criado segundo as suas normas. O processo de enculturação, que, diga-se de passagem, se refere à «dinâmica interna de uma cultura particular em relação aos seus membros»<sup>266</sup>, foi um dos mais importantes esteios da formação da cultura de Cabo Verde.

### 3.4 – MISCIGENAÇÃO

É ponto assente que dos contactos raciais entre brancos e negros emergiu o mestiço, produto da miscigenação que se operou em Cabo Verde. Este fenómeno processou-se, sem grandes escolhos, a ponto de a Coroa portuguesa, numa missiva de 20 de Outubro de 1620, ter, segundo Senna Barcelos, mandado extinguir, quanto possível, a raça dos mulatos.

Tal como se processou o povoamento de Cabo Verde, a que atrás fizemos largas referências, a mestiçagem era de todo inevitável. Aliás, não será descabido nem infundamentado dizer que o mestiço cabo-verdiano resultou do próprio modelo de ocupação que Portugal ensaiou nas ilhas. Na avaliação de Mendes Corrêa, foi a

<sup>263</sup> - BENEDICT, Ruth – Op. Cit., p. 279.

<sup>264</sup> - LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 48.

<sup>265</sup> - TITIEV, Mischa – *Introdução à Antropologia Cultural*, 9ª Edição. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 279.

<sup>266</sup> - BERNARDI, Bernardo – Op. Cit., p. 99.

consequência de um processo natural de cruzamento de dois troncos raciais que ali se instalaram ao longo de séculos.

Ilídio Cabral Baleno pensa que «terá sido na intimidade dos fogos mistos, onde o branco coabitava com a mulher negra, que uma primeira interpenetração étnico-cultural ocorreu»<sup>267</sup> em Cabo Verde. Para ele, os europeus, na ausência de mulheres brancas, recorreram às escravas negras, seja para encontros ocasionais, seja para estabelecer relações familiares mais estáveis.

João Lopes Filho nota que «a miscigenação que se desenvolveu em Cabo Verde não terá sido, em princípio, fruto do amor do homem branco para com a mulher negra, mas, unicamente, devido à falta de um número suficiente de mulheres brancas»<sup>268</sup>. Já Félix Monteiro parece ser mais contundente quando aborda o problema, deixando claro que as escravas, como qualquer animal ou traste caseiro, faziam parte do património do seu senhor e dono, que as utilizava como melhor lhes aprouvessem, e daí o seu uso como instrumento de prazer.

O mestiço cabo-verdiano gerou de um conjunto de circunstâncias aqui resumidas por Almerindo Lessa: «a insularidade, a libidinosidade do homem português, a sua espiritualidade cristocêntrica (portanto oposta a actos de discriminação), a falta de mulheres brancas, a submissão das negras e a sedução das crioulas»<sup>269</sup>. No dizer de João Lopes Filho, «outro aspecto que acelerou a mestiçagem foi o facto de «as relações sexuais» serem, então, correntes em Cabo Verde, independentemente da origem social e da função ou cargo que cada um ocupava»<sup>270</sup>.

A forma como os contactos raciais se operaram em Cabo Verde permitiu a ascensão do mestiço na sociedade. António Carreira fazia saber que, no caso de Cabo Verde, «à simples observação, (...) parece que, de uma maneira geral, a tendência é para

<sup>267</sup> - BALENO, Ilídio Cabral – Op. Cit., p. 175.

<sup>268</sup> - FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 19.

<sup>269</sup> - LESSA, Almerindo e RUFFIÉ – *Seroantropologia de Cabo Verde – Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano*, 2ª Edição. Lisboa: JIU, 1960, p. 15.

<sup>270</sup> - FILHO, João Lopes – *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia: Instituto Superior de Educação, 2003, p. 116.

a formação de grandes camadas de mestiços, das várias *nuances*, da escala cromática, e não para o domínio, nem do preto, nem do branco».<sup>271</sup>

Este fenómeno ocorreu provavelmente depois da abolição da escravatura, quando os mestiços começaram a guindar-se a posições cimeiras na então emergente estrutura social colonial. É este, também, o entendimento de João Lopes Filho, para quem «consoante o reinol diminuía de número e o poder económico passava para o branco da terra, as camadas inferiores da sociedade cabo-verdiana foram evoluindo e os seus elementos conquistaram posição social de predomínio»<sup>272</sup>.

Semelhante opinião tem Ilídio do Amaral. A seu ver, «se nos primeiros tempos da colonização chegou a haver uma distinção social de raças, o elemento mestiço, produzido em larga escala, mercê da protecção do pai branco, começou a ocupar lugares de relevo junto dele, passando a distinção a fazer-se mais por «classes económicas» que pela brancura da pele»<sup>273</sup>.

Parece assente que a revogação da escravatura, para além de ter abreviado a transformação da sociedade através da inversão das classes sociais,<sup>274</sup> alterou, substancialmente, as relações, a vários níveis, entre dominantes e dominados em Cabo Verde. Ao mestiço cabo-verdiano deparou-se-lhe, de começo, o problema de adaptação sócio-cultural. Porque não era nem branco nem negro, tinha pela frente um sério e complexo dilema – o de escolher a cultura de um ou do outro ou então elaborar a sua própria. Ou seja, impunha-se-lhe optar entre a cultura europeia a africana.

Daí que, para alguns historiadores, o mestiço cabo-verdiano tenha sido, nos primórdios da sua existência, «um ser culturalmente híbrido, sem uma identidade étnica»<sup>275</sup>. Melhor dizendo, na perspectiva de Ilídio Cabral Baleno, «a sociedade insular quinhentista é, por conseguinte, caracterizada exactamente pela indefinição étnico-cultural dos filhos da terra»<sup>276</sup>.

---

<sup>271</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 312.

<sup>272</sup> - FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 21.

<sup>273</sup> - AMARAL, Ilídio do – *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964, p. 216.

<sup>274</sup> - FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 21.

<sup>275</sup> - BALENO, Ilídio Cabral – Op. Cit., p. 175.

<sup>276</sup> - BALENO, Ilídio Cabral – Op. Cit., p. 176



Gabriel Mariano concorda, dizendo que «(...) aquilo que se impôs e triunfou em Cabo Verde foram expressões híbridas de cultura, por um lado, e, por outro, a integração numa paisagem comum de colaboração mestiça de elementos heterogéneos trazidos dos povoadores brancos e negros»<sup>277</sup>. Para ele, foi a mestiçagem que preparou esse estado de coisas.

Com isso, aquele escritor pretende mostrar que, em Cabo Verde, contrariamente ao que aconteceu nas demais colónias portuguesas, foi o mulato quem liderou o processo da formação da sociedade. Gabriel Mariano explica-se melhor:

«(...) No Brasil, por exemplo, nota-se que ao branco coube sempre a função de líder (...); em Angola, Moçambique, Guiné ou S. Tomé e Príncipe, coube ao português o poder de comandar o fluir ou o refluir dos acontecimentos locais. O mulato adquiriu desde cedo grande liberdade de movimentos e teria sido ele quem realizou em Cabo Verde o papel que o português reinol desempenhou no Brasil. Isto é, ter-se-ia transferido para o mulato a condição de mestre, de líder na estruturação da sociedade cabo-verdiana»<sup>278</sup>.

Tal situação não impediu que, num segundo momento, os cabo-verdianos elaborassem a sua identidade, com contributos dos europeus e dos africanos. Do chamado hibridismo cultural, marcado pela indefinição na aquisição de valores, o cabo-verdiano criou, posteriormente, a sua própria cultura, que, no fundo, citando Adriano Moreira, é a «síntese das culturas, porque longe estavam dos seus meios originários os homens de todas as etnias que vieram a fundir-se no cabo-verdiano (...)»<sup>279</sup>.

### 3.5 – LÍNGUA

Os contactos culturais entre brancos e negros em Cabo Verde produziram, também, uma língua: o crioulo. Os primeiros falavam o português e os segundos idiomas africanos. Se, por circunstâncias diversas, se viram obrigados a contactar-se uns com os

<sup>277</sup> - MARIANO, Gabriel – Op. Cit., p. 47.

<sup>278</sup> - MARIANO, Gabriel – Op. Cit., p. 53.

<sup>279</sup> - MOREIRA, Adriano – *Partido Português*. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d, p. 140.

outros, forçoso era também que se fizessem entender<sup>280</sup>. Por esse tempo, havia uma diversidade de línguas no arquipélago, daí que o próprio tempo se encarregasse de elaborar uma que servisse de instrumento comum de comunicação.

João de Almeida traçou uma síntese com a qual pretende explicar o surgimento do crioulo:

«(...) Desde a chegada dos primeiros colonos a Cabo Verde que a língua falada foi sempre a portuguesa (...) Os imigrantes eram portadores de uma língua própria (...) ao mesmo tempo que eram forçados a aprender o português (...) Os portugueses brancos continuaram a falar o português, adicionando à língua certos vocábulos dos imigrantes (...). Estes introduziram na sua linguagem primitiva os vocábulos portugueses que não tinham na sua ou eram de mais fácil pronúncia. E assim com o andar dos tempos, formou-se uma nova linguagem, o crioulo»<sup>281</sup>.

António Carreira segue a mesma orientação, subscrevendo que o crioulo «surgiu precisamente do enquadramento dos escravos pelos brancos. Manuel Veiga, fazendo, no entanto, uma leitura diferente, acha que a língua cabo-verdiana «nasceu de um parto difícil, cresceu no sofrimento e na resistência constante, consolidou e consolida-se ainda no meio de uma luta desigual (...)»<sup>282</sup>.

Manuel Veiga enumerou algumas condições que favoreceram o nascimento do crioulo: «(...) O número de negros foi sempre mais elevado que o dos brancos; os negros, apesar de serem numerosos, pertenciam a várias etnias e nenhuma destas possuía a força suficiente para impor o seu código livremente; os brancos, para além de serem em número reduzido, falavam diversos dialectos do português, possuíam pouca cultura académica, sendo muitos deles analfabetos; não dispunham de instrumentos e de mecanismos culturais suficientes para a imposição da sua língua, como estabelecimentos de ensino, universidades, professores, livros, materiais didácticos e de uma política cultural»<sup>283</sup>.

<sup>280</sup> - ALMADA, Maria Dulce de Oliveira – *Cabo Verde: Contribuição para o Estudo do Dialecto Falado no seu Arquipélago*. In «Revista de Estudos de Ciências Políticas e Sociais», n.º 55. Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1961, p. 17.

<sup>281</sup> - ALMEIDA, João – Op. Cit., pp. 66-67.

<sup>282</sup> - VEIGA, Manuel – *O Crioulo de Cabo Verde. Introdução à Gramática*, 2ª Edição. Praia: Edição do Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco e do Instituto Nacional da Cultura, 1996, p. 6.

<sup>283</sup> - VEIGA, Manuel – *O Cabo-verdiano em 45 Lições (Estudo sociolinguístico e gramatical)*. Praia: Edição do Instituto Nacional de Investigação Cultural, pp. 6 e 7.

Baltasar Lopes da Silva mostra, sem qualquer ambiguidade, que o crioulo resultou de um choque de culturas: «(...) As circunstâncias suscitadas pelo encontro de vencedores e vencidos e, em consequência, a necessidade de entendimento, determinaram um sistema de simplificação constituído exactamente pelos elementos linguísticos que podiam obedecer a este duplo requisito: serem assimiláveis pelo povo inferior e terem a mobilidade suficiente para possibilitarem a comunicação dos grupos em presença»<sup>284</sup>.

A língua cabo-verdiana é uma mistura do português com as línguas dos escravos negros, conquanto tenha, também, acolhido contributos do francês, do inglês, do italiano, bem como do *português* do Brasil. Embora varie de ilha para ilha, em termos de sotaque, é falada e compreendida por todos os cabo-verdianos.

Segundo diversos estudos, já bastante tempo divulgados, cerca de 95% de vocábulos do idioma cabo-verdiano são originários da língua portuguesa. Muitos destes termos, a acreditar em António Carreira, conservam ainda as suas formas arcaicas, embora em Portugal já tivessem caído em desuso.

No que corresponde às línguas africanas, que, refira-se de passagem, desapareceram por completo, a sua influência no crioulo provém da etnia mandé ou mandinga. Isto é, «dado o factor geográfico, é de supor que na formação do crioulo cabo-verdiano haja predominado, como substrato, a influência das línguas do ramo mandinga, faladas na região situada entre 16° e 6° de longitude e 6° e 24° de latitude norte»<sup>285</sup>.

Em oposição a António Carreira, Baltasar Lopes da Silva adverte que «nos faltam estudos subsidiários» que nos permitam determinar, com rigor, o contributo dos afro-negros na formação do crioulo. Não deixou, no entanto, de admitir que o vocabulário de origem africana no crioulo se acha localizado nas ilhas de Barlavento, sobretudo em Santiago.

<sup>284</sup> - SILVA, Baltasar Lopes da – *Notas para o Estudo da Linguagem das Ilhas*. In revista «Claridade», nº 2. S. Vicente, 1936.

<sup>285</sup> - SILVA, Baltasar Lopes da – *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional, MCMLVII, p. 32.

Contrariamente aos Açores e à Madeira, onde a língua portuguesa se manteve, praticamente, incólume, pesem as diferenças fonéticas, em Cabo Verde, ela «metamorfoseou-se»<sup>286</sup>, isto é, conheceu profundas transformações em consequência do confronto com os vários idiomas dos escravos negros que para lá se deslocaram. Perdeu muitos dos seus fundamentos estremos para dar lugar, em cotejo com as outras línguas africanas, a novas formas de expressão.

A língua cabo-verdiana, que é, unicamente, um dialecto do português,<sup>287</sup> nasceu, obviamente, em Santiago, a primeira ilha a ser povoada, tendo-se depois expandido à costa ocidental africana, ou seja, do Senegal à Serra Leoa. António Carreira afasta qualquer possibilidade de o idioma cabo-verdiano ter nascido na Guiné-Bissau, como reivindicam alguns autores. Em sua opinião, o crioulo «nasceu dos contactos mais prolongados e assíduos entre os reinóis estantes em Santiago e no Fogo com os escravos trazidos da costa»<sup>288</sup>.

O idioma cabo-verdiano ter-se-á chegado à Guiné por escravos negros, muitos dos quais jalofo e fula, que, partindo de Santiago, serviram, nos começos da colonização portuguesa, de intérprete aos europeus que comerciavam na costa ocidental africana. Até ao final do séc. XVI, não se conhece nenhuma referência à existência do crioulo da Guiné, facto que autoriza António Carreira a pensar que ele nasceu muito depois do de Cabo Verde.

Mais explicitamente, Baltasar Lopes da Silva supõe que o crioulo guineense não resultou, directamente, «do contacto do indígena com o português, mas sim do crioulo cabo-verdiano de Sotavento levado pelos colonos idos do arquipélago e que, com o tempo, se foi diversificando e adquirindo caracteres próprios sob a influência de línguas nativas»<sup>289</sup>.

António Carreira assinala que o crioulo nasceu em 1546. Por essa ocasião, um grupo de 14 ou 15 «homens baços e pretos solicitou ao Rei a concessão da mercê que

<sup>286</sup> - NOGUEIRA, Rodrigo de Sá – Ver prólogo ao livro de Baltasar Lopes da Silva, intitulado «O Dialecto Crioulo de Cabo Verde».

<sup>287</sup> - ALMADA, Maria Dulce de Oliveira – Op. Cit., p. 18.

<sup>288</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 313.

<sup>289</sup> - SILVA, Baltasar Lopes da – Op. Cit., p. 31.

podéssemos entrar nos ofícios do Concelho para servirmo-nos dos ditos cargos como se havia feito para os de S. Tomé». Em harmonia com o documento, «Vizinhos e Moradores da Cidade da Ribeira Grande», esses homens, referenciados por Carreira, sabiam ler e escrever.

Em jeito de síntese, a cultura cabo-verdiana conheceu, antropológica e sociologicamente, as três principais vias do processo aculturativo: a aculturação, a enculturação e a fusão. Pela primeira, apropriou-se dos valores e dos antropemas das culturas europeias e africanas; pela segunda, reproduziu-os de geração em geração; pela terceira, fundiu-os, edificando um sistema cultural próprio.

Tem razão João Lopes Filho quando sintetiza que a «cultura cabo-verdiana é um *melting pot* resultante da convergência de várias culturas e intensa miscigenação de diversas etnias (tanto europeias como africanas), devido não só à maneira como se processou o povoamento das ilhas, mas, também, porque a emigração acompanhou, desde sempre, a história e evolução do arquipélago, facilitando contactos e aculturações»<sup>290</sup>.

Dito doutro modo, o cabo-verdiano proveio desta miscelânea de raças, de credos e de valores. Produziu, se assim o podemos afirmar, uma sociedade culturalmente heterogénea de raízes europóides e negróides, cuja expressão se acha bem patente na música, na língua, nas danças, nos hábitos, nas crenças e, num só termo, no seu edifício identitário.

A Manuel Ferreira se deve a elaboração de uma das melhores sínteses do processo da formação do homem cabo-verdiano, que, aos seus olhos, «(...) é uma simbiose de duas culturas em trânsito para uma perfeita harmonia, para um equilíbrio cultural obtido primeiro pelo choque e depois pelo encontro das culturas em contacto: africana e europeia»<sup>291</sup>.

Parafraseando Gabriel Mariano, em Cabo Verde, tendo-se transferido para o mulato a função de conduzir e estruturar a sociedade, «a cultura criou-se de baixo para

<sup>290</sup> - FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 27.

<sup>291</sup> - FERREIRA, Manuel – *A Aventura Crioula*, 3ª Edição revista. Lisboa: Plátano Editora, 1985, p. 111.

cima, do funco para o sobrado»<sup>292</sup>. Ou seja, «a formação de nova identidade cultural ficasse, no essencial, a dever a um contínuo alargamento de área da intervenção do mestiço, tornando possível a passagem de um aglomerado heterogéneo de indivíduos para um tipo de sociedade unitária e homogénea»<sup>293</sup>.

É manifesto que tal processo resultou de cinco séculos de interpenetração no tecido social que constitui o substrato humano cabo-verdiano, cujos traços principais não são mais do que a fusão das culturas europeias e africanas. Da simbiose cultural emanou um modo de vida, de costumes, de tradições e de regras de convivência. Em suma, pode dizer-se que nenhum grupo étnico conseguiu impor a sua cultura em Cabo Verde, permitindo, destarte, o surgimento de uma outra, que sobreviveu ao próprio tempo. Numa só palavra, é o triunfo da mestiçagem, que fez desaparecer a cultura original dos conjuntos humanos presentes no povoamento do arquipélago.

### 3.6 - CABO VERDE: CULTURA OU CIVILIZAÇÃO?

Os contactos raciais produziram em Cabo Verde uma cultura ou uma civilização? A pergunta suscitou no passado duas respostas. Numa «Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano», realizada em 1956, no Mindelo, Baltasar Lopes da Silva foi claro quando disse que «eu não vejo oportunidade nem razão para se falar numa civilização cabo-verdiana e justamente (...) porque não temos uma civilização específica, teremos traços regionais (...)»<sup>294</sup>.

Júlio Monteiro aprova sem reservas a ideia do filólogo e advogado de S. Nicolau. Estribando-se em «elementos exclusivamente históricos»,<sup>295</sup> um dos quais é a ascensão do mulato à estrutura hierárquica sócio-cultural de Cabo Verde, assevera: «Nego-me também a aceitar a existência de uma civilização cabo-verdiana»<sup>296</sup>.

<sup>292</sup> - MARIANO, Gabriel – Op. Cit., p. 61.

<sup>293</sup> - MARIANO, Gabriel – Op. Cit., p. 61.

<sup>294</sup> - SILVA, Baltasar Lopes – *Mesa Redonda Sobre o Homem Cabo-verdiano*. In «Boletim Cabo Verde», ano IX, n.º 99. Praia: Imprensa Nacional, 1957, p. 7.

<sup>295</sup> - MONTEIRO, Júlio – Op. Cit., p. 8.

<sup>296</sup> - MONTEIRO, Júlio – Op. Cit., p. 8.

Contra estas opiniões se insurgiu António Aurélio Gonçalves, para quem «(...) existe, efectivamente, uma tentativa de civilização muitas vezes gorada pela intervenção de elementos de elite intelectual cabo-verdiana, nas suas tentativas de europeização, de magnificação»<sup>297</sup>.

Conceptualmente, a cultura e a civilização confundem-se, a miúdo, o que tem provocado um largo debate. Uns preferem uma à outra, e, numa perspectiva diferente, outros tendem a torná-las equivalentes. A controvérsia é antiga e, porventura, remonta a meados do séc. XVIII, em resultado, «(...) de um conflito que nos parece algo artificial, mas em que estava em jogo algo de decisivo»<sup>298</sup>.

Os especialistas são propensos em dar por certo que, nessa época, a palavra cultura viu o seu significado alargar-se à ideia do património universal, constituindo, enquanto depósito da memória colectiva, uma fonte constante da experiência. É neste período – nota Franco Crespi – que se afirma, em círculos intelectuais franceses, o conceito de civilidade ou de civilização, em clara oposição aos povos considerados não civilizados.

Segundo o mesmo autor, a palavra francesa civilização passou então a «evocar o desenvolvimento das formas de cortesia, o refinamento dos comportamentos, o controlo sobre as paixões e a violência, que advém precisamente do desenvolvimento da cultura, enquanto resultado de um movimento colectivo que permitiu à humanidade a saída do seu estado primitivo»<sup>299</sup>.

Numa síntese lapidar, José Bragança de Miranda explica que «(...) a civilização é a realização histórica do racionalismo, a todos os níveis, indo da normalização dos indivíduos à codificação das práticas sociais e políticas», enquanto «a construção da cultura, conceptualmente, e não só, está ligada ao progressivo desaparecimento da civilização, que entrou em crise irremediável em finais do século passado (...)»<sup>300</sup>.

<sup>297</sup> - GONÇALVES, António Aurélio – Op. Cit., p. 9.

<sup>298</sup> - MIRANDA, José A. Bragança de – *Teoria da Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI, 2002, p. 60.

<sup>299</sup> - CRESPI, Franco – *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 15.

<sup>300</sup> - MIRANDA, José A. Bragança de – Op. Cit., p. 60.

Por entre a pletora de conceitos, autores há que utilizam a civilização para designar uma forma superior ou territorialmente importante da cultura, ao passo que esta se apresenta como manifestações mais simples e localmente circunscritas. Bernardo Bernardi contesta estes dois paradigmas de análise, visto que, a seu modo, ambos são superficiais e não ajudam a esclarecer a relação que existe entre a cultura e a civilização.

Rejeita que esta seja uma forma superior de cultura, porquanto «exprime um juízo de valor e não oferece um critério exacto de medida»<sup>301</sup>. Em alternativa, propõe que «o termo civilização pode muito bem ser reservado para indicar uma especialização da cultura, não tanto no sentido de superioridade (...)»<sup>302</sup>. Isto porque «o valor de uma cultura está na sua essência de cultura como produto da actividade mental do homem»<sup>303</sup>.

Mau grado as desinteligências, os antropólogos, de uma maneira geral, definem a civilização como «um conjunto de culturas particulares com afinidades entre si ou origens comuns»,<sup>304</sup> sendo esta a razão por que se fala da civilização árabe, ocidental, africana, entre outras. Demais a mais, a civilização designa ainda «conjuntos mais vastos, mais englobantes no espaço e no tempo»<sup>305</sup> e compreende «o conjunto de meios colectivos – artes, filosofia, religião, direito – a que o homem pode recorrer para exercer o controlo sobre si próprio e para se elevar intelectual, moral e espiritualmente»<sup>306</sup>.

Distante embora deste debate académico, Amílcar Cabral estabelece que a civilização é o «(...) conjunto das características sociais, morais e económicas, aproximando-se o máximo deste objectivo, deixando sempre aberta a via à evolução, às mudanças susceptíveis de melhor realizarem o bem dos homens (...)»<sup>307</sup>.

Jean Starobinski repara que a palavra civilização não se restringe a designar um processo complexo de refinamento de costumes, de organização social, de equipamento técnico ou de aumento de conhecimento. É muito mais do que isso. Ao ganhar uma aura

<sup>301</sup> - BERNARDI, Bernardo – Op. Cit., p. 31.

<sup>302</sup> - BERNARDI, Bernardo – Op. Cit., p. 31.

<sup>303</sup> - LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 33.

<sup>304</sup> - LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 47.

<sup>305</sup> - LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 47.

<sup>306</sup> - LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – Op. Cit., p. 46.

<sup>307</sup> - ANDRADE, Mário – *Amílcar Cabral*. Paris: François Maspero, 1980, p. 34.



sagrada, a cultura, segundo Starobinski, impõe-se, ora reforçando os valores tradicionais, ora superando-os, se caso for.

A expressão cultura, cuja palavra nasceu do latim *colere*, que significava cultivar e criar o gado, fez um longo percurso ao longo da história. De início, conforme expõe Franco Crespi, «foi usado para referir o processo de formação da personalidade humana através da aprendizagem, que os antigos gregos designavam utilizando o conceito de *pandeia*»<sup>308</sup>.

Nesta ordem de ideias, *culto* era aquele que, (...) assimilando os conhecimentos e valores socialmente transmitidos, consegue traduzi-los em qualidades pessoais (...)»<sup>309</sup>. Cícero, Horácio e Santo Agostinho empregaram a palavra no sentido de cultivar o espírito, vindo, mais tarde, até aos finais do séc. XVIII, a alargar-se às letras e às ciências.

Como escreve Franco Crespi, «em meados do séc. XVIII, com a afirmação do Iluminismo, o termo cultura sofre um ulterior alargamento do seu significado. Com isso, fica claro que, em termos científicos, a origem histórica da palavra cultura percorreu um longo período: do tempo em que era usada com o significado de *formação do espírito* à sua posterior transformação num conjunto de representações, de comportamento, de valores e de regras.

Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn deram-se ao trabalho de sumariar, em 1952, mais de cento e cinquenta definições de cultura, das quais destacamos as que mais interessam para a presente investigação: «O modo de viver de um povo na sua globalidade», «hereditariedade social que um indivíduo adquire no seu grupo de pertença», «uma maneira de pensar, sentir, crer», «uma série de orientações generalizadas relativamente aos problemas recorrentes» e «um mecanismo para a regulação normativa do comportamento».

Pelas enunciações se notam, com clareza, as dimensões subjectiva (normas de conduta, valores e critérios de orientação) e objectiva (memória colectiva, depósito de

<sup>308</sup> - CRESPI, Franco – Op. Cit., pp. 14-15.

<sup>309</sup> - CRESPI, Franco – Op. Cit., p. 15.

saber, tradições) da cultura. Em outros termos, importa aqui notar as componentes descritiva e prescritiva da cultura. Se a primeira se baseia nas crenças e nas imagens com as quais os homens explicam os fenómenos sociais e naturais, a segunda indica o modelo de comportamento dos indivíduos nas sociedades.

Muitas são as definições que se deram à cultura, a mais antiga das quais é, provavelmente, a do etnólogo americano Edward B. Tylor, elaborada, em 1871, em «Primitive Culture». Segundo propôs, «a cultura é um conjunto de elementos que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade». Nesta aceção, a cultura é vista como uma estrutura, melhor dizendo, um corpo integrado e não como um conjunto disforme de valores.

Bronislaw Malinowski, antropólogo inglês de origem polaca, define «a cultura como um «conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos de sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e costumes humanos»<sup>310</sup>. Quer seja simples ou primitiva, quer seja complexa ou desenvolvida, a cultura comporta, na avaliação do pensador britânico, duas componentes, sendo uma espiritual e outra material, que permitem aos agrupamentos humanos lidar com os problemas quotidianos que se lhes colocam.

Malinowski induz-nos a pensar que a cultura, enquanto «todo coerente» promana, acima de tudo, da convivência do homem com o meio que o cerca, refutando a ideia dos que a consideram como «uma manta de retalhos». Franco Crespi indica, na senda de antropólogo inglês, que a cultura (...) surge como o resultado do determinismo de factores objectivos, representados pela estrutura biológica, na sua relação com o ambiente natural, e pela estrutura social, derivada da primeira»<sup>311</sup>.

A estrutura das necessidades humanas é, na teoria cultural do antropólogo britânico, suportada pela exigência da sobrevivência biológica, não somente do indivíduo como da espécie, cuja expressão, na interpretação de Franco Crespi, se localiza nos

<sup>310</sup> - MALINOWSKI, Bronislaw – *Uma Teoria Científica da Cultura*. Lisboa: Edições 70, 1997, p. 37.

<sup>311</sup> - CRESPI, Franco – Op. Cit, p. 87.

imperativos biológicos primários, ou, mais exactamente, na nutrição, na reprodução, na higiene, na protecção contra intempérie, entre outros.

Bronislaw Malinowski admite que a cultura se fundamenta em «factos biológicos» e que os seres humanos, porque são uma espécie animal, «(...) sujeitam-se aos condicionalismos dos elementos que há que satisfazer para que o indivíduo sobreviva, para que a raça se perpetue e para que todos os organismos se mantenham em boas condições de funcionamento»<sup>312</sup>.

Ao expor assim a questão, o pensador britânico deixa a entender que o homem, ao satisfazer as suas necessidades orgânicas básicas, constrói, ao mesmo tempo, um «ambiente novo», ou, se se preferir, um *novum* «padrão de vida», que depende do nível da cultura da comunidade, do ambiente e da eficiência do grupo.

Tal ambiente tem de ser reproduzido, mantido e gerido continuamente: «A tradição cultural, claro, tem de ser transmitida de geração em geração e, por isso, em cada cultura, deverão existir métodos e mecanismos de carácter educativo (...)»<sup>313</sup>, havendo sempre a necessidade de as comunidades renovarem o substrato material da sua cultura para o poder conservar em bom estado de funcionamento.

Malinowski coloca-se ao lado de Jorge Dias, que encara a cultura como «uma herança social, transmitida de geração em geração, mediante mecanismos de socialização e de enculturação dos indivíduos que fazem parte dos diferentes grupos sociais, completamente alheios a qualquer transmissão genética»<sup>314</sup>. Valendo-se de dois métodos de análise, um de índole funcionalista e outro de cariz institucionalista, o antropólogo inglês repete *ad nauseam* o conceito de cultura que atrás enunciou:

«A cultura é um todo indiviso, composto por instituições em parte autónomas e em parte associadas. Integram-na múltiplos princípios tais como a consanguinidade, resultante da procriação, a contiguidade no espaço, devida à cooperação, a especialização

<sup>312</sup> - MALINOWSKI, Bronislaw – Op. Cit., p. 37.

<sup>313</sup> - MALINOWSKI, Bronislaw – Op. Cit., p. 38.

<sup>314</sup> - DIAS, António Jorge. Ver prefácio à edição portuguesa de *Introdução à Antropologia Cultural*, 9ª Edição, de Mischa Titiev. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. VIII.

em diversas actividades e, por fim, mas não menos importante, o uso do poder na estrutura política»<sup>315</sup>.

Para João Lopes Filho, «numa dimensão antropológica, a noção de cultura é complexa e multifacetada, tendo em conta a herança que enforma, o dinamismo interno que a especifica e a condição de processo contínuo que a caracteriza, pelo que não pode ser definida apenas como um conjunto de atributos especificadores de um dado povo»<sup>316</sup>.

Outros autores, segundo João Lopes Filho, vêem a cultura como resultado «de padrões comportamentais, quais sejam os costumes, os usos, as tradições e os hábitos, e de um conjunto de mecanismos de controlo, nomeadamente planos, regras e instituições que orientam o homem e dos quais este depende para ordenar a sua conduta»<sup>317</sup>. Nesta ordem de ideias, a cultura surge, no dizer daquele antropólogo, como o universo mental, moral e simbólico, comum a uma pluralidade de indivíduos (...)»<sup>318</sup>.

Talvez possamos, neste quadro, situar a noção de cultura sugerida por Anthony Giddens: «A cultura consiste nos valores de um dado grupo de pessoas, nas normas que seguem e nos bens materiais que criam. Os valores são ideias abstractas, enquanto as normas são princípios definidos ou regras que se espera que o povo cumpra»<sup>319</sup>. A natureza normativa da cultura *giddeana* é análoga à de Malinowski, para quem «(...) a lei e a ordem têm que ser mantidas, visto a cooperação ser a essência de todos os feitos culturais. Em todas as comunidades devem existir mecanismos que sancionem os costumes, a ética e a lei. Por este motivo, tornam-se indispensáveis algumas formas de organização económica, mesmo nas culturas mais primitivas»<sup>320</sup>.

O conceito de Giddens é mais de pendor sociológico do que antropológico. Aliás, alerta que os sociólogos tendem a incluir na noção de cultura elementos tão díspares como a arte, a literatura, a música, a pintura, o *modus vivendi* do homem e dos grupos na

<sup>315</sup> - MALINOWSKI, Bronislaw – Op. Cit., p. 40.

<sup>316</sup> - FILHO, João Lopes – *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia: Edição do Instituto Superior de Educação, 2003, p. 14.

<sup>317</sup> - FILHO, João Lopes – Op. Cit. p. 16.

<sup>318</sup> - FILHO, João Lopes – Op. Cit. p. 16.

<sup>319</sup> - GIDDENS, Anthony – *Sociologia*, 2ª Edição. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 46.

<sup>320</sup> - MALINOWSKI, Bronislaw – Op. Cit. p. 38.

sociedade, os costumes, as formas de trabalho, os ritos religiosos, a ocupação dos tempos livres, os bens portadores de sentido (arcos, flechas, etc.), entre outros.

A este propósito, vale recordar a asserção de António Teixeira Fernandes segundo a qual «a cultura aparece, antes, como a condição da própria existência humana, no que ela tem de mais característico, pois é pela cultura que aquela existência adquire a sua verdadeira significação e o sentido do seu próprio destino»<sup>321</sup>. Em outras palavras, é de bom-tom dizer que o homem recebe do sistema cultural o seu sentido e a sua orientação.

Parafraseando António Teixeira Fernandes, é a cultura que oferece a totalidade de sentido e que confere a autêntica finalidade à existência. Ou melhor, «dá sentido ao mundo e à história, à natureza e ao homem, ao trabalho e ao lazer, às limitações e às aspirações da liberdade, à satisfação e à esperança, à vida e à morte e ao presente e ao futuro»<sup>322</sup>. É manifesto que na mente do professor português se acham questões eminentemente sociológicas e antropológicas, que se aplicam quer às culturas complexas, quer às culturas tradicionais.

T. S. Eliot decompõe em «três sentidos» a palavra cultura. Analisou-a numa perspectiva ampla, melhor dizendo, do indivíduo, do grupo ou da classe e de toda a sociedade. Apesar da diversidade de abordagem, o poeta e ensaísta anglo-americano mostra que «(...) a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe e que a cultura do grupo ou classe depende da cultura da sociedade a que pertence este grupo ou classe»<sup>323</sup>.

Cabe notar que, para ele, «a cultura do indivíduo não pode ser isolada da do grupo e que a cultura do grupo não pode ser abstraída da sociedade inteira»<sup>324</sup>. Numa só palavra, os «três sentidos» de que fala Eliot, por vezes, tão convictamente, não podem ser, *prima facie*, concebidos separadamente. Não oferece dúvidas de que, a seu modo, a cultura é um sistema de elementos coerentes e complementares entre si.

<sup>321</sup> FERNANDES, António Teixeira – *Para uma Sociologia da Cultura*. Porto: Campo das Letras Editores, 1999, p. 13.

<sup>322</sup> FERNANDES, António Teixeira – Op. Cit., p. 14.

<sup>323</sup> ELIOT, T. S. – *Notas para uma Definição de Cultura*. S. Paulo: Editora Perspectiva, 1988, p. 33.

<sup>324</sup> ELIOT, T. S. – Op. Cit., p. 36.

A exemplo da generalidade dos antropólogos, Eliot sugere ainda que a cultura significa «o modo de vida de um povo particular que vive num lugar»<sup>325</sup>, a qual se acha visível nas suas artes, nos seus sistemas sociais, nos seus hábitos e costumes, na sua religião, nas suas actividades e nos seus interesses característicos, motivo por que alvitrou que a cultura, enquanto um todo coerente, na linha do que pensa Malinowski, é, «simplesmente, aquilo que torna a vida digna de ser vivida»<sup>326</sup>.

Estes elementos não constituem, de *per si*, uma cultura, sendo apenas partes em que ela pode ser anatomizada, à semelhança de um corpo humano. A cultura é, nas palavras do poeta e ensaísta anglo-americano, mais do que a reunião das suas artes, costumes e crenças. O vínculo que os une é a sua unidade cultural, que se fundamenta num princípio de lealdade.

Uma coisa parece evidente. Por frágeis que sejam os argumentos de Eliot, na opinião de alguns críticos, os factos testemunham que ele está coberto de razão. O que ele busca, afanosamente, é a coerência da cultura, enquanto sistema de valores fundamentais da sociedade, o qual compreende «(...) estruturas, técnicas, instituições, normas, valores, mitos, ideologias (...)»<sup>327</sup> todos resultantes da actividade humana. Ou não é a cultura, como refere Herskovits, a medida de todas as coisas?

### 3.7 - CABO VERDE: COLONIZAÇÃO OU POVOAMENTO?

Notória é a dificuldade em precisar, com rigor, o conceito de colonização. O ângulo da abordagem é assaz diversificado, porque se presta a muitas definições. Num ponto, quase todos os especialistas são unânimes. A colonização, porque é tão velha como a existência de agrupamentos humanos organizados<sup>328</sup>, é um fenómeno permanente, cujos vestígios se fizeram notar desde os tempos pré-históricos.

Muitas são as teorias que a tentam explicar. Pesem os desentendimentos, existem, contudo, pontos de convergência que importa situar. Em termos sociológicos, há uma

<sup>325</sup> - ELIOT, T. S. – Op. Cit., p. 149.

<sup>326</sup> - ELIOT, T. S. – Op. Cit., p. 41.

<sup>327</sup> - BOUDON, R. e BOURRICAUD, F – *Cultura*. In «*Dicionário Crítico de Sociologia*», 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2001, p. 124.

<sup>328</sup> - FERREIRA, Vicente – *A Ciência e o Empirismo na Colonização Moderna*. In «*Estudos Ultramarinos*», Vol. IV. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLV, p. 59.

variedade de elementos que a definem, embora os especialistas costumem agrupá-los em quatro: político (dominação), civilização (aculturação e educação), económica (valorização, exploração) e demográfico (emigração).

Outros autores consideram a colonização moderna, que aqui se analisa, como um fenómeno de expansão, de contacto e de poder. Se Leroy Beaulieu a concebe como a força expansiva de um povo, através dos espaços, já Labra a define como um dos modos necessários de exteriorização de um povo. Pelo mesmo diapasão alinham Henrique Galvão e Carlos Selvagem, para os quais a colonização é «um fenómeno social, universal, resultante da fatalidade de uma lei histórica, ou, com mais propriedade, biológica – a conquista do espaço»<sup>329</sup>.

É algo «natural, irreprimível, de todos os povos que atingiram um certo grau vigoroso de maioria política e de progresso material»<sup>330</sup>, que se explica pela existência de uma estrutura político-social suficientemente estável, pela escassez ou magreza de território pátrio, pelo excedente de energias físicas e espirituais, pela posição geográfica sobre o mar e pela possibilidade de navegação.

Outros como Silva Rego e Gonzalo de Reparaz procuram na própria natureza do homem e no Direito a origem da colonização. «Não no Direito Positivo, mas no Direito Natural, ou seja, «naquela força, algo misteriosa, que se radica na própria consciência humana, que impele o Homem para fora de si mesmo, sem lesar direitos, sem oprimir os seus semelhantes»<sup>331</sup>.

A ideia de expansão está bem presente nas concepções a que acima nos referimos. Schafer, citado por Cordero Torres, reforça ainda que todo o movimento expansivo de um povo superior supõe colonização, sem excluir por completo a conquista, a emigração e a hegemonia. É manifesto que esta ideia traz, inevitavelmente, o problema do poder e da dominação de um país, o dos colonizadores, sobre o outro, o dos colonizados<sup>332</sup>.

<sup>329</sup> - GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos – *Império Ultramarino Português (Monografia do Império)*, I Vol. Introdução Cabo Verde – Guiné. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950, p. 14.

<sup>330</sup> - GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos – Op. Cit., p. 14.

<sup>331</sup> - REGO, A. da Silva – *História da Colonização Moderna*. Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Lisboa: Edição do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, 1956-1957, p. 7.

<sup>332</sup> - TORRES, José M<sup>a</sup> Cordero – *Política Colonial*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1953, p. 20.

Esta situação provoca, em qualquer caso, a subordinação do território e da população colonizados ao poder político do Estado colonizador. Adriano Moreira é assaz claro quando sustenta, a título de acréscimo, que, em termos meramente jurídicos, «a colonização implica, portanto, um fenómeno de dependência»<sup>333</sup>. A justificar este raciocínio, aponta três exemplos paradigmáticos: «...os cidadãos continuam dependentes do seu país natal; os indígenas perdem a sua independência e o território é objecto do poder político do Estado colonizador»<sup>334</sup>.

A colonização «traduz-se sempre na imposição de um poder superior alienígena sobre um povo e seu território, com um sistema cultural diferente, em regra de etnia diferente, e projecto político diferente»<sup>335</sup>. Outros autores aproximam-se de Adriano Moreira. Nestes termos, Santi Nava e Salvador Vicente perfilham a opinião de que a colonização é um processo de incorporação de um território num outro, o que implica, na expressão de François-Mariol, a extensão da esfera política do Estado.

A enunciação em presença, de acordo com José M<sup>a</sup> Cordero Torres, pressupõe, em abono da verdade, a existência de um vínculo desigual<sup>336</sup>, isto é, de subordinação política entre os colonizados e os colonizadores. Estes exercem a autoridade e o poder sobre aqueles, de tal sorte que a relação que os caracteriza, política e jurídica, é marcada pelo domínio de uns e pela sujeição de outros<sup>337</sup>.

O mesmo juízo, a que acresce o da superioridade, encontrámo-lo presente na proposta de Silva Rego, segundo a qual a colonização é «o conjunto de relações estabelecidas (...) entre nações civilizadas do continente europeu e povos não civilizados do continente africano, acabando estes por se subordinarem àquelas»<sup>338</sup>.

Imprimindo um sentido diferente à ideia de expansão, von Ihering esboçou uma doutrina que se apoia no dever e no direito de os povos promoverem entre si o intercâmbio

<sup>333</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 26.

<sup>334</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 26.

<sup>335</sup> - MOREIRA, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996, p. 438.

<sup>336</sup> - TORRES, José M<sup>a</sup> Cordero – Op. Cit., p. 22.

<sup>337</sup> - LABOURET, Henry – *Colonisation, Colonialisme e Décolonisation*. Paris: Larose, 1952, p. 20.

<sup>338</sup> - REGO, Silva – *À Volta do Conceito de Colonização*. Macau: Centro de Informação e Turismo, 1964, p. 4.



de produtos materiais e intelectuais. O jurista alemão via nisso como um processo por meio do qual se poderia nivelar as desigualdades geográficas, naturais e intelectuais entre os diferentes povos.

Em «O Espírito do Direito Romano», von Ihering deixou um conselho que ainda se mostra útil notar: «Uma nação que se isola, não somente comete um crime contra si mesma (...) como também se torna culpável de uma injustiça que pratica com os demais povos. O isolamento é um crime capital das nações, porque a lei suprema da história é a comunidade. O país que repele toda a ideia de contacto com outra civilização, isto é, da educação pela História, perde o direito de existência».

A colonização é ainda encarada como uma missão, melhor dizendo, um dever «tutelar e de assistência» e não como um direito dos mais fortes. Subjacente a esta tese está, sem dúvida, a ideia de que os povos ditos cultos devem civilizar, supostamente, os mais atrasados, ajudando-os a melhorar, moral e materialmente, as suas condições de vida.

José M<sup>a</sup> Cordero Torres divide, neste caso, em duas correntes, o conceito de civilização, sendo uma religiosa e outra laica. A primeira, ibérica, por excelência, é de índole evangelizadora e tem em Bartolomeu de Las Casas e Francisco de Vitoria os seus principais defensores. Trata-se, em outros termos, da doutrina da missão sobrenatural da colonização que visa chamar à Fé novos adeptos<sup>339</sup>. Tem-se por certo que foi com este espírito que Portugal se lançou, de início, na expansão colonial. A este respeito, Vieira Machado é claro: «Para os portugueses, colonizar é, essencialmente, levar às populações indígenas «(...) a nossa religião (...)».

Em contrapartida, a corrente laica tenta imprimir um outro sentido à civilização, despojando-a da sua natureza cristã, mas mantendo-a fiel ao propósito de propalar os valores de vida ocidentais. A diferença que as separa é de tomo. Em lugar de se falar, segundo Joseph Folliet, no dever de cristianizar e de evangelizar, fala-se no de civilizar,

---

<sup>339</sup> - CUNHA, Joaquim da Silva – *Os Requisitos de uma boa Política Indígena*. In «Estudos Coloniais»: Lisboa: Revista da Escola Superior Colonial, Vol. II (1950-1951), fasc. Nº 2-3, p. 151.

de difundir a civilização e de melhorar a situação moral, profissional e intelectual dos povos indígenas.

Os apologistas desta tese advogam que colonizar é sinónimo de civilizar, sendo, por esta razão, uma pedagogia social, que tem por fito elevar um povo colonizado ao mesmo nível de cultura e do progresso do colonizador. Merignhac partilha a mesma ideia: Colonizar é, em suma, civilizar e estender, a regiões menos desenvolvidos, a vida e os progressos económicos, morais e intelectuais dos povos mais avançados.

Numa observação, de fácil contestação, José Gonçalo de Santa Rita frisa que «colonizar é civilizar, é aperfeiçoar moralmente o indígena»<sup>340</sup>. Ou melhor, opondo-se a Waldeck Rousseau, para quem a colonização é fazer evolucionar o indígena *na* civilização que lhe é própria, o pensador português pensa que «a colonização tem por fim passar o indígena, insensivelmente, *da* civilização que lhe é própria, para formas sociais diferentes e superiores»<sup>341</sup>.

No fundo, trata-se de produzir a assimilação social, política e administrativa, o mesmo é aceitar que existe uma componente humanística no conceito de colonização, que equivale a «civilizar ou culturizar»<sup>342</sup>. Na mesma linha de orientação, aparece Bravo Carbonell a evidenciar a ideia de que «a colonização é cultivar a terra e, também, cultivar o homem», a que podemos acrescentar a asserção antropológica de Malinowski, de acordo com a qual a colonização, que, também, é um «facto sociológico», é uma manifestação de aculturação, isto é, de contactos de povos de civilizações diferentes.

Se Malinowski coloca o problema em termos de «civilizações diferentes», de resto aceitável, a todos os títulos, já outros, como Gobineau, Chamberlain, von Treitske, Moeller van den Bruck e Rosenberg, propõem teses marcadamente racistas para explicar o fenómeno. Estes autores estribam as suas ideias na doutrina da superioridade racial dos colonizadores, através da qual pretendem mostrar que a colonização é um direito das raças superiores sobre as inferiores. Por natureza, estas devem ser subjugadas por aquelas.

<sup>340</sup> - SANTA-RITTA, José Gonçalo de – *Do Conceito de Colonização e do seu Ensino em Portugal*. In «Estudos Coloniais»: Lisboa: Revista da Escola Superior Colonial, Vol. II (1950-1951), fasc. Nº 2-3, p. 128.

<sup>341</sup> - SANTA-RITTA, José Gonçalo de – *O Problema Colonial e as Tendências da Colonização Moderna*. Lisboa: Tipografia Mendonça, 1914, p. 9.

<sup>342</sup> - TORRES, José M<sup>a</sup> Cordero – Op. Cit., p. 4.

Gobineau, por exemplo, pensa que há diferenças entre as raças, algumas das quais nasceram para dominar, outras para obedecer. Neste quadro, dos três tipos de linhagens existentes, a negra, a amarela e a branca, apenas esta era superior. A mesma ideia partilhou-a Chamberlain, para quem a raça ariana ocupava o topo da hierarquia racial. Silva Cunha considera que semelhante a estes conceitos racistas é a doutrina evolucionista de Darwin, o arquitecto da lei da selecção natural das espécies. «A luta pela existência é a geradora da selecção. Nessa luta triunfarão os mais fortes e os mais aptos»<sup>343</sup>.

Outros autores põem a tónica no conceito da colonização na valorização material, económica e comercial. Neste quadro, Rondet-Saint escreveu que este fenómeno é, unicamente, um assunto comercial, para depois Harmand o identificar com a exploração de um território em situação económica atrasada.

Cordero Torres cita Mori como tendo dito que a colonização supõe a valorização de terras escassamente povoadas e, rudimentarmente, utilizadas pelos nativos. Barone resume, em poucas palavras, o sentido preciso da expressão, considerando-a um «fenómeno económico especial». Silva Rego reforça-o, mostrando que «é impossível dissociar o facto colonização do facto económico»<sup>344</sup>.

Esta abordagem coincide com a de Gonzalo de Reparaz, para quem a colonização é um feito da geografia humana, ou seja, na esteira do que pensam Girault, Harmand e Hardy, «é valorizar e aproveitar o solo de estranhos»: «Os grupos de homens, como os animais, procuram a expansão para aumentar os seus meios de vida»<sup>345</sup>.

Esta concepção é, de resto, semelhante à «doutrina da necessidade económica» de colonização, que se fundamenta no pressuposto de que certos países, por terem excesso de população e falta de matérias-primas e de mercados, têm o direito de expansão colonial. Admite-se que esta argumentação serviu não só de fio condutor à expansão

<sup>343</sup> - CUNHA, Joaquim da Silva – *Os Requisitos de uma boa Política Indígena*. In «Estudos Coloniais»: Lisboa: Revista da Escola Superior Colonial, Vol. II (1950-1951), fasc. Nº 2-3, p. 150.

<sup>344</sup> - REGO, Silva – *À Volta do Conceito de Colonização*. Macau: Centro de Informação e Turismo, 1964, pp. 8-9.

<sup>345</sup> - REPARAZ, Gonzalo de – *História de la Colonización*, vol I. Barcelona: Editorial Labor, 1933, p. 12.

colonial europeia, do séc. XIX, depois da guerra franco-prussiana de 1870, mas também de pretexto para que a Alemanha e a Itália justificassem os seus desígnios expansionistas.

Silva Cunha explicou-a: «Esta doutrina reveste várias formas. Uma vez toma como fundamento da expansão a necessidade de assegurar a colocação de excedentes demográficos; outras, a de garantir o abastecimento de matérias-primas para assegurar a independência económica; outras, ainda, a necessidade de conquistar mercados para a colonização de produtos da respectiva indústria»<sup>346</sup>.

A escola marxista-leninista vê a colonização neste prisma, colocando a ênfase na busca de mercado e de matérias-primas, na industrialização e na expansão da actividade económica metropolitana. A título de exemplo, poder-se-ão mencionar as análises de Vladimir Lenine, em «O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo», e de José Estaline, em «O Marxismo e Questão Nacional».

Por último, muitos pensadores tomam a colonização como um fenómeno demográfico, identificando-a com a emigração. Silva Rego, por exemplo, refere que «o fenómeno migração prende-se intimamente ao fenómeno colonização»<sup>347</sup>. Como observou, em ordem a justificar esta asserção, Gothe sublinhou que o nórdico, sem sol e sem calor, procura paisagens mais amenas e acolhedoras.

Gonzalo de Reparaz encara a *migração* ou a *emigração* como formas genuínas de colonização. Esta tendência é instintiva e foi a primeira maneira da colonização que coincide com a emigração<sup>348</sup>. Adriano Moreira avança que «a colonização se traduz na emigração de uma parte da população, com os capitais necessários, para se instalar num território até então alheio ao poder político do governo a que ficam subordinadas a população indígena e a população emigrante»<sup>349</sup>.

Silva Rego propõe duas explicações - uma restrita e outra ampla – para elucidar a questão: No primeiro caso, que se aplica ao exemplo português, sustenta que «a

<sup>346</sup> - CUNHA, Joaquim da Silva – *Os Requisitos de uma boa Política Indígena*. In «Estudos Coloniais»: Lisboa: Revista da Escola Superior Colonial, Vol. II (1950-1951), fasc. Nº 2-3, p. 151.

<sup>347</sup> - REGO, A. da Silva – Op. Cit., p. 8.

<sup>348</sup> - REPARAZ, Gonzalo de – Op. Cit., p. 12.

<sup>349</sup> - MOREIRA, Adriano – *Política Ultramarina*. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1956, p. 26.

colonização é o fenómeno pelo qual uma Nação ou pátria se prolonga, sob certo aspecto, em territórios, geralmente, situados além-mar, habitados por povos de civilização diferente ou inferior, ligando-os (uns e outros) a si por laços de diversa ordem»<sup>350</sup>.

Por outro lado, define, *lato sensu*, a colonização como «o fenómeno pelo qual uma Nação ou um grupo étnico se estabelece em territórios, geralmente situados além-mar, habitados por povos de civilização diferente ou inferior»<sup>351</sup>. A diferença entre as duas definições estriba-se na forma como os colonizadores se fixam no território colonizado. Se, no primeiro, como explica Silva Rego, a Nação ou a Pátria procura prolongar-se, já, no segundo, a Nação ou grupo étnico tem por fito estabelecer-se.

As observações de Silva Rego não chocam, na sua essência, com a de Merignhac, à luz da qual se pode julgar que a história humana não é senão um vasto movimento de emigração, quer dizer, de colonização, nem com a De Lanessan de que a história da colonização se confunde com a das migrações da humanidade.

Seguindo a mesma orientação, Silva Rego adianta que «a história da humanidade não é senão o fluxo e refluxo de enormes massas humanas que abandonam o seu *habitat*<sup>352</sup> para se espriarem por todos os cantos do globo»<sup>353</sup>, demonstrando que «o homem, enquanto for homem, há-de sentir a necessidade de se expandir, de viajar, de comerciar, de ver o que se passa na casa dos outros, de os influenciar, de os dominar (...)»<sup>354</sup>.

Para Vicente Ferreira, «colonizar implica, originalmente, a ideia de transferência de um grupo humano do seu habitat primitivo para meio diferente. Por extensão, passou a significar, também, o domínio exercido por um povo sobre outro, em estágio de civilização inferior ao do primeiro»<sup>355</sup>. À luz desta perspectiva de análise, a Enciclopédia Francesa e a Real Academia de Língua Espanhola definem, respectivamente, o conceito

<sup>350</sup> - REGO, Silva – Op. Cit., p. 20.

<sup>351</sup> - REGO, Silva – Op. Cit., p. 21.

<sup>352</sup> - O itálico é do autor.

<sup>353</sup> - REGO, Silva – *À Volta do Conceito de Colonização*. Macau: Centro de Informação e Turismo, 1964, pp. 9-10.

<sup>354</sup> - REGO, Silva – Op. Cit., p. 10.

<sup>355</sup> - FERREIRA, Vicente – *O Conceito de Maior Benefício e os Factores Materiais e Humanos da Colonização*. In «Estudos Ultramarinos», Vol. IV. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLV, p. 71.

demográfico da colonização como «o transporte de um povo de um país a outro» e como «o conjunto de pessoas que vão de um país ao outro para cultivar ou povoar».

Silva Cunha debruça-se, de igual modo, sobre a colonização, que, a seu parecer, designa o facto de colonizar, independentemente de qualquer valoração. No entendimento deste antigo professor do ISCSP, a ideia fulcral que está na base da colonização é a do «aproveitamento das riquezas naturais de um território e de fixação de elementos humanos»<sup>356</sup>.

Para ele, «a colonização supõe, portanto, a deslocação de núcleos populacionais mais ou menos extensos que se fixam num território inexplorado, ou incompletamente explorado, para promover o seu desenvolvimento económico»<sup>357</sup>. Silva Cunha entende que o processo de colonização envolve três fases: descoberta e ocupação de novos territórios; desenvolvimento e exploração económica destes e, por fim, acção cultural sobre as populações autóctones.

Nos estudos que desenvolveu sobre a matéria em apreço, o investigador português identificou, pelo menos, até à 1ª Guerra Mundial, três formas de colonização: a colonização pela conquista militar e imposição do domínio político a povos contíguos acompanhada em alguns casos de forte expansão cultural (Impérios mediterrânicos da antiguidade); a colonização precedida da exploração dos mares e da descoberta em execução de um ideal de proselitismo religioso, acompanhada de expansão económica (colonização portuguesa e espanhola, a partir do séc. XV); e a colonização com objectivos puramente económicos, realizada muitas vezes por empresas de economia mista (a colonização holandesa, francesa e inglesa, a partir do séc. XVII)<sup>358</sup>.

Nesta ordem de ideias, Luís Filipe F. Reis Thomas subscreve que a colonização é «toda a transferência de forças de um território para o outro», isto é, de pessoas, capitais, tecnologia e valores culturais. Sousa Lara sublinha que, «nesses valores culturais transferidos figuram, sistematicamente e de forma coordenada, as instituições que Louis Althusser designou por aparelhos repressivos a aparelhos ideológicos, dos quais se

<sup>356</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 6.

<sup>357</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 6.

<sup>358</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., pp. 8-9.

destacam, respectivamente, o Direito, a Administração Pública, as Forças Armadas, o Complexo Policial-Judicial-Penitenciário, de um lado, a Língua, as Confissões Religiosas, a Comunicação Social, o Sistema Educativo, familiar e escolar, do outro»<sup>359</sup>.

A colonização é, na visão da Anna Maria Gentili, «o processo de expansão e conquista de colónias e a submissão, por meio da força ou da superioridade económica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial»<sup>360</sup>. Jorge Borges de Macedo propõe que a colonização é um «processo múltímodo e variável pelo qual uma civilização ou uma comunidade, com formas características de vida, se transfere e é assimilada noutras zonas ou regiões diferentes daquela onde se constitui e, inicialmente, a define, ou pelo qual intensifica o aproveitamento da própria área que lhe pertence»<sup>361</sup>. Este facto levou-o a concluir que pode haver colónias e não haver colonização.

António Marques Bessa classifica a colonização como «um processo de transferência de cultura e implantação de formas mais evoluídas de civilização em territórios, técnica e materialmente subdesenvolvidos»<sup>362</sup>. A colonização – avalia aquele professor do ISCSP – «traduziu-se por uma valorização das terras e dos homens e por um contacto de culturas, que, no caso português, produziu a forma particular de estar no mundo a que Gilberto Freyre deu o nome de lusotropicalismo»<sup>363</sup>.

Põe-se-nos agora um problema complexo. Como se pode definir, sociológica e antropológicamente, o modelo de ocupação portuguesa em Cabo Verde. À partida, importa, no entanto, reportar que aquele arquipélago era um território *res nullius*, aquando da chegada dos portugueses. Numa só palavra, era terra de ninguém, porque não tinha dono. Juridicamente, na apreciação de Alexandre Lobato, podia dar-se-lhe o destino que se quisesse.

Em boa doutrina, escreve António de Sousa Lara, é bastante discutível a existência da colonização nas ilhas desérticas do Atlântico<sup>364</sup>. O professor do ISCSP assinala que,

<sup>359</sup> - LARA, António de Sousa - *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)*. Lisboa: ISCSP, 2000, p. 14.

<sup>360</sup> - GENTILI, Ana Maria - *Colonialismo*. In «Dicionário de Política», vol. I, 3ª edição, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 181.

<sup>361</sup> - MACEDO, Jorge Borges - Op. Cit., p. 135.

<sup>362</sup> - BESSA, António Marques - *Dicionário Político do Ocidente*. Braga - Lisboa: Editorial Intervenção, 1979, p. 65.

<sup>363</sup> - BESSA, António Marques - Op. Cit., p. 65.

<sup>364</sup> - LARA, António de Sousa - *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)*. Lisboa: ISCSP, 2000, p. 35.

tanto no caso dos Açores e da Madeira quanto no de Cabo Verde, não se pode falar de colonização mas sim de povoamento, uma vez que nelas, à data dos descobrimentos, não existiam «nenhum povo autóctone nem nenhuma cultura indígena»<sup>365</sup>.

Em apoio a esta tese, Alexandre Lobato escreveu que «as terras desertas não são colonizadas»<sup>366</sup>, mas sim povoadas com moradores. Aquele escritor recordou, escudando-se em citações autorizadas, que ao «(...) movimento de ocupação da terra virgem nunca os antigos chamaram colonizar, mas povoar»<sup>367</sup>.

Os portugueses levaram a efeito o povoamento dos Açores e da Madeira apenas com brancos. Em Cabo Verde, fizeram-no com brancos e escravos negros de África, o que deu origem a um povo de cor diferente da dos povoadores. Estamos convencidos de que se o povoamento destas ilhas se fizesse apenas com brancos, certamente, que se não colocaria, a exemplo dos Açores e da Madeira, o problema do colonialismo e da colonização.

A ausência de populações autóctones em Cabo Verde constituiu um argumento credível tendente a explicar a inexistência da colonização. Sociologicamente, para haver colonização, «(...) é necessário que haja uma subordinação cultural e que a massa colonizada, não obstante ser, na maior parte das vezes, uma maioria numérica, constitua uma minoria sociológica»<sup>368</sup>.

Georges Balandier coloca o problema em sentido oposto ao de Mesquitela Lima: «Os colonizadores, embora constituam uma minoria numérica, formam uma maioria sociológica», por deterem a titularidade do poder político e o do económico. O carácter de minoria é, na pena do investigador gaulês, inerente a uma certa maneira de estar na sociedade global e implica, essencialmente, a existência da relação do dominador sobre o dominado,<sup>369</sup> não sendo, portanto, um conceito estatístico.

<sup>365</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 35.

<sup>366</sup> - LOBATO, Alexandre – *Sociologia Política da Expansão e Outros Ensaio*. Separata nº 16 da Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa: MCMLVII, p. 67.

<sup>367</sup> - LOBATO, Alexandre – Op. Cit., p. 67.

<sup>368</sup> - LIMA, Mesquitela – LIMA, Mesquitela – *Alguns Aspectos Sociológicos da Colonização*. Luanda: Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964, p. 6.

<sup>369</sup> - BALANDIER, George – *Sociologie Actuelle de L'Afrique Noir – Dynamique Sociale en Afrique Centrale*, 2ª Edição. Paris : Presses Universitaires de France, 1963, p. 17.



O grupo social detentor do Poder e da direcção da vida económica, no contexto colonial em que se integra, é uma maioria sociológica, ainda que seja uma minoria, em termos numéricos. De acordo com o Prof. Silva Cunha, «a posição de predomínio exprime-se por índices exteriores como as diferenças de nível material de vida (alimentação, vestuário, habitação, divertimentos, etc.) e de desigualdades exteriores»<sup>370</sup>.

René Maunier acha que existe sempre colonização quando haja emigração, conquista, ocupação e dominação. «(...) Em primeiro lugar, é preciso que seja realizada a emigração dos homens ou a ocupação (...); em segundo lugar, é necessário que ocorra a dominação ou a sujeição dos povos (...) Há colonização quando estes dois factos se reúnem»<sup>371</sup>.

Leroy-Beaulieu considera a emigração como um «facto instintivo» e a colonização como um «facto reflexivo ou social». Por seu turno, La Torre distingue a colonização política (dominação) da colonização autónoma (emigração), existindo entre ambas uma relação de causa/efeito, sabido que a primeira supõe uma colonização de penetração organizada, e a segunda, porque lhe falta o elemento de dominação, típico da colonização, não é mais do que a deslocação de pessoas.

As observações de Maunier vêm corroborar a tese da inexistência da colonização em Cabo Verde. Isto porque, a seu ver, tal fenómeno implica, necessariamente, a conquista ou a submissão pela força da população autóctone, que, vale repetir, não existia nas ilhas antes dos portugueses. Aliás, é categórico, quando avisa que não há colonização sem conquista ou ocupação.

Se aquela não ocorreu nas ilhas, por falta de povos autóctones, já esta foi uma realidade, segundo o pensador gaulês: «Há ocupação quando terras inocupadas, ainda desabitadas e virgens, no verdadeiro sentido da palavra, são ocupadas sem conflito»<sup>372</sup>. Bonelli sufraga a opinião, argumentando que a colonização existe sempre que haja ocupação de um território anteriormente habitado por um povo.

<sup>370</sup> - CUNHA, Silva – *Administração e Direito Colonial. Apontamento das Lições do Prof. Doutor Silva Cunha ao 3º ano jurídico de 1960-1961*. Lisboa: Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1960, s/d, p. 68.

<sup>371</sup> - MAUNIER, René – Op. Cit., p. 21.

<sup>372</sup> - MAUNIER, René – Op. Cit., p. 17.

É de advertir que a colonização moderna, que Vicente Ferreira considera um «fenómeno social complexo, implica o descobrimento, a conquista, a ocupação e o povoamento: «Depois da Descoberta a Conquista; depois da Conquista a Colonização»<sup>373</sup>.

Ante este quadro, Cabo Verde, porque era um território «*res nullius*», sem população e cultura autóctones, não conheceu semelhante processo social, porque lhe faltou também um outro elemento – a conquista, isto é, «o saque das riquezas acumuladas e a dominação dos aborígenes, com o desmantelamento directo de suas estruturas políticas tradicionais»<sup>374</sup>.

Daí que se não possa, com rigor académico ou científico, falar da colonização quanto mais do colonialismo em Cabo Verde. Ambos requerem, na apreciação de muitos sociólogos que ao estudo da «questão colonial» se dedicaram, a sujeição da população e da cultura alienígenas a uma minoria estrangeira, que detém as rédeas do poder político. O modelo português de ocupação, ensaiado em Cabo Verde, autoriza-nos a dizer, em jeito de remate, que Cabo Verde era uma colónia sem colonização e sem colonialismo.

#### 4 - COLONIALISMO EM ÁFRICA

Antes da Conferência de Berlim, tinha a África, é certo, um modo de vida diferente do dos europeus. Tinha, também, raças, tribos, povos, nações e estados, todos com uma história tão secular como a dos outros continentes. Investigações arqueológicas, umas antigas, outras modernas, já demonstraram à saciedade quão é verdadeira a asserção a que acima se alude.

Até aos descobrimentos europeus, os africanos não estabeleceram contactos com outros povos. A África era, numa só palavra, um continente desconhecido. Para os europeus, era um enigma por cujo descobrimento estariam dispostos a pagar um alto preço. Joseph Ki-Zerbo exprime a opinião de que, no séc. XIX, o continente africano

<sup>373</sup> - FERREIRA, Vicente – *A Colonização*. In «Estudos Ultramarinos», Vol. IV. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLV, p. 37.

<sup>374</sup> - NOVAIS, Fernando – *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial*. São Paulo: Livros Horizonte, pp. 51-52.

continuava, de facto, a ser a principal incógnita na carta do mundo. Era uma espécie de terras tenebrosas<sup>375</sup>.

Convém notar que, antes da Conferência de Berlim, a ocupação europeia em terras africanas se cingia à Argélia, ao Senegal, ao Gabão, à Gâmbia, à Serra Leoa, à Costa de Ouro, à Nigéria, a Angola, a Moçambique e à África do Sul. No entanto, vale recordar que, findas as lutas napoleónicas, a Europa conheceu um surto de crescimento comercial e industrial.

Era «um período novo da técnica e da economia»<sup>376</sup>, que desembocou numa autêntica revolução, cujas consequências imediatas foram, entre outras já consabidas, o aumento da produção e do desemprego, o surgimento do operário moderno (o proletário), e a aquisição de novos mercados para absolver o excedente produtivo. A realidade aconselhava os europeus a procurarem novos mercados para a exportação dos produtos em excesso. A África surgiu então como uma luz ao fundo do túnel. Começa aqui a exploração do continente, a que não era alheia a curiosidade científica.

A conquista de novos espaços para a colocação de mercadorias não explica totalmente *o gosto* dos europeus por África, havendo ainda, como acentuou Gaspar Villas, outros motivos, como, por exemplo, «o espírito imperialista de querer também o domínio territorial não só da numerosa costa, mas também da terra já ocupada. É o próprio Marcello Caetano quem o aceita: «(...) As chancelarias voltaram-se para África em busca de zonas onde se alicerçassem novo prestígio político dos Estados e que pudessem oferecer mercados mais amplos para o comércio europeu»<sup>377</sup>.

Data de 1788 o início da exploração europeia de África, quando, foi criada a Associação Africana, em Londres. José Gonçalo Santa-Ritta elaborou um bosquejo deste fenómeno: «De 1795 a 1805, Mungo Parck explora a bacia do Níger; em 1798, Mollien, procurando atingir o Níger, descobre as nascentes do Senegal, da Gâmbia e do Rio Grande; Lander e Laid exploram de 1830 a 1832 a foz do Níger e Baikie atinge o Benué

<sup>375</sup> - KI-ZERBO, Joseph – *História da África Negra*, vol. II, 2ª Edição, Lisboa: Publicações Europa-América, 1991, p. 67.

<sup>376</sup> - SANTA-RITTA, José Gonçalo – *Estudo sobre a Conferência de Berlim de 1885*. Apresentado como dissertação no concurso para professor substituto da 4ª cadeira da Escola Colonial. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1916, p. 1.

<sup>377</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 79.

(...); as explorações de Lambert, Mage, Quintin e Winword Reade concluem o reconhecimento da bacia do Níger»<sup>378</sup>.

A estas expedições somam-se a de Caillé, que chegou a Tombuctu, hoje, Mauritânia, em 1828, a de Clapperton, em 1823, que descobriu o Tchad, a de Barth e de Richardson e, por último, a de Vogel e de Gerard Rohlfs. A odisseia europeia não cessa de crescer. Em 1857, Burton e Speke, a partir de bases estabelecidas no Zanzibar, chegam a Tanganica e a Vitória.

No entanto, nasce um novo movimento de exploração. Cabe a Livingstone iniciá-lo. Em contínuas viagens, realizadas de 1840 a 1873, o missionário inglês reconheceu o rio Zambeze, o lago Niassa e a região de Tanganica e alcançou as nascentes do rio Zaire. Seguiram-se-lhe Stanley e o conde Savorgnan de Brazza, cujos relatos das suas viagens suscitaram uma enorme curiosidade em toda a Europa.

Entretanto, segundo nota Marcello Caetano, um facto novo produziu-se no continente europeu: «Leopoldo II, ao ver aumentar a população belga e, ao mesmo tempo, crescer o desenvolvimento industrial e mercantil da Bélgica, convencera-se de que o seu país precisava absolutamente de um mercado colonial».<sup>379</sup>

Neste contexto, convocou alguns geógrafos europeus para um congresso em Bruxelas, em 1876, cujo fito era o de estudar «a forma de penetrar no interior de África com *fins científicos e humanitários*»<sup>380</sup>. No decurso do encontro, foi fundada a Associação Internacional Africana, que tinha, entre outras finalidades, a de «assegurar a exploração de África mediante o estabelecimento de estações hospitalares e científicas que servissem de apoio aos viajantes, ao mesmo tempo que cooperassem na luta contra o tráfico de escravos»<sup>381</sup>.

As denominadas explorações científicas começaram, paulatinamente, a resvalar em ocupação colonial. Portugal, que, amiúde, reivindicava os seus *direitos históricos*

<sup>378</sup> - SANTA-RITTA, José Gonçalo – Op. Cit., p. 2.

<sup>379</sup> - CAETANO, Marcello – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos (História duma Batalha: Da Liberdade dos Mares s Nações Unidas*, 4ª Edição. Lisboa: Edições tica, 1971, p. 82.

<sup>380</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 82.

<sup>381</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 82.

sobre o interior de África, dá mostras de inquietação. Nem sequer havia sido convidado a participar no Congresso de Bruxelas por Leopoldo II, que só acabou por fazê-lo depois de um protesto diplomático. Ainda assim, por falta de recursos, não se fez representar na reunião.

Portugal quis quebrar o isolamento internacional a que estivera votado. Atesta-o a criação, em 1875, da Sociedade de Geografia de Lisboa, que aconselhou o então ministro da Marinha e do Ultramar a enviar uma expedição com intuitos de explorar a bacia hidrográfica do Zaire. Dela não resultou, segundo se apurou, qualquer acto de ocupação efectiva.

Enquanto isso, a Alemanha, a França, a Bélgica e a Grã-Bretanha continuam em aceras disputas pelo controlo de terras em África. Portugal, mesmo em oposição às pretensões britânicas, conquistou, em 15 de Maio de 1855, Ambriz. Lisboa evocou, no dizer de Marcello Caetano, cinco razões para o fazer: «a prioridade do descobrimento; a posse conservada durante séculos; a introdução da civilização pelo cristianismo; a conquista pelas armas; e o reconhecimento do nosso domínio pelos chefes indígenas»<sup>382</sup>.

Em Dezembro de 1882, a Inglaterra dispôs-se a chegar a um entendimento com Portugal a fim de pôr termo às disputas que os opunham sobre os territórios da costa ocidental africana situados entre 5° 12' e 8° de latitude sul. As negociações então encetadas culminaram, depois de 14 meses de negociações, com o Tratado de Zaire, assinado em Londres, em 26 de Fevereiro de 1884.

A julgar pelo documento em exame, a Grã-Bretanha decidiu reconhecer não apenas a soberania portuguesa sobre os territórios acima aludidos, mas também os que se achavam localizados do interior do rio Zaire até Noqui. Do seu lado, Portugal assumiu, entre outros, o compromisso de garantir a todas as nações a liberdade do comércio e de navegação nos rios Zaire e Zambeze, a extinção da escravatura no Congo e nas costas africanas e a protecção de missionários cristãos de qualquer país.

---

<sup>382</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 70.

O Tratado do Zaire não agradou a ninguém<sup>383</sup> e foi objecto de muita contestação da parte da França, da Bélgica, da Alemanha, da Holanda e dos EUA. Ante os protestos, o Governo inglês, em nota de 28 de Maio de 1884, alertou o de Portugal que não submeteria ao parlamento o acordo em questão até que sejam removidas as «objecções feitas pelas outras potências».

#### 4.1 – CONFERÊNCIA DE BERLIM E PARTILHA DE ÁFRICA

Este argumento serviu de pretexto para que o Reino Unido abandonasse, em definitivo, o Tratado do Zaire. Portugal ficou surpreso com a atitude inglesa. Sem delongas, lançou a ideia de uma conferência internacional para regular as disputas territoriais em África. O chanceler alemão Otto von Bismarck chamou a si o projecto e convocou as potências coloniais para uma conferência internacional em Berlim.

A agenda da reunião continha três pontos: Liberdade do comércio na bacia e embocadura do Congo; aplicação aos rios Congo e Níger dos princípios adoptados pelo Congresso de Viena para consagrar a liberdade de navegação em vários rios internacionais, princípios aplicados mais tarde ao Danúbio; definição das formalidades a observar para que as novas ocupações nas costas de África sejam consideradas efectivas.

Estavam assim lançados os esteios – a procura de mercado, o espírito imperialista e a curiosidade científica – para a partilha de África, que, efectivamente, começou a vir à tona em meados de 1700. Mal começaram os trabalhos, em 15 de Novembro de 1884, Bismarck pôs a descoberto a verdadeira intenção dos 14 Estados participantes,<sup>384</sup> ao exprimir que a ideia fundamental da reunião era a de «facilitar a todas as nações comerciais o acesso ao interior de África», cujo continente era encarado como uma fonte de matérias-primas, de escravos e mão-de-obra barata<sup>385</sup>.

<sup>383</sup> - REGO, A. da Silva – *O Ultramar Português no séc. XX*, 2ª Edição. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLXIX, p. 200.

<sup>384</sup> - Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Inglaterra, Itália, Holanda, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia.

<sup>385</sup> - GARCIA, Francisco Proença – *Guiné 1963-1974: Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português*. Lisboa: Lemos & Moutinho – Artes Gráficas, 2000, p. 30.

Portugal sentia-se isolado no encontro. A apoiá-lo, sem equívocos, estavam a Espanha, a França e a Itália<sup>386</sup>. Em contrapartida, a Bélgica, a Inglaterra e a Alemanha, nomeadamente, opunham-se-lhe e não reconheciam os seus alegados *direitos históricos* sobre os territórios africanos por ele ocupados séculos antes. Avizinhavam-se-lhe momentos delicados para impor os seus argumentos.

Duas teses principais confrontaram-se na reunião: uma inovadora, que apenas reconhecia o domínio dos países que já tinham feito a ocupação permanente e efectiva, e outra tradicional, que radicava na história. A primeira orientação acabou por prevalecer sobre a segunda, isto é, a ocupação efectiva passou a substituir os direitos históricos.

Depois de longos e aturados debates, a Conferência terminou em 26 de Fevereiro de 1885, com a adopção de um Acto Geral que compreende quatro pontos, assim resumidos por José Gonçalo Santa-Ritta: a liberdade do comércio na bacia convencional do Zaire e a neutralização dos territórios nela compreendidos, a liberdade da navegação do Zaire e do Níger, a repressão da escravatura, a liberdade de propaganda religiosa em África e, *in fine*, a ocupação efectiva dos territórios, a substituir os antigos direitos históricos.

No que tange a este último ponto, a Conferência adoptou uma estratégia de ocupação cujos pontos nodais assentam em dois itens:

«A potência que de futuro tomar posse de um território nas costas de um continente africano, situado nas suas actuais possessões, ou que, não a exercendo até aí, venha a adquiri-la, e, igualmente, a potência que num desses territórios vier a assumir um protectorado, acompanhará o respectivo acto de uma notificação às outras potências signatárias do presente Acto, a fim de lhes permitir que façam valer, se for caso disso, as suas reclamações. As potências signatárias do presente acto reconhecem a obrigação de assegurar nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano a existência da autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições em que for estipulada».

<sup>386</sup> - SANTA-RITTA, José Gonçalo – *A África nas Relações Internacionais depois de 1870*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais do Centro de Estudos Políticos e Sociais, n.º 26. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1959, p. 45.

Demais a mais, outros resultados não de somenos valor foram alcançados na reunião, dos quais se destacam «o reconhecimento da soberania territorial e da bandeira da Associação Internacional do Congo, a qual passou a designar-se, mais tarde, Estado Independente do Congo, o estabelecimento da liberdade de comércio na bacia convencional do Zaire, a proibição do tráfico de escravos e a determinação da protecção aos indígenas a nível da educação e bem-estar»<sup>387</sup>.

Portugal foi um dos grandes derrotados da Conferência de Berlim, porque o princípio de *ocupação efectiva* lhe era de todo em todo desfavorável. Não conseguiu vincar os seus argumentos e as suas pretensões. Pode dizer-se que «Portugal foi à Conferência com uma bela bagagem de direitos históricos, mas sem força para os fazer valer (...), tendo de lutar com a hostilidade de uns e a má vontade ou a indiferença de outros»<sup>388</sup>.

A esta luz, Francisco Proença Garcia acha que a Conferência não partilhou só o interior de África, mas tornou irrealizável o Tratado do Zaire. Daqui infere que «Portugal viu os seus interesses em África gravemente afectados e perdeu os direitos à margem sul do Congo, ficando só com o enclave de Cabinda»<sup>389</sup>.

Marcello Caetano extraiu duas lições do encontro: «a primeira, a de que estava em vias de rápido progresso a partilha da África entre as potências europeias e de que era urgente que Portugal consolidasse quanto antes o Império (...); a segunda, a de que Inglaterra, depois de nos ter abandonado na questão do Zaire, deixara perder a chefia da política colonial no mundo e desempenhara na Conferência um lugar quase secundário (...)»<sup>390</sup>.

José Gonçalo Santa-Ritta é mais severo na sua apreciação, assumindo que «da Conferência nós saímos sem nada que nos defendesse das ambições inglesas já então bem

<sup>387</sup> - LARA, António de Sousa – *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)*. Lisboa: Edição do ISCSP, 2000, p. 45.

<sup>388</sup> - LAVRADIO, Marquês do – *Portugal em África Depois de 1851 – Subsídios para a sua História*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral do Ultramar, 1936, p. 88.

<sup>389</sup> - GARCIA, Francisco Proença – Op. Cit., p. 32.

<sup>390</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 119.



visíveis (...)»<sup>391</sup>. Ernesto de Vilhena mostra-se desapontado com os resultados da reunião de Berlim. Em jeito de revolta, diz, em «Questões Coloniais I», que «viemos de lá espoliados».

Não obstante isso, Portugal conseguiu ainda lograr algumas vantagens. A sua posição foi suficiente para fazer impedir que a Associação Internacional Africana ocupasse a extensa e rica margem direita do rio Zaire, o que levou que «a referência inglesa ao Zambeze fosse dedicadamente afastada».

A Conferência de Berlim repercutiu-se sobremaneira em África. Se, para Adriano Moreira, ela «marcou o prelúdio do arranque final para a completa submissão do Globo ao Governo ocidental»<sup>392</sup>, na opinião de Sousa Lara, ela desencadeou a partilha de África numa lógica de poder multipolar»<sup>393</sup>, baseada na cultura e na mentalidade ocidentais que nada tem que ver com as dos africanos.

A reunião de Berlim provocou uma verdadeira desordem no continente africano: as fronteiras foram traçadas a régua e esquadro, isto é, arbitrariamente, sem respeito pelos padrões culturais; separaram-se tribos, etnias, povos e nações com cultura e história comuns, integrando-os em outros ambientes e territórios diferentes. Vingou, num único termo, a lei do mais forte, que provocou problemas fronteiriços que ainda hoje permanecem por resolver.

A partilha de África prosseguiu depois. Mais tarde, em Novembro de 1889, realizou-se a Conferência de Bruxelas, cujo objectivo era o de pôr termo ao tráfico de escravos, de proteger as populações autóctones africanas e de assegurar a este vasto continente os benefícios da «paz e da civilização». Por esse tempo, a escravatura achava-se dominada por muçulmanos negreiros que desenvolviam actividades a partir do Zanzibar, embora na costa ocidental os ingleses a tivessem abolido.

<sup>391</sup> - SANTA-RITTA, José Gonçalo – Op. Cit., p. 60

<sup>392</sup> - MOREIRA, Adriano – *Legado Político do Ocidente – O Homem e o Estado*, 3ª Edição. Lisboa: Edição do Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 1995, p. 148.

<sup>393</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 45.

A reunião de Bruxelas adoptou três conclusões: «a extensão do critério de ocupação efectiva dos territórios com a criação de uma rede administrativa, judicial, religiosa, militar e de comunicações e transportes (rede viária, linhas férreas, transportes fluviais, portos, telégrafo, etc.)»<sup>394</sup>, assim como a obrigação de empreender medidas tendentes a promover económica e socialmente os indígenas e a eliminar o comércio de escravos. No dizer de Marcello Caetano, a Conferência anti-esclavagista é, com efeito, «um programa de ocupação efectiva, no interior da África, por meio de desenvolvimento dos serviços administrativos apoiados em estações, cuja função accidental de combate ao tráfico se perde no meio das numerosas e importante missões de carácter civilizador e protector»<sup>395</sup>.

A partir das Conferências de Berlim e de Bruxelas, à parte a Etiópia e a Libéria, toda a África se tornou propriedade da Europa. O manto imperialista caiu sobre as savanas, as florestas e os desertos como uma chapa de chumbo. O Poder colonial substituiu, deste modo, os regimes tradicionais africanos através da força, do medo e da violência»<sup>396</sup>.

O imperialismo europeu, como constatou Jacques Le Goff, tornou-se assim um fenómeno planetário e a Europa o *carrasco de África*<sup>397</sup>. Os três países mais industrializados da Europa – a Inglaterra, a França e a Alemanha – reuniam cerca de 80% do total das aquisições territoriais em África. Era o culminar, por assim dizer, de um processo histórico que traduzia o avanço tecnológico atingido pelos europeus, o qual resultou da conjugação de três factores: a acumulação de riquezas arrancadas à América, à Ásia e, sobretudo, à África, a criatividade dos europeus e, em última nota, o sistema de exploração implantado.

<sup>394</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 49.

<sup>395</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 161.

<sup>396</sup> - KI-ZERBO, Joseph – Op. Cit., p. 22.

<sup>397</sup> - LE GOFF, Jacques – *A Velha Europa e a Nossa*. Lisboa: Gradiva, 1995, p. 45.

## CAP. II

### ANTI-COLONIALISMO DEPOIS DAS GUERRAS MUNDIAIS

#### 5 – GÉNESE DO ANTI-COLONIALISMO

Se a colonização é um facto tão antigo quanto a história da humanidade, já a descolonização o não é. Esta é, sem dúvida, um fenómeno de aparição recente, cuja palavra, ao que nos parece, foi inventada, em 1954, por Paul Muss, no seu livro «Le Destin de L' Union Française»<sup>398</sup>.

A génese da descolonização pode ser localizada nos próprios fundamentos ideológicos da colonização. Os teólogos hispânicos dos séculos XVI e XVII, à testa dos quais se acha o dominicano Francisco de Vitória, construíram um *corpus* de ideias tendentes a justificar a colonização, que, para eles, era sempre legítima, desde que seja exercida em consonância com os fins e com os princípios adstritos à propagação da fé católica.

A acreditar em muitos autores, a pedra de toque deste modelo de colonização acha-se enraizada na ideia de superioridade racial, melhor dizendo, certos povos – os de raça superior – têm a função social de tutelar outros – os de raça inferior – considerados atrasados, intelectual e culturalmente.

Já no findar do séc. XVIII, desenharam-se novas tendências que contrariaram os princípios básicos da colonização espanhola, os quais se reflectiam no «sistema do pacto colonial», que colocava as possessões ultramarinas em completa sujeição à metrópole. Tais teses inovadoras resultaram do humanitarismo inglês, do ideário revolucionário de 1789 e dos ensinamentos da escola liberal britânica.

---

<sup>398</sup> - MOREIRA, Adriano – *A Comunidade Internacional em Mudança*. In «Estudos Políticos e Sociais», Revista Trimestral do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Vol. IX, nºs 1-4, Lisboa, 1981, p. 135.

A nova doutrina, que era «a versão laica das teorias dos teólogos peninsulares do séc. XVI»<sup>399</sup>, fez nascer uma onda anti-colonialista, cujas primeiras manifestações, a crer em Silva Cunha, são a campanha contra o escravagismo desencadeada em Inglaterra por Wilberforce e a defesa do livre-cambismo que Londres, no séc. XIX, adoptou como modelo político a impor ao mundo.

Se é certo que estas premissas não impediram a formação, no último quartel do séc. XIX, de grandes impérios coloniais contemporâneos, não deixa de ser verdade, por outro lado, que lançaram os esteios que levaram as potenciais europeias a respeitar e a proteger os direitos das populações coloniais.

A teoria anti-colonialista, cuja ideia matricial se estriba numa estrutura filosófica de origem racionalista, produziu, segundo Silva Cunha, três teses fundamentais: «a tese optimista da bondade natural do homem; a tese individualista do princípio da igualdade essencial de todos os homens; e a tese da liberdade individual como direito natural essencial»<sup>400</sup>.

A primeira preposição enunciou-a Jean-Jacques Rousseau, em 1750, no «Discurso sobre as Ciências e as Artes». A tese optimista da bondade natural do homem condena a colonização, considerando-a ilegítima, sabido que ela exinaniu a felicidade em que viviam os selvagens. Demais a mais, engendrou os princípios da igualdade e da liberdade que enformaram o anti-colonialismo moderno.

A tese individualista do princípio da igualdade essencial de todos os homens propõe a igualdade destes perante a lei e constituiu a base que conduziu ao sufrágio universal. Na óptica de Silva Cunha, sendo os homens, essencialmente, iguais, não há motivo para que não se regessem pelas mesmas leis e governar-se pelos mesmos sistemas políticos.

Trata-se, no fundo, de um princípio rousseano, extraído do «estado de natureza», segundo o qual os homens são, absolutamente, livres e iguais em direitos. Esta

<sup>399</sup> - CUNHA, Silva – *Administração e Direito Colonial. Aportamentos das Lições do Prof. Doutor Silva Cunha, ao 3º ano jurídico de 1960-1961*. Lisboa: Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1960, p. 27.

<sup>400</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 28.

interpretação, acolhida com fervor pelos partidos socialistas e liberais da época, reprovava a colonização, porquanto esta implica a quebra da igualdade entre os povos, levando com que, por via disso, os colonizados estejam sempre subordinados, política, cultural e economicamente, aos colonizadores.

Por fim, a tese da liberdade individual como direito natural essencial encara a liberdade como um bem. É, no fundo, a ideia do «bom selvagem» rousseano, ou seja, «o homem, sendo naturalmente bom, desde que liberto das deformações da sua personalidade impostas pelas restrições da vida em sociedade, manifesta a sua bondade, agindo rectamente»<sup>401</sup>. Esta concepção conduziu, na avaliação de Silva Cunha, ao direito à autodeterminação dos povos e aos princípios das nacionalidades e da soberania popular consagrados nas constituições posteriores à Revolução Francesa.

### 5.1 – ANTI-COLONIALISMO DA ONU

A Sociedade das Nações (SdN), criada, em 1920, pelo Tratado de Versalhes, era dominada por um pensamento colonialista, embora, importa sempre recordar, tenha sido sob o seu mandato que começou a tomar corpo, se bem que timidamente, o anti-colonialismo da ONU. Logo depois da 1ª Guerra Mundial, a SdN instituiu a figura de mandatos com a qual procurava administrar, internacionalmente, os territórios ultramarinos, sob a égide de uma comissão permanente «ad-hoc».

O sistema de mandatos, de resto pouco eficaz, em razão da fragilidade da SdN, constituiu a primeira brecha no sistema colonial, embora tenha permitido, sem resultados de grande monta, que alguns países europeus conquistassem a independência nacional, nomeadamente os que faziam parte integrante do antigo império austro-húngaro.

O pensamento colonialista da SdN entrou em rota de colisão com o princípio da autodeterminação, segundo o qual uma nação deve constituir-se em entidade política independente. Esta concepção pôs em causa o conceito originário do Estado, vigente da Renascença à Revolução Francesa.

---

<sup>401</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 30.

Data do séc. XVI a criação, inspirada nos ensinamentos de Erasmo, de uma corrente de ideias propensas a contrabater o Estado absolutista. Já muito antes, Marsílio de Pádua personificava uma expressão de pensamento que reclamava que o consentimento era o único critério que devia nortear a relação de poder entre a autoridade e os povos.

Esta orientação repercutiu-se, sobremaneira, nas doutrinas, mais tarde, desenvolvidas por Vitória, Grócio, Puffendorf e Locke, segundo as quais o poder do monarca deve ser limitado pela vontade das populações. Neste sentido, a declaração da independência dos EUA é entendida como «(...) uma primeira afirmação do princípio da livre disposição dos povos no plano do direito interno e internacional positivo»<sup>402</sup>.

A Revolução Francesa engendrou um novo princípio político, o das nacionalidades, o qual, na visão de Afonso Rodrigues Queiró, tem óbvio parentesco com o da autodeterminação dos povos. No âmbito desta doutrina, «cada nação deveria identificar-se com um Estado, de tal modo que cada Estado não haveria que compreender mais que uma nação»<sup>403</sup>.

A vida internacional foi por demais influenciada por este cânone, que fez alterar, substancialmente, o mapa da Europa, de que são exemplos a independência da Grécia, da Bélgica, da Roménia, da Sérvia e de Montenegro, a unificação da Itália, em 1859, a criação do Império alemão, em 1871. Com efeito, depois da Iª Guerra Mundial, o princípio da autodeterminação dos povos entrou, sem grande alarde, na ordem jurídica internacional, graças aos «14 Pontos» do Presidente Woodrow Wilson, dos EUA, dados a conhecer ao mundo a 8 de Janeiro de 1918.

A doutrina do estadista norte-americano fez época e proclamava que «os povos devem ser dominados e governados com o seu consentimento» e que a «autodeterminação não é, apenas, uma palavra», sendo, antes de mais, «um princípio de acção que os homens passaram a não ignorar». Mau grado o seu impacto nas relações internacionais, os «14

<sup>402</sup> - QUEIRÓ, Afonso Rodrigues – *Ultramar: Direito à Independência*. Coimbra: Atlântida Editora, 1974, p. 8.

<sup>403</sup> - QUEIRÓ, Afonso Rodrigues – *Op. Cit.*, p. 9.

Pontos» de Wilson tiveram uma aplicação restrita depois da Iª Guerra Mundial. Nem tão pouco se viram consagrados, enquanto norma jurídica geral, no Pacto da SdN, embora o seu espírito tenha estado, parcialmente, presente do Tratado de Versalhes.

No entanto, o direito à autodeterminação voltou à tona em plena 2ª Guerra Mundial, quando, a 14 de Agosto de 1941, o presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, e o primeiro-ministro do Reino Unido, Winston Churchill, assinaram a Carta do Atlântico, na qual advertiam que, findo o conflito, «não seria legítima qualquer alteração de soberania não conforme à vontade das populações interessadas».

No sobredito documento ficou expresso que «cada povo tem o direito de escolher a forma de Governo sob a qual deve viver». A Carta do Atlântico é, de igual modo, explícita, quando lançou um veemente apelo para que sejam restituídos «os direitos soberanos e de livre exercício de Governo aos povos a quem tenham sido retirados pela força».

A doutrina contida na Carta do Atlântico foi retomada pela Declaração das Nações Unidas, de 1 de Janeiro de 1942, pela Declaração de Moscovo, de 1943, pela Conferência de Dumbarton Osks, de 1944, e, por fim, pela Conferência de Yalta, de 1945. A Carta da ONU, assinada, em São Francisco, a 26 de Junho de 1945, acolheu, de igual modo, o espírito do documento de Roosevelt e de Churchill e fez ampla alusão ao princípio da autodeterminação.

Exortou os Estados coloniais a promoverem o «Governo próprio» dos territórios coloniais, defendeu «o princípio da primazia dos interesses dos habitantes», insistiu «no respeito pela própria cultura e desenvolvimento económico, social e político» de todos os povos em situação colonial e estabeleceu um regime internacional de tutela cuja finalidade básica era a de, nomeadamente, «fomentar o programa político, económico, social e educacional dos habitantes dos territórios sob tutela e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar um Governo próprio ou independência (...)»<sup>404</sup>.

---

<sup>404</sup> - Ver Carta da ONU. In <http://www.onuportugal.pt/cnu.html>. Consultada em 15 de Setembro de 2003.

O anti-colonialismo da ONU ganhou ainda maior expressão quando a Assembleia-Geral votou muitas recomendações neste sentido, sendo de mencionar a de 4 de Dezembro de 1950, que encarregou o Conselho Económico e Social e a Comissão Especial dos Direitos do Homem de elaborarem estudos sobre os meios de garantir a todos os povos a aplicação do direito dos povos a disporem de si próprios.

Esta orientação viu-se reconfirmada pelas recomendações de 1952, de 1953 e de 1954. Na de 18 de Março de 1953, a Assembleia-Geral consagrou três formas de descolonização: a independência plena, a federação dos territórios não-autónomos com a metrópole ou com um terceiro Estado e a incorporação na metrópole ou noutro Estado.

A Declaração da ONU de 1960, a que se deu o nome de «Carta Magna da Descolonização», resultante da entrada de novos Estados afro-asiáticos na organização, da tensão existente entre a URSS e os EUA e da aparição do Terceiro Mundo na cena internacional, veio acelerar o anti-colonialismo da ONU. Pela primeira vez, a colonização é considerada como algo que contraria a Carta das Nações Unidas e que compromete a causa da paz e da cooperação mundiais.

A Declaração não deixou dúvidas: «Os povos colonizados devem determinar livremente o seu estatuto político e prosseguir livremente o seu desenvolvimento social, económico e cultural»; «Todos os povos têm o direito à livre determinação e à independência». Afonso Rodrigues Queiró interpreta esta resolução da ONU como a proclamação da independência ou da soberania total dos povos dos territórios não-autónomos, afastando qualquer solução que não desemboque na formação de unidades políticas independentes<sup>405</sup>.

Adriano Moreira faz dela uma leitura diferente, mostrando que a orientação anti-colonialista da ONU «não veio a fixar-se que a independência é, necessariamente, o objectivo final das situações coloniais»<sup>406</sup> e que «a liberdade de os povos de disporem de si próprios não significa que devam ser, necessariamente, encaminhados para a independência política»<sup>407</sup>.

<sup>405</sup> - QUEIRÓ, Afonso Rodrigues – Op. Cit., p. 27.

<sup>406</sup> - MOREIRA, Adriano – *Política Ultramarina*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1956, p. 161.

<sup>407</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 159.



Mais três importantes documentos vieram reforçar a posição da ONU em matéria de política anti-colonial: a resolução de 30 de Novembro de 1966, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Mais tarde, a URSS desencadeia uma iniciativa de grande fôlego que provocou enormes exícios diplomáticos às potências coloniais: o projecto da «Declaração Sobre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais».

Apresentada por 43 Estados e aprovada, a 14 de Dezembro de 1960, pela Assembleia-Geral da ONU, a declaração diz, peremptoriamente, que «a sujeição dos povos a uma subjugação, a uma dominação e a uma exploração estrangeira» constitui uma denegação dos direitos fundamentais do homem.

Até 1974, a Assembleia-Geral da ONU não cessou de produzir recomendações neste domínio, em todas as quais lançou veementes apelos para que «o direito à autodeterminação dos povos colonizados se traduza, não apenas na independência, mas também, eventualmente, na associação com um Estado independente ou na sua integração num tal Estado»<sup>408</sup>.

Adriano Moreira discerniu três significados do anti-colonialismo da ONU: europeu, de matriz ocidental; soviético e americano. «Para as potências aliadas europeias, era uma campanha dirigida contra o projecto colonial nazi, que pretendia organizar, segundo esse esquema, os povos europeus; para os EUA, era um anti-colonialismo do mesmo sinal do que presidira à independência dos Estados do continente americano...; para a URSS, era o anti-colonialismo de Lenine, que tinha advogado uma política de auxílio à revolta das colónias dos Estados chamados burgueses...»<sup>409</sup>.

Os dois colossos, por razões político-ideológicas, tinham uma concepção diametralmente oposta do anti-colonialismo. Franco Nogueira opina que a URSS e os EUA, para cujas mãos se deslocaram os centros de decisão internacional, desejavam conquistar, a todo o transe, para a sua órbita, os países asiáticos e africanos. «Deseja-o

<sup>408</sup> - QUEIRÓ, Afonso Rodrigues – Op. Cit., p. 30.

<sup>409</sup> - MOREIRA, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996, p. 444.

Washington, para benefício próprio, em termos de mercados, matérias-primas e posições estratégicas...; e deseja-o Moscovo, pelas mesmas razões, e para buscar pontos de apoio e novas plataformas»<sup>410</sup> a fim de poder espalhar os ideais revolucionários de então.

## 5.2 - ANTI – COLONIALISMO AMERICANO

O anti-colonialismo americano explica-se, na opinião de Silva Cunha, por três razões: psicológica, económica e política. «(...) Razões de ordem psicológica que revestem a forma de um ressentimento, comum a quase todos os países que, antes da independência, estiveram em situação colonial (...); razões de ordem económica, pois o termo das vinculações às respectivas metrópoles dos territórios em situação colonial pode implicar a abertura de novos mercados (...); «por último, uma crença ingénua nas virtudes da democracia e dos seus princípios, entre os quais se conta para todo o bom americano o direito de cada povo se governar livremente»<sup>411</sup>.

Adriano Moreira analisa o anti-colonialismo americano em várias perspectivas, uma das quais tem que ver com as situações coloniais existentes no seu próprio território. A seu ver, «os EUA nunca incluíram no seu anti-colonialismo o objectivo da autonomia dos indígenas de qualquer latitude do continente americano»<sup>412</sup>. De contrário, nos contactos culturais que mantiveram com as minorias étnicas internas, liquidaram e exterminaram os índios em menos de século e meio.

O pensador português assume-se como um crítico da política anti-colonial americana, por ela se manifestar não em obediência a uma teoria geral mas em face de cada caso concreto. Do exposto, «(...) pode, todavia, inferir-se que os Estados Unidos não consideram geralmente que exista uma situação colonial nos territórios onde se verifiquem a vigência e o respeito pelos direitos do homem»<sup>413</sup>.

A exemplo de Silva Cunha, Adriano Moreira concorda que o anti-colonialismo americano, «que procura divulgar, com base no seu próprio figurino histórico, um modelo

<sup>410</sup> - NOGUEIRA, Franco – *O Estado Novo*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2000, p. 245.

<sup>411</sup> - CUNHA, Silva – Op. Cit., p. 31.

<sup>412</sup> - MOREIRA, Adriano – *Política Ultramarina*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1956, pp. 161-162.

<sup>413</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 162.

aberto de comércio e de influência internacional»<sup>414</sup>, assenta em motivos económicos, melhor dizendo, na busca de matérias-primas e de mercados de que a sua poderosa indústria precisa para se desenvolver.

Adriano Moreira explica que «o anti-colonialismo americano era, porém, mais vasto e, já incluía terminar com as últimas possessões europeias no continente americano e, desde a Conferência de Berlim de 1885, eliminar a supremacia europeia na África e no Oriente»<sup>415</sup>.

Não obstante o seu discurso anti-colonialista, os EUA foram (são-no ainda) uma potência colonial. Aquando da proclamação, em 1776, da independência da Grã-Bretanha, ocupavam apenas a orla atlântica do continente americano, vindo, depois da guerra da Sucessão (1861-1865), a espriar a sua expansão colonial até à costa do Pacífico.

É neste sentido que se pode perceber o domínio norte-americano, em pleno séc. XIX, do Porto Rico, das Filipinas, de Cuba, do Porto Rico, de Guam, de S. Tomás, de Santa Cruz e de algumas ilhas Samoa. O mais recente caso desta política é a ocupação do Iraque.

Importa acentuar que a política expansionista dos EUA se fez em obediência à doutrina do *Destino Manifesto*, cujos objectivos eram, nomeadamente, o domínio efectivo do continente americano, a expansão ultramarina mediante a conquista de posições nas Antilhas e no Pacífico e a abertura de um canal que ligasse o Atlântico ao Pacífico a fim de assegurar a livre circulação de navios de guerra americanos entre os dois oceanos.

A colonização norte-americana estribou-se, sociologicamente, em três princípios fundamentais: a assimilação cultural, a integração política e emancipação e o preconceito racial. O primeiro, aplicado em Cuba, em Porto Rico e no Haway, apoiava-se no conceito de «american way of life», que, por definição, era considerado superior ao dos outros

---

<sup>414</sup> - LARA, António de Sousa – *Colonização Moderna e Descolonização*. Lisboa: ISCSP, 2000, p. 21.

<sup>415</sup> - MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995, p. 354.

povos. O padrão cultural norte-americano era exportado e imposto para outras latitudes até como processo de melhoria de vida.

O segundo princípio da colonização norte-americana orientou-se, umas vezes, para a integração, de que o Alaska, o Haway e o Porto Rico são exemplos acabados, e outras, para a emancipação, depois de um período de sujeição, como eram os casos de Cuba, das Filipinas e da Libéria, em certa medida.

O preconceito racial foi a pedra angular da política da colonização norte-americana. Testemunha-o a forma como os EUA se relacionaram com os índios e com os negros, ambos os quais vítimas da segregação e da discriminação racial. A política de Washington para com os indígenas resumiu-a, sem quaisquer equívocos, Stetson Kennedy, quando disse que «os únicos índios bons são os índios mortos». Este exemplo frisa bem a situação que acabámos de expor.

### 5.3 – ANTI-COLONIALISMO SOVIÉTICO

O anti-colonialismo soviético radicava, sobretudo, em bases ideológicas e resultou, em larga medida, do ideário político dos homens que fizeram a Revolução de Outubro de 1917, bem como das obras de Marx e de Rosa Luxemburgo. Adriano Moreira, com mais rigor, fixa que a política anti-colonial soviética tinha como pano de fundo as ideias de Estaline sobre as nacionalidades e as conclusões de Lenine a respeito da relação entre a revolução nacionalista e a revolução comunista<sup>416</sup>.

Em «As Questões Nacional e Colonial», o líder dos bolcheviques expôs, detidamente, os fundamentos sobre que devem assentar a política colonial da União Soviética. Lenine é bastante claro quando avisa que «o direito das nações a disporem de si próprias significa, exclusivamente, o seu direito à independência política e à livre separação política da nação que as oprime»<sup>417</sup>.

<sup>416</sup> - MOREIRA, Adriano – *Legado Político do Ocidente – O Homem e o Estado*, 3ª Edição. Lisboa: Edição do Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 1995, p. 153.

<sup>417</sup> - ULIANOV, Vladimir I. – *As Questões Nacional e Colonial*. Lisboa: Coleção Cadernos Latitude, p. 13, s/d.

A asserção do antigo companheiro de Leon Trotsky tem por base o célebre axioma de Karl Marx segundo o qual «um povo que oprime outro não pode ser livre». O dirigente bolchevique estabeleceu uma estreita conexão entre a democracia política e a questão colonial, deixando evidente que «(...) o proletariado das nações opressoras deve lutar pelo direito da autodeterminação dos povos oprimidos»<sup>418</sup>.

Para os teóricos de Moscovo, a descolonização definha os países ocidentais<sup>419</sup>, sendo, por isso, que Lenine sempre insistiu que as colónias devem ser independentes, porque, deste modo, enfraquece a burguesia metropolitana<sup>420</sup>. O anti-colonialismo soviético visou a conquista de novos aliados no campo internacional, nas organizações internacionais e no combate internacionalista contra as potências capitalistas e o alargamento da sua esfera de influências militar, política e económica<sup>421</sup>.

Enquanto, no plano externo, a URSS, em cujo território havia cerca de duzentos grupos étnicos, proclamava o direito à autodeterminação dos povos oprimidos, no campo interno, negava-o às diferentes nações que a integravam. Hoje, em resultado da desintegração do império estalinista, muitos Estados soviéticos ascenderam à independência política, pondo termo ao domínio colonial russo.

Aliás, a Rússia tem uma longa tradição colonial na sua história. Desde os tempos dos czares, expandiu-se para a Ásia, cujos territórios, mesmo depois do triunfo da revolução bolchevique, continuaram a ser «russificados». Nem o federalismo, adoptado como forma de organização do Estado, evitou a colonização de vários territórios asiáticos, ainda que Moscovo apregoasse, alto e bom som, o princípio das nacionalidades, baseado na diversidade de culturas e de etnias.

Tal disposição não tem correspondência com os factos. Abundam exemplos que o mostram. A mando de Estaline, a URSS, durante a 2ª Guerra Mundial, dissolveu quatro repúblicas autónomas e fez desaparecer da sua carta geográfica várias nacionalidades.

<sup>418</sup> - ULIANOV, Vladimir I. – Op. Cit., p. 17, s/d.

<sup>419</sup> - VAISSE, Maurice – *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 1997, p. 45.

<sup>420</sup> - MOREIRA, Adriano – *A Comunidade Internacional em Mudança*. In «Estudos Políticos e Sociais», Revista Trimestral do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Vol. IX, n.º 1-4, Lisboa, 1981, p. 85.

<sup>421</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 22.

Além do mais, muitos povos viram-se, por questões políticas e de segurança nacional, dispersos pelos territórios da Ásia e outros mantiveram-se em situação colonial.

## 6 - EMERGÊNCIA DE ESTADOS EM ÁFRICA

Tem-se, presentemente, como certo que a colonização conduz à descolonização, podendo esta realizar-se por duas vias: ou pela integração ou ainda pela emancipação. Pela primeira, os colonizados e os colonizadores integram-se na mesma unidade social e política, como resultado da homogeneização das culturas em contacto; pela segunda, separam-se, ou seja, os colonizados assumem o seu próprio destino. O mesmo é dizer tornam-se independentes dos colonizadores.

A maior parte dos Estados em África surgiram pela via da emancipação, que se viu erigida em direito à autodeterminação, depois da 2ª Guerra Mundial. Quando este conflito terminou havia no continente africano três Estados independentes – a Libéria, a África do Sul e a Etiópia, tendo sido mantido os restantes territórios (colónias, protectorados e departamentos) em situação colonial.

A marcha pela independência dos Estados africanos foi um dos fenómenos políticos mais espectaculares da segunda metade do séc. XX. Em 1940, apenas a Libéria, após a anexação da Etiópia por Mussolini, emergia como ilha perdida numa África totalmente colonizada. Da 2ª Guerra Mundial até meados dos anos 70, os impérios europeus desapareceram. Uma vez, através da luta armada dos movimentos nacionalistas, e outras, por meio de negociações.

A primeira etapa de descolonização ocorreu no continente asiático, no período compreendido entre 1945 e 1954, com a independência da Índia, do Paquistão, da Birmânia, do Ceilão, da Malásia, entre outros países situados no Próximo e Médio orientes. Em 1955, tem lugar um evento de suma importância para os povos colonizados. A ilha de Java, na Indonésia, acolhe, de 17 a 24 de Abril, a Conferência de Bandung, que, em termos enérgicos, condenou o colonialismo como «flagrante negação dos direitos humanos fundamentais».

Os 29 países afro-asiáticos presentes em Bandung colocaram o Terceiro Mundo na vanguarda do combate pela descolonização. O colonialismo – acusaram – é um mal ao qual deve ser rapidamente posto fim. Afora isso, reiteraram o seu «pleno apoio e a sua simpatia à causa da liberdade e da independência» e denunciaram toda a forma de dependência – social, política, económica e cultura.

Demais a mais, a África não se manteve inactiva politicamente entre as duas grandes guerras mundiais. O movimento, iniciado na África Ocidental britânica, estendeu-se muito rapidamente aos Estados francófonos, depois à África belga e aos territórios britânicos da África Oriental e Central, lançando-se em seguida contra o colonialismo nos territórios portugueses e o racismo na Rodésia e na África do Sul.

A Conferência de Bandung marcou a segunda etapa da descolonização, porquanto abrangeu, essencialmente, a África do norte e a chamada África negra, e decidiu por unanimidade apressar e generalizar a emancipação dos territórios ultramarinos europeus. A isso acresce a decisão dos EUA e da URSS de levantar os limites impostos à admissão de novos membros às Nações Unidas. Esta foi, sem dúvida, uma decisão favorável à libertação dos povos colonizados.

O Reino Unido, dirigido, ao tempo, por um Governo trabalhista, concedeu a independência às suas colónias africanas. Começou com o Gana, em 1957, para, na década de 60, as conceder à Zâmbia, à Serra Leoa, à Tanganica, ao Zanzibar, ao Quénia e à Uganda. Tem-se hoje como certo que o processo de descolonização nas colónias inglesas foi facilitado por muitos factores, que promanam, em certa medida, da própria estrutura de colonização inglesa.

Em boa verdade, nota Yves Benot, a Inglaterra nunca pretendeu «assimilar os povos colonizados, mas conduzi-los à autodeterminação, através de um processo que considerará sempre dever ser muito longo, salvo quando a resistência nacional o vier a acelerar contra as esperanças da metrópole»<sup>422</sup>. Adverte que tal atitude não significa que

---

<sup>422</sup> - BENOT, Yves – *Ideologias das Independências Africanas*, vol II. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1981, p. 144.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipedro@hotmail.com](mailto:neydipedro@hotmail.com)

«o colonialismo inglês tenha sido menos colonialista, menos brutal menos opressivo do que o colonialismo francês... Funcionava de outra maneira»<sup>423</sup>.

A França toma uma posição diferente. O seu projecto de descolonização hesita entre a assimilação e a independência. A bem dizer, começa primeiro por ser uma política de assimilação, para depois, no quadro da União Francesa, evoluir para a independência. A Constituição da IV República vem, neste sentido, proclamar que as possessões africanas eram «territórios de além-mar», cujos habitantes locais se tornam «cidadãos franceses» e elegem os seus representantes nas Assembleias francesas.

Estas ideias não entusiasmaram as elites africanas, que, embora divididas, no que às propostas federalistas de Paris dizia respeito, «demarcaram-se cada vez mais da França, em relação à qual se querem autonomizar»<sup>424</sup>. Atento aos ventos independentistas que se faziam sentir, cada vez com mais força, o Governo gaulês cria, em 1956, a «Lei Defferre», nome do ministro que assumiu a sua paternidade, através da qual desejava pôr de pé um quadro de evolução flexível para os africanos.

À luz deste projecto, o Executivo de Guy Mollet, então primeiro-ministro, pretendia conceder «uma larga autonomia interna às colónias francesas, com assembleias eleitas por sufrágio universal directo e único em cada território, coroados por uma assembleia-geral»<sup>425</sup>. No fundo, os franceses queriam ensinar os africanos a fazer, em ambiente de paz e de concórdia, a auto-gestão. Mas estas ideias não impediram que os Camarões e o Togo se tornassem independentes, no dealbar dos anos 60.

Neste meio tempo, o general De Gaulle ascende ao poder e proclama o direito à independência dos povos além-mar e avisou, de imediato, que os africanos poderiam optar, através de um referendo, ou pela independência ou por uma associação com a França. Em 23 de Setembro de 1958, com excepção da Guiné-Conacri, todas as colónias francesas aceitam a Constituição da IV República.

---

<sup>423</sup> - BENOT, Yves – Op. Cit., p. 145.

<sup>424</sup> - VAISSE, Maurice – Op. Cit., p. 66.

<sup>425</sup> - VAISSE, Maurice – Op. Cit., p. 66.



Estava assim consumada a Comunidade entre a França e as suas possessões ultramarinas. Estas, de facto, tinham uma grande autonomia interna, no quadro da qual Paris detinha, por outro lado, todas as competências no domínio da política externa e de defesa nacional. Mas, em 1960, a situação dá um *volte-face*.

As onze colónias solicitam à França a transferência das competências sobreditas e alcançam a independência nacional. Paris pagou assim um erro crasso, por não ter sabido fazer uma opção clara entre a independência e a assimilação. Com a descolonização das antigas colónias francesas, a África conhece assim a *época de ouro* das independências, quando trinta e dois países as conquistaram, abrindo assim o caminho para a liquidação total do colonialismo no continente.

Impõe-se agora perguntar. Qual foi, por esse tempo, a atitude de Portugal perante o processo de descolonização em África, em geral, e do Ultramar, em particular? A resposta é-nos dada por Franco Nogueira, um antigo colaborador de Oliveira Salazar e um dos homens fortes do Estado Novo.

«Portugal, fiel à tradição multissecular, procura adaptar-se a um novo condicionalismo mundial: por um lado, salienta que o ultramar português não se pode confundir, pelo seu carácter e pelos seus propósitos, com a expansão colonial do séc. XIX; e, por outro lado, introduz na estrutura político-jurídica do ultramar alterações básicas que, se são influenciadas pelas novas ideias em curso no mundo, têm também o objectivo de levar a concepção portuguesa clássica às suas últimas consequências». <sup>426</sup>

Em «Minhas Memórias de Salazar», Marcello Caetano garante que o político de Santa Comba Dão não era contra a autodeterminação, que apenas a desejava racionalmente invocada e aplicada, quando o grau de homogeneidade, consciência e maturidade política permitir às colónias governar-se por si só com benefício para a colectividade, o que não era o caso, em razão do estatuto de indigenato das províncias ultramarinas.

---

<sup>426</sup> - NOGUEIRA, Franco – Op. Cit., p. 242.

Os dois estadistas não tinham dúvidas de que um dia Angola e Moçambique chegariam à independência nacional, com o apoio de Portugal, mormente em matéria de desenvolvimento económico e cultural. É o próprio Marcello Caetano quem o confessou em «Minhas Memórias de Salazar». No que, porém, divergiam eram nos processos.

Marcello Caetano, que era, inicialmente, apologista de uma solução federalista para as colónias, defendia uma autonomia progressiva destas até que, naturalmente, surgisse a independência, a exemplo do que acontecera com o império britânico. Salazar, embora reconhecesse a inevitabilidade da independência das colónias, achava que não devia ser Portugal a fomentá-la, sustentando a opinião de que «deixássemos correr o tempo a ver como as coisas se processariam»<sup>427</sup>.

Mas, no fundo, segundo escreve Marcello Caetano, Salazar, em 1957, defendeu a criação de uma Comunidade Lusíada, dentro da qual as províncias ultramarinas, nomeadamente Angola e Moçambique, poderiam alcançar a independência. Para ambos os estadistas, essa comunidade só deveria surgir na hora em que pudessem dela fazer parte Estados que se orgulhassem da mesma civilização, de resto cristã, onde todos os homens tivessem o seu lugar independentemente da raça ou da cor.

Além do mais, Oliveira Salazar classificou «de racistas e francamente adversos ao homem branco»<sup>428</sup> os movimentos que lutavam pela independência em África. Quem o escreve, inequivocamente, é Marcello Caetano. Aliás, nos seus célebres «Discursos e Notas Políticas», Salazar foi contundente, ao sustentar que «no fundo, nesta época em que se apela de todas as bandas para a não discriminação racial, o movimento, onde se manifesta, é sobretudo rácico, de cor, em dimensões continentais, e ameaça erguer-se em globo contra a civilização do ocidente que perdeu, infelizmente, a coragem de afirmar a sua superioridade»

Salazar demorou muito tempo a perceber que as suas ideias estavam ultrapassadas. O anti-colonialismo já estava na moda, fomentado até por alguns dos seus aliados na NATO. O Governo português fez uma leitura errada dos ventos da independência em

<sup>427</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 710.

<sup>428</sup> - CAETANO, Marcello – Op. Cit., p. 708.

África e da correlação de forças na Assembleia-Geral da ONU, depois do surgimento do Terceiro Mundo. Ao invés de seguir o exemplo de outros países europeus, optou pela via mais difícil: a manutenção das colónias, numa época de profundas mutações no xadrez político internacional.

## 2ª PARTE

### DA NAÇÃO ÀS HERANÇAS COLONIAIS

#### CAP. III

#### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA NAÇÃO CABO-VERDIANA DOUTRINAS SOBRE A NAÇÃO

#### 7 – NAÇÃO ETNOCULTURAL DE HERDER E DE FICHTE

Etimologicamente, a palavra Nação, conforme ensina Adelino Maltez, deriva do latim *natio* e significa, entre outros, nascimento, raça, espécie, tipo e tribo. O conceito matricial da expressão era depreciativo<sup>429</sup>. Herdado da Antiguidade romana, indicava, originalmente, o nascimento ou a raça como sinal de diferenciação entre os grupos humanos<sup>430</sup>.

Como explica aquele professor do ISCSP, *natio* começou «por querer dizer um conjunto de seres humanos que nasceram da mesma raiz»<sup>431</sup>. À guisa de exemplo, Cícero identificava este vocábulo com os aristocratas e, no dizer de Plínio, uma *natio* era uma escola de filósofos.

Liah Greenfeld conta que, em Roma, o termo «estava reservado a um grupo de estrangeiros que vinham de uma determinada zona geográfica e cujo estatuto social – porque eram estrangeiros – se situava abaixo do dos cidadãos romanos»<sup>432</sup>. Por outro lado, Hagen Schulze nota que «é muito frequente encontrarmos *natio* como conceito

<sup>429</sup> - Vide GREENFELD, Liah – *Nacionalismo. Cinco Caminhos para a Modernidade*. Mem Martins: Publicações Europa/América, 1998. A autora aborda a evolução semântica da palavra Nação, desde os tempos antigos até hoje.

<sup>430</sup> - SCHULZE, Hagen – *Estado e Nação na História da Europa*, 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p.107.

<sup>431</sup> - MALTEZ, José Adelino – *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Edição ISCSP, 1996, p. 58.

<sup>432</sup> - GREENFELD, Liah – Op. Cit., p. 13.

antagónico de *civitas* para designar uma população não civilizada sem qualquer instituição comunitária (...)»<sup>433</sup>.

O termo nação foi introduzido no discurso político durante a Revolução Francesa, embora tenha sido usado no transcurso do romantismo alemão com as obras de Johann Gottlieb Fichte, a quem Bertrand de Jouvenal chamou «pai da unidade alemã e filho da Revolução e de Napoleão», e de Johann Gottfried von Herder.

Os especialistas costumam dividir o conceito de Nação em duas grandes teorias, filosoficamente diversas, historicamente opostas<sup>434</sup>. A primeira é de pendor transpersonalista, a que Adriano Moreira atribuiu o nome de «corrente de Nação objectiva», baseada em particular na raça, na religião, na geografia, na língua e ligada «à comunidade do sangue e das origens»<sup>435</sup>; a segunda é de índole personalista ou subjectivista, fundamentada em laços históricos e espirituais, assim como em interesses comuns<sup>436</sup>.

A paternidade da perspectiva objectiva, que se baseia no determinismo, atribui-se, amiudadas vezes, a pensadores alemães, embora António de Sousa Lara discorde, alegando que os seus mais eminentes precursores foram franceses, como sejam Augustin Thierry, JA Gobineau e Lapouge. Na mesma linha de orientação, Paulo Bonavides confirma que a concepção transpersonalista de Nação, a que chama «conceito naturalístico»<sup>437</sup>, não foi a rigor uma criação original do nacional-socialismo alemão, porque, no século passado, havia quem a defendesse com muito denodo e entusiasmo.

A confusão resulta do facto de os seus fundamentos terem servido de esteio filosófico ao expansionismo pan-germanista e ao nazismo. A teoria em exame subscreve a ideia de que a nação é, segundo analisa Hagen Schulze, tão independente quanto a vontade dos homens<sup>438</sup>, cujos vínculos são, na proposta de Nicola Abbagnano, «a raça, a

<sup>433</sup> - SCHULZE, Hagen – Op. Cit., p.107.

<sup>434</sup> - LARA, António de Sousa – *A Subversão do Estado*. Lisboa: ISCSP, 1987, p. 90.

<sup>435</sup> - MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. Coimbra: Almedina, 1995, p.343.

<sup>436</sup> - HAURIOU, André, GICQUEL, Jean e GÉLARD, Patrice – *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*. Paris: Montchrestien, 1975, p. 96

<sup>437</sup> - BONAVIDES, Paulo – Op., Cit., p. 77.

<sup>438</sup> - SCHULZE, Hagen – Op. Cit., p.160.

religião, a língua e todos os outros elementos que podem ser compreendidos sob o nome da tradição»<sup>439</sup>.

Daqui se depreende, claramente, que a nação é, na óptica de Nicola Abbagnano, «um destino que paira sobre os indivíduos, ao qual estes não podem subtrair-se sem traição»<sup>440</sup>. À parte a celeuma, pode dizer-se que Herder, Fichte, von Goethe, Friedrich Schiller e Friedrich Daniel Schleiermacher são os principais animadores desta doutrina, que acreditava numa suposta hierarquia das raças humanas, em cujo ápice colocavam os povos germânicos, portadores de elementos étnicos privilegiados em pureza de sangue e superioridade biológica<sup>441</sup>.

As linhas mestras do pensamento de Herder e de Fichte não eram, fundamentalmente, inéditas. Hagen Schulze recua no tempo para as localizar. «Na época do humanismo, escritores como Ulrich von Hutten e Jacob Wimpfeling, a coberto de comentar a *Germania* de Tácito, tinham oposto a virtude dos germânicos e da sua descendência à decadência corrupta dos Romanos»<sup>442</sup>.

No dealbar do séc. XIX, estas ideias foram retomadas, fazendo crer que o povo alemão era o herdeiro directo dos povos germânicos, em cuja identidade se achavam todos os traços e virtudes modernos, a saber, a fidelidade, a moralidade, a reserva, a coragem e a simplicidade. Numa só palavra, perante o exposto, a ideia de superioridade alemã ganhava fundamentos ideológicos que alimentaram largos sectores políticos germânicos.

Gottfried Herder começou a reflectir-se sobre estas questões, quando na Alemanha se pensava que a nação, segundo o Dicionário Alemão de Adelung, de 1776, não era mais do que um conjunto de pessoas, nascidas no mesmo país, com uma origem comum, com a mesma língua e que se diferenciavam de outros povos pelo seu *espírito nacional*, ou melhor, pelo modo de pensamento e de comportamento.

<sup>439</sup> - ABBAGNANO, Nicola – *Dicionário de Filosofia*, 4ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Fonte, 2000, p. 694.

<sup>440</sup> - ABBAGNANO, Nicola – Op. Cit., p. 694.

<sup>441</sup> - BONAVIDES, Paulo – Op. Cit., p. 77.

<sup>442</sup> - SCHULZE, Hagen – Op. Cit., p. 169.

O ideal deste paradigma de análise assenta na língua e na consciência de uma pertença comuns. Aliás, «a questão da língua ocupa um lugar central na reflexão herderiana»<sup>443</sup>. Nos seus «Fragmentos sobre a Literatura Alemã», o filho de tecelão precisou que a alma da nação está no génio da língua. Ou seja, ele faz depender a constituição de uma nação da existência de uma língua comum<sup>444</sup>.

Há quem, como Anthony D. Smith, veja nestas observações de Herder um decalcamento do princípio rousseano de acordo com o qual «todos os povos têm, ou devem ter, um carácter e, caso o não tenham, devemos começar por dotá-los de um». Porque «transformou este princípio num fundamento do seu populismo cultural», Herder admite que «todas as nações têm o seu génio peculiar, os seus modos de pensar, de agir e de comunicar próprios e compete-nos (...) redescobrir esse génio único e essa identidade peculiar onde quer que estejam submersos ou perdidos»<sup>445</sup>.

O linguista de Riga aperfeiçoou esta *ideia nacional*, e, ao contrário de Sieyès, colocou o povo e a nação no mesmo conceito, através da língua e da poesia: «A alma dos povos fala dos seus contos e nos seus cantos; a língua e a cultura constituem a harmonia interna das nações, que são muito mais do que a soma dos seus membros; são comunidades humanas espirituais, individualidades colectivas, pensamentos de Deus»<sup>446</sup>.

Para Hagen Schulze, Herder «via o mundo como um imenso jardim no qual as nações se desenvolvem como plantas, segundo as suas próprias leis secretas e divinas»<sup>447</sup>, ou seja, nenhuma nação tinha preeminência sobre outra, mas todas eram diferentes umas das outras. Idêntica posição tem Anne-Marie Thiesse, para quem «Herder mostrou que só existia uma via possível (...) para a construção de uma nação: a rejeição de uma supremacia e o reconhecimento de uma pluralidade de organismos declarados (...) dignos desde que fossem autênticos»<sup>448</sup>.

<sup>443</sup> - THIESSE, Anne-Marie – *A Criação das Identidades Nacionais*. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, 2000, p. 41.

<sup>444</sup> - THIESSE, Anne-Marie – Op. Cit., p. 41.

<sup>445</sup> - SMITH, D. Anthony – *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 99.

<sup>446</sup> - SCHULZE, Hagen – Op. Cit., pp. 159.

<sup>447</sup> - SCHULZE, Hagen – Op. Cit., pp. 159-160.

<sup>448</sup> - THIESSE, Anne-Marie – Op. Cit., p. 45.

Com Herder, a Nação deixa de ser uma categoria política e procura a sua matriz no conceito de *Volk*, um povo orgânico, marcado pela língua e pela cultura. A seu ver, «a Nação é um organismo dotado de um espírito próprio, espírito que se desenvolve ao longo do tempo, mas que não se modifica na sua essência, e que constitui a matriz de todas as manifestações culturais e institucionais de uma Nação».

Embora tivesse condenado a hierarquia entre as nações, Herder manteve-se, conforme mostra Guy Hermet, fiel aos preconceitos da sua época, tendo acreditado na superioridade genética de certos grupos humanos e engrandecido «os méritos do seu próprio povo e a sua originalidade sem igual»<sup>449</sup>. Admitiu, por fim, *o espírito de conquista*, que, aos seus olhos, é um traço cultural arreigado, em especial, nos povos germânicos e, observa, sem rodeios, que é a glória da nação alemã que serviu de avenida à liberdade de toda a Europa cristã<sup>450</sup>.

O pensamento de Herder foi bem acolhido pela generalidade dos cientistas políticos e de outros intelectuais da época. Os poetas, por exemplo, por manifesta influência das ideias herderianas, julgavam-se mais próximos da nação do que os príncipes e Ernst Moritz Arndt, no seu «Canto da Pátria», de 1813, escrevia, em tom popular, que a «pátria alemã está em toda a parte em que se fala alemão».

A força de Herder reside no facto de ele ter logrado elaborar um esboço teórico das novas correntes de opinião políticas e filosóficas que tomou conta, a crer em Anne-Marie Thiesse, da Europa no séc. XVIII: a luta contra o monolitismo cultural e o despotismo político, as aspirações à felicidade e à liberdade, a rejeição das separações entre as classes sociais, o desejo do progresso e a redescoberta da natureza e da tradição.

Herder, que transformou as nações em obra de Providência<sup>451</sup>, lançou as bases da *Kulturation*, ou seja, da nação etnocultural, que, na óptica de Guy Hermet, «detém por esse facto uma legitimidade superior a qualquer outra»<sup>452</sup> e identifica-se com uma língua, que reflecte o seu génio e regula os seus costumes. Ou, mais explicitamente, a ideia de

<sup>449</sup> - HERMET, Guy – Op. Cit., p. 120.

<sup>450</sup> - HERMET, Guy – Op. Cit., p. 120.

<sup>451</sup> - SÁ, de Luís – Op. Cit., p. 141.

<sup>452</sup> - HERMET, Guy – Op. Cit., p. 117.

*Kulturnation* «afirma a existência de povos sem Estado, definidos pela sua língua e pela sua cultura»<sup>453</sup>.

Os alicerces da visão herderiana de nação situam-se na sua concepção sobre a cultura, que não é mais do que «o conjunto dos códigos de linguagem, dos símbolos, dos tipos de relações sociais, das instituições, das técnicas e, igualmente, dos modos de adaptação às influências do meio temporal e espacial (...)»<sup>454</sup>.

A Johann Gottlieb Fichte coube introduzir mais rigor na concepção etnocultural da nação, através dos já célebres «Discursos à Nação Alemã», feitos sempre aos domingos nas janelas do anfiteatro da Academia de Berlim, no momento em que a Prússia se achava a braços com uma profunda crise vinda à superfície em consequência das guerras napoleónicas.

Nas suas mencionadas intervenções, notam-se nítidas influências não só da ideologia revolucionária francesa, mas também de Herder e de Lutero. O filósofo alemão retomou «a ideia de nação-comunidade inaugurada por Herder (...) Depois, inova num ponto, para afirmar a natureza voluntária do laço de cidadania que deve unir os alemães no futuro»<sup>455</sup>.

Numa compilação de 14 conferências proferidas, em 1807-1808, forneceu Fichte o primeiro critério de Nação numa perspectiva transpersonalista: «As fronteiras ideais de um Estado são determinadas pelo seu carácter. Tudo aquilo que fala a mesma língua está reunido entre si, desde o início por uma multidão de laços invisíveis, porque pode compreender-se e compreender-se-á cada vez mais claramente; é naturalmente homogéneo».

Uma tal Nação – acentua – não pode aceitar nenhuma noção de origem e línguas diferentes sem se prejudicar a si mesma e ao seu interesse nacional. As fronteiras materiais resultam dessas fronteiras espirituais fixadas apenas pelas forças do espírito

<sup>453</sup> - HERMET, Guy – Op. Cit., p. 121.

<sup>454</sup> - HERMET, Guy – Op. Cit., p. 118.

<sup>455</sup> - HERMET, Guy – Op. Cit., p. 121.



superior»<sup>456</sup>. Fichte proclama que «só a característica geral da germanidade nos permitirá evitar o desmoronamento da nossa nação através da fusão com o estrangeiro e reconquistar um Eu erguido sobre si próprio e incapaz de suportar a dependência»<sup>457</sup>.

O filósofo germânico retoma a tese de Lutero sobre a predestinação do povo alemão, considerando-o puro, original e primitivo, «livre de toda a contaminação histórica, uma individualidade que, em vez de derivar da universalidade, seria, pelo contrário, a originadora da individualidade»<sup>458</sup>. De forma mais categórica, avança que «os outros povos da terra é que seriam os idólatras, corrompidos, degenerados. Só nós somos o Povo vivo. Nós somos o Povo primitivo, o verdadeiro Povo de Deus. O povo alemão seria pois um postulado eterno da Razão, um princípio metafísico, um povo absoluto, o que existe em si, o povo simplesmente»<sup>459</sup>.

«Só o alemão está apto a receber uma nova cultura, uma nova educação em virtude do seu carácter fundamental» – aclamava Fichte, que sonhava «com uma Alemanha ideal, votada a uma grande missão histórica, porque não se separou do seu primitivo tronco»<sup>460</sup>. O filósofo da Saxónia vai na mesma pegada do seu compatriota Heinrich Lunden, para quem o povo germânico era o mais valioso de todos os povos e a sua cultura encontrava-se no cume de todas.

Parte Fichte do pressuposto de que, embora haja um espírito alemão, ainda não existia uma Nação alemã. Observou que construir «a Nação alemã é o dever do espírito alemão para com a humanidade, dado haver um destino histórico, e que tudo se conseguirá pela educação nacional, um caminho pela convicção moral, por dentro, e não pelo poder material, de fora»<sup>461</sup>. Daí que tenha chegado à ilação de que o povo absoluto deve bastar-se a si próprio e não depender dos outros.

Para a perspectiva germânica, a Nação é algo que acontece às pessoas, facto que levou António de Sousa Lara a admitir que «a pertença ou não-pertença a dada Nação

<sup>456</sup> - LARA, António de Sousa – *A Subversão do Estado*. Lisboa: ISCSP, 1987, p. 91.

<sup>457</sup> - Citado por THIESSE, Anne-Marie – Op. Cit., p. 62.

<sup>458</sup> - MALTEZ, José Adelino – *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Edição ISCSP, 1996, p. 404.

<sup>459</sup> - MALTEZ, José Adelino – Op. Cit., p. 404.

<sup>460</sup> - CHEVALLIER, Jean-Claude – *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias*, 8ª Edição. Rio de Janeiro: AGIR, 1998, p. 239.

<sup>461</sup> - MALTEZ, José Adelino – Op. Cit., p. 404.

pode assim verificar-se, mas não se pode discutir»<sup>462</sup>. Neste contexto, a «Nação se define por um conjunto de características objectivas, exteriores e hereditárias, que se impõem aos indivíduos»,<sup>463</sup> se nos ativermos que, na visão de Fichte, os traços comuns definidores de uma Nação são a raça, a etnia, a língua, o território, os costumes e a religião.

Os célebres discursos de Fichte são, no fundo, um apelo para a construção de um novo modelo de educação susceptível de revivificar o povo alemão, que, por ser puro e isento de corrupção, «encontrava-se, por isso mesmo, investido de uma missão histórica superior»<sup>464</sup>.

### 7.1 – NAÇÃO ELECTIVA DE ERNEST RENAN

Nos antípodas da concepção transpersonalista situa-se a corrente personalista e electiva, que faz a nação depender da vontade dos homens, isto é, concebe-a «(...) como um produto da história, assente numa opção consciente dos indivíduos e na adesão a princípios de convivência colectiva aceites por todos»<sup>465</sup>. Desenvolveu-a Ernest Renan, numa conferência em Sorbonne, proferida, em 11 de Março de 1882.

Esta perspectiva de análise, que, conforme ensina Adriano Moreira, «apela para a comunidade do passado histórico, vida comum e projecto de futuro participado»<sup>466</sup>, considera a Nação não como o resultado de factores objectivistas e culturalistas, mas como produto de uma actividade espiritual de sujeitos livres que formam uma consciência nacional ou uma vontade nacional»<sup>467</sup>.

Renan acha que um Governo representativo não pode funcionar convenientemente num país «feito de diferentes nacionalidades», onde não exista uma «solidariedade de base»<sup>468</sup>. É neste ângulo que o pensador francês desenvolveu, segundo indica Guy Hermet, a sua visão da nação electiva, «legitimada não pela expressão directa e por demais instâncias da soberania popular, mas pela ideia de um consentimento mais difuso

<sup>462</sup> - LARA, António de Sousa – *A Subversão do Estado*. Lisboa: ISCSP, 1987, p. 92.

<sup>463</sup> - LARA, António de Sousa – *Elementos de Ciência Política*, 4ª Edição. Lisboa: Pedro Ferreira, 1995, p. 77.

<sup>464</sup> - SCHULZE, Hagen – Op. Cit., p. 168.

<sup>465</sup> - SÁ, de Luís – Op. Cit., p. 141.

<sup>466</sup> - MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. Coimbra: Almedina, 1995, p. 343.

<sup>467</sup> - MALTEZ, José Adelino – Op. Cit., p. 403.

<sup>468</sup> - HERMET, Guy – Op. Cit., p. 129.

e profundo, historicamente determinado, permanente, e mais de união do que pluralista (...)»<sup>469</sup>.

O pensador francês mostra, em «Qu'est ce qu'une Nation», que a raça não constitui o elemento determinante de uma Nação, a qual, para ele, é um produto da história, em oposição à raça, que é um «mero produto da zoologia»<sup>470</sup>. Adelino Maltez segue-lhe o raciocínio, reiterando que «os não objectivistas insistem em que a Nação é, sobretudo, uma criação espiritual historicamente condimentada; uma subjectiva criação da história e de uma história que até pode ser artificial ou imaginada»<sup>471</sup>.

Porque partiu da convicção de que a pretensa pureza racial é de todo inexistente, Renan foi incisivo quando proclama, a tal respeito: «... A verdade é que não há raça pura e fazer assentar a política na análise etnográfica é fazê-la construir sobre uma quimera. Os países mais nobres, a Inglaterra, a Itália, a França são aqueles em que o sangue está mais misturado»<sup>472</sup>.

A concepção de Renan mantém-se válida. «A nação não cobre a noção de raça, pois todas as nações modernas são, manifestamente, misturas étnicas: a França é, simultaneamente, céltica, ibérica e germânica; a Alemanha, germânica, céltica e eslava; a Itália, um emaranhado inextricável de etnias; as ilhas britânicas, no seu conjunto, oferecem uma mistura de sangue céltico e germânico cujas proporções são, particularmente, difíceis de definir»<sup>473</sup>.

Ernest Renan, em oposição a Herder e a Fichte, classificou de *pura ilusão* a ideia de que a Alemanha seja um país puro. À laia de aviso, adverte que «toda a política que forjassem a unidade de uma nação com base em argumentos raciais fundar-se-ia em quimeras e levaria a civilização europeia à ruína».

<sup>469</sup> - HERMET, Guy – Op. Cit., p. 129.

<sup>470</sup> - MALTEZ, José Adelino – Op. Cit., p.411.

<sup>471</sup> - MALTEZ, José Adelino – Op. Cit., p.403.

<sup>472</sup> - RENAN, Ernest – *Qu'est-ce qu'une Nation ?* Conférence faite en Sorbonne, le 11 Mars 1992. Paris, 2003. Consultado em 21 de Janeiro de 2003. Disponível em [http://ourworld.compuserve.com/homepages/bib\\_lisieux/nation01.htm](http://ourworld.compuserve.com/homepages/bib_lisieux/nation01.htm).

<sup>473</sup> - RENAN, Ernest – Op. Cit.

Da mesma tese partilham hoje numerosos cientistas políticos, na opinião dos quais não existe raça capaz de definir nenhum povo ou nação. As guerras, as revoluções, as convulsões sociais, os vastíssimos movimentos migratórios e culturais concorrem para deitar por terra qualquer pretensão de grupos humanos a uma linhagem incontroversa de unidade racial sem mescla<sup>474</sup>. Deste modo, as nações de hoje, excepto algumas tribos africanas, resultaram de cruzamento e de contactos de inúmeros povos através dos tempos.

Neste mesmo sentido, Darcy Azambuja traz à colação as ideias expendidas por Mercelin Boule, em «Les Races et l'Histoire», segundo as quais «não há uma raça bretã, mas um povo bretão; uma raça francesa, mas uma nação francesa; uma raça ariana mas língua ariana; uma raça latina, mas uma civilização latina»<sup>475</sup>. O politólogo brasileiro lembra que é preciso não esquecer que a raça – grupo, essencialmente, natural – não tem, por via de regra, nada de comum com o povo, com a nação, com a língua e com os costumes.

Renan estende este raciocínio à língua, sem, contudo, menosprezar a sua influência na formação da Nação. Toma como certo o princípio de que a língua convida à união e não à força. Daí chega a uma conclusão realista, segundo a qual, por exemplo, os Estados Unidos da América (EUA) e a Inglaterra, embora falem o mesmo idioma, não são uma nação única. *A contrario sensu*, a Suíça, constituída com o assentimento das suas diferentes partes, o é.

Além destes exemplos, que parecem dar razão ao pensador francês e que desmontam a equação herderiana «uma língua, uma nação», existem ainda casos de línguas nacionais comuns a vários Estados (Áustria, Alemanha e muitos países africanos, asiáticos e latino-americanos) ou Estados que reconhecem vários idiomas nacionais (Bélgica, Luxemburgo, Suíça e Irlanda).

Renan interroga: «Como a Suíça – que têm três línguas, três religiões e não sei quantas raças – é uma Nação, enquanto não o é, por exemplo, a Toscana, tão homogênea?

---

<sup>474</sup> - BONAVIDES, Paulo – Op. Cit., p. 73.

<sup>475</sup> - AZAMBUJA, Darcy – Op. Cit., p. 33.

Por que a Áustria é um Estado e não uma Nação?» Há no homem qualquer coisa de superior à língua: é a vontade. A vontade da Suíça em ser unida, apesar da variedade dos seus idiomas, é um facto muito mais importante que uma similitude de linguagem muitas vezes obtida à custa de vexames<sup>476</sup>.

A par da língua comum, Reinhold Zeppelius acresce outros factores culturais determinantes para a constituição da Nação, como sejam a afinidade rática, a moral social, os costumes, os usos e os hábitos. Até traços comuns, como «o uso da barba e penteado, vestuário, alimentação»,<sup>477</sup> entre outros, podem ajudar a construir, parafraseando Max Weber, uma consciência de comunidade entre os indivíduos semelhantes.

Ernest Renan refuta que a religião sirva de esteio suficiente para o estabelecimento de uma nação moderna, como o demonstram as fronteiras distintas entre o Estado e as diversas crenças religiosas. Seria uma comunidade de interesses? Ao que responde: «Uma união aduaneira não é uma pátria.

Originariamente – sustenta – a religião estava ligada à própria existência do grupo social. Nos nossos dias – remata – a situação é perfeitamente clara, porque já não há massas com uniformidade de crenças e cada um crê e pratica a religião à sua maneira. Do mesmo passo, confirma que «já não há religião de Estado; pode-se ser francês, inglês, alemão, sendo católico, protestante, israelita ou não praticando nenhum culto. A divisão das nações em protestantes e católicos já não existe»<sup>478</sup>.

O académico francês rejeita que a geografia seja um factor determinante da Nação. Diz, convictamente, que «não é a terra que faz uma Nação. A terra fornece o substrato, o campo de luta e de trabalho. O homem fornece a alma». Renan deixa a entender que é arbitrário e perigoso tentar fixar «fronteiras naturais» de uma nação, exemplificando que a história tem mostrado que os espaços vitais das nações variaram, amiúde, ao longo dos tempos.

<sup>476</sup> - RENAN, Ernest – Op. Cit.

<sup>477</sup> - ZEPPELIUS, Reinhold – Op. Cit., p. 96.

<sup>478</sup> - RENAN, Ernest – Op. Cit.

Uma nação, sintetiza, não pode ser definida e fundada em termos materiais. Perante isto, e porque recusa que a língua, a raça, a religião e a geografia sejam características elementares de uma nação, Renan profere uma asserção que o tornou célebre, perenemente:

«Uma Nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que, a bem dizer, são apenas uma: uma está no passado, outra no presente; uma é a posse em comum de um rico legado de recordações; a outra é o consentimento actual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer a herança que se recebeu indivisa».<sup>479</sup>

Georges Burdeau enriquece a ideia, precisando que «a nação depende mais do espírito que da carne. E aquilo a que o espírito adere através dela é a perenidade do ser colectivo».<sup>480</sup> Sem fugir ao quadro analítico que expõe, insere na formação da nação a tradição, a recordação das provações comuns e o que se ama em conjunto e mais ainda a maneira como se ama.

Subscrevendo a máxima de Renan, Enrico Corradini estabelece que «a família é o homem que tem por si a força das gerações e que, com esta força, realiza tudo o que não é permitido ao indivíduo. A nação é uma multidão que tem por ela a força de uma multidão de gerações, com as quais se cria a história do mundo»<sup>481</sup>.

Esta afirmação ilustra bem a ideia de Renan. O que faz a nação «é um legado rico de recordações». Tal como o indivíduo, ela é o resultado de um longo passado de esforços, sacrifícios e devoções, precisando depois que «o culto dos antepassados é, de entre todos, o mais legítimo. De modo lapidar, diz que «foram os antepassados que nos fizeram como somos»<sup>482</sup>.

Uma nação – continua Renan, em Sorbonne – pressupõe «ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter realizado grandes coisas em conjunto, querer continuar a realizá-las»<sup>483</sup>. Ou, em outros termos, a Nação, citando António de

<sup>479</sup> - RENAN, Ernest – Op., Cit.

<sup>480</sup> - BURDEAU, Georges – *O Estado*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, s/d, p. 39.

<sup>481</sup> - D' ASSAC, Jacques Ploncard – *Doutrinas do Nacionalismo*. Lisboa: Panorama, 1962, p. 101.

<sup>482</sup> - RENAN, Ernest – Op., Cit.

<sup>483</sup> - RENAN, Ernest – Op., Cit.

Sousa Lara, é o resultado de um longo passado de esforços, sacrifícios e dedicação. É, no fundo, ter um passado heróico, grandes homens e glória.

O intelectual gaulês vê a Nação como uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e daqueles que se está disposto ainda a fazer. «Pressupõe um passado; resume-se, todavia, no presente num facto tangível; o consentimento, desejo claramente expresso de continuar a vida em comum»<sup>484</sup>.

Mais explicitamente, Renan sustenta que a existência de uma Nação «é, perdoem-me esta metáfora, um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua de vida»<sup>485</sup>. Para Anne-Marie Thiesse, «o objectivo do plebiscito é, com efeito, uma herança simbólica e material», porque «pertencer à nação é ser um dos herdeiros desse património comum e indivisível, conhecê-lo e venerá-lo»<sup>486</sup>.

António de Sousa Lara extrai destes excertos de Renan sobre a nação a seguinte ilação: «O que a define é, agora, uma atitude quase contratual do indivíduo que aceita ou recusa pertencer a dada experiência histórica com todas as consequências que esta atitude possa envolver no presente e no futuro, quer para ele, quer para a experiência em questão. A charneira da definição está assim situada ao nível da vontade e dos sentimentos íntimos dos indivíduos. Daí que classifiquemos esta atitude de subjectiva e de personalista»<sup>487</sup>.

Paulo Bonavides entende esta concepção de Nação, que apelidou de «conceito voluntarístico», como um acto de vontade colectiva, inspirado em sentimentos históricos, que trazem a lembrança tanto das épocas felizes, como das provações nas guerras, em revoluções e calamidades»<sup>488</sup>. Para ele, a Nação suscita também «a comunicação de interesses económicos e aviva os laços de parentesco espiritual, formando aquela plataforma de união e solidariedade onde a consciência do povo toma um traço irrevogável de permanência e destinação comum»<sup>489</sup>.

---

<sup>484</sup> - RENAN, Ernest – Op., Cit.

<sup>485</sup> - RENAN, Ernest – Op., Cit.

<sup>486</sup> - THIESSE, Anne-Marie – Op., Cit., p. 16.

<sup>487</sup> - LARA, António de Sousa – *A Subversão do Estado*. Lisboa: Edição ISCSP, 1987, p. 95.

<sup>488</sup> - BONAVIDES, Paulo – Op., Cit., p. 76.

<sup>489</sup> - BONAVIDES, Paulo – Op. Cit., p. 76.

Neste quadro, pensa Hagen Schulze que «as nações são entidades espirituais, comunidades que existem enquanto se mantiverem na cabeça e no coração dos homens e que desaparecem assim que deixarem de ser pensadas ou desejadas»<sup>490</sup>. As nações, porque radicam, na visão daquele politólogo, a sua essência na consciência nacional, reconhecem-se numa história comum, numa glória comum, nos sacrifícios comuns.

Outros factores concorrem para a formação de uma Nação. São-no, à guisa de exemplo, a identidade de história, de interesses, de aspirações e de tradição, o passado comum, a permanência no mesmo sítio físico, lutas e sofrimentos, trabalhos e vitórias comuns, assim como a comunhão de sentimentos<sup>491</sup>. A vontade de viver em comum, a aceitação do mesmo destino e o sentimento profundo de solidariedade criam a tal alma colectiva de que fala, insistentemente, Ernest Renan.

O destino político comum é um dos vectores de peso para a formação da Nação. É tão importante que Reinhold Zeppelius o apelidou de «crisol»,<sup>492</sup> mesmo onde falem ascendência, língua ou religiões comuns. Em jeito de exemplo, indica que na Inglaterra, depois da invasão normanda, dois povos de línguas diferentes se fundiram para formar uma só Nação.

Ainda segundo ele, nos EUA, «a comunidade política uniu os grupos mais heterogéneos numa Nação»,<sup>493</sup> além da Suíça, onde o destino político comum ajudou a reforçar sobremaneira o sentimento nacional. A Polónia foi dividida e ocupada, pelo menos, três vezes, em toda a sua história. Nem isso impediu que, ao longo desse período, os polacos deixassem de conservar a consciência nacional comum, melhor dizendo, o destino político comum.

No quadro da definição subjectiva da Nação, António de Sousa Lara inseriu André Malraux, que, em «A Tentação do Ocidente», asseverou que «o espírito dá a ideia duma Nação, mas o que faz a sua força sentimental é a comunidade dos sonhos». Georges Burdeau aprofunda a análise de Malraux, interpretando a nação «(...) como continuar a

<sup>490</sup> - SCHULZE, Hagen – Op., Cit., p. 76., p. 105.

<sup>491</sup> - AZAMBUJA, Darcy – Op. Cit., pp. 33 -34.

<sup>492</sup> - ZEPPELIUS, Reinhold – Op. Cit., p. 97.

<sup>493</sup> - ZEPPELIUS, Reinhold – Op. Cit., p. 97.



ser o que se foi, e, por consequência, é garantir, através da interdependência material, a coesão social pela fé numa recordação comum (...) <sup>494</sup>.

Mazzini reuniu, nesta célebre definição, anterior, é certo, à de Ernest Renan, três factores que servem de fundamento sólido e consistente à Nação: *naturais*, como sejam o território, a raça e a língua; *históricos*, quais sejam a tradição, os costumes, as leis e a religião; e, por fim, *psicológicos*, nomeadamente, a consciência nacional <sup>495</sup>. Em sua opinião, «onde os homens não reconheçam um princípio comum e onde não haja identidade de objectivos, não existe Nação».

A esta luz, a Nação é, a acreditar em Darcy Azambuja, «um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideias e aspirações comuns» <sup>496</sup>. Ou seja, a Nação é «uma comunidade de consciências, unida por um sentimento complexo, indefinível e poderosíssimo: o patriotismo» <sup>497</sup>.

Neste sentido, Darcy Azambuja afasta deste conceito as populações que não têm essa consciência comum e que se acham divididas por ódio e por vingança. Em jeito de comparação, avança: O império austro-húngaro compreendia o povo austro-húngaro; não existia a Nação austro-húngara; aquela população, de origem e aspirações tão diversas, não se sentia unida por nenhum laço. Os polacos, pela origem, pela identidade de interesses, de costumes e ideias, formam há séculos uma Nação bem caracterizada <sup>498</sup>.

Vale recordar, uma vez mais, Adriano Moreira, para quem «a Nação identifica-se pelo comportamento dos indivíduos que possa qualificar-se como um comportamento nacional» <sup>499</sup> e cujo critério fundamental é, a seu juízo, o da fidelidade a uma entidade, o que não existia no império Austro-Húngaro, nem na Jugoslávia, nem na URSS. Na esteira do seu pensamento, este princípio deve prevalecer sobre «as divergências de grupo ou indivíduo, como a classe, a região, o estrato social, o partido, o grupo de interesses» <sup>500</sup>.

<sup>494</sup> - BURDEAU, Georges – Op. Cit., p. 40.

<sup>495</sup> - BONAVIDES, Paulo – Op. Cit., p. 72.

<sup>496</sup> - AZAMBUJA, Darcy – Op. Cit., p. 31.

<sup>497</sup> - AZAMBUJA, Darcy – Op. Cit., pp. 32 – 33.

<sup>498</sup> - AZAMBUJA, Darcy – Op. Cit., p. 32.

<sup>499</sup> - MOREIRA, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 1996, p. 282.

<sup>500</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 282.

Não é falho de argumento que define a Nação como um produto cultural, na linha subjectivista de Renan, Malraux e Mazzini.

Não obstante as diferenças que as separam, as duas perspectivas de Nação – objectiva e subjectiva – convergem num ponto<sup>501</sup>: na valoração política da tradição histórico-cultural de cada povo. Se, por um lado, divergem no que tange aos elementos conformadores, por outro, põem-se de acordo quando reconhecem «a individualidade de cada comunidade, os seus costumes e usos, as suas concepções do mundo e da vida, a sua paisagem particular, as suas linhas do passado e as suas aspirações....»<sup>502</sup>.

Em síntese, estes dois conceitos de Nação têm a ver também com duas perspectivas que o termo enforma: «uma *atomística* do corpo político, entendida como associação política de vários indivíduos que estabelecem um determinado contrato social, livremente revogável, e outra *organicista*, onde já se perspectiva um corpo colectivo vivendo em estado de natureza e que, neste sentido, é anterior e superior ao contrato social gerador da sociedade política»<sup>503</sup>.

Em termos análogos, a concepção atomística, que tem em Hobbes, Rousseau e Locke os seus mais egrégios intérpretes, concebe a sociedade «como a união dos indivíduos que a compõem, cujo somatório não origina uma nova entidade com vida e interesses próprios»<sup>504</sup>. Parafraseando Ribeiro dos Santos, esta corrente de pensamento vê «os homens como elementos ou átomos das organizações políticas, que teriam tido origem num contrato social»<sup>505</sup>. Em sentido oposto, a concepção orgânica concebe «a sociedade como um novo ser com vida própria e com uma finalidade supra-individual»<sup>506</sup>.

## 7.2 – CONCEPÇÃO MARXISTA DE NAÇÃO

Marx e Engels não legaram às ciências sociais uma concepção de nação. Quem o diz é Adelino Maltez<sup>507</sup>, socorrendo-se de uma observação, em idêntico sentido, de Nicos

<sup>501</sup> - BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira – *Introdução à Política*, vol. II. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2001, p.103.

<sup>502</sup> - BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira – Op. Cit., p.103.

<sup>503</sup> - MALTEZ, José Adelino – *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Edição ISCSP, 1996, p.394.

<sup>504</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – *Movimentos Laborais e Constituição Económica*. Lisboa: Edição ISCSP, 2000, p. 17.

<sup>505</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 139.

<sup>506</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 17.

<sup>507</sup> - MALTEZ, José Adelino – *Ensaio Sobre o Problema do Estado, Tomo I. A Procura da República Maior*. Lisboa: Edição da Academia Internacional da Língua Portuguesa, 1991, p. 312.

Poulantzas e de Roger Martelli. Se este, em «Comprendre la Nation», aceita, sem rodeios, que os dois alemães «não elaboraram uma teoria geral de nação», aquele reconhece, taxativamente, que «não há teoria marxista de nação»<sup>508</sup>.

Pierre Birnbaum alinha-se pelo mesmo discurso, fazendo notar que, à semelhança da sociologia durkheimiana, a de Marx e de Engels não oferece uma análise sistemática de nação<sup>509</sup>. Aliás, confirma, em tom de crítica, que os pais fundadores do comunismo permaneceram largamente indiferentes ao «facto nacional», preferindo-o ao modo de produção como «factor determinante» da acção colectiva.

De começo, tem-se por seguro que Marx e Engels não atribuíram a devida atenção aos problemas adstritos à nação, porque se interessavam muito mais pelas classes sociais. Mais tarde, alguns acontecimentos obrigaram-nos «a reconhecer a importância das questões nacionais»<sup>510</sup>. Valha como exemplo o caso da Polónia, cuja independência o primeiro chegou mesmo a questionar, não obstante a evolução do seu pensamento sobre a matéria. A posição não o impediu, porém, de assumir que a libertação nacional polaca se inscrevia num amplo movimento de emancipação dos povos oprimidos.

Em carta a Kautsky, em 7 de Fevereiro de 1882, Engels escreveu que «nenhuma nação podia fixar-se em qualquer outra meta antes de estar livre do domínio estrangeiro e que o movimento operário internacional só podia florescer com base numa harmonia entre os povos livres». Afora o caso polaco, outros conflitos, de foro nacionalista, serviram de reflexão aos dois pensadores: a revolução de 1848-49 e a independência da Irlanda.

Decorrente de tal convicção, acreditavam que algumas nacionalidades, nomeadamente, os celtas e os grupos minoritários eslavos, tinham a propensão para desaparecer. A este propósito, Eric Hobsbawm lembra que Engels foi, acerbamente, criticado e acusado de ser um «chauvinista pan-germânico»<sup>511</sup>.

<sup>508</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 89.

<sup>509</sup> - BIRNBAUM, Pierre – *Dimensions du Nationalisme*. In «Sociologie des Nationalismes». Sous la Direction de Pierre Birnbaum. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, p. 5.

<sup>510</sup> - KIERNAN, V. G. – *Nacionalismo*. In «Dicionário de Pensamento Marxista», Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 275.

<sup>511</sup> - HOBBSAWM, Eric – Op. Cit., p. 35.

Marx e Engels expõem o problema de nação em termos de luta de classes, deixando evidente que o proletariado deve constituir-se em nação. No «Manifesto do Partido Comunista», defendem que «(...) na medida em que o proletariado tem primeiro de conquistar para si a dominação política, de se elevar à classe nacional, de se constituir a si próprio como nação, ele próprio é ainda nacional, mas de modo nenhum no sentido da burguesia»<sup>512</sup>.

Ínsita a esta doutrina se inscreve o slogan – «os operários não têm pátria»<sup>513</sup>: «(...) À medida que é suprimida a exploração de um indivíduo por outro, é suprimida a exploração de uma nação por outra (...) Numa palavra, por toda a parte, os comunistas apoiam todo o movimento revolucionário contra as situações sociais e políticas existentes (...) Por fim, por toda a parte, os comunistas trabalham na ligação e entendimento dos partidos democráticos de todos os países (...)»<sup>514</sup>.

O «Manifesto do Partido Comunista» contém, *in fine*, uma poderosa exclamação: «Proletários de todos os países uni-vos»<sup>515</sup>. O axioma é encarado como o prelúdio do internacionalismo proletário com o qual os dois cientistas políticos alemães almejaram agrupar os trabalhadores num grande movimento internacional, que tinha por meta, por um lado, o derrube da burguesia e do capitalismo, e, por outro, a construção de uma sociedade sem classes.

A um tempo Marx e Engels puseram em causa os alicerces sobre os quais assentaram a interpretação nacionalista de história – «o fulcro da legitimidade da maioria das nações democráticas europeias»<sup>516</sup> – e desafiaram os fundamentos políticos, económicos, sociais e culturais que conduziram à formação da generalidade dos Estados europeus modernos.

As propostas de Marx e de Engels não são isentas de crítica, uma das quais radica na ideia de que relegaram a um plano secundário o problema nacional. Pierre Birnbaum

<sup>512</sup> - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – *Manifesto do Partido Comunista*, 2ª Edição. Lisboa: Edições Avante, 1997, p. 54.

<sup>513</sup> - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – Op. Cit., p. 54.

<sup>514</sup> - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – Op. Cit., p. 72.

<sup>515</sup> - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – Op. Cit., p. 73.

<sup>516</sup> - BAYCROFT, Timothy – Op. Cit., p. 69.

pensa que a lógica que está por detrás do slogan «proletários de todos os países uni-vos» não é mais do que a subestimação da força e da pujança das identidades nacionais em favor de estratégias puramente internacionalistas da classe operária em face das solidariedades transnacionais do mundo capitalista.

O reparo do sociólogo francês fica, certamente, a dever-se ao facto de os dois alemães terem atribuído pouco interesse aos movimentos nacionalistas, que consideravam, por vezes, reaccionários em termos de lógica de classe. É secundado por Nicos Poulantzas, para quem a relação dos operários com a nação moderna, que é profunda, foi «(...) largamente subestimada pelo marxismo (...)»<sup>517</sup> que a examinava ou no quadro da simples dominação ideológica ou no da participação de cada classe operária na cultural nacional.

Porque «(...) os trabalhadores não pertenciam a qualquer nação, por outras palavras, não tinham nacionalidade»<sup>518</sup>, Timothy Baycroft observa que, deste modo, uma interpretação *ipsis litteris* das obras de Marx revela que a sua ideologia era diametralmente oposta à do nacionalismo, razão por que os considera incompatíveis.

Para ele, os marxistas subscrevem o princípio de que a nação é uma construção artificial dos capitalistas destinada a fazer com que os trabalhadores esqueçam os seus verdadeiros problemas de classe. No mesmo sentido, opina que, no dizer dos marxistas, a nação, além de ser uma invenção da burguesia, é apenas um episódio da história da luta de classes<sup>519</sup>.

Nicos Poulantzas discorda de Baycroft, aprovando a tese de que «a nação moderna não é pois a criação da burguesia, mas resultante de uma relação de forças entre as classes sociais modernas, em que ela é, igualmente, o alvo das diversas classes»<sup>520</sup>. A nação moderna tem – na sua óptica – o selo e o sinal de desenvolvimento da burguesia e das relações entre as suas fracções, não deixando de notar que as relações de produção capitalistas marcam as transformações da nação e do nacionalismo burguês.

<sup>517</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 112.

<sup>518</sup> - BAYCROFT, Timothy – Op. Cit., p. 76.

<sup>519</sup> - BAYCROFT, Timothy – Op. Cit., p. 71.

<sup>520</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 110.

Se é verdade que a questão da nação não se impôs à atenção de Marx e de Engels, não deixa, também, de ser verosímil que alguns dos seus seguidores tentaram elaborar uma teoria para a explicar. A obra de referência é a de Otto Bauer, que, a solicitação de Viktor Adler, dirigente do Partido Social-Democrata Austríaco, publicou, em 1907, um estudo sobre as nacionalidades e o nacionalismo.

É um trabalho de assinalável fôlego, que fez época em círculos políticos e intelectuais de então, designadamente na escola de pensamento austro-marxista, de que faziam parte, além de Otto Bauer, Max Adler, Rudolf Hilferding e Karl Renner. No estudo em questão, Bauer, colocando-se ao lado dos autores subjectivistas, concluiu que a nação é o produto das lutas históricas:

«Para mim, a história já não reflecte a luta das nações; na verdade, a própria nação surge como o reflexo das lutas históricas. A nação só se manifesta no carácter nacional, na nacionalidade do indivíduo; e a nacionalidade do indivíduo é apenas um aspecto da sua determinação pela história da sociedade, pelo desenvolvimento das condições e técnicas de trabalho».

Otto Bauer, que foi, *quicá*, o primeiro político de então «(...) a reconhecer a força do sentimento nacional»<sup>521</sup>, considerava, em antítese às interpretações marxistas dominantes, que a nação repousa sobre um fundamento cultural, produto de uma longa história, que perdura através do tempo, independentemente do modo de produção, admitindo que o passado comum assegura a continuidade da nação, para além do capitalismo.

O austro-marxista postula que a nação é uma «comunidade de destino» e critica os que a interpretam como uma «comunidade de carácter», concebida a partir de teorias antropológicas. Fiel ao socialismo, que fez questão de sublinhar, mesmo contrariando alguma doutrina marxista, Bauer aceita que «a história comum cria os modos e os

<sup>521</sup> - JAFFRELO, Christofe – *Algumas Teorias da Nação*. In «Nações e Nacionalismos» – Coordenação Serge Cordelier. Lisboa: Publicações Dom Queixote, 1998, p. 58.

costumes comuns, as leis comuns e a religião comum», reiterando que só o «destino comum», que nasce da «herança comum», pode engendrar a nação.

As ideias de Bauer não caíram em saco roto. Pierre Birnbaum acha que elas tiveram o mérito de levar algum sector ortodoxo marxista a confrontar-se, pela primeira vez, com a questão da cultura, da história e dos códigos de representação nacional na constituição e na estruturação das identidades nacionais<sup>522</sup>.

Aquele sociólogo pôs a descoberto alguma similitude entre as propostas de Bauer e as de Max Weber. Ambos enaltecem o papel do Estado na transmissão da cultura e estimam que, com a democratização desta, as massas valorizam a língua nacional, partindo juntos do pressuposto de que o conceito de nação pertence à esfera de valores, tal como mostrara o alemão<sup>523</sup>.

Aliás, a *questão nacional* foi um dos temas fortes e mais polémicos que dominaram a atenção dos sociais-democratas austro-húngaros. Foi mesmo, parafraseando Adelino Maltez, «um problema candente»<sup>524</sup> no seio do movimento socialista, durante cujo congresso de Brunn se ergueram vozes a favor da criação de um Estado multinacional no Império Austro-húngaro, opondo-se ao seu desmantelamento em Estados unitários.

A proposta sugeriu-a Karl Renner, que desejava ver o Império dos Habsburgo transformado num Estado federativo de nacionalidades, sob a égide de um governo socialista, que pudesse servir de modelo de organização a uma futura comunidade mundial. Para Claudie Weill, a atitude de Renner põe em causa o prognóstico de Engels sobre o desaparecimento das chamadas «nações sem história»<sup>525</sup>.

Rosa Luxemburgo acolheu a ideia dos marxistas austro-húngaros, chegando, também, na senda destes, a criticar a independência da Polónia, por a considerar

<sup>522</sup> - BIRNBAUM, Pierre – Op. Cit., pp. 9 -10.

<sup>523</sup> - BIRNBAUM, Pierre – Op. Cit., p. 10.

<sup>524</sup> - MALTEZ, José Adelino – *Ensaio Sobre o Problema do Estado, Tomo I. A Procura da República Maior*. Lisboa: Edição da Academia Internacional da Língua Portuguesa, 1991, p. 312.

<sup>525</sup> - WEILL, Claudie – *O Marxismo e a Questão Colonial*. In «Nações e Nacionalismos» - Coordenação Serge Cordelier. Lisboa: Publicações Dom Queixote, 1998, p. 163.

incompatível com a unidade internacionalista dos socialistas. Em 1909, fez publicar uma polémica obra «Questão Nacional e a Autonomia», na qual se opôs ao princípio do direito das nações à autodeterminação, tão, arrojadamente, advogado por Lenine.

Este tema veio, mais tarde, a constituir-se em pomo de grande discórdia entre os mencheviques e os bolcheviques durante o II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR). Adelino Maltez e Claudie Weill dão conta do facto, ambos pondo em saliência as discordâncias entre os dois sectores políticos russos da época.

Lenine reconheceu a legitimidade histórica dos movimentos nacionais, mas não deixou de avisar que «o marxismo é inconciliável com o nacionalismo, que, em lugar de todo o nacionalismo, o marxismo põe o internacionalismo e a fusão de todas as nações numa unidade suprema». Adelino Maltez interpreta a ideia como «um projecto de transição»<sup>526</sup>, que passa, necessariamente, pela «libertação completa de todas as nações oprimidas, para, depois, se dar a fusão de todas as nações».

Leon Trotsky, num texto a que deu o título de «O Direito das Nações à Autodeterminação»<sup>527</sup>, propôs a criação dos «Estados Unidos da Europa», sem armas permanentes, sem monarquia e sem diplomacia secreta – três condições que considerou cruciais e as mais importantes para o projecto de paz do proletariado.

Em 1926, segundo Adelino Maltez, o líder do Exército Vermelho voltou a insistir na ideia, quando pensou que «a Europa não tem outra saída face ao impasse, senão na revolução proletária, na abolição das barreiras aduaneiras e das fronteiras do Estado, na criação dos Estados Unidos Soviéticos da Europa e de uma ampla união federativa com a URSS e com os povos livres da Ásia (...)»<sup>528</sup>.

Em apoio às teses dominantes bolcheviques, em 1913, José Estaline escreveu em «O Marxismo e a Questão Nacional», provavelmente, com a anuência de Lenine, que «a

<sup>526</sup> - MALTEZ, José Adelino – *Ensaio Sobre o Problema do Estado, Tomo I. A Procura da República Maior*. Lisboa: Edição da Academia Internacional da Língua Portuguesa, 1991, p. 313.

<sup>527</sup> - TROTSKY, Leon - *Le Droit des Nations à L'Autodétermination*. Lisboa, 2004. Consultado em 26 de Janeiro, disponível em <http://membres.lycos.fr/trotsky/>.

<sup>528</sup> - TROTSKY, Leon – Cit., por MALTEZ, José Adelino – *Ensaio Sobre o Problema do Estado, Tomo I. A Procura da República Maior*. Lisboa: Edição da Academia Internacional da Língua Portuguesa, 1991, pp. 313 e 314.



nacionalidade não é um fenómeno tribal ou racial», após o que estabeleceu cinco condições para a sua existência: comunidade estável e permanente; língua comum; território próprio; coesão económica; e carácter colectivo.

Na *opere citato*, que serviu de mote aos movimentos terceiro-mundistas de emancipação colonial, o georgiano considerou que «a nação é uma comunidade estável, historicamente constituída, de língua, de território, de vida económica e de formação psíquica, que se traduz numa comunidade de cultura». O sucessor de Lenine tinha uma visão estatística da nação, que, a seu modo, deixava, simplesmente, de existir caso faltasse um dos cinco elementos que sugeriu.

Segundo deixou a entender, «uma nacionalidade assume forma política positiva como nação em condições históricas definidas, numa época específica, a da ascensão do capitalismo e das lutas da burguesia emergente contra o feudalismo». Ou seja, para ele, «a nação é uma categoria histórica» de um determinado tempo. Ao expor assim o problema, Estaline acaba, no dizer de V. G. Kiernan, por inverter a concepção original de Marx e de Engels sobre a matéria.

Isto porque o dirigente bolchevique fez condicionar o aparecimento da nação, cuja estabilidade depende da «comunidade de vida económica»,<sup>529</sup> da necessidade de a indústria criar um mercado nacional, suportado por uma população homogénea. V. G. Kiernan justifica-se, dizendo que «o advento da nação teve lugar primeiramente na Europa Ocidental, ao passo que, mais para o Leste, evoluía um Estado diferente, multinacional»<sup>530</sup>.

Não surpreende, pois, que ele tivesse feito duas observações à teoria estalinista de nação: «A formulação de Stalin deixa sem resposta várias questões sobre épocas anteriores à da ascensão do capitalismo, como por exemplo, a questão dos escoceses (...). Serão eles uma nação e não simplesmente nacionalidade? (...) Deixa também dúvidas quanto a certos povos da Europa ocidental, que, mesmo que não tivessem sido verdadeiras nações no passado, organizaram movimentos que reivindicam um estatuto de nação»<sup>531</sup>.

<sup>529</sup> - YAKHOT, O. – *O Que é o Materialismo Histórico?* Lisboa: Estúdios Cor, 1975, p. 265.

<sup>530</sup> - KIERNAN, V. G. – Op. Cit., p. 274.

<sup>531</sup> - KIERNAN, V. G. – Op. Cit., p. 275.

V. G. Kiernan insiste ainda na inaplicabilidade da concepção estalinista em outras paragens, mormente no continente africano. Contrapõe: «Na África, poucas das entidades políticas de hoje preenchem as cinco condições propostas por Estaline e tanto nações como novos Estados estão sendo forjados por um esforço consciente, como a Guiné Portuguesa sob a liderança de Amílcar Cabral»<sup>532</sup>.

Num esforço destinado, talvez, a suprir o vácuo marxista em matéria de nação, Nicos Poulantzas esboçou uma teoria, consubstanciada em três matrizes: o território, a tradição e a língua. Depois de repetir que o marxismo subestimou a realidade nacional, sustenta que «(...) os clássicos do marxismo (...) admitem, claramente e explicitamente, a permanência da nação mesmo após a extinção do Estado na sociedade comunista sem classes»<sup>533</sup>.

O filósofo ateniense vê a nação moderna como um produto do Estado capitalista. Analisa-a na perspectiva diferente da de muitos autores, reconhecendo que «há qualquer coisa designada sob o termo de nação, isto é, uma unidade particular de reprodução do conjunto das relações sociais, muito antes do capitalismo. A sua constituição coincide com a passagem da sociedade sem classes (linhagistas) às sociedades classistas, desenhando novas fronteiras, novos lugares e temporalidade de reprodução social»<sup>534</sup>.

O primeiro indicador da análise *poulantziana* é o espaço, que, a seu ver, desempenhou um papel importante na constituição da nação moderna. Vê-o como produto do movimento do capital, do processo das trocas e dos fluxos monetários. É a ideia de expansão que se acha inerente ao cânone do discípulo de Louis Althusser, tal como parece sugerir Eric Hobsbawm<sup>535</sup>.

Poulantzas vai buscar a origem do conceito do espaço a Marx. O ponto que o inspirou foi o asserto do pensador alemão segundo o qual o capital, por mais desterritorializado e a-nacional que possa aparecer, sob as suas diversas formas, apenas

<sup>532</sup> - KIERNAN, V. G. – Op. Cit., p. 275.

<sup>533</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 89.

<sup>534</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 89.

<sup>535</sup> - HOBSBAWM, Eric – Op. Cit., p. 33

se pode reproduzir transnacionalizando-se «(...) porque se move sobre a matriz espacial dos processos de trabalho e da exploração, que é, ela própria, internacional»<sup>536</sup>.

O teórico marxista imprime um «sentido político» ao território. É deste modo que entende que o Estado propende a monopolizar os processos de organização do espaço. «O Estado moderno materializa nos seus aparelhos (exército, escola, burocracia centralizada, prisões) essa matriz espacial (...) Molda, por sua vez, os sujeitos sobre quem o seu poder se exerce»<sup>537</sup>.

O filósofo grego vai ainda mais longe na sua análise. Em seu entender, os alicerces do totalitarismo podem ser localizados na matriz espacial do Estado moderno, assente nas relações de produção, assim como no processo e na divisão social do trabalho: «Separar e dividir para unificar, cortar para quadricular, celularizar para enquadrar segmentar para totalizar, estabelecer vedações para homogeneizar, individualizar para esmagar as alteridades e as diferenças»<sup>538</sup>.

A *tradição histórica comum* é a segunda vertente *poulantziana* de nação moderna. A sua atenção cinde-se em dois campos – o antes e o depois do capitalismo, com os quais procura compor a ossatura do seu esquema analítico. Pelos vistos, já não o preocupa o sentido remoto da *tradição histórica comum*, mas, sim, a aceção hodierna.

Poulantzas enfatiza a analogia que a tradição estabelece com o Estado no capitalismo, ponto que o abriga a dizer, amparando-se em Engels, que «uma nação na era capitalista, sem Estado próprio, é uma nação que perde a sua tradição e a sua história (...) Esse Estado instaura a nação moderna, eliminando os outros passados nacionais e fazendo deles variações da sua própria história»<sup>539</sup>.

Por fim, aquele pensador grego examina a relação entre a língua e o Estado na formação da nação, acerca da qual diz que «a construção, pelo Estado moderno, de uma língua nacional, não se reduz nem ao problema do uso social e político dessa língua, nem

<sup>536</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 102.

<sup>537</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 100.

<sup>538</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 102.

<sup>539</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 108.

ao da sua normatização e regulamentação pelo Estado, nem ao da destruição, que implica, das línguas dominadas no seio do Estado-nação»<sup>540</sup>.

No dizer do admirador de Louis Althusser, a língua nacional é profundamente reorganizada pelo Estado na sua própria estrutura, para depois, em jeito de síntese, exprimir que «a língua como elemento constitutivo da nação moderna não é o simples encarregar-se o Estado de uma língua, que, por esse facto, sofre simples distorções instrumentais, antes significa uma recriação da língua pelo Estado»<sup>541</sup>.

### 7.3 - RELAÇÃO ENTRE NAÇÃO E ESTADO

A Nação e o Estado têm mantido, digamos assim, uma relação conflituosa ao longo dos tempos. Torna-se-nos mister reconhecer que essa tensão é produto de vários condicionalismos que estão por detrás da formação das próprias comunidades étnicas e culturais. Tal fenómeno tem explicação, que se mostra pertinente expor modestamente.

O pomo da discórdia anda em redor da (não) identificação do Estado com a Nação, ou seja, radica em saber quem criou quem, neste capítulo. Se é o Estado que cria a Nação ou se é esta que cria aquele? Ou se ainda as duas entidades podem viver em regime de hostilidade ou se constituem dois «irmãos siameses»<sup>542</sup>?

Os apologistas da tese Nação-Estado partem do princípio de que a Nação deve instituir o Estado. Defendem, por isso, o projecto de Nação-Estado. Se se tem por assente que o Estado é «a Nação politicamente organizada, cai-se no pressuposto de que a Nação é anterior ao Estado e de que existe uma certa relação de subordinação histórica e de causalidade entre o Estado e a Nação»<sup>543</sup>.

António de Sousa Lara adverte, contudo, que «a regra que aquele princípio introduz constitui uma falsa ideia clara, profundamente distorcedora da realidade, porque

<sup>540</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 109.

<sup>541</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., 108.

<sup>542</sup> - FRIEDRICH, Carl J – Citado por Adelino Maltez, em «*Problemas do Estado*», Tomo I. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1991, p. 309.

<sup>543</sup> - LARA, António de Sousa – *Elementos de Ciência Política*. Lisboa: Pedro Ferreira Editor, 1995, p. 74.

incorre no vício, tão frequente em Ciências Humanas, da generalização abusiva»<sup>544</sup>. Para a contrariar, relembra o sentido etimológico de Nação, cuja palavra significa nascimento, raça, espécie, tipo, tribo.

Bluntschli, como observa Adelino Maltez, é da opinião que cada Nação tem a vocação e o direito de constituir um Estado .... E que assim como a humanidade está dividida numa pluralidade de nações, assim deve ser o mundo repartido por igual número de Estados. Cada Nação é um Estado. Cada Estado um ser nacional.

Georges Burdeau acha que, «em todos os países antigos, foi a nação que fez o Estado; ele formou-se lentamente nos espíritos e nas instituições unificados pelo sentimento nacional»<sup>545</sup>. Todavia, nem todos pensam assim. A opinião não colhe, sabido que muitos subscrevem a ideia do Estado como criador da Nação.

Este entendimento pressupõe, como nota António de Sousa Lara, que o Estado é anterior à Nação, ao contrário da precedente perspectiva. O investigador português descobre nesta corrente o mesmo defeito que o detectado na anterior análise. Melhor dizendo, «o vício é em tudo semelhante para ambos os conceitos»<sup>546</sup>.

Em apoio a esta tese, Joseph de Maistre, em «Estudos sobre a Soberania», escreve que a Nação deve mais ao soberano que o soberano à Nação. Bertrand de Jouvenel e Lord Acton seguem-lhe o raciocínio. Se o primeiro, em «Do Poder», acentua que foi o rei e o trono que construíram as nações, já o segundo, em «Freedom and Other Essays», garante que o Estado pode, no decurso do tempo, produzir uma nacionalidade; mas que a nacionalidade deva constituir um Estado é contrário à natureza da moderna civilização.

Com Friedrich Hegel, passou-se a aceitar que existe uma identidade entre a Nação e o Estado, sobretudo quando os seus fiéis seguidores admitem que o Estado é a Nação politicamente organizada. Adelino Maltez diz, a este propósito, que «o Estado é uma

---

<sup>544</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 74.

<sup>545</sup> - BURDEAU, Georges – Op. Cit., p. 41.

<sup>546</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 75.

simples mistura de uma nação, isto é, de uma população mais um território, com um Governo, isto é, com um elemento político»<sup>547</sup>.

Para Hegel, na existência de uma Nação, o alvo substancial é tornar-se um Estado e preservar-se como tal. Uma Nação que não se formou num Estado – uma simples Nação – estritamente falando não tem histórias como Nações ... que vivem em condições de selvajaria.

A falta de coincidência entre o Estado e a Nação foi a mola propulsora de duas guerras mundiais e, recuando mais no tempo, deteriorou-se com a explosão nacionalista do séc. XIX, quando alguns povos, nomeadamente os alemães e os italianos, dispersos por vários Estados, começaram a unificar-se, ao passo que outros, como os gregos e os belgas, e mais recentemente, os povos da ex-Jugoslávia e da ex-URSS, se tornaram independentes.

Tal situação levou Adelino Maltez a concluir que «há povos repartidos por vários Estados (curdos); há povos que procuram constituir-se em Estados (palestinianos); há povos que pretendem reivindicar o estatuto de minoria nacional, institucionalizada dentro do mesmo Estado (catalães); há Estados que incluem vários povos e nações (Espanha); e há Estados que procuram construir nações (grande parte de Estados de África e da Ásia»<sup>548</sup>.

Permanece ainda actual o conflito entre o Estado e a Nação. Em África, por exemplo, por causa das fronteiras herdadas do passado colonial, assiste-se, a espaços, a reivindicações étnicas e nacionalistas que visam agrupar nações que se acham espalhadas por vários Estados. Trata-se de uma situação de difícil gestão política para cuja solução se mostra indispensável o concurso dos europeus. Não é sem razão que a OUA exortou os Estados africanos a respeitarem as fronteiras herdadas da Conferência de Berlim.

É, em síntese, um apelo ao *statu quo* para evitar uma mais que plausível *guerra mundial africana*. Aliás, no mesmo sentido, António de Sousa Lara avisa que «a situação

<sup>547</sup> - MALTEZ, José Adelino – *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Edição ISCSP, 1996, p. 399.

<sup>548</sup> - MALTEZ, José Adelino – Op. Cit., p. 399.

da não coincidência entre o Estado e a Nação pode ser ela própria factor de subversão ou, ao menos, geradora de tensões latentes, exploráveis por ideologias subversivas»<sup>549</sup>. Como quer que seja, diante desta profusão de entendimentos sobre esta *vexata quaestio*, António de Sousa Lara ordenou cinco princípios modelos de relação entre a Nação e o Estado:

«*O Estado-nacional*, no qual o território do Estado coincide com o da Nação, como acontece no caso português; *o Estado com várias Nações*, no qual sob um mesmo poder político convivem várias nações diferentes ou partes de Nação (África do Sul, Espanha, Bélgica); *a Nação repartida por vários Estados* de que é exemplo flagrante a Nação árabe; *a Nação sem Estado*, como aconteceu com a Nação judaica, com a Nação polaca ou, menos claramente, com os ciganos da costa mediterrânica; e *o Estado sem Nação*, em que existe a entidade jurídica e política, sujeito de direito internacional, sem uma cultura própria subjacente, como acontece com os novos países de África Negra»<sup>550</sup>.

Em qualquer destes casos – completa António de Sousa Lara – funciona uma dupla tensão, de sinal contrário, em que, segundo explica, por um lado, se manifesta a tendência de fazer reivindicar para toda a Nação um território próprio, por outro, se apresenta a tendência para a unificação cultural como resultado da convivência continuada sob as estruturas próprias de um mesmo Estado<sup>551</sup>.

Nicos Poulantzas observa que um Estado não pode abranger exhaustivamente a nação. O seu argumento é este: «Um só e mesmo Estado capitalista pode compreender em seu seio várias nações (era o caso do Estado multinacional austro-húngaro). Inversamente, uma nação que não conseguiu ainda (sob o capitalismo) forjar o seu próprio Estado, não é por isso uma nação diminuída (...)»<sup>552</sup>.

Para aquele marxista, a nação moderna tende a coincidir com o Estado no sentido de que o Estado se incorpora na nação e a nação toma corpo nos aparelhos do Estado: torna-se assentamento do seu poder na sociedade, desenha-lhe os contornos»<sup>553</sup>. A interpretação *poulantziana* mostra que a nação tende a coincidir com o Estado moderno

<sup>549</sup> - LARA, António de Sousa – *Elementos de Ciência Política*. Lisboa: Pedro Ferreira Editor, 1995, p. 86.

<sup>550</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 85.

<sup>551</sup> - LARA, António de Sousa – Op. Cit., p. 86.

<sup>552</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 90.

<sup>553</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 95.

em dois sentidos: «Coincidir com o Estado existente ou erigir-se em Estado autónomo e constituir-se em nação moderna criando o seu próprio Estado (...)»<sup>554</sup>.

## 8 – FORMAÇÃO DA NAÇÃO CABO-VERDIANA

A ideia de nação em Cabo Verde começou a tomar corpo quando, a partir de 1462, se deram, nos começos do seu povoamento, os primitivos contactos raciais e culturais entre portugueses e escravos africanos, no transcurso dos quais os ocupantes – brancos e negros – erigiram os fundamentos que a fizeram nascer.

Ela não é uma criação artificial, resultante de um processo político recente, como fazem crer alguns. Emergiu num contexto colonial, que remonta à época do seu povoamento. O modo como este se fez ajudou a produzir não apenas uma Nação senão também um povo, uma língua, uma cultura e uma religião, maioritariamente, católica. Mais do que estes elementos, permitiu criar uma consciência de comunidade e uma identidade nacional, com base em fundamentos de história e de pertença comum.

Tem-se por assente que a nação cabo-verdiana é um produto de convivência de várias gerações, que, ao longo da sua existência, souberam ser fiéis a uma entidade que se dá pelo nome de Cabo Verde. Os seus mitos fundadores repousam na vontade de *querer viver em comum*, de partilhar os mesmos objectivos, os mesmos sentimentos, os mesmos desejos, de enfrentar os desafios da natureza, da seca, da fome, da emigração.

A nação cabo-verdiana, que se situa na tradição subjectivista de Ernest Renan, não se define pela língua, pela raça, pela religião e pela geografia. Define-se, isso sim, pela história, pela cultura, pelo passado de lutas, de sacrifícios e de suor, pelo plebiscito de todos os dias, em suma, por uma grande comunidade de consciência, unida por laços, tradições e costumes. Maurice Hauriou já dizia, com razão, que «a nação é uma mentalidade», asserto que se aplica ao caso cabo-verdiano.

---

<sup>554</sup> - POULANTZAS, Nicos – Op. Cit., p. 107.



É, numa só palavra, o *querer viver colectivo*, de Henri Hauser, a *comunidade imaginada*, de Benedict Anderson, a *comunidade de perspectivas e de aspirações*, de Georges Burdeau, ou a *comunidade de sonhos*, de André Malraux – um sonho que supõe um passado de sacrifícios, de esperança de uma vida melhor e que se acha ancorado no desejo de continuar a viver em comum, partilhando memórias, aspirações, tradições, solidariedades e cumplicidades.

A vontade de desafiar a natureza, de perpetuar a cabo-verdianidade, quer nas ilhas quer na emigração, de conservar o património espiritual, herdado dos antepassados, e o desejo de perspectivar um futuro partilhado, criaram, por assim dizer, uma verdadeira tensão dialéctica sobre a qual se desenvolveu a nação cabo-verdiana. O querer partir e o desejo de ficar – eis o grande dilema que criou uma Nação, de traços, eminentemente, ocidentais.

Um as pequenas notas de José Mattoso, embora referindo-se a outras realidades, podem aplicar-se, sem quaisquer equívocos, ao exemplo cabo-verdiano. «A necessidade de escolher: ficar ou partir. Para quem não queira arriscar, ir ficando, mas com a alma a sonhar evasões. Para quem partia, a saudade da terra e da família»<sup>555</sup>.

A língua não é suficiente para definir a nação cabo-verdiana. A sua importância não está em causa, porque, citando Fernando Pessoa, qualquer idioma «concentra em si, instintiva e naturalmente, um conjunto de tradições, de maneira de ser e de pensar, uma história e uma lembrança, um passado morto que só nele pode reviver»<sup>556</sup>. Além disso, o cabo-verdiano tem no dialecto que fala o seu principal traço identitário.

Valemo-nos dos mesmos argumentos expendidos por Renan. O crioulo cabo-verdiano é também falado na Guiné-Bissau, em Casamansa (Senegal), no Coração e em Aruba, (colónias da Holanda). Todavia, estes países não formam com Cabo Verde uma nação, embora tenham alguns laços históricos. O mesmo raciocínio se aplica a Portugal e às suas antigas colónias. Falam a mesma a língua, a de Camões, mas não pertencem à mesma nação.

<sup>555</sup> - MATTOSO, José – *A Identidade Nacional*, 2ª Edição. Lisboa: Gradiva Publicações, 2001, p. 106.

<sup>556</sup> - PESSOA, Fernando – *Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional*. Lisboa: Ática, 1978, p. 121.

Em Cabo Verde, não existem, presentemente, nem raças nem comunidades étnicas ou tribais<sup>557</sup>. Podem ter existido quando os europeus e os africanos começaram-no a povoar, a partir de 1462. Os cabo-verdianos resultaram destes dois troncos humanos, o que nos autoriza a sustentar que a raça não é um factor da criação da nação em Cabo Verde.

A mestiçagem ocorrida no arquipélago não deu lugar ao surgimento de raças, no sentido exacto do termo. As que existiram diluíram-se, por completo, por via de contactos entre brancos e negros e não por qualquer processo de extermínio étnico, à semelhança do que aconteceu em outras paragens.

Se a língua e a raça não chegam para constituir a nação cabo-verdiana, também a religião não a define. A maioria da população professa o catolicismo, se bem que existam, um pouco por todo o país, minorias protestantes, adventistas, e, muito recentemente, começaram a surgir pequenos grupos religiosos islâmicos vindos de África ocidental.

Demais a mais, o Estado é laico, equivalendo isso a dizer que os cabo-verdianos gozam de liberdade religiosa, podendo qualquer um escolher, na matéria em exame, a doutrina que lhe aprouver. Sendo embora o país mais católico de África, Cabo Verde não se identifica nem se define pela fé de Jesus Cristo.

Para fins analíticos, não se pode, em nossa modesta opinião, debruçar-se sobre a problemática da nação em Cabo Verde sem que se faça uma crítica histórico-sociológica

<sup>557</sup> - Em Cabo Verde, os naturais de Santiago são conhecidos, pejorativamente, por *badius*, e os das demais ilhas por *sampadjudus*. A explicação dos dois epítetos não foge muito da que se expõe abaixo. Comumente, admite-se que a palavra *badiu* adveio de vadio (preguiçoso). É errada a interpretação, porque se nos afigura plausível que a alcunha tenha derivado de *baldio*, isto é, de terrenos sem dono. Como se sabe, Santiago, a maior ilha, em tamanho e população, conheceu um período de grande prosperidade durante a escravatura, a qual lhe permitia, praticamente, absorver por completo a mão-de-obra existente na ilha. A abolição do comércio de escravos lançou no desemprego a maior parte das pessoas que residiam em Santiago. O poder colonial mostrara-se ao tempo incapaz de ultrapassar o problema. Perante a situação, os santiagueses começaram então a ocupar e a assenhoar-se de terrenos *baldios*. A rigor, os especialistas exprimem a opinião de que só são terrenos baldios os que se situam na propriedade comum particular de todos os moradores ou vizinhos de um certo lugar, sendo proibido o seu uso para fins individuais. Mas na sua acepção popular, os terrenos baldios são, historicamente, incultos e não pertencem a ninguém. Foi com este espírito que os santiagueses invadiram terrenos livres e baldios, no final da escravatura. Daí o epíteto *badiu*. Como é que então de *baldios* se chegou a *badiu*? José Júlio Gonçalves avança uma explicação. «Da síncope do *l* e da mutação do *o* em *u* final da sílaba (segundo Jorge Morais-Barbosa, já no séc. XV *o* se pronunciava *u*) tornado ditongo (a exemplo do que ocorre no falar lisboeta) e da supressão de *s* pluralizante (inexistente no crioulo). Já a palavra *sampadjudu*, segundo se crê, vem da palavra portuguesa «sempre ajuda». Tem, igualmente, um cunho depreciativo e surgiu nos meios agrícolas com os naturais de Santo Antão. Estes eram de fraca complexão física e, por esta razão, deixavam muito a desejar no labor campesino. Não obstante isso, os proprietários de terras achavam que valia a pena aproveitá-los nas lides agrícolas. Ou seja, tinham «sempre que ajudar», ainda que tenham fraca robustez física. De início, eram os originários de S. Vicente que apelidavam de *sampadjudu* aos de Santo Antão. Mas, com o andar do tempo, o epíteto passou a aplicar-se aos naturais de todas as ilhas, com excepção dos de Santiago, tidos por *badius*.

das bases que a fizeram nascer. A pressuposição que lhe está subjacente aconselha a relacionar o processo da construção da nação em Cabo Verde com a identidade nacional.

Não colhe a análise de uma sem outra, porque ambas são produtos de um longo processo de contactos que acabou por produzir o homem cabo-verdiano. Como ponto de partida, tem-se que a identidade nacional implica, na linha do que ensinam muitos cientistas sociais, uma consciência de comunidade política. Teve-a o povo cabo-verdiano, ao longo da sua história, integrado no sistema colonial português, e tem-na agora, enquanto dono do seu destino no quadro da independência política que o separou de Portugal, em 1975.

A existência de uma comunidade política supõe que haja, no entendimento de Anthony D. Smith, «algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade»<sup>558</sup>. Sugere, de igual modo, no pensamento do mesmo autor, um espaço social e um território.

Esta concepção de nação espacial ou territorial não se aplica a Cabo Verde. À luz deste conceito, todas as nações devem dispor de um território, o que equivale a aceitar que, na leitura de Anthony D. Smith, o povo e o território devem pertencer um ao outro. No caso em epígrafe, não se trata de um qualquer pedaço de solo, mas sim de uma «*terra histórica*», com a qual a comunidade humana se identifica.

É uma espécie de «*terra prometida*» dos judeus ou dos holandeses, cuja ocupação se devia fazer-se em obediência a um mandato divino. Este não é, por certo, o caso dos cabo-verdianos. Tal facto não impediu, porém, que os cabo-verdianos desenvolvessem um sentimento de pertença à terra. Ou melhor, o amor à Pátria.

Em qualquer parte onde estejam, seja no país, seja no estrangeiro, os cabo-verdianos sempre se identificaram com o território que os viu nascer. Não porque a terra lhes estava destinada, mas, unicamente, porque herdaram dos seus antepassados um

---

<sup>558</sup> - SMITH, D. Anthony – Op. Cit., p. 22.

passado comum que se espelha no rico legado de tradições, mitos, símbolos, memórias e recordações colectivas.

Tais fundamentos constituem um património que os cabo-verdianos têm sabido preservar, pelo que, importa sempre aclarar, se faz necessário mergulhar nas profundezas da história para descobrir a origem da nação nas ilhas. Corolário disso é o espírito de solidariedade existente, a que não está alheia a unidade nacional.

Neste contexto, a consciência e a comunidade comuns, que engendraram a identidade nacional, têm ajudado os cabo-verdianos a resolverem as suas diferenças político-ideológicas não pela violência, mas pela persuasão, pelo diálogo e pela tolerância.

Quer isso dizer que a identidade nacional agrupou os cabo-verdianos numa comunidade social e política, fazendo-os partilhar uma mesma terra e uma cultura comum histórica. Unidos por memórias, tradições e mitos partilhados, os ilhéus sentem-se, quotidianamente, fortalecidos pela sua identidade e pertença comuns, expurgando, por via do consentimento, todos os elementos que pudessem configurar a existência de uma nação étnica em Cabo Verde.

Este caso ajuda a explicar a ausência de etnias no país, resultante não do genocídio ou do etnocídio, mas do modelo dos contactos raciais estabelecido aquando do seu povoamento. Assim, com alguma segurança, poder-se-á dizer que os traços constitutivos da identidade nacional cabo-verdiana são o território de origem, a cultura comum, a língua, a consciência da comunidade política, o sentimento de pertença à terra, a coesão social e política, a que se juntam os mitos, as memórias e as recordações históricas comuns. Numa só palavra, o património herdado dos antepassados.

Jean Leca lembra que, «do ponto de vista teórico, a característica da nação moderna é ser culturalmente indecível, sendo os signos de pertença mais importantes do que os critérios substanciais que se aplicam a esta ou àquela nação particular. A significação destes signos reside precisamente na sua universalidade indefinida. Uma

língua, uma religião, um solo podem ser representados como signos, nunca constituem por si sós a substância desta ou daquela nação»<sup>559</sup>.

Anne-Marie Thiesse catalogou um rol de elementos simbólicos e materiais que devem reunir a identidade nacional: «uma história, que estabelece uma continuidade com os ilustres antepassados, uma série de heróis modelos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, locais eleitos e uma paisagem típica, uma determinada mentalidade, representações oficiais – hino e bandeira – e identificação pitorescas – trajes, especialidades culinárias ou um animal emblemático»<sup>560</sup>.

Em presença disso, fica, pois, claro que a identidade nacional cabo-verdiana é multidimensional, significando isso que não pode ser determinada por um único vector, havendo ainda outros, de importância reconhecida, que concorreram para a sua constituição, quais sejam a cultura e a história.

Tudo isso vem desacreditar e deitar por terra a ideia do PAIGC de fazer de Amílcar Cabral o Pai da Nação cabo-verdiana ou o seu *pater patriae*. Pura ilusão, para não dizer uma gritante falsificação histórica, fundamentada num mito destinado a perpetuar não apenas a memória de Cabral senão também as ideias políticas do PAIGC na sociedade. A nação não se funda, constrói-se.

A nação cabo-verdiana, cujo traço principal é a *cabo-verdianidade*<sup>561</sup>, não eclodiu com Amílcar Cabral, nem com o PAIGC. O próprio Basil Davidson o reconhece<sup>562</sup>. Ela é, antes de tudo, um fenómeno de identidade colectiva, resultante de um longo processo histórico, que passou por diversas etapas até atingir a expressão que hoje a conhecemos.

Valemo-nos de uma opinião de Manuel Ferreira, para quem a consciência nacional de Cabo Verde alimentou-se «(...) nas raízes da longa história do processo social e político

<sup>559</sup> - LECA, Jean – *Pensar a Nação e o Nacionalismo. De Que Estamos a Falar?* In «Nações e Nacionalismo», Serge Cordelier (Coordenação). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, p. 16.

<sup>560</sup> - THIESSE, Anne-Marie – Op. Cit., p. 16.

<sup>561</sup> - Por cabo-verdianidade entende-se o conjunto integrado do sistema de valores sociais e culturais que define o *modus vivendi* dos cabo-verdianos.

<sup>562</sup> - DAVIDSON, BASIL – *Sobre o Nacionalismo Revolucionário: O Legado de Cabral*. In «Continuar Cabral», Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983. Praia: Grafedito/Prelo-Stampa, 1984, p. 116.

de Cabo Verde, não a partir da data em que a luta foi desencadeada pelo PAIGC, não a partir das teses de Amílcar Cabral (...), mas a partir da remota origem cabo-verdiana»<sup>563</sup>.

Amílcar Cabral é posterior à nação. Não criou-a, nem tão-pouco foi o *fundador da nacionalidade cabo-verdiana*, como Basil Davidson<sup>564</sup> aclama, em sintonia com os manuais do PAIGC. A ideia de nacionalidade é inerente à pertença a uma comunidade cultural<sup>565</sup> com fundamentos diversos - étnico, linguístico, religioso ou puramente histórico. Como se nota pela explicação de Jean Leca, não se pode atribuir a Amílcar Cabral aquele título.

A exemplo de muitos outros cabo-verdianos, contribuiu, política e culturalmente, para reforçar a identidade nacional e os signos de pertença àquelas ilhas do Atlântico. É, como tantos outros – André Alvares Almada, Christiano Senna Barcelos, Eugénio Tavares, Loff de Vasconcelos, José Lopes, Juvenal Cabral, Pedro Cardoso, Baltasar Lopes, Manuel Duarte, Leitão da Graça – um dos heróis da história identitária de Cabo Verde.

A história da nação cabo-verdiana não se confunde com a de Amílcar Cabral, nem com a do PAIGC ou com a de outro grupo político. Nem com a vontade de ambos, porque a nação ocupa, segundo Charles Maurras, «o cume de hierarquia das ideias, (...) está antes de todos os grupos (...)»<sup>566</sup>. Ou não é verdade que, como dizia Aristóteles, o todo se impõe às partes?

Os cabo-verdianos têm sabido, ao longo de séculos, guardar o património identitário que herdaram dos seus antepassados. Mantêm-se fiéis à herança comum e, quotidianamente, procuram enriquecê-la. É um dos grandes e complexos desafios que se lhes apresentam perante o mundo cada vez mais globalizado, em que as culturas locais se acham, insistentemente, ameaçadas pelo colonialismo cultural.

<sup>563</sup> - FERREIRA, Manuel – Op. Cit., p. 252

<sup>564</sup> - DAVIDSON, BASIL – Op. Cit., p. 116.

<sup>565</sup> - LECA, Jean – Op. Cit., p. 16.

<sup>566</sup> - D' ASSAC, Jacques Ploncard – Op. Cit., p. 61.

Aclarada a questão, pode dizer-se que Cabo Verde é um caso típico de Nação-Estado, ou, em sentido preciso, a nação deu à luz o Estado, antecedeu-o, criou-o, pura e simplesmente. Ademais, as duas entidades coincidem, *id est*, não vivem em hostilidade. Se não existe conflito entre si, é caso para também dizer que entre ambos há uma forte identificação colectiva, ou melhor, a área cultural tem pela coincidência com a área política. Numa só nota, a nação coincide com o Estado.

O Estado em Cabo Verde nasceu a 5 de Julho de 1975, em resultado do acordo de transferência do poder assinado entre o PAIGC e o Governo português de então, chefiado por Vasco Gonçalves.

### 8.1 – NATIVISMO

Como atrás enunciámos, a construção da identidade cabo-verdiana conheceu três grandes processos histórico-culturais: o nativismo, o regionalismo e o nacionalismo. Começamos pelo primeiro, vindo à tona na década de 80 do séc. XIX e animado por uma plêiade de intelectuais, os chamados «filhos da terra».

Trata-se do primeiro movimento identitário crioulo, resultante de muitos factores, o principal dos quais a própria política colonial adoptada por Portugal no arquipélago. O então Poder nas ilhas era assaz contestado pela elite crioula, pela sua manifesta incapacidade de resolver os magnos problemas que se deparavam às populações.

Os cabo-verdianos sentiam-se órfãos na sua própria terra, em razão do abandono a que estiveram votados. Sobretudo, quando deram conta da proposta do deputado José Bento Ferreira de Almeida de alienar parte das possessões do Ultramar para amortizar a dívida externa portuguesa. Tal ideia provocou uma onda de mal-estar em Cabo Verde, a ponto de Loff de Vasconcellos a classificar de «perdição da pátria»<sup>567</sup> ou ainda uma afronta «(...) para o brio nacional e humilhante para os naturais das colónias»<sup>568</sup>.

<sup>567</sup> - VASCONCELLOS, L. Loff – *A Perdição da Pátria*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1900, p. 46.

<sup>568</sup> - VASCONCELLOS, L. Loff – Op. Cit., p. I.

Aquele intelectual, que se dizia ferido, profundamente, no seu duplo patriotismo de português e de africano, insurgia-se contra «(...) a descuidada tutela e desleixada administração colonial, que não tem permitido o largo desenvolvimento moral e material que a nossa terra, o nosso querido Cabo Verde, podia ter»<sup>569</sup>.

A situação por que o arquipélago passava descreveu-a, em traços breves, Loff de Vasconcellos: «(...) As leis que se decretam para esta província, ou são inexecutáveis, ou atrofiadoras; (...) sem escolas, para instruir (...) os naturais, sem indústria por falta de protecção, sem um regime pautal conducente à sua prosperidade, com o seu comércio atrofiado por mil e uma peias, com a sua agricultura em estado rudimentar (...)»<sup>570</sup>.

Como se pouco fosse, a seca e a fome vieram a agravar a situação. Serve o presente exemplo para melhor a clarificar. Só em Santiago, a maior ilha do país, morriam à fome, diariamente, cerca de 80 pessoas. «É um perfeito extermínio de um povo»<sup>571</sup> – acusava Loff de Vasconcellos, ante a insensibilidade do Governo em evitar que «milhares de súbditos portugueses morressem à fome (...)»<sup>572</sup>.

Perante a indiferença de Lisboa, o intelectual cabo-verdiano propôs ao Ministro da Marinha e do Ultramar um conjunto de reformas de oito pontos: «a divisão da província em dois distritos administrativos autónomos, sendo cada um administrado por um governador; a criação de um senado, em cada sede de distrito; o desenvolvimento e o derramamento da instrução; a reorganização dos serviços públicos; a redução do número de empregados; a protecção à navegação; a liberdade bancária e a criação de instituições de socorros mútuos e congéneres.

Na visão de Manuel Brito Semedo, o nativismo nasceu, nomeadamente, da recusa do regime de adjacência reclamada pela elite intelectual, da ideia propalada, por certos políticos, da venda de algumas colónias para pagar as dívidas de Portugal, na sequência

<sup>569</sup> - VASCONCELLOS, L. Loff – Op. Cit., p. III.

<sup>570</sup> - VASCONCELLOS, L. Loff – Op. Cit., p. III.

<sup>571</sup> - VASCONCELLOS, L. Loff – *O Extermínio de Cabo Verde. Pavorosas Revelações*. Lisboa: Livraria Editora, 1903, p. 4.

<sup>572</sup> - VASCONCELLOS, L. Loff – Op. Cit., p. 4.



do Ultimato inglês e da crise económica de 1891, das fomes que causavam uma vida de sofrimento e mortes, agravadas pela falta de interesse e o abandono secular de Portugal<sup>573</sup>.

Outros como José Carlos Venâncio vêem o nativismo como um produto da modernidade, que se viu, sobretudo, influenciado por outros importantes acontecimentos, como seja a Revolução Liberal de 1820, em Portugal, que se repercutiu em Cabo Verde, designadamente em círculos intelectuais saídos da pequena burguesia crioula.

As conquistas revolucionárias de então provocaram um movimento geral de ideias nas ilhas, de cujo impacto começaram a emergir explosões reivindicativas. Cumpre-nos ressaltar que é nos domínios da cultura, da literatura e da imprensa que o discurso nativista mais se fez notar. Homens letrados, dos mais variados matizes políticos, dedicaram-se, afanosamente, à difusão de ideias, num estilo próximo de jornalismo de opinião, que tinha por escopo reproduzir um saber, essencialmente, patriótico.

Tratou-se de uma dinâmica colectiva, visível um pouco por todo o arquipélago. O discurso elaborado pelas elites ia ao encontro dos ideais, dos valores, dos princípios e das noções insertos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A proclamação de que *a lei é igual para todos* ecoou nos meios letrados cabo-verdianos como fonte da formação de uma consciência nativista.

Vale situar que é neste ambiente intelectual que eclode, em 1839, a primeira loja maçónica em Cabo Verde, a qual, em rigor, lançou as sementes que conduziram, anos mais tarde, na Praia, em 1877, à aparição do primeiro jornal no arquipélago – «Independente».

Em «A Imprensa em Cabo Verde»<sup>574</sup>, o escritor Félix Monteiro enumerou os temas que, em regra, eram tratados no sobredito jornal: «a reclamação igualitária na

<sup>573</sup> - SEMEDO, Manuel Brito – *O Nativismo Cabo-verdiano*. In «Na Esquina do Tempo». Lisboa, 2003. Consultado em 18 de Março de 2003. Disponível em <http://www.portaldecaboverde.com/708899018d88ad79bd05a7dd5e1eaa2c/App?do=PubNewsDetail&dnid=1591>.

<sup>574</sup> - Trata-se de uma intervenção proferida num simpósio, organizado pela Fundação Amílcar Cabral, para assinalar o 50º Aniversário da Revista «Claridade».

aplicação das leis e no acesso às funções públicas, a instrução popular, o apelo à solução dos problemas económicos concretos do comércio, agricultura, secas, crises».

Estas críticas não são um sinal de ruptura com o sistema colonial português. Põem apenas em causa a capacidade de Portugal em livrar Cabo Verde do atraso a que se achava submetido e da fome que dizimava, anualmente, milhares de cabo-verdianos. O acento tónico posto nestes reparos deve ser interpretado não no quadro da separação de Portugal, mas na busca incessante da justiça e da igualdade. A questão dos *iguais e dos desiguais* sempre dominou, vale reconhecer, o discurso nativista.

A implantação da República em Portugal foi, de igual modo, um veículo impulsionador do movimento nativista cabo-verdiano. A elite crioula local via os ideais dos republicanos um canal de eleição para ver assegurados os princípios de igualdade e da fraternidade, no âmbito de uma maior autonomia política e económica. Isso vem explicar, à saciedade, o motivo pelo qual o movimento republicano português ocupou o centro de inúmeras polémicas nas ilhas.

Para tal estado de coisas muito contribuiu o papel de dois jornais - A Voz de Cabo Verde e o Manduco – no surgimento de pequenas correntes de opinião, cujos pontos comuns são, nas palavras de Leila Leite Hernandez, «a modernização, a libertação, a liberalização e a racionalidade do Estado republicano»<sup>575</sup>.

A par disso, por essa época, foram criadas várias organizações de cariz político, civil e sindical que, entre outras reivindicações, lutavam pela extensão dos direitos republicanos. Neste quadro, apraz-nos destacar a aparição, em 1912, na Cidade da Praia, do Grupo Republicano Democrático de Cabo Verde (GRDC), ligado à facção de Afonso Costa em Portugal.

O GRDC teve uma vida efémera. Dele se conhece apenas um manifesto no qual criticava, em tom veemente, a governação de Arthur Marinha de Campos, a quem acusava de vaidoso, incompetente, intolerante e arrogante. O grupo, constituído pela nata da

---

<sup>575</sup> - HERNANDEZ, Leila Leite – *Os Filhos da Terra do Sol – A Formação do Estado-Nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002, p. 131.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)

sociedade praiense, protestava contra a promulgação de dois decretos daquele governador que mandavam suspender trabalhos públicos<sup>576</sup>.

Um ano mais tarde, Mindelo viu nascer a Associação Operária 1º de Dezembro, que pretendia estabelecer uma Caixa Económica de Ajuda Mútua. Além das duas organizações acima mencionadas, destacam-se a criação, ainda durante o consulado republicano, do Centro «5 de Outubro», do Centro Unionista, de José Roberto da Silva, do Centro Democrático, de Henrique de Vilhena, ambos na Praia, do Centro Evolucionista, de Carlos Vasconcelos, no Mindelo.

O nativismo é, sem dúvida, objecto de um sem número de definições, havendo uma que no-la apresenta, fundamentalmente, como «(...) a valorização do indivíduo, enquanto sujeito progressivamente responsável pelo seu destino»<sup>577</sup>. A este propósito, precisa Alain Touraine que «o indivíduo só se torna sujeito (...) se se opuser à lógica de dominação social em nome de uma lógica de liberdade, da livre produção de si próprio».

Nas palavras de José Carlos Venâncio, «(...) as manifestações de modernidade, isto é, a reivindicação dos africanos no sentido de se apropriarem do seu próprio destino, dá-se ainda no séc. XIX»<sup>578</sup>. No caso de Cabo Verde, estes sinais ocorrem no jornalismo e na literatura, sobretudo pela pena de Eugénio Tavares, de Pedro Cardoso e de José Lopes, e não pressupunham, no seu todo, a desvinculação política de Portugal.

Mário de Andrade propõe um conceito sociológico para definir este movimento político-cultural, que, a seu parecer, «exprimiam o sentimento colectivo de ser portador de valores próprios, o referente de identificação e confluência das suas aspirações a uma autonomia e futura independência»<sup>579</sup>.

Eugénio Tavares considerou o nativismo como um amor à terra e um factor de patriotismo. Sintetizou-o, destarte: «A dor de perder os filhos, músculos do nosso peito; a suprema paixão de ver insultada a nossa alma que, menos reside em nós que nos lábios

<sup>576</sup> - Ver, mais detalhadamente, *Cabo Verde – Abusos, Violências e Despotismos do Governador Marinha de Campos*. Composto e Impresso na Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1991.

<sup>577</sup> - VENÂNCIO, José Carlos – *O Facto Africano – Elementos para uma Sociologia da África*. Lisboa: Veja Editora, 2000, p. 54.

<sup>578</sup> - VENÂNCIO, José Carlos – Op. Cit., p. 56.

<sup>579</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – *As Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, p. 110.

que beijamos com amor... Incontrovertivelmente: nunca saberá amar a sua pátria aquele que não soube ou não pôde amar a sua região, a sua aldeia, o seu homem, sua mulher, seus filhos».

Quem se afina pelo mesmo diapasão é Pedro Monteiro Cardoso, ao deixar bem assente, num texto publicado no jornal «A Voz de Cabo Verde», em resposta a um artigo, de sentido contrário, vindo a lume, no «O Progresso», que «o sentimento nativista existiu, existe e existirá sempre em Cabo Verde como na Madeira e nos Açores, enquanto houver cabo-verdiano digno desse nome, enquanto as desigualdades, as injustiças e os preconceitos legalizados não forem abolidos, arrastando o seu completo desaparecimento das relações sociais».

Mário Ferro é bastante explícito, tentando mostrar, num editorial assinado n' «A Voz de Cabo Verde», que «o nativista é alguém que ama a sua terra natal sem deixar de amar a sua pátria». Dito doutro modo, resume que «o nativismo em que se inspira a acção deste jornal é a síntese do amor ao berço, à família, à terra natal, ao aglomerado (?) de que somos elementos componentes (...).

A certo passo, reitera, na mesma linha de pensamento, que «esse nativismo que tem por sólido alicerce o amor ao torrão onde nascemos, despido de ódio e malquerenças, temo-lo feito e continuamo-lo fazendo (...) Sem olhar a diferenças de raças ou de classes, (...) a nossa finalidade, já repetidamente afirmada, é a de uma progressiva luta pelo bem-estar da comunidade regional, luta em que devem empenhar-se todos os amigos desta colónia (...) por todos os portugueses, continentais ou africanos».

O nativismo cabo-verdiano, produto do liberalismo português, insere-se no denominado protonacionalismo, que tinha por preocupação primacial a defesa e a salvaguarda dos valores da terra. Muitos consideram-no um embrião do nacionalismo, imbuído de um discurso ambivalente.

A par da defesa da *res publica*, a pedra angular do discurso dos proto-nacionalistas cabo-verdianos fundamentava-se no princípio da igualdade entre todos os portugueses,

sem distinção de raça, de religião, de condição social e de ideologia. A ideia de igualdade pressupunha a plena integração de Cabo Verde na *portugalidade*.

A avaliar pelo seu discurso político, o movimento nativista era ambíguo nuns casos e assaz explícito noutros. Se, no que tange ao estatuto de Cabo Verde, a sua postura era dúbia e incoerente, porque ora propugnava pela separação de Portugal, ora pela autonomia, por outro, procurou sempre ser porta-voz dos interesses do arquipélago junto do Poder colonial.

O movimento nativista cabo-verdiano, que se confundia política e culturalmente com o patriotismo, viu-se, muito cedo, dilacerado por desentendimentos que o dividiram em duas sensibilidades: uma desejava ver, a exemplo dos EUA e do Brasil, Cabo Verde independente; outra reivindicava a autonomia e a adjacência, no quadro da soberania portuguesa.

Da primeira abordagem se fez intérprete Pedro Cardoso, que a acreditar nos escritos da época, era o mais brilhante intelectual da geração nativista. Fundou o jornal «O Manduco» e assinava os seus textos com o pseudónimo de Afro. Aderiu ao Partido Socialista Português e simpatizava com o ideário de Marx e de Engels, assim como o do Movimento Pan-Africano, sendo, por isso, que se intitulava de «socialista e cidadão luso-africano».

É dele a afirmação de que os «nativos das colónias estão nas mesmas condições em que se encontram actualmente os proletários de todo o mundo (...) Carlos Marx gritou outrora aos proletários: A vossa liberdade está em vossas mãos. Uni-vos. (...) Outro tanto direi agora aos meus irmãos, mais felizes do que eu, por não terem sido expatriados à força, parafraseando Marx: Se quereis ver satisfeitas as vossas reclamações e partidos, de vez, os grilhões do despotismo, uni-vos»<sup>580</sup>.

Pedro Cardoso era um convicto independentista e, em 1921, enviou um poema – *Ode a África* – aos delegados portugueses aos Congressos Pan-Africanos de Bruxelas e

---

<sup>580</sup> - CARDOSO, Pedro – *Folclore Cabo-verdiano*. Lisboa: Solidariedade Cabo-verdiana, 1983, p. LIV e LV.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipedro@hotmail.com](mailto:neydipedro@hotmail.com)

de Paris. Num dos seus derradeiros artigos, publicados n' «A Voz de Cabo Verde», avisava que «ser possessão de Portugal implicava a existência de possuidores e possuídos» e, bastas vezes, trouxe à discussão a ideia de o arquipélago se separar completa e definitivamente de Portugal.

Mais contundente foi ainda José Lopes, um crente republicano, que augurou ver um dia, ainda que fosse o derradeiro da sua vida, «estas pobres ilhas independentes, felizes como a microscópica Andorra ou São Marino». Por detrás deste anseio está o protesto contra «uma infame lei que faculta a qualquer filho do reino, empregado público, poder gozar de licença de saúde e tratar-se em Portugal e nas mesmas condições negadas a um filho de Ultramar»<sup>581</sup>.

Talvez no âmbito desta perspectiva de análise, Mário de Andrade traz a lume um excerto do editorial do jornal «A Justiça», que, a certo passo, exorta à libertação da consciência de toda a opressão e do pensamento da mais leve sombra da tirania<sup>582</sup>. Esta publicação, cujo primeiro número data de 1881, assume-se como defensora inquebrantável da causa do povo cabo-verdiano e fez votos de «encaminhar esta colónia para que comungue na grande mesa da civilização»<sup>583</sup>.

Em oposição àquela corrente de opinião nativista, Corsino Lopes sempre mostrou que a independência de Cabo Verde é inviável: «(...) Porque pensar na independência de Cabo Verde por agora, para já, seria uma fraqueza do meu raciocínio que dava a conhecer que ignoro a evolução natural das coisas: e isto, conjugado com as suas consequências naturais, entre as quais avulta o ódio das raças, seria, incontestavelmente, uma forma de inferioridade»<sup>584</sup>.

Os nativistas cabo-verdianos reclamavam um estatuto autónomo para o arquipélago semelhante ao dos Açores e ao da Madeira. Em 1914, o semanário «A Voz de Cabo Verde» escreveu: «... Se, em 1892, parecia a muita gente que esta província merecia uma organização semelhante à dos Açores e da Madeira, hoje, no ano da graça

<sup>581</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – Op. Cit., p. 42.

<sup>582</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – Op. Cit., p. 41.

<sup>583</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – Op. Cit., p. 41.

<sup>584</sup> - CARDOSO, Pedro – Op. Cit., p. XLVII.

de 1914, está, sem contestação, no direito de se igualar àquelas». Dirigido por intelectuais, este jornal infundia, além disso, um discurso baseado na criação de uma identidade cabo-verdiana própria.

A elite que dirigia esta publicação ficou desiludida por a «Carta Orgânica do Ultramar» não ter adoptado um acervo de «medidas de descentralização administrativa e financeira susceptível de conduzir, como em todas as outras colónias, a um futuro próspero de organismos de acção independente, como aconteceu na muita exemplar administração colonial inglesa». Aquele semanário predicava Lisboa a dotar Cabo Verde de uma verdadeira autonomia que «leve as ilhas a tornar-se não dependências, mas associadas voluntárias e válidas da metrópole»<sup>585</sup>.

Em 1917, por iniciativa do jornal «A Voz de Cabo Verde», listas de candidatos regionalistas, formadas, exclusivamente, por naturais do arquipélago, participaram nas eleições autárquicas. O sufrágio redundou num sucesso, facto que motivou o periódico, em toda a largura da primeira página, a comentar: «Foi a vitória do pequeno, do humilde, do eternamente espezinhado, do proletário sobre os potentados, os argentários, sobre os que, até agora, traziam o povo acorrentado aos seus caprichos».

Outros tinham posições ambíguas no seio do movimento nativista, ora defendendo a independência, ora a autonomia, consoante o rumo dos ventos. Loff de Vasconcellos, a pretexto da criação de um liceu no Arquipélago, avisou, no intróito ao seu livro, «Ecos d'Aldeia», que os cabo-verdianos podiam exigir a independência, caso Portugal continuasse a não dar atenção às ilhas.

Explica-se: «O Governo que o deixar de fazer é um criminoso, e hoje que a tendência do século é a libertação dos povos oprimidos e esmagados pelos senhores, não seria de estranhar que os cabo-verdianos civilizados, *à sua custa*, movimentassem os seus compatriotas nesse sentido, se a mãe pátria continuar descurando os seus verdadeiros interesses e o seu engrandecimento».

---

<sup>585</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – Op. Cit., p. 108.

Não se deve, em face desta sua posição conjuntural, tomar a nuvem por Juno, porque Loff de Vasconcellos, autonomista convicto, sempre se dizia prosélito da presença portuguesa em Cabo Verde, ainda que se deixava, por vezes, contagiar pelo discurso independentista. Mesmo assim, criticava o Governo de Lisboa sempre que o momento o aconselhasse.

Neste quadro, denunciou o clima de desconfiança que pairava sobre os cabo-verdianos, o que levava Portugal «ao extremo de nos excluïrem odiosamente dos cargos superiores da província, quando é certo que os que de lá nos mandam não nos sobrepujam em competência, nem em princípios de moralidade e justiça».

Eugénio Tavares tinha, por igual, um posicionamento político dúbio ante o nativismo. Pretendendo agradar a gregos e troianos, ora reivindicava a independência de Cabo Verde, ora a adjacência. Num editorial publicado, nos EUA, onde residia, proclamava que «a nossa emancipação» era o único antídoto que poderia evitar que Portugal continuasse a vender os terrenos do Ultramar a estrangeiros.

«Havemos de ter o nosso Monroe: A África para os africanos!» – exclamava, em 1901, num texto inserto em «A Alvorada», tendo, mais adiante, em tom categórico, deixado bem assente: «Portugueses irmãos sim; portugueses escravos, nunca». Por aquelas declarações, nota-se, claramente, a sua veia independentista, que já, porém, não se descobre nas que abaixo se publicam, num outro artigo na «Voz de Cabo Verde». «Para Cabo Verde? Para estas pobres e abandonadas rochas atiradas ao mar – independência? Isso fará sentido?»<sup>586</sup>.

Na mesma linha de orientação, em 1912, após a instauração da República em Portugal, num texto de opinião dado à publicação na «Voz de Cabo Verde», instou os seus leitores a defenderem «esta República portuguesa que dá a todos os direitos e deveres da cidadania portuguesa», suplicando as autoridades políticas de Lisboa «a arrancar a raça negra da sua odiosa situação de servidão e transformar cada nativo num cidadão português».

<sup>586</sup> - Citado por DAVIDSON, Basil – *As Ilhas Afortunadas – Um Estudo Sobre a África em Transformação*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988, p. 63.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)



O nativismo era visto pelo Poder colonial como «a manifestação do espírito sedicioso do separatismo e do racismo anti-branco»<sup>587</sup>. Luís Loff de Vasconcellos assume a posição do regime. Condena o nativismo, considerando-o uma manifestação de rebeldia, baseada no ódio de raça.

Prefere, em alternativa, falar de patriotismo, «o amor da pátria, esse movimento que nobilitou em todos os tempos os povos, fazendo-os fortes, respeitados e queridos, unindo-os para o bem geral e levando-os a repelir os inimigos dela»<sup>588</sup>. Acantonou-se, exclusivamente, no sentimento de «amor à terra» – terra que, aos seus olhos, aspirava muito legitimamente a beneficiar dos direitos e dos prestígios de que gozam os seus irmãos da metrópole.

Os nativistas contrapõem-se, refutando em toda a linha a acusação de que, politicamente, constituíam um movimento anti-português. Num editorial do jornal «A Esperança», que se publicava, mensalmente em S. Nicolau, um articulista escreveu que «os nativistas não eram separatistas, pois que amamos mais a Portugal que a todas as nações do mundo! Amamos mais a Cabo Verde que a todas as terras de Portugal. Mas adoramos o nosso lar que os lares dos nossos melhores amigos».

Não obstante estas posições contrárias, os nativistas tinham alguns pontos comuns: o *portuguesismo*, símbolo da política de assimilação, que se fazia sentir em todos os aspectos. Reconheciam, orgulhosamente, a missão civilizadora de Portugal em Cabo Verde e no mundo. Atesta-o o exemplo que a seguir se aponta.

Em 1915, Juvenal Cabral, pai de Amílcar Cabral, ao referir-se às chamadas «guerras de pacificação na Guiné», fez rasgados elogios ao major Teixeira Pinto, então governador da província, considerando-o «um firme pacificador de povos bárbaros e rebeldes», o qual «(...) deixou no peito de todos os portugueses de boa vontade um momento de respeitosa gratidão e simpatia»<sup>589</sup>.

<sup>587</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – Op. Cit., p. 111.

<sup>588</sup> - VASCONCELLOS, L. Loff – *A Perdição da Pátria*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1900, p. XIV.

<sup>589</sup> - CABRAL, Juvenal – CABRAL, Juvenal – *Memórias e Reflexões*, 2ª Edição. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional, 2002, p. 195.

Idêntico ponto de vista defendeu-o, num texto no jornal «A Voz de Cabo Verde», Abílio Monteiro Macedo, jornalista e comerciante, para quem o conquistador da Guiné «levantou brilhantemente o prestígio das forças armadas portuguesas contra uma tribo guerreira, pobre e esquelética, como era a dos selvagens guineenses».

A generalidade dos nativistas, talvez exceptuando Pedro Cardoso, não condena a civilização ocidental, nem tão pouco a política de assimilação levada a efeito por Portugal em Cabo Verde. Antes, combatem o fracasso das autoridades em implantá-la<sup>590</sup>. Aliás, a elite cabo-verdiana, pelo seu grau de instrução, sempre rejeitou que ao povo das ilhas se atribuísse o estatuto de indígena.

Segundo Carlos Lopes Pereira, «a ideia de que os cabo-verdianos eram tão civilizados como os metropolitanos (ou pelo menos, como os madeirenses e os açorianos), ao contrário dos indígenas da Guiné, ainda em estado selvagem, aparece implícita em artigos da imprensa crioula»<sup>591</sup>. É primordial notar que Cabo Verde não se viu incluído no Código do Indigenato, talvez porque seja um caso modelar de ocidentalização nos Trópicos.

## 8.2 - REGIONALISMO

O movimento nativista deu lugar a um outro - o chamado regionalismo, que, em Cabo Verde, se exprimiu, em plenitude, nos anos 30, na revista «Claridade», fundada por uma nova geração de intelectuais – Baltasar Lopes Manuel Lopes, Jorge Barbosa, Jaime Figueiredo, José Lopes, entre outros.

O regionalismo cabo-verdiano eclodiu numa conjuntura difícil. A antiga colónia atravessava uma grave crise social, que se repercutiu na vida de toda a população. A agravar a situação, as políticas coloniais eram objecto de acérrima contestação, porquanto se revelavam insuficientes para fazer face aos maus anos agrícolas que deixaram miséria e morte em todas as ilhas.

<sup>590</sup> - HERNANDEZ, Leila Leite – Op. Cit., p. 125.

<sup>591</sup> - PEREIRA, Carlos Lopes – *Aspectos do Proto-nacionalismo Crioulo (3) – Da Descoberta da Diferença À Afirmação da Identidade*. In Jornal «Tribuna», de 16 de Agosto de 1990.

Tal situação obrigou a elite cabo-verdiana a tomar consciência da realidade em que o arquipélago se achava mergulhado. O mesmo é dizer abandonado pela potência que o administrava. Impunha-se, neste caso, a defesa da terra, salvaguardando, no quadro do Império colonial, as suas particularidades políticas, sociais e culturais.

Baltasar Lopes da Silva recordou, em 1986, que, em virtude da situação por que passava Cabo Verde, era inevitável a intervenção cívica da elite nos assuntos em referência. «Tínhamos de intervir!» – exclamava o escritor, que se dizia não estar desligado do povo.

A fim de dar corpo às suas ideias, a elite são-vicentina fundou, em 1932, uma associação de cariz político, social e cívico a que deu o nome de União Regionalista Cabo-verdiana (URC), cujo órgão noticioso era «Notícias de Cabo Verde». A criação deste grupo é vista, por alguns analistas, como um primeiro passo conducente à criação de um alargado movimento para defender os interesses do arquipélago. Que saibamos, a URC foi sol de pouca dura, tão-pouco viu os seus estatutos publicados.

Sem perder o fio à meada, o movimento *claridoso*, que reclamava a independência literária de Cabo Verde e que se mostrava preocupado em sublinhar o vínculo afectivo do cabo-verdiano à terra, «é um caso especial de regionalismo, enquanto um excessivo interesse e amor pela própria região e de reivindicação de uma identidade cultural própria»<sup>592</sup>.

A «Claridade» conheceu duas grandes fases: a primeira (1936-1941) e a segunda (1948-1960). Num pungente desabafo de Manuel Ferreira, se nota que a revista cabo-verdiana tinha, em ambos os períodos, o objectivo de «(...) encontrar o modo e a voz do universo crioulo»<sup>593</sup>, a que acresce o de Carlos Lopes Pereira segundo o qual «com a Claridade os escritores cabo-verdianos voltaram-se para os problemas do seu país, do seu povo».

<sup>592</sup> - SEMEDO, Manuel Brito – *O Regionalismo Cabo-verdiano*. In «Na Esquina do Tempo». Lisboa, 2003. Consultado em 19 de Março de 2003. Disponível em <http://www.portaldecaboverde.com/708899018d88ad79bd05a7dd5e1eaa2c/App?do=PubNewsDetail&dnid=1692>.

<sup>593</sup> - FERREIRA, Manuel – Op. Cit., p. 233

No dizer de Manuel Brito Semedo, «os homens que fizeram a «Claridade» propuseram-se, ainda que de forma não expressa, alcançar os seguintes objectivos: exprimir, literariamente, a situação e a movimentação do homem cabo-verdiano; inventariar e estudar os elementos que integram a cultura cabo-verdiana (cultura no sentido etnológico do termo) e estudar o “processo” de formação social das ilhas crioulas»<sup>594</sup>.

Politicamente, a «Claridade», a julgar por uma afirmação do seu mais importante redactor, Baltasar Lopes da Silva, segundo a qual «os cabo-verdianos deveriam ser intransigentemente regionalistas para serem inteligentemente portugueses», situava-se numa área muito próxima da do Poder colonial. Era apologista de um regionalismo que punha em relevância as características culturais próprias de Cabo Verde, sem colocar em causa o domínio político português.

### 8.3 - NACIONALISMO

Com a «Nova Largada», grupo político-cultural, nascido em Lisboa, no ambiente da Casa de Estudantes do Império (CEI), começa a esboçar-se um autêntico nacionalismo literário. A nova classe, integrada apenas por escritores, achava-se, no dizer de Manuel Duarte, predestinada a cumprir uma missão, a de «fazer da criação literária um meio e uma forma de denúncia global do sistema colonial, de consciencialização do homem africano (...) de reivindicação de identidade autêntica na liberdade e plena autodeterminação».

O discurso da «Nova Largada» é um claro sinal de ruptura com a «Claridade» de Baltasar Lopes. A diferença era de fundo. Enquanto os escritores *claridosos* propugnavam pela autonomia de Cabo Verde, no quadro do regime português, os da Nova Largada defendiam a independência. A nova elite, de que faziam parte, além de Manuel Duarte, Gabriel Mariano e Leitão da Graça, herdou o legado de Pedro Cardoso.

---

<sup>594</sup> - SEMEDO, Manuel Brito – Op. Cit.

A abordagem literária do grupo era oposta à da «Claridade». Ou seja, encarava e interpretava os problemas de Cabo Verde não no quadro do regionalismo europeu mas no do africano, de que é exemplo o asserto de Onésimo Silveira de acordo com o qual «os jovens da nossa geração pensam que Cabo Verde é um caso de regionalismo africano».

A «Nova Largada» assumia-se, no óptica de Manuel Brito Semedo, «(...) como a geração que não vai para a Pasárgada, criticando de forma violenta, pela pena de Onésimo Silveira, a inadequação às realidades sociais das ilhas da geração da Claridade – a geração que vai para a Pasárgada – e deu o passo definitivo ao reivindicar a independência (...)»<sup>595</sup>.

Com esta contra-elite, a luta anti-colonial ganha o estatuto de verdadeiro nacionalismo. Já não se reivindica a autonomia, mas a independência. A ideia de nação acompanha a da criação de um Estado nacional. Dito doutro modo, os nacionalistas pretendiam fazer coincidir a nação ao Estado.

Toda esta mobilização – formação da nação, nativismo, regionalismo, criação de grupos políticos africanos em Portugal e nas então colónias – produziu os elementos embrionários que, depois da 2ª Guerra Mundial, desembocaram no surgimento do nacionalismo político cabo-verdiano, de que mais adiante abordaremos.

O nativismo antecedeu o nacionalismo e o regionalismo, todos produtos do longo excursão identitário cabo-verdiano, leia-se nação. Em termos globais, diferencia-se de ambos pelo nível de escolaridade dos seus integrantes, se bem que em Cabo Verde a questão se não coloque com acuidade, e pela sua posição ambígua, política e ideologicamente, quanto ao sistema colonial.

O nativismo distingue-se ainda do nacionalismo em matéria de discurso político. Se este adoptou uma atitude de ruptura com o Poder colonial, aquele, sendo embora um movimento de protesto, primou-se pela oscilação, ora sufragando a ideia da integração e da autonomia, sem pôr em causa os alicerces do Estado português, ora pela independência.

---

<sup>595</sup> - SEMEDO, Manuel Brito – Op. Cit.

Estamos convencidos de que a independência de que tanto, por vezes, reclamavam os nativistas, nos parecia ser mais uma arma de arremesso e de pressão política do que o enunciar de um objectivo político.

#### Cap. IV

### DO ROMANTISMO NACIONALISTA AOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

#### 9 – CRIAÇÃO DE GRUPOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

O advento da República alterou o espaço social de intervenção dos africanos em Portugal, mormente nos campos literário, político e jornalístico. Por esse facto, nasce, em 1911, «O Negro», que tinha uma linguagem e um estilo radicais de jornalismo.

Esta publicação, de existência efémera, destinava-se às comunidades negras das colónias e defendia «a África para os africanos. A somar a isso, propunha criar um Partido Africano (PA), que, «pouco a pouco, lutando e vencendo, consiga fazer triunfar as reivindicações da sua raça escravizada».

A avaliar pelas atitudes dos promotores de «O Negro», essa organização partidária devia ser estruturada, em cada província, em cada cidade, em cada aldeia, através de associações, grémios, caixas económicas, cooperativas. Inspirava-se na máxima de Monroe aplicada à África «e cuja missão será a de nos ensinar a ser livres e pela liberdade a ser bons»<sup>596</sup>.

Como observou Mário de Andrade, o PA declarou-se determinado na marcha pela conquista da liberdade das ex-colónias, arvorou a bandeira branca da paz humana e, *in fine*, lançou à história um repto em termos proféticos: «Quem poderá deter o raio refulgente que serpeia pelas nuvens?».

---

<sup>596</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – Op. Cit., p. 86.

O apelo de «O Negro» tendente à criação de um PA teve um grande impacto nas possessões Ultramarinas. Em resposta a esta exortação, registou-se uma profusão de associações de classe, com enorme vocação corporativa, social e política. Mário de Andrade reconhece que não foi pacífico o surto de organizações nas colónias.

Isto porque «os poderes locais levantavam obstáculos à constituição das associações nativas, protelavam a aprovação dos seus estatutos e, em determinadas circunstâncias, quando lhes imputavam responsabilidades no levantamento das populações, puseram termo às suas actividades, notoriamente em Angola e na Guiné-Bissau»<sup>597</sup>.

De igual modo, os ventos republicanos levaram, em 1912, em Lisboa, à criação da Junta de Defesa dos Direitos de África (JDDA), entre cujos fundadores se acham os cabo-verdianos, Augusto Vera Cruz, Luís Nobre de Mello e Martinho Nobre de Mello. A JDDA, de acordo com os seus estatutos, era «uma federação formada por todas as agremiações fundadas na África Portuguesa pelos seus naturais e pelos indivíduos que aceitassem, defendessem e praticassem os seus fins».

A JDDA desejava federar todas as províncias de África portuguesa, promover a revogação de todas as leis de excepção em vigor na África portuguesa, defender o regime de autonomia das colónias, «baseando-se em que a colonização moderna, devendo consistir fundamentalmente no exercício de uma acção civilizadora e humanitária, deve tender a educar as colónias a fim de que possam governar-se por si sós»<sup>598</sup>.

Tinha a JDDA um discurso uniforme: autonomia dentro do quadro legal e constitucional, direito dos africanos à instrução e universalidade do direito e da justiça a todos os oprimidos. Não assumia, por assim dizer, objectivos independentistas. Mas, em Cabo Verde, havia vozes discordantes, como a de Mário Ferro, que, num editorial no «Tribuna d'África», defendia que os povos africanos não têm «necessidade de continuar a vivendo a vida de sujeição a que vem sendo acorrentados desde longos séculos».

<sup>597</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – Op. Cit., p. 88.

<sup>598</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – Op. Cit., p. 90.

A JDDA, cujo órgão noticioso era «A Voz d'África», defendia, na política, a inauguração da liberdade; na economia, a efectivação da igualdade; e na moral, a prática de solidariedade entre todos os povos sem distinção de raça ou nacionalidade. A acrescentar a estas reivindicações, a JDDA lutava pela igualdade de direitos e deveres dos africanos em relação aos cidadãos metropolitanos, exigia mais autonomia administrativa para as colónias e propunha candidaturas indígenas para os cargos de senadores e de deputados pelos círculos do Ultramar.

Profundas divisões internas acabaram por precipitar a morte precoce da JDDA, substituída, em 23 de Junho de 1920, em Lisboa, pela Liga Africana (LA), de forte cunho liberal, elitista e reformista. Os estatutos desta organização, que também tinha um jornal, no caso concreto, o «Correio d'África», eram em tudo semelhante aos da JDDA. Ou, melhor, «(...) foram decalcados sobre os da Junta (...)»<sup>599</sup>.

Filiaram-se neste movimento muitas organizações das então colónias, nomeadamente a Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe, o Grémio Africano de Lourenço Marques, a Liga Guineense e a Liga Africana de Angola. Estas duas últimas foram extintas pelos governadores coloniais, respectivamente, Teixeira Pinto e Norton de Matos. De Cabo Verde não se tem notícias de que tenha sido então criada qualquer Liga ou organização similar.

Tempos depois, em 21 de Março de 1921, é fundado o Partido Nacional Africano (PNA), em resultado da convocação pela JDDA da Primeira Convenção dos Povos Africanos. Fundamentalmente, no dizer de Eduardo dos Santos, «tratava-se de uma mudança de nome da Junta de Defesa dos Direitos de África e da actualização dos seus estatutos ao gosto do movimento de Marcus Garvey»<sup>600</sup>.

O PNA, cujos principais animadores eram Martinho Nobre de Melo e João de Castro, em carta enviada ao Ministro das Colónias, em Novembro de 1930, aconselhou o Poder a equiparar os direitos entre os portugueses e os africanos e a reformar o Estado Português, «num sentido descentralizado e federativo, de forma a nele se integrem (...)»

<sup>599</sup> - SANTOS, Eduardo dos – *Pan-africanismo de Ontem e de Hoje*. Lisboa: Edição do Autor, MCMLXVIII, p. 121.

<sup>600</sup> - SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 124.



os povos africanos com as suas características étnicas e a sua individualidade política própria».

Na mesma missiva, o PNA defendeu «uma fonte de união e colaboração entre as duas raças, que (...) permitisse a ambas o trabalho profícuo para o engrandecimento económico, moral e político da Nação, valorizando o seu solo, intensificando as suas produções e chamando todos os portugueses, por uma cada vez mais intensa cultura, à compreensão dos seus direitos e deveres, no exercício da sua actividade política».

Em 1931, nasce o Movimento Nacionalista Africano (MNA), devido à acção de João de Castro e de Marcus Bensabat, «num significativo esforço de unir todos os africanos portugueses»<sup>601</sup>. O MNA, que constituía, conforme o jornal «África», seu órgão noticioso, «a maior manifestação da União Sagrada dos Africanos», desejava dar coesão e unidade às reivindicações e manifestações de todos os problemas que digam respeito à defesa dos interesses dos povos africanos, à emancipação dos seus direitos e à vitória da democracia.

Sem embargo das suas diferenças ideológicas, umas mais radicais do que outras, todos estes partidos tinham um denominador comum: a autonomia das colónias, no quadro de uma federação com Portugal. Em outras palavras, elegeram como finalidade lutar pela causa africana, no estrito quadro da Nação portuguesa, e nunca pela separação de qualquer parcela do território do Ultramar.

João de Castro, por exemplo, escreveu no jornal «África», que o MNA, de que era o principal dirigente, «não é contrário à Pátria nem hostil a Portugal, antes alarga o âmbito deste Estado, que se não confina entre o Rio Minho e o Cabo Sagres, fazendo com que todos os Povos do Estado Português se unam, sem distinções e preconceitos de raça, no mesmo esforço e aspiração na Comunidade Internacional das Nações».

No mesmo tom, José de Magalhães concretiza que «os regionalistas africanos não proclamam, como alguns destrambelhados – a África para os Africanos! – mas também

---

<sup>601</sup> - SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 125

não podem aceitar – a África só para os Europeus! – como muitos pensam, embora o não digam. O que os regionalistas pretendem é a cooperação legal entre brancos e nativos sobre uma base de equidade: numa palavra – a África também para os africanos!».

As divergências que separavam, entre 1915 e 1931, os grupos políticos africanos em Portugal eram profundas, de *per si*. A LA e o PNA, porque mais representativos, não tardaram em entrar em choque, uma vez que ambos tinham bases sociais diferentes e estavam separados por concepções divergentes sobre a identidade racial.

Se a primeira perfilhava ideias assimilacionistas liberais e tinha um discurso moderado, já o segundo exigia um Governo autónomo nas colónias e usava uma linguagem radical. Eduardo dos Santos resumiu, nestes termos, a dissensão que os afectava: «Mais comedida e sensata a Liga Africana, mais irreverente e fogoso o Partido Nacional Africano»<sup>602</sup>.

Entretanto, tem lugar em Portugal o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, que põe termo à democracia. Os militares tomam o Poder, toleram, numa primeira fase, as associações africanas, e, depois, acabam por as silenciar. O Estado Novo de Oliveira Salazar, que vigorou de 1933 a 1974, fez o resto, proibindo-as, pura e simplesmente.

### 9.1 - PAN-AFRICANISMO EM PORTUGAL

Tem-se de considerar que todos os grupos políticos africanos, então nascidos, no início do séc. XX, sofreram uma influência de grande peso do pan-africanismo. O PNA e LA não fugiram à regra. No campo ideológico, os dois grupos estavam divididos em áreas opostas. O primeiro tendia para Marcus Garvey e o segundo para Du Bois<sup>603</sup>.

O pan-africanismo não deixou marcas de influência só em partidos. A esta vaga não escapou a imprensa africana em Lisboa. A «Mocidade Portuguesa», de que era director Júlio Monteiro Júnior, e o jornal «África» não ocultavam a sua simpatia pela corrente *garveyista* do pan-africanismo.

<sup>602</sup> - SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 126.

<sup>603</sup> - SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 125.

George Padmore, um dos mais importantes nomes desta ideologia, definiu-a, politicamente, como uma doutrina que luta pela unidade política de toda a África, através de governos africanos, por africanos e para africanos, «respeitando as minorias raciais e religiosas que desejem viver em África com a maioria negra»<sup>604</sup>.

Esta corrente de pensamento, que, no aspecto económico, pugna pelo socialismo democrático e pelo controlo dos meios estatais de produção e de distribuição, nasceu fora de África. Ou, mais especificamente, dimanou da luta que os negros travaram nos EUA contra a discriminação racial. Inicialmente – considera Eduardo dos Santos – tomou feição de uma simples manifestação de solidariedade fraterna entre os africanos e gentes de ascendência africana das Antilhas britânicas e dos EUA.

As origens próximas do pan-africanismo podem remontar ao chamado Movimento de Retorno a África, com o qual os negros norte-americanos desejavam reencontrar o seu referente identitário, perdido há séculos. A ideia maior residia na criação no continente africano de um Estado soberano, supremo e independente para os negros, livre, como à época se escreveu, de qualquer vínculo de índole colonial com os EUA. Tal empresa só se efectivou com a emigração maciça de negros norte-americanos para a Serra Leoa e para a Libéria, ao tempo vistas como «filhas adoptivas da tradição revolucionária de 1776».

O pan-africanismo passou por quatro fases distintas: racial, política, sindical e cultural, embora muitos pensadores considerem que tomou à nascença «(...) a coloração de um movimento exclusivamente político, inspirador das modernas tendências de unificação política da África inteira»<sup>605</sup>.

O pan-africanismo racial foi animado pelo jamaicano Marcus Garvey, que sempre defendia a pureza da raça negra. É dele a afirmação de que «creio numa raça negra pura, como os brancos que, como tais, se consideram crêem numa raça branca pura tanto quanto foi possível». O seu principal lema era «A África para os Africanos da pátria e fora da

<sup>604</sup> - SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 17.

<sup>605</sup> - SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 19.

pátria» e, ao longo da sua vida, lutou, denodadamente, para preservar a raça negra, opondo-se, acerrimamente, aos brancos e sobretudo aos mestiços.

Em 1920, fundou a Associação Universal para o Progresso dos Negros (UNIA), em cuja organização militaram, apenas em três anos de vida, mais de seis milhões de membros. O grupo traçou como meta capital reunir todos os negros numa só nação, defendendo, a fazer fé em Teobaldo Filesí, a igualdade do negro e do branco (...), a federação de todos os povos negros e a instituição de um governo de negros em África.

O pan-africanismo manifestou-se também na cultura, sobretudo depois de o antilhano Aimé Césaire e o senegalês Leopold Senghor terem criado, em 1933, a expressão poética «negritude», que se define, segundo Claude Wauthier, como um movimento de ideias que tem expressão na literatura e nas ciências humanas – etnologia e história, em particular – do nacionalismo africano<sup>606</sup>.

Jean Price-Mars e René Maran estão, sem dúvida alguma, associados ao pan-africanismo cultural. Se o primeiro emprestou-lhe a tese de africanidade, que serviu de base à teoria de negritude, já o segundo é considerado o precursor mais directo desta, porque, parafraseando Senghor, René Maran foi o primeiro poeta a exprimir a «alma negra».

A negritude começou, com efeito, em 1939, quando Aimé Césaire deu à estampa o seu primeiro poema «Os Cadernos de Regresso a um País Natal», na revista *Volontés*. Prefaciado por André Breton, o texto foi publicado, em 1947, em Paris. Na sobredita poesia, o intelectual martiniquenho expôs o conceito da negritude, que, para ele, «(...) era antes e só uma afirmação de si mesmo, um grito de ser negro, (...) a reabilitação do termo pejorativo de negro e, por fim, (...) a defesa e a ilustração do génio negro».

O verdadeiro teórico deste movimento é Jean-Paul Sartre, embora os seus nomes mais sonantes sejam Aimé Césaire, Leopold Sédar Senghor e o guianês Leon Gontran Damas. Num estudo a que deu o nome de «Orphée Noire», lançado à guisa de introdução

---

<sup>606</sup> - WAUTHIER, Claude – Citado por SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 51.

à Anthropologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache, o filósofo existencialista francês deu à negritude o *corpus* teórico que a animou.

Para Eduardo dos Santos, Jean-Paul Sartre pretendia que a negritude se desenvolvesse em progressão dialéctica. Prova-o isso: «A afirmação teórica e prática da supremacia do branco constitui a tese; a posição da negritude como valor antitético é o momento da negatividade. Mas esse momento negativo não possui auto-suficiência e os negros que o usam sabem-no muito bem; sabem que visa preparar a síntese ou a realização do homem numa sociedade sem raças. Assim, a negritude é para se destruir, é passagem e não término, meio e não fim último»<sup>607</sup>.

Os elementos fundamentais da negritude são, a crer em Eduardo dos Santos, o racismo anti-racista, o sentido do colectivismo, o ritmo, a concepção sexual do mundo e da vida, a comunhão com a Natureza e o culto dos antepassados. Do exposto se depreende que este movimento é encarado, na expressão daquele autor, como a «essência negra» fora da qual o africano não encontraria ponto de salvação.

As obras clássicas da negritude são o manifesto «Légitime Defense», publicado, em Junho de 1933, em meios surrealistas parisienses, por jovens antilhanos, que se diziam «sufocados por este mundo capitalista, cristão e burguês», o jornal «Étudiant Noir», em 1934, de Césaire, Senghor e Damas, o «Pigments», deste último, em 1937, e, finalmente, «Chants d’ Ombre» e «Hosties Noires», ambos de Senghor, vindos a lume, respectivamente, em 1945 e em 1948.

O pan-africanismo político nasceu, também, a exemplo das outras variantes do pan-africanismo, fora de África pelas mãos de um antilhano e de um americano. O primeiro, do seu nome Henry Sylvester-William, natural de Trindade, e o segundo William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963). Ambos são considerados os seus precursores, embora o antilhano seja visto como o seu precursor.

---

<sup>607</sup> - Citado por SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 52.

Henry Sylvester-William, advogado, celebrou-se, essencialmente, no combate contra a ocupação de terras africanas pelos europeus. Em 1900, por ocasião da Exposição Universal de Paris, convocou para Westminster Hall, em Londres, uma conferência africana na qual participaram trinta delegados antilhanos e norte-americanos.

A reunião serviu para contestar o domínio europeu em África, em geral, e as agressões bóeres e inglesas, em particular. Muito criticado na conferência, o Reino Unido assumiu o compromisso de tudo fazer para salvaguardar os interesses e o bem-estar dos indígenas. Depois da morte de Henry Sylvester-William, nas Antilhas, o pan-africanismo político ficou, na opinião de Eduardo dos Santos, em quieta incubação.

A Du Bois se deve a sua reanimação. Fundou, em companhia de William Monroe Trotter e de mais 29 intelectuais negros, em 9 de Julho de 1905, no Canadá, o Movimento de Niágara, que, num manifesto de oito pontos, se propôs lutar contra todas as formas de segregação e discriminação raciais. Ajudou também a criar a Associação Nacional para o Progresso dos Povos de Cor (NAACP), que integrava brancos e negros norte-americanos.

O pensamento de Du Bois não era concorde com o de Marcus Garvey. Opôs-se-lhe, política e filosoficamente. A base da sua teoria pugnava por uma igualdade racial e integração dos negros na sociedade norte-americana, pela autodeterminação nacional, pela liberdade individual e por um socialismo democrático.

A ideia de repatriar os negros norte-americanos para África deixou-o revoltado. Combateu-a até à exaustão, uma vez que julgava que era nos EUA que os negros deviam realizar-se, em sã convivência com outras raças, numa sociedade plurirracial. Por esta razão, dizia, bastas vezes, que se batia pela igualdade de todos os homens, independentemente da cor e da raça, e pela promoção dos africanos até que estes assumam os seus próprios destinos políticos.

Foi também na luta contra os preconceitos raciais, de cariz branco ou negro, que ele se afirmou. A isto, escreveu que «a minha teoria de base é a de que o preconceito racial foi devido à ignorância humana e que quando a verdade fosse apresentada de

maneira apropriada, dissiparia o monstruoso flagelo do ódio racial»<sup>608</sup>. Combateu o mito de superioridade racial de Gobineau e de Chamberlain, que, a seu ver, ajudaram a Hitler, ao apartheid e ao racismo nos EUA.

O seu pan-africanismo, no que à África dizia respeito, fundava-se numa autonomia completa para os africanos, «organizada na base do socialismo e da economia cooperativa, em que não haveria lugar para milionários, negros ou brancos»<sup>609</sup>. A política de Du Bois assentava em três reivindicações: «o voto é necessário ao homem moderno consciente da sua virilidade; toda a discriminação fundamentada na cor não é senão barbárie; as crianças negras devem ter acesso ao mesmo ensino das crianças brancas».

Sociólogo de formação, e pai do pan-africanismo político, Du Bois foi precursor do movimento pela completa igualdade dos negros nos EUA e acreditava que o movimento negro só poderia impor-se caso representasse a totalidade do mundo negro. De aí que no seu pensamento o combate pela igualdade e independência dos negros americanos não deva estar dissociada da luta pela igualdade dos negros em todo o mundo, mormente em África.

## 10- ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS GUINEENSES

### 10.1 – LIGA GUINEENSE

A implantação da República em Portugal suscitou uma enorme agitação política no Ultramar. O nativismo, que, em Cabo Verde, ganhara uma certa expressão, mas sem nunca traduzir-se em grupos políticos organizados, na Guiné começou a tomar outra orientação, muito por directa influência do pan-africanismo, que se achava no auge e tendia a encaminhar os movimentos políticos para o nacionalismo.

O caso da Guiné era mais complexo que o de Cabo Verde. Isto porque, mesmo depois da proclamação da República, em 1910, Portugal não detinha ainda o total controlo

<sup>608</sup> - Citado por SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 75

<sup>609</sup> - Citado por SANTOS, Eduardo dos – Op. Cit., p. 75.

político e militar do território. A resistência anti-colonial, embora sem feição nacionalista, era feroz, a avaliar pelos escritos quer de Teixeira Pinto, quer de René Pélissier.

À época, não existiam partidos políticos na Guiné que pudessem orientar a luta anti-colonial para a emancipação. A permanente guerra entre as tribos guineenses e as autoridades portuguesas, que se iniciara aquando da chegada dos mercadores europeus à região, no séc. XV, foi, na maior das vezes, originada pelo controlo do território e pelo pagamento de impostos coloniais, o mais conhecido dos quais era o «imposto de palhota».

Com o advento da República, afigurava-se de todo em todo natural o surgimento de grupos políticos protonacionalistas na Guiné, ainda que não fossem de índole independentista. O regime republicano não produziu, de imediato, o nacionalismo na Guiné ou em Cabo Verde, antes, e acima de tudo, consolidou as sementes do nativismo.

A Liga Guineense (LG) foi, no quadro do republicanismo português, a primeira organização a aparecer. Era uma associação escolar, educativa e de ajuda mútua, que, «(...) em circunstância nenhuma, defendeu a separação da Guiné em relação a Portugal»<sup>610</sup>. Surgiu, em Bissau, em 25 de Dezembro de 1910, e o seu primeiro presidente foi Francisco José de Araújo<sup>611</sup>.

A importância política da LG, que não era de menosprezar, porque influenciou os partidos que se lhe seguiram, é objecto, na observação de Philip J. Havik, de três interpretações: a primeira lançou-a o Poder colonial, que procurou apenas destacar o carácter político da organização; a segunda, da autoria do PAIGC, que a vê como uma voz «(...) anunciadora do movimento de libertação»<sup>612</sup> e, por fim, a terceira, sufragada por Peter Karibe Mendy, que enfatiza a sua natureza social e económica.

A última tese é a mais aceite pela generalidade dos estudiosos, embora René Pélissier precise que a LG lhe parecia ser «(...) um fórum de notabilidades guineenses,

<sup>610</sup> - PEREIRA, Aristides – *Uma Luta, um Partido, Dois Países – Guiné-Bissau – Cabo Verde*, 1ª Edição. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 87.

<sup>611</sup> - A Liga Guineense tinha uma direcção composta por Francisco José de Araújo, Pedro Issac da Costa, António dos Santos Teixeira, Manuel Gomes Barbosa, Augusto Domingos da Costa, Vítor Francisco Robalo, Lourenço Gomes, Manuel Carvalho de Alvarenga, Fortunato Lopes e Raimundo Ledo Pontes.

<sup>612</sup> - PAIGC: *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto: Edições Afrontamento, 1974, p. 129.



procurando mais uma clientela e uma consagração social do que um verdadeiro embrião de organização anti-colonial»<sup>613</sup>.

Pesem as diferenças de aceção, vale notar que a LG foi criada por uma elite de Bissau e de Bolama – «*Os nativos da Guiné*» – a que depois se associaram alguns caboverdianos, santomenses e deportados das outras antigas colónias. A elite que a integrava compunha-se, essencialmente, de mestiços e de grumetes<sup>614</sup>, cuja profissão era variada, indo de comerciantes e artífices a trabalhadores marítimos.

A LG, que professava o ideal republicano, não se limitou apenas a fazer propaganda do ensino, mas também empenhou-se a fundo na luta pelo progresso e pelo desenvolvimento do território guineense. A somar a isso, os seus dirigentes não se pouparam a esforços no sentido de denunciar a corrupção, de exigir a redução de impostos e de tarifas aduaneiras e de reivindicar a nacionalização do comércio.

A LG nasceu e cresceu num ambiente tenso. A chamada «guerra de pacificação» obrigou-a a tomar posições políticas ambíguas contra o Poder colonial no território, sobretudo na altura em que «mercenários» africanos tomaram parte nas campanhas militares. Também se opôs à extensão da administração a todo o país, ao abrigo da Lei Administrativa de 1912.

O seu maior desaire político ter-se-á ocorrido quando o seu candidato à assembleia republicana metropolitana, Jaime Augusto da Graça Falcão, se viu derrotado por um poderoso comerciante português, de seu nome António da Silva Gouveia, que, ao findar do séc. XIX, estabeleceu uma rede de lojas na Guiné, tirando, obviamente, partido da situação de guerra que opunha as tribos locais às autoridades coloniais.

Em 1915, a LG foi dissolvida e a sua direcção detida<sup>615</sup>. A acusação fundamentava-se em duas denúncias: o pretenso apoio da organização à resistência anti-

<sup>613</sup> - PÉLISSIER, René – *História da Guiné – Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*, vol II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 130.

<sup>614</sup> - Trata-se, *ab initio*, de indivíduos pertencentes às pequenas comunidades crioulas de Bissau e de Bolama. Para mais informações, ver HAVIK, Philip J. – *Mundasson i Kambansa: Espaço Social e Movimentos Políticos na Guiné-Bissau (1910-1994)*. In Revista Internacional de Estudos Africanos, n.ºs 18-22, Lisboa: Edição do Instituto de Investigação Científica Tropical do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1995-1999, p. 121.

<sup>615</sup> - Piter Mendy conta, em «Colonialismo Português em África: A Tradição da Resistência na Guiné-Bissau», que os acusados eram António dos Santos Teixeira, Manuel Gomes Barbosa, Augusto Domingos da Costa, Vítor Francisco Robalo, Lourenço Gomes, Manuel Carvalho de Alvarenga, Fortunato Lopes e Raimundo Ledo Pontes. Todos eles confessaram que nunca incentivaram qualquer insurreição indígena contra o Poder colonial. Estes homens

colonial de etnia papel, que, entretanto, se revoltara, e aos grumetes de Bissau. A extinção da Liga foi ordenada pelo Poder – decisão que René Pélissier considerou como o «último espasmo de autoridade»<sup>616</sup> do governador Oliveira Duque – alegando que o grupo se afastou dos seus objectivos estatutários, para além de ser responsável pela insubordinação dos grumetes e dos papéis.

## 10.2 – PARTIDO SOCIALISTA DA GUINÉ

Em 1948, um grupo de guineenses, entre os quais avulta Rafael Barbosa<sup>617</sup>, criou o Partido Socialista da Guiné (PSG). Porque não tinha estruturas, nem homens capazes de resolver os problemas<sup>618</sup>, desapareceu, no dealbar dos anos 50, sem que, aparentemente, nada o justificasse.

Rafael Barbosa faz outra leitura do processo que levou à extinção do PSG: «...O partido desapareceu porque o Hipólito Mário Fernandes e César Mário Fernandes não estavam a gostar muito do trabalho de Lacerda, que queria influenciar as coisas segundo o modelo brasileiro».

Em todos os seus comunicados e pronunciamentos públicos, nota-se que o PSG se pautou, dada a influência de José Ferreira de Lacerda, por um discurso político anti-cabo-verdiano. Curioso é que aquele dirigente era de ascendência cabo-verdiana.

## 10.3 - MOVIMENTO PARA INDEPENDÊNCIA NACIONAL DA GUINÉ

Posteriormente, isto é, nos anos 20, nasceram, na capital guineense, os primeiros movimentos anti-coloniais, um dos quais foi dirigido por Horácio Correia Seabra, impellido a abandonar Bissau quando as autoridades coloniais deram conta das suas actividades clandestinas. Um outro grupo era o de Thierno Mendes Pereira, que também o Poder colonial reservou idêntico destino<sup>619</sup>.

---

foram salvos de fuzilamento por Luís Loff de Vasconcellos, advogado, cabo-verdiano, que se deslocara expressamente de Lisboa para Bissau a fim de os defender.

<sup>616</sup> - PÉLISSIER, René – Op. Cit., p. 177.

<sup>617</sup> - Numa entrevista a Leopoldo Amado, Rafael Barbosa anunciou outros nomes que o ajudaram a criar o PSG: José Ferreira de Lacerda, César Mário Fernandes, Hipólito Mário Fernandes e Ladislau Lopes Justado.

<sup>618</sup> - SILVA, António E. Duarte – *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1997, p. 29.

<sup>619</sup> - ORAMAS, Óscar – *Amílcar Cabral Para Além do Seu Tempo*. Lisboa: Hugin Editores, 1998, p. 27

Em 1955, é criado, em Bissau, o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING). A fundação deste partido é, geral e comumente, atribuída, segundo António Duarte Silva, a Luís da Silva e a José Francisco Gomes. Esta versão é contrariada, todavia, por Philip J. Havik e João Pereira Neto, para os quais Amílcar Cabral e Henry Labery terão sido os verdadeiros fundadores do MING.

Por esclarecer continua o papel desempenhado por Amílcar Cabral junto do MING. Não se sabe, ao certo, se o criou ou se então o usou para fins políticos. João Pereira Neto, por exemplo, é categórico, ao defender que aquele partido foi fundado por Cabral, com o apoio de guineenses radicais<sup>620</sup>. Já Óscar Oramas, embaixador de Cuba em Conacri, diz que Cabral se juntou ao MING, refutando a tese que o fundou.

Não nos espanta que tenha sido ele o inspirador do MING, porque a historiografia do PAIGC o apresenta como referência no quadro dos movimentos de libertação. O MING (...) «é um reduzido grupo de intelectuais locais que, ao lado de um pequeno número de artesãos e operários, companheiros de trabalho de Amílcar Cabral na Estação Agrícola de Pessubé, colocam em discussão as possibilidades de luta contra o colonialismo»<sup>621</sup>.

Este partido tinha uma função educadora, ou seja, no dizer de Leila Leite Hernandez, preparava os seus militantes, sensibilizando-os para o combate contra a ordem social colonial, «(...) tendo em vista o estabelecimento de outra organização voltada para as actividades mais práticas»<sup>622</sup>, melhor dizendo, o PAI.

Esta organização política, que, no dizer do PAIGC, se revelou pouco sólida, procurava aliciar as camadas médias da população mestiça e nativa e despertar a consciência proletária nas camadas menos evoluídas dos centros urbanos<sup>623</sup>. De facto, escassas foram as actividades políticas do MING e as poucas que desenvolveu

<sup>620</sup> - NETO, João Baptista Nunes Pereira – *Movimentos Subversivos da Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe – Tentativa de Esboço Sócio-Político*. In «Separata de Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe – Curso de Extensão Universitária 1965/66». Lisboa: ISCSPU, 1966, p. 572.

<sup>621</sup> - HERNANDEZ, Leila Leite – Op. Cit., p. 161.

<sup>622</sup> - HERNANDEZ, Leila Leite – Op. Cit., p. 161.

<sup>623</sup> - SILVA, António E. Duarte – Op. Cit., p. 32.

permitiram, «(...) pela primeira vez, um contacto entre os intelectuais e os artesãos e operários de Bissau (...)»<sup>624</sup>.

O MING é extinto, em 1956, por pressão das autoridades políticas de Bissau, a mando de Lisboa, que o viam como um grupo desestabilizador susceptível de pôr em causa a unidade do Império. Perante as suspeitas, o Governo não tarda em fechá-lo<sup>625</sup>. É inegável que o MING seja o precursor do PAIGC.

#### 11– DACAR: BERÇO DE MOVIMENTOS NACIONALISTAS GUINEENSES E CABO-VERIANOS

A Guiné e Cabo Verde fizeram percursos diferentes na luta para a formação dos movimentos nacionalistas. Se o primeiro era, ao tempo colonial, um território sem nação, ainda hoje o é, pese o entendimento contrário, já o segundo criou-a ao longo de cinco séculos de história, de tradição, de cultura e, sobretudo, de interesses partilhados e de consciência comum.

Na década de 50, do séc. XX, Dacar tornou-se centro de todas as movimentações nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde. Inebriados pelas independências dos países africanos, guineenses e cabo-verdianos fizeram da capital senegalesa o berço do nacionalismo dos dois países, tentando, a todo o transe, capitalizar apoios, de índole diversa, para responder aos desafios que se lhes punham.

Não se afigurava complicada a empresa, sabido que os nacionalistas de então gozavam de largo auxílio das autoridades políticas de Dacar. Leopold Sédar Senghor, conquanto nutrisse, de início, alguma simpatia por Portugal, permitia que guineenses e cabo-verdianos desenvolvessem no território senegalês uma intensa actividade política anti-colonial, pese o desagrado de Oliveira Salazar.

A crer em elementos que recolhemos nos arquivos da PIDE e de outras fontes, havia, por essa altura, em Dacar, vinte e um partidos guineenses e cabo-verdianos.

<sup>624</sup> - PAIGC: *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto: Edições Afrontamento, 1974, p. 129.

<sup>625</sup> - HERNANDEZ, Leila Leite – Op. Cit., p. 161.

Aristides Pereira reconhece que «é difícil, senão mesmo impossível, reconstituir o ambiente em que moviam, na década de 60, os movimentos de libertação na Guiné e no Senegal», porque «ali pulularam inúmeros partidos e movimentos que a pretexto de tudo eram fundados e refundidos».

A profusão de organizações, que abaixo se ilustra, espelha, na verdade, o ambiente que à época se vivia na capital senegalesa e acaba por dar razão ao antigo Presidente de Cabo Verde.

#### Partidos Guineenses

FLING (Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné Portuguesa)

MLG (Movimento de Libertação da Guiné)

UPG (União Popular da Guiné)

RDAG (Rassemblement Démocratique Africain de la Guinée)

UNGP (União dos Naturais da Guiné Portuguesa)

UPLG (União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa)

PDG (Partido Democrático da Guiné-Bissau)

FNLG (Frente de Libertação da Guiné)

PELUNDENSE (constituído apenas por manjacos de Pelundo)

PLG (Partido de Libertação da Guiné)

#### Partidos Cabo-verdianos

UDC (União Democrática Cabo-verdiana)

FLICV (Frente de Libertação das Ilhas de Cabo Verde)

MLICV (Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde)

UPICV (União do Povo das Ilhas de Cabo Verde)

MLCV (Movimento de Libertação de Cabo Verde)

### Partidos supra-nacionais

PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde)

MLGC (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde)

MLGCV (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde)

FGICV (Federação da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde)

FUL (Frente Unida de Libertação da Guiné e Cabo Verde)

FLGC (Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde)

A maior parte destes partidos não tinham expressão política nacional e internacional. Com o correr dos anos, extinguiram-se ou então fundiram-se com outros grupos. Ideologicamente, nada tinha em comum, senão o princípio da luta contra o colonialismo português. Não cabe aqui dissecar sobre todos eles, por falta de tempo e de espaço, pelo que nos cingimos, sem entrar em minúcias, aos mais importantes: UNGP, MLG, FLING, MLICV, UPICV, UDC e PAIGC.

#### 11.1 - UNIÃO DOS NATURAIS DA GUINÉ-PORTUGUESA

Ao que se supõe, em 1962, nasceu, em Dakar, a União dos Naturais da Guiné-Portuguesa (UNGP), partido que o Prof. João Pereira Neto «rotulou de reformista e partidário do diálogo com Portugal»<sup>626</sup>, sabido que advogava a autonomia interna do território, sem efusão de sangue.<sup>627</sup>

Surpreendentemente, este grupo, praticamente, desconhecido, chefiado por Benjamim Pinto Bull, professor de português num liceu de Dacar, ganhou uma ampla expressão, devido, em parte, a crer no catedrático do ISCSP, à adesão de membros do MLG – Bissau e da secção de Kolda da UPG.

<sup>626</sup> - NETO, João Baptista Nunes Pereira – Op. Cit., p. 564.

<sup>627</sup> - FELGAS, Hélio – *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1966, p. 42.

A UNGP, que englobava antigos «assimilados»<sup>628</sup>, atraiu, durante um certo período, as atenções da imprensa mundial, sobretudo quando Pinto Bull, por iniciativa do Presidente senegalês, Leopold Senghor, se avistou, em secreto, com Salazar, em 1963, em Lisboa, com quem discutiu o problema colonial.

Na agenda dos trabalhos, estava o futuro da Guiné-Bissau, tendo a UNGP defendido, como fase intermediária da independência, «a acentuação da autonomia interna da província e a progressiva africanização dos seus quadros»<sup>629</sup>. As negociações fracassaram, porquanto Salazar só queria preservar a soberania portuguesa no território.

Benjamim Pinto Bull queixou-se, mais tarde, que o fracasso do encontro, preparado pelo cônsul português Gonzaga Ferreira, em Dacar, se deveu ao fraco apoio que a sua organização recebeu de Senghor ante a intransigência de Portugal. Uma outra versão foi, no início deste ano, contada por Alpoim Galvão, militar português, que cumpriu duas comissões na Guiné (1963/65 e 1969/70), e que chefiou a invasão à Guiné-Conacri. O antigo colaborador de Spínola parece culpabilizar o PAIGC pelo fracasso do projecto, por não ter integrado a coligação da UNGP<sup>630</sup>.

Segundo explicou, a proposta, que acolheu a aprovação de Senghor, visava, primeiro, a formação de quadros, para depois se encaminhar a província para a autonomia e, mais tarde, para a independência. No dizer de Alpoim Galvão, a «intransigência» do PAIGC, de exigir, dada a pressão da OUA, a «independência imediata», fez cair o projecto.

A UNGP foi dissolvida, em Dezembro de 1963, tendo depois os seus principais dirigentes integrado a FLING. A desagregação do partido de Bull explica-se pelo insucesso das negociações secretas com Salazar e ainda pelo facto de a OUA o não ter reconhecido como movimento de libertação.

<sup>628</sup> - NETO, João Baptista Nunes Pereira – Op. Cit., p. 564.

<sup>629</sup> - SILVA, António E. Duarte – Op. Cit., p. 50.

<sup>630</sup> - GALVÃO, Alpoim – *Alpoim Galvão Diz que a Guerra na Guiné Era Evitável*. In <http://jornal.publico.pt/publico/2004/02/18/Nacional/P50.html> - Jornal «Público». Consultado em 18 de Fevereiro de 2004.

## 11.2 - MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ

O Movimento de Libertação da Guiné (MLG),<sup>631</sup> que se considerava continuador da Liga Guineense, foi criado, em 1958, em Dakar. As suas primeiras actividades políticas cingiram-se ao aliciamento dos sectores mais evoluídos e esclarecidos da população e à difusão de panfletos, de comunicados e de manifestos.

Formado, quase exclusivamente, por guineenses, entre os quais pontifica Rafael Barbosa, que, mais tarde, viria a ser o primeiro Presidente do PAIGC, o MLG defendia, *ab initio*, em 1959, a «ideia de uma federação, passando a Guiné a constituir um estado federal da República Portuguesa»<sup>632</sup>, dotado de uma organização político-administrativa símil à dos Estados brasileiros.

O MLG advogava, no quadro da sobredita federação, a criação de mais dois órgãos: o Governo, cujo poder executivo fosse representado por um governador, eleito por sufrágio directo e universal, e a assembleia legislativa. No âmbito destas sugestões, o partido fez notar, num comunicado distribuído, em Bissau, em Fevereiro de 1959, que as despesas com as forças armadas, com a polícia e a com a guarda-fiscal deveriam ser suportadas por Portugal.

Aquele grupo, que se preocupava mais em recrutar guineenses notáveis do que as massas, chegou mesmo a propor às autoridades portuguesas o nome de James Pinto Bull para o cargo de governador da Guiné. Demais a mais, através de cartas, de declarações e de panfletos, dava a entender que exercia pressões junto do Poder colonial para conseguir a participação dos nativos na administração pública.

Mais tarde, perante o silêncio de Lisboa, radicalizou as suas posições políticas, deixando cair a ideia de federação da Guiné com Portugal, passando depois a exigir a

<sup>631</sup> - Fundaram o MLG Rafael Barbosa, Fernando Fortes, José Francisco Gomes, Ladislau Lopes Justado, Epifânio Souto Amado, Tomás Policarpo Cabral de Almada e Paulo Gomes Fernandes. Além destes, os seus principais dirigentes políticos eram François Mendy, secretário-geral, Henry Mendy, seu irmão, ambos residentes em Dacar, Formoso José Mendes, conhecido também por «Mendy Bar», delegado em Zinguinchor, Ernestina da Silva, membro do comité central, Luís Alfredo António da Silva e Cesário Domingos de Carvalho Alvarenga, representantes em Conacri, além de Olímpio Balbino da Costa, também referenciado pela PIDE.

<sup>632</sup> - GARCIA, Francisco Proença – Op. Cit., p. 98.



independência total do território<sup>633</sup>. Ainda no plano de princípios, combatia a unidade da Guiné com Cabo Verde. O mesmo é dizer que se opunha a Amílcar Cabral. Talvez seja, por isso, que o seu principal *slogan* era a «Guiné para os Guineenses».

O MLG insinuava que esteve por detrás dos acontecimentos políticos e laborais que desembocaram no massacre do cais de Pidjiguiti, em 3 de Agosto de 1959, em resultado de uma greve de estivadores por melhores salários e condições de trabalho. A presente tese contraria a do PAIGC, que também se diz responsável pela agitação que sacudiu então Bissau (vide Cap. IV, ponto 13.2, p. 237).

Não obstante isso, tem alguma credibilidade a reivindicação do MLG, porque, a acreditar em muitos autores, era, em 1959, muito mais dinâmico que o PAIGC, mormente a sua secção de Dakar, liderada por François Mendy, a quem se atribui a preparação da greve. Além do mais, Amílcar Cabral encontrava-se em Angola quando se deu o massacre de Pidjiguiti, o que, em certa medida, nos autoriza a aceitar que não terá sido o seu partido quem preparou a paralisação.

Em Julho de 1961, o MLG lançou, primeiro, em São Domingos e, dias depois, em Susana e Varela, a noroeste da Guiné-Bissau, junto à fronteira com o Senegal, alguns ataques armados, que colheram de surpresa as autoridades portuguesas. Estas acções militares, perpetradas pela sua secção de Dacar, poderiam prenunciar o início da luta armada pela independência, mas não tiveram o desejado impacto, porquanto terão sido lançadas, precipitadamente, para ganhar algum avanço sobre o PAIGC<sup>634</sup>.

As acções de guerrilha do MLG apanharam também de surpresa Amílcar Cabral, que, perante o sucedido, se deslocou, acto contínuo, em companhia de Luís Cabral e de Domingos Ramos, a Zinguinchor para falar do assunto com François Mendy. No final da conversa, os dois homens assinaram uma declaração, cujo teor Luís Cabral não dá a conhecer na sua obra «Crónicas de Libertação».

<sup>633</sup> - FELGAS, Hélio – *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1966, p. 45.

<sup>634</sup> - GARCIA, Francisco Proença – Op. Cit., p. 98.

O partido de Cabral minimizou os ataques armados do MLG. Luís Cabral, por exemplo, vai ainda mais longe: «(...) Os nossos compatriotas (...) limitaram-se à pilhagem do centro turístico de Varela (...) lançando um grande descrédito sobre a acção dos nacionalistas em geral. Depois desta aventura irresponsável, tinham-se instalado em território senegalês e (...) limitavam-se a tentar criar dificuldades à acção do PAIGC»<sup>635</sup>.

Um dia depois do início das hostilidades militares, a PIDE levou a efeito, sem delongas, uma grande repressão política na Guiné, que acabou por dismantelar as frágeis e clandestinas estruturas do MLG, em Bissau, e provocar a fuga dos seus principais dirigentes para os países contíguos, designadamente o Senegal e a Guiné-Conacri. A organização ficou, seriamente, abalada, facto que a obrigou a alterar a sua estratégia política.

Neste particular, dois dos seus responsáveis, Rafael Barbosa e Epifânio Souto Amado, em face da debilidade do partido e, apesar disso, também «movidos pelo frenesim e pela perspectiva imediatista da independência»<sup>636</sup>, impulsionaram a transformação do MLG em MLGC (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde), a que se juntaram muitos nacionalistas, entre os quais Luís Cabral.

É o próprio quem o revela: «(...) Convidaram-me para fazer parte da direcção do (...) Movimento, mas proibiram-me de falar no PAIGC. Chegaram ao ponto de exigir a assinatura de um juramento de fidelidade ao MLGC, o que não hesitei em fazer, com a ressalva de que seria fiel, sim, ao movimento, desde que as decisões tomadas não fossem contrárias aos interesses do meu partido, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde»<sup>637</sup>.

O irmão de Cabral afastou-se do MLGC, alegando que «(...) já não era, infelizmente, possível que continuasse ligado a eles. Não podiam ter confiança em mim e eu também estava já farto das estéreis e constantes disputas entre os membros de direcção, farto também das confusões que em permanência apareciam no interior do

<sup>635</sup> - CABRAL, Luís – *Crónicas de Libertação*. Lisboa: O Jornal, 1984, p. 235.

<sup>636</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 117.

<sup>637</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 91.

movimento, e só podiam ser prejudiciais à luta séria para a libertação dos nossos povos». <sup>638</sup>

O MLGC passou, praticamente, despercebido, porque uma cisão acabou por o fazer desaparecer, dando lugar ao ressurgimento do MLG, em 1961. Rafael Barbosa esteve no centro da discórdia, a fazer fé na versão que Aristides Pereira apresenta <sup>639</sup> com muitos detalhes.

A par de actividades políticas internas, o MLG chegou também a exercer algumas actividades diplomáticas. Em 9 de Junho de 1962, enviou uma exposição à IV Comissão da ONU, através da qual exigia que Portugal fosse obrigado a conceder a autonomia à Guiné, no mais curto espaço de tempo, como primeiro passo para a autodeterminação, a obter depois de um referendo controlado pelas Nações Unidas, que as forças de ocupação se retirassem, imediatamente, para a Metrópole e que fossem soltos todos os presos políticos guineenses.

Para além de ter sido o primeiro partido a desencadear a luta armada na Guiné, o MLG cometeu um outro feito, pois foi também o primeiro a fazer-se ouvir, por um dirigente, no caso vertente Henry Labery, na ONU, com o intuito de expor o problema colonial da Guiné e de Cabo Verde.

Não obstante o dinamismo, dissolveu-se, em Outubro de 1964, em Ziguinchor, alegadamente por falta de apoio interno e externo, o que não chega de todo para explicar a sua extinção, havendo, certamente, causas próximas que o elucidam. As três secções que o compunham não se entendiam: a de Bissau deixou de dar sinal de si, por pressão da PIDE; a de Conacri desapareceu por influência do PAIGC junto de Sékou Touré; e a de Dacar, sendo embora mais activa, perdeu a protecção de Senghor.

---

<sup>638</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 91.

<sup>639</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 118

### 11.3 - FRENTE DE LIBERTAÇÃO E INDEPENDÊNCIA NACIONAL DA GUINÉ

Em 3 Agosto de 1962, por fusão de cinco partidos – a «União das Populações da Guiné» (UPG), a «União Popular para a Libertação da Guiné» (UPLG), o «Movimento de Libertação da Guiné» (MLG), o «Rassemblement Démocratique Africain de la Guinée» (RDAG) e a «União dos Naturais da Guiné Portuguesa» (UNGP) – foi criada, em Dacar, a «Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné» (FLING)<sup>640</sup>.

Quase todos estes grupos já se tinham desaparecido ou então deixado de exercer qualquer actividade política sonante quando se deu a formação da FLING. Ademais, os seus principais dirigentes, com clara excepção dos do MLG, não haviam conseguido projectar-se internacionalmente, visto que, enquanto «empregados e pequenos funcionários fugidos da Guiné Portuguesa»<sup>641</sup>, a círculos políticos relevantes não tinham acesso em nenhuma capital africana.

À semelhança dos outros movimentos, a FLING, desde a primeira hora, elegeu como objectivo maior a conquista da independência da Guiné por todos os meios, não excluindo a opção pela luta armada, caso tal se venha a revelar necessária. Mau grado a intenção, não desenvolveu qualquer actividade militar, limitando-se a publicar alguns comunicados, a fazer reuniões, a conquistar a simpatia de Senghor e de Sékou Touré e a participar em conferências internacionais.

Fez-se mais notar no plano externo do que interno. De começo, a FLING manteve cordiais relações com a Guiné-Conacri, de cujo Governo obteve a permissão até de elaborar programas radiofónicos, num dos quais, emitido em 24 de Janeiro de 1963, reclamava ser «a autêntica emanção do povo da Guiné-Bissau e único instrumento revolucionário para a libertação nacional».

<sup>640</sup> - Os principais dirigentes da FLING eram, com excepção de Pinto Bull e de Emanuel Lopes da Silva, todos antigos responsáveis políticos do MLG, nomeadamente, Cesário Domingos de Carvalho Alvarenga, Luís Alfredo António da Silva e Ernestina da Silva. Muitos quadros da FLING eram também militantes de outros partidos, o que, muitas vezes, nos impede de traçar algumas fronteiras, ainda que ténues, entre os grupos que desenvolviam actividades políticas no Senegal e na Guiné-Conacri.

<sup>641</sup> - FELGAS, Hélio – Op. Cit., p. 42.

Por pressão do PAIGC, a FLING começou, paulatinamente, a deixar Conacri e a dirigir-se para Dacar, com cujo Governo se lhe afigurava ser mais fácil fazer uma aproximação política. Data de então a arrojada decisão do Senegal de cortar as relações diplomáticas com Portugal, «proibindo a utilização de portos e aeroportos pelos navios e aviões portugueses e cancelando o comércio de qualquer espécie entre os dois países»<sup>642</sup>.

A atitude do Governo de Dacar situa-se no quadro de uma resolução da Conferência de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Organização da Unidade Africana (OUA), que exigia a todos os países africanos o encerramento, caso as tivessem, das representações diplomáticas de Portugal nos seus territórios. Em muitos círculos, pensa-se que foi, por sugestão da FLING, que Dacar implementou as sobreditas recomendações da OUA.

O Senegal sempre deu guarida aos dirigentes deste grupo guineense. Em princípio de Fevereiro de 1964, em Velingará, a FLING reuniu-se com alguns deputados senegaleses e com as autoridades locais, a quem solicitou apoios e facilidades nas suas acções. Coincidência ou não, pouco tempo depois, Senghor consentiu que fosse instalado um campo de treino deste partido, em Koldá, a escassos quilómetros de Farim, na Guiné-Bissau.

Desacreditada perante a opinião pública africana e sem apoios consistentes do exterior, a FLING começou a definhar-se e a dar evidentes sinais de cansaço. Havia cessado, praticamente, a sua actividade em Conacri e, como se pouco fosse, desbaratou o prestígio que granjeara junto do Senegal, que a ajudou, sem sucesso, a tentar intervir, em 1965 e em 1966, na ONU e na OUA. Parecia condenada à extinção, pesem os esforços de alguns dos seus dirigentes para a tirar do letargo a que se achava mergulhada.

Todo este processo fez-se acompanhar de uma cisão no partido, ainda em 1965. Um grupo de militantes decidem criar, em Dacar, a FLING-Combatente, para se diferenciar da outra facção. A nova organização teve vida efémera, pois dela apenas se

---

<sup>642</sup> - FELGAS, Hélio – Op. Cit., p. 49.

tem conhecimento de um comunicado em que classifica de «uma associação de salão» a FLING.

A organização de Pinto Bull desapareceu da cena política, em razão das «rivalidades entre os seus dirigentes e das querelas intestinas». Mas a verdadeira razão da sua dissolução ficou a dever-se, única e exclusivamente, ao facto de a OUA, em Março de 1965, ter reconhecido o PAIGC como o único e legítimo representante dos povos da Guiné e de Cabo Verde.

#### 11.4 - MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DAS ILHAS DE CABO VERDE

Em 1965, é lançado, em Dacar, o «Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde» (MLICV), em resultado da extinção do «Movimento de Libertação da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde» (MLGC), de que faziam parte a «União Democrática Cabo-verdiana» (UDC) e a «União Popular da Guiné Portuguesa» (UPG).

A UDC diz ter sido fundada, em Dezembro de 1958<sup>643</sup>, algures em Cabo Verde, segundo dados recolhidos pela PIDE, em 1965, e que se encontram disponíveis na Torre do Tombo. Um ano depois da sua criação, põe de pé em Dacar uma secção central, cujo objectivo era o de recensear todos os cabo-verdianos residentes no exterior a fim de os mobilizar para a luta pela independência.

Em 1959, juntou-se à UPG para dar lugar ao MLGC. A união entre estes grupos fazia-se necessária, «visto que os nossos respectivos países tinham as mesmas aspirações e os mesmos objectivos»<sup>644</sup>. O casamento entre a UDC e a UPG no seio do MLGC durou até 1962, data em que, num congresso anual, em Dacar, os seus dirigentes decidiram desfazer-se da organização, uma vez que já podiam andar sozinhos.

A morte do MLGC foi determinada, principalmente, pela diferença do programa de acção da UPG e da UDC, «(...) tendo em vista a situação de cada país, a sua posição

<sup>643</sup> - Arquivos da PIDE-DGS, Torre do Tombo, Informação nº 1. 120 – SC/CI (2), pasta 965/61, p. 4 e 5, de 19 de Junho de 1965.

<sup>644</sup> - Arquivos da PIDE-DGS, Torre do Tombo, Informação nº 865-SR/61. Nº do Processo 3078, folhas 4 e 5, de 19 de Junho de 1965.

geográfica e os seus costumes»<sup>645</sup>. A desagregação do MLGC deu lugar ao MLICV, que, em Janeiro de 1965, aprovou o seu programa político e os respectivos estatutos.

O MLICV define-se como «uma organização político-revolucionária do povo cabo-verdiano»<sup>646</sup>, e, à luz dos seus estatutos, elegeu três grandes objectivos a alcançar: «a conquista imediata e a independência nacional do arquipélago de Cabo Verde, a emancipação do povo cabo-verdiano, que, ao longo dos séculos, é explorado pelo colonialismo português, e a realização do progresso económico e a promoção social e cultural do povo cabo-verdiano».

Pretendia também «mobilizar, organizar e dirigir» as massas populares cabo-verdianas na luta pela independência nacional, tanto no interior como no exterior do país. Em vista deste fim, não punha de parte a possibilidade de se unir a outros movimentos ou partidos para constituir uma frente de luta contra o colonialismo português.

A premissa sobre a qual se fundam as estruturas orgânicas do MLICV é a «democracia colectiva», que, a ajuizar pelos seus estatutos, nos pareceu ser mais o enunciar de uma intenção do que, efectivamente, um sério e fundamentado princípio político. Assumia-se, com efeito, como um partido de massas, ao propor-se espraiar os seus comités de base aos locais de trabalho, aos hospitais, às fábricas, às empresas, às residenciais, às cidades, etc., etc.

O programa político do MLICV preconizava «a conquista imediata, por todos os meios necessários, da independência nacional total e incondicional do povo de Cabo Verde», a supressão de todas as relações colonialistas e imperialistas, a revisão de todos os acordos, tratados, alianças e concessão feitas pelo colonialismo português e a independência económica, política, diplomática, militar e cultural».

No âmbito político, o movimento defendia eleições gerais e livres baseadas no sufrágio universal, directo e secreto. Na linha da tradição liberal de democracia, sufragava a «igualdade dos cidadãos perante a lei, sem distinção de nacionalidade, de sexo, de

<sup>645</sup> - Arquivos da PIDE-DGS, Torre do Tombo, Op. Cit.

<sup>646</sup> - Ver Statutus et Programme do MLICV, annee 1965, Arquivos da PIDE-DGS, Torre do Tombo, Informação nº 865-SR/61. Nº do Processo 3078, folhas 108 e segs, Janeiro de 1965.

origem social, do nível de cultura, de profissão, de condição de fortuna, de crença religiosa ou de convicção filosófica».

A economia parecia também ser uma preocupação central do partido. A este propósito, previa quatro tipos de propriedade: estatal, cooperativa, privada e pessoal. As riquezas nacionais, os meios de produção, a comunicação, a segurança social, a rádio e outros meios de difusão e de informação serão considerados como «bens da nação», dito doutro modo, do Estado.

É, praticamente, na política externa, que o MLICV mais se fez notar, ao advogar a criação dos Estados Unidos de África. No fundo, trata-se de federar e de unir, politicamente, os Estados africanos independentes, com base na vontade popular e voluntária dos povos. Talvez seja por isso que aquele movimento tenha «(...) tido maior aceitação por parte das organizações internacionais e países que, actualmente, atacam Portugal»<sup>647</sup>, nomeadamente a Guiné-Conacri e o Senegal.

Mal foi criado, começou o MLICV a mobilizar militantes e simpatizantes para a sua causa maior – a independência de Cabo Verde, para cuja concretização se revelou disposto a usar «todos os meios legítimos e aptos». Em vista deste objectivo, que lhe parecia prenhe de escolhos, apelou «a todos os cabo-verdianos, sem distinção de crença ou de religião, a unir-se nesta tarefa árdua da Pátria querida: Cabo Verde».

O MLICV não conseguiu implantar-se em Cabo Verde, embora os seus dirigentes o tivessem querido fazer, a crer em discursos, bastas vezes, repetidos em Dacar. O partido até pensou desencadear, em 1965, a luta armada no arquipélago<sup>648</sup>, sendo, por isso, que havia decidido, no mesmo ano, enviar, alguns dos seus «elementos responsáveis» para desenvolver trabalhos políticos nas ilhas.

A par desta opção, o MLICV nunca pois de parte a possibilidade de, diplomaticamente, tentar resolver o problema colonial. Insere-se neste espírito, a carta

<sup>647</sup> - Arquivos da PIDE-DGS, Torre do Tombo, nº 865-SR/61. Nº do Processo 3078, folhas 78.

<sup>648</sup> - Ver uma notícia do jornal senegalês «Dakar Matin», nos Arquivos da PIDE-DGS, Torre do Tombo, Informação nº 1. 120 – SC/CI (2), pasta 965/61, p. 38.



que endereçou, em 13 de Maio de 1964, ao Presidente do Conselho de Ministros de Portugal.

Na missiva a Oliveira Salazar, o Comité Director do partido saúda a decisão de Portugal de conceder a autodeterminação às colónias e convida o Governo de Lisboa a entabular, em Dacar, negociações com o MLICV para discutir a independência de Cabo Verde. Não perdeu o ensejo de mostrar ao chefe do Executivo português que apenas «pretendemos apoiar a autodeterminação de Cabo Verde», desejo que pode ser alcançado com um «entendimento amigável e compreensivo».

Por fim, o MLICV mandou, ainda no mencionado documento, recados ao PAIGC, de quem se demarcou: «Não fazemos parte de nenhum bloco, seja do leste ou do oeste, nem tão pouco do PAIGC. Temos apenas combatido pela independência do arquipélago dentro das medidas racionais e compreensíveis, pois cremos ser, efectivamente, com o diálogo e a cooperação, que podemos chegar a um acordo satisfatório com Portugal».

Ao representante da ONU em Dacar enviou, também, uma petição, datada de 23 de Fevereiro de 1965, na qual lamentou não ter tido nenhum apoio quer da OUA quer das Nações Unidas. Assinada pelo Presidente do «Bureau Nacional» do MLICV, a carta chama a atenção que «(...) a luta dos povos oprimidos (...) não pode ser levada a bom êxito sem a assistência das nações que partilham da nossa causa dentro das Nações Unidas»<sup>649</sup>.

Fradique de Mello e Castro lembrou ao funcionário da ONU na capital senegalesa que o MLICV foi reconhecido, voluntariamente, pela Comissão Especial, em Agosto de 1963, como um «movimento que combate pelas ilhas de Cabo Verde. Além disso, recordou-o que ao partido, de que é presidente, foi concedida uma audiência pela Comissão dos Nove, em Dezembro último.

Em meados de 1965, o MLICV mergulhou-se numa profunda crise, em razão da inactividade dos seus principais dirigentes. José Silva Andrade, até então Presidente do

---

<sup>649</sup> - Ver Arquivos da PIDE-DGS, Torre do Tombo, Informação nº 1. 120 – SC/CI (2), pasta 865/61, p. 48 e segs.

partido, foi substituído por Fradique Mello e Castro, em cuja direcção constavam nomes como Honório Cabral, Paulo Faria, Pedro Furtado, Miguel Dias, Eduardo Cortes, Daniel Fernandes, Marcelino Semedo e Augusto Couto.

### 11.5 - UNIÃO DO POVO DAS ILHAS DE CABO VERDE

A UPICV foi fundada, formalmente, nos Estados Unidos da América, em 1954/1955, contrariamente, à opinião expendida por Leila Leite Hernandez<sup>650</sup>. Concebido, em Dacar, o partido foi, no entanto, lançado, em Providence, Rhode Island, por Aires Leitão da Graça, muito embora o seu verdadeiro líder e mentor espiritual tenha sido, de facto, José Leitão da Graça.

A decisão de a fundar nas terras do «Tio Sam» e não em Dacar ficou a dever-se a duas circunstâncias: «A existência de democracia nos EUA, que nos permitia, longe dos braços da PIDE, lançar um partido político, e a presença de uma numerosa comunidade cabo-verdiana»<sup>651</sup>.

Ideologicamente, a UPICV definia-se como um partido marxista-leninista, de cunho maoista e não trotskista, como, erradamente, escreveu Norrie Macqueen<sup>652</sup>, era anti-imperialista, anti-colonialista e pautava-se por um estrito não-alinhamento. O seu grande objectivo era o de implantar um regime socialista em Cabo Verde, de pendor chinês.

Enquanto partido radical de esquerda, a UPICV preconizava, no seu discurso político, a reforma agrária como meio de suprimir as diferenças sociais existentes no campo. Desde a primeira hora, sustentou, perante Cabo Verde e o mundo, que não enveredaria pelo caminho da violência, a não ser que recebesse apoio de Estados africanos.

<sup>650</sup> - HERNANDEZ, Leila Leite – Op. Cit., p. 200. Neste livro, a intelectual brasileira diz que, «regressando a Cabo Verde, em 1958, Leitão da Graça junta-se a um grupo de nacionalistas, que conta, entre outros, com Mário Fonseca, Arménio Vieira, Francisco Correia, Alcides Barros, Manuel Chantre, António Estrela, Filinto Silva e Aires Leitão da Graça. Juntos, fundam a UPICV». O líder da UPICV desmente-a, em entrevista que nos concedeu para efeitos da presente dissertação.

<sup>651</sup> - Entrevista a José André Leitão da Graça, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, em meados de Outubro de 2003.

<sup>652</sup> - MACQUEEN, Norrie – *A Descolonização da África Portuguesa – A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998, p. 144.

Em termos políticos, exigia a independência e opunha-se, acerrimamente, à ideia da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, em clara oposição ao PAIGC. Na opinião de Cláudio Furtado, os problemas entre os dois partidos «(...) eram menos de natureza político-ideológica e mais relativa ao projecto de unidade entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau»<sup>653</sup>.

Segundo sublinhou o sociólogo cabo-verdiano, o projecto de unidade entre os dois países constituía, para a UPICV, uma acção forçada. Isto porque «(...) as diferenças sociais e culturais eram de tal forma significativas que, aliadas aos ressentimentos seculares dos guineenses em relação aos cabo-verdianos, inviabilizavam qualquer projecto dessa natureza»<sup>654</sup>.

A UPICV, em 1963, conseguiu despertar a atenção dos órgãos de informação internacional<sup>655</sup>. Dizia representar, exclusivamente, o homem cabo-verdiano, não somente sob o aspecto étnico, mas também e, sobretudo, sob o aspecto cultural e religioso»<sup>656</sup> e salientou que a «destribalização e a evangelização, bem como a mestiçagem intensa durante séculos, deram ao povo cabo-verdiano uma personalidade diferente da do povo da Guiné»<sup>657</sup>.

Num comunicado, difundido, em Agosto, chamou a atenção da comunidade internacional «(...) para aquilo a que chamava a necessidade da defesa da personalidade própria do povo de Cabo Verde». A este respeito, denunciou, em clara alusão ao PAIGC, a atitude dos responsáveis das organizações que, teoricamente, lutam ao mesmo tempo pela independência da Guiné e Cabo verde, mas que de facto sempre limitaram as suas actividades na Guiné.

Depois da criação da UPICV, Leitão da Graça, que residia, em Dacar, deslocou-se, nos anos 50, a Cabo Verde. O objectivo da missão era o de recrutar jovens –

<sup>653</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – *Génese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1997, p.103.

<sup>654</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – Op. Cit., p.103.

<sup>655</sup> - NETO, João Baptista Nunes Pereira – Op. Cit., p. 594.

<sup>656</sup> - NETO, João Baptista Nunes Pereira – Op. Cit., p. 594.

<sup>657</sup> - NETO, João Baptista Nunes Pereira – Op. Cit., p. 594.

funcionários públicos e estudantes – para a causa da independência. Muitos deles achavam-se revoltados com o Poder, mas não tinham consciência nacionalista<sup>658</sup>.

A aderência ao partido não ocorreu tal como o líder previra. Cláudio Furtado explica-a: «O discurso político da UPICV, nitidamente de esquerda, para um público de membros, pelo menos, inicialmente, composto de funcionários, estudantes e outros oriundos da família de proprietários e comerciantes, poderia ser uma das causas da fraca e, às vezes, momentânea adesão à UPICV»<sup>659</sup>.

O sociólogo cabo-verdiano avança mais dois argumentos para justificar a elucidação, uma de natureza financeira e outra político-ideológica. Contudo, aos seus olhos, provavelmente, «(...) a causa mais efectiva da não implementação da UPICV se deva a uma tardia, quando não fugidia, definição dos contornos político-ideológicos»<sup>660</sup>.

A UPICV considerava os EUA e a antiga URSS como países imperialistas, porque ambos se esforçavam por ocupar espaços de hegemonia nas relações internacionais. Por isso, aproximou-se da China de Mao Tsé-Tung – o único país socialista que, de acordo com Leitão da Graça, não tinha ambições imperialistas<sup>661</sup>.

Depois do 25 Abril de 1974, Leitão da Graça pôs termo ao exílio no Senegal e no Gana e regressou a Cabo Verde. De imediato, entrega-se à política doméstica, esforçando-se por conquistar audiência junto da juventude, de estudantes e de funcionários públicos. Apesar da concorrência do PAIGC, o seu maior adversário de sempre, adregou uma forte implantação na ilha de Santiago, a maior do país, e reduzida expressão nas restantes.

Ao contrário do PAIGC, defendia, antes da transferência do poder, a realização de um referendo, «não com a finalidade de saber se o povo queria ou não a independência, mas para saber se o povo queria ou não a unidade com a Guiné»<sup>662</sup>. Este era o cerne da divergência que opunha Leitão da Graça à liderança do partido de Amílcar Cabral.

<sup>658</sup> - Entrevista a José André Leitão da Graça, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, em meados de Outubro de 2003.

<sup>659</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – Op. Cit., 1997, p.108.

<sup>660</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – Op. Cit., 1997, p.108.

<sup>661</sup> - Entrevista a José André Leitão da Graça, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, em meados de Outubro de 2003.

<sup>662</sup> - Op. Cit.

Cláudio Furtado lembra que, «num comunicado, de 28 de Setembro de 1974, a UPICV assinala que ela aceitou a descolonização pacífica porque pensa que o povo de Cabo Verde pode conquistar o seu objectivo político – a independência total sem a união com a Guiné-Bissau – por vias democráticas»<sup>663</sup>.

Não obstante os seus insistentes apelos ao Governo português, saído do 25 de Abril, a UPICV foi sempre marginalizada em todo o processo negocial que conduziu Cabo Verde à independência, muito embora Almeida Santos, em conversa com Leitão da Graça, mantida, na Praia, tivesse admitido a possibilidade de auscultar aquele partido sobre o tema em exame.

Em Outubro de 1974, a UPICV muda de plano de mobilização. Volta-se para o campo. Leitão da Graça testemunhou a Cláudio Furtado que «as leituras de Mão Tsé-Tung tê-lo-ão induzido a mudar de estratégia. A partir do campo invadir as cidades. O apoio da Igreja no processo da mobilização poderia ser importante»<sup>664</sup>.

Os resultados da campanha são encorajadores, com base nos quais a UPICV enceta uma iniciativa que a lançou ao desaparecimento de vez. Aprazou, para 1º de Novembro, uma manifestação de vulto com o fito de protestar contra a unidade entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau.

O protesto foi autorizado pelo então Governador, Sérgio Fonseca, mas o Movimento das Forças Armadas (MFA) o impediu, por pressão do PAIGC, com o falso argumento de evitar confrontos nas ruas. Insatisfeito com a postura dos militares, Leitão da Graça deslocou-se a Lisboa, no decurso de cuja ausência o PAIGC e o MFA reprimiram, em Dezembro, os seus militantes.

O destino foi o campo de concentração de Tarrafal. Por incrível que pareça. Os seus últimos presos políticos foram apenas cabo-verdianos para lá enviados pelo PAIGC, com a cumplicidade das novas autoridades militares de Abril. Assim, a UPICV foi banida

<sup>663</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – Op. Cit., 1997, p.116.

<sup>664</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – Op. Cit., 1997, p.116.

e Leitão da Graça exilou-se, novamente, desta feita, na capital do antigo Império contra o qual tanto lutara.

Todos os partidos de que atrás falámos exerceram actividades políticas em Dacar, em Conacri e em Bissau, havendo ainda a notar outros de pequena expressão sobre a qual não nos pronunciaremos (a Frente de Libertação das Ilhas de Cabo Verde, a União Popular Progressista Cabo-verdiana e a «Cape Verdian Pioneers»). Porém, em traços breves, ocupar-nos-emos da UDC.

#### 11. 6 - UNIÃO DEMOCRÁTICA CABO-VERDIANA

A UDC<sup>665</sup> surgiu, no Mindelo, nos primeiros dias que se seguiram à Revolução dos Cravos. Implantou-se, fundamentalmente, nas ilhas do norte, mormente em S. Vicente, em Santo Antão e em S. Nicolau. Nas restantes, era fraca ou nula a sua expressão.

Constituída por altos funcionários coloniais, por comerciantes e proprietários, a UDC não se mostrava favorável à independência de Cabo Verde e procurava preservar os laços com Portugal, mas numa base constitucional diferente da que vigorou durante o consulado do Estado Novo.

Em resumo, reivindicava uma solução federalista para Cabo Verde, num projecto de progressiva autonomia, razão por que, em muitos círculos políticos, era vista como uma criação do general António Spínola. Em Dezembro de 1974, o PAIGC reservou-lhe o mesmo destino que o da UPICV: o partido dissolvido, os seus dirigentes presos e deportados para Lisboa.

#### 12 - RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS GUINEENSES E CABO-VERDIANOS

---

<sup>665</sup> - Cumpre notar que esta UDC nada tem que ver com a outra UDC, que existia em Dacar nos anos 50.

As relações entre os diversos movimentos guineenses e cabo-verdianos eram tensas, não obstante os insistentes esforços para os unificar, como o demonstra a criação de partidos supra-nacionais, de que o PAIGC é um exemplo mais feliz.

A desconfiança entre a Guiné e Cabo Verde remonta à época da colonização da primeira, em cujo processo os naturais do segundo tiveram um papel preponderante ocupando, a par dos portugueses, os lugares cimeiros na administração, nas forças armadas, na política e na economia, etc., etc.

Tal facto levou os guineenses a não diferenciarem os cabo-verdianos dos portugueses. O sentimento anti-cabo-verdiano na Guiné é um facto inegável e tem-se manifestado em todos os grandes acontecimentos que marcaram a história política daquele país, desde as chamadas «guerras de pacificação», passando pela morte de Amílcar Cabral, até o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980.

O antagonismo entre os dois agrupamentos humanos ultrapassou as fronteiras da Guiné-Bissau, chegando a Dacar e a Conacri. Na capital senegalesa, por exemplo, a divisa da generalidade dos grupos guineenses fundava-se, sem quaisquer equívocos, numa «Guiné para os Guineenses», slogan por detrás da qual se achava bem patente o ódio aos cabo-verdianos, de que se não escapou o PAIGC, a quem acusavam de desejar perpetuar na Guiné o domínio secular dos cabo-verdianos.

Segundo Luís Cabral, a tarefa dos grupos oposicionistas consistia em criar dificuldades «ao bom entendimento entre o nosso partido e o Governo do Senegal, aproveitando-se das más relações existentes entre este Governo e o da República da Guiné»<sup>666</sup>. Queixou-se de que a diplomacia senegalesa encarava o PAIGC como o «movimento de Conacri».

Pretendia que Dacar tivesse, forçosamente, o seu «próprio movimento de libertação». «Ao nível das reuniões africanas e internacionais, defendiam essa posição,

---

<sup>666</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 124.

dando aos nossos opositores um apoio incondicional que incluía facilidades consideráveis como a difusão de programas pela emissora senegalesa, facilidades que eram, essencialmente, utilizadas para nos combater e não para combater o colonialismo»<sup>667</sup>.

Do seu lado, o MLG colocava os cabo-verdianos em pé de igualdade com os portugueses. Num dos seus muitos comunicados, dizia que tem desenvolvido diligências a fim de conseguir «(...)a amenização dos tratos a que as autoridades e os colonos portugueses e cabo-verdianos submetiam o nosso povo»<sup>668</sup>. A esta luz, fica, pois, evidente, que, para, aquele partido, os cabo-verdianos eram tão colonialistas como os portugueses.

O MLG, nas palavras de Aristides Pereira, «acusava os cabo-verdianos de terem ajudado os portugueses na dominação colonial da Guiné e, perante a eventualidade de uma independência iminente, pretenderem substituir os colonialistas»<sup>669</sup>. Uma das características do MLG «(...) era mesmo o seu ódio aos cabo-verdianos»<sup>670</sup>.

Nem poupava Amílcar Cabral. O MLG acusava, amiudadamente, os «cabralistas» de quererem dominar os guineenses e afirmava que o fundador do PAIGC (...) queria ser o futuro presidente e seu irmão Luís, o chefe do Governo, cabendo aos cabo-verdianos uma maior representação em todos os organismos»<sup>671</sup>.

Aristides Pereira reconhece que o MLG, que se opunha à unidade entre a Guiné e Cabo Verde, sempre hostilizou Amílcar Cabral, «(...) a quem alcunhou, pejorativamente, de cabo-verdiano»<sup>672</sup>. Aquele partido foi um osso duro de roer. É o próprio Aristides Pereira quem o deixa a entender, ao dizer que «a criação em Bissau, em 1958, do MLG (...) constituiu o mais sério problema para os propósitos unitários que Amílcar Cabral postulava na luta contra o colonialismo português na Guiné»<sup>673</sup>.

---

<sup>667</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 124.

<sup>668</sup> - FELGAS, Hélio – Op. Cit., p. 45.

<sup>669</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 87.

<sup>670</sup> - FELGAS, Hélio – Op. Cit., p. 45.

<sup>671</sup> - FELGAS, Hélio – Op. Cit., p. 45.

<sup>672</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 87.

<sup>673</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 87.



Subiu de tom, em 1963, a dissensão entre os dois partidos. Porque redundaram num fiasco as acções militares do MLG, perpetradas, em toda a primeira metade do ano em pauta, na fronteira do Senegal com a Guiné, Amílcar Cabral deu-se ao trabalho de conquistar os militantes do grupo rival que se achavam descontentes com François Mendy, que, «em Março de 1964, foi alvo de diversas acusações formuladas num panfleto difundido por Amílcar Cabral»<sup>674</sup>.

Não era sem propósito político que o fundador do PAIGC o intentava. Sabia ele que o MLG possuía, à época em que os factos ocorreram, uma implantação superior à do seu partido junto dos manjacos. De aí que «(...) procurasse atrair os adeptos do MLG, por intermédio dos quais contava ver facilitada a sua acção de aliciamento (...)»<sup>675</sup>.

No dealbar de Novembro de 1964, com o ocaso do MLG, muitos dos seus dirigentes e militantes, desapontados com os resultados do partido na luta anti-colonial, filiaram-se no PAIGC. Hélio Felgas admite que «a junção dos elementos do MLG ao PAIGC, e não à FLING, representou uma vitória da ‘diplomacia’ do PAIGC, mas correspondeu também ao reconhecimento da maior força do partido de Cabral»<sup>676</sup>.

Com a transformação do MLG em MLGC, Amílcar Cabral tentou aproximar-se do último. Não é sem razão que o fazia, porque havia, esclarece Aristides Pereira, pessoas, como Rafael Barbosa, Fernando Fortes e Ladislau Lopes Justado, que militavam, simultaneamente, nos dois partidos. De 1958 a 1961, testemunha o antigo braço direito de Cabral, alguns dirigentes do MLG e do PAI partilharam o mesmo espaço político (...) <sup>677</sup>

Além do mais, dilucida Aristides Pereira, muitos panfletos redigidos por Cabral, em nome do PAI – Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde – foram distribuídos pelos militantes do MLGC. Amílcar Cabral chegou mesmo a incumbir Rafael Barbosa de preparar a fusão do PAI com o MLGC. O projecto falhou, em virtude da recusa daquele

<sup>674</sup> - FELGAS, Hélio – Op. Cit., p. 47.

<sup>675</sup> - FELGAS, Hélio – Op. Cit., p. 47.

<sup>676</sup> - FELGAS, Hélio – Op. Cit., p. 47.

<sup>677</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 118.

em entregar a José Francisco Gomes o relatório de uma viagem a Dacar que Cabral o incumbira de fazer<sup>678</sup>.

O ressurgimento do MLG, em consequência da extinção do MLGC, reanimou, em grande medida, a animosidade entre aquele partido e o PAIGC em Conacri. José Francisco Gomes intentou um plano para eliminar a influência do PAIGC junto das autoridades guineenses. Não o conseguiu porque Amílcar Cabral convenceu Sékou Touré da justeza dos seus argumentos.

A par do trabalho de mobilização e de preparação para o início da luta armada, limitou-se o PAIGC, de 1960 a 1963, a gerir a situação que os grupos oposicionistas lhe criavam na capital guineense. A situação era tão delicada que Aristides Pereira lhe chamou a «batalha de Conacri». A ideia dos adversários de Cabral visava retirar não apenas o largo apoio que Sékou Touré concedia ao PAIGC, mas também evitar que este desencadeasse a luta armada contra Portugal.

Para Luís Cabral, «foi dura», em Conacri, a acção do seu irmão para impor o PAIGC «(...) como a única organização nacionalista dos povos da Guiné e de Cabo Verde»<sup>679</sup>. «Os nossos compatriotas ali residentes, mais ou menos ligados aos movimentos de Dacar, conseguiram, efectivamente, criar, nos primeiros tempos, obstáculos difíceis de transpor, pela sua natureza absolutamente subjectiva»<sup>680</sup>.

O alvo de toda a acusação era Amílcar Cabral, a quem os movimentos anti-PAIGC acusavam de ser pequeno-burguês, cabo-verdiano e contrário à formação de verdadeiros guineenses<sup>681</sup>. Aristides Pereira vai ainda mais longe do que Luís Cabral, nesta questão, observando que algum sector do PDG era sensível a questões mezinhas que cheiravam mesmo a algum racismo contra os mestiços, ou melhor, os cabo-verdianos.

Pelos escritos dos dois antigos colaboradores de Cabral, pode pensar-se que parte do partido de Sekou Touré, embora insignificante, mas com algum quinhão de influência,

<sup>678</sup> - Aristides Pereira conta, detidamente, os episódios que impediram a fusão do PAIGC com o MLGC. Ver PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 118.

<sup>679</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 93.

<sup>680</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 93.

<sup>681</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 93.

não caía no goto do PAIGC, que, em contrapartida, tinha amigos na cúpula do regime guineense, um dos quais era Diallo Sayfoulaye, secretário permanente do PDG, para além, claro, de Sekou Touré.

A dar crédito aos elementos que respigámos, ao longo destes meses de investigação, somos levados a aceitar que o PAIGC era o alvo a abater de quase todos os partidos que se diziam libertadores da Guiné e de Cabo Verde. A FLING não foi excepção à regra. Opôs-se-lhe desde a sua criação, embora a trechos tenha feito de balde algum esforço para se lhe unir.

A FLING, que se considerava «o único partido importante da nossa Guiné», empenhou-se, por vezes, a fundo para «desmascarar e combater aqueles que, sob o estandarte do nacionalismo, pretendiam demorar a luta pela independência». Aludia-se, é claro, ao PAIGC, a quem, porém, convidou, em 11 de Junho de 1963, para uma conferência de unidade.

Num gesto de boa vontade, aquele partido dispôs-se, num comunicado lido pela Rádio oficial do Senegal, a estudar com o de Cabral «(...) todas as formas de união a fim de evitar, na luta e sobretudo no interior do país, a menor discórdia». Ademais, sugeriu ao PAIGC a criação de um comando militar unificado, devendo o seu quartel-general se situar ou em Bamako, capital do Mali, ou noutro país africano.

Porque estava em crescendo, seguro de si, o PAIGC nem sequer deu ouvidos ao partido oponente. Ante os resultados e o prestígio que granjeara na luta anti-colonial, em tão pouco tempo, ao movimento de Cabral não interessava desencadear qualquer processo que o levasse a unir-se à FLING ou a outros grupos.

As disputas entre os dois grupos chegaram também ao plenário da OUA, durante cuja 2ª Conferência, realizada no Cairo, em Julho de 1964, o partido de Cabral levou a palma, diplomaticamente, o de Jonas Fernandes. Este, insatisfeito e irritado com o acolhimento que tivera na capital egípcia, ao regressar a Dacar, convocou os jornalistas para, entre outras coisas, lançar algumas farpas contra o fundador do PAIGC:

«Consideramos crime de alta traição o facto de certo líder passar o seu tempo a dizer que libertou umas vezes 45%, outras 15% ou 85% da Guiné. Os portugueses, para provarem o contrário, reagem de maneira bárbara e cruel contra as populações». Pese a gravidade da malsinação, o chefe da FLING, «apesar dos erros» de Cabral, diz estender a mão ao PAIGC para que «juntos possamos ficar em poder da nossa terra».

Todos os esforços da FLING dirigiam-se no sentido de evitar que ao partido de Cabral fosse atribuído, internacionalmente, o estatuto de único e legítimo representante do povo da Guiné-Bissau. O grupo de Jonas Fernandes não o conseguiu impedir, não obstante os apoios do Senegal e da Libéria.

Se com a FLING e com o MLGV, a fusão com o PAIGC era de todo em todo irrealizável, já com outros grupos o não era. Amílcar Cabral não deixou cair o desejo de ver unidos, sob a sua égide e numa única força, todos os partidos que lutavam contra o colonialismo. Neste contexto, conseguiu criar o «Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde» (MLGCV), a «Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde» (FLGC) e a Frente Unida para a Libertação da Guiné e Cabo Verde (FUL).

### 13 - HISTÓRIA DO PAIGC

#### DO PAI À PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ

Nas primícias dos anos 40 do séc. XX, a situação política na Guiné-Bissau conhecia uma grande agitação, em parte, resultante de medidas de cunho racista empreendidas pelo Poder. O espírito de revolta anti-colonial aumentou, consideravelmente, por o Governador da Província, Ricardo Vaz Monteiro, e o Administrador de Bissau, Pereira Cardoso, tentarem introduzir um verdadeiro sistema de «apartheid» no território<sup>682</sup>.

Os dois responsáveis coloniais, devido, ao que se supõe, à influência da esposa do Governador, emitiram directrizes para que os estabelecimentos comerciais criassem zonas separadas para brancos e para negros. Os proprietários não gostaram da ideia e

<sup>682</sup> - TURPIN, Elisée – *Depoimento da Fundação do PAIGC*. In <http://www.paigc.org/depoimento1.htm>. Consultado em 17 de Fevereiro de 2004.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)

protestaram, motivo que levou à prisão e a consequente deportação de um deles, no caso, Benjamim Correia, para o presídio do Tarrafal, em Cabo Verde.

Elisée Turpin, um histórico militante anti-colonial, conta que Ricardo Vaz Monteiro introduziu um código de postura em que proibia que os indígenas andassem descalços nos passeios de Bissau. Estes factos – descreveu – reforçaram o espírito nacionalista e patriótico em muitos guineenses. É no meio desta agitação política que Amílcar Cabral regressou, em 1952, à Guiné, depois de se ter licenciado em Agronomia.

Pelos vistos, chegou em momento azado à capital guineense. O terreno já estava apropriado para actividades políticas. Além do mais, Amílcar Cabral encontrou, em Bissau, políticos com algum traquejo: «Alguns de nós eram militantes clandestinos do Partido Comunista Português, nomeadamente, Abílio Duarte e eu (mais tarde soube que o Rafael Barbosa o era também)»<sup>683</sup>.

Num ápice, começa a desenvolver actividades políticas. Pensa criar, legalmente, um partido político, em 1953. Porém, não o conseguiu, porque temia que fosse alvo de feroz repressão policial. Até 1956, toda a sua acção se dirigiu num único sentido: elevar a consciência política da população e das massas trabalhadoras.

Não lhe faltaram ideias para levar a bom porto os seus intentos: organiza bibliotecas, sessões culturais, luta contra o divisionismo, cria clubes desportivos e recreativos, depois interditos pelas autoridades coloniais, e realiza campanhas de esclarecimentos sobre os direitos sociais da população.

Ao mesmo tempo, o grupo que o rodeava desenvolveu alguma pressão junto do Poder, protestando contra «os abusos, as discriminações e as humilhações» a que o povo se achava sujeito. Por essa ocasião, parte da elite local tentou, em Bissau, influenciar as autoridades a liberalizar a política colonial e a reduzir as restrições que impediam o acesso dos africanos às funções administrativas.

---

<sup>683</sup> - TURPIN, Elisée – Op. Cit.

Em resposta, o Poder, em lugar de resolver, politicamente, o caso, mandou perseguir Cabral e os seus pares, considerando-os inimigos de Portugal. Alguns viram mesmo a sua residência interdita, outros expulsos do país. Depois de três anos de luta legal para a criação de um partido, Cabral decide-o fundar, clandestinamente, em 19 de Setembro de 1956, de par com um grupo de cabo-verdianos e guineenses<sup>684</sup>.

Depois de uma selecção rigorosa entre os que provaram ser merecedores de mais confiança<sup>685</sup>, Cabral reuniu-se com Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio Almeida e Elisée Turpin. Assim nascia, em Bissau, clandestinamente, depois de três anos de tentativa de luta legal<sup>686</sup>, o Partido Africano da Independência – União dos Povos da Guiné e Cabo Verde (PAI), cuja declaração constitutiva enunciava:

«Chegou o momento de preparar o nosso povo para assumir uma fase decisiva da sua história, da sua luta pela libertação nacional. Ela só será vitoriosa com a mobilização de todos os filhos das nossas pátrias, sem distinção de sexo, tribo ou cor. Será a luta de todos os guineenses e cabo-verdianos empenhados na procura do bem-estar para todos os filhos destes dois países. Mas para levar a cabo esta luta, o nosso povo tem a necessidade de uma direcção. É o partido que deve ser organizado de uma forma clandestina com o fim de iludir a vigilância policial dos colonialistas»<sup>687</sup>.

No acto da fundação, o PAI aprovou os estatutos<sup>688</sup>, redigidos por Cabral. De início, definiu-se como um partido de classe, ou, mais exactamente, como «uma

<sup>684</sup> - Com Cabral, havia muitos activistas políticos que estiveram envolvidos no processo da fundação do PAIGC: Aristides Pereira, Rafael Barbosa, Luís Cabral, Abílio Duarte, Fernando Fortes, João Rosa, Inácio Semedo, Victor Robalo, Júlio Almeida, João Vaz e Domingos Cristóvão Gomes Lopes. Mas, em 19 de Setembro, no acto formal constitutivo do PAI, compareceram, por volta das 5 horas de tarde, apenas seis pessoas: Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio Almeida e Elisée Turpin. Muitos faltaram devido a constantes perseguições da PIDE. O grande ausente, segundo Luís Cabral, foi Abílio Duarte, companheiro de Cabral, desde a primeira hora, que se deslocara a Cabo Verde para continuar estudos. O encontro, que durou cerca de uma hora, decorreu num edifício, sito no Bairro de Tchada, em Bissau, próximo do Hospital Nacional "Simão Mendes", em cujo 1º andar residiam Aristides Pereira e Fernando Fortes. De acordo com Elisée Turpin, era muito alargado o grupo de activistas políticos que, na altura, se achava à volta de Cabral: Quintino Nsoline, Ladislau Lopes Justado, Manuel Lopes Justado, Rui Barreto, Epifânio Soto Amado, Alfredo Menezes, Carlos Correia, José Ferreira de Lacerda, Gudifredo Vermão de Sousa (Tatá), Milton Sezimudo Pereira de Borja, José Opadai e Armando Lobo de Pina.

<sup>685</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 43.

<sup>686</sup> - Vide «*Action du Parti de 1956 à 1962*». Lisboa: Arquivos da Fundação Mário Soares, 4602. 026.

<sup>687</sup> - ORAMAS, Óscar – Op. Cit., p. 43.

<sup>688</sup> - Do ponto de vista de organização, o PAIGC, desde o início, dotou-se, enquanto partido de inspiração leninista, de uma estrutura maciça, muito hierarquizada, disciplinada e centralizada: na base, as células e os comités; nas estruturas intermédias, as secções e os órgãos regionais; no topo, os órgãos nacionais. Nos primeiros estatutos, tinha o PAI distritos, zonas, secções e grupos. Dividiu a Guiné em 10 distritos e 40 zonas e Cabo Verde em 5 distritos e 14 zonas. O órgão superior do PAI, em cada país, é a Conferência Nacional, além do Comité Nacional, do Comité Federal e do Congresso Federal, que tinha o objectivo de rever, modificar e estabelecer a linha política e de definir a estratégia e as táticas do partido sobre questões fundamentais. O Comité Federal, eleito pelo Congresso Federal, elege o «Bureau Político», de cinco membros, responsável pela doutrina política do partido, e composto por cinco departamentos: assuntos interiores e controlo; assuntos económicos, sociais e financeiros; defesa e segurança; informação, cultura e propaganda. Até à realização do 1º Congresso Federal, o PAI é dirigido pelo «Bureau Político», que elege o secretário-geral. Por outro lado, os fundos provêm de cotizações, subscrições, donativos, produtos de festas e rendimentos próprios. Com o desenvolvimento da guerra, o PAIGC viu-se obrigado a criar novas estruturas. A luta assim o exigia quanto mais não fosse para responder às exigências das populações. O «Bureau Político», o Comité Central, entre outros órgãos, foram substituídos pela Comissão Permanente, pelo Comité Executivo de Luta e pelo Conselho Superior de Luta. Estas mudanças não impediram que o PAIGC continuasse a ser um partido disciplinado, centralizado e rígido, a exemplo dos partidos de massas.

organização política das classes trabalhadoras»<sup>689</sup> da Guiné e de Cabo Verde, pretendendo-se afirmar, também, como a «expressão política dos interesses dos trabalhadores».

Posteriormente, sem que ninguém o explicasse, o PAI, que era, na feliz expressão de António Duarte Silva, um «gémeo do partido com idêntica designação»<sup>690</sup>, criado, na mesma ocasião, em Dakar, por estudantes senegaleses, deixa de ser um partido de classe, ou seja, dos trabalhadores, para se transformar numa «organização política do povo da Guiné e Cabo Verde»<sup>691</sup>. A profunda alteração tem lugar, ainda em vida de Cabral, nos ulteriores estatutos do partido mormente os de 1960.

O PAI estabeleceu três grandes objectivos, a saber: «a conquista imediata da independência nacional da Guiné dita Portuguesa e de Cabo Verde; a democratização e a emancipação das populações guineenses e cabo-verdianas, secularmente exploradas pelo colonialismo português; e a realização dum rápido progresso económico e duma verdadeira promoção social dos povos da Guiné dita Portuguesa e de Cabo Verde».

Nos estatutos de 1973, o partido vem reafirmar os mesmos fins, embora se registem algumas alterações. A conquista da independência, que só era «imediata», passa a ser «imediata e total» e a referência à «Guiné dita Portuguesa» é suprimida, passando a ser apenas a Guiné. Além do mais, o partido manteve-se fiel ao propósito de democratizar e emancipar já não «as populações guineenses e cabo-verdianas», de acordo com os seus primeiros estatutos, mas já agora as «populações africanas» dos dois territórios.

Voltando o fio à meada, o PAI assumiu-se, desde a sua fundação, como um partido de vanguarda, de inspiração leninista. Para cumprir os seus três grandes objectivos, a que atrás fizemos menção, dispôs-se a mobilizar, a organizar e a dirigir as massas populares guineenses e cabo-verdianas na luta conducente à liquidação do colonialismo português.

Por esse tempo, a organização política de Cabral era um verdadeiro partido de quadros, reduzido aos centros urbanos e com pouca implantação popular, em virtude, em

<sup>689</sup> - PAIGC: Estatutos do Partido Africano da Independência (PAI) (Guiné dita Portuguesa). Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.003.

<sup>690</sup> - SILVA, António E. Duarte – Op. Cit., p. 29.

<sup>691</sup> - PAIGC: *Estatutos do Partido Africano da Independência* (PAI) (Guiné dita Portuguesa). Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.083.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)

grande parte, da vigilância da PIDE. Preocupava-se, acima de tudo, em recrutar notáveis personalidades saídas das elites africanas e importava-se mais com a qualidade do que a quantidade.

Em termos sociológicos, o PAI preenchia os quatro critérios propostos por La Palombara e Weiner para a definição de um partido político moderno, dotando-se de uma organização durável, organizado do nível nacional ao local, com vontade de conquistar, exercer e manter o Poder, através de eleições ou de outras formas<sup>692</sup>.

O partido de Cabral nasceu em pleno Estado Novo, o que corresponde a dizer que era ilegal e clandestino, do ponto de vista jurídico. Citando Maurice Duverger, é um partido de criação externa, porque a sua origem se situa «fora do mecanismo eleitoral e parlamentar»<sup>693</sup> dominado pela União Nacional de Oliveira Salazar.

### 13.1 - ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

Amílcar Cabral, desde a primeira hora, dotou o PAIGC do modelo leninista de organização, que se estriba, basicamente, em três princípios axiais: a direcção colectiva, o centralismo democrático e a democracia revolucionária.

O nacionalista africano exigia que o princípio da direcção colectiva fosse aplicado em todos as estruturas do partido, às quais atribuiu a missão de «fazer tudo para que os órgãos partidários passem a funcionar realmente, não na base de uma, duas ou três pessoas, mas de todos os seus membros, homens e mulheres»<sup>694</sup>.

O centralismo democrático era a forma encontrada pelo PAIGC para disciplinar os militantes e os dirigentes. Ou, melhor, segundo ensina Cabral, «é uma escola de disciplina, de respeito pela opinião dos outros, de democracia e de capacidade de levar à prática as decisões tomadas»<sup>695</sup>.

<sup>692</sup> - DEBBASCH, Charles e PONTIER, Jean-Marie - *Introduction à la Politique*, 4ª Edição, Paris: Edições Dalloz, 1995, p. 248.

<sup>693</sup> - DUVERGER, Maurice - *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 20.

<sup>694</sup> - CABRAL, Amílcar - *PAIGC: Unidade e Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 60.

<sup>695</sup> - CABRAL, Amílcar - Op. Cit., p. 64.



Para o partido, este princípio denota dois sentidos: é centralismo, porque a capacidade de decidir está centrada em órgãos especiais e nenhuma outra estrutura a pode usar; é democrático, porque o poder está concentrado em órgãos especiais e cujo uso não depende da vontade apenas dos que mandam, mas baseia-se nos interesses e na opinião expressa pela maioria.

Parece-nos líquido que Cabral, como nota Schwartzberg,<sup>696</sup> pretendia, com o centralismo democrático, promover a liberdade, garantir a eleição dos dirigentes, em todos os níveis, impulsionar a livre discussão e o debate político e submeter a minoria à maioria, em obediência estrita às ordens das estruturas cimeiras.

O centralismo democrático colocou numerosos entraves ao funcionamento da democracia no PAIGC, em cujo seio, de facto, existiam debates, os dirigentes iam a votos, a espaços, e sem dificuldades se viam eleitos formalmente. Tratava-se de «eleições de ratificação»<sup>697</sup>, uma vez que a escolha dos dirigentes era imposta pela direcção superior do partido, na lógica de que o poder desce de cima para baixo.

Por surpreendente que seja, sempre conviveu o PAIGC com a «doença oligárquica dos partidos políticos»<sup>698</sup> – a tal «lei de bronze da oligarquia»<sup>699</sup>, que, no dizer Robert Michels, permite que uma minoria organizada, inamovível, esclarecida, se assume como classe dirigente, se apodere e monopolize o poder no partido, exercendo uma forte influência na escolha dos candidatos e na composição dos órgãos designados depois pelo Congresso.

As decisões eram tomadas pelas cúpulas do PAIGC, em manifesto desrespeito pelas suas bases. A história vem dar razão a Leon Trotsky, que, ao lançar acérrimas críticas ao centralismo democrático leninista, escreveu, em 1904, numa brochura vinda a lume em Genebra, que «na política interna do partido, estes métodos levam a organização do partido a substituir-se ao partido, o comité central a substituir-se à organização do partido e, finalmente, um ditador a substituir-se ao comité central».

<sup>696</sup> - SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard – *Sociologia Política – Elementos de Ciência Política*. São Paulo: DIFEL, 1979, p. 519.

<sup>697</sup> - SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard – Op. Cit., p. 519.

<sup>698</sup> - MICHELS, Robert – *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*, Lisboa: Edições Antígonas, 2001, p. 393.

<sup>699</sup> - MICHELS, Robert – Op. Cit., p. 418.

Tem-se como certo que o centralismo democrático de Lenine conduz, inevitavelmente, à ditadura. O PAIGC não foi a única experiência, sendo, também, exemplo disso a própria URSS, além dos regimes políticos satélites que gravitaram à sua volta. O aviso de Leon Trotsky confirma-se, quanto mais não seja se nos ativermos ao facto de ele ter sido a principal vítima do centralismo leninista.

O princípio central do PAIGC era a democracia revolucionária, no âmbito da qual «o poder vem do povo e da maioria». No que respeita à adesão ao PAIGC, esta era, estritamente, regulamentada e obedecia a critérios rígidos, em coerência, aliás, com o manual leninista de organização.

Os simpatizantes, logo que eram admitidos, através de um boletim de inscrição, com o apadrinhamento de dois dirigentes, eram obrigados a fazer um longo estágio, após o que seriam aceites como militantes. A bem dizer, o simpatizante não é membro do partido, apoio-o, declarando-se favorável às suas doutrinas, porém, permanecendo fora da comunidade partidária.

Diferente é o militante, sem o qual, parafraseando Maurice Duverger «o partido se assemelha a um professor sem alunos»<sup>700</sup>. Porque tinha uma noção aristocrática de partido, Amílcar Cabral consentia que no PAIGC entrassem apenas «(...) os melhores filhos da nossa terra»<sup>701</sup>. Dito doutro modo, «aqueles que, na verdade, têm uma só ideia, um pensamento e desejam uma só coisa: a independência».

O fundador do PAIGC sustentava que não ia permitir que toda a gente se filiasse no partido, em cujo seio podiam estar aqueles que aceitavam os seus programas, projectos e princípios, à semelhança de qualquer outro partido. Em «Que Fazer», Lenine advertia que o partido não devia albergar toda a classe operária, mas a sua parte mais consciente.

No decurso da luta armada, o PAIGC transformou-se num partido totalitário, que chamou a si o papel de programar, de organizar e de enquadrar, por completo, a vida dos

<sup>700</sup> - DUVERGER, Maurice – Op. Cit, p. 99.

<sup>701</sup> - CABRAL, Amílcar - *A Arma da Teoria*, Vol. 1. Lisboa: Editora Seara Nova, 1977, p. 166.

seus militantes, seja no aspecto profissional, social, político, pessoal, cultural ou familiar. Exigia deles uma actividade política intensa, absorvia-lhes todo o tempo e dominava-os, espiritualmente. Numa só palavra, citando, *ipsis verbis*, Maurice Duverger, «não há mais diferença entre a vida pública e a vida privada»<sup>702</sup>, porque só existe a vida partidária.

Mais: o PAIGC proporcionava aos seus militantes um quadro geral de ideias e um sistema total de explicação do mundo, consentâneos com os seus cânones, procurava, a todo o transe, orientar a vida dos militantes e, na linha do que explica Reinhold Zippelius, «tornou-se o grande tutelar» dos cidadãos que lhe são afectos.

Amílcar Cabral deixou claro que «não há nenhum acto, de qualquer dirigente deste Partido, relativo à sua vida, às suas acções, às suas conveniências, que não pode passar pela direcção superior do Partido. Só assim é que podemos controlar os camaradas para sabermos o que é que os camaradas estão de facto a fazer»<sup>703</sup>.

Em jeito de aviso, ameaçou: «Peço a todos os camaradas, de qualquer nível que sejam, para estarem certos de que, se eu vir no futuro, qualquer camarada tratando dos seus interesses, tratando da sua vida como se a direcção do Partido não existisse, como se fosse ele só a tratar da sua vida – seja em relação a mulheres, seja em relação a bebidas, seja em relação a dinheiro, seja em relação à nossa própria guerra, seja em relação ao que for – eu garanto-lhe o seguinte: eu estarei profundamente contra ele»<sup>704</sup>.

Demais a mais, o PAIGC tinha um carácter sagrado. Não é, pois, sem razão que se auto-proclamava de «força, luz e guia» do povo de Cabo Verde. Os militantes personificavam-no, num autêntico culto de personalidade. Disso não se escapava o próprio Amílcar Cabral, a quem não faltam ainda epítetos de «Pai da Pátria», «Fundador da Nacionalidade», «Pai da Independência» e quejandos. O PAIGC era visto como todo-poderoso, infalível, transcendente e protector.

### 13.2 - DA MOBILIZAÇÃO À GUERRA

<sup>702</sup> - DUVERGER, Maurice - Op. Cit., p. 153.

<sup>703</sup> - CABRAL, Amílcar – *Discurso de Encerramento da Reunião do Conselho Superior da Luta (9 a 16 de Agosto de 1971)*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602. 071, p. 3.

<sup>704</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 3.

Logo depois da sua criação, o PAI estabeleceu uma estratégia de resistência passiva para fazer face ao colonialismo português, no quadro da qual se opôs-se a trabalhos forçados, boicotou os impostos e o comércio, organizou greves e introduziu, em conformidade com os princípios leninistas de organização, alguns dos seus militantes na direcção do único sindicato oficial existente.

De 1956 a 1959, tanto na cidade quanto no campo, rejeitou a violência, porque acreditava *ab initio* que, pela via política, convencia Salazar a negociar a independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Os esforços de mobilização do partido concentraram-se junto de (...) funcionários menores da administração pública e do comércio, assalariados domésticos, pequenos artífices, marinheiros e do (...) *lumpen-proletariado*, formado por (...) desempregados, marginais e prostitutas»<sup>705</sup>.

À campanha de mobilização do PAI o Poder colonial respondeu com prisões, torturas, assassinios, massacres, criação da polícia política, interdição de reuniões, perseguição dos patriotas membros do sindicato, julgamento e condenação de dezenas de nacionalistas por um tribunal militar, em 1961<sup>706</sup>. Em consequência destes actos repressivos, agravaram-se os conflitos entre as autoridades coloniais e as populações.

Entretanto, em 1959, dois acontecimentos de monta fizeram mudar a estratégia política do PAI: o primeiro foi o massacre de Pidjiguiti; o segundo o encontro de quadros. A greve no cais de Bissau começou a ser preparada em Maio, segundo contou ao jornal «Nô Pintcha», um dos participantes: «Era desesperada a situação em que vivia o marinheiro guineense na altura. Trabalhava-se muito, enquanto o salário não correspondia e comíamos mal. Portanto, foram estes os factores que conduziram à greve».<sup>707</sup>

Depois de algumas reuniões secretas, no Ilhéu do Rei e no Alto Bandim, os estivadores, em sinal de protesto contra as condições laborais e salariais, levaram a cabo, de 31 de Julho a 3 de Agosto de 1959, a greve no decurso da qual a polícia os reprimiu

<sup>705</sup> - NÓBREGA, Álvaro – *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edição do ISCSP, 2003, p. 193.

<sup>706</sup> - PAI – *Action du Parti de 1956 à 1962*. Lisboa : Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.026, p. 2.

<sup>707</sup> - Cit., por Álvaro Nóbrega – Op. Cit., p. 193.

violentamente. Desta feita, a manifestação não foi tolerada, a exemplo da greve de Fevereiro de 1956, no mesmo porto.

O balanço foi trágico. Mais de 50 trabalhadores indefesos foram mortos no cais de Pidjiguiti e centenas levados para os calabouços de Bissau. A repressão que se lhe seguiu foi tão violenta que as autoridades coloniais instalaram em toda a Guiné um clima de medo e de terror.

Amílcar Cabral encontrava-se no aeroporto de Luanda, à espera do voo para Lisboa, quando, ao comprar um jornal, tomou conhecimento do massacre de Pidjiguiti, que, certamente, o obrigou a uma profunda reflexão sobre a estratégia do partido. Permanece um mês na capital do Império, após o que regressa à Guiné.

Mal chegou a Bissau, em Setembro, reuniu-se com alguns responsáveis do PAIGC (Aristides Pereira, Luís Cabral, Rafael Barbosa e Fernando Fortes). Juntos adoptaram, à luz da experiência de Pidjiguiti e da própria natureza do colonialismo português, um plano de acção no qual se dispuseram a recorrer a todos os meios, incluindo a guerra, para mudar a ordem social vigente na Guiné e em Cabo Verde.

A nova estratégia continha seis pontos: mobilizar e organizar as massas camponesas; fortalecer a organização do partido nas cidades, mantendo-a clandestina; desenvolver e reforçar a unidade à volta do partido; preparar o maior número possível de quadros (...) para se ocuparem da direcção da luta; mobilizar os exilados em territórios vizinhos; e, por fim, trabalhar no sentido de adquirir os meios materiais (...).

Álvaro Nóbrega é perspicaz, quando diz que, com o 3 de Agosto, o PAI «(...) havia encontrado o seu mito fundador e o massacre tornar-se-ia, por conseguinte, um símbolo da brutalidade e da opressão da administração colonial e um marco histórico do início da luta»<sup>708</sup>.

---

<sup>708</sup> - NÓBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 194.

Dos acontecimentos de Pidjiguiti, o PAI extraiu grandes lições, a primeira das quais era a de que não lhe era possível lutar a partir dos centros urbanos, devido à forte presença do aparelho colonial. Amílcar Cabral testemunha que, «na primeira fase, a falta de experiência fazia-nos pensar que podíamos lutar nas cidades por meio de greves e de outras acções, mas enganávamo-nos, e a realidade do momento prova-nos que isso não era possível»<sup>709</sup>.

O massacre de Pidjiguiti marca, a acreditar em Cabral, um ponto de viragem na vida do PAI, porque provou que este «(...) seguia uma linha errada e não tinha nenhuma experiência. Nesta época, o partido nada sabia do que se passava no mundo e éramos obrigados a avançar empiricamente. Eu, só em 1961, conheci as obras de Mao Tsé-Tung»<sup>710</sup>.

Por isso, Cabral dizia «que seria junto da população camponesa do nosso país que teríamos de procurar as forças necessárias para combater e vencer o colonialismo. Não devíamos sacrificar os nossos homens (...) numa confrontação desigual na cidade. Devíamos, sim, organizar a nossa gente (...) primeiro no campo (...) para se alastrar à cidade»<sup>711</sup>.

Em face deste quadro, os principais dirigentes do PAIGC fugiram para Conacri e para Dacar em busca de um *santuário*, de onde pudessem desenvolver actividades políticas sem grande perigo de retaliação da parte do inimigo. A opção foi para a Guiné-Conacri e já se achava feita quando Sékou Touré disse o histórico «Não» à França, em 1958.

É já conhecida a exclamação de Cabral, em Lisboa, ao tomar conhecimento da notícia, segundo conta o seu irmão Luís: «Já tenho terra. Posso arrumar as minhas coisas para regressar definitivamente a África»<sup>712</sup>. Amílcar Cabral explicou a Basil Davidson que «a existência da Guiné-Conacri permitiu ao nosso Partido decidir que alguns dos seus

<sup>709</sup> - CABRAL, Amílcar – *Textos Políticos*. Lisboa: Cadernos Maria da Fonte, s/d, p. 12.

<sup>710</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 176.

<sup>711</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 76.

<sup>712</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 59.

dirigentes fossem ali instalar temporariamente para criarem os meios necessários ao apoio à luta»<sup>713</sup>.

A mudança de estratégia de combate era inevitável. A esta luz, convocou para Dacar uma Conferência de Quadros, que se realizou a 19 de Setembro, no dia do aniversário da fundação do PAI, tendo em mente três coisas: demarcar-se do PAI senegalês, reafirmar a política da Unidade Guiné-Cabo Verde e redefinir a estratégia de luta.

Importantes decisões saíram da reunião, das quais as mais sonantes foram, sem dúvida alguma, a transformação do PAI em PAIGC<sup>714</sup> (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde) e o lançamento de alicerces para o início da luta armada, que, aos olhos de Amílcar Cabral, é uma forma de luta política<sup>715</sup>. Ou não é a guerra, como ensina Carl Von Clausewitz, a continuação da política por outros meios?

Outra deliberação, também, de não menos valor, foi a designação de Amílcar Cabral para o cargo de secretário-geral, além da aprovação dos Programas Mínimo e Maior<sup>716</sup> e da bandeira, esta por sugestão de Luís Cabral. A partir deste encontro de quadros, «(...) o PAIGC decidiu instalar-se na República da Guiné, onde deu início a um trabalho aturado de preparação para a luta armada. Criou-se então o chamado Lar dos Combatentes, em Conacri, que acolhia voluntários e compatriotas (...)»<sup>717</sup> para os preparar, política e ideologicamente, em missão de mobilização dos camponeses.

Já estabelecidos, em Conacri, e, em Dacar, os militantes do PAIGC empreendem uma das suas mais árduas e importantes tarefas políticas de sempre: mobilizar os camponeses para a luta armada. Álvaro Nóbrega diz que o PAIGC «precisava de pessoas ligadas à sociedade tradicional que fossem capazes de transmitir aos *homens grandes* –

<sup>713</sup> - DAVIDSON, Basil – *A Libertação Da Guiné – Aspectos de uma Revolução Africana* (Prefácio de Amílcar Cabral). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975. p. 58.

<sup>714</sup> - Em «A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau», Álvaro Nóbrega esclareceu que a razão da mudança do PAI para o PAIGC ficou a dever-se à existência no Senegal de um partido, de cariz comunista, com idêntica sigla. Para evitar confusões de identidade, acrescentaram ao PAI o GC, passando a significar Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC).

<sup>715</sup> - CABRAL, Amílcar – *Análise de Alguns Tipos de Resistência*. Bissau: Edição do PAIGC, 1979, p.124.

<sup>716</sup> - Ambos os textos foram redigidos por Amílcar Cabral. O PAIGC declarou-se por um governo republicano, democrático, laico, anti-colonialista e anti-imperialista; pelo estabelecimento das liberdades fundamentais, respeito pelos direitos do homem; igualdade dos cidadãos perante a lei, sem distinção de nacionalidade ou grupo étnico, de sexo, de origem social, de cultura, de profissão, de condição de fortuna, de crença religiosa ou de convicção filosófica; defendeu a realização de eleições livres, baseadas no sufrágio universal, directo e secreto; definiu como objectivo principal a conquista imediata, pelos meios que forem necessários, da independência nacional, total e incondicional, do povo da Guiné e do povo de Cabo Verde. Por fim, defendeu a unidade entre a Guiné e Cabo Verde.

<sup>717</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., pp. 141 e 142.

os anciões – a mensagem de libertação do partido, assegurar as bases de apoio logístico e recrutar os jovens combatentes»<sup>718</sup>.

Para o efeito, encetou uma grande campanha de «mobilização e de educação política», no campo e na cidade, visando recrutar aderentes à causa da independência. Citando o filósofo ateniense Sócrates, Amílcar Cabral evocava que os revolucionários deviam desempenhar o papel de parteiras intelectuais para ajudar o povo a descobrir a verdade, de *per si*.

A mobilização não se afigurou fácil, como dá conta Amílcar Cabral: «Nunca mobilizámos as pessoas com base na luta contra o colonialismo. Isso não dava nada. Em vez disso, falámos numa linguagem directa e acessível a todos: Porque lutamos nós? Quem és tu? Qual é tua situação? Já estiveste preso? Quem é que tem um carro? (...) Servimo-nos de certos casos concretos que as pessoas conhecem: indivíduos que tinham sido tocados porque o colonialismo tinha agido mal»<sup>719</sup>.

Ao enveredar-se por este caminho, o PAIGC, de partido de quadros, embora com carácter de classe, passa para o de massas, a avaliar pela terminologia de Maurice Duverger. A organização, a disciplina, a profissionalização, a centralização passam a estar no centro das atenções de Cabral, a que se juntam a preocupação de recrutar, maciçamente, os militantes, preferindo, desta feita, a quantidade à qualidade.

A par da mobilização das massas, o PAIGC inaugura uma nova forma de luta política: a acção directa, que consiste em sabotar as «instalações do inimigo»<sup>720</sup> (casas, pontes, meios de comunicação, centrais eléctricas, depósitos de água e de abastecimento, etc.). Não se trata do uso de armas de fogo, mas de «uma acção que se dirige às coisas e não aos homens principalmente»<sup>721</sup>.

A acção directa, anunciada por Cabral, em 3 de Agosto de 1961, durou até 1963. Segundo Aristides Pereira, com o desencadeamento das actividades de sabotagem, «(...)

<sup>718</sup> - NÓBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 195 e 196.

<sup>719</sup> - CABRAL, Amílcar – *Textos Políticos*: Lisboa: Cadernos Maria da Fonte, s/d, pp. 28 e 29.

<sup>720</sup> - PAIGC: *Lições de História da Guiné e Cabo Verde. IV Centro de Aperfeiçoamento de Professores*, Julho/Setembro de 1968. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602. 050, p. 8.

<sup>721</sup> - PAIGC - Op. Cit., p. 8.



as forças colonialistas ficaram um pouco hesitantes, pensando talvez que tivéssemos armas, isto porque houve da parte deles uma certa dúvida em avançar a sério para a repressão no mato, uma vez que estavam confinados às cidades (...)»<sup>722</sup>.

A visão de Aristides Pereira contrasta com a do Prof. Pereira Neto, que tem outra leitura da mudança de estratégia do PAIGC. A seu modo, este «(...) receoso de que o início de actividades armadas por parte dos seus adversários de Dacar lhe diminuísse os créditos nos meios africanos, não tardou também a reivindicar a autoria de alguns actos terroristas que se teriam registado na Guiné»<sup>723</sup>.

A acção directa foi um verdadeiro ensaio para o desencadear da guerra. Os seus resultados imprimiram um grande alento à dinâmica ao PAIGC, que, em consequência disso, atacou, em 23 de Janeiro de 1963, o quartel de Tite, dando início, destarte, à luta armada contra o colonialismo, com apenas meia dúzia de pistolas, catanas e outras armas de fogo.

O *modus operandi* apanhou de surpresa o Poder colonial: «(...) Desencadeámos a luta armada no centro, no sul e no norte (...) Optámos uma estratégia a que poderíamos chamar centrífuga: a partir do centro para a periferia. E este facto provocou grande surpresa nos portugueses, que tinham concentrado as suas tropas na fronteira da Guiné e do Senegal»<sup>724</sup>.

João Paulo Guerra dá razão a Amílcar Cabral: «O PAIGC iludiu a expectativa e desencadeou as primeiras acções no Interior Sul, onde a guarnição militar portuguesa era mais fraca, irradiando depois para Norte do Rio Geba. Mais tarde, quando as tropas portuguesas acorreram ao interior, desguarnecendo, de certo modo, as fronteiras, a guerrilha ocupou então posições sólidas nos limites do território (...)»<sup>725</sup>.

Se, para o sociólogo guineense Carlos Lopes, o ataque a Tite marca uma nova etapa para o povo guineense, já, no dizer do politólogo português Álvaro Nóbrega, o

<sup>722</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p.145.

<sup>723</sup> - NETO, João Baptista Nunes Pereira – Op. Cit., p. 568.

<sup>724</sup> - CABRAL, Amílcar – *Textos Políticos*: Lisboa: Cadernos Maria da Fonte, s/d, p. 22.

<sup>725</sup> - GUERRA, João Paulo – *Memória das Guerras Coloniais*, 2ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 214.

início da guerra fez com que o PAIGC deixasse de ser um mero grupo político clandestino, que distribuía panfletos e levava a cabo pequenas reuniões, para se transformar num movimento armado.

Basil Davidson vai ainda mais longe. Os guerrilheiros, que, antes de 1963, se limitam a reivindicar mudanças progressivas, reformas e igualdade de direitos no sistema colonial, já, com o início dos combates, deixaram «(...) de ser rebeldes para serem revolucionários»<sup>726</sup>. Em outros termos, para ele, o processo político guineense passou, com o dealbar da guerra, da revolta para a revolução.

O anúncio público da guerra só foi dado a conhecer dezasseis dias depois, em Dacar. Fê-lo Amílcar Cabral, em comunicado de imprensa, a 8 de Fevereiro, deixando, todavia, abertas as portas do diálogo com o Governo de Lisboa. Entusiasmado com o impacto mediático da operação de 23 de Janeiro, começou o PAIGC a libertar alguns territórios, um dos quais a ilha de Como, em Fevereiro de 1963.

Depois de Tite e de Como, os guerrilheiros atacaram ainda postos administrativos e comerciais, bem como pequenas unidades militares em Bedanha, Falacunda e Empada, a sul do rio Geba. Os êxitos do PAIGC continuam a avolumar-se e Lisboa começou a dar sinais de inquietação.

Em 18 de Julho de 1963, o ministro da Defesa Nacional reconheceu que «numerosos grupos bem armados, treinados em guerra subversiva no Norte de África e nos países comunistas, penetraram no território da Guiné numa área equivalente a 15% da superfície total»<sup>727</sup>, embora, dois dias depois, uma fonte militar se tenha dado ao trabalho de corrigir o general Gomes de Araújo, garantindo que em 85% da província a vida é normal.

A reconquista de Como tornou-se um ponto de honra para o exército colonial, ou, segundo Cabral, uma questão de necessidade básica e mesmo vital para a estratégia militar portuguesa. Depois de algumas tentativas para a recuperar, as tropas coloniais

<sup>726</sup> - DAVIDSON, Basil – *A Libertação da Guiné – Aspectos de uma Revolução Africana* (Prefácio de Amílcar Cabral). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975, p. 28.

<sup>727</sup> - GUERRA, João Paulo – Op. Cit., p. 214.

prepararam o assalto à ilha, com um efectivo total de três mil homens, bem equipados, que se viram ainda reforçados com dois mil soldados e oficiais transferidos de Angola.

Depois de 75 dias de combate, que se saldou, conforme um comunicado dos independentistas, pela morte de 650 homens, as tropas portuguesas viram-se obrigadas a recuar, pondo fim aos encarniçados combates. Aristides Pereira assinala que «a resistência tenaz dos guerrilheiros e as perdas humanas e materiais obrigaram as tropas coloniais a abandonar a ilha»<sup>728</sup>.

A conquista de Como, a primeira parcela libertada do território guineense, nas palavras de João Paulo Guerra<sup>729</sup>, permitiu ao PAIGC, em pouco tempo de guerra, conquistar todo o sul da Guiné. Para Carlos Lopes, «Como foi a maior derrota militar imposta pelo PAIGC aos portugueses e foi a mais importante batalha da luta armada guineense»<sup>730</sup>.

A par destes êxitos militares, o PAIGC começou, porém, a experimentar graves problemas nas chamadas zonas libertadas, onde os seus militantes armados impuseram um verdadeiro estado de terror às populações. Aristides Pereira confirma: «(...) O PAIGC teve, depois do início da luta armada, inúmeros problemas organizacionais, ligados ao comportamento reprovável de alguns quadros responsáveis que actuavam em diversas zonas, fazendo perigar as conquistas (...)»<sup>731</sup> do partido.

Carlos Lopes corrobora que «(...) alguns dirigentes do movimento, ao nível das aldeias e sectores, actuavam sem qualquer coerência com os princípios do Partido (...) Comportavam-se como tiranos, obrigando a população a sujeitar-se à sua tutela, explorando os camponeses, mantendo haréns de mulheres e de servidores à sua disposição»<sup>732</sup>.

Contudentemente, Vasco Cabral explana, a propósito disso, que «o açambarcamento do poder por indivíduos ou grupos que o utilizam em proveito próprio,

<sup>728</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p.172.

<sup>729</sup> - GUERRA, João Paulo – Op. Cit., p. 215.

<sup>730</sup> - LOPES, Carlos – Op. Cit., p. 25.

<sup>731</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 172.

<sup>732</sup> - LOPES, Carlos – Op. Cit., p. 25.

a ausência da prática de uma democracia verdadeira, o caciquismo, o nacionalismo estreito, o racismo, etc., são outras tantas tendências retrógradas, muitas vezes, aparentemente, inspiradas nas nossas tradições e cultura»<sup>733</sup>.

O prestígio do partido e de Cabral começa a degradar-se aos olhos da população. O movimento, que se dizia libertador do povo, não passava de um grupo de tiranos, que actuavam à margem dos costumes e da ética tradicionais. A situação era gravíssima. Luís Cabral, no final de uma visita a Quetáfine, deu a conhecer ao seu irmão episódios pormenorizados sobre a postura de alguns chefes militares:

«De assassinatos de homens, mulheres até mesmo crianças, sob a acusação de serem feiticeiras; do êxito massivo de pessoas que procuravam protecção em outras zonas para fugirem aos abusos e aos crimes cometidos por responsáveis de bases de guerrilha (...) Marcavam o território, instituíram a sua própria lei e submetiam pelo terror as populações, pondo em causa todo o esforço de mobilização e de unidade do partido»<sup>734</sup>.

A situação atingiu um ponto insustentável. Por todos estes factos, impunha-se alterar o *status quo* quanto mais não seja para melhorar a imagem do partido, já de si denegrida. Amílcar Cabral convocou, para 13 a 17 de Fevereiro de 1964, em Cassacá, ao sul do rio Geba, a VIª Conferência Geral dos Quadros, que se transformou depois no 1º Congresso do PAIGC.

O ambiente era de medo e de desconfiança. Alguns chefes militares fizeram-se acompanhar de um aparato de segurança que provocou uma certa apreensão a Cabral e aos seus principais colaboradores. Porque a atmosfera era pesada, o líder do partido deu-se ao trabalho de construir um clima de cordialidade e de confiança para evitar o pior.

Nesta ordem de ideias, começaram os conferencistas, sob o atento olhar de Cabral, a discutir os principais problemas inerentes à luta na Guiné e em Cabo Verde. Tratava-se de questões pacíficas de cujo debate saíram algumas decisões, a mais importante das quais

<sup>733</sup> - CABRAL, Vasco – *Acção do Líder no Congresso de Cassacá*. In «Nô Pintcha», 3 de Agosto de Dezembro de 1984.

<sup>734</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., pp. 158-160.

foi a criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), constituídas por três ramos – a Guerrilha, o Exército Popular e a Milícia Popular.

Além desta medida, a Conferência decidiu reforçar o poder político, reconduzir Amílcar Cabral ao cargo de Secretário-Geral e eleger o Comité Central e o «Bureau Político», tendo ainda aprovado directrizes no sentido de o partido criar armazéns do povo e instituir um sistema de ensino, de saúde, de assistência social, de justiça e de administração nas regiões libertadas.

Desanuviado o ambiente, narra Luís Cabral, procedeu-se «(...) a uma análise crítica e auto-crítica da actividade do Partido e dos seus dirigentes»<sup>735</sup>, no decurso da qual Cabral ouviu relatos de atrocidades que os chefes de guerra cometiam: torturas, violação de mulheres, eliminação brutal de homens e de crianças, entre outras sevícias que constituem manifesta violação dos direitos civis elementares.

Impunha-se fazer justiça, perante o rosário de acusações. Ao líder do PAIGC não se oferecia outra saída, pois necessário era recuperar a imagem do partido, sob pena de a enegrecer totalmente. Por isso, «a afirmação da disciplina partidária foi impiedosa (...)»<sup>736</sup>, no dizer de Norrie MacQueen. Os culpados foram julgados, condenados e fuzilados. José Pedro Castanheira testemunha: «A pena máxima é aplicada a um número indeterminado de militantes»<sup>737</sup>. Dado o mutismo que ainda envolve Cassacá, talvez nunca se venha a saber, exactamente, a quantidade de pessoas executadas.

O Congresso de Cassacá foi um marco importante na vida do PAIGC. Se, por um lado, constituiu o ponto de partida para a construção do Estado na Guiné-Bissau, com a criação das primeiras estruturas dignas desse nome, por outro, serviu para clarificar, ideologicamente, as correntes guineense e cabo-verdiana que se achavam numa luta sem tréguas para ocupar espaços de poder à volta de Cabral.

<sup>735</sup> - A Conferência de Quadros decorreu em Fevereiro, mas, só a 31 de Março, é que o PAIGC dela falou, num comunicado, assinado por Luís Cabral, em nome do seu irmão. O documento, em francês, que encontramos nos arquivos da Fundação Mário Soares, resume os assuntos abordados na reunião, sem adiantar pormenores sobre os pontos quentes que resultaram no julgamento e no fuzilamento de muitos militantes do partido, acusados de prepotência e de abuso de poder.

<sup>736</sup> - MACQUEEN, Norrie – Op. Cit., p. 60.

<sup>737</sup> - CASTANHEIRA, José Pedro – Op. Cit., p. 47.

Tal como a definiram Rosemary Galli e Jocelyn Jones, a reunião magna de Cassacá foi a *primeira crise de liderança* no seio do PAIGC – «um confronto inevitável e decisivo para o futuro do partido e da sua luta armada, podendo ser considerada como o primeiro choque entre a guineendade e a cabo-verdianidade e entre as facções moderna e tradicional do partido»<sup>738</sup>.

A partir de Cassacá, «as estruturas partidárias são, organicamente, constituídas, dando origem a um aparelho político que é a génese de um poder com alto grau de intervencionismo na vida económica, além de contar com outras atribuições que geram alta concentração de poder»<sup>739</sup>.

O PAIGC transforma-se, de facto, em Partido-Estado, porquanto passou a administrar política, social, cultural e economicamente as zonas que libertava do jugo colonial. Na mesma linha, Aristides Pereira frisa que, depois do 1º Congresso, o partido deixou de agir apenas como uma organização política e militar para se dedicar a funções estatais, nomeadamente nos sectores da justiça, do estado civil, da educação, da assistência médica e do comércio<sup>740</sup>.

De acordo com José Pedro Castanheira, «Cassacá marca a transição de um movimento disperso, sem ideologia e marcado pelo tribalismo, para um partido hierarquizado, disciplinado, vincadamente, politizado»<sup>741</sup>. Poucos meses depois da histórica reunião, chega a Bissau, vindo de Angola, um novo Governador da Guiné – Arnaldo Schultz, que reuniu nas suas mãos todos os poderes militares e civis.

Mal aterrou, pôs em prática a chamada política dos «aldeamentos estratégicos», cujos resultados não lhe foram de todo satisfatórios, porque o PAIGC os mantinha sob fogo cerrado, obrigando, deste modo, as populações a fugir para outros lados mais seguros.

<sup>738</sup> - Cit. por NÓBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 204.6

<sup>739</sup> - HERNANDEZ, Leila Leite – Op. Cit., p. 185.

<sup>740</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 176.

<sup>741</sup> - CASTANHEIRA, José Pedro – Op. Cit., p. 47.

No entanto, um ano depois do Congresso de Cassacá, Amílcar Cabral faz, não obstante os progressos conseguidos desde então, um balanço negativo do partido no que toca às actividades políticas e militares. Uma parte importante das coisas que deveríamos fazer – lamenta – não foram feitas a tempo ou não foram mesmo feitas.

Denuncia o comodismo, a irresponsabilidade, mesmo de alguns dirigentes, a mania de *militarismo* que tomou conta de alguns militantes, a desorganização, o gasto excessivo de munições, a falta de coragem e de espírito de decisão. Pesem estes males, não deixou de encorajar os seus homens: «Os erros que cometemos não devem desanimar-nos, assim como as vitórias que alcançamos não devem fazer-nos esquecer os erros»<sup>742</sup>.

Neste sentido, o PAIGC preparou uma acção militar de grande envergadura. Em 19 de Fevereiro de 1968, um comando, composto por 13 homens, chefiado por André Gomes e Joaquim N'Com, atacou o Aeroporto Internacional de Bissalanca, a escassos 14 kms de Bissau, tendo, no decurso da operação, destruído a torre de controlo, dois aviões e três hangares e causado outras perdas em material e em vidas ao inimigo<sup>743</sup>.

No dealbar de Fevereiro de 1969, os combatentes do PAIGC conquistam o campo fortificado de Madina de Boé, seguindo-se-lhe depois ataques a Guidage, a Guiledje, a S. Domingos, a Gadamael, a Nhacra e a Buruntuma.<sup>744</sup> Os sucessos do PAIGC coincidiram com a chegada, em 1969, do general António Spínola para substituir Arnaldo Schultz.

### 13.3 – POLÍTICA DA «GUINÉ MELHOR» DE SPÍNOLA

Quando o novo homem forte aterra em Bissau, a Guiné já estava cansada da guerra. A paz era um desígnio a atingir, a breve trecho. O desalento era um fenómeno

<sup>742</sup> - CABRAL, Amílcar – *Sobre a Situação da Luta e as Suas Perspectivas*, Dakar, Novembro de 1965. Lisboa: Arquivos da Fundação Mário Soares, nº 4602.039.

<sup>743</sup> - PAIGC – *Comunicado do Bureau Político*, Março de 1968. Lisboa: Arquivos da Fundação Mário Soares, nº 4602.048.

<sup>744</sup> - GUERRA, João Paulo – *Op. Cit.*, p. 216.

comum aos dois beligerantes. Spínola compreendeu-o, *proprio sensu*. Para o provar altera, substancialmente, a estratégia político-militar, ao sustentar, no discurso da sua tomada de posse, que «uma guerra não se ganha apenas com armas, mas, fundamentalmente, com a cabeça» – uma alusão crítica ao estilo de governação do seu predecessor.

Explica-se: «(...) Temos de ter sempre presente que a guerra em curso na Guiné é, eminentemente, psicológica, ou, por outras palavras, é uma guerra de conquista de almas, que, obviamente não poderá ser ganha por via de coacção, mas sim no campo da persuasão»<sup>745</sup>. Ou seja, venceu que «a guerra não se decidirá no campo militar, mas sim no campo político-social»<sup>746</sup>.

A ideia de António Spínola fundamentava-se na promoção social dos indígenas, ou melhor, na política de uma «Guiné Melhor», em estrita coerência com a fórmula *marcellista* de «unidade na diversidade e autonomia progressiva»<sup>747</sup>, que, a seu ver, constituía uma premente necessidade para os povos ultramarinos.

Com isso, o militar português transfere o desfecho da guerra do plano militar para o político-social: «O objectivo final de uma guerra, com as características da que enfrentamos no Ultramar, situa-se no campo social e traduz-se localmente na conquista das populações»,<sup>748</sup> explorando «(...) necessariamente as motivações susceptíveis de influenciar e condicionar as suas atitudes e comportamento»<sup>749</sup>.

Em obediência a esta estratégia, começou a desenvolver acções psicológicas junto das populações que desnortearam o PAIGC, a par da realização dos chamados congressos do povo, da atribuição de bolsas de estudo e da construção de escolas, aeródromos, pontes, hospitais, mesquitas, entre outras infra-estruturas sociais e culturais.

Com a inversão da estratégia político-militar, António Spínola acreditava ser possível derrotar o PAIGC «(...) não pela força das armas, mas sim pela força da

<sup>745</sup> - SPÍNOLA, António – *Por uma Guiné Melhor*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1970, p. 138.

<sup>746</sup> - SPÍNOLA, António – Op. Cit., p. 197.

<sup>747</sup> - SPÍNOLA, António – *País sem Rumor – Contributo para a História de uma Revolução*. Lisboa: SCIRE, s/d, p. 25.

<sup>748</sup> - SPÍNOLA, António – *Por uma Guiné Melhor*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1970, p. 135.

<sup>749</sup> - SPÍNOLA, António – Op. Cit., p. 246.



razão»<sup>750</sup>. Todos os seus esforços tinham uma única direcção: satisfazer, num ambiente de paz e de concórdia nacional, os anseios dos guineenses. Os resultados não tardaram a surgir.

O militar português nota que «as populações vêm aderindo francamente à causa nacional, revelando-se altamente receptivas à orientação do Governo (...) Esta viragem tem criado sérias dificuldades ao PAIGC, que, intensificando os actos de coacção em determinadas áreas, desviou o fulcro da sua acção de guerrilha contra as populações»<sup>751</sup>.

Aristides Pereira reconhece que, inicialmente, houve um relativo ou aparente sucesso da política da «Guiné Melhor»<sup>752</sup>, a qual resumiu, em quatro pontos: «Desenvolvimento simultâneo de acções militares e psicossociais (...); promoção de divisionismo étnico e de conflitos entre guineenses e cabo-verdianos; recrutamento de guineenses para a guerra; e reforço de operações militares para desmobilizar os combatentes do PAIGC».<sup>753</sup>

João Bernardo Vieira (Nino) é mais claro, ao assumir que António Spínola «conseguiu, de certo modo, enganar o nosso povo nas áreas que estavam sob o controlo do exército português», para depois completar que «nas matas fazia a guerra mesmo a sério, mas nas cidades era política, o que desorientava os guerrilheiros»<sup>754</sup>.

Pretendia Spínola «reafricanizar a guerra», isto é, recrutar somente os guineenses para as fileiras das forças armadas. Para o fim em vista, falava da reconciliação e da paz. No fundo, instava os indígenas a criar uma «Guiné para os guinéus». Com este discurso, Spínola despertou o «portuguesismo» no território, conquistando a simpatia das populações, «(...) anulando as motivações da subversão e furtando ao PAIGC o substrato humano (...)»<sup>755</sup> para a guerrilha.

<sup>750</sup> - SPÍNOLA, António – Op. Cit., p. 87.

<sup>751</sup> - SPÍNOLA, António – Op. Cit., pp. 86 - 87.

<sup>752</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 185.

<sup>753</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 191.

<sup>754</sup> - Entrevista ao Jornal «Público», Edição de 14 de Agosto de 1996, ao reagir ao falecimento, em Lisboa, de António Spínola.

<sup>755</sup> - SPÍNOLA, António – *País Sem Rumor – Contributo para a História de uma Revolução*. Lisboa: SCIRE, s/d, p. 25.

A par desta política de persuasão, o Governador investiu fortemente no armamento das suas tropas, desequilibrando a balança em seu favor. Ante esta situação, o PAIGC faz a aquisição do sistema GRAD, em 1970, obrigando, a crer nas palavras de Aristides Pereira, o exército colonial a confinar-se aos campos fortificados, embora Spínola o desminta, alegando que a situação militar e política na Guiné não conheceu alterações, de 1970 a 1972.

A partir de Março de 1973, com a entrada dos mísseis «Stella» (terra-ar) no teatro das operações, o PAIGC volta a adquirir supremacia militar. É o próprio general português quem o assume, admitindo que «a situação militar se deteriorou de forma sensível, tendo estado quase que iminente o abandono de algumas posições na fronteira, o que só não sucedeu pela valorosa acção individual de alguns comandantes (...)»<sup>756</sup>.

Perante este quadro, Spínola, em carta ao Ministro do Ultramar, Silva Cunha, alerta o Governo para o perigo de uma humilhante derrota militar na Guiné, dada a insuficiência de meios para travar o avanço do PAIGC: «Em resumo, aproximamo-nos, cada vez mais, da contingência do colapso militar»<sup>757</sup>, que só não ocorreu em virtude do «insucesso» da ofensiva do PAIGC e da «limitação imposta pela impraticabilidade do terreno na época das chuvas».

Assim, a guerra conhece um impasse, que Aristides Pereira classifica de redutor: «(...) No cômputo geral, a situação era estacionária, na medida em que, por um lado, o inimigo estava fixado no terreno, impossibilitado de se deslocar, e, por outro, também, não se registaram grandes avanços da guerrilha, que, na circunstância concreta, não dispunha de meios necessários para desalojar as forças colonialistas dos quartéis»<sup>758</sup>.

É neste quadro, que Spínola manda Alpoim Galvão – «Operação Mar Verde» – invadir Conacri, em 22 de Novembro de 1970, com um triplo objectivo: eliminar Sékou Touré, decapitar a cúpula do PAIGC e libertar os prisioneiros de guerra portugueses. Segundo elementos divulgados pelo partido de Cabral, cerca de 350 militares participaram no assalto à capital guineense, espalhados por diversos destacamentos.

<sup>756</sup> - SPÍNOLA, António – Op. Cit., pp. 54-55.

<sup>757</sup> - SPÍNOLA, António – Op. Cit., p. 57.

<sup>758</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 199.

Mal foi conhecida a invasão, Portugal foi, asperamente, condenado pelas instâncias internacionais, nomeadamente a ONU, a OUA e o Movimento dos Não-Alinhados. Todo o mundo anti-colonialista – dizia Amílcar Cabral – reprovou a investida de Spínola cujo objectivo maior era o de destruir o santuário do PAIGC<sup>759</sup>.

#### 13.4 – PROCLAMAÇÃO DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU

Inebriado pelas conquistas políticas, militares e diplomáticas, que, cada vez mais, aumentavam o seu prestígio internacional, o PAIGC gizou um plano político de grande vulto tendente a isolar Portugal – a realização de eleições gerais para a constituição da Assembleia Nacional Popular, que proclamará o Estado da Guiné-Bissau.

A ideia já florescia na cabeça de Cabral, desde 1965. Não o fez, porque o desígnio se lhe afigurava intempestivo. «A oportunidade de materialização da projectada proclamação do Estado na Guiné-Bissau (...) só veio a revelar-se aceitável e necessária quando, a partir de 1969, o PAIGC reforçou a sua acção diplomática de denúncia do colonialismo português no plano internacional, com resultados nitidamente desfavoráveis a Portugal»<sup>760</sup>.

Amílcar Cabral ponderou bem o problema. Um deslize político poder-lhe-ia custar muito caro. Pesou, certamente, as vantagens e as desvantagens da decisão que tomara. Marcou, para finais de Agosto a 14 de Outubro de 1972, as eleições destinadas à constituição dos Conselhos Regionais e da primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANP).

Depois de oito meses de campanha, durante os quais foram apresentadas as listas únicas dos candidatos do partido, o escrutínio realizou-se em todas as regiões libertadas, através de sufrágio universal e secreto. A 6 de Dezembro, numa conferência de imprensa, em Argel, o fundador do PAIGC anunciou o resultado das eleições:

<sup>759</sup> - Sobre este assunto, vide os Arquivos da Fundação Mário Soares, ricos em detalhes do acontecimento.

<sup>760</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 198.

«Dos 83 mil inscritos votaram 82.032, tendo o SIM ganho com 75.163 mil, correspondentes a 96,96%. Foram eleitos 273 conselheiros regionais, que depois elegeram os representantes à ANP, composta por 120 membros, dos quais 80 eleitos entre as massas populares e 40 entre os quadros políticos, militares, técnicos, profissionais e, outros, do Partido»<sup>761</sup>.

Depois das eleições, o passo seguinte definiu-o, no seu último discurso, em 1973, por ocasião do Ano Novo: «...Vamos reunir a Assembleia Popular da Guiné para que ela realize a primeira sessão histórica que lhe compete: a proclamação do nosso Estado, a criação de um executivo para esse Estado e a promulgação de uma Lei Fundamental – a primeira Constituição da nossa história – a qual será a base da existência activa da nossa Nação africana»<sup>762</sup>.

Continuou: «Hoje o nosso povo africano da Guiné dispõe (...) de um órgão de soberania, a sua Assembleia Nacional. Esta será, de acordo com a Constituição que estamos em vias de elaborar, o órgão supremo da soberania (...) Amanhã, (...) criaremos, igualmente, a primeira Assembleia Nacional de Cabo Verde. A reunião conjunta destes dois órgãos formará a Assembleia Suprema do povo da Guiné e Cabo Verde»<sup>763</sup>.

Ao cometer ao PAIGC a importante tarefa de proclamar, unilateralmente, o Estado da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral deu, praticamente, por resolvido o problema colonial, pelo menos, naquele território, deixando pouca margem de manobra ao Poder colonial. Ciente disso, mostrou-se determinado a ir para a frente, sabendo que, tarde ou cedo, poderia impelir Lisboa a sentar-se à mesa de negociações:

«...Vamos afirmar, perante o mundo, que a nossa nação africana, forjada na luta, está, irreversivelmente, decidida a caminhar para a independência, sem esperar pelo consentimento dos colonialistas portugueses, e que, a partir dessa afirmação, o Executivo do nosso Estado será, sob a direcção do PAIGC, o único, verdadeiro e legítimo

<sup>761</sup> - CABRAL, Amílcar – *Textos Políticos*. Porto: Edições Afrontamento, 1974, p. 72.

<sup>762</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 45.

<sup>763</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., pp. 72 e 73.

representante do nosso povo para todos os problemas nacionais e internacionais que lhe digam respeito (...)»<sup>764</sup>.

Pouco tempo depois, Amílcar Cabral era assassinado, em 20 de Janeiro de 1973, em Conacri. A sua morte não tolheu que o PAIGC cumprisse o seu sonho: a convocação da 1ª Assembleia Nacional Popular para proclamar o Estado da Guiné-Bissau. Assim, em 24 de Setembro de 1973, em Madina de Boé, os deputados declararam, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau – facto a que Carlos Lopes imprimiu um cunho inédito: «Era a primeira vez que, num território, ainda parcialmente ocupado pelas tropas coloniais, tal acontecia»<sup>765</sup>.

A proclamação unilateral do Estado da Guiné-Bissau criou um facto novo. Amílcar Cabral previu que «(...) da situação de colónia que dispõe de um movimento de libertação (...) vamos passar à situação de um país que dispõe do seu Estado e que tem uma parte do seu território nacional ocupada por forças armadas estrangeiras»<sup>766</sup>. Além do mais, o PAIGC declarou ilegais as autoridades coloniais e nulos os actos que venham a praticar, a partir de então. Em resultado desta posição política arrojada, o partido de Cabral colocava, assim, Portugal perante uma situação embaraçosa, no plano internacional:

«Em consequência, o Estado português não tem o direito, a partir deste momento, de assumir quaisquer obrigações ou compromissos relacionados com o nosso país. Todos os tratados, convenções, acordos, alianças e concessões assinados no passado pelos colonialistas portugueses e relacionados com o nosso país, serão submetidos à Assembleia Nacional Popular, expressão suprema do poder do Estado, que procederá à sua revisão de acordo com os interesses do nosso povo»<sup>767</sup>.

A proclamação do Estado não evitou que o PAIGC insistisse na necessidade de encontrar uma solução negociada da guerra. Depois de ter reafirmado tal desejo, lançou

<sup>764</sup> - CABRAL, Amílcar – *Textos Políticos*. Porto: Edições Afrontamento, 1974, pp. 74-75.

<sup>765</sup> - LOPES, Carlos – *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70, s/d. 17.

<sup>766</sup> - CABRAL, Amílcar – *Mensagem do Ano Novo pelo Camarada Amílcar Cabral*, Janeiro de 1973. Lisboa: Fundação Mário Soares, nº 4602.081, p. 3.

<sup>767</sup> - PAIGC: *Texto da Proclamação do Estado da Guiné-Bissau*. Madina de Boé, 24 de Setembro de 1973. Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.089, p. 3.

«(...) um apelo a todos os Estados independentes do mundo para que reconhecessem *de jure* o Estado da Guiné-Bissau, como Estado soberano, de acordo com o direito e a prática internacionais»<sup>768</sup>.

A decisão apanhou Portugal de surpresa. Lisboa levou três dias para esboçar a primeira reacção. Se, na capital portuguesa, o mutismo foi total, já, na sede da ONU, em Nova-Iorque, o não foi. Num comunicado, tornado público, em 27 de Setembro, o governo de Marcello Caetano qualificou de «fictícia e desprovida de qualquer fundamento jurídico ou moral» a proclamação da independência daquele território.

A 3 de Outubro de 1973, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal fez duas intervenções públicas. Uma na ONU e outra numa conferência de imprensa. Em ambos os actos, Rui Patrício exigiu que a NATO e os EUA pressionassem os países ocidentais a não reconhecerem a independência da Guiné-Bissau.

Finalmente, em 26 do mesmo mês, Marcello Caetano pronunciou-se sobre a situação na Guiné-Bissau, classificando de «falaciosa» a independência proclamada pelo PAIGC. O presidente do Conselho de Ministros foi taxativo: «... Embora esse Estado-fantasma tivesse sido reconhecido por certos Estados, as nações onde ainda há respeito pelo senso comum e pelo direito internacional reduziram a farsa às suas exactas proporções».

Os esforços de Portugal tendentes a impedir o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau caíram em saco-roto. Num ápice, «75 países de todos os continentes reconheceram a nossa soberania e colocaram Portugal na posição do Estado agressor»<sup>769</sup>. Ou seja, de 27 de Setembro a 7 de Outubro, a independência da Guiné-Bissau foi reconhecida pela grande maioria dos Estados africanos, asiáticos, árabes e europeus do Leste.

Numa medida, a todos os títulos, inusitada, a Assembleia-Geral da ONU, em 2 de Novembro, aprovou uma resolução na qual saudava a independência do povo da Guiné-

<sup>768</sup> - PAIGC: Op. Cit., p. 4.

<sup>769</sup> - PEREIRA, Aristides – *Balanço dos 20 Anos de Luta pela Libertação da Guiné e Cabo Verde*. Bissau: Imprensa Nacional da Guiné – Bissau, 1976, p. 7.

Bissau e exigia que Portugal «cessasse, imediatamente, de violar a soberania e a independência da Guiné-Bissau e de cometer actos de agressão contra o povo da Guiné e de Cabo Verde». Em consequência disso, a Guiné-Bissau foi admitida como observador na ONU e como membro da OUA.

Depois da morte de Cabral, o PAIGC reúne-se em Congresso - o 2º da sua história, no fim do qual elege Aristides Pereira e Luís Cabral para, respectivamente, ocuparem os cargos de Secretário-Geral e de Secretário-Geral-Adjunto, sobre cujos ombros recaíram todas as responsabilidades de conduzir o projecto político de Amílcar Cabral.

Em Maio de 1973, o PAIGC tomou Guiledje, o mais bem fortificado quartel da frente sul. Foi um grande revés para as autoridades coloniais, porque, sendo uma localidade de decisiva importância estratégica, a sua conquista permitia controlar a circulação entre a fronteira e o interior, tornando mesmo possível a circulação de veículos militares e de transporte»<sup>770</sup>.

Em 6 de Agosto de 1973, António Spínola demite-se e é colocado em Lisboa. A situação militar, mesmo depois da conquista de Guiledje, não conheceu grandes desenvolvimentos. O impasse voltou a imperar, por entre recuos e avanços dos beligerantes. Pouco tempo depois, ocorre o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, o qual permitiu resolver, politicamente, o problema colonial português.

Em nossa opinião, o PAIGC conheceu, até 1974, seis grandes fases da sua história: de 1953 a 1956 (De agitação política à criação do PAI); de 1956 a 1963 (Do PAIGC ao início da guerra); de 1963 a 1965 (De Cassacá ao Partido-Estado); de 1965 a 1973 (Do Partido-Estado à morte de Cabral); de 1973 a 1974 (Da morte de Cabral à proclamação do Estado da Guiné-Bissau); de 1974 a 1980 (Da proclamação do Estado da Guiné-Bissau ao Golpe de Estado de 1980).

## 14 – DIPLOMACIA DO PAIGC

<sup>770</sup> - GUERRA, João Paulo – Op. Cit., p. 217.

Desde a primeira hora, Amílcar Cabral sempre procurou manter um cordial relacionamento com o povo português. Deixou-o transparecer em muitos discursos e intervenções políticas produzidos ao longo da sua vida. Sendo um homem de cultura e formação portuguesas, preocupou-se em distinguir o trigo do joio em matéria de política colonial.

Em Outubro de 1960, já instalado em Conacri, onde preparava a luta armada, escreveu uma carta aos colonos portugueses da Guiné e de Cabo Verde na qual os exortou a tomar uma «posição de neutralidade» face à luta de libertação. «Se vocês não têm a coragem de apoiar a nossa luta, conservem a vossa dignidade de homem, neguem-se a servir os colonialistas portugueses»<sup>771</sup>.

O fundador do PAIGC deu-se ainda ao trabalho de discernir os colonos dos colonialistas:

«(...) Fazemos a distinção entre o Colonialismo português e colonos portugueses<sup>772</sup>, assim como (...) entre um carro e as suas rodas. Um carro sem rodas não anda. O colonialismo português sem colonos não funciona. Vocês têm sido as rodas do velho e odioso carro do colonialismo português (...) Não devem deixar-se enganar, não devem continuar a ser simples peças dum mecanismo anacrónico e condenado a desaparecer (...)»<sup>773</sup>.

Amílcar Cabral dirigiu-se, de igual modo, aos soldados portugueses estacionados na Guiné e em Cabo Verde. Numa mensagem que lhes enviou, em 1962, convidou-os a não lutar contra «o nosso povo que quer a sua liberdade»<sup>774</sup>. «Exige aos teus comandantes que te mandem para a tua pátria, para a tua casa» – escreveu, em jeito de apelo, ameaçando-os depois:

«Custe o que custar, o nosso povo vai reconquistar a sua liberdade. Todo aquele que se opuser à marcha da nossa libertação será liquidado, tu mesmo, soldado português,

<sup>771</sup> - PAIGC – *Mensagem do Partido Africano da Independência aos Colonos Portugueses da Guiné e de Cabo Verde*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, 4602. 005.

<sup>772</sup> - Os sublinhados não são da nossa responsabilidade.

<sup>773</sup> - PAIGC – Op. Cit.

<sup>774</sup> - PAIGC – *Mensagem aos Soldados Portugueses na Guiné e em Cabo Verde*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, 4602. 024.



tu não serás poupado, se tentares impedir o nosso povo de reconquistar a sua independência»<sup>775</sup>.

Pelo conteúdo da mensagem, nota-se que o fundador do PAIGC tencionava fazer ver aos soldados portugueses que eles eram «um instrumento inconsciente» nas mãos dos colonialistas para manter a dominação estrangeira na Guiné e em Cabo Verde. «A tua presença, com armas na mão, torna possível a exploração e a opressão do nosso povo que quer ser livre na sua própria terra»<sup>776</sup>.

Mesmo antes do início da guerra de libertação, em 1963, Amílcar Cabral distinguiu o povo português do colonialismo português. Dizia, muitas vezes, que o PAIGC estava a lutar contra o segundo e não contra o primeiro. Mais precisamente: «(...) Os nossos povos não lutam contra o fascismo português (...) Nós lutamos contra o colonialismo português»<sup>777</sup>.

Mas foi, num artigo – «Guiné e Cabo Verde Face ao Colonialismo Português» – dado à estampa na revista «Partisans», em 1962, que melhor situou o lugar do povo português com relação à luta de libertação: «A destruição do fascismo em Portugal deverá ser obra do próprio povo português: a destruição do colonialismo português será obra dos nossos próprios povos»<sup>778</sup>.

Em Outubro de 1965, em Dar-es-Salaam, Amílcar Cabral clarificou a sua ideia: «Quem é este inimigo que nos domina? (...) Não é certamente o povo português, não é Portugal por si mesmo. Para nós (...) este inimigo é o colonialismo português (...) Mas muita gente critica Salazar, diz mal de Salazar. Salazar é um homem como outro qualquer. Ele tem muitos defeitos, é um fascista, nós odiamo-lo, mas nós não lutamos contra Salazar, lutamos contra o sistema colonial português. Nós não alimentamos o sonho de que se Salazar desaparecer o colonialismo português desaparecerá»<sup>779</sup>.

---

<sup>775</sup> - PAIGC – Op. Cit.

<sup>776</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit.

<sup>777</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 17.

<sup>778</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 17.

<sup>779</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Unidade Política e Moral - Força Principal da Nossa Luta Comum*. Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-Geral do Partido, à 2ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP. Dar-es-Salaam – 3 a 8/10/1965. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, 4602. 038.

A sua afirmação era um aviso aos anti-fascistas portugueses, que não se mostravam favoráveis à independência das colónias, alegando a ideia de «imaturidade para a autodeterminação», contra a qual Amílcar Cabral se bateu, considerando-a falsa. Este facto levou-o a vaticinar que «se a queda do fascismo em Portugal pode não conduzir ao fim do colonialismo português – e esta hipótese é de resto enunciada por alguns dos dirigentes da oposição portuguesa – estamos certos que a liquidação do colonialismo português provocará a destruição do fascismo em Portugal»<sup>780</sup>.

A história desmentiu-o, de todo. Foi «a queda do fascismo», ou seja, o golpe de Abril, que levou ao desmantelamento do Império e ao consequente colapso do colonialismo, embora sejamos forçados a admitir que a guerra do Ultramar influenciou sobremaneira o processo que impeliu os militares a desencadearem a Revolução contra o Estado Novo.

Por outro lado, para Amílcar Cabral, existe uma visível ligação entre a luta pela independência e o combate anti-fascista contra o Estado Novo, mostrando-se convencido de que se em Portugal existisse um governo democrático e progressista, que reconhecesse o direito dos povos africanos à independência, a luta armada não teria razão de ser. É aqui que ele detectou um elo de ligação entre os dois processos políticos:

«Aí está a ligação íntima que pode existir entre a nossa luta e a luta anti-fascista em Portugal; mas, também vice-versa, estamos absolutamente convencidos de que na medida em que os povos das colónias portuguesas avancem com a sua luta e se libertem totalmente da dominação colonial portuguesa, estarão contribuindo duma maneira muito eficaz para a liquidação do regime fascista em Portugal (...)»<sup>781</sup>.

Aquando do célebre caso «Santa Maria», o PAIGC, em 28 de Janeiro de 1961, aproveitou o ensejo para aclarar que a luta de libertação da Guiné e de Cabo Verde é «distinta e independente» da que o povo português estava a travar «contra o fascismo de Salazar», assumindo que o processo de emancipação das duas colónias é obra dos próprios africanos.

<sup>780</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 17.

<sup>781</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., pp. 118-119.

O partido de Cabral diz encarar, «com agrado», a possibilidade de uma colaboração sincera com os democratas que combatem «o regime nazi-fascista de Salazar», mas fê-la depender da observação de um requisito: «(...) É condição fundamental para essa colaboração que esses elementos democratas manifestem de forma inequívoca o respeito pela nossa luta de libertação e pelo direito dos nossos povos à autodeterminação e à independência»<sup>782</sup>.

O PAIGC, para além de ter apoiado «os democratas portugueses que realizaram o feito da libertação do navio Santa Maria», não deixou de notar que «a luta corajosa dos nossos povos pela liquidação total do colonialismo português é já uma contribuição positiva para a destruição do fascismo em Portugal»<sup>783</sup>. Não obstante ter distinguido os dois processos de luta política, não deixou de apelar a uma aliança entre os movimentos de libertação e a oposição portuguesa para a liquidação simultânea do colonialismo e do fascismo português:

«Se a oposição portuguesa fosse capaz de realizar a sua própria unidade, de aceitar abertamente o princípio da autodeterminação e da independência para os nossos povos (...) estaríamos prontos a encarar uma aliança (...)»<sup>784</sup> com as forças democráticas e progressistas de Portugal.

O nacionalista cabo-verdiano, numa mensagem aos militantes do PAIGC, por ocasião do 16º aniversário deste, avisou, em 1972, que «a honra da nação portuguesa e os interesses de Portugal na nossa terra» têm ainda alguma possibilidade de serem defendidos, «sem prejuízo da soberania do nosso povo», desde que «os colonialistas portugueses» reconheçam, enquanto é tempo, a independência da Guiné e de Cabo Verde.

Amílcar Cabral diz ter feito tudo, pesem «os crimes cometidos pelos colonialistas portugueses», em ordem a preservar as possibilidades de cooperação, de amizade, de solidariedade e de colaboração eficaz com o povo de Portugal, numa base de

<sup>782</sup> - PAIGC – *Sobre o Caso «Santa Maria»*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, 4602. 013.

<sup>783</sup> - PAIGC – Op. Cit.

<sup>784</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 17.

independência, de igualdade de direitos e de reciprocidade de vantagens, seja para o progresso da nossa terra, seja para o progresso do povo português»<sup>785</sup>.

Já em Fevereiro de 1972, Amílcar Cabral reitera o desejo de manter, «porque isso é do interesse do nosso povo», as melhores relações com Portugal, depois da independência, repetindo: «O povo de Portugal é nosso aliado. Não somos contra Portugal. Já o repetimos mil vezes, somos contra o colonialismo português»<sup>786</sup>.

Estas declarações Cabral produziu-as num fórum muito especial: o Conselho da Segurança da ONU, que se reunira, em Addis-Abeba, no decurso de cujo encontro se opôs, desabridamente, à expulsão de Portugal da organização, o que enfureceu muitos governos africanos extremistas, nomeadamente o de Sékou Touré.

Pelos vistos, parece-nos que a Cabral não interessava o isolamento de Portugal: «Quanto a nós, o problema hoje não é o da expulsão de Portugal, é, sim, o de reconhecer que o Governo português já não tem o direito – se é que alguma vez o teve – de representar o nosso povo no seio das Nações Unidas, do mesmo modo que ele não tem o direito de representar o nosso povo no seio da OUA»<sup>787</sup>.

A sua posição era muito mais prudente que a dos africanos radicais, porque uma eventual expulsão de Portugal da ONU não ajudaria, no quadro desta, a encontrar uma solução para o problema colonial. Amílcar Cabral, embora, muitas vezes, tenha assumido uma postura crítica quanto ao papel das Nações Unidas, nesta matéria, não descartava de todo a hipótese de entregar à organização a condução do processo de descolonização no Ultramar.

O fundador do PAIGC nunca pôs de lado a hipótese de chegar a um acordo de entendimento com Portugal, com cujo governo, desde o de Salazar, passando pelo de Marcello Caetano, tentou fazê-lo. Nos começos dos anos 60, ele tinha em mente apenas

<sup>785</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 118.

<sup>786</sup> - CABRAL, Amílcar – Discurso de Amílcar Cabral no Conselho de Segurança, em Addis-Abeba, Fevereiro de 1972. Lisboa: Arquivos da Fundação Mário Soares, 4602. 070.

<sup>787</sup> - CABRAL, Amílcar – Op Cit.

a realização de acções pacíficas para obter de Portugal o reconhecimento da independência da Guiné e de Cabo Verde.

A intenção manifestou-a, em numerosos escritos. Reconhecendo embora a intransigência e o radicalismo do Governo de Lisboa em questões coloniais, ele não via, nos primeiros anos da existência do PAIGC, a luta armada o meio adequado de os povos guineense e cabo-verdiano chegarem à independência nacional. Por isso, acalentava esperanças em ver resolvido, por meios pacíficos, o conflito colonial:

«Fazemos a guerra não porque sejamos guerreiros ou porque gostamos da guerra (...) Não fazemos a guerra para conquistar Portugal. Fazemo-la (...) para conquistar os nossos direitos (...) O objectivo da nossa guerra é um objectivo político, isto é, a libertação total do nosso povo da Guiné e de Cabo Verde (...) Estamos interessados – hoje, amanhã, em qualquer ocasião – em entabular negociações (...)»<sup>788</sup> com Portugal.

Todavia, o seu optimismo desvaneceu, em 1959, no cais de Pidjiguiti, em Bissau, quando uma manifestação de estivadores fora reprimida pela polícia com punhos de ferro. Já depois de se ter instalado em Conacri, enviou, com a anuência do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde, (MLGCV), em 15 de Novembro de 1960, um memorando<sup>789</sup> ao Governo português, no qual preconizava a execução urgente de 12 medidas tendentes à «liquidação pacífica do colonialismo português»<sup>790</sup>.

Na missiva endereçada a Salazar, o «bureau» político propôs, *inter alia*, a criação de partidos políticos e de sindicatos, a realização de eleições livres e gerais, assim como a constituição de parlamentos e de câmaras de representantes de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Em suma, defendia a criação de um regime democrático para Cabo Verde e para a Guiné-Bissau.

Eis, em síntese, o documento:

<sup>788</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 61.

<sup>789</sup> - O memorando foi rubricado por Amílcar Cabral (Abel Djassi), Seydi Câmara, Zain Lopes, Bedara Turé, Amadú Djaló, Walter Bareto, A. Pereira, Bubucar Nanque, Nbana Tcham, L. Cabral e João Ca. Pelo Comité Director do MLGCV assinaram A. Ramos, A. Araújo, I. Silva e Verónica Tavares. Muitos desses nomes são pseudónimos.

<sup>790</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, a Prática Revolucionária - Unidade e Luta*, Vol. II. Lisboa: Editora Seara Nova, 1976, p. 30.

1. Reconhecimento solene e imediato do direito dos povos guineense e cabo-verdiano à autodeterminação.
2. Retirada imediata das forças armadas portuguesas e da polícia política (PIDE) dos territórios da Guiné e Cabo Verde.
3. Amnistia total e incondicional e libertação imediata de todos os prisioneiros políticos.
4. Liberdade de pensamento, liberdade política, liberdade de reunião, de associação, de formação de partidos políticos e de sindicatos, liberdade de imprensa e garantias para o exercício efectivo dessas liberdades, sem discriminação de raça, de grau de cultura, de sexo, de idade e de condições de fortuna.
5. Direito de voto para todos os guineenses e para os cabo-verdianos, sem discriminação de raça, de tipo de cultura e civilização, de grau de cultura, de sexo e de condições de fortuna. Uma pessoa – um voto.
6. Constituição de uma Câmara de Representantes do povo da Guiné, na base de um representante para cada 30 mil habitantes.
7. Constituição de uma Câmara de Representantes do povo de Cabo Verde, na base de um representante para cada 10 mil habitantes.
8. Tanto na Guiné como em Cabo Verde, a Câmara de Representantes deve ser eleita por sufrágio universal, directo e secreto, em eleições livres e gerais, controladas por uma Comissão Especial da ONU. Esta Comissão deve ser constituída por representantes de países africanos.
9. Imediatamente a seguir à sua constituição, realização de uma reunião conjunta das duas Câmaras de Representantes para:

a) Estudar e decidir das possibilidades, das bases e da forma de realizar, no quadro da unidade africana, a união orgânica dos povos da Guiné e de Cabo Verde, com fundamento nos laços de sangue e nos laços históricos que ligam esses povos.

10. Em caso de decisão favorável à união:

a) Constituição de um Parlamento, com deputados guineenses e cabo-verdianos, escolhidos entre os membros anteriormente eleitos para as Câmaras de Representantes e de acordo com as bases estabelecidas na reunião conjunta dessas Câmaras.

b) O Parlamento, assim constituído, será o órgão supremo do poder legislativo na Guiné e em Cabo Verde.

c) Designação do Governo da Guiné e Cabo Verde pelo Parlamento constituído, de acordo com as bases estabelecidas na reunião conjunta das duas Câmaras de Representantes.

d) O Governo, assim indicado, será o órgão supremo do poder executivo na Guiné e em Cabo Verde.

e) Execução de qualquer outra decisão que for, eventualmente, tomada pela reunião conjunta das duas Câmaras de Representantes.

10 - Em caso de decisão desfavorável à união:

a) Transformação das Câmaras dos Representantes em Assembleias Nacionais. A Assembleia Nacional Guineense e a Assembleia Nacional Cabo-verdiana serão os órgãos supremos do poder legislativo, respectivamente, na Guiné e em Cabo Verde.

b) Designação do Governo da Guiné pela Assembleia Nacional Guineense e do Governo de Cabo Verde pela Assembleia Nacional Cabo-verdiana. Cada um desses Governos será o órgão supremo do poder executivo, respectivamente, na Guiné e em Cabo Verde.

12. Todos os assuntos da vida dos povos da Guiné e de Cabo Verde, incluindo, evidentemente, as relações com outros países, deverão ser resolvidos e controlados por esses povos através dos seus legítimos representantes. Esta condição é a base indispensável para os povos guineense e cabo-verdiano poderem, em qualquer momento e em plena liberdade, determinar o seu próprio destino.

Perante o silêncio de Lisboa, o PAIGC, a 13 de Outubro de 1961, voltou a insistir junto de Portugal, instando-o a desencadear iniciativas com vista a resolver, pacificamente, o conflito colonial, a exemplo do que fizeram os governos europeus em África. Na carta aberta ao Executivo de Lisboa, Amílcar Cabral propôs:

1 - A realização imediata das medidas propostas pelo nosso Partido no *Memorandu* dirigido ao Governo português, em Dezembro de 1960 ou a aceitação imediata, perante a opinião mundial e a ONU, do princípio da autodeterminação dos nossos povos, e a realização até, ao fim deste ano, de uma conferência entre os representantes do governo português e representantes dos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, com a seguinte ordem de dia:

2 - Autodeterminação e independência nacional dos povos da Guiné e Cabo Verde.

3 - Colaboração entre o povo português e os povos da Guiné e Cabo Verde.

Assinada apenas por Amílcar Cabral, a carta, que este considerava como a «última tentativa» para a liquidação pacífica da questão colonial, deixa, no fim, um sério aviso a Salazar:

«(...) Se o governo português insistir em não reconsiderar a sua posição – a qual despreza os interesses dos nossos povos e é contrária aos próprios interesses do povo português – nenhuma força será capaz de evitar que o nosso partido cumpra a sua missão histórica: a de desenvolver a nossa luta de libertação nacional, responder pela violência à



violência das forças colonialistas portuguesas e liquidar completamente, por todos os meios, a dominação colonial (...)»<sup>791</sup>.

Lisboa manteve-se em total silêncio, não obstante os dois documentos enviados pelo PAIGC, que, desesperadamente, busca apoios a outros níveis de decisão. Assim, em 26 de Setembro, Amílcar Cabral expede para Nova-Iorque um *memorandum*<sup>792</sup> à Assembleia-Geral da ONU no qual propõe que a Portugal seja exigido o cumprimento de cinco decisões:

1 – Reconhecimento solene e imediato dos direitos dos povos da Guiné e Cabo Verde à autodeterminação e à independência nacional.

2 – A retirada imediata das forças armadas portuguesas e da polícia política (PIDE) da Guiné e de Cabo Verde.

3 – Amnistia total e incondicional e libertação imediata de todos os prisioneiros políticos na Guiné e em Cabo Verde.

4 – *Referendum* na Guiné e em Cabo Verde para permitir a esses povos determinar o seu próprio destino e eleger os seus representantes legítimos.

5 – Presença na Guiné e em Cabo Verde de uma Comissão Especial da ONU, constituída por representantes de países africanos destinada a controlar o *referendum* e a garantir o exercício efectivo dos direitos fundamentais do Homem até à sua realização.

De 1960 até 1973, ano em que Amílcar Cabral foi assassinado, em Conacri, o PAIGC desenvolveu uma grande actividade diplomática com vista a obter a condenação de Portugal no plano internacional. Na ONU, por exemplo, os êxitos foram muitos, a começar pela decisão do Conselho de Tutela, que, em 1960, solicitou informações a Portugal sobre os seus territórios não autónomos.

<sup>791</sup> - PAI – Nota Aberta ao Governo Português. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.032.

<sup>792</sup> - PAIGC – Memorandum à Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.022.

Nos finais do mesmo ano, na sua XV Sessão, a Assembleia-Geral da ONU adoptou a Resolução 1514 na qual fazia referência ao direito dos povos à autodeterminação e à independência. A estas vitórias somou o PAIGC outras, nomeadamente as intervenções do seu líder no Conselho de Segurança, no Comité de Descolonização e na Assembleia-Geral.

Numa reunião do Conselho de Segurança da ONU, em Adis-Abeba, em Fevereiro de 1972, Amílcar Cabral, numa histórica intervenção, propôs três medidas que pudessem levar a paz ao Ultramar português:

1 – Os membros permanentes do Conselho de Segurança devem tomar em mãos o problema da ajuda aos movimentos de libertação. Podem pôr-se de acordo para exigirem de Portugal que proceda à descolonização (...);

2 – Propomos que se imponha um prazo para a liquidação definitiva do colonialismo português e que uma delegação do Conselho de Segurança visite Marcello Caetano e lhe proponha concretamente iniciar negociações, na sede da ONU, por exemplo, com os movimentos de libertação (...);

3 – Se Portugal responde negativamente, a ONU deve dar-nos toda a ajuda necessária para desenvolver a nossa luta e libertar o nosso país.

Em 1972, uma Missão Especial da ONU visitou as chamadas zonas libertadas na Guiné, após o que o PAIGC viu tanto o Comité de Descolonização quanto a Assembleia-Geral o reconhecerem como «o único e legítimo representante» dos povos guineense e cabo-verdiano.

#### 14.1 – ENCONTRO COM PAPA PAULO VI

O mais mediático sucesso diplomático do PAIGC, no plano internacional, foi o célebre encontro, em 1 de Julho, do Papa Paulo VI, com Amílcar Cabral, de Cabo Verde, Agostinho Neto, de Angola, e Marcelino dos Santos, de Moçambique. Corria o ano de

1970 quando os três nacionalistas se deslocaram, em finais de Junho, a Roma para assistir à Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas.

Quando a reunião terminou, estando todos eles na capital italiana, gizaram um plano genial para se avistarem com o Sumo Pontífice. Foi uma forma feliz que encontraram para contornar os sucessivos indeferimentos de audiências que solicitavam ao Santo Padre, em cujo «staff» se achava um arcebispo português que os impedia de se reunir com o Papa.

Como já é tradição, aos domingos, Paulo VI recebe os fiéis no Vaticano. Sabendo disso, Amílcar Cabral e os seus pares, acompanhados de um fotógrafo, puseram-se na fila. O fundador do PAIGC foi à frente da equipa e quando se abeirou do Papa, a quem fez a entrega de um «dossier» sobre a luta nas colónias, agarrou-lhe as mãos e, acto contínuo, o repórter fez as respectivas fotos.

A conversa foi breve. Enquanto porta-voz do grupo, Amílcar Cabral, expressando-se em francês, instou o Papa Paulo VI a interceder junto do Governo de Portugal para que respeite as leis internacionais e a posição da Igreja Católica definida na «*Populorum Progressio*». A resposta do Santo Padre foi curta: A «Igreja e nós mesmos estamos ao lado daqueles que sofrem. Somos pela paz, pela liberdade e pela independência nacional de todos os povos, particularmente dos povos africanos...»<sup>793</sup>.

Toda a história, que saiu da cabeça de Amílcar Cabral, foi-nos contada por Tomás Medeiros, que, em princípio, vivendo embora em Argel, devia integrar, em representação dos nacionalistas são-tomenses, a delegação que se deslocara a Roma não para ser recebida em audiência pelo Papa mas para participar numa conferência internacional de apoio às colónias portuguesas.

«Eu, também, devia ir (...) Foram o Amílcar, o Neto e o Marcelino (...) Tentaram, através de uma jornalista italiana, um encontro com o Papa. Só que no Vaticano, havia lá um arcebispo português, ligado ao staff do Papa, que impedia o encontro. Então, o

---

<sup>793</sup> - Todas estas informações extraímo-las do boletim mensal «Actualidades» do PAIGC, de Julho de 1970.

Amílcar tem uma ideia fabulosa: O Papa, aos domingos, recebe os fiéis (...) A malta combina com um fotógrafo e entramos como os fiéis. E quando chegaram junto do Papa, este esticou-lhe as mãos, convencido de que Cabral iria beijar-lhe o anel. Só que Amílcar agarrou a mão do Papa com as duas mãos e de seguida fez um discurso. O Papa queria tirar a mão, mas não podia»<sup>794</sup>.

Oficialmente – garante Tomás Medeiros – não houve audiência. «Sei da história (...) Contaram-me tudo o que se tinha passado. A ideia foi de Cabral e não houve recepção (...) O Papa estava à espera de fiéis e aparecem-lhe o Amílcar, o Neto e o Marcelino» – afixou o médico são-tomense, assegurando que apenas deseja desmistificar esta história, pondo «a verdade no seu verdadeiro local».

Mal saem do Vaticano, os três dirigentes convocam uma conferência de imprensa para tornar público o *feito*, cujas fotos foram depois publicadas em muitos jornais do mundo. Tomás Medeiros recorda: «Um jornal argelino – «Argel Revolution» – publicou uma foto do encontro com o Amílcar a agarrar as mãos do Papa. Havia um outro compromisso: nenhum jornal podia desmentir isso para não tirar a importância política do acto».

A imprensa internacional deu uma ampla divulgação à notícia. «Imediatamente é dada larga publicidade ao facto, e este é apresentado ao mundo, por aqueles três homens, como significando o apoio da Santa Sé e, pessoalmente, do Papa, à luta de *guerrilhas*<sup>795</sup> contra Portugal»<sup>796</sup>.

O «Le Monde», por exemplo, escreveu que «a audiência do Papa» suscitara numerosas reacções tanto em Lisboa como na capital italiana, tendo nesta a esquerda ficado satisfeita e a direita escandalizada. Perante a polémica, a Rádio Vaticano assegura que o encontro do Papa com os chefes dos três movimentos africanos «não podia ter lugar porque não foi aceite».

<sup>794</sup> - MEDEIROS, Tomás – Em entrevista concedida, em Lisboa, em 15 de Março de 2004.

<sup>795</sup> - O *italico* não é nosso.

<sup>796</sup> - NOGUEIRA, Franco – *O Estado Novo 1933-1974*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2000, pp. 348-349

A crise instalou-se entre Lisboa e a Santa Sé, que se viu obrigada, segundo o «Observatore Romano» e o «Corriere della Sera», dois jornais que lhe são próximos, a prestar esclarecimentos de um simples acto pastoral traduzido em acto político. Portugal, apanhado de surpresa, protestou, veementemente, e chamou o seu embaixador, em Vaticano, Eduardo Brazão, para consultas em Lisboa.

Ao proceder assim, conferiu, no dizer de muitos analistas, dimensão internacional a um acontecimento banal. A Santa Sé levou cinco dias para responder à nota de protesto de Marcello Caetano, cujo Governo se deu por satisfeito com as explicações, quando, em nome do Papa, o cardeal Jean Villot, secretário de Estado do Vaticano, fez publicar, em 7 de Julho, um comunicado de imprensa tanto em Lisboa como em Roma no qual esclareceu:

«Não se trata de uma audiência no sentido próprio do termo. A audiência revestiu-se de forma mais simples, a mais discreta e menos significativa possível. As ditas pessoas foram recebidas sem referência à qualificação que eles se atribuem, mas sim como fiéis e católicos. O Papa recebe nos seus encontros de carácter geral numerosos grupos de católicos e de não católicos, de origem mais diversa».

Marcello Caetano considerou plausíveis as explicações de Santa Sé e, num discurso televisionado, em 7 de Julho, tentou tranquilizar a opinião pública, já de si perplexa pela notícia da «audiência»: «Louvado Deus que tudo se reduziu a exageros de interpretação publicitária. O Papa não abençoou nem podia abençoar os terroristas como tais, que se colocaram no caminho do Papa como católicos e cristãos; mas tudo está esclarecido (...).

Esclarecido ou não, ainda hoje a historiografia do PAIGC apresenta o encontro de Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos com o Papa João Paulo VI como um grande evento político-diplomático, que, verdade seja dita, catapultou para a ribalta os movimentos de libertação de então.

## CAP. V

### COLAPSO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)

## 15 – QUEDA DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

O império colonial português começou a desmoronar-se, efectivamente, com a independência do Brasil, em 1822, vindo depois a definhar-se, paulatinamente, com a perda de Goa, Damão e Dio, em 1961, até chegar ao fim com a emancipação das colónias africanas, em 1975, em consequência da mudança de regime que se operou, em 1974, com a queda do Estado Novo de Oliveira Salazar.

António de Sousa Lara, numa análise sobre esta problemática, encontrou «três momentos cruciais»<sup>797</sup> que explicam o fim do Poder lusitano fora de Portugal: a independência do Brasil, a perda de territórios africanos na decorrência da Conferência de Berlim e da questão do ultimato inglês e as anexações e independências posteriores à 2ª Guerra Mundial.

O colapso do império acelerou-se com o avanço dos conflitos armados no Ultramar, os quais, para além de terem permitido a criação de condições que suscitaram o 25 de Abril, puseram a descoberto as contradições do sistema colonial. Além do mais, a guerra nas possessões ultramarinas teve custos humanos, materiais, económicos e psicológicos.

Economicamente, o Governo português achava-se em grandes dificuldades para a suportar financeiramente, pese o largo apoio dos seus aliados da NATO, com sobejos interesses na exploração dos recursos do Ultramar. Para fazer face ao armamento, cada vez mais sofisticado e moderno, dos guerrilheiros independentistas, apoiados pela União Soviética e pelos seus acólitos do Leste europeu, o executivo de Lisboa via-se obrigado a recorrer a avultados investimentos no domínio da defesa.

A título de exemplo, em 1962, o exército português gastou 28,7% das despesas governamentais, aumentando essa percentagem para 44%, em 1970, o que equivale a 9% do PNB<sup>798</sup>. A mobilização de meios militares para custear a guerra mostrava-se

<sup>797</sup> - LARA, António de Sousa – *Colonização Moderna e Descolonização*. Lisboa: ISCSP, 2000, p. 146.

<sup>798</sup> - FERREIRA, Eduardo de Sousa – *O Fim de Uma Era: O Colonialismo Português em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d, p. 45.

insuficiente com o andar dos tempos. A opção pela guerra era já onerosa para os cofres de um país tão pobre quanto Portugal e começou a provocar fissuras no Poder, que se via incapaz de equacionar, pacificamente, o conflito que o opunha ao PAIGC, na Guiné-Bissau, à FRELIMO, em Moçambique, e ao MPLA, à UNITA e à FNLA, em Angola.

António Costa Pinto mostra que «Portugal conheceu nos anos 60 um dos maiores recrutamentos militares da sua população jovem»<sup>799</sup>. Em percentagem, o Governo mobilizou cerca de 1% da sua população para a guerra, o que, em termos comparativos, é equivalente ao número – dois milhões e meio – recrutado pelos EUA, com uma população cerca de vinte e três vezes superior à de Portugal, para o Vietname<sup>800</sup>.

David Martelo aponta que, «no início de 1974, as Forças Armadas portuguesas, nos três teatros de operações (...), haviam atingido efectivos militares superiores a 150 mil homens, dos quais cerca de 100 mil provenientes do recrutamento metropolitano»<sup>801</sup>.

A par desta situação, as perdas humanas na guerra começaram a atingir proporções preocupantes, dado que o seu impacto social e político já era incontornável. Segundo dados coligidos por John P. Cann, o número de portugueses mortos em combate foi baixo em comparação, demonstrando o carácter pouco «intenso do conflito»<sup>802</sup>. A média diária, por cada mil combatentes, na guerra do Ultramar, é da ordem de 0.0075 mortos, o que é mesmo que dizer que nela morreram 8. 300 militares, para além dos 28 mil feridos e mutilados.

Fica, pois, patente que, embora, em termos comparativos, o número de mortos tenha sido baixo, relativamente, «o seu impacto na população foi forte e agravou-se sobretudo com a longa duração da guerra (...)».<sup>803</sup> Em face deste quadro sombrio, Portugal começou a dar, internamente, mostras de desalento e de cansaço, que se reflectiam também nos soldados.

<sup>799</sup> - PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 48.

<sup>800</sup> - PINTO, António Costa – Op. Cit., p. 48.

<sup>801</sup> - MARTELO, David – *1974 – Cessar-Fogo em África*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2001, p. 31

<sup>802</sup> - PINTO, António Costa – Op. Cit., p. 51.

<sup>803</sup> - PINTO, António Costa – Op. Cit., p. 53.

Instala-se um clima de incerteza. A sociedade teme pela sorte dos seus filhos nas frentes de combate. Soldados, sargentos, oficiais, todos começaram a ganhar a consciência de quão injusto era o conflito. Já o lendário Napoleão Bonaparte avisava, com propriedade, que «na guerra, o moral está para o físico como três para um». Em meios castrenses, temia-se o pior. Uma derrota militar punha em causa a credibilidade interna e externa do país, que, a verificar-se, o deixava em maus lençóis.

Nas vésperas do 25 de Abril de 1974, as Forças Armadas portuguesas encontravam-se num estado de iminente colapso. Não tanto por força directa da acção do inimigo, mas por outros factores aqui elencados por David Martelo: «Pobremente equipadas, insuficientemente instruídas, mal enquadradas, incompreendidas pelos cidadãos do seu país e abalada moralmente nas suas convicções»<sup>804</sup>.

Por igual, César Oliveira descreveu a situação por que passava então Portugal: «(...) isolamento internacional, que decorria da posição intransigente quanto à política africana (...); incapacidade progressiva para renovar os quadros militares intermédios, indispensáveis à continuação da guerra (...); identificação, praticamente absoluta, entre a sobrevivência do regime e a continuação da guerra; e a completa subordinação de toda a política externa portuguesa à política colonial»<sup>805</sup>.

Perante a situação, eram cada vez mais consistentes as vozes que apelavam ao diálogo entre Portugal e àqueles movimentos políticos. Isto porque o prolongamento do conflito provocou uma grande erosão na sociedade e nas próprias estruturas de apoio do Estado Novo.

Como observou David Martelo, «depois de treze anos de guerra, o factor **tempo**<sup>806</sup> – entendido como o prazo dado pelas Forças Armadas ao poder político para encontrar uma solução para um problema de natureza política – estava, naturalmente, no limiar do esgotamento»<sup>807</sup>.

<sup>804</sup> - MARTELO, David – Op. Cit., p. 47.

<sup>805</sup> - OLIVEIRA, César – *Portugal, dos Quatro Cantos do Mundo à Europa: a Descolonização (1974-76). Ensaios e Documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996, p. 44.

<sup>806</sup> - O negrito é do autor.

<sup>807</sup> - MARTELO, David – Op. Cit., p. 47.



Com efeito, «o factor tempo» foi a principal razão invocada pelos capitães de Abril para levarem a bom termo o golpe de Estado, abrindo assim o caminho para a criação de soberanias autóctones no Ultramar e pondo fim a cinco séculos de presença portuguesa em África. Somos levados a pensar que o «factor tempo» de que fala, insistentemente, David Martelo entrou em rota de colisão com a intransigência do regime salazarista em resolver o problema colonial.

Um outro factor que precipitou a queda do Poder português em África foi, sem a menor contestação, o isolamento político-diplomático do Governo de Lisboa. A política ultramarina de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano era, severamente, criticada e contestada nos organismos internacionais, nomeadamente nas Nações Unidas, depois do surgimento do Terceiro Mundo, cuja aparição contribuiu, enormemente, para o isolamento de Portugal.

A Assembleia-Geral da ONU era dominada por Estados africanos, asiáticos e latino-americanos, agrupados no seio do Movimento dos Não-Alinhados, cujas posições políticas se situavam num tremendo jogo de equilíbrio entre as duas ordens militares – a NATO e o Ocidente, de um lado, e o Pacto de Varsóvia e o Oriente, do outro.

Isto parece indicar que a ONU se tornou, a partir de 1960, «o principal campo de batalha diplomática contra o colonialismo português»<sup>808</sup>. Foi, como precisou António Costa Pinto, o momento de maior isolamento internacional português e de algum embaraço dos seus aliados. Este período coincidiu com o início do processo para a expulsão de Portugal de algumas agências da ONU, como sejam a Comissão Económica para a África, o Conselho Económico e Social e, mais tarde, a UNESCO.

De começo, o isolamento internacional de Portugal não alcançou grandes dimensões, em virtude da neutralidade de Eisenhower. O Presidente norte-americano assumiu posições próximas às do Governo de Lisboa, em matéria de descolonização, o que facilitou, sem dúvida, a política externa portuguesa, contrariada, bastas vezes, pela URSS, que chegou mesmo a vetar a entrada de Portugal nas Nações Unidas.

<sup>808</sup> - MARTINS, Fernando – *A Política Externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU. Uma Doutrina Histórico-Jurídica (1955-1968)*. Lisboa: Penélope, n.º 18, 1988, pp. 189-206.

Além do apoio da Casa Branca, Portugal, enquanto membro fundador da NATO, beneficiou, inicialmente, de larga protecção dos seus aliados, nomeadamente, a Espanha, o Reino Unido e a França, pese a oposição da Holanda, da Dinamarca e da Noruega. A organização atlântica foi, aliás, «o grande escudo protector»<sup>809</sup> de Salazar em termos de política internacional.

Como sublinhou Silvino Silvério Marques, a NATO «compreendia e apoiava» a política colonial portuguesa. Fazia vista grossa a tudo quanto se passava no Ultramar: «Fornecimento de armamento, sem querer saber do seu destino e uso, facilidades de crédito e apoio político e diplomático junto de outros países».

Todavia, de acordo com António Costa Pinto, «a chegada de Kennedy ao Poder marcou uma mudança na política africanista dos EUA e determinou uma escalada sem precedentes na pressão a favor da descolonização dos territórios portugueses, perante a suavidade prudente da presidência Eisenhower»<sup>810</sup>.

A partir de 1961, as relações entre a administração norte-americana e o Governo português pioraram. Um conjunto de factos concorreu para tal estado de coisas, nomeadamente o início da guerra em Angola, o desvio do navio Santa Maria, por Henrique Galvão, a tentativa de golpe de Botelho Moniz e a ocupação de Goa pela União Indiana.

Os especialistas são unânimes em afirmar que, em todos estes acontecimentos, Salazar viu a mão cúmplice dos EUA e manteve, no entendimento de João Paulo Guerra, «sempre em dúvida a sinceridade da amizade de Washington por Lisboa»<sup>811</sup>. Tal sentimento avolumou-se quando o país de Kennedy votou, pela primeira vez, em Março de 1961, contra Portugal na ONU – atitude que apanhou Lisboa de surpresa.

---

<sup>809</sup> - PINTO, António Costa – Op. Cit., p. 15.

<sup>810</sup> - PINTO, António Costa – Op. Cit., p. 16.

<sup>811</sup> - GUERRA, João Paulo – Op. Cit., p. 62.

As relações entre os dois países foram marcadas, ao longo das guerras coloniais, «(...) por uma duplicidade dos interesses e das posições norte-americanas (...)»<sup>812</sup>. Na visão de João Paulo Guerra, «Salazar é que nunca esqueceu nem perdoou e, mesmo nos momentos de maior cordialidade nas relações com Washington, manteve um mal disfarçado azedume e desconfiança em relação aos norte-americanos»<sup>813</sup>.

O receio de Salazar cresceu, ainda mais, quando Lisboa deu conta da aproximação dos EUA aos movimentos que lutavam pela independência de Angola, designadamente a UPA,<sup>814</sup> que mesmo chegou a receber apoios da CIA. Mal tomou posse, John Kennedy procurou influenciar Portugal, pressionando-o a conceder a Angola a autodeterminação.

Salazar não cedeu e, perante a recusa, «o sector africanista» do Governo norte-americano delineou expulsar Portugal da NATO, medida essa que seria acompanhada do encerramento das bases dos Açores. A crer em certos círculos diplomáticos, a pretensão de Washington só não se efectivou, em virtude da construção do muro de Berlim, em 13 de Agosto de 1961, o que, verdade seja dita, reforçou a importância das Lajes.

Não obstante a intransigência de Salazar, em 1962, a CIA gizou o «plano Sakwa» tendente a descolonizar Angola e Moçambique. A estratégia do Governo norte-americano baseava-se no pressuposto de que Portugal não estaria em condições de suportar uma longa guerra colonial, que, a acontecer, enfraqueceria a própria NATO. Ínsito a esta suposição, Washington temia que os países africanos se afastassem da sua órbita e caíssem na da URSS.

Kennedy receava ainda que a pendência da questão do Ultramar português pudesse facilitar a penetração soviética em África e dar lugar a caos e a distúrbios, a exemplo do que acontecera no Congo. Daí que tenha aproveitado o início da guerra em Angola para levar à ribalta política internacional a questão colonial portuguesa.

O plano norte-americano passava pela nomeação de Holden Roberto e de Eduardo Mondlane, respectivamente, para a presidência de Angola e para a de Moçambique. Além

<sup>812</sup> - GUERRA, João Paulo – Op. Cit., p. 62.

<sup>813</sup> - GUERRA, João Paulo – Op. Cit., p. 63.

do mais, no quadro do mesmo programa de descolonização, os partidos políticos seriam permitidos, em 1965, as eleições teriam lugar, em 1967, e a independência, em 1970.

Uma vez mais, Salazar recusou a ideia, o que levou o seu mentor Paul Sakwa a levantar a hipótese de um grupo de jovens oficiais portugueses mais próximos dos EUA derrubarem o Estado Novo. Kennedy, sem forças para levar Lisboa a aceitar o plano, deixou-o morrer, permitindo, deste modo, que Portugal adiasse *sine die* o processo de descolonização.

A simpatia de Kennedy pelos movimentos independentistas africanos foi muito mal compreendida por alguns sectores próximos do Poder salazarista. Quando a UPA desencadeou, nos começos dos anos 60, a luta armada no norte de Angola, uma onda de hostilidades anti-americanas tomou conta de Portugal: manifestações em Luanda, em Boston e em Lisboa, carros incendiados e protestos contra Kennedy.

Adriano Moreira, antigo Ministro do Ultramar, corporizou um pouco o sentimento anti-americano, ao deixar claro, em 1962, numa conferência em Madrid, que a política dos EUA, «a quem o acaso confiou a liderança do Ocidente», tem sido caracterizada pela neutralidade perante os inimigos, pela inimizade para com os amigos e pela amizade para com os neutros.

Nem esta observação impedira que os EUA deixassem de elaborar iniciativas conducentes a encontrar uma solução para o problema colonial, a última das quais foi o «plano Anderson», que leva o nome do embaixador de Washington em Lisboa, que, um dia, avisou Salazar que «os nacionalismos africanos poderiam dar lugar, certamente, a Estados independentes». Apresentado a Franco Nogueira, em Setembro de 1965, o plano previa, mediante um plebiscito, a autodeterminação das colónias, a culminar um período de transição de oito anos.

Já com Richard Nixon na Casa Branca e Kissinger no Departamento do Estado, os EUA voltaram a aproximar-se de Lisboa. Foi, no dizer de Richard D. Mahoney, «o regresso de uma atitude mais amigável com Portugal», que se espelha nas tomadas de

posição, marcadas pelo silêncio e pela abstenção, do Governo norte-americano na ONU, a que acresce a assinatura de um novo acordo das Lajes.

Na mesma linha António Costa Pinto nota que, com a chegada ao Poder da dupla Nixon-Kissinger, «(...) Portugal contou com uma posição mais benigna (...)»<sup>815</sup> dos americanos. César Oliveira explica que a melhoria das relações verificada durante o consulado de Nixon «(...) devia-se mais às necessidades estratégicas militares e políticas dos EUA em relação ao Médio Oriente do que a significativas mudanças nas posições americanas sobre os territórios coloniais portugueses»<sup>816</sup>.

Mesmo no dealbar dos anos 70, a ambiguidade dos EUA voltou ao de cima. Em 1973, o PAIGC proclamou, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau. Enquanto na ONU, os EUA pressionavam diversos países para que não reconhecessem o novo Estado, em Conacri, os seus diplomatas desenvolviam, segundo Luís Cabral, contactos discretos com o PAIGC.

Em síntese, tem-se por certo que o fim do colonialismo português em África ficou a dever-se à conjugação de três factores fundamentais: a guerra nas colónias, o isolamento político-diplomático de Portugal e a Revolução dos Cravos. A liquidação do Estado Novo foi o principal factor que levou ao colapso do colonialismo português em África.

## 16 – CABO VERDE: ADJACÊNCIA OU INDEPENDÊNCIA?

O tema em epígrafe sempre marcou o debate político em Cabo Verde. Desde o séc. XIX até os dias que correm. O estatuto político do arquipélago perante Portugal conheceu três grandes fases: a separação e integração do Brasil, com ou sem outras colónias (1882-1886); a adjacência (1886-1950) e a independência (1950-1975).

O separatismo começou a manifestar-se quando, unilateralmente, o Brasil proclamou a independência de Portugal, em 1882. O evento repercutiu-se sobremaneira

<sup>815</sup> - PINTO, António Costa – Op. Cit., p. 24.

<sup>816</sup> - OLIVEIRA, César – Op. Cit., p. 47.

nas ilhas, onde vozes não faltaram a advogar a separação do arquipélago da metrópole e a sua subsequente integração nas terras de Vera-Cruz.

Senna Barcelos dá conta deste facto: «A ideia da união de Cabo Verde ao Brasil chegou a causar receios de algum levantamento do povo. Pois, a Cabo Verde chegavam cartas d'ali (Brasil) que descreviam o estado de agitação d'aqueles povos, especialmente os de Pernambuco e Bahia (...) A revolução que se preparava então no Brasil encontrou apoio de insignificantes moradores da ilha de Santiago, que deram alguns passos para isso, chamando o povo às armas, e como os principais da ilha não anuísem também o povo não anuiu».

Ainda segundo o historiador cabo-verdiano, o governador Chapuzet, num relatório, de 17 de Junho de 1823, deu a conhecer a Lisboa que «(...) havia o gérmen de desordem e anarquia e ideias de se desligar de Portugal, unindo-se ao Brasil». A esta reivindicação seguiu-se um levantamento popular na Ribeira do Engenho, em Santiago, que foi facilmente dominado pelo Poder colonial.

Os mentores da sublevação – Pereira de Carvalho, capitão-mor de Santiago, e Sanches Pereira, major de cavalaria, presos e deportados para a ilha do Fogo – instaram a população a não pagar rendas aos proprietários, nem a obedecer às autoridades. Afora isso, prometeram dar liberdade a todos os escravos. Porque não dispunha de recursos militares para fazer calar a rebelião, Chapuzet acatou «(...) as reclamações dos insurrectos, o que esvaziou o movimento da sua componente reivindicativa e o enfraqueceu (...)»<sup>817</sup>.

Que terá provocado a revolta? A isto, os historiadores não se entendem, embora concordem num ponto: a ideia de igualdade e de liberdade, tão propalada pelos homens que fizeram a independência do Brasil. Supunham os cabo-verdianos de então que uma eventual integração do arquipélago no gigante sul-americano lhes poderiam trazer o tão almejado desígnio.

---

<sup>817</sup> - OLIVEIRA, João Nobre de - *A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975*. Macau: Edição Fundação Macau e Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998, p. 31.

Com o golpe de Estado de 1826, D. Miguel restaurou o absolutismo e lançou uma feroz perseguição aos liberais, cujas repercussões também se fizeram sentir em Cabo Verde. Por essa altura, a fome semeava mortes e deixava sem amparo milhares de cabo-verdianos, acudidos, no entanto, pela ajuda, se bem que pouca, de sociedades filantrópicas norte-americanas.

Ante a indiferença das autoridades portuguesas, nasceu, na Cidade da Praia, um novo movimento separatista, animado pela elite liberal. A exemplo do anterior, o de 1822, este também pretendia unir Cabo Verde ao Brasil. Só que, tinha, como observou João Nobre de Oliveira, um alcance maior<sup>818</sup>, ou seja, desejavam os seus promotores que Cabo Verde, Angola e Moçambique fossem anexados como colónias do Brasil. Ou melhor, que os quatro países constituíssem uma «Confederação Brasília».

João Nobre de Oliveira avança três argumentos para tentar explicar a preferência dos cabo-verdianos pela integração no Brasil e não pela independência, pura e simplesmente: a existência de laços afectivos com os brasileiros, o modelo de organização social escravocrata, que, ao tempo, era comum aos dois países, e a eventual influência política, junto da elite crioula, de dois descendentes da «Inconfidência Mineira», de apelidos Resende Costa, desterrados para Santiago.

A par destes intentos separatistas, é, em meados do séc. XIX, que começa a tomar corpo a ideia de que o estatuto de Cabo Verde, tal como o dos Açores e o da Madeira, poderia elevar-se de colónia para ilhas adjacentes. A proposta ventilou-a, pela primeira vez, o Marquês de Sá da Bandeira, Ministro da Marinha e do Ultramar, segundo recorda Rocha Martins:

«Reconhecendo a impossibilidade de modificar, dentro do sistema de administração colonial, as condições da província de Cabo Verde, indicava como meio de reforma a extinção da província e a sua incorporação na divisão administrativa do continente do reino e ilhas adjacentes, transformando-a num distrito administrativo, que seria o quinto das ilhas adjacentes e o vigésimo segundo do reino e ilhas»<sup>819</sup>.

<sup>818</sup> - OLIVEIRA, João Nobre de – Op. Cit., p. 32.

<sup>819</sup> - MARTINS, Rocha – *História das Colónias Portuguesas*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 425.

A confirmar a intenção, António Arrobas, deputado e antigo governador de Cabo Verde, apresentou, numa alocução na Câmara dos Pares, em 1888, «um projecto de lei para que sejam declaradas ilhas adjacentes as do arquipélago de Cabo Verde, a exemplo do que se praticou com as ilhas dos Açores e da Madeira e Porto Santo».

A proposta de Arrobas viu-se chumbada por sectores conservadores «que tinham como mais prestigiante para Portugal poder contar com mais uma colónia no seu vasto império do que incluir aquelas ilhas no território metropolitano»<sup>820</sup>. A somar a isso, outros argumentos, de índole económica, foram esgrimidos para impedir que o projecto fosse aprovado pela Câmara dos Pares.

Muitos autores lembram que o almirante Ferreira do Amaral, ex-Ministro da Marinha e do Ultramar, chegou também a pensar em transformar Cabo Verde em ilhas adjacentes. Em 1892, ao aprovar a nova Organização Administrativa do arquipélago, notou que «a muitos se tem afigurado que à Província de Cabo Verde se deveria dar uma organização semelhante à dos arquipélagos dos Açores e Madeira. (...) Tal *desideratum* só poderá, porém, obter-se, quando pela difusão da instrução, tanto agrícola como literária, pelo desenvolvimento sucessivo das forças vitais da província, se possa esperar que o que hoje se nos afigura menos prático (...)».

No início dos anos 60, Adriano Moreira, numa visita a Cabo Verde, reconheceu que este tinha ainda um estatuto por definir, resultado «(...) da hesitação em que se entrou há anos sobre se convinha decretar um estatuto equivalente no essencial ao das restantes províncias ultramarinas, ou se conviria antes entrar decisivamente num caminho que assimilasse o regime do arquipélago ao das ilhas adjacentes»<sup>821</sup>.

O Ministro do Ultramar diz ter mandado ouvir as autoridades competentes da província sobre o caso em exame. A conclusão a que chegou era a de encaminhar Cabo Verde para uma adjacência tendencial, que não seria cabalmente igual à dos Açores e à da Madeira, por questões de ordem financeira.

<sup>820</sup> - OLIVEIRA, João Nobre de – Op. Cit., p. 173.

<sup>821</sup> - MOREIRA, Adriano – *Partido Português*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1962, pp. 144-145.



Porque admitiu que este problema «(...) constitui uma preocupação dominante da população (...)»<sup>822</sup>, Adriano Moreira aceita «(...) que o sentimento geral se inclina no sentido de adjacência e nesse caminho entendo dever encaminhar os trabalhos, sendo essa uma das razões da minha visita»<sup>823</sup>. Nesta ordem de ideias, comprometeu-se a submeter a questão «a larga consulta» em Cabo Verde.

Com a sua demissão do Governo de Oliveira Salazar, todas estas ideias caíram em saco roto. Uma vez mais, deixou fugir Portugal o ensejo de discutir o estatuto de Cabo Verde, numa altura em que a Inglaterra, a França e a Holanda, nomeadamente, começaram a conceder o estatuto de adjacência aos seus arquipélagos, tornando-os territórios autónomos. Servem de exemplo o caso da Martinica, quanto à França, de Curaçau, Aruba e Bonaire, em relação à Holanda, e de algumas ilhas caribenhas, no que se refere à Inglaterra.

A esta luz, quando se esperava uma semelhante postura de Portugal, este, em lugar de procurar caminhos que levem à autonomia das ilhas, reforça a sua presença política, dando a entender que não tinha a cultura de partilha de poder. Seja em monarquia, seja em república, seja em democracia ou ditadura, os Governos de Lisboa nunca alteraram a sua posição de fundo quanto às colónias, mormente Cabo Verde.

Portugal contrapunha a ideia de adjacência com a da descentralização político-administrativa, que, no entanto, era vista como um discurso gasto, por mais esforços feitos em direcção à almejada autonomia do Ultramar. Na linha de João Nobre de Oliveira, Portugal era, mais do que nunca, «(...) um interlocutor que (...) não tinha a tradição de ceder fosse o que fosse do poder real, não tinha a tradição de aceitar que parte do seu poder pudesse ser exercido por outrem»<sup>824</sup>.

Pelos vistos, o maior problema político de então em Cabo Verde era, se alguma dúvida houvesse, o centralismo do Poder de Lisboa, que tolhia qualquer forma de reivindicação que pudesse desaguar na adjacência. Portugal titubeava, cada vez mais, em

<sup>822</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 144.

<sup>823</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 145.

<sup>824</sup> - OLIVEIRA, João Nobre de – Op. Cit., pp. 174-175.

escolher o regime a atribuir às ilhas, o que levou Adriano Moreira a proferir esta lapidar advertência. «(...) O pior regime é o da hesitação em que não poderemos continuar a viver»<sup>825</sup>.

Qualquer veleidade autonómica – observa João Nobre de Oliveira – era vista como uma ameaça à unidade do império. À face desta situação, já de si embaraçosa para Portugal, ganha expressão junto de amplos sectores da sociedade cabo-verdiana o sentimento de que o arquipélago só poderia governar-se a si próprio caso um dia alcançasse a independência nacional.

Este princípio não pode ser confundido com o da autodeterminação. A elite dominante cabo-verdiana, pelo menos até 1950, sempre os distinguiu, com clareza. Os cabo-verdianos de então reivindicavam um «governo próprio». O mesmo não é a independência, mesmo quando pensaram, uns tempos antes, na integração das ilhas no Brasil.

Outros factos também concorreram, na última década do séc. XIX, para influenciar o pensamento da elite cabo-verdiana, designadamente, as revoltas em Cuba e nas Filipinas contra o colonialismo espanhol e a guerra anglo-bóer na África do Sul. Não é de todo custoso calcular o lado por que se inclinou o coração dos intelectuais cabo-verdianos, pois, sem quaisquer sinais de equívocos, apoiaram, insistentemente, os cubanos e os filipinos contra os espanhóis e os bóers contra os ingleses.

A admiração pela causa filipina foi de tal ordem que muitas crianças cabo-verdianas foram baptizadas com o nome de Aguinaldo, que serviu ainda de pseudónimo de muitos artigos de opinião publicados nos jornais, o que de *per si* revela o grau da popularidade do herói filipino no arquipélago. Até Marinha de Campos, em Março de 1911, chegara também a referir-se-lhe, aludindo à fome existente em Cabo Verde:

«(...) Eu pasmo que como nem a fome de 1903-1904 fez aparecer entre vós um Aguinaldo, que, esfarrapando o odioso trapo azul e branco conduzindo-vos aos

---

<sup>825</sup> - MOREIRA, Adriano – Op. Cit., p. 145.

desfiladeiros que acabei de percorrer (...) então repetisse aqui a notável epopeia das Filipinas. Eu admiro como mais de 20 mil cabo-verdianos morreram de fome nesta ilha, sem um movimento de revolta que pusesse termo a tanto sofrimento. Eu ter-me-ia revoltado»<sup>826</sup>.

O discurso do Governador, proferido durante uma manifestação de apoio, na Cidade da Praia, foi mal recebido em Lisboa. Rocha Martins observou que na metrópole se receara que Marinha de Campos «(...) quisesse ser aquele Aguinaldo filipino na província de Cabo Verde». Por isso, mandado regressar à capital portuguesa, foi demitido e encarcerado na fortaleza de S. João da Barra.

O movimento bóer ganhou um enorme respeito e simpatia nas ilhas, a ponto de no Mindelo (S. Vicente) um comerciante de Paul (Santo Antão) ter dado à sua loja o nome de «Mercearia Bóer». Surgiram também na ocasião textos em jornais assinados por «Chaka», em alusão ao mítico guerreiro africano que se distinguiu no conflito que opôs os bóers aos britânicos.

O desaire militar dos filipinos e dos bóers desembraveceu, em grande medida, o ímpeto da elite cabo-verdiana, a qual temia que uma eventual reivindicação autonomista no arquipélago pudesse dar sobejos motivos às autoridades portuguesas para desencadear uma grande repressão policial de proporções incalculáveis.

O sentimento separatista voltou a ganhar fôlego nas ilhas quando Portugal, a braços com uma profunda crise financeira, devido ao ultimato inglês, pensou vender algumas colónias para acudir aos problemas que se lhe colocavam, com certa acuidade. A agravar a situação, já de si insustentável, o orçamento das possessões ultramarinas, com excepção dos de Cabo Verde, da Índia, de Macau e de Timor, era bastante deficitário.

Não parecia, pois, infundado o receio da elite crioula, porque Lopes de Lima, então Governador de Timor, chegou a vender metade da ilha aos holandeses, que depois a integraram na Indonésia, para pagar salários aos funcionários públicos. A isto se

---

<sup>826</sup> - MARTINS, Rocha – Op. Cit., p. 428.

acrescenta a alienação por parte da Espanha de algumas das suas possessões – Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam – aos EUA.

Em face do exposto, os nativistas, à testa dos quais se achavam José Lopes, Eugénio Tavares, Pedro Cardoso e Loff de Vasconcellos, começaram a insurgir-se contra a ideia de Portugal vender os territórios ultramarinos, nomeadamente Cabo Verde. O último foi o mais contundente: «(...) Já que não querem a colónia, nem queriam torná-la ilhas adjacentes, ao menos que respeitassem os seus habitantes (...) Que não os vendessem, que os deixassem em paz seguindo o seu próprio caminho, que os abandonassem (...) Que os deixassem ser independentes»<sup>827</sup>.

A ideia da separação de Portugal viu-se adiada. Até porque, por aquela época, e dada a fome que, ciclicamente, matava mais de 20 mil pessoas, a separação de Portugal poderia propiciar a integração de Cabo Verde numa outra potência. Outrossim, os intelectuais de então tinham como certo que o arquipélago não poderia sobreviver sozinho.

Posto de lado o sonho da independência, o da liberdade e o da igualdade regressam à mente da elite crioula. O advento da República em Portugal veio emprestar um novo alento ao projecto nativista de ver Cabo Verde dotado de um estatuto análogo ao dos Açores e à da Madeira. No entanto, poucos acreditavam na ideia, que mobilizou toda a classe política cabo-verdiana.

Apesar disso, foi maciço o apoio que a elite crioula deu aos republicanos, nos quais depositaram uma enorme esperança. Não faltaram artigos nos jornais, mormente nas páginas d' «A Voz de Cabo Verde», a exortar a união de todos os nativistas em prol da autonomia e da igualdade entre os cabo-verdianos e os portugueses da metrópole.

De nada valeram tais escritos, porque os republicanos, ao adoptarem a Carta Orgânica do Ultramar, não alteraram uma vírgula que fosse ao estatuto de Cabo Verde. O protesto não se fez esperar. Todos os jornais opuseram-se à nova lei, considerando-a

---

<sup>827</sup> - VASCONCELOS, Luís Loff de – *A Perdição da Pátria*. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1900, pp. 1-34.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)

injusta. Eugénio Tavares, por exemplo, repara, a este propósito, que «Cabo Verde vai ter o que só convém aos sertões! – Regime de sujeição: não de autonomia! – Em plena República, pior que nos mais calamitosos tempos de monarquia (...)».

A hesitação de que fala Adriano Moreira repete-se. Os republicanos portugueses mantiveram-se fiéis à tradição dos seus predecessores. A adjacência foi adiada *sine die*. O advento do Estado Novo enterrou, por completo, o sonho da elite cabo-verdiana. O «Acto Colonial», de 1930, deitou por terra as esperanças de duas ou mais gerações de cabo-verdianos que passaram uma vida inteira a lutar pela equiparação dos seus direitos aos dos açorianos e aos dos madeirenses.

A agravar a situação, Oliveira Salazar toma, em 1937, algumas medidas de cunho racista, proibindo que os naturais das províncias ultramarinas entrassem nas Forças Armadas desde que não fossem filhos de pais europeus. Como se não bastasse, inibiu o casamento entre oficiais do exército e jovens naturais das colónias.

O líder do Estado Novo foi mais longe ainda no seu projecto racista. A discriminação chegou também à Administração Pública. Os funcionários europeus gozavam de benesses e de outras regalias que não eram outorgadas aos negros. Basta recordar que só tinham direito ao gozo de licença graciosa na metrópole e à subvenção colonial os funcionários que fossem de raça branca.

Pode dizer-se que Oliveira Salazar deu a machadada final ao projecto de autonomia dos cabo-verdianos. «(...) Cortou pela raiz a hipótese de Cabo Verde passar à condição de ilhas adjacentes»<sup>828</sup>. João Nobre de Oliveira sintetizou assim o problema. «Para os defensores da adjacência, foi um balde de água fria. Para muitos, já cansados de um longo combate, foi o fim das ilusões»<sup>829</sup>.

Com estas medidas, fica à evidência que o chefe do Estado Novo criou as condições que levaram ao divórcio de Portugal com as colónias. A elite cabo-verdiana

<sup>828</sup> - OLIVEIRA, João Nobre de – Op. Cit., p. 502.

<sup>829</sup> - OLIVEIRA, João Nobre de – Op. Cit., p. 502.

ainda tentou dar volta ao texto. O jornal «Notícias de Cabo Verde», não obstante a censura salazarista, deu conta, em 1937, de um protesto, assinado por um grupo de cidadãos, que se manifestava contra as leis militares a que acima fizemos menção.

No texto pode ler-se que «Cabo Verde é igual à metrópole» e que deveria ter a categoria de ilhas adjacentes. Cabo Verde, escreveram os signatários, foi, é e será sempre leal, honesta, e, conscientemente, português. (...) A exclusão dos filhos dos coloniais do futuro exército metropolitano, além de ser uma pungente medida para o patriotismo deles, será ainda mais dolorosa para eles por admitir nesse exército os filhos de indivíduos naturalizados e, portanto, primitivamente, estrangeiros».

Pressionado por todos os cantos, viu-se Portugal condenado a mudar as leis racistas, revogando-as em 1951, com a alteração da Constituição, que repôs a designação de províncias ultramarinas às colónias. Por essa época, Adriano Duarte Silva, Presidente da União Nacional em Cabo Verde e deputado à Assembleia Nacional, dá um novo impulso à ideia de adjacência, tornando-se, de semelhante, o seu último paladino, no dizer de João Nobre de Oliveira.

A história regista o facto como a última etapa da luta pelo projecto de autonomia. Foi o culminar de um longo processo, em que pontificaram homens como Loff de Vasconcellos, Eugénio Tavares, Juvenal Cabral, José Lopes, Corsino Lopes, Jorge Barbosa, entre outros. Se a geração destes intelectuais propugnou pela adjacência, a que se lhe seguiu adoptou uma outra postura, a da independência. A época – anos 50 do séc. XX – assim o exigia.

A «idade de ouro do nacionalismo» cabo-verdiano ocorreu, em Lisboa, na Casa dos Estudantes do Império, com Manuel Duarte, Amílcar Cabral, Leitão da Graça, Onésimo Silveira, José Araújo, entre outros. Influenciados pela Revolução Francesa, estes homens defendem que a nação cabo-verdiana, que já era uma realidade sociológica secular, tinha o direito a um Estado.

A via da independência imperou sobre a da adjacência e Cabo Verde tornou-se, em 5 de Julho de 1975, independente. Nem por isso se deixou de falar, nas ilhas, do

problema da adjacência. A forma como o PAIGC governou o arquipélago durante 15 anos, em regime de partido único, de características, praticamente, iguais às do Estado Novo, recolocou na ordem do dia o debate que outrora se fazia, intensamente.

Isto é, a independência não satisfez, no essencial, a maior reivindicação dos cabo-verdianos – a da liberdade e da igualdade. A elite da terra que se apoderou do Poder negou aos cabo-verdianos a democracia e a liberdade, que o Estado Novo também lhes negara. A situação era idêntica, notando-se apenas a diferença nos titulares da sede do Poder: no consulado salazarista, a elite portuguesa, no do PAIGC, a cabo-verdiana.

A independência também não garantiu a igualdade entre os cabo-verdianos. Mal chegou ao Poder, o PAIGC estabeleceu uma nova elite – a dos «melhores filhos da nossa terra», constituída apenas pelos seus dirigentes e responsáveis - a que concedeu todas as regalias e privilégios, deixando o resto da população entregue à sua sorte.

A distribuição das exíguas riquezas do país era feita de forma desigual. Os critérios que a presidiam não obedeciam a regras de transparência e de igualdade, sendo apenas necessária a apresentação do cartão de militante para se ter o acesso, na maior parte dos casos, aos recursos de que Cabo Verde dispunha.

A nova casta do PAIGC, proveniente de Conacri e das matas da Guiné-Bissau, apoderou-se dos meios económicos e agravou ainda mais o fosso entre ricos e pobres. Os avanços conseguidos com a independência não chegaram para esconder a desilusão que tomou conta da grande maioria da população cabo-verdiana.

Por esta razão, volta e meia surgem ainda vozes a questionar se a independência constituía a via ideal para resolver o problema colonial em Cabo Verde. Aristides Pereira, antigo companheiro de Cabral e um dos mais importantes dirigentes do PAIGC, deu a resposta: «Hoje em dia, é minha firme convicção que a aspiração do povo de Cabo Verde não era a independência, mas a autonomia (...) Hoje, ponho em dúvida que ela tenha sido

a melhor solução. O povo de Cabo Verde desejaria ser uma região autónoma»,<sup>830</sup> talvez semelhante à Madeira e aos Açores.

A afirmação deu então pano para muita contestação e abalou os fundamentos sobre que assentaram, ao longo de mais de quatro décadas, o discurso do partido de Amílcar Cabral. O ex-Presidente viu-se impelido a negá-la, ante um coro de protestos, vindos de todos os partidos políticos. Como quer que seja, importa trazer de novo à luz o conteúdo da conversa que Aristides Pereira manteve com o jornalista do Expresso.

O antigo líder do PAIGC diz ainda: «Sinto que, se tivéssemos negociado com o general Spínola o que então se chamava a adjacência, o povo ficaria feliz. Hoje em dia, a independência é considerada por muita gente do meu país como uma coisa de certa forma prejudicial». Instado a pronunciar-se se «a independência foi um erro», Aristides Pereira respondeu que «houve uma falha nos nossos conhecimentos sobre a história e, sobretudo, sobre o homem cabo-verdiano, sobre a sua identidade e as suas aspirações».

Para ele, talvez a geração dos anos 20 e 30, que reclamava a adjacência, é que, de facto, estivesse coberta de razão. Deu-a também ao general António Spínola: «Estou, de certa forma, a dar razão ao Spínola. Alguma vez ele haveria de ter razão...».

## 17 - DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Mal foi deposto o regime salazarista, os novos governantes portugueses, saídos do golpe de Abril, começaram a desenvolver esforços conducentes a resolver, pacificamente, o problema colonial. No entanto, antes de mais, importa recuarmos um pouco no tempo para encontrarmos a linha axial da atitude, no que ao Ultramar se refere, dos homens que fizeram a Revolução dos Cravos.

O Movimento de Oficiais das Forças Armadas (MOFA), designação que antecedeu a de Movimento das Forças Armadas (MFA), preparou, a 5 de Março de 1974, um manifesto político, pela pena do major Melo Antunes, destinado a alinhar as traves

---

<sup>830</sup> - CASTANHEIRA, José Pedro – *Sim à Autonomia, Não à Independência*. Lisboa: Revista Expresso (20 de Novembro de 1993), 1993, p. 46-R.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)



mestras de um projecto cuja finalidade era a de «(...) encontrar um modo digno de pôr fim à guerra e que, para tal fim, era necessário derrubar o regime político criado por Salazar»<sup>831</sup>.

Intitulado «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação», o documento foi discutido, clandestinamente, numa reunião de militares, em Cascais, e não logrou conseguir o apoio unânime dos presentes. Em alguns aspectos, sobretudo os mais importantes, os militares puseram-se de acordo. Ou seja, são de opinião que «o problema maior do povo português e que, em larga medida, condiciona todos os outros, é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné»<sup>832</sup>.

O primeiro manifesto dos capitães, que serviu de base ao do MFA, sustentou que a solução do problema ultramarino é política e não militar» e propôs «uma solução política que salvguarde a honra e a dignidade nacionais (...) mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da profunda aspiração dos povos africanos a governarem a si próprios (...)»<sup>833</sup>.

Mais concretamente, o articulado 8.1.3 do projecto do documento defendia o «claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação das populações autóctones»<sup>834</sup>.

Quando o golpe se consumou, os militares ainda não tinham aprovado o manifesto, que estava nas mãos de António Spínola para a derradeira emenda. Este, na madrugada de 26 de Abril, enquanto presidente da Junta de Salvação Nacional, (JSN) leu a «Proclamação ao País», um texto de oito pontos, no qual não fez nenhuma alusão, a mais pequena que fosse, à nova política ultramarina portuguesa.

Logo depois, Spínola reuniu-se com a Comissão Coordenadora do MFA e ditou algumas alterações ao documento, tendo ordenado a supressão de duas alíneas

<sup>831</sup> - MARTELO, David – Op. Cit., p. 85.

<sup>832</sup> - NEVES, Orlando – *Textos Históricos da Revolução (Organização e Introdução de Orlando Neves)*, 1ª Edição. Lisboa: Diabril Editora, 1975, pp. 18 e 18.

<sup>833</sup> - NEVES, Orlando – Op. Cit., p. 18.

<sup>834</sup> - MARTELO, David – Op. Cit., pp. 86 - 87.

respeitantes ao Ultramar: o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos. Isto indica, claramente, que a «(...) concessão da independência às colónias parecia estar, liminarmente, arredada»<sup>835</sup>.

Adivinhava-se que a questão colonial constituísse o primeiro grande conflito entre António Spínola e o MFA, os quais, depois de recuos e avanços, acabaram por chegar a acordo. O ponto 8 do Manifesto – A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em conta que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes objectivos:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

Os partidos de esquerda e os movimentos de libertação nacional rejeitam a posição do MFA. António Spínola, perante a posição intransigente destes, dá sinais de inflexão, ao discursar, em 15 de Maio de 1974, no acto do seu empossamento como primeiro Presidente da República pós 25 de Abril:

«(...) Os nossos esforços centrar-se-ão no restabelecimento da paz no Ultramar; mas o destino do Ultramar português terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua; e pensamos que o regresso dos partidos africanos de emancipação ao quadro da actividade política livremente desenvolvida será a prova cabal do seu idealismo (...) em ordem a uma opção final conscientemente promovida e escrupulosamente respeitada»<sup>836</sup>.

---

<sup>835</sup> - MARTELO, David – Op. Cit., p. 98.

<sup>836</sup> - SPINOLA, António – *Discurso de Empossamento do Presidente da República*. Lisboa: Diário de Notícias. (16 de Maio de 1974), 1974.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipedro@hotmail.com](mailto:neydipedro@hotmail.com)

David Martelo nota que «a principal novidade deste discurso é o reconhecimento da existência de *partidos africanos de emancipação*. Até à data, em nenhum documento ou pronunciamento público, havia sido feita pelo novo Poder qualquer alusão aos grupos independentistas ultramarinos. Spínola continuou a ceder, até que, em 16 de Maio, no discurso de empossamento do 1º Governo Provisório, de Palma Carlos, reconheceu, finalmente, o direito dos povos das colónias à autodeterminação.

«(...) Na plena consciência do que o problema não é militar, afirmamos, desde já, o nosso reconhecimento do direito de todos os povos à autodeterminação, assumindo solene compromisso de respeitar integralmente a decisão das populações ultramarinas, tomada porém esta em plena consciência, sem pressões de espécie alguma e na prévia garantia de que a opção terá de ser feita, não entre duas alternativas apenas, mas entre todo um leque de viabilidades»<sup>837</sup>.

Nesta linha de coerência, António Spínola advogou que «defendo, há muito tempo, a opinião de que compete às populações africanas e europeias de África escolher, livre e conscientemente, o seu destino; e a via mais autêntica para essa autodeterminação será o amplo debate das viabilidades de opção, no clima de liberdade democrática instaurado. Nesta base, serão exploradas todas as possibilidades que possam conduzir à paz no Ultramar (...)»<sup>838</sup>.

A posição do novel Presidente português não se afigurava isolada. Já o parágrafo 7, alínea b) do programa do 1º Governo Provisório a aludia expressamente: «Instituição de um esquema destinado à consciencialização de todas as populações residentes nos respectivos territórios, para que, mediante um debate livre e franco, possam decidir o seu futuro no respeito pelo princípio da autodeterminação, sempre em ordem à salvaguarda de uma harmónica e permanente convivência entre os vários grupos étnicos, religiosos e culturais».

A ambiguidade de Spínola era evidente. Em «*Portugal e o Futuro*», rejeitou qualquer hipótese de abandono das colónias e defendeu uma posição federalista para o

<sup>837</sup> - NEVES, Orlando – Op. Cit., p. 91.

<sup>838</sup> - NEVES, Orlando – Op. Cit., p. 91.

Ultramar, na senda, aliás, das posições de Marcello Caetano. Como observou David Martelo, «(...) o comportamento do general Spínola, em matéria de política ultramarina, iria ser, até final de Julho de 1974, um constante corrigir do seu próprio discurso»<sup>839</sup>.

No sobredito livro, que sacudiu os alicerces do Estado Novo, Spínola retomou as teses *marcellistas*, exprimidas num parecer de 2 de Fevereiro de 1962, segundo o qual Portugal deveria transformar-se num Estado Federal. «A Comunidade portuguesa compreenderia Estados e Províncias Ultramarinas. Três Estados Federados: Portugal, Angola e Moçambique e as Províncias da Guiné, S. Tomé, Macau e Timor. Cabo Verde receberia o estatuto das Ilhas Adjacentes».

António Spínola sabia que a aplicação destas ideias implicava a aceitação de três princípios: o reconhecimento do direito dos povos do Ultramar à autodeterminação; a realização de um referendo nas colónias; e o respeito do princípio de que a soberania do Império residia na Nação. As teses em exame mereceram total assentimento da ala liberal do Estado Novo, de uma base do MFA e dos partidos da direita. Os da esquerda manifestaram-se contrários às ideias do general António Spínola.

Ao defender tão acerrimamente a opção federalista, o Presidente da JSN pretendia, certamente, salvaguardar os interesses dos portugueses no Ultramar, «(...) procurando terceiras vias alternativas aos movimentos de libertação e acolhendo as esperanças das comunidades brancas locais, sobretudo em Angola e em Moçambique, contra a sensibilidade dominante quer do incipiente sistema partidário, quer do MFA no terreno (...)».<sup>840</sup>

César Oliveira critica António Spínola por ter proposto «(...) um caminho para a descolonização relativamente lento, baseado em referendos às populações brancas ou negras das distintas colónias, o que excluía à partida e como condição prévia o direito à independência porque, entretanto, outras vias poderiam ser seguidas em consequência do resultado das consultas populares»<sup>841</sup>.

<sup>839</sup> - MARTELO, David – Op. Cit. p. 98.

<sup>840</sup> - PINTO, António Costa – Op. Cit., p. 67.

<sup>841</sup> - OLIVEIRA, César – Op. Cit., p. 80.

Com isso, é manifesto que o MFA admitia apenas «obter a paz nas colónias» e limitava-se a propor um «debate franco e aberto» com os diversos movimentos de libertação. Aliás, não se referia, *ab initio*, expressamente, à descolonização,<sup>842</sup> como nota António Duarte Silva, nem garantia, segundo César de Oliveira, o termo imediato das guerras, nem propunha qualquer tipo de negociação com os chamados movimentos de libertação<sup>843</sup>.

António Duarte Silva considera que os militares de Abril não atribuíam «natureza colonial às questões referentes à política ultramarina»<sup>844</sup>. O próprio general António Spínola assumia, em 1974, que, mais do que nunca, era necessário garantir, a toda a brida, «a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental».

Nem o empossamento do Iº Governo Provisório escondeu as contradições do novo regime quanto ao Ultramar. Ao tempo, duas grandes correntes de opinião se opuseram: a linha federalista de António Spínola, que estava inviabilizada pela recusa dos movimentos de libertação em deixar de prosseguir a guerra; a linha da Comissão Coordenadora do MFA, apoiada nas posições dos partidos que integravam o Iº Governo Provisório (...)»<sup>845</sup>.

Além disso, António Spínola e os seus pares viram-se ainda confrontados com a intransigência dos movimentos independentistas quanto à descolonização e ao processo de paz. Estes não aceitavam outra solução que não fosse a do imediato reconhecimento do direito à independência como condição *sine qua non* para o cessar-fogo, que, para eles, nunca era o ponto de partida para as negociações, mas o de chegada, em manifesta oposição às teorias de Spínola, que colocavam o problema de forma inversa.

Pezarat Correia ilustrou bem a situação: «Portugal exigia a paz, como condição para negociar as modalidades políticas de transição; os movimentos exigiam a aceitação do direito à independência sob a sua liderança como condição para negociarem a paz». Mário Soares comunga da mesma opinião, dizendo que «não havia, quanto a nós, outra

<sup>842</sup> - SILVA, António E. Duarte – Op. Cit., p. 168.

<sup>843</sup> - OLIVEIRA, César – Op. Cit., p. 77.

<sup>844</sup> - SILVA, António E. Duarte – Op. Cit., p. 168.

<sup>845</sup> - OLIVEIRA, César – Op. Cit., 1996, p. 82.

saída senão a da independência, conclusão vitoriosa das lutas de libertação nacional e ponto final de uma guerra injusta e dispendiosa»<sup>846</sup>.

A posição do MFA, cuja cúpula era dominada por António Spínola, não era ambígua, nem reflectia a inexistência de um projecto único e coerente sobre a questão colonial, como faz crer António Duarte Silva<sup>847</sup>. Fazia parte integrante dos propósitos do sector «spinolista» do novo Poder em Lisboa, contra os quais se insurgiram, de pronto, os movimentos de libertação das ex-colónias e alguns sectores da sociedade portuguesa.

A FRELIMO, por exemplo, em 27 de Abril de 1974, avisava que «só pelo reconhecimento do direito do povo moçambicano à independência (...) se poderá pôr termo à guerra colonial». Qualquer tentativa de iludir o problema real – denuncia o partido de Mondlane – só terá como consequências causar novos e inúteis sacrifícios.

Na mesma linha posicionou a FNLA, que, num comunicado, emitido em Kinshasa, em 30 de Abril de 1974, advertia que «a resposta às propostas surpreendentes do general Spínola é o prosseguimento da guerra e a sua intensificação até que a Justiça, o bom senso e o direito dos povos a disporem de si próprios levem a melhor».

O MPLA, pela voz de Paulo Jorge Teixeira, rejeitava, poucos dias depois do 25 de Abril, em Argel, «(...) a ideia apresentada pelo general Spínola para um Estado Federal, porque é necessário ter em conta que somos realidades diferentes. Angola não é Portugal, como não é a Guiné-Bissau, nem Moçambique (...).

O PAIGC, que recebeu, em Conacri e nas matas guineenses, com um misto de desconfiança, entusiasmo e perplexidade, as notícias sobre o 25 de Abril<sup>848</sup>, foi categórico ao exigir de Portugal o reconhecimento imediato quer da independência da Guiné-Bissau, proclamada a 24 de Setembro de 1973, em Madina de Boé, quer do direito de Cabo Verde à independência nacional.

<sup>846</sup> - SOARES, Mário – *Portugal: Que Revolução?* – *Diálogo Com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976, p. 27.

<sup>847</sup> - SILVA, António E. Duarte – *Op. Cit.*, p. 168.

<sup>848</sup> - Aristides Pereira confessa que «a notícia do 25 de Abril apanhou de surpresa o PAIGC, pois as primeiras informações referiam-se ao nome do general Spínola como líder do golpe de Estado que se consumara em Portugal. Isso não impediu que algum entusiasmo tivesse levado tanto os combatentes, militantes e a própria direcção do Partido a encararem a forte possibilidade de o evento vir a significar o princípio do fim do sistema colonial português». Ver mais informações em «Guiné-Bissau e Cabo Verde – Uma Luta, um Partido, dois Países», p. 242.

Numa declaração, datada de 6 de Maio de 1974, o partido de Cabral mostrava-se disponível para a abertura de negociações, com ou sem cessar-fogo, com o novo Poder estabelecido em Lisboa. Porque fora reconhecido como «único, autêntico e legítimo representante do povo da Guiné e de Cabo Verde», o PAIGC apresentou ao Governo português uma proposta de quatro pontos:

«O estabelecimento de um novo tipo de relações no interesse comum e baseado no princípio da estreita igualdade; a abertura e disponibilidade imediata e total para o início de negociações com o novo poder político estabelecido em Portugal, com ou sem cessar-fogo; o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência; e, por último, o reconhecimento desse mesmo direito aos povos das outras colónias portuguesas»<sup>849</sup>.

Depois, deixou, nestes termos, um aviso ao Governo de Portugal: «Rejeitamos, antecipadamente, todo e qualquer acto que vise a acreditar grupos pretensamente nacionalistas, criados à última hora, ou mantidos no estrangeiro, e cujo reconhecimento pelas autoridades portuguesas teria como única e inevitável consequência a continuação da luta armada de libertação nacional». O recado era, no caso de Cabo Verde, para a UPICV e para a UDC, e, no da Guiné-Bissau, para a FLING e para o MLG.

No plano diplomático, a Portugal começaram a faltar argumentos de peso para convencer a comunidade internacional dos seus fins em relação ao Ultramar. A pressão era enorme. Estados e organizações internacionais não cansavam de exortar Lisboa a cumprir com as resoluções da ONU ínsitas à autodeterminação e independência dos povos coloniais. O reconhecimento de tais princípios impunha que Portugal aceitasse negociar com os movimentos de libertação.

O PAIGC, em Abril de 1974, estava numa situação confortável. Do ponto de vista militar, a guerra na Guiné-Bissau achava-se num impasse, porque ambos os beligerantes tinham plena consciência que a solução do conflito que os opunha era política e não

---

<sup>849</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 243.

militar. Do ponto de vista diplomático, o PAIGC já tinha proclamado, em 1973, o Estado da Guiné-Bissau, que, até Julho de 1974, havia sido reconhecido por 86 países, o que lhe conferia uma enorme credibilidade internacional.

Afora estes factos, o PAIGC era, aos olhos da comunidade internacional, da ONU, da OUA e de outras organizações regionais e mundiais, reconhecido como «o único e legítimo representante dos povos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau». Como tal, avisou, bastas vezes, ao Governo de Lisboa que era o único interlocutor para negociar o processo de independência dos dois países.

### 17.1 - NEGOCIAÇÕES ENTRE PORTUGAL E PAIGC

Assim, os primeiros contactos entre o PAIGC e o novo Poder português ocorreram, em Dakar, a 16 de Maio de 1974. Mário Soares e Aristides Pereira avistaram-se, por iniciativa do Presidente senegalês, Leopold Sédar Senghor, durante algum tempo para trocar impressões sobre o processo de descolonização que, a breve trecho, se iria iniciar.

O Ministro português dos Negócios Estrangeiros foi a Dacar com instruções muito claras: «Do nosso lado, reconheceríamos o direito à autodeterminação com todas as suas consequências e daríamos garantias formais do estabelecimento de um programa de descolonização a desenvolver por fases, em conformidade com os princípios estatuídos pela ONU e no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem»<sup>850</sup>.

António Spínola esperava que o PAIGC depusesse as armas, incondicionalmente, e se transformasse em partido político, no quadro da democracia, deixando claro que «as negociações não seriam uma transacção pura e simples», mas sim dariam lugar a um «(...) um pacto que selaria a recíproca aceitação do princípio da autodeterminação, o reconhecimento do direito de as populações participarem no respectivo processo e o estabelecimento de uma base de entendimento quanto à forma de exercer esse direito»<sup>851</sup>.

<sup>850</sup> - SPÍNOLA, António – *País sem Rumo*. Lisboa: Editorial SCIRE, 1978, p. 256.

<sup>851</sup> - SPÍNOLA, António – Op. Cit., pp. 255- 256.



Nas hostes do PAIGC, o optimismo era a nota dominante, porque a questão da autodeterminação já estava mais do que ultrapassada, uma vez que, em 24 de Setembro de 1974, havia, nas matas de Madina de Boé, proclamado a independência da Guiné-Bissau. O caso já era pacífico, porque Portugal estava ante um facto consumado. Mas o de Cabo Verde não o era, porque o seu estatuto estava por definir.

Porque se achava em posição de força, aquele movimento desejava discutir com Portugal apenas o fim imediato das operações militares e a transferência de poderes para o PAIGC. Para o provar, emitiu, em Argel, em 13 de Maio, antes do encontro entre Aristides Pereira e Mário Soares, um comunicado no qual impunha a Portugal a observância de dois pontos como condição bastante para o início das conversações:

«O reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à autodeterminação e à independência para o seu povo e para o povo de Cabo Verde; o reconhecimento dos mesmos direitos aos povos dos outros territórios portugueses em África».

O PAIGC impôs ainda a Portugal mais duas condições para estabelecer o cessar-fogo: «reagrupamento de todas as forças de ocupação nos postos de comando de sector e das forças operacionais nos centros de comando; cessação de todas as operações e de todos os actos de agressão contra o povo da Guiné-Bissau».

O encontro entre o Secretário-Geral do PAIGC e o Ministro português dos Negócios Estrangeiros não produziu resultados satisfatórios. Dele os historiadores não retiraram quaisquer dados conclusivos, porquanto as divergências que os separavam eram profundas. A única nota positiva saída da reunião era o desejo de os dois lados acabarem com a guerra, sendo primeiro necessário que Lisboa reconhecesse a independência da Guiné-Bissau e o direito à autodeterminação de Cabo Verde.

A ausência de resultados palpáveis entre Pereira e Soares vem apenas por a nu que o PAIGC não aceitaria as teses federalistas de António Spínola. Aristides Pereira transmitiu-as, certamente, a Mário Soares, no encontro de Dakar. Entrementes, Luís Cabral deixou, sem pestanejar, este aviso, numa mensagem, emitida a 28 de Maio, na

Rádio de Libertação do PAIGC: «Se as propostas do Governo português não respeitam as conquistas do nosso povo, tanto no terreno como no plano internacional (...) então, nesse caso, estamos prontos a continuar o nosso combate com mais determinação (...)».

O impasse entre Aristides Pereira e Mário Soares não impediu que o PAIGC e o Governo português aprazassem para Londres um novo encontro, a ter lugar de 25 a 31 de Maio de 1974<sup>852</sup>. O partido de Cabral mudou de interlocutor. Já não é Aristides Pereira, que estivera com Mário Soares, nos primitivos contactos de Dacar, mas sim Pedro Pires.

Antes de se deslocar à capital inglesa, o PAIGC, num gesto de boa vontade, suspendeu as operações militares, tornando-se assim *de facto* o cessar-fogo. Além disso, preparou bem o trabalho de casa, separando o caso de Cabo Verde com o da Guiné-Bissau. Desta, apenas reivindicava o *reconhecimento da independência*, já, entretanto, proclamada. Quanto a Cabo Verde, reclamava o seu *direito à independência*, de acordo com as resoluções da ONU e da OUA.

Portugal voltou a recusar as pretensões do PAIGC. As negociações falharam. O único resultado positivo do encontro foi a permissão que Portugal concedeu ao PAIGC para instalar uma delegação em Bissau. O impasse prendia-se «(...) com as exigências do PAIGC no sentido do reconhecimento da Republica da Guiné-Bissau (...) e com a necessidade de conferir um estatuto internacional a Cabo Verde com o respectivo reconhecimento do seu direito à autodeterminação e independência (...)»<sup>853</sup>.

Na visão de Aristides Pereira, o Governo lusitano recusou todas as pretensões do PAIGC, «(...) baseando-se no facto de que Portugal não estava preparado com dispositivos legais para a descolonização, no caso da Guiné-Bissau e, em relação a Cabo Verde, alegando nunca ter ali havido luta armada»<sup>854</sup>. Mas, de acordo com o antigo Secretário-Geral do PAIGC, Portugal desconfiava que este pudesse transformar Cabo Verde numa base da URSS, sendo esta a causa próxima por que Lisboa inviabilizara, de início, as conversações de Londres.

<sup>852</sup> - A delegação portuguesa foi chefiada por Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e integrava Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Bruno, Chefe da Casa Militar da Presidência da Republica, o professor Jorge Campinos e José Neves. Da parte do PAIGC, Pedro Pires dirigia a equipa, de que faziam parte José Araújo, Umaru Djaló, Lúcio Soares, Bobo Queta, Júlio Semedo e Gil Fernandes.

<sup>853</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 247.

<sup>854</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 247.

As posições iniciais do PAIGC e de Portugal impediram, politicamente, qualquer entendimento. Aristides Pereira conta que, «(...) enquanto decorriam as conversações, o chefe da delegação portuguesa deslocou-se pessoalmente a Lisboa para consultas com o Presidente Spínola, que, no essencial, recusou o texto de um possível acordo proposto pelo PAIGC»<sup>855</sup>.

As duas partes limitaram-se a dizer que «dada a importância e a complexidade dos pontos já tratados, as duas delegações concordaram ser necessário consultar as entidades que aqui representam» e anunciaram um novo encontro – o terceiro – aprazado para Londres, em 8 de Junho. Por pressão da ONU, da OUA e do PAIGC, o encontro acabou por se realizar em Argel, em 13 de Junho, embora António Spínola insistisse em Lisboa.

A contragosto, Mário Soares deslocou-se à capital argelina para se avistar com Pedro Pires, cujas posições se achavam reforçadas com a declaração do Ministro argelino dos Negócios Estrangeiros, Abdelaziz Bouteflika, segundo as quais «(...) Mário Soares deveria compreender que não pode haver cessar-fogo senão passando pelo caminho que leva à independência da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo Verde».

Enquanto se assistia ao colapso das negociações em Londres, na Guiné-Bissau, tropas portuguesas e os responsáveis do PAIGC desenvolviam contactos paralelos denominados «*descolonização por conta própria*», os quais acabaram por influenciar as conversações entre Pedro Pires e Mário Soares.

Uma outra questão que fez impedir o avanço das negociações entre o PAIGC e o Governo de Lisboa se referia ao destino e ao estatuto a dar aos combatentes das forças armadas portuguesas, estimados entre 15 a 20 mil homens, muitos dos quais foram fuzilados, sem julgamento, depois da independência da Guiné-Bissau, a mando do PAIGC.

---

<sup>855</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 246

Em paralelo com as conversações de Argel, Spínola instruiu, em 27 de Junho, Carlos Fabião a desenvolver esforços para garantir «(...) a urgente convocação de um Congresso do Povo, pois é através dele que se concretizará o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau, por decisão maioritária, que, com a minha presença, seria imediatamente sancionado»<sup>856</sup>.

Spínola contava legitimar, política e diplomaticamente, aos olhos da comunidade internacional, o tal Congresso do Povo com a presença de Aristides Pereira e prometeu deslocar-se a Bissau desde que Carlos Fabião lhe garantisse o «pleno êxito» do encontro. Para o fim em vista, instou o chefe da JSN, na capital guineense, «a fazer crer aos delegados do PAIGC, que aí se encontram, a minha intenção de unificar todas as correntes locais no sentido do reconhecimento do novo Estado sob a égide do PAIGC»<sup>857</sup>.

Aristides Pereira confirma que o partido de que era Secretário-Geral não podia aceitar a proposta de Portugal de reconhecer a República da Guiné-Bissau num Congresso do Povo, «(...) com a participação de outras formações políticas guineenses, algumas delas fabricadas à última da hora, que, além de na altura hostilizarem o PAIGC, eram muito próximos da linha federalista versus neocolonialista defendida (...)»<sup>858</sup> por Spínola.

A reunião de Argel estava condenada ao fracasso. Ensombrou-a o discurso, em 11 de Junho, de António Spínola, aquando do empossamento dos Governadores-Gerais de Angola e de Moçambique. Por essa altura, o Presidente da República impôs um programa de descolonização baseado em quatro pontos: restabelecimento da paz; reconstrução e desenvolvimento acelerados; implantação de amplos esquemas democráticos de participação e de uma acelerada regionalização das estruturas políticas, económicas e sociais; e recurso à consulta popular como fórmula final de corporização dos princípios enunciados»<sup>859</sup>.

<sup>856</sup> - MEDINA, João – *História Contemporânea de Portugal* (Dir. João Medina), vol. «Portugal de Abril». Lisboa: Amigos de Portugal, 1985, p. 105.

<sup>857</sup> - MEDINA, João – Op. Cit., p. 105.

<sup>858</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 249.

<sup>859</sup> - SPÍNOLA, António – *Discurso de Empossamento dos Governadores-Gerais de Angola e de Moçambique*. Lisboa: Diário de Notícias. (12 de Junho de 1974) 1974.

Com isso, o encontro entre Pires e Soares estava à partida condenado ao malogro. Os negociadores, quer do PAIGC, quer do Governo português, nada de substancial levaram a Argel. As suas posições iniciais mantiveram-se inflexíveis e inviabilizaram, uma vez mais, qualquer esboço de acordo. O desencontro foi total, levando, em consequência, à interrupção das conversações, devido a «importantes dificuldades que impunham novas consultas às entidades ali representadas».

No entanto, o «Diário de Notícias» de Lisboa dava conta de um telex da agência argelina de informação segundo o qual as negociações entre o PAIGC e o Governo português «não foram suspensas nem interrompidas, mas sim pararam por completo (...) porque a posição de Portugal quase não mudou desde a primeira fase das negociações decorridas em Londres»<sup>860</sup>.

No entanto, a aprovação da lei nº 7/74, de 27 de Julho, pelo Conselho do Estado, veio pôr termo ao impasse entre o PAIGC e o Governo e clarificar, de vez, a política portuguesa em questões ultramarinas. Este decreto governamental removeu, na expressão de António Spínola, «a última barreira»<sup>861</sup> que tolhia a descolonização. O impasse ultrapassou-o, nos princípios de Agosto, Kurt Waldheim, durante uma visita a Lisboa, no decurso da qual Portugal e a ONU assinaram um acordo para o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau.

Num discurso político sobre a descolonização, proferido dias depois da promulgação da lei constitucional nº 7/74, António Spínola confirma «(...) que chegou o momento de o Presidente da República reiterar solenemente o reconhecimento do direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação, incluindo o imediato reconhecimento do seu direito à independência»<sup>862</sup>.

O art. 1º da aludida lei refere que «o princípio de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar (...) implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação, o qual –

<sup>860</sup> - Diário de Notícias, em 17 de Junho de 1974.

<sup>861</sup> - NEVES, Orlando – Op. Cit., p. 108.

<sup>862</sup> - NEVES, Orlando – Op. Cit., p. 108.

acrescenta o art. 2º – inclui, com todas as suas consequências, a aceitação da independência dos territórios ultramarinos (...).

Deste modo, o PAIGC e Portugal chegaram, em 26 de Agosto de 1974, a Acordo de Argel. O documento, de oito pontos, estatuiu que Portugal reconhecia *de jure* a, 10 de Setembro, a Guiné-Bissau como Estado independente, que o cessar-fogo cumprido *de facto* seria, automaticamente, convertido em cessar-fogo *de jure*, a partir de 26 de Agosto, e estabelecia, por fim, o compromisso de as tropas portuguesas abandonarem, até 31 de Outubro de 1974, o território guineense.

Depois de ter aceitado, em 28 de Agosto, o Acordo de Argel, António Spínola, enquanto Presidente da República, assinou, em 10 de Setembro, uma declaração oficial na qual dizia que «Portugal reconhece solenemente a independência da Guiné-Bissau», pondo assim termo à presença colonial lusitana em terras guineenses.

#### 17. 2 - CABO VERDE: UM CASO AINDA POR ESCLARECER

Depois de ter alcançado o acordo para a independência da Guiné-Bissau, o PAIGC começou, de imediato, com o III Governo Provisório, a negociar o de Cabo Verde, cujo futuro já estava traçado pelo Acordo de Argel, que, dos oito pontos que continha, só dois se lhe referiam – o 5º e o 6º.

O dédalo do problema residia no art. 6º, segundo o qual o acesso de Cabo Verde à independência constitui um «facto necessário» a uma paz duradoura e a uma cooperação sincera entre Portugal e a Guiné-Bissau. Trocado por miúdos, equivale tal expressão a dizer que o PAIGC fez depender o futuro das relações de amizade entre os dois países da independência do arquipélago.

Em Londres e em Argel, o partido de Cabral separou o processo de independência da Guiné-Bissau do de Cabo Verde. Não os misturou. Distinguiu-os, acabando por levar Portugal a palma. Todavia, em Lisboa, estabeleceu uma analogia entre os dois processos, fazendo o Governo português crer que sem a independência das ilhas as relações entre Portugal e a Guiné-Bissau se achavam comprometidas.

O artigo 5º preceituava que «a representação portuguesa, em nome do Governo português, reafirmava o direito do povo das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a realização deste direito, conforme as resoluções pertinentes das Nações Unidas, levando também em linha de conta a vontade expressa pela Organização da Unidade Africana».

Cabo Verde estava numa posição mais delicada que a da Guiné-Bissau quando, em Dezembro de 1974, se iniciaram, em Lisboa, as conversações entre Portugal e o PAIGC<sup>863</sup>. O processo apresentava-se prenhe de escolhos, a começar pelo estatuto a atribuir-lhe.

Portugal, que passara quase dois séculos a negar a autonomia àquele arquipélago, queria-o ver, agora, apressadamente, como «Ilhas Adjacentes», a exemplo dos Açores e da Madeira. O PAIGC, ao invés, considerava-o uma colónia e desejava-o ver, pura e simplesmente, independente. O busílis da questão estava aqui radicado.

O estatuto de Cabo Verde constituiu sempre motivo de preocupação por parte de Portugal, que nunca tomou o arquipélago como um país africano. Lisboa sempre tratara Cabo Verde separadamente dos territórios africanos<sup>864</sup>. Vem-nos agora à ideia recordar, *ad rem*, que o «Estatuto de Indígena» não foi aplicado aos cabo-verdianos. Em «País sem Rumo: Contributo para a História de uma Revolução», António Spínola era contundente: «Parte dos naturais de Cabo Verde havia alcançado um estágio de desenvolvimento cultural que mais os aproximava da metrópole do que da Guiné».

Mais significativo foi ainda o facto de Spínola não se ter referido a Cabo Verde durante o discurso à Nação, em 1974, consagrado à descolonização: «Estamos aptos para iniciar o processo de transferência de poderes para as populações dos territórios ultramarinos reconhecidamente aptas para o efeito, designadamente a Guiné, Angola e Moçambique»<sup>865</sup>.

<sup>863</sup> - A delegação do PAIGC foi chefiada por Pedro Pires. Integravam-na Osvaldo Lopes da Silva, José Luís Fernandes e Amaro da Luz. A parte portuguesa liderou-a Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial.

<sup>864</sup> - MACQUEEN, Norrie – Op. Cit., p. 142.

<sup>865</sup> - NEVES, Orlando – Op. Cit., p. 108.

De início, Portugal opôs-se a negociar a independência de Cabo Verde, em defesa de cuja tese se socorreu de muitos argumentos, o primeiro dos quais é a fragilidade económica do arquipélago. Em muitos círculos, pensava-se, com ou sem razão, que as ilhas não sobreviviam de *per si* em virtude da sua dependência de Lisboa.

Até Novembro de 1974, em Portugal, apenas se ouvia falar da constituição de um Governo para Cabo Verde e nunca da independência. Este facto levou o PAIGC a ponderar, segundo disse Pedro Pires a Leopoldo Amado, a possibilidade de partilhar o poder com outras forças em presença (leiam-se a UPICV e a UDC)

De igual modo, a posição geográfica de Cabo Verde pesou, sobremaneira, na decisão de Portugal protelar o processo de negociações com o PAIGC. Lisboa temia que, depois da independência, o território fosse transformado numa base militar da URSS, devido ao apoio que esta concedeu àquele, no decurso dos treze anos do conflito armado na Guiné-Bissau.

Aristides Pereira lembra que «de entre as razões plausíveis que condicionaram a relativa lentidão que caracterizou o processo que levaria Cabo Verde à independência, a 5 de Julho, destaca-se a sua posição geo-estratégica, que, repentinamente, ganhou uma importância acrescida, ante a iminência da sua libertação do jugo colonial»<sup>866</sup>.

Portugal também evocava a especificidade do homem cabo-verdiano para fazer adiar as conversações com o PAIGC, baseando-se na ideia de que Cabo Verde, culturalmente, era diferente das restantes colónias. É-o, de facto, não obstante as similitudes com alguns países africanos, nomeadamente a Guiné-Bissau.

A postura do Governo de Lisboa devia-se, nas palavras de Aristides Pereira, «(...) não só a pressões externas de que Portugal era alvo, no sentido de iniciar o processo de descolonização, mas também a pressões internas no sentido de manter Cabo Verde ligado a Portugal, por razões geo-estratégicas da NATO e da Europa ocidental (...)»<sup>867</sup>.

<sup>866</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 271.

<sup>867</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 280.



Para a contrariar, o PAIGC decidiu reforçar a pressão internacional sobre Portugal junto da ONU, da OUA e ainda dos EUA, «(...) país de cuja influência e poderio, aparentemente, dependiam o desfecho da questão cabo-verdiana, uma vez que eram patentes as desconfianças de que Cabo Verde poderia transformar-se numa base soviética, caso o PAIGC chegasse ao Poder»<sup>868</sup>.

Por entre estas incertezas, dúvidas e explicações, o certo é que, em Novembro de 1974, têm lugar, em Lisboa, as primeiras conversações entre Portugal e o PAIGC, antecedidas de encontros officiosos e marcadas por uma afirmação de Costa Gomes, Presidente da Republica, segundo a qual estava fora de questão o reconhecimento do PAIGC como único representante do povo de Cabo Verde.

A ronda inicial não produziu resultados palpáveis, por falta de vontade política das duas partes. Três questões divergiam o PAIGC do Governo português: a realização de eleições, que não queria aceitar, a marcação da data da independência e a distribuição de pastas do Governo de transição a constituir em Cabo Verde. Por isso, as conversações estavam num impasse, dada a intransigência dos negociadores, no caso vertente Pedro Pires e Almeida Santos.

O pomo do desentendimento assentava na ideia de Portugal proceder a um referendo, cuja finalidade era a de perguntar ao povo de Cabo Verde se queria ou não a independência. O PAIGC pôs de lado o intento do Governo português, porque arrogava a legitimidade que julgava advir-lhe da luta armada e porque ainda já era reconhecido, internacionalmente, como o legítimo representante do povo cabo-verdiano.

Depois de cedências mútuas, que evitaram que as negociações caíssem num «beco sem saída»<sup>869</sup>, o PAIGC e o Governo português chegaram, finalmente, a acordo para a independência de Cabo Verde, o qual viria a ser assinado em 19 de Dezembro de 1974. Redigido por Almeida Santos, o acordo previa um Governo de transição, de seis meses,

---

<sup>868</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 281.

<sup>869</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 282.

chefiado por um alto-comissário português, composto por três ministros do PAIGC e dois portugueses, e a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, que deveria proclamar a independência de Cabo Verde.

Neste período, as Forças Armadas portuguesas em Cabo Verde, em cujo oficialato pontificavam militares próximos do Partido Comunista, reconheceram o PAIGC como «o único e legítimo representante do povo cabo-verdiano» e ameaçaram proceder à transferência de poderes àquele partido e retirar-se do arquipélago.

Estranha-se que Portugal tenha chegado a entendimento com o PAIGC, em Argel, sem que, antes, definisse um quadro jurídico-legal para esclarecer a situação de Cabo Verde, cujo estatuto não foi, como se previa, objecto de um acordo de descolonização, a não ser que, abusivamente, se tome como tal o «Acordo de Argel».

Dito doutro modo, o processo de descolonização de Cabo Verde foi feito, ao contrário do das restantes colónias, sem qualquer protocolo que o regulasse. Na ausência de leis próprias, o Governo de Lisboa, para o fazer, estribou-se, essencialmente, nas recomendações da ONU e da OUA, que reconheciam o PAIGC como o único e legítimo representante do povo de Cabo Verde.

Ao aceitar que o processo de independência se fizesse no quadro das sobreditas resoluções, Portugal atribuiu, *de facto*, este estatuto ao partido de Cabral, embora *de jure* nunca o tivesse feito, nem no Acordo de Argel, nem mesmo em qualquer norma do Direito interno português.

Em 17 de Dezembro, o Conselho do Estado português aprovou o Estatuto Orgânico de Cabo Verde, nos termos do qual o Governo de Transição do arquipélago, a designar, «executaria as operações conducentes à eleição de uma assembleia representativa, dotada de poderes soberanos e constituintes, que declararia a independência do Estado e elaboraria a sua Constituição».

Esta lei, embora seja evasiva, em muitos aspectos, foi, contudo, explícita noutros. Não atribuiu *de jure* a nenhum partido o estatuto de único e legítimo representante do

povo cabo-verdiano. Nem ao PAIGC, nem a outro qualquer. Deixou tudo em aberto. Ou seja, caberia ao povo decidir, nas urnas, a constituição de um parlamento, que proclamaria a independência nacional. Além disso, a lei não previa, também, que o Governo de Transição fosse integrado apenas por dirigentes do PAIGC.

Mas Almeida Santos, então Ministro da Coordenação Interterritorial, foi claro: «Farão parte do Governo ministros indicados pelo PAIGC, ou seja, pelo agrupamento que a ONU e a OUA reconhecem como legítimo representante do povo de Cabo Verde, e que adregou junto das populações uma posição de prestígio que seria irrealista desconhecer».

Três dias depois do empossamento do Governo de Transição, na Cidade da Praia, Portugal e o PAIGC assinaram, em 19 de Dezembro de 1974, um protocolo que fixou o calendário do processo de descolonização de Cabo Verde. Este documento não foi objecto de publicação oficial. Tão pouco foi homologado pelo presidente da República de Portugal e pelo secretário-geral do PAIGC. Curiosamente, sem que nada o justificasse, apareceu nos considerandos do Acordo Geral de Cooperação assinado, em 1976, pelos dois países.

No quadro da Lei n.º 13/74, o Governo de Transição de Cabo Verde realizou, em 30 de Junho de 1975, as eleições legislativas em Cabo Verde, nas quais participou apenas o PAIGC. Que, naturalmente, as ganhou com 92% dos votos (56 mandatos) numa percentagem de 85% de votantes, abrindo assim o caminho para instauração de um regime de partido único nas ilhas.

Os outros partidos – a UDC e a UPICV – viram-se impedidos de nelas tomar parte. A 5 de Julho de 1975, o país ascendeu à independência. Fica, pois, por demais claro, que o novo Poder de Lisboa, saído do 25 de Abril, entregou, à margem do próprio direito português, Cabo Verde ao PAIGC, através de um processo que deixou muito a desejar.

## 18 - HERANÇAS DA PRESENÇA PORTUGUESA EM CABO VERDE

Cabo Verde, a exemplo dos restantes países africanos de expressão portuguesa, acha-se, de igual modo, prisioneiro de uma pesada herança de Portugal: a pobreza e a dependência externa. É um dado que mostra à saciedade a fragilidade do país, sem prejuízo dos nítidos avanços conseguidos nos últimos tempos.

Não obstante isso, o nível do desenvolvimento, em todos os sectores, a que chegou aquele arquipélago, depois da independência nacional, não tem comparação possível com o verificado durante todo o consulado colonial. Dito doutro modo, em termos de crescimento sócio-económico, os 29 anos de independência sobrepujam de longe os 500 da presença portuguesa.

A ausência de bases produtivas, aliada a outros factores, como seja a falta de recursos materiais, obrigou que o desenvolvimento de Cabo Verde se fizesse à custa da cooperação internacional e das remessas dos emigrantes. Para inverter a presente situação, impõe-se desenvolver um enorme trabalho em ordem a libertar aquelas ilhas da pesada herança que aflige, no dizer de António de Sousa Lara, a generalidade dos países terceiro-mundistas que alcançaram a independência a partir de 1945.

Para minimizar os efeitos da sua dependência ao exterior, Cabo Verde adoptou, no decurso da guerra-fria, uma política externa bastante prudente. As condições sociais e económicas do país assim o exigiam. Por laços históricos, o PAIGC, em virtude do apoio que recebera da URSS, aproximou-se do bloco do Leste. Mas isso o não impediu de manter, por pragmatismo, excelentes relações com os países ocidentais.

Pode dizer-se que Cabo Verde tinha o coração em Moscovo e o estômago em Washington. Serve isso apenas para ilustrar a precariedade da sua posição. Se, por um lado, não podia afastar-se dos países que ajudaram o PAIGC durante a guerra na Guiné-Bissau, por outro, estava dependente, economicamente, do Ocidente, de quem recebia uma avultada assistência económica.

O relacionamento de Cabo Verde com o Ocidente manteve-se estável durante a vigência do partido único, sem quebrar, em nenhum momento, os laços umbilicais do PAIGC com os seus amigos do Pacto de Varsóvia. Mesmo nos períodos mais

complicados da cena internacional – invasão soviética ao Afeganistão e a americana à ilha de Granada, para citar apenas estes dois exemplos – conservou este tremendo equilíbrio que permitiu a sobrevivência do país.

Se a dependência ao exterior de Cabo Verde é uma má herança colonial, há, no entanto, outras que só servem para, a todos os títulos, o engrandecer. Referimo-nos à língua portuguesa. Amílcar Cabral sabia-o e repetia, amiudadas vezes, que o idioma de Camões «é a melhor herança que o povo cabo-verdiano recebeu do colonialismo». A língua portuguesa permitiu que Cabo Verde se inserisse no mundo, sem pôr em causa a sobrevivência do crioulo.

Tal como a maior parte dos países do Terceiro Mundo, Cabo Verde, à data da independência, não herdou instituições que o ajudassem a implantar a democracia. Ao invés, o PAIGC, através dos Acordos de Argel e de Lisboa, ou seja, com o beneplácito do Governo português, impôs ao povo cabo-verdiano um regime de partido único, que durou 15 anos.

Enquanto Portugal desenvolvia esforços tendentes a construir a democracia, ajudava, por outro lado, o PAIGC, a estabelecer um regime monista e ditatorial em Cabo Verde. Aparentemente, o caso se afigura inexplicável, embora o não seja, ficando isso a dever-se à influência do Partido Comunista e do Partido Socialista, que tudo fizeram para entregar as colónias aos movimentos com os quais tinham uma maior afinidade ideológica. Um erro colossal.

Mas hoje, o país, porque adoptou o modelo político ocidental, vive em democracia, situação que o ajuda a manter a sua credibilidade internacional. O acesso ao Poder obedece a regras democráticas, consensualmente, estabelecidas na Constituição, o que, de *per si*, afasta qualquer veleidade da sua ocupação ilegítima, pesem as irregularidades e as fraudes eleitorais que marcaram as eleições presidenciais de 2001. As regras do jogo democrático permitem a alternância na governação do país e têm sabido garantir a realização de eleições regulares.

Temos para nós que, para além da língua, a mais importante herança que os cabo-verdianos receberam de Portugal é o *modus vivendi* ocidental, que, entretanto, adoptaram. A forma de estar e de pensar dos cabo-verdianos resultou, acima de tudo, da sua histórica convivência com os portugueses, ao longo de cinco séculos.

Isso acabou por se reflectir na própria construção da Nação em Cabo Verde, a qual é também uma das importantes heranças da presença lusitana nas ilhas. O sucesso de Cabo Verde, depois de 1975, é um caso único e modelar no quadro dos países africanos de expressão portuguesa, os quais, em abono da verdade, se encontram hoje numa situação muito mais difícil quando comparada com a que herdaram à data da saída dos portugueses. O retrato não pode ser mais fiel do que este: o caos é total, o retrocesso é gritante, o desprestígio é um dado adquirido, a solução para os problemas tarda a aparecer.

A dependência externa é uma das principais características do Terceiro Mundo, cujos países, marginalizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), têm uma posição assaz frágil e vulnerável na economia mundial. Porque pobres, vêm-se obrigados a acatar as clássicas receitas económicas do FMI e do BM, o que os têm levado ao abismo, à instabilidade política e ao descrédito.

A dependência ao exterior tem cabal expressão no neocolonialismo, a mais pesada herança colonial dos países terceiro-mundistas independentes. Estes Estados são, em termos formais, independentes, mas, no plano real, o não são, em razão da sua dependência político-económica em relação às potências que os colonizaram.

Tinha razão Amílcar Cabral quando, repetidas vezes, dizia que a independência não se resume a ter um hino e uma bandeira nacionais. Para ele, a questão era muito mais séria, uma vez que a substituição do Estado colonial por um Estado Nacional não atingia por si só a categoria de descolonização, o que exigia uma luta contínua, não apenas política, ou até económica, mas, também, profundamente, psicológica<sup>870</sup>.

### 3ª PARTE

<sup>870</sup> - MACQUEEN, Norrie – Op. Cit., p. 41.

## AMÍLCAR CABRAL: DE BAFATÁ A CONACRI

### CAP. VI

#### PERCURSO DE AMÍLCAR CABRAL

##### 19 – O HOMEM, A ÉPOCA, A OBRA

Juvenal António Lopes da Costa Cabral, filho de um próspero proprietário rural, é cabo-verdiano, nascido, em Santiago, em 1889. Aos oito anos de idade, os pais enviam-no para Portugal a fim de prosseguir os estudos – no que, à época, era interpretado como um privilégio reservado às elites.

Em abono da verdade, foi o primeiro aluno negro a frequentar a escola primária de Cassurães, na Beira Alta, após o que se dirigiu ao seminário de Viseu para idêntico fim. De volta a Cabo Verde, os pais quiseram que estudasse no célebre seminário de S. Nicolau, mas preferiu ficar em Santa Catarina.

Em Abril de 1911, seguiu para a Guiné, onde viveu mais de trinta anos, durante os quais desempenhou cargos de muito relevo social: funcionário público, em Bolama, depois, professor, em Cacine e, por último, vereador da Câmara Municipal de Bissau. Foi no decurso da sua estada na antiga província portuguesa que conheceu uma cabo-verdiana, Iva Pinhel Évora, natural da Cidade da Praia.

A 12 de Setembro de 1924, em Bafatá, Iva Pinhel Évora, que se dedicava à costura, dava à luz um rapaz a quem Juvenal António Lopes da Costa Cabral deu o nome de Amílcar Lopes Cabral. Assim, nascia o homem cujo pensamento constitui o objecto central da presente dissertação de mestrado.

Juvenal Cabral regressou a Cabo Verde, em 1932, depois de se ter reformado como funcionário público. Amílcar tinha oito anos, quando pisou, pela primeira vez, a terra dos pais. Em Santiago, fez a instrução primária, tendo sido depois enviado para S. Vicente – a única ilha onde existia um liceu – a fim de concluir os estudos secundários.

Abílio Duarte, que, depois da independência de Cabo Verde, viria a desempenhar os cargos de Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Presidente da Assembleia Nacional, foi contemporâneo de Cabral no liceu Gil Eanes, no Mindelo. Recordou ao jornalista José Pedro Castanheira o tempo em que se cruzou, talvez, pela primeira vez, com Cabral: «Eu estava no 1.º ano, mais o Luís, e ele ia no 7.º Lembro-me dele, ainda de calças curtas. Disse-lhe isso uma vez, a brincar, mas ele não gostou...»<sup>871</sup>.

Foi, em S. Vicente, que Amílcar Cabral começou a dar tímidos passos na literatura, escrevendo os seus primeiros cadernos de poesia: «Nos intervalos da Arte de Minerva» e «Quando Cupido Acerta no Alvo». As sobreditas obras foram assinadas com o pseudónimo de Larbac, anagrama de Cabral.

Em 1940, a fome dizima mais de 20 mil pessoas em Cabo Verde, cuja população não ultrapassava os 180 mil habitantes. Uma nova crise alimentar tem lugar, entre 1942 e 1948, no decorrer da qual são contados mais 30 mil mortos. Perante a hecatombe, Juvenal Cabral escreveu, em Dezembro de 1941, uma carta ao então Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, que se encontrava na Cidade da Praia, «a quem informa da dolorosa situação das ilhas e solicita a sua intervenção para encontrar uma solução para a lamentável catástrofe que se abate sobre as suas terras»<sup>872</sup>. Na missiva, que nem sequer foi objecto de resposta, o pai de Amílcar Cabral propôs ao governante português um conjunto de medidas sociais e económicas para fazer ultrapassar, quanto antes, a fome nas ilhas<sup>873</sup>.

Entretanto, com outros colegas liceais, em 1941, Amílcar Cabral funda a Associação Desportiva do Liceu de Cabo Verde (ADA), que, até ao ano seguinte, se afirma como o motor do associativismo cultural juvenil. Em 1943/1944, surge no país a Academia Cultural, uma organização dos estudantes democráticos e da vanguarda da juventude literária.

<sup>871</sup> - CASTANHEIRA, José Pedro – Op. Cit., p. 26.

<sup>872</sup> - ORAMAS, Óscar – Op. Cit., p. 16.

<sup>873</sup> - CABRAL, Juvenal – Op. Cit., pp. 112-115.



O grupo, não obstante a presença das autoridades portuguesas, leva a efeito actividades relacionadas com a situação colonial do povo de Cabo Verde<sup>874</sup>. Amílcar Cabral intervém em muitos eventos organizados pela Academia Cultural, datando de então «o seu comportamento de rotura com a prática assimilacionista praticada pelo governo colonial português»<sup>875</sup>.

Em 1944, é eleito presidente da Associação dos Estudantes do Liceu de Cabo Verde e, nessa ocasião, termina o curso liceal, com a média de 17 valores, após o que regressa à Cidade da Praia, onde trabalha durante um ano como escriturário na Imprensa Nacional na expectativa de seguir depois para Portugal a fim de fazer um curso superior.

Por influência do pai, opta pela agronomia. Quem o revela é o irmão Luís: «Disse-me que nunca tinha pensado em ser um dia engenheiro agrónomo. Só o meu pai podia tê-lo convencido a isso, ao dizer-lhe que, formando-se como agrónomo, teria muito mais possibilidade para ajudar o povo (...) O nosso velho insistia sempre em que a prosperidade dos nossos países dependeria muito daquilo que os nossos técnicos de agricultura fossem capazes de fazer no futuro»<sup>876</sup>.

Por distinção, em 1945, Amílcar Cabral consegue obter a primeira bolsa de estudos do Liceu de Cabo Verde e a segunda, por concurso, da Missão dos Estudantes do Ultramar. Chega a Lisboa, já no final da 2ª Guerra Mundial. Na cabeça do jovem cabo-verdiano corriam dois objectivos: ser um poeta e um grande engenheiro agrónomo<sup>877</sup>. Não tinha ideias políticas, porque estas ganhou-as em Portugal. Não era ainda um nacionalista, mas sim um «revoltado e feroz crítico da administração colonial»<sup>878</sup>.

Muitas causas concorrem para explicar a revolta de Amílcar Cabral, a primeira das quais era, sem dúvida alguma, a fome, que dizimou, ao tempo, milhares de cabo-verdianos. Quem mais o influenciou, nesta matéria, foi o seu pai, que se definia como «cabo-verdiano de nascimento e raça, português pela Bandeira e pela Educação»<sup>879</sup>.

<sup>874</sup> - VV.AA – *Amílcar Cabral: Sou um Simples Africano ...* Organização de Alfredo Caldeira. Lisboa: Edição da Fundação Mário Soares, 2000, p. 77.

<sup>875</sup> - PAIGC – *Amílcar Cabral – O Homem e a sua Obra*. Conacri: Edição dos Serviços Culturais do Conselho Superior de Luta (Ideologia), 1973, p. 1.

<sup>876</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 25.

<sup>877</sup> - MEDEIROS, Tomás – Em entrevista ao autor, em 15 de Março de 2004.

<sup>878</sup> - NOBREGA, Álvaro – *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edição do ISCSP, 2003, p. 189.

<sup>879</sup> - CABRAL, Juvenal – Op. Cit., p. 113.

Juvenal Cabral, que era um convicto reformista, não era um inimigo de Portugal, a cujo Governo, nos idos anos 40, endereçava repetidas cartas destinadas a chamar a atenção para os problemas de Cabo Verde. Amílcar Cabral via-o como uma referência. Tanto o é que uma das razões da sua revolta - «Eu vi gente morrer de fome em Cabo Verde e vi gente morrer de açoites na Guiné»<sup>880</sup> - tem raízes nas denúncias do pai.

Mário de Andrade confirma: «O espectáculo destas catástrofes constitui o primeiro fundamento da revolta na trajetória intelectual e política do jovem Amílcar»<sup>881</sup>. Mas não era, decerto, o principal. O mais importante motivo da revolta de Cabral era de cariz político. É o próprio quem o deixa a perceber:

«Se porventura em Portugal houvesse um regime (...) disposto a construir não só o futuro de Portugal, mas também o nosso, mas em pé de absoluta igualdade, quer dizer que o Presidente da República pudesse ser tanto de Cabo Verde (...) como de Portugal, etc., que todas as funções (...) fossem igualmente possíveis para toda a gente, nós não veríamos nenhuma necessidade de (...) fazer a luta pela independência, porque já seríamos independentes num quadro humano muito mais largo e talvez muito mais eficaz do ponto de vista de história»<sup>882</sup>.

Luís Cabral atesta que, realmente, era de cunho político o motivo que levou o seu irmão a revoltar-se:

«O Amílcar revoltava-se pelo facto de qualquer indivíduo, nascido numa das províncias de Portugal, poder (...) aparecer-nos como governador, com todas as perspectivas de vir a ser, mais tarde, ministro ou mesmo chefe de Estado no seu país e dirigir (...) as nossas terras. Para nós, (...) tudo era diferente. Tínhamos o nosso caminho bem delimitado e só podíamos avançar até ao ponto que fora previamente estabelecido pelo poder colonial (...) E isto, explicava-me o Amílcar, só porque não éramos nós a mandar nas nossas próprias terras»<sup>883</sup>.

<sup>880</sup> - CABRAL, Amílcar – *PAIGC: Unidade e Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 91.

<sup>881</sup> - ANDRADE, Mário – *Amílcar Cabral*. Paris: Maspero, 1980, p. 13.

<sup>882</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 117.

<sup>883</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., pp. 20-21.

O antigo presidente da Guiné-Bissau apontou ao investigador Álvaro Nóbrega três motivos para explicar a origem da rebeldia de Amílcar: o facto de este ter presenciado impotente a fome em Cabo Verde nos anos 40; a influência do pai (Juvenal) que lançava acerbas críticas à forma como Lisboa administrava os negócios coloniais e, por fim, «(...) o modo como o património familiar lhes foi retirado na sequência de dívidas resultantes da crise económica e humanitária que se abateu sobre o arquipélago nessa época»<sup>884</sup>.

Fica, pois, patente que o âmago da revolta de Amílcar Cabral assentava, basicamente, na atitude das autoridades políticas portuguesas em não permitir que os cabo-verdianos exercessem o direito de se governarem a si próprios, ainda que não fosse no quadro da independência.

Chegado em 1945, a Lisboa, inscreve-se no Instituto Superior de Agronomia (ISA). José Sousa Veloso recorda o momento em que o recebeu na faculdade, numa conversa com o jornalista Fernando Dacosta: «Vi-o no átrio, encostado a um muro, um bocado tímido. Fui-lhe dar as boas-vindas e oferecer-lhe os apontamentos das aulas que já haviam começado. Tornou-se expansivo, muito simpático, muito generoso»<sup>885</sup>.

José Pedro Castanheira acrescenta: «Na Tapada da Ajuda, cedo se distingue. Desde logo, porque é o único negro na faculdade, entre várias centenas de estudantes. Depois, pelas suas elevadas classificações»<sup>886</sup>. Em Lisboa, começa a frequentar os meios estudantis. Marcelino dos Santos levou-o à Casa de Estudantes do Império (CEI)<sup>887</sup>, em cuja direcção da secção de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe viria a ocupar, em 1947, o cargo de secretário. Dois anos depois, chega a presidente da secção em representação dos três países.

<sup>884</sup> - NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 189.

<sup>885</sup> - DACOSTA, Fernando – *Os Anos Portugueses de Amílcar Cabral*. In Jornal «Público», de 20 de Janeiro de 1993.

<sup>886</sup> - CASTANHEIRA, José Pedro – Op. Cit., p. 27.

<sup>887</sup> - A CEI nasceu, em finais de 1944, numa assembleia-geral das Casas de Angola, de Moçambique e de Cabo Verde. A sua criação fora então patrocinada pelo Ministro das Colónias, Vieira Machado, e pelo Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Marcello Caetano. Subjacente à sua fundação está a ideia de integrar as colónias num todo nacional, dado que os estudantes se achavam dispersos. Para Dalila Cabrita Mateus, a CEI surgiu, sob o signo da nação una e indivisível num país pluricontinental, para dar suporte à política centralizadora e integrista estatuída pelo Acto Colonial. A «Casa», que reunia cidadãos de todas as províncias ultramarinas, era uma associação de defesa dos interesses sociais dos estudantes. Tinha uma cantina, organizava secções culturais e bailes e procurava ajudar os que não tinham bolsas de estudo. Não tinha fins políticos, porque visava apenas congregar os estudantes das antigas colónias. Era na CEI, segundo o são-tomense Tomás Medeiros, que as pessoas se podiam reunir e matar saudades, falando das suas terras. O angolano Lúcio Lara, que assistiu à sua fundação, sustenta que, com o tempo, a «Casa» deixou de ser uma agremiação de filhos privilegiados de colonos para se tornar na mais importante organização anticolonialista e anti-salazarista e um centro de difusão de ideias progressistas e anti-situacionistas. A seu ver, a CEI, criada, paradoxalmente, para servir o Estado Novo, tornou-se a maior dor de cabeça do sistema, que não conseguiu travar a luta anticolonialista.

Mário de Andrade revive o dia em que, pela primeira vez, se avistou com Amílcar Cabral, em Lisboa: «Em 1948, aos 24 anos, o nosso camarada Amílcar Cabral estava a acabar o seu curso de Agronomia, em Lisboa. Ele tinha 24 anos. Mas é essa data que se situa o nosso primeiro encontro. Lembro-me perfeitamente: o acaso quis que alguns camaradas angolanos, que faziam os seus estudos em Lisboa, habitassem num bairro (o bairro da Ajuda) onde estava situado o Instituto Superior de Agronomia»<sup>888</sup>.

Continua Andrade: «A nossa primeira tentação natural, digamos o nosso primeiro instinto, foi o de nos encontrar, entre estudantes africanos. Era natural que nos reuníssemos para medir a nossa força e, sobretudo, para pensar em conjunto os problemas próprios dos africanos, não só de estudantes, mas sobretudo do nosso povo. Nós começamos a criar a consciência de representarmos as aspirações dos nossos povos oprimidos e de sermos, por assim dizer, a esperança da nossa sociedade»<sup>889</sup>.

O intenso labor académico não o coíbe de ministrar, à noite, aulas de alfabetização a operários de Alcântara e de continuar a elaborar poemas, um dos quais – «A Minha Poesia Sou Eu» – enviado, em 1946, à revista «Seara Nova». Numa correspondência de 1949, Cabral escreve: «Vivo intensamente a vida e dela recebo experiências que me dão uma determinada direcção, uma via que devo seguir, não importa apenas as perdas pessoais que isso exija de mim. Eis a minha razão de ser na vida».

Para Oscar Oramas, estas frases, escritas por Cabral, aos 24 anos de idade, indicam que «(...) o jovem Amílcar compreende que tem uma missão a cumprir na vida, ou seja, que tomou consciência do seu destino e que está disposto a correr todos os riscos que ela acarreta. Transparece uma perspicaz consciência, forjada no calor do meio hostil, na humilhação constante do colonialista (...)»<sup>890</sup>.

Com o pseudónimo de Arlindo António, assina, em 1949, no boletim da CEI, um poema intitulado «Hoje e Amanhã», que constitui o seu primeiro texto de reflexão político-filosófica: «(...) Do caos surgirá um mundo novo e melhor (...) o mundo precisa

<sup>888</sup> - ANDRADE, Mário – *A Geração de Cabral*. Conacri: Edição do PAIGC, 1973, p. 4.

<sup>889</sup> - ANDRADE, Mário – Op. Cit., p. 4.

<sup>890</sup> - ORAMAS, Óscar – Op. Cit., p. 19.

de uma remodelação: uma nova ordem que não é nazi, nem a que alguns sonham que há de ser defendida por uma Polícia Internacional... Outra que dignificará o Homem, preto ou branco, vermelho ou amarelo... Hoje, porém, reina a luta. Guerra de canhões e de bombas. Guerra de ideias».

Pelo conteúdo dos dois textos se nota o avolumar do interesse de Amílcar Cabral pela política. Já o não move, decerto, a ideia de ser apenas um poeta e um engenheiro agrónomo. Talvez o facto se explique pela influência dos colegas – os angolanos Agostinho Neto e Mário de Andrade, o guineense Vasco Cabral, o são-tomense Francisco José Tenreiro e os moçambicanos Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos – que encontrou na CEI.

O grupo dos estudantes africanos começa a reflectir-se sobre os problemas de Portugal e das colónias. Na ocasião, Cabral «manifesta uma grande preocupação em integrar-se nas correntes de pensamento político e cultural que então agitava o mundo»<sup>891</sup>, preocupação essa que se traduz na participação na campanha pela paz, nos movimentos de juventude progressista e sobretudo no lançamento das bases para a consciência dos estudantes africanos»<sup>892</sup>.

A exemplo dos seus colegas, Cabral não tinha uma grande preparação teórico-ideológica que lhe permitisse rejeitar, segundo observa Álvaro Nóbrega, os valores e a cultura portuguesa. É neste período que descobre, por influência de Mário de Andrade, aliás, o seu grande *guru*, o pan-africanismo de Du Bois e T. Washington e o movimento negritude, corporizado por homens como Leopold Sédar Senghor, Aimé Césaire, Cheik Anta-Diop, entre outros.

O grande problema que, de início, se lhes colocava era de índole cultural. Da política, poucos falavam. Cabral e os seus pares estavam, culturalmente, encurralados, ou, parafraseando Álvaro Nóbrega, «(...) sentiam-se prisioneiros de dois mundos»<sup>893</sup> – entre não ser português e ser africano. No mesmo sentido, Tomás Medeiros sentenciava: «Vivíamos em África de costas voltadas para a África. Viemos conhecer a África em

<sup>891</sup> - PAIGC – *Amílcar Cabral – O Homem e a sua Obra*. Conacri: Edição dos Serviços Culturais do Conselho Superior de Luta (Ideologia), 1973, p. 1.

<sup>892</sup> - PAIGC – *Amílcar Cabral* – Op. Cit., p. 1.

<sup>893</sup> - NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 190.

Portugal. Poucos eram os que falavam a língua dos nossos países. Era feio um rapaz do liceu falar a língua materna»<sup>894</sup>.

Mário de Andrade nota, num texto publicado no Jornal «Nô Pintcha», de Bissau, que os estudantes eram, por um lado, africanos e, por outro, assimilavam a cultura portuguesa». «Mas optam claramente pela africanidade e toda a sua actividade na “Casa” é feita no sentido da reafirmação dos espíritos»<sup>895</sup>, sendo esta entendida como o prelúdio do movimento libertação nacional<sup>896</sup>.

A geração de Cabral pretendia, a toda a brida, «retornar às fontes», que, na arguta síntese de Dalila Cabrita Mateus, «(...) era mais uma atitude intelectual ligada à necessidade de redescobrir a verdadeira identidade do que uma identificação total com as massas populares africanas, com as suas aspirações e sofrimentos»<sup>897</sup>.

Os estudantes africanos estavam ávidos de descobrir o mundo negro. A «reafirmação dos espíritos» torna-se, pelas palavras de Tomás Medeiros, «uma obsessão»<sup>898</sup>. Mário de Andrade explicou-a: «Era preciso negar o colonizado, o assimilado a Portugal. Sentimos a necessidade de nos despojar, de fazer uma lavagem cerebral, para nos libertarmos da assimilação imposta pelo ensino colonial».

Impunha-se-lhes, à luz deste quadro, a necessidade de redescobrirem a África e de reafirmarem os seus espíritos até aí alienados pela colonização<sup>899</sup>. É aqui que emerge a importância da “Casa”, a qual lhes permitiu iniciar o processo de ruptura com o sistema cultural colonial e procurar, ao mesmo tempo, localizar as suas raízes de homem africano.

<sup>894</sup> - MEDEIROS, Tomás – Em entrevista ao autor, em 15 de Março de 2004.

<sup>895</sup> - NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 190.

<sup>896</sup> - A ideia de «reafirmação dos espíritos» nasceu em Luanda, com o movimento cultural “Vamos Descobrir Angola”, criado, em 1948, por um grupo de jovens liceais, à testa dos quais pontificava Viriato da Cruz, que, mais tarde, viria a ser Secretário-Geral do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Os estudantes de então pretendiam incentivar a expressão literária angolana para fazer face à posição colonial dominante. No fundo, tentavam contestar o ensino oficial, que, nos seus programas, privilegiava a história portuguesa em detrimento da de Angola, em cujas escolas se dizia, por exemplo, que os angolanos eram selvagens a quem os colonialistas portugueses mostraram o caminho da civilização. Daí a ideia de «reafirmação dos espíritos», que visava infundir em Angola a história desta e de África, sem pôr em causa a de Portugal. Muito rapidamente, o movimento chegou a Lisboa para emprestar um rumo diferente às discussões culturais da chamada «geração de utopia», que a encarava como uma das vias para a afirmação da consciência política dos africanos em terras portuguesas.

<sup>897</sup> - MATEUS, Dalila Cabrita – Op. Cit., p. 102.

<sup>898</sup> - MEDEIROS, Tomás – *Prolegómenos a uma História (Verdadeira) da Casa dos Estudantes do Império*. In «Mensagem». Lisboa: Associação da Casa dos Estudantes do Império, 1997, p. 31.

<sup>899</sup> - NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 190.

O fenómeno passou, como é óbvio, pelo exame dos problemas coloniais, de cuja análise chegaram à conclusão de que o sistema colonial não era passível de democratização, nem tão pouco objecto de «(...) qualquer progresso real dentro da estrutura organizacional que os portugueses tinham montado»<sup>900</sup>. Desde então, de acordo com Basil Davidson, os estudantes equacionaram, nos seus debates na «Casa», a possibilidade de recorrerem à revolta armada contra o colonialismo português.

A CEI foi um instrumento de que a «geração de Cabral» se serviu para delinear toda a estratégia que desembocou na criação dos movimentos de libertação, em meados dos anos 50. Hoje, conclui-se que nada ali aconteceu por acaso. A «Casa», concebida para servir os desígnios do Estado Novo e de Salazar, contribuiu, isso sim, para formar a contra-elite que acabou por destronar o Império Colonial português.

A ninguém restam dúvidas de que a CEI, para além de ter sido uma verdadeira escola político-cultural, desempenhou um papel de primeira importância na formação e na consciencialização dos estudantes africanos, cujo pensamento se viu influenciado, entre outros, por Nicolas Guillen, Gorki, Tolstoi, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Namora, Fernando Pessoa, Sá Carneiro, Aragon, Éluard, Hemingway, Steinbeck, Aimé Césaire, Senghor, Sartre.

Mário de Andrade resumiu, neste excerto, a génese intelectual e política da plêiade de africanos que estiveram nos anos 50 na CEI: «Os homens da (...) geração de Cabral leram os mesmos livros, quer dizer, formaram-se em torno dos mesmos problemas, das mesmas preocupações. Nós todos, já em 1948-49, seguíamos, evidentemente, o triunfo da revolução chinesa, os sucessos da URSS, o que se passava na América do Norte (...) Estávamos atentos ao que se passava no Brasil e líamos os romances de Jorge Amado, decorávamos e receitámos os mesmos poemas (...)»<sup>901</sup>.

A esta influência literária junta-se a leitura de obras de Marx, Engels, Trotsky, Lenine, Estaline, Mao Tsé-Tung, entre outros. Ademais, o clima político empurrava os jovens africanos para o Partido Comunista Português (PCP), quer militando no partido,

<sup>900</sup> - DAVIDSON, Basil – *A Libertação da Guiné – Aspectos de uma Revolução Africana* (Prefácio de Amílcar Cabral). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975, p. 29.

<sup>901</sup> - ANDRADE, Mário – *A Geração de Cabral*. Conacri: Edição do PAIGC, 1973, p. 14.



quer adoptando ou corrigindo algumas das suas posições em relação à África. Aliás, os estudantes já conheciam as revoluções russa e chinesa, a luta dos vietnamitas, o Movimento Mau-Mau, de Jomo Kenyatta, no Kénia, e a guerra da Argélia<sup>902</sup>.

O PCP e o MUD-Juvenil<sup>903</sup> tomaram de assalto a CEI, a Casa de África (CA) e o Clube Marítimo Africano (CMA)<sup>904</sup>, sobretudo a partir de 1956, procurando influenciar, ideologicamente, os estudantes das antigas colónias. Amândio César confirma-o, fazendo-se eco da opinião de que um dos factores essenciais que permitiram a criação de um espírito revolucionário no Ultramar deve-se, inegavelmente, ao PCP e ao MUD-Juvenil<sup>905</sup>.

De forma semelhante, Lúcio Lara, um histórico dirigente do MPLA, sublinhou, num artigo publicado no jornal governamental guineense, «Nô Pintcha»<sup>906</sup>, de 3 de Agosto de 1984, que o PCP muito contribuiu para «temperar os militantes» africanos, completando depois que «a energia e o heroísmo dos comunistas portugueses inspiraram e deram confiança àqueles que lutavam pela sua liberdade» no Ultramar.

Como se pode ver pelo exposto, natural era que os jovens africanos não permanecessem imunes às sobreditas influências marxistas-leninistas, se bem que Tomás Medeiros repare, magistralmente, que, por esse tempo, «era-se marxista sem ler o Capital, como se é Cristão sem ler a Bíblia»<sup>907</sup>.

A julgar pela apreciação do intelectual são-tomense pode deduzir-se que todo este conjunto de situações fizera com que, a pouco e pouco, «(...) os estudantes comesçassem a reflectir sobre si próprios, sobre o colonialismo português e sobre o futuro dos seus

<sup>902</sup> - MATEUS, Dalila Cabrita – Op. Cit., p. 256.

<sup>903</sup> - Segundo nos contou Tomás Medeiros, Amílcar Cabral nunca militou no PCP. Aderiu ao MUD-Juvenil, do qual se afastou por este não ter tomado uma posição firme e clara sobre o problema colonial.

<sup>904</sup> - Nos anos 40, a comunidade africana em Portugal era constituída por estudantes universitários, licenciados, desportistas e marítimos. Os três primeiros reuniam-se na Casa de África e na Casa dos Estudantes do Império. Os marítimos sentiam-se isolados e começaram a merecer a atenção dos estudantes revolucionários, com os quais desenvolveram relações políticas que resultaram na criação do Clube Marítimo Africano, em 1954. A comissão que a fundou era formada por Agostinho Neto, Francisco Barros Jacques, Humberto Machado, Manuel Soares Gomes e João da Silva Bila. O CMA era dominado por angolanos, que eram, de facto, os seus principais animadores. Era vigiado pela PIDE. Porque não havia trabalhadores da construção civil, como os há agora, os comunistas aproveitaram o CMA para tentar conquistar a simpatia dos marítimos africanos. Esta orientação política levou-os a mudar de estratégia de mobilização. Em vez de se preocuparem com os intelectuais, confinados, praticamente, à CEI e ao CEA, incidiram a sua atenção sobre os trabalhadores, os marítimos e os empregados domésticos. O CMA era um ponto de encontro e teve grande influência no pensamento político dos estudantes.

<sup>905</sup> - CÉSAR, Amândio – *Angola 61*, 8ª Edição. Lisboa: Verbo, 1962, p. 94.

<sup>906</sup> - Em português, significa empurrar.

<sup>907</sup> - MEDEIROS, Tomás – Op. Cit., p. 37.



países. É um fenómeno curioso, é o regresso à África, não só do negro, mas também do mestiço e do branco, o regresso à África em busca da sua identidade»<sup>908</sup>.

Tomás Medeiros dividiu a «geração de Cabral» em três tendências: a primeira era a dos a-políticos, que consideravam que tinham vindo para Portugal fazer o seu curso, porque o diploma era uma forma de ascensão social; a segunda era a daqueles que, a partir de leituras e duma certa sensibilidade política, aderiram ao PCP; a terceira era a dos nacionalistas, os que, embora aceitando os ideais do marxismo, nunca militaram no PCP<sup>909</sup>.

Como é de supor, a relação entre o PCP e o sector nacionalista da CEI se achava erizada de contradições, porquanto se não entendiam sobre a conquista da independência das colónias. Enquanto os comunistas se mostravam partidários de um processo que conduzisse primeiro à queda do fascismo, para depois se pensar na questão do Ultramar, os estudantes pretendiam destruir o colonialismo em África, independentemente do que se passasse em Portugal.

O impasse, por assim dizer, táctico atirou para o primeiro plano o problema colonial dentro do PCP, de que se livrou uns anos antes do 25 de Abril de 1974. Isto porque os comunistas portugueses não se mostravam, de início, favoráveis à independência das antigas colónias. Tem-se por seguro que a sua mudança de posição se deveu, unicamente, às pressões do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que, no plano internacional, se dizia aliado dos povos que se encontravam sob o jugo estrangeiro.

Um outro factor que influenciou a «geração de Cabral» foi a situação política internacional, que se seguiu à 2ª Guerra Mundial. A nova ordem começara a alicerçar-se, o mundo achava-se em mudança acelerada e muitos países asiáticos, com o dealbar do primeiro grande ciclo da descolonização, ascenderam à independência.

<sup>908</sup> - MATEUS, Dalila Cabrita – Op. Cit., p. 256.

<sup>909</sup> - MATEUS, Dalila Cabrita – Op. Cit., pp. 254-255.

A esperança era a nota dominante. Os jovens africanos pretendiam ver alterada a ordem social colonial. Nos países africanos, esboçam-se os primeiros movimentos independentistas que depois levam a cabo com sucesso a luta de emancipação contra colonialismo.

A expectativa avolumou-se com a Conferência de Bandung, em 1955, que «viera dar unidade e força política e ideológica ao movimento afro-asiático, suporte dos movimentos de libertação nacional que, entretanto, se organizavam e passavam à acção por toda a África, com o claro apoio da União Soviética e dos países da chamada comunidade socialista»<sup>910</sup>.

Os estudantes não estavam indiferentes à situação em África. Em 1945, a título de exemplo, havia no continente africano quatro Estados independentes. No período compreendido entre 1955 e 1961, mais 24 países libertaram-se do domínio colonial. Já no término de 1962, o continente já dispunha de 36 Estados soberanos, correspondentes a 87% da superfície já livres da dominação colonial estrangeira. Todos estes factores, somados aos problemas coloniais portugueses, ajudaram a mobilizar consciências quer na Metrópole quer no Ultramar.

### 19.1 - CASA DE ÁFRICA E CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

Com o andar dos tempos, a CEI, porque se via, paulatinamente, dominada pelos filhos dos colonos, sobretudo de Angola, deixou de ser o lugar ideal para o desenvolvimento de actividades políticas que os africanos tinham em mente. Mas, tal facto não os impediu de ali lançar, segundo Mário de Andrade, algumas ideias revolucionárias e de libertação<sup>911</sup>.

Tornava-se-lhes ingente procurar um outro espaço. Em lugar de o criarem, optaram por uma solução mais ousada, isto é, tentar tomar de assalto a Casa de África (CA), herdeira do antigo Grémio dos Africanos, uma associação de «carácter civil, recreativa, artística e científica»<sup>912</sup>, criada, em 1929. Mário de Andrade justifica a

<sup>910</sup> - MATEUS, Dalila Cabrita – Op. Cit., p. 104.

<sup>911</sup> - ANDRADE, Mário – *A Geração de Cabral*. Conacri: Edição do PAIGC, 1973, pp. 13-15.

<sup>912</sup> - ANDRADE, Mário Pinto – *As Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Publicações Dom Queixote, 1998, p. 133.

decisão: «(...) Ele tinha alguns meios, uma organização já constituída, que nós queríamos tomar, para ser o centro das nossas actividades»<sup>913</sup>.

Assim, em 1949, os estudantes ensaiam apoderar-se da instituição, dirigida por Raúl Castro, jornalista, originário de S. Tomé e Príncipe, sobre quem pesava a acusação de ser informador da PIDE. Mário de Andrade lembra que Castro «(...) estava hesitante entre a obediência ao Ministério das Colónias e o nacionalismo, mas o seu coração pendia mais para o lado «tuga»<sup>914</sup>, para o lado colonial, do que para o nosso lado»<sup>915</sup>.

Os africanos reuniram-se, amiudadas vezes, com o repórter são-tomense para o convencer a ceder-lhes a CA. A última tentativa terminou num tumulto provocado por Cabral, que, ante a insistência de Castro, deixou um apelo aqui resumido por Andrade: «Todos os africanos honestos devem retirar-se desta sala. Então, todos os estudantes e outros compatriotas africanos que lá estavam levantaram-se como um só homem e saíram. Houve grande confusão porque os agentes da PIDE estavam na rua e procuravam identificar quem eram esses estudantes que acabavam de se reunir»<sup>916</sup>.

Com este episódio terminou a luta dos estudantes pelo controlo da Casa de África. Em alternativa, porque se fazia sentir, cada vez mais, a premência da criação de um espaço onde pudessem organizar debates sobre os problemas africanos, Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Agostinho Neto e Francisco José Tenreiro criam, em 1951, o Centro de Estudos Africanos (CEA).

As suas principais actividades se limitavam a ministrar aulas de geografia, da política, da história, da literatura. Mário de Andrade explicou, em «La Poésie Africaine d'Expression Portugaise», que o objectivo principal da organização era o de «racionalizar os sentimentos de se pertencer a um mundo de opressão e despertar a consciência nacional através de uma análise dos fundamentos culturais do continente».

<sup>913</sup> - ANDRADE, Mário - *A Geração de Cabral*. Conacri: Edição do PAIGC, 1973, p. 16.

<sup>914</sup> - Diminutivo por que são conhecidos os portugueses na Guiné e em Cabo Verde.

<sup>915</sup> - ANDRADE, Mário - Op. Cit., p. 16.

<sup>916</sup> - ANDRADE, Mário - Op. Cit., pp. 16-17.

Numa só palavra, o CEA, cuja «verdadeira alma» era Francisco José Tenreiro, visava «a reafirmação dos espíritos». Para tal efeito, organizou, de 1951 a 1953, ano em que fechou as portas, palestras destinadas a divulgar a história de África. Por lá passaram, entre outros, oradores como Francisco José Tenreiro, Noémia de Sousa, Agostinho Neto, Humberto Machado, Mário de Andrade, Viriato Cruz, Amílcar Cabral, Joaquim Pinto de Andrade.

Ainda em 1949, Cabral vai de férias a Cabo Verde, onde anima um programa de rádio, que dada a sua repercussão social, por todo o país, é, imediatamente, encerrado pelas autoridades coloniais. Luís Cabral conta que, em pouco tempo, Amílcar se tornara na Praia o centro de atracção da juventude:

«(...) Os programas que escrevia para a Rádio Clube da Praia eram ansiosamente esperados, tanto pelos intelectuais como pelos trabalhadores em geral. Era cada vez maior o número das pessoas que se juntavam na pequena praça da capital para escutar, pelos altifalantes, a difusão dos seus trabalhos sobre os problemas de Cabo Verde»<sup>917</sup>.

Amílcar Cabral passou a maior parte do merecido descanso, em casa da D. Maria Luísa Borges da Fonseca, em Cruz Grande, na Achada Falcão, a escassos metros da Casa Nova, construída pelo seu pai. Luís Cabral recorda com nostalgia esses tempos: «(...) Foram para mim dias maravilhosos vividos na companhia dele nessa altura. Falava já dos seus projectos para o futuro, da sua revolta contra o sistema de dominação e exploração do colonialismo, na qual não lhe era possível dissociar aqueles projectos (...)»<sup>918</sup>.

Segundo Luís Cabral, o irmão garantiu-lhe que logo que terminasse o curso seguiria para Guiné a fim de cumprir a missão que lhe estava reservado como africano consciente da época em que vivia. Findas as férias, Amílcar Cabral regressou a Portugal para terminar a tese e organizar a sua ida para a Guiné. Quando chega a Lisboa, o grupo africano começa a alargar-se com a chegada de outros estudantes. No centro da reflexão continuam os problemas coloniais, segundo narra Mário de Andrade:

---

<sup>917</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 22.

<sup>918</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., pp. 19-20.

«Assim começamos a definir a nossa identidade (...) Sendo a nossa origem social uma origem popular, tivemos a preocupação de pensar em conjunto a situação concreta nas nossas terras (...) Aproveitávamos todas as ocasiões para nos reunirmos, até mesmo sobre o pretexto de deitar cartas para as nossas famílias»<sup>919</sup>.

Enquanto estudantes, nunca voltaram costas à luta dos outros colegas democratas portugueses, com os quais aprenderam técnicas de luta clandestinas. Assim, estiveram envolvidos, três anos depois da 2ª Guerra Mundial, na campanha eleitoral para tentar eleger Norton de Matos à Presidência da República.

Andrade respiga uma das grandes batalhas políticas que os africanos e os portugueses juntos travaram, em 1952 – o «apelo da Paz», cuja finalidade era a de exigir a retirada de Portugal da NATO: «(...) «Lembro-me dumas das grandes mobilizações que se fizeram nessa época, à escala de todos os democratas: (...) Amílcar Cabral assinou esse apelo (...) Agostinho Neto foi preso (...) num domingo em que estava a recolher as assinaturas para o «apelo da Paz». Bateu à porta de um polícia e esse prendeu-o»<sup>920</sup>.

De par com as actividades políticas e estudantis, em 1950, Amílcar Cabral é eleito Secretário-Geral da CEI. No mesmo ano, termina, com a média de 15 valores, o curso de Agronomia com uma tese sobre «A erosão dos solos agrícolas, a partir de uma investigação no concelho alentejano de Cuba». O relatório dedicou-o à mãe Iva Pinhel e aos jornaleiros do Alentejo.

Em 1951, Amílcar Cabral casa-se, a 20 de Dezembro, com Maria Helena Vilhena Rodrigues, na presença dos seus principais amigos da época: Mário de Andrade, Agostinho Neto, Alda Espírito Santo. Depois de ter terminado o estágio como engenheiro agrónomo, começa a trabalhar na Estação Agronómica de Lisboa, onde vive com a mulher na Avenida Barbosa de Bocage.

Recusa um lugar de assistente no ISA e prefere ir à Guiné. Chega a Bissau, em 20 de Setembro de 1952, e a mulher junta-se-lhe dois meses depois. Empregou-se no Posto

<sup>919</sup> - ANDRADE, Mário – Op. Cit., p. 8-9.

<sup>920</sup> - ANDRADE, Mário – Op. Cit., p. 12.

Agrícola Experimental de Pessubé. «Um caso de sorte»<sup>921</sup>, que lhe deu o ensejo único de fazer um recenseamento agrícola, com base em cujos dados passou a conhecer o sistema de exploração de terra na província, assim como as suas características de produção e de distribuição.

De 1952 a 1954, «Cabral viajou por todo o território da Guiné, adquirindo um conhecimento pormenorizado do país, ganhando intimidade cada vez maior com a vida aldeã e, como em breve se apercebeu, preparando-se excelentemente para o que haveria de vir»<sup>922</sup>.

Quando Amílcar Cabral chegou a Bissau, enorme era a agitação política, motivada, em parte, por um confronto entre a elite local e o Poder colonial. Este era objecto de uma grande contestação, devido às medidas de foro racista que empreendia, fundamentalmente, para separar os indígenas dos europeus.

Em pouco tempo, «(...) começa a relacionar-se com outros cabo-verdianos que mantinham contactos com Sofia Pombo Guerra, farmacêutica e militante clandestina do PCP, em companhia de quem escutavam as emissões de Rádio Moscovo. Amílcar Cabral veio trazer ideias novas na discussão sobre o nacionalismo (...)»<sup>923</sup>.

É num clima de crispação e de revolta anti-colonial que Cabral lança os alicerces para organizar a resistência, apoiado por homens, já experimentados em lides políticas, como Rafael Barbosa, Elisée Turpin, Abílio Duarte, Aristides Pereira, Luís Cabral, entre outros.

O desporto era o veículo de eleição para a mobilização política. Luís Cabral certifica que o meio desportivo oferecia ao seu irmão «(...) as condições ideais para criar relações com jovens e preparar o terreno para a semente que viria a activar a revolta contra a dominação estrangeira»<sup>924</sup>. É nesta perspectiva que se inscreve a ideia da criação de um

---

<sup>921</sup> - DAVIDSON, Basil – Op. Cit., p. 29.

<sup>922</sup> - DAVIDSON, Basil – Op. Cit., p. 29.

<sup>923</sup> - TOMÁS, António – *Percurso de um Nacionalista Invulgar*. In «História», ano XXV, IIIª Série. Lisboa, 2003, p. 27.

<sup>924</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., pp. 30-31.

Clube Desportivo e Cultural, sob o qual se iam esconder as actividades políticas a desenvolver.

O antigo presidente da Guiné-Bissau evoca que o Clube Desportivo e Cultural «seria o quadro ideal para a criação e desenvolvimento da ideia nacionalista entre guineenses e cabo-verdianos, reduzindo os riscos de uma acção que de início devia ser forçosamente ampla e, portanto, muito vulnerável à acção de delatores ao serviço do inimigo»<sup>925</sup>.

Cabral preparou os estatutos do clube. Por uma questão de tática política, não os deveria assinar a fim de não levantar suspeitas, uma vez que era um alto funcionário da administração, com um passado político não muito limpo, aos olhos do Poder colonial. Para Luís Cabral, o aparecimento do nome do irmão, juntamente com os dos outros africanos de condição social muito diferente, avivaria desconfianças sobre as verdadeiras intenções do clube.

Todavia, a ideia não foi aceite pelos demais colegas e Cabral, para não ser mal interpretado e compreendido, viu-se, praticamente, obrigado a assinar os estatutos. A resposta das autoridades, em 1954, vem corroborar as apreensões de Luís Cabral: A criação do clube não obteve a aprovação do Governo e a polícia colonial reforçou a vigilância à volta de Amílcar Cabral<sup>926</sup>.

Depois de ter proibido a criação do clube, o Governador da Guiné, Diogo de Melo e Alvim, um homem de convicções liberais, chamou Amílcar Cabral ao palácio e avisou-o: «Olhe, engenheiro, o senhor não me lixe! Mas seja um homem da actualidade. Viva a sua época» – após o que lhe deu um ultimato: «Cale-se ou abandone o país. Se me arranjar sarilhos, meto-o na cadeia. Só lhe permito que entre, uma vez por ano, na província, para visitar a mãe».

Apesar disso, Cabral não dá por findo os seus esforços em direcção ao objectivo maior que o levou à Guiné. Um ano depois de ter chegado a Bissau, isto é, em 1953, pensa

---

<sup>925</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 31.

<sup>926</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 32.

criar, legalmente, um partido político. Porém, não o conseguiu, porque temia que fosse alvo de feroz repressão policial.

Mas, em 1955, coincidência ou não, surge o MING, em cujo processo de lançamento está por aclarar o seu papel. Uns atribuem-no a sua criação, outros defendem que se lhe uniu para ludibriar a atenção das autoridades. A verdade é que, não obstante a controvérsia, o seu dedo nesta organização política, de vida efémera, é inegável.

Na capital guineense, o casal Cabral era seguido atentamente pelas autoridades coloniais. O comandante da polícia de Bissau, a pedido do director da PIDE, em Lisboa, deu conta que Cabral e a mulher comportavam-se «(...) «de maneira a levantar suspeitas de actividades contra a nossa presença nos territórios de África com exaltação da prioridade dos direitos dos nativos e, como método de defender as suas ideias por meios legalizados, o engenheiro pretendeu e chegou a requerer juntamente com os outros nativos a fundação de uma «Agremiação Desportiva e Recreativa de Bissau», não tendo o Governo autorizado a sua formação».

Obrigado a abandonar a Guiné, em 1955, passou a residir em Lisboa. Ajudado por antigos colegas e professores do ISA, conseguiu uma ocupação profissional que lhe permitiu, ao longo de cinco anos seguintes, ir a Luanda com alguma frequência. A passagem por Angola foi importante para o seu percurso político. As suas obrigações profissionais não o impediram de desenvolver, clandestinamente, actividades políticas e de escrever panfletos que depois mandava distribuir pelos bairros pobres da capital.

Mal chega a Luanda, passou a frequentar os meios nacionalistas locais onde pontificavam Viriato da Cruz e Gabriel Leitão. Tomás Medeiros confirma que foi em Angola que Amílcar Cabral ganhou a consciência de que era necessário lutar pela independência da Guiné e de Cabo Verde. «Cabral só começa a falar da independência quando foi a Angola trabalhar em Cassequel»<sup>927</sup>.

---

<sup>927</sup> - MEDEIROS, Tomás – Em entrevista ao autor, em 15 de Março de 2004.



Em Angola, assiste à fundação do Partido da Luta Unida dos Povos Africanos de Angola (PLUA), em 1955, e o Movimento pela Libertação dos Povos das Colónias Portuguesas (MLPCP), em 1956. Tomás Medeiros rejeita que Amílcar Cabral tenha participado na criação do MPLA, porque este nasceu em Tunes e não em Luanda como se apregoa.

Ainda na capital angolana, tentou Cabral recrutar jovens, a solicitação de Frantz Fanon, para treino militar em Marrocos ou na Tunísia. Hoje – assinala Mário de Andrade – «há nos *maquis* muitos jovens (...) que trabalharam com (...) Cabral e que foram seus alunos da revolução, porque o revolucionário também é um professor. Todos se lembram do engenheiro Cabral (...)»<sup>928</sup>. Para Andrade, Cabral era um mensageiro revolucionário, sempre disponível para todas as frentes da luta comum nas colónias portuguesas.

Depois da sua estada em Luanda, onde conviveu com nacionalistas mais experimentados em lides políticas, Amílcar Cabral regressa de férias a Bissau, onde funda, de imediato, o Partido Africano da Independência (PAI), em 1956, com um grupo de cabo-verdianos e guineenses.

Mais tarde, em 1957, deslocou-se a Paris para se avistar com Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e outros nacionalistas. A finalidade da «reunião de consulta» era a de estudar as formas do desenvolvimento da luta nas colónias portuguesas. O PAIGC e o MPLA já tinham sido criados e punha-se o problema de dinamizar o surgimento de outros partidos nas restantes colónias, uma vez que em Angola e na Guiné a luta já se achava em fase bastante adiantada.

No decurso do encontro, seguido pela polícia francesa, os nacionalistas adoptaram o lema – «unidade e luta» – que serviu de inspiração aos movimentos de libertação no combate pela independência, tendo, de igual modo, decidido enviar, sem sucesso, dada a falta de meios financeiros, um delegado à Conferência Afro-Asiática, que se ia realizar no Cairo, em Dezembro de 1957.

---

<sup>928</sup> - ANDRADE, Mário – Op. Cit., p. 21.

Em 1958, Cabral voltou a Lisboa para fundar o Movimento Anti-Colonialista (MAC), juntamente com os nacionalistas das restantes colónias portuguesas. Esta organização, de acordo com Mário de Andrade, resultou da «reunião de consulta» realizada em Paris, um ano antes. O MAC tinha duas componentes: uma externa e outra interna.

Da primeira faziam parte Mário de Andrade, Viriato Cruz, Lúcio Lara e Hugo Meneses. A interna compunha-se dois sectores, o mais velho, onde pontificavam Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Jacob Meneses, Eduardo Macedo dos Santos e Noémia de Sousa, e o mais novo, com Iko Carreira, Carlos Pestana Heineken, Edmundo Rocha e João Vieira Lopes.

O MAC aprovou, no acto da fundação, um manifesto no qual definiu como objectivo «a conquista imediata da independência nacional dos povos africanos sob a dominação portuguesa e a liquidação total do colonialismo português em África». A organização unitária acreditava ainda na «liquidação pacífica, leal, justa, rápida, incondicional e sem imposição de etapas do colonialismo».

As organizações nacionalistas sabiam que tinham que se agrupar em amplas frentes – um organismo unitário – destinadas a fazer «eco da luta dos nossos próprios países»<sup>929</sup>. O apoio exterior era uma condição essencial para o êxito da luta. É assim que, nos anos 60, em Tunis, por ocasião da Conferência dos Povos Africanos, transformam o MAC em Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN).

Esta, diferente do MAC, era, no dizer de Carlos Pacheco, uma «aliança de partidos e de organizações de massa dos países africanos sob a dominação colonial portuguesa, que lutam pela liquidação total do colonialismo português e pela independência desses países».

---

<sup>929</sup> - ANDRADE, Mário – Op. Cit., p. 10.

A FRAIN deu lugar, no ano seguinte, à CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), que agrupava o MPLA, o PAIGC, a UDENAMO e o CLSTP. A CONCP, logo na sua primeira reunião, em Casablanca, em Abril de 1961, proclamou «a unidade de acção das organizações nacionalistas na luta por todos os meios possíveis para a imediata liquidação do colonialismo português e pela liberdade em relação a todas as formas de opressão».

Em finais de 1959, Cabral tomou a decisão mais importante e difícil da sua vida: «deixar tudo, incluindo a família, e seguir o tortuoso caminho da clandestinidade. É um dos últimos a fazê-lo, depois de Mário de Andrade, Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Azancourt de Menezes, entre outros»<sup>930</sup>. Assim, no ano seguinte, deixa Lisboa e Bissau, definitivamente, para se instalar em Conacri, onde dirigiu até à sua morte o PAIGC. O resto da história é já consabido.

## 19. 2 - A MORTE

### POR DESCOBRIR QUEM O MANDOU MATAR

Amílcar Cabral pressentiu a sua morte. Em Março de 1972, tornou público um plano destinado a destruir o PAIGC por dentro,<sup>931</sup> cuja autoria atribuiu, sem a menor hesitação, ao Governador da Guiné e aos colonialistas, ambos convencidos de que «(...) a prisão ou a morte do dirigente principal significaria o fim do Partido e da nossa luta»<sup>932</sup>.

O projecto continha três fases. A primeira consistia na infiltração de «agentes dos colonialistas» no PAIGC, com o objectivo último de lançar a confusão, fazer provocações, desautorizar e desrespeitar a direcção do partido, instigar o espírito de indisciplina, promover o tribalismo, semear a discórdia e tentar virar os cabo-verdianos contra os guineenses e estes contra aqueles<sup>933</sup>.

Segundo Amílcar Cabral, o Poder colonial desejava, em última instância, conquistar os «descontentes» do PAIGC, para depois, já na segunda fase, os levar a criar

<sup>930</sup> - TOMÁS, António – Op. Cit., pp. 29-30.

<sup>931</sup> - CABRAL, Amílcar – *Mensagem aos Dirigentes e aos Responsáveis do Partido*, Março de 1972. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.067.

<sup>932</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit.

<sup>933</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit.

uma rede clandestina em «todos os sectores da nossa vida e da nossa luta», ou melhor, uma direcção paralela à do partido, na qual deveriam estar integrados alguns dirigentes insatisfeitos.

Uma das funções da «direcção clandestina» seria a de estabelecer contactos com os países vizinhos e com algumas embaixadas estrangeiras para mobilizar apoios tendentes a destruir, a provocar, a desacreditar e a sabotar, no quadro diplomático, a imagem, a autoridade e o prestígio de Amílcar Cabral, tentando, se caso for, eliminá-lo, fisicamente.

A terceira fase do plano começaria com um verdadeiro golpe de Estado, durante o qual deveriam ser mortos o Secretário-Geral do PAIGC e os seus principais colaboradores, após o que os conspiradores formariam uma direcção, com base no racismo, no tribalismo e na divisão. A «nova liderança», a crer na denúncia de Cabral, encetaria contactos, através do General António Spínola, com o Governo português, a fim de obter a «autonomia interna» da Guiné, no quadro da «autodeterminação sob a bandeira portuguesa»<sup>934</sup>.

Consumados estes passos, seguir-se-ia a criação de um «Governo fantoche na Guiné, que passaria a chamar-se Estado da Guiné, fazendo parte da Comunidade Portuguesa»<sup>935</sup>. Em face do plano, o PAIGC exortou os militantes à vigilância para «descobrir, desmascarar, prender, julgar e condenar todo e qualquer indivíduo, homem ou mulher, jovem ou velho que tente criar a confusão, a divisão e a indisciplina em relação à direcção do partido»<sup>936</sup>.

Quando Amílcar Cabral trouxe a lume este plano, era crítica a situação do PAIGC em Conacri. Havia graves problemas no interior do partido, para cuja solução se mostrava necessário talvez reeditar Cassacá. Faltou coragem para os suprimir. Luís Cabral ofereceu-nos um pequeno e importante testemunho da questão quando se avistou com o irmão, em Dezembro de 1972, em Dacar:

<sup>934</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit.

<sup>935</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit.

<sup>936</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit.

«Mal o vi na sala de trânsito (...) apercebi-me de que estava muito preocupado; abraçámo-nos, e depois de cumprimentar os restantes camaradas da delegação, afastámo-nos para conversar. Eram grandes as suas preocupações com a situação em Conacri. Havia qualquer coisa que ali não andava bem e isso levava-o a crer na existência de problemas, e problemas graves que ainda não se tinham manifestado»<sup>937</sup>.

Poucos dias depois, em 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral era assassinado, em Conacri, por militantes do seu próprio partido, na presença da sua mulher, Ana Maria Cabral. Sepultado o homem, a 1 de Fevereiro, numa cerimónia digna de um chefe de Estado, com a presença de 25 mil pessoas e de delegados de 80 países e organizações, começaram as interrogações para tentar lançar alguma luz sobre as circunstâncias do crime.

Quem o ordenou? A PIDE? Sékou Touré? António Spínola? O Governo português? Além destas pistas, existe uma outra, tão plausível quanto as demais, que tenta explicar a morte de Cabral pelo antagonismo secular que opõe os guineenses aos cabo-verdianos.

Iniciemos pela polícia política portuguesa, que, desde a primeira hora, infiltrou, a partir dos anos 60, agentes nos movimentos nacionalistas cabo-verdianos e guineenses, quer em Dacar, quer em Conacri. A PIDE seguia todos os passos de Amílcar Cabral e do PAIGC, em cuja sede central, na capital guineense, até introduziu colaboradores.

Destes recebia informações de toda a ordem, desde deslocações ao estrangeiro, visitas ao interior, planos de trabalho, reuniões com populações, passando pelo envio de cópias de discursos e de outros documentos confidenciais. Na Torre do Tombo, encontrámos três planos da PIDE que visavam eliminar Amílcar Cabral.

Em dois deles, pelo menos, o Governo português deu o seu pleno aval. Numa das operações, o próprio chefe do Executivo, Marcello Caetano, se achava implicado, para

<sup>937</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., pp. 433-434

além de vários ministérios e departamentos governamentais, com a convivência de pessoas tidas como muito próximas de Amílcar Cabral, em Dacar.

O primeiro plano, elaborado pela PIDE de Bissau, é de 1967 e havia sido discutido ao mais alto nível. A nota, de 23 de Fevereiro, do inspector Miguel António Cardoso a Silva Pais, é clara: Um indivíduo, de nome Fode Tati, está pronto «para, em momento oportuno, suprir Amílcar Cabral e furtar os arquivos do PAIGC, de Conacri, missões ambas que aceitou e prometeu cumprir».

O homem forte da polícia política escreveu que, «para o mesmo efeito», já tinha recrutado de Bissau um outro agente, António Manuel da Silva Lima (Tony), que, ao que se supunha, tinha talvez mais possibilidades de executar o projecto, recordando que para matar Cabral o «(...) Gabinete Militar, no tempo do Sr. Tenente-Coronel Castelo Branco, chegou a oferecer 400 contos».

Miguel Cardoso conta que o seu plano consistia «simplesmente em enviar um homem de confiança aos locais de passagem de Amílcar Cabral, na República da Guiné ou na sua residência, ou ainda quando vai só ao cinema, o que acontece duas vezes por semana, quando está em Conacri, e alvejá-lo a tiro ou o que talvez venha a suceder com granadas de mão, defensivas, das apreendidas aos terroristas».

A execução do projecto, que custaria «umas centenas de contos», estaria a cargo de Fode Tati, antigo combatente do PAIGC, de quem se separou, recentemente, e que, por isso, desejava, a qualquer preço, «vingar-se do Amílcar, pelas injustiças de que foi vítima». O certo é que o plano não foi executado.

Em 1969, o Governo português sanciona a operação «Chèvre» destinada a liquidar Cabral, em Paris, ou, na pior das hipóteses, em Estocolmo. O plano, cujo custo se estimava, na altura, em 111 900 escudos, inseria-se no quadro da luta «contra o comunismo em África, mais particularmente, contra Sékou Touré e os seus amigos»<sup>938</sup>.

<sup>938</sup> - Ver Arquivos de Torre de Tombo - PIDE/DGS – Processo CI (2) 7477. Pasta 27, NT – 7495, folha nº 38.

O Executivo de Marcello Caetano não quis envolver-se no terreno na operação. Assim, o plano adquiriu a estrutura de «operação encoberta» que deveria ser executada por gente recrutada pelo grupo francês de extrema-direita ligada ao Redressement Economique (RE).

A operação «Chèvre» envolveu muitas personalidades políticas portuguesas e estrangeiras, quais sejam um tal «amigo senegalês de Cabral», cujo nome é apagado do processo, Etienne Michel, director do RE, Moreira Batista, secretário de Estado da Informação e Turismo do Governo de Marcello Caetano e Abílio Pires, inspector da PIDE.

Existem ainda outros nomes. A título de exemplo, Falilou Kane, presidente da Organização da Comunidade Africana e Malgache, um tal Foccard, dos serviços secretos franceses, Marcello Matias, embaixador de Portugal em Paris, José Augusto dos Santos, director da Casa de Portugal em Paris e Robert Le Breton, do RE<sup>939</sup>, assim como o então director-geral do Ministério português dos Negócios Estrangeiros.

O projecto previa «infiltrações na Guiné-Conacri, com a utilização da FLING, tendo como objectivo «liquidar Sékou Touré, o que significaria a eliminação do PAIGC». A operação envolvia ainda o aluguer de um escritório em Madrid, uma missão de recrutamento em França e a aquisição de armamento especial, como armas automáticas e silenciosas, na Suíça e na Alemanha.

A cumplicidade da FLING em todo o processo era claro: «Temos o acordo de princípio de Pinto Bull», com a cobertura de um grupo suíço-alemão anti-marxista «pronto a ajudar, por nosso intermédio, a FLING a eliminar o PAIGC a fim de aparecer como o único representante da tendência autonomista que existe na Guiné-Bissau». Para pôr em marcha o plano, os franceses do RE estimavam custos de 4 060 000 escudos. «Em caso de sucesso: Prémio de 1 000 000 escudos».

---

<sup>939</sup> - Ver Arquivos de Torre de Tombo - PIDE/DGS – Op. Cit.

Em 1971, a PIDE põe em marcha um outro plano destinado a eliminar o PAIGC e Amílcar Cabral. A operação<sup>940</sup>, que por sinal levava o nome deste, começou a ser pensada quando, em finais de Dezembro de 1970, um colaborador da PIDE (Primos), tripulante do navio panamense «Margaretha», contactou com o responsável da polícia política no Mindelo, em Cabo Verde.

O agente deu a conhecer a Miguel Henriques Nunes a informação de que já tinha «aliciado um grupo de seis indivíduos, prontos a dinamitarem um depósito de munições do PAIGC, em Conacri, e a liquidarem o Amílcar Cabral. O marinheiro-informador propõe uma retribuição nominal de «dez mil escudos, caso estas operações tivessem pleno êxito».

«Primos» revelou à PIDE, que, desde então, chamou a si a condução do plano, que tem homens em três capitais africanas «dispostos a eliminar o secretário-geral do PAIGC»: «Em Conacri, será um tal Lachol, o orientador da operação; em Dacar, os planos de acção ficarão a cargo de Luciano de Pina Cortez e, em Freetown, tomará parte Isidoro Manuel Lima, Augusto Divo de Macedo<sup>941</sup> e José Nascimento Silva».

A operação – de acordo com o informador – seria executada «por aquele que, num local ou outro, deparar com a melhor oportunidade; que, em princípio, utilizará revólver ou pistola e que pretende também destruir um depósito de material existente em Conacri».

Os arquivos da PIDE têm ainda muitas informações que contêm propostas para assassinar Amílcar Cabral. António Joaquim dos Reis Júnior, Luís Alfredo António da Silva e um agente não identificado ofereceram-se às autoridades portuguesas, em épocas diferentes, para o levarem a cabo.

Além da PIDE, o Presidente da Guiné-Conacri afigura-se como um outro potencial suspeito do crime. Sékou Touré tinha conhecimento do plano para liquidar,

<sup>940</sup> - Ver «Operação Amílcar Cabral» - Arquivos de Torre de Tombo - PIDE/DGS – Processo CI (2) 7477. NT – 7494, folha nº 38.

<sup>941</sup> - Augusto Divo de Macedo, hoje, já muito velho, reside, actualmente, na vila do Tarrafal, em Santiago, Cabo Verde, depois de ter passado muitos anos na Libéria. Em Julho de 1996, numa entrevista a Fernando Monteiro, do extinto «Novo Jornal», da Cidade da Praia, confirmou que o objectivo não era o de matar Cabral, mas sim de o raptar e de o levar para Bissau. Contudo, poucas explicações forneceu a despeito do falhanço do projecto, para cuja execução recebeu cem contos.



fisicamente, o fundador do PAIGC. É o próprio Aristides Pereira, braço direito de Cabral, quem o confirma:

«(...) Sékou Touré, no dia 20 de Janeiro de 1973, de manhã, mandou ao Secretariado duas pessoas, o então embaixador guineense em Dacar e um outro responsável, ver o Amílcar para dizer que tomasse cuidado, porque havia gente à roda dele que estava a preparar-se para matá-lo»<sup>942</sup>.

As relações entre Amílcar Cabral e Sékou Touré nem sempre foram boas. Pode dizer-se, em termos mais concretos, que começaram mal, a julgar por dois episódios descritos por Luís Cabral. Em 1963, desembarcou o partido de Cabral, na capital guineense, sem o conhecimento de Sékou Touré, um carregamento de armas provenientes de Marrocos.

Fortuitamente, os materiais de guerra foram descobertos pelas autoridades guineenses, facto que levou à detenção – Amílcar Cabral estava no estrangeiro – de Aristides Pereira, Luís Cabral, Vasco Cabral, entre outros responsáveis, na sinistra prisão de Camp Boiro, em Conacri.

O incidente não impediu Sékou Touré de prestar assistência política e militar ao PAIGC, que transformou Conacri em seu principal santuário. O início da luta armada desanuviou o ambiente de crispação entre os dois lados, segundo dá a entender Luís Cabral, que conta ainda um outro episódio que deixou deterioradas as relações entre Cabral e Touré.

No decurso de uma Conferência dos Ministros Africanos dos Negócios Estrangeiros, em Cartum, em Janeiro de 1969, a Guiné-Conacri propôs a expulsão de Portugal da ONU. Amílcar Cabral opôs-se à ideia, enfurecendo o responsável da diplomacia de Sékou Touré.

---

<sup>942</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 214.

Ao regressar a Conacri, o chefe da delegação guineense teria feito crer ao presidente Sékou Touré, que «(...) o líder do PAIGC tinha tomado a defesa dos colonialistas (...) No seio do Governo guineense, podíamos já enumerar vários elementos que não escondiam a sua hostilidade ao PAIGC e aos seus principais dirigentes, embora continuassem a dirigir-nos sorrisos em público»<sup>943</sup>.

Como é consabido, o líder guineense tinha ambições expansionistas, porquanto um dos seus grandes objectivos era o de construir a Grande Guiné, na qual se incluíam, no mínimo, a Guiné-Bissau e a Casamansa, que se situa no sul do Senegal. João Pereira Neto expõe a dimensão exacta das ambições de Sékou Touré:

«Na qualidade de descendente, por via uterina, de um grande chefe mandinga, procuraria anexar o território que anteriormente esteve sob a soberania daquele povo e que incluía, além da Serra Leoa e da Guiné Portuguesa, uma parte da Costa de Marfim, do Sudão e do Senegal»<sup>944</sup>.

É por demais evidente que o plano expansionista de Sékou Touré colidia, frontalmente, com o de Amílcar Cabral, que nunca o podia aceitar, porque passou a vida inteira a lutar pela independência da Guiné e de Cabo Verde e pela unidade entre estes dois países. A bem dizer, o fundador do PAIGC, como escreveu José Pedro Castanheira, constituía «um forte entrave à nunca escondida ambição de Sékou Touré de criar a Grande Guiné (...)»<sup>945</sup>.

O projecto deste continha a prazo um germen de conflito que saltaria à tona, inevitavelmente, caso fosse levado adiante. Luís Cabral refere que, depois da independência, Touré foi «(...) a Bissau propor-me uma espécie de unificação. Disse-lhe que a Guiné-Bissau avançava num projecto de Unificação Africana, desde que o seu povo e a Guiné-Bissau mantivessem a soberania»<sup>946</sup>.

<sup>943</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., pp. 343 e 344.

<sup>944</sup> - NETO, João Pereira – Op. Cit., p. 554.

<sup>945</sup> - CASTANHEIRA, José Pedro – Op. Cit., p. 185.

<sup>946</sup> - NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 208.

Ademais, quem conhecia o Presidente guineense diz que ele via Amílcar Cabral com alguma desconfiança. O fundador do PAIGC era um homem com grande prestígio internacional e era respeitado até pelos seus próprios inimigos. Ao longo da luta contra o colonialismo português, Cabral tornou-se o mais prestigiado líder dos movimentos de libertação africanos, senão a sua principal referência.

A auréola de Cabral ameaçava Sékou Touré, segundo contou Manuel Alegre, dirigente do Partido Socialista Português, a José Pedro Castanheira: «Amílcar fazia-lhe sombra, na medida em que tinha grande audiência. Nos fóruns internacionais, o Amílcar era uma estrela, muitas vezes, a principal estrela – e isso criava problemas à tentativa de hegemonia política e ideológica por parte de Sékou»<sup>947</sup>.

Álvaro Nóbrega transcreve uma entrevista de Marcella Glisenti ao jornal «Expresso», publicada pelo semanário de Bissau, «Banobero», a respeito das relações entre os dois homens: «Sékou detestava Cabral. Uma vez disse-me que era um mestiço. Disse-o com desprezo, para acrescentar que o mestiço é o pior que há na África. Dizia com desdém que não passava de um sonhador, um visionário (...)»<sup>948</sup>. Luís Cabral completa: «(...) Sékou sentia-se incomodado com o crescente prestígio de Amílcar e com a força militar do PAIGC (...)»<sup>949</sup>.

António Spínola viu o seu nome implicado no rol dos que são acusados de ter ordenado a morte de Cabral, para cuja suspeita concorre a circunstância de o crime ter sido perpetrado, ainda no seu mandato, pela facção guineense do PAIGC, com a qual estivera a negociar a solução para o conflito, sem a anuência dos cabo-verdianos.

O Governador da Guiné reconheceu que, no princípio de 1970, e com o conhecimento de Lisboa, estabelecera os primeiros contactos com os chefes da guerrilha do PAIGC. Em «País Sem Rumo», dá a conhecer o teor do entendimento a que chegara com os comandantes guineenses:

<sup>947</sup> - CASTANHEIRA, José Pedro – Op. Cit., p. 195.

<sup>948</sup> - NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 208.

<sup>949</sup> - Cit. por NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 208.

«(...) Nesses contactos, gizara-se, desde logo, um plano que previa a transformação das forças de guerrilha do PAIGC em Unidades Africanas das Forças Armadas Portuguesas e a nomeação de Amílcar Cabral para o cargo de Secretário-Geral da Província, que exerceria paralelamente com o Secretário-Geral em exercício, conforme orgânica sugerida e a promulgar para o efeito»<sup>950</sup>.

António Spínola achava-se empenhado em resolver, diplomaticamente, o problema colonial na Guiné. Para o efeito, avistou-se, em Cap Skiring, em 18 de Maio de 1972, com o Presidente do Senegal, que lhe apontou, como «solução equilibrada», a entrada imediata da Guiné «(...) numa fase de autonomia interna, de duração não inferior a dez anos, seguida de uma consulta popular, que, possivelmente, conduziria à independência no quadro de uma comunidade luso-africana ou luso-afro-brasileira (...)»<sup>951</sup>.

A crer na conversa entre os dois homens, Amílcar Cabral ter-se-á concordado com a proposta de autonomia. Em 26 de Maio, Spínola desloca-se a Lisboa e entrega ao Chefe do Governo os relatórios das suas diligências com Senghor. Marcello Caetano reprovou a ideia, apoiando-se, exclusivamente, em considerações de ordem jurídico-legal<sup>952</sup>. Não obstante isso, considerava Amílcar Cabral como um elemento «moderado e amigo de Portugal».

Spínola nota que a situação do impasse, motivada pela suspensão dos contactos, levou uma «(...) determinada facção do PAIGC a pressionar Amílcar Cabral no sentido de este se substituir ao Presidente Senghor nas diligências iniciadas»<sup>953</sup>. Neste contexto, Amílcar Cabral convidou-o para um encontro, em Outubro de 1972, a ter lugar, provavelmente, em Bissau.

Marcello Caetano voltou a opor-se ao projecto, deitando por terra «a última oportunidade» tendente a negociar uma solução para o conflito que opunha Portugal ao

<sup>950</sup> - SPÍNOLA, António de – *País Sem Rumo – Contributo para a História de uma Revolução*. Lisboa: SCIRE, s/d, pp. 25 e 26.

<sup>951</sup> - SPÍNOLA, António de – Op. Cit., p. 27.

<sup>952</sup> - SPÍNOLA, António de – Op. Cit., p. 28.

<sup>953</sup> - SPÍNOLA, António de – Op. Cit., p. 41.

PAIGC. Spínola deixou a entender que a ala guineense do PAIGC estava a par dos seus contactos quer junto de Marcello Caetano quer junto de Senghor.

Em nota de rodapé, esclareceu que «a facção guineense do PAIGC atribui a Amílcar Cabral» a responsabilidade da não realização do encontro que aprazara com ele. Esta suposição – frisa – agudizou as dissidências internas do Partido, que, habilmente, exploradas por Sékou Touré, conduziram à morte de Amílcar Cabral»<sup>954</sup>.

Posto isto, o comportamento do General Spínola em todo este processo dá-nos a legitimidade para esboçar, com todas as limitações, uma explicação sobre o assassinio de Amílcar Cabral, sendo certo que o não esgota, por mais esforços que façamos. É sabido que Marcello Caetano o desautorizou, em várias ocasiões, a desenvolver esforços com Senghor com vista a levar Portugal e o PAIGC à mesa das negociações, tendo-o, também, proibido de se avistar com Amílcar Cabral.

Desagradado com a decisão, Spínola, talvez, à sua conta e risco, mas em plena sintonia com a facção guineense do PAIGC, gizou o plano que desaguou na tragédia de 20 de Janeiro. A ideia, vale repetir, não era a de matar Cabral, mas sim de o raptar e de o levar a Bissau. Só que, vendo as coisas malparadas, os revoltosos precipitaram-se, acabando por o assassinar.

Ao tracejar o plano, a que Sékou Touré tinha, provavelmente, acesso, através dos guineenses do PAIGC, Spínola pretendia impor não somente ao PAIGC como ao próprio Governo português a solução federalista que combinara com Senghor, a que Amílcar Cabral dera, supostamente, o seu assentimento.

Com isso, o militar português confirma que desejava negociar com Cabral, em Bissau, numa posição de superioridade, o projecto autonomista que idealizara. Em situação de inferioridade, isto é, de prisioneiro ou de refém, Cabral não teria, aos seus olhos, o ensejo de rejeitar a solução federativa para Guiné e, concomitantemente, o posto de Secretário-Geral da Província.

---

<sup>954</sup> - SPÍNOLA, António de – Op. Cit., p. 53.

Ao admitir a existência de contactos directos com o sector guineense do PAIGC, Spínola mostrou que o próprio Cabral e a ala cabo-verdiana se achavam afastados de todo o processo. Não foi por acaso que o fez, conhecedor profundo que era do antagonismo que dividia os dois grupos. Além do mais, o facto de o crime ter sido perpetrado apenas por guineenses vem avolumar as suspeitas sobre o «General de Bissau». Com base nisso, é legítimo pensar que é a mesma ala guineense, com quem Spínola discutira o processo de paz, que estivera implicada na conjura contra Cabral.

O governante português desejava, a qualquer preço, encontrar uma saída para o problema da Guiné. Em termos oficiais, negociava-a com Senghor, alegadamente com a anuência de Amílcar Cabral e de Marcello Caetano. Desautorizado por este a prosseguir com os contactos, decide, então, por *motu proprio*, em jeito de fuga em frente, fazer uso do plano alternativo que discutira com a facção guineense do PAIGC, sem o conhecimento de Cabral.

Para o êxito do projecto, muito concorreu a divisão entre os cabo-verdianos e os guineenses do PAIGC, sabiamente explorada por Spínola e por Sékou Touré para enfraquecer Amílcar Cabral, cuja morte é, no dizer muitos históricos do partido, um golpe contra os ilhéus, de quem Sékou Touré também não nutria simpatia por os considerar mestiços. José Araújo confirma que, na noite do golpe, registou-se uma «verdadeira caça aos cabo-verdianos, em Conacri, os quais foram brutalizados, encarcerados e ameaçados de execução sumária».

A morte de Cabral foi um *acidente* que se explica pela sua recusa em ser amarrado e conduzido a Bissau, a exemplo de Aristides Pereira. O dedo de Spínola é claro. Em cooperação com os guineenses do PAIGC e, através destes, com Sékou Touré,<sup>955</sup> planeou, depois de ver fracassados os seus esforços com Senghor, raptar Cabral.

<sup>955</sup> - Em «Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?», o jornalista português José Pedro Castanheira narrou um conjunto de factos, mais do que suspeitos, que indiciam, claramente, a participação de dirigentes da República da Guiné na operação de 20 de Janeiro em Conacri. O autor do livro levanta uma série de questões que ainda continuam sem resposta. E por certo continuarão, dado o mutismo que envolve ainda a conspiração contra Cabral, quer da parte dos seus principais colaboradores, quer da parte dos seus adversários e inimigos.

Ambos eram inimigos deste. Por provar está a ligação directa, na conspiração, entre Spínola e Touré. Este conhecia-a. De contrário, não a fazia chegar ao PAIGC, na própria manhã do crime. Aquele gizou-a, como legitimamente nos deixa pensar em «País Sem Rumor», faltando apenas determinar se a conjura era do conhecimento de Marcello Caetano.

Pelos dados de que dispomos, está, de igual modo, por comprovar, a participação da PIDE no plano, em cujos arquivos na Torre de Tombo não existe nenhuma indicação que nos leve a concluir que nele se viu envolvida de todo ou parcialmente. Mas, tal constatação não a exime de culpas, devido aos três planos que elaborou para liquidar Cabral.

Também não deixa de ser verdade que se o quisesse fazer, tê-lo-ia urdido, por exemplo, nos anos 50, quando Cabral – um ilustre desconhecido, nos planos africano e mundial – ainda dava tímidos passos tendentes a erguer o movimento de libertação em Bissau, em Dacar ou em Conacri.

Diferente é a opinião de Aristides Pereira, para quem a execução do plano «(...) só se tornou possível a partir da conjugação dos esforços das autoridades coloniais e da PIDE com as fraquezas da nossa gente»,<sup>956</sup> ilibando Sékou Touré de quaisquer responsabilidades. Ou seja, considera pouco provável a participação do guineense na morte de Cabral.

Já, todavia, Luís Cabral prefere dividir o mal pelas aldeias, dito doutro modo, acusa o Governo português de ser o principal responsável pelo assassinio do seu irmão, embora admita a existência de alguma cumplicidade de Sékou Touré com o grupo que planeou o crime, denunciando que «(...) a direcção do PAIGC veio a saber que houve uma reunião restrita de elementos de confiança do grupo conspirador em que esteve presente um responsável do Governo guineense»<sup>957</sup>.

<sup>956</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 218.

<sup>957</sup> - Vide «*Luís Cabral Inculpa Lisboa pela Morte do seu Irmão*». In «despacho noticioso da Agência Lusa», datado de 24 de Janeiro de 2003, assinado por Serafim Lobato.

Por entre estas interpretações contraditórias, provenientes de dois homens mais próximos de Amílcar Cabral, só nos resta continuar a procurar informações fidedignas que conduzam ao cabal esclarecimento da conspiração, que, a nosso ver, resultou da conjugação de esforços de Spínola, da facção guineense do PAIGC e de Sékou Touré. Em tudo isso, apenas existe uma certeza que vai ao encontro da profecia do fundador do PAIGC: «Se um dia eu for assassinado, sê-lo-ei, provavelmente, por um homem do meu povo, do partido e, talvez mesmo, da primeira hora».

## CAP. VII

### CONCEPÇÃO POLÍTICA DE AMÍLCAR CABRAL

#### 20 – CLASSES SOCIAIS

As classes sociais constituem um tema sobremodo importante no pensamento político de Amílcar Cabral. O seu maior contributo nesta matéria é uma análise sociológica sobre as estruturas sociais em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, a qual lhe permitiu a um tempo situar as classes nos dois países e clarificar a sua atitude perante a política e a cultura.

Em vista deste fim, tomou em linha de conta alguns aspectos de índole sociológica, quais sejam o campo e a cidade e a distinção entre as ilhas agrícolas e as que o não são. Contudo, tais critérios afiguram-se-nos insuficientes, por Cabral não ter mostrado, claramente, os elementos básicos de que se serviu para elaborar a estratificação social colonial cabo-verdiana.

A preocupação não deixa de ser pertinente. Os cientistas políticos são concordes em dizer que o conceito de classe, que tem uma importância capital no pensamento marxista, requer duas modalidades de análise: uma teórica e outra histórica. Se esta tem por intenção determinar os sujeitos da história, aquela ajuda a identificar os grupos sociais que dimanam do sistema de desigualdade. É sobremaneira importante ater-se a estes dois aspectos, porquanto a análise de classes, na teoria marxista, aconselha que esta se faça sob dois ângulos: o modo de produção e a formação social



Enquanto o primeiro se enquadra ao nível da análise teórica das mudanças sociais de grande impacto, o segundo situa-se no plano da abordagem histórica. Importa esclarecer que, no modo de produção capitalista, existem duas classes antagónicas, ao passo que numa formação social há, além destas, uma pluralidade de classes.

Ao colocarmos assim a questão, parece, à partida, que o imbróglio intelectual já se acha equacionado. Mas, não o está. A celeuma remonta aos estudos de Marx e de Engels sobre os quais impendem algumas dúvidas acerca do número de classes – duas ou três? - existentes em qualquer modo de produção.

Com efeito, em «Manifesto do Partido Comunista», os dois pensadores alemães mostraram-se convencidos de que «a sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que directamente se enfrentam: a burguesia e o proletariado»<sup>958</sup>. Este apenas possui a sua força de trabalho, que é obrigado a vender para poder viver, ao passo que aquela é proprietária dos meios de produção.

Todavia, no «Prefácio à Crítica à Economia Política» e, mesmo em alguns capítulos de «O Capital», o cientista alemão faz alusão a três classes: os capitalistas, os latifundiários e os operários: «Os possuidores só de força de trabalho e os possuidores de capital e os possuidores de terra, cujas fontes de receita são, respectivamente, o salário, o lucro e a renda fundiária, - ou, em outras palavras, os assalariados, os capitalistas e os latifundiários – formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no modo de produção capitalista».

Lido assim, pode parecer que, à primeira leitura, Marx não discerniu bem o problema. A polémica, porém, não tem qualquer fundamento, se nos ativermos, com efeito, ao alcance verdadeiro da conclusão a que ele chegara. Muitos autores esclarecem que o pensador germânico estava a referir-se à sociedade moderna burguesa e não a um modo de produção capitalista puro<sup>959</sup> quando mencionou a existência das três classes na sociedade.

<sup>958</sup> - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – Op. Cit., p. 37.

<sup>959</sup> - HARNECKER, Marta – Conceitos Elementares do Materialismo Histórico (Apresentação de Louis Althusser), vol II (Tradução de L. Mota Reis). Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 18.

Permite isso deduzir-se que, para Marx, e para a maior parte dos marxistas, o critério primacial que distingue a formação social do modo de produção assenta na participação do homem no sistema de produção, melhor dizendo, nos elementos que tomam parte, directamente, na produção – o capitalista e o operário assalariado<sup>960</sup>.

Cabral é menos explícito, no caso. Não especificou, com efeito, o tipo de metodologia marxista – modo de produção ou formação social – de que fez uso para elaborar o seu estudo. No entanto, à maneira de Marx e de Engels, concorda que, em qualquer modo de produção capitalista, existem sempre duas classes antagónicas: os explorados (o proletariado) e os exploradores (a burguesia).

O primeiro critério – modo de produção – proporcionou-lhe o ensejo de concluir que a sociedade cabo-verdiana é uma «sociedade colonial», cuja evolução é determinada pelo desenvolvimento histórico em que ela se encontra inserida. Partindo deste pressuposto, considerou que, em Cabo Verde, existem duas classes sociais distintas e opostas diametralmente: a colonial, dominante, e a dos trabalhadores assalariados, dominada.

A primeira integra os altos funcionários coloniais, sejam eles portugueses ou cabo-verdianos, situados no aparelho do Estado e que representam a burguesia metropolitana, sem contar com os grandes proprietários e os comerciantes. A segunda – a pequena-burguesia, os trabalhadores e o povo – constitui a classe dominada.

A análise cabralista suscita-nos algumas dúvidas, decorrentes da própria realidade cabo-verdiana durante o consulado colonial. Em sentido marxista do termo, não se pode, ao tempo, falar de classes sociais em Cabo Verde, em razão da inexistência de infra-estruturas, suficientemente desenvolvidas para dar corpo à formação de uma classe operária.

É o próprio Cabral quem o diz. Ademais, contrariamente ao que ele supunha, Cabo Verde não era um país capitalista, porque não tinha nem estruturas económicas, nem

---

<sup>960</sup> - MARX, Karl – *História Crítica da Teoria da Mais-Valia*, 1ª Edição, vol II. México: Fondo de Cultura Económica, 1944, pp. 167 e seguintes.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)

operários, nem capitalistas. Estes pressupõem a existência daqueles, «(...) porque não pode haver burguesia sem proletariado e vice-versa»<sup>961</sup>. Pode dizer-se que Cabo Verde era um país de *proletários sem proletariado*, pelo facto de possuir uma camada de assalariados que vendiam a sua força de trabalho.

Não havendo o sistema de produção, na acepção marxista da expressão, é de todo impossível situar a relação entre as classes, uma vez que estas se definem pela sua situação na estrutura social. Ou, como compara Franz Jakubowsky, as classes sociais distinguem-se, essencialmente, segundo a sua situação no processo de produção<sup>962</sup> ou ainda, parafraseando Roger-Gérard Schwartzenberg, especialmente, pela sua situação relativamente à propriedade dos meios de produção, tradução jurídica das relações de produção»<sup>963</sup>.

O sistema de produção era outrora inexistente em Cabo Verde. Se a isto adicionarmos a ausência dos capitalistas e do proletariado, pode concluir-se que muito dificilmente se poderá tomar como válida a tese de Cabral sobre a estrutura social caboverdiana, se a analisarmos pelo modo de produção.

A teoria de Cabral sobre as classes sociais só é aceite se a considerarmos na perspectiva de uma dada formação social, historicamente determinada, que permite examinar a estrutura social para lá do sistema de produção, admitindo a existência de outros segmentos que gravitam em redor da burguesia e do proletariado. É neste quadro que a tomamos.

Por outro lado, o líder espiritual do PAIGC nunca chegou a explicar o conceito de classes sociais. Mas, para ele, «a definição das classes no seio de um agrupamento ou de agrupamentos humanos resulta fundamentalmente do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das características da distribuição das riquezas produzidas por esse agrupamento ou usurpadas a outros agrupamentos»<sup>964</sup>.

<sup>961</sup> - CAVALLI, Alessandro – *Classe*. In «Dicionário de Política», vol I, 3ª Edição (Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 171.

<sup>962</sup> - JAKUBOWSKY, Franz – *As Superestruturas Ideológicas na Concepção Materialista da História – Verdadeira e Falsa Consciência*, II vol. Porto: Editora Nova Crítica, 1976, p. 46.

<sup>963</sup> - SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard – Op. Cit, p. 76.

<sup>964</sup> - Discurso proferido, em 6 de Janeiro de 1966, em Havana, durante a 1ª Conferência de Solidariedade dos Povos de África, da Ásia e da América Latina, realizada de 3 a 14 do mesmo mês.

De forma mais concreta, precisou que a aparição e o desenvolvimento das classes sociais estão dependentes de pelo menos duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção.

A tese de Cabral é assaz diversa da dos marxistas e da dos marxistas-leninistas, que situam a concepção de classe social ao nível do modo de produção<sup>965</sup>. Parafraseando Engels, a burguesia e o proletariado devem «(...) o seu nascimento à mudança introduzida nas condições económicas, ou, mais concretamente, no modo de produção»<sup>966</sup>.

Marx não inventou as classes nem a luta que estas travam entre si. Foi suficientemente claro, em carta que escreveu a J. Weydemeyer, a 5 de Março de 1852:

«(...) Quanto a mim, não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes sociais na sociedade moderna, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses já haviam exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes e alguns economistas, a anatomia destas classes. O que eu trouxe de novo foi demonstrar que a existência de classes só está associada a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção, que a luta de classes conduz à ditadura do proletariado e que esta mesma ditadura não é, de *per si*, mais do que o trânsito para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes».

Em «O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte», o pensador alemão precisou melhor a sua noção de classe: «Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições económicas de existência que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura daqueles das outras classes e as colocam em oposição hostil a essas outras classes, elas formam uma classe. Na medida em que há apenas uma interconexão local entre esses camponeses, de pequenas propriedades, e a identidade dos seus interesses não gera nenhuma comunidade, nenhum elo nacional e nenhuma organização política, tais pessoas formam uma classe».

<sup>965</sup> - HARNECKER, Marta – Op. Cit. p. 10.

<sup>966</sup> - ENGELS, Friedrich – *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* – Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. Lisboa: Novo Tempo, s/d, p. 182.

Em defesa desta tese, Marx, ao descrever o surgimento da classe dos trabalhadores, acresce que «as condições económicas tinham primeiro transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim esta massa é já uma classe face ao capital, mas ainda não para si mesma. Na luta (...) esta massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma (...)»<sup>967</sup>.

Ademais, ensina que as classes sociais são a expressão do modo de produzir da sociedade, a qual se define pelas relações existentes entre si. Estas, como mostram Engels e Marx, em momentos diversos, nos seus estudos, estão dependentes das relações das classes com os instrumentos de produção.

O «momento verdadeiramente constitutivo das classes é o de agregação»<sup>968</sup>, ou seja, «os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra outra classe»<sup>969</sup>. A existência destas fundamenta-se na identidade de interesses, embora esta não seja o elemento bastante para a definir. É necessário que haja uma comunidade de interesses ou uma organização política, em última instância, a consciência de classe, que se traduz, na avaliação de Alessandro Cavalli, na aceitação de um destino comum.

Não é somente de Marx e de Engels que Amílcar Cabral se afasta quando se dá ao trabalho de analisar a problemática das classes sociais. Desvia-se, também, de Lenine, que apresenta as classes sociais como «grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção historicamente determinado, pelas relações em que se encontram em face dos meios de produção (relações que as leis fixam e consagram), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, por conseguinte, pelo modo e pela proporção em que percebem a parte da riqueza social de que dispõem»<sup>970</sup>.

<sup>967</sup> - MARX, Karl – *Miséria da Filosofia*. Lisboa: Editorial Avante, 1991, p. 152.

<sup>968</sup> - CAVALLI, Alessandro – Op. Cit., p. 172.

<sup>969</sup> - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – *A Ideologia Alemã*. In «*Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos* (Antologia de Textos), I Vol, 2ª Edição (M. Braga da Cruz). Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 56.

<sup>970</sup> - LÉNINE, V. I. – *Uma Grande Iniciativa*. In «Obras Escolhidas em Três Tomos, vol 3». Lisboa/Moscovo: Edições Avante e Edições Progresso, 1982, p. 150.

As classes sociais são, no dizer do líder bolchevique, grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes num determinado regime de economia social. O chefe da Revolução de Outubro faz depender o surgimento das classes sociais de quatro critérios – o lugar que estas ocupam no sistema de produção, a relação que mantêm com os meios de produção, o papel que desempenham na organização social e, por fim, a forma como repartem as riquezas.

Amílcar Cabral fá-lo de dois – o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção, pondo de lado as relações de produção. O único elemento de análise que é comum aos dois homens é o modo de acesso e de distribuição de riquezas produzidas pelas classes.

Como se pode notar por este passo, a generalidade dos pensadores marxistas e marxistas-leninistas subscrevem, ao contrário de Cabral, o postulado de que as relações de produção são o mais importante e relevante elemento para a definição das classes sociais.

Antes de se debruçar sobre as classes sociais, o ex-secretário-geral do PAIGC discorreu, em jeito de intróito, sobre a génese histórica da propriedade privada da terra em Cabo Verde. «As terras têm um proprietário, porque estas ilhas foram inicialmente concedidas pelo Rei de Portugal a alguns indivíduos, os donatários. Estes repartiram as terras com outros, deram-nas a certas famílias, mas o regime de propriedade privada manteve-se»<sup>971</sup>.

A seu ver, «inicialmente, as terras pertenciam aos brancos da Europa. Mas, como muitos destes europeus vieram sozinhos para o Arquipélago, sem família, tiveram de se ligar a mulheres negras. A pouco e pouco, foi surgindo uma população mestiça. Quando os primeiros colonos brancos começaram a desaparecer, um certo número de terras passou para as mãos dos mestiços. Em determinada altura, muitas terras eram propriedades de cabo-verdianos ricos»<sup>972</sup>.

<sup>971</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria*, vol. I. Lisboa: Editora Seara Nova, 1977, p. 112.

<sup>972</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 112.

Assentado isto, e pesem as diferenças de interpretação, Amílcar Cabral identificou, no domínio rural, três classes sociais: os grandes proprietários, os pequenos proprietários e os rendeiros, após o que observou que os morgados, por regra mestiços e descendentes dos grandes proprietários, herdaram as terras dos donatários europeus. Mas, em virtude da «nova política económica do regime de Salazar e da consolidação do colonialismo português»<sup>973</sup>, perderam, paulatinamente, as suas propriedades.

Os pequenos proprietários são numerosos e constituem uma camada social bastante diversificada. Amílcar Cabral dividiu-os em dois grupos: uns que vivem quase na miséria e outros ricos. Os rendeiros pagam uma renda fixa ao proprietário da terra que cultivam. Vivem, por isso, sempre ameaçados pelo proprietário, caso não cumpram com os seus compromissos. O político cabo-verdiano rejeita que exista, nas ilhas, o proletariado rural, porque «os assalariados agrícolas não são suficientemente numerosos para constituir uma camada social»<sup>974</sup>.

Se se toma como certo que o fundador do PAIGC considerava Cabo Verde como um modo de produção capitalista, integrado no sistema imperialista mundial, como, insistentemente, dizia, não podia ele, à luz da tradição marxista, definir os proprietários de terra como uma classe social. Isto porque nem todos os indivíduos existentes num dado modo de produção pertencem a uma das classes antagónicas que o integram: o proletariado ou a burguesia.

Como nota Franz Jakubowsky, entre as duas classes antagónicas, há camadas intermediárias de transição – campesinato, pequena-burguesia, entre outras, opinião partilhada por Marta Harnecker de que «entre os diversos grupos sociais que existem numa sociedade, só aqueles que, ao participarem directamente no processo de produção, chegam a constituir-se em pólos antagónicos (exploradores e explorados), se constituem em classes sociais»<sup>975</sup>.

<sup>973</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – A Arma da Teoria, Unidade e Luta*, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 108.

<sup>974</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 109.

<sup>975</sup> - HARNECKER, Marta – Op. Cit., p. 24.

Não basta somente situar a importância da reprodução na definição das classes sociais, sendo necessário também que se estude a forma específica que este processo assume em assonância com o modo de produção capitalista, o qual não reproduz apenas o proletariado e a burguesia, tendendo também a «proletarizar», passe o termo, um número crescente de capitalistas e de camponeses, que se mostram incapazes de viver no sistema.

Foi a pensar, por certo, no conceito de formação social que Amílcar Cabral integrou os proprietários de terra na categoria de classes sociais. Ou então, tomou-os como fracções de classe. Não o faria se considerasse Cabo Verde como um dado modo de produção. A teoria marxista demonstra que, em qualquer formação social, existem sempre fracções de classe, que têm um carácter transitório.

É disso exemplo o pequeno produtor agrícola. Este, que nasce com a abolição do regime de produção baseado na servidão, tende a desaparecer à medida que se desenvolve o capitalismo, convertendo-se assim, na sua maior parte, em proletariado agrícola, embora Edouard Bernstein, em vários artigos publicados em «Die Neue Zeit», entre 1896 e 1898, se oponha a esta ideia, dizendo, em oposição ao marxismo clássico, que os camponeses e as classes médias nunca desaparecem.

Torna-se-nos importante notar que Amílcar Cabral rejeita que os camponeses constituam uma classe social, embora não se tenha dado ao trabalho de aduzir os motivos por que o faz. «No nosso caso, não podemos falar de uma classe de camponeses; não se trata de uma classe. Os camponeses formam uma camada especial»<sup>976</sup>.

No que tange às cidades, observou que, na estrutura social do mundo urbano, uma parte importante da população encontra-se ligada ao campo e a outra, bastante pequena, é originária da Europa, o que o levou a esquematizar, destarte, a pirâmide social existente em Cabo Verde: os altos funcionários europeus, a que deu o nome de «agentes da classe colonial»; os altos funcionários cabo-verdianos; os comerciantes e os industriais, em

---

<sup>976</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – A Arma da Teoria, Unidade e Luta*, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 111.



número assaz exíguo; os empregados; os trabalhadores assalariados; e, finalmente, o povo.

Ao situar o problema neste ângulo, o nacionalista cabo-verdiano entendeu que os comerciantes e os industriais não podem constituir-se uma classe social, porquanto são muito reduzidos e, além disso, o seu capital não advém da acumulação de riqueza, em razão da sua dependência económica à burguesia metropolitana.

Conquanto façam uma vida burguesa, «estes indivíduos não constituem, pelo seu número, e atendendo à dependência referida, uma burguesia nacional»<sup>977</sup>. Representam, isso sim, «uma intrusão da burguesia portuguesa em Cabo Verde, sob a capa de elementos autóctones»<sup>978</sup>.

Na sua visão, a pequena-burguesia, que tende a afastar-se das massas populares quando se guinda a uma posição social elevada, é, basicamente, constituída pelos empregados dos sectores público e privado, pelos pequenos comerciantes, pelos estudantes dos liceus e pelos profissionais liberais.

## DILEMA SOCIOLÓGICO DE CABRAL

### 20. 1 - PEQUENA-BURGUESIA SUICIDA-SE COMO CLASSE OU TRAI A REVOLUÇÃO?

Amílcar Cabral analisou, detidamente, o papel das classes sociais na luta de libertação nacional. Começou pelos grandes proprietários, que são, por via de regra, hostis à independência nacional, porque se acham ligados ao colonialismo, de que são um dos seus principais suportes. Já, porém, os pequenos proprietários assumem, a seu ver, três posições diferentes: uns são contra, outros a favor e outros ainda indecisos.

Explica-se melhor: «Alguns são favoráveis porque esperam poder aumentar as suas propriedades com a libertação. Outros são contra porque, ciosos das suas

<sup>977</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria*, Vol. 1. Lisboa: Editora Seara Nova, 1977, p. 110.

<sup>978</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 110.

propriedades, temem todas as transformações políticas e sociais, especialmente uma eventual liquidação da propriedade privada depois da queda do colonialismo. O terceiro grupo representa aqueles que, tendo dúvidas sobre a futura política agrária, mas entendendo-se menos mal com o colonialismo, hesitam ainda na atitude a tomar perante o movimento de libertação nacional. Adoptando uma atitude ambígua, o pequeno proprietário representa, no campo, a pequena-burguesia»<sup>979</sup>.

Segundo pensa, «o rendeiro, a principal classe em Cabo Verde, representa, no campo, uma camada disponível para a luta»<sup>980</sup>, já porque tem uma maior consciência, já porque é duramente explorado pelo proprietário e já porque ainda «pode ser mais facilmente mobilizado sob a palavra de ordem a terra àqueles que a trabalham».

Amílcar Cabral não deixou de analisar também a posição dos altos funcionários cabo-verdianos, que integrou na pequena-burguesia, ante a luta pela independência. «Estes altos funcionários, comprometidos com a administração colonial, só podem manifestar-se contra a ideia de libertação nacional»<sup>981</sup>, embora, a seu modo, alguns deles manifestem sentimentos nacionalistas.

Antes de expormos a teoria *cabralina* de pequena-burguesia, cumpre-nos notar que toda a sua análise sociológica sobre o papel das classes sociais na luta de libertação se viu ensombrada por uma fricante contradição de que só se livrou já no final da sua vida. Quem a deve conduzir? O nó do problema radica aqui, porque o seu estudo contém, neste caso, em particular, alguns pontos nebulosos, que urge esclarecer.

Ao princípio, cometeu ao proletariado a missão de comandar a luta contra o colonialismo: «É ao proletariado da Guiné que cabe o papel de dirigir a luta anticolonialista (...)»<sup>982</sup>. Quando Cabral proferiu esta declaração, o movimento de libertação na Guiné estava a tomar corpo. Mais tarde, porém, mudou de posição,

<sup>979</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – A Arma da Teoria, Unidade e Luta*, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 109.

<sup>980</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria*, Vol. 1, Lisboa: Editora Seara Nova, 1977, p. 109.

<sup>981</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – A Arma da Teoria, Unidade e Luta*, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 109.

<sup>982</sup> - ANDRADE, Mário – *Amílcar Cabral*. Paris: François Maspero, 1980, p. 76.

atribuindo à pequena-burguesia rebelde a grande tarefa de conduzir o processo de emancipação colonial, como adiante de mostra, em detalhes.

Em «Breve Análise da Estrutura Social das Ilhas de Cabo Verde», inserto nas suas Obras Escolhidas, vol I, organizadas por Mário de Andrade, dividiu a pequena-burguesia, perante as transformações políticas e sociais, em duas categorias, uma conservadora, próxima do colonialismo, e outra rebelde ou revolucionária, que se identifica com as massas populares.

Num outro texto, «O Papel da Cultura na Luta pela Independência», Cabral, já face ao movimento de libertação nacional, decompõe a pequena-burguesia autóctone em três grupos distintos: «uma primeira minoria que, apesar de desejar o fim da dominação estrangeira, se prende à classe colonial dominante e se opõe abertamente a esse movimento para defender a sua segurança social; uma maioria de elementos hesitantes e indecisos; uma segunda minoria cujos elementos participam na criação e na direcção do movimento de libertação nacional, de que são o principal elemento de fecundação»<sup>983</sup>.

A teoria de pequena-burguesia de Cabral, que eclodiu dos estudos que realizou sobre a estrutura social guineense e cabo-verdiana, mostra que os pequenos-burgueses têm uma posição ambígua ante as mudanças políticas e sociais. Mas isso, não o impediu de dizer que, por razões históricas, a pequena-burguesia nativa «(...) é a única camada social capaz, tanto de consciencializar, em primeiro lugar, a realidade da dominação imperialista, como de manipular o aparelho do Estado, herdado dessa dominação»<sup>984</sup>.

O líder independentista analisou o comportamento político da pequena-burguesia tanto na situação colonial como na neocolonial. A seu ver, «a situação colonial, que não consente o desenvolvimento duma pseudo-pequena-burguesia nativa e na qual as massas populares não atingem, em geral, o necessário grau de consciência, antes do desencadeamento do fenómeno da libertação nacional, dá à pequena-burguesia a oportunidade histórica de dirigir a luta contra a dominação estrangeira, em virtude de ser,

<sup>983</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade)* – A Arma da Teoria – Unidade e Luta, vol I. Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 239.

<sup>984</sup> - CABRAL, Amílcar – *Nacionalismo e Cultura*. Edição de Xosé Lois Garcia. Galiza: Edicións Laiovento, 1999, p. 93.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)

pela sua situação objectiva e subjectiva, (...) a camada que mais cedo realiza a consciência da necessidade de se desembaraçar da dominação estrangeira»<sup>985</sup>.

Cabral reserva à pequena-burguesia rebelde um papel histórico – o de destruir o Estado colonial e de tomar, em consequência, o poder político: «Assume esta responsabilidade histórica o sector da pequena-burguesia, que, no contexto colonial, se poderia chamar revolucionária, enquanto os outros sectores permanecem na hesitação, característica dessa classe, ou se aliam ao colonialista, para defender, embora ilusoriamente, a sua situação»<sup>986</sup>. Ou seja, a pequena-burguesia conservadora tem uma atitude dúbia: ou hesita ou alia-se ao colonialismo.

Diante da luta de libertação nacional, a pequena-burguesia tem uma de duas opções, ou, mais precisamente, está perante aquilo a que chamamos o «dilema sociológico de Cabral»: ou trair a revolução ou suicidar-se como classe. O nacionalista cabo-verdiano expõe, assim, a questão.

«Para manter o poder que a libertação nacional põe nas suas mãos, a pequena-burguesia só tem um caminho: deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento de uma burguesia burocrática e de intermediários do ciclo das mercadorias, transformar-se em pseudo-pequena-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se, necessariamente, ao capital imperialista. Ora isso corresponde à situação neocolonial, quer dizer, à traição dos objectivos da libertação nacional.

«Para não trair esses objectivos, a pequena-burguesia só tem um caminho: reforçar a sua consciência revolucionária, repudiar as tentações de emburguesamento e as solicitações naturais da sua mentalidade de classe, identificar-se com as classes trabalhadoras, não se opor ao desenvolvimento normal do processo da revolução. Isso significa que, para desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena-burguesia revolucionária deve ser capaz de suicidar-se como classe para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com

---

<sup>985</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 94.

<sup>986</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 94.

as aspirações mais profundas do povo a que pertence. Essa alternativa – trair a revolução ou suicidar-se como classe – constitui o dilema da pequena-burguesia no quadro geral da luta de libertação nacional»<sup>987</sup>.

No contexto neocolonial, entende Amílcar Cabral que a pequena-burguesia assume um papel de relevo, mesmo decisivo, na luta pela liquidação do domínio estrangeiro. Nota, porém, que «neste caso, em virtude dos progressos relativos realizados na estrutura social, a função de direcção da luta é compartilhada, em maior ou menor grau, com os sectores mais esclarecidos das classes trabalhadoras, e até com alguns elementos da pseudo-burguesia nacional, dominados pelo sentimento patriótico»<sup>988</sup>.

Amílcar Cabral explica-se: «O papel do sector da pequena-burguesia que participa na direcção da luta é tanto mais importante quanto é certo que, também na situação neocolonial, ela está mais apta a assumir essas funções, quer pelas limitações económicas e culturais das massas trabalhadoras, quer pelos complexos e limitações de natureza ideológica que caracterizam o sector da pseudo-burguesia nacional que adere à luta. Neste caso ainda, importa salientar que a missão que lhe está confiada exige a esse sector da pequena-burguesia uma maior consciência revolucionária, a capacidade de interpretar fielmente as aspirações das massas em cada fase da luta e de se identificar com elas cada vez mais»<sup>989</sup>.

O fundador do PAIGC avança aqui uma ideia controversa, sustentando que a pequena-burguesia, por maior que seja a sua consciência, não tem bases económicas que lhe permitam a conquista do Poder, porque, enquanto «classe de serviços», não participa, directamente, no processo de produção. Em seu entender, a história já demonstrou que a pequena-burguesia, qualquer que seja o seu papel no transcurso de uma revolução, nunca esteve na posse do poder político.

À laia de justificação, argumenta que a pequena-burguesia «não poderia estar no poder porque o poder político (o Estado) tem os seus alicerces na capacidade económica da classe dirigente e, nas condições da sociedade colonial e neocolonial, essa capacidade

<sup>987</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria*, vol., I. Lisboa: Editora Seara Nova, 1977, p. 213.

<sup>988</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 94.

<sup>989</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., pp. 94-95.

está detida nas mãos de duas entidades: o capital imperialista e as classes trabalhadoras nativas»<sup>990</sup>.

Não se compreendem, neste caso, as ideias de Cabral, as quais fazem depender a aquisição do Poder pela pequena-burguesia da detenção de bases económicas. É falsa a premissa. O sector revolucionário da pequena-burguesia que tomou o poder político em Cabo Verde ou na Guiné não o fez por dispor dos meios de produção, mas, unicamente, por ter dirigido a luta contra a dominação portuguesa.

A história desmente-o aqui. Porque prova, à saciedade, que, em qualquer processo de conquista do Poder, quem o detém é a elite pequeno-burguesa. Seja na luta contra o colonialismo, seja na revolução, seja na luta de classes, é sempre a pequena-burguesia, revolucionária ou conservadora, que se apodera do Poder.

Num outro passo, Amílcar Cabral parece querer corrigir o erro de avaliação, embora denote alguma ambiguidade. Já se não mostra tão firme – «(...) a pequena-burguesia nunca esteve no poder político (...)» – na análise que elabora. As dúvidas de Cabral assentam em saber quem é que assumirá o aparelho do Estado, depois da destruição do poder colonial. Se não é o camponês, que «(...) quase não tem relações com as forças coloniais (...)», se não é a classe operária, «(...) que não existe como classe bem definida (...), se não é também a burguesia, que «(...) não há entre nós».

Não sendo as três classes acima, então, quem o será? É a pequena-burguesia, a quem atribui mesmo esta função, depois da libertação nacional, embora não saiba em nome de quem o fará. «(...) No preciso momento em que esta classe, depois da libertação nacional, se apoderar do poder (...) Devemos ter em consideração todos estes condicionamentos no momento em que a nossa pequena-burguesia tomar o poder – ignoro em nome de quem, mas o facto é o que o tomará (...)»<sup>991</sup>.

Na posse do Poder, que atitude deverá tomar a pequena-burguesia? Amílcar Cabral vive aqui entre a revolução e a contra-revolução. O que o não impede de responder

<sup>990</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 212.

<sup>991</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – A Arma da Teoria, Unidade e Luta*, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 104.

à pergunta: «A esquerda, o campo socialista, em geral, reclama, evidentemente, a revolução; a direita (o imperialismo) a contra-revolução, a evolução numa via capitalista ou algo semelhante»<sup>992</sup>.

O fundador do PAIGC deixa ainda mais uma interrogação. A pequena-burguesia, uma vez instalada no poder político, «aliar-se-á ao imperialismo e às camadas reaccionárias do nosso país (...) ou, pelo contrário, aliar-se-á (...) aos operários e aos camponeses, que, por seu lado, têm a obrigação de assumir o poder e de o controlar, tendo em vista a revolução»<sup>993</sup>?

Sem delongas, respondeu, chamando, de novo, à ideia a tese de suicídio de classe. «Que se suicide. Com efeito, a revolução elimine-a do poder, submete-a ao controlo dos operários e dos camponeses e põe cobro ao seu regresso para a etapa de burguesia propriamente dita»<sup>994</sup>. A resposta não é, neste caso, descabida, porquanto Cabral vê a luta de libertação nacional como uma revolução social.

Note-se que aqui Cabral toma, contraditoriamente, a pequena-burguesia como um todo, isto é, uma classe, e não como uma fracção ou um sector revolucionário da mesma. Ora diz que é a parte rebelde da pequena-burguesia que deve suicidar-se, ora diz que é a pequena-burguesia, enquanto classe. Aliás, para ele, a pequena-burguesia verdadeiramente revolucionária é «(...) a burguesia honesta, isto é, aquela que, apesar de todas as correntes contrárias, continua a fazer seus os interesses fundamentais das massas populares do seu país»<sup>995</sup>.

A tese de «suicídio de classe» de Cabral não é, sociologicamente, estanque, pois comporta, pelo menos, duas fases: a primeira tende a levar a pequena-burguesia a identificar-se com as massas populares, isto é, «ingressando no movimento de libertação, fundindo a sua identidade moral e social, vivendo como camponeses, lutando e trabalhando nas florestas e pântanos, aprendendo as línguas locais e renunciando a

<sup>992</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., pp. 104-105.

<sup>993</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 105.

<sup>994</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 105.

<sup>995</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – A Arma da Teoria, Unidade e Luta*, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 106.

privilégios»; a segunda, talvez a mais complexa, faz a pequena-burguesia ressuscitar-se como trabalhador revolucionário, cujos interesses são análogos aos do povo.

Estamos, sem dúvida alguma, em presença de um longo processo que levará, por certo, à supressão da pequena-burguesia, enquanto classe, convertendo-a em trabalhadores. Dito doutro modo, a teoria cabralista, se numa primeira etapa, obriga a pequena-burguesia a suicidar-se como classe, na segunda, transforma-a, depois do *suicídio*, em trabalhador revolucionário. Numa só palavra, Amílcar Cabral pretendia, com a tese de *suicídio* de classe, *proletarizar* a pequena-burguesia.

O fundador do PAIGC via a pequena-burguesia como uma classe de transição, condenada a desaparecer ou pelas mãos do capitalismo ou pelas da revolução. Em concreto, a via que propõe é a da revolução social. Amílcar Cabral aconselha a pequena-burguesia a fazer *hara-kiri* para se poder suicidar como classe, ou melhor, para, «(...) sacrificando-se pelo seu povo, (...) reincarnar na condição de operários e camponeses»<sup>996</sup>. A seu ver, o pequeno – burguês não pode manter-se indiferente à luta de classes, como nota Georg Lukács<sup>997</sup>.

Nem o sociólogo guineense Carlos Lopes, um cabralista convicto, acredita que «(...) seja possível a uma classe fazer *hara-kiri*, porque, na sua óptica, «a noção de classe, tal como já defendemos, implica a existência de luta de classes, que, por sua vez, implica a defesa de interesses sócio-económicos, intrínsecos a um grupo sócio-económico»<sup>998</sup>.

O «dilema sociológico de Cabral» é assaz polémico e controverso. Não tem qualquer fundamento científico, porque foi construído a partir de abstrações e não de leis. E, como se pouco fosse, longe da realidade da qual se mostrava de todo incompatível.

Não é de todo original a concepção de «suicídio de classe» elaborada por Amílcar Cabral, havendo outras que se lhe assemelham, uma das quais é a de Vladimir Lenine, que, no IIº Congresso da Internacional Comunista, em 1920, em Moscovo, enfatizou

<sup>996</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – A Arma da Teoria, Unidade e Luta*, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 106.

<sup>997</sup> - LUKÁCS, Georg – *Histoire et Conscience de Classe*. Paris : Minute, 1960, p. 84.

<sup>998</sup> - LOPES, Carlos – *As Dominantes Teóricas no Pensamento de Cabral* – In «Revista Internacional de Estudos Africanos», nº 2, Junho/Dezembro. Lisboa, 1984, pp. 88 e 89.



«(...) que a disciplina do partido (...) se forja pela sua capacidade de se ligar, de se aproximar (...) de se *fundir* (...) com as mais amplas massas trabalhadoras, (...) com as massas proletárias, (...) também com as massas (...) não proletárias»<sup>999</sup>.

A teoria *cabralina* é, por igual, análoga à do vietnamita Thanh Nien. Este reconheceu que, segundo mostra a história da revolução mundial, os intelectuais são os primeiros a sacrificarem os seus interesses em favor da causa revolucionária, embora, por via de regra, se comportem como oportunistas.

Para os combater, sugeriu uma via: «Para pôr termo à falta de disciplina, o partido deve adoptar um método de educação verdadeiramente revolucionário. Com efeito, é indispensável que todos os camaradas *se proletarizem, se revolucionem*, para que tenham o mesmo pensamento, comportamento e linguagem. Eles devem despir os seus ricos factos e vestirem as roupas do proletariado, *tornarem-se operários, camponeses, homens do povo*».

Mas é Seydou Badian quem mais, certamente, influenciou, neste capítulo, o fundador do PAIGC. Num colóquio, realizado, em Dacar, em 1962, Badian traçou a sorte da camada dirigente – assalariados e funcionários – que liderou a luta pela independência. Colocou-a ante o mesmo dilema que Cabral havia posto a pequena-burguesia: aburguesar-se e conduzir o país à estagnação ou então conhecer um outro destino, o seu verdadeiro destino histórico: realizar o salto da sociedade ainda não capitalista para a sociedade socialista<sup>1000 1001</sup>.

Disso se verifica, sem grandes esforços intelectuais, que a construção teórica de Amílcar Cabral mostra-se coincidente, a todas as luzes, com a de Lenine, Thanh Nien e Seydou Badian. Em alguns casos, as palavras são diferentes, noutros iguais, mas, acima de tudo, denotam o mesmo sentido, o de fazer suicidar a pequena-burguesia, revolucionária, transformando-a em proletariado.

<sup>999</sup> - LENINE, V. I. – *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 2ª Edição, 1977, p. 14.

<sup>1000</sup> - Vide «Développement et Socialisme». In *Présence Africaine*. Paris, 1963.

<sup>1001</sup> - Os sublinhados são da nossa responsabilidade.

Além do mais, a história veio demonstrar que a teoria *cabralina* de «suicídio de classe» não se aplicou nem na Guiné, nem em Cabo Verde. Por incrível que pareça, nem Amílcar Cabral, pequeno-burguês revolucionário, se suicidou como classe, nem as elites guineense e cabo-verdiana que o acompanharam durante a luta contra o colonialismo português.

Mesmo Carlos Lopes o deixa a entender, quando assevera que «(...) necessário é concluir que o suicídio muito dificilmente existe»<sup>1002</sup>. A isto se adiciona o reparo do sociólogo tanzaniano Goram Hyden, para quem «a ideia de que a pequena-burguesia africana deve ser capaz de cometer «suicídio de classe», tal como Amílcar Cabral o disse, é dificilmente compatível com as realidades de desenvolvimento da África contemporânea».

Até ao final do conflito colonial, a elite crioula ainda se encontrava ao lado do Poder em Lisboa. Quem o confirma é Basil Davidson, jornalista inglês, próximo de Cabral. «O grosso da pequena-burguesia, mesmo no fim da guerra, ainda estava, aberta ou veladamente, ao lado do regime colonial»<sup>1003</sup>. Inversamente, Dulce Almada comprova que só uma ínfima parte da pequena-burguesia cabo-verdiana se posicionou a favor da luta de libertação e se identificou com as aspirações da sociedade em geral<sup>1004</sup>.

A inaplicabilidade da tese de Cabral pode ainda verificar-se no ambiente em que deve operar a transformação do pequeno-burguês em trabalhador revolucionário. Se é durante a luta de libertação ou se é depois desta. O fundador do PAIGC não o explica bem e mostra-se, neste aspecto, confuso. Em ambos os casos, as suas propostas, elaboradas no calor da guerra na Guiné-Bissau, não são claras nem objectivas.

Isto porque a luta contra o colonialismo não é luta de classes, pois não ocorre, segundo ensinam os marxistas, entre a burguesia e o proletariado, mas entre os colonizados e os colonizadores. Os actores sociais que se envolvem quer num processo

<sup>1002</sup> - LOPES, Carlos – Op. Cit., p. 89.

<sup>1003</sup> - DAVIDSON, Basil – *Sobre o Nacionalismo Revolucionário: O Legado de Cabral*. In «Continuar Cabral», Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Praia: Edição Grafedito/Prelo – Estampa, 1984, p. 98.

<sup>1004</sup> - DUARTE, Dulce Almada – *A Dimensão Cultural na Estratégia de Libertação Nacional: Os Fundamentos Culturais da Unidade*. Praia: Edição do DIP do PAICV, 1983, p. 11.

quer noutro são, por isso, diferentes. Na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, à laia de exemplo, as elites políticas não fizeram a luta de classes contra o colonialismo, mas sim a da libertação nacional.

De último, Cabral examinou a posição, ante o movimento de libertação, do *lumpenproletariado*, no qual integrou os marginais, os vagabundos, os desempregados crónicos, as prostitutas. Todos eles – lamenta – serviram os colonialistas. Como nota final do presente tema, apraz-nos distinguir, na perspectiva de abordagem marxista, três tipos de *forças sociais* que participaram na luta armada conduzida pelo PAIGC contra o colonialismo português na Guiné-Bissau: a motriz, a principal e a dirigente.

A primeira é integrada por todos os estratos sociais que tomaram parte, activamente, na luta. Compõem-na os camponeses, os pequenos burgueses, os operários, os trabalhadores, entre outros. Sobre este ponto, não haverá, certamente, motivos para polémica. Já sobre o que se segue, não é seguro que os não haja.

Temos para nós que os camponeses foram a *força principal* do PAIGC durante a luta contra a ocupação colonial. São-no, por se tratar do grupo social mais numeroso presente no teatro da guerra. Amílcar Cabral concorda num ponto e discorda noutro, avançando dois elementos de análise: um histórico e outro numérico.

Do ponto de vista histórico, isto é, «da luta em relação à sociedade, em geral», os camponeses não constituem, para ele, a *principal força* revolucionária da Guiné-Bissau, embora reconheça que sejam, fisicamente, por serem a mais numerosa, a classe mais importante, aquela que é, materialmente, forte, que representa o conjunto da nação e que produz e controla a sua riqueza.

Cabral assume idêntica posição à de Marx. Este não considerava, também, «(...) os camponeses franceses do século XIX como uma classe no sentido pleno e ainda menos como uma classe revolucionária»<sup>1005</sup>. Em jeito de queixa, dizia, insistentemente, que foi

<sup>1005</sup> - BOTTOMORE, Tom – *Classe*. In «Dicionário de Pensamento Político», Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 63.

custoso mobilizar os camponeses para a luta, sobretudo os da etnia fula, que ao contrário dos balantas, se opuseram sempre ao PAIGC.

Cabral contou ao escritor inglês Basil Davidson que, «(...) na Guiné, para além de certas zonas e grupos onde encontramos, desde o início, grande receptividade, tivemos sempre de (...) lutar, denodadamente, pelo apoio dos camponeses»<sup>1006</sup> ou «(...) de os conquistar pela força»<sup>1007</sup>.

Talvez seja esta a razão por que, em oposição a Franz Fanon, não considerou, do ponto de vista histórico, o campesinato como a *principal força* revolucionária na Guiné-Bissau. Até achava que assim o fosse: «(...) Que os camponeses podiam ser os grandes motores da revolta, isso parecia perfeitamente óbvio»<sup>1008</sup>, ou melhor, «(...) Era evidente que os camponeses teriam de ser a trave mestra da luta (...)»<sup>1009</sup>.

Para ele, do ponto de vista histórico, a principal força revolucionária são os assalariados. Cabral desejava que as massas trabalhadoras, nas quais incluiu os camponeses,<sup>1010</sup> desempenhassem, depois de se verem livres de alguns constrangimentos, o papel decisivo de força principal do movimento de libertação nacional.

Por fim, a *força dirigente* é formada pelo grupo social que liderou o movimento de libertação, no caso vertente, a pequena-burguesia revolucionária. Ninguém tem dúvidas de que foi ela quem exerceu, no combate contra o colonialismo, o papel político, que, por via de regra, é sempre assumido, como já o explicaram os clássicos do elitismo, por uma minoria.

Em síntese, pode dizer-se que, no caso da Guiné-Bissau, a força motriz da luta de libertação foram os grupos sociais; a força principal o campesinato, ao contrário do que sustentava Cabral; e a força dirigente, indubitavelmente, a elite urbana, adveniente das universidades e da administração colonial.

<sup>1006</sup> - DAVIDSON, Basil – *A Libertação da Guiné – Aspectos de Uma Revolução Africana* (Prefácio de Amílcar Cabral). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975, pp. 57-58.

<sup>1007</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 28.

<sup>1008</sup> - DAVIDSON, Basil – Op. Cit. p. 58.

<sup>1009</sup> - DAVIDSON, Basil – Op. Cit. p. 57.

<sup>1010</sup> - CABRAL, Amílcar – *Nacionalismo e Cultura*. Galiza: Edicións Laiovento, 1999, p. 117.

## 21 – ECONOMIA

As ideias de Amílcar Cabral sobre a economia estão esparsas por algumas das suas obras. A avaliar pelo conteúdo das suas intervenções, mostrava-se apologista da economia centralizada, mormente se nos ativermos ao seu projecto de criar um Estado socialista em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

Aliás, o próprio PAIGC não deixa dúvidas acerca disso, ao defender, em matéria da organização económica, «a planificação e o desenvolvimento harmonioso da economia», no quadro do qual sufragava a ideia de que a actividade económica deve ser dirigida em assonância com os princípios do centralismo económico.

Não obstante esta orientação, de pendor estatizante, o partido de Cabral propunha quatro tipos de propriedade: estatal, cooperativa, privada e pessoal. As riquezas minerais, as fontes de energia, os transportes colectivos, os meios de comunicação, entre outros sectores, serão todos explorados pelo Estado. A propriedade privada só será admitida caso seja útil ao desenvolvimento económico de Cabo Verde.

Em Cabral, existe uma nítida relação entre a luta de libertação e a economia. Na sua visão, o combate político nunca pode ser dissociado do económico, talvez sendo, por isso, que tenha muito insistido nesta analogia. É neste plano conceptual que ele mais se faz notar, dizendo que o «colonialismo ou dominação imperialista é buscar, em primeiro lugar, dominar outros povos economicamente»<sup>1011</sup>.

Com isso, o fundador do PAIGC não se cansa de repetir que «(...) devemos dizer que o primeiro objectivo, no fundo, da nossa resistência e da nossa luta é libertar a nossa terra, economicamente, embora antes tenhamos que passar pela libertação política»<sup>1012</sup>. Ou seja, pensa que «uma terra só é livre, de verdade, se se conseguir tirar toda a dominação estrangeira sobre a economia do país, se conseguirmos de facto libertar a economia do país de toda a exploração estrangeira»<sup>1013</sup>.

<sup>1011</sup> - CABRAL, Amílcar – *PAIGC: Unidade e Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 156.

<sup>1012</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 156.

<sup>1013</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 156.

O eixo principal da resistência económica proposta por Cabral estriba-se numa relação dialéctica entre destruir e construir, ou seja, na economia de guerra. É bastante explícito, quando assevera que «temos de destruir tudo quanto pode servir ao inimigo para continuar a sua dominação sobre o nosso povo, mas temos, ao mesmo tempo, que ser capazes de construir tudo o que é necessário para criar uma vida nova na nossa terra»<sup>1014</sup>.

O dirigente cabo-verdiano expõe a ideia: destruir «os meios económicos colonialistas», os seus carros, as suas fábricas, os seus depósitos, os seus barcos, as suas estradas, as suas pontes e, ao mesmo tempo, construir escolas, estradas, hospitais, armazéns do povo, fábricas, desenvolver o artesanato, a agricultura, a indústria, os transportes, as comunicações, estabelecer um sistema de comércio com outros países, criar impostos, aumentar a produção de arroz, de mandioca, da batata e de outros produtos alimentares.

Por estas notas se percebe a preocupação de Cabral. Receava que as populações não se sentissem satisfeitas, no plano económico, com a luta de libertação. É pertinente a advertência, porque, a seu ver, um povo não pode lutar a sério se não tiver a barriga farta e boa saúde, lembrando que o povo não luta por ideias, por coisas que estão na cabeça dos homens. «O povo luta e aceita os sacrifícios exigidos pela luta, mas para obter vantagens materiais para poder viver em paz e melhor, para ver a sua vida progredir e para garantir o futuro dos seus filhos»<sup>1015</sup>.

Em outros termos, o líder do PAIGC deixa claro que a libertação nacional, a luta contra o colonialismo e a construção da paz e do progresso são coisas vazias, ocas, num só termo, sem significado, caso não se traduzam por uma real melhoria das condições de vida das populações. Ou seja, em forma lapidar, avança que «de nada serve libertar uma região, se o povo dessa região ficar sem poder ter os artigos da primeira necessidade para a sua a vida»<sup>1016</sup>.

<sup>1014</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade)* – *Unidade e Luta II – A Prática Revolucionária*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 155.

<sup>1015</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 156.

<sup>1016</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 156.

Indo mais adiante na sua reflexão, Cabral insiste que conquistar a independência é, também, poder desenvolver livremente as forças produtivas para depois as colocar ao serviço do povo<sup>1017</sup>. O dirigente africano volta, neste caso, a assumir que a luta de libertação nacional é, em si mesma, uma revolução social.

Se o é, como pretende mostrar, ela implica, em seu entender, uma «mudança radical»<sup>1018</sup> no sistema económico: «(...) Nós pretendemos é acabar na nossa terra com a dominação colonial portuguesa; isso quer dizer: pretendemos libertar as forças produtivas humanas e materiais da nossa terra, no sentido delas se poderem desenvolver livremente de acordo com as condições históricas que a gente está vivendo hoje em dia»<sup>1019</sup>.

Como é sabido, a economia de Cabo Verde era, *sine dubio*, sempre influenciada pela de Portugal. O mesmo é dizer que «a nossa situação económica é determinada pelas forças produtivas de Portugal»<sup>1020</sup>, para depois completar que o regime de propriedade em vigor em Cabo Verde se confunde com a propriedade da classe burguesa portuguesa.

A ajuizar pelos seus escritos, as forças produtivas cabo-verdianas são determinadas pelo estado de desenvolvimento de Portugal, «onde existe um certo tipo de indústria, uma certa situação agrícola, etc., que influenciaram *nolens, volens* o nosso país»<sup>1021</sup>. A título de comparação, exemplificou que se a agricultura portuguesa produzisse mancara (amendoim), os portugueses não nos teriam obrigado a cultivá-la para depois lha podermos vender.

De acordo com o líder histórico do PAIGC, a economia cabo-verdiana não possuía grandes capitalistas. «Vivemos em regime capitalista, sob o colonialismo português»<sup>1022</sup>, cujo modelo «conserva a propriedade privada dos meios de produção através da classe burguesa dominante, isto é, do Estado colonial»<sup>1023</sup>. Amílcar Cabral socorreu-se, uma vez mais, das concepções marxistas para analisar a economia de Cabo Verde.

<sup>1017</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Nossa Luta é Fundamentalmente Uma Luta de Libertação Nacional ou Uma Luta de Classes?* In «Manual Político do PAIGC», 2ª Edição. Lisboa: Edições Maria da Fonte, s/d, p. 21.

<sup>1018</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 111.

<sup>1019</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 111.

<sup>1020</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria*, Vol. 1. Lisboa: Editora Seara Nova, 1977, p. 114.

<sup>1021</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 114.

<sup>1022</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 114.

<sup>1023</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 114.

## 22 - CULTURA

Amílcar Cabral dedicou-se sobremaneira ao estudo da cultura, de cujas lições extraiu as sementes que o levaram a gizar o projecto da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Bastas vezes, repetia que o êxito do movimento de libertação nacional se achava comprometido, se este não compreendesse, na exacta medida, o real valor da cultura.

O âmago das suas ideias acerca da matéria em apreço está, por assim dizer, condensado na sua concepção sobre a resistência cultural. A julgar pelos seus estudos, nota-se, sem grandes esforços, que analisou, criticamente, a cultura para melhor a poder situar no âmbito do combate contra o colonialismo.

Amílcar Cabral define a cultura como «uma síntese dinâmica, no plano da consciência dinâmica ou colectiva, da realidade histórica, material e espiritual de uma sociedade ou de um grupo humano, síntese que abarca tanto as relações homem/natureza como as relações entre os homens e entre as categorias sociais»<sup>1024</sup>.

Na mesma óptica, acresce que «a cultura – criação e síntese dos equilíbrios e situações que engendra para resolver os conflitos que a caracterizam em cada fase histórica – é uma realidade social, independente da vontade dos homens, da cor da pele ou da forma dos olhos e dos limites geográficos de cada país»<sup>1025</sup>.

Amílcar Cabral distinguiu a cultura das manifestações culturais, as quais, a avaliar pelas suas palavras, «são as diferentes formas que exprimem essa síntese, individual e colectivamente, em cada etapa da evolução da sociedade ou do grupo humano em questão».

Para ele, a cultura resulta, em cada momento da vida de uma sociedade, de actividades económicas e políticas e do tipo de relações que prevalecem, não só entre o

<sup>1024</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p 135.

<sup>1025</sup> - CABRAL, Amílcar – *Op. Cit.*, p. 135.



homem e a natureza, mas também entre os indivíduos, os grupos de indivíduos, as camadas sociais ou as classes.

As ideias de Cabral sobre a cultura não podem ser dissociadas da sua concepção de história. A bem dizer, ele encara a cultura como um produto da história. Neste particular, considera que a cultura «determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes»<sup>1026</sup>.

A crer no fundador do PAIGC, a cultura, que comparou a uma flor, é também um elemento essencial da história. Em síntese, diz que a cultura resultou da história como a flor derivou de uma planta. A comparação impeliu-o a concluir que a cultura, «como a história, ou porque é a história», tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção.

Importa assinalar que, de acordo com as explicações de Cabral, o traço fundamental de uma cultura «(...) é a sua íntima ligação, de dependência e reciprocidade, com a realidade económica e social do meio, com o nível das forças produtivas e o modo de produção da sociedade que a cria»<sup>1027</sup>.

A sua reflexão tem por pano de fundo um realismo político-filosófico que o levou a um tempo a contestar o lado mau da cultura colonial e a aceitar, sem pestanejar, o bom. Não se trata de uma verdadeira apologia do colonialismo. Longe disso. Apenas, com isso, quis demonstrar que a raiz do sistema colonial não brota apenas coisas más. Mais do que ninguém, explica-se:

«A nossa cultura não é a cultura dos tucas, embora a nossa cultura tenha hoje em dia alguma influência da cultura dos tucas (...) Devemos trabalhar muito para liquidar na nossa cabeça a cultura colonial. Queiramos ou não, na cidade ou no mato, o colonialismo meteu-nos muitas coisas na cabeça. E o nosso trabalho deve ser tirar aquilo que não presta

<sup>1026</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade)* – A Arma da Teoria – Unidade e Luta, vol I. Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 223.

<sup>1027</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 229.

e deixar aquilo que é bom. Porque o colonialismo não tem só coisas que não prestam. Devemos ser capazes de combater a cultura colonial e deixar na nossa cabeça aquele aspecto de cultura humana, científica, que, porventura, os tucas trouxeram para a nossa terra e entrou na nossa cabeça também»<sup>1028</sup>.

É neste quadro que se pode perceber a sua afirmação, insistentemente produzida, segundo a qual a língua portuguesa «é uma das melhores coisas» que Cabo Verde e a Guiné-Bissau herdaram de cinco séculos de presença colonial. O apelo de Cabral era um aviso destinado a refrear o ânimo dos que desejavam, em plena guerra, substituir, nas escolas, o idioma de Camões pelo crioulo.

«(...) Há pessoas que querem que ponhamos de lado a língua portuguesa, porque somos africanos e não queremos a língua de estrangeiros. Eles querem é avançar a sua cabeça, não é o seu povo que querem avançar». (...) Se quisermos levar para frente o nosso povo, durante muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o português»<sup>1029</sup>.

Amílcar Cabral estabelece uma estreita analogia entre a cultura e a luta de libertação nacional, a qual, para ele, «(...) é, sobretudo, um acto de cultura»<sup>1030</sup>, em defesa de cuja asserção argumenta que «a cultura é a própria base do movimento de libertação nacional e que só as sociedades que conseguem preservar a sua cultura se podem mobilizar, organizar e lutar contra a dominação estrangeira».

A isto avança uma certeza: «(...) Toda a sociedade que se liberta realmente do domínio estrangeiro retoma os caminhos ascendentes da sua própria cultura». Cabral toma em conta que a cultura, independentemente da sua natureza, ideológica ou idealista, é a um tempo um factor essencial e uma negação do seu próprio processo histórico.

Em sua opinião, a luta armada de libertação, que é «a expressão política organizada da cultura do povo em luta», não é apenas um «facto cultural» mas também um «factor de cultura», sabido que ela enriquece e abre novas perspectivas de

<sup>1028</sup> - CABRAL, Amílcar – *PAIGC: Unidade e Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 188.

<sup>1029</sup> - CABRAL, Amílcar – *Op. Cit.*, pp. 215- 216.

<sup>1030</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 135.

desenvolvimento da cultura. Com isso, pretende mostrar que as manifestações culturais adquirem um novo conteúdo e novas formas de expressão, tornando-se assim um poderoso instrumento de informação e de formação política, não apenas na luta pela independência mas também no desenvolvimento do país.

Em Cabral, a cultura ocupa um papel central, senão mesmo crucial, na luta de libertação. Opôs-se àqueles que julgam que a cultura é um método de mobilização dos grupos ou uma arma de luta. Trata-se, em seu entender, de uma ideia errónea e muito limitada do papel da cultura na luta contra o colonialismo. Tal concepção – contrapõe – «deriva de uma generalização incorrecta de um fenómeno real, porém restrito, na medida em que existe somente ao nível das elites ou das diásporas coloniais»<sup>1031</sup>.

De acordo com o seu raciocínio, «essa generalização ignora ou desdenha o lado essencial do problema: a indestrutibilidade da resistência cultural das massas populares diante do domínio estrangeiro»<sup>1032</sup>, razão por que reitera que «a cultura não é nem pode ser simplesmente uma arma ou um método de mobilização de grupo contra a dominação estrangeira. A cultura é muito mais do que isso».

Posto assim o problema, o fundador do PAIGC julga que é dever do movimento de libertação nacional basear, no plano cultural, a sua acção na cultura popular, cometendo-lhe ainda o papel de «preservar os valores culturais positivos de cada grupo social bem definido, de cada categoria, realizando a confluência desses valores no sentido da luta, dando-lhes uma nova dimensão – a dimensão nacional»<sup>1033</sup>.

Em obediência a esta orientação, o líder histórico do PAIGC acha que a luta de libertação deve nortear-se seja pela preservação e sobrevivência dos valores culturais do povo, seja pela harmonização e desenvolvimento deste. Em última instância, o movimento de libertação tem em vista criar, neste plano em concreto, uma lenta mas sólida unidade cultural das populações.

<sup>1031</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 130.

<sup>1032</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 130.

<sup>1033</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade)* – A Arma da Teoria – Unidade e Luta, vol I. Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 228.

Para o efeito, impõe-se, a seu ver, a unidade cultural dos estratos sociais, que se traduz, «por um lado, por uma identificação total do movimento de libertação com a realidade do meio e com os problemas e as aspirações fundamentais do povo, e, por outro, por uma identificação cultural progressiva das diversas categorias sociais que participam na luta. O processo desta deve harmonizar os interesses divergentes, resolver as contradições e definir os objectivos comuns, procurando a liberdade e o progresso»<sup>1034</sup>.

Segundo Amílcar Cabral, o movimento de libertação nacional deve, antes de tudo, fixar os objectivos da cultura no combate anti-colonial, dos quais se destacam o desenvolvimento de uma cultura popular e de uma cultura nacional, baseada na história e nas conquistas da própria luta; a elevação constante da consciência política e moral do povo; o desenvolvimento de uma cultura científica, técnica e tecnológica, compatível com as exigências do progresso; o desenvolvimento de uma cultura universal tendente a uma progressiva integração no mundo actual e nas perspectivas da sua evolução; e, por fim, a elevação constante e generalizada dos sentimentos de humanismo, solidariedade, respeito e dedicação desinteressada à pessoa humana.

Amílcar Cabral analisou, com muitos detalhes, a posição das classes sociais face à cultura. Antes de o fazer, examinou, sociológica e biologicamente, o problema da *identidade*, que, nas suas palavras, é, simultaneamente, «(...) a afirmação e a negação de um determinado número de características que definem indivíduos ou colectividades em função de coordenadas históricas em dado momento da sua evolução»<sup>1035</sup>.

Para ele, «atribuir, reconhecer ou afirmar a entidade de um indivíduo ou de um grupo humano é, acima de tudo, situar esse indivíduo ou grupo no âmbito de uma cultura». Não é, pois, infundada a sua asserção segundo a qual a entidade é a expressão de uma cultura, sabido que exprime as relações tanto entre o homem e a natureza como entre as diferentes categorias de homens no seio da sociedade.

O fundador do PAIGC enfatiza que a identidade, que nunca é uma qualidade imutável, porque é definida pelo nível das forças produtivas e pelo modo de produção, é

<sup>1034</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 228.

<sup>1035</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 240.

uma qualidade biosociológica independente da vontade dos agrupamentos humanos, e que só tem significado desde que esteja em interacção com outros.

É importante observar que, conforme nota, o elemento sociológico é, na definição da identidade, mais importante e determinante que o biológico. «Com efeito, se é certo que o elemento biológico (o património genético) é a base material indispensável à existência e à continuidade evolutiva da identidade, não deixa de ser um facto que o elemento sociológico é o factor que, dando-lhe um conteúdo e uma forma, imprime significado e objectivo a essa qualidade, permitindo a confrontação ou a comparação entre indivíduos ou entre grupos de indivíduos»<sup>1036</sup>.

Amílcar Cabral mostra que a diversidade cultural serve também para explicar as diferenças de comportamento dos indivíduos do mesmo estrato social ante o movimento de libertação nacional. É, neste particular, que salienta o significado da cultura para cada indivíduo: «integração em seu meio social, identificação com os problemas fundamentais e as aspirações da sociedade e aceitação ou negação de possibilidade de uma transformação no sentido do progresso»<sup>1037</sup>.

Posto isto, o líder espiritual do PAIGC analisou a posição das classes sociais ante a cultura. Para ele, o que a determina são os seus interesses económicos, que são, no fundo, influenciados pela sua própria cultura. Cabral começou primeiro por se deter sobre o comportamento das massas populares, as quais, do seu ponto de vista, preservam a sua cultura e a sua identidade, não obstante a repressão colonial de que são alvo, ao contrário dos grupos sociais assimilados, desenraizados e culturalmente alienados ou simplesmente desprovidos de qualquer formação cultural.

No dizer de Amílcar Cabral, as massas populares, porque são depositárias de cultura, não têm nenhuma necessidade de afirmar ou de reafirmar a sua identidade ante o poder colonial. Quem a tem é, no seu entendimento, a pequena-burguesia. Todavia, as elites coloniais nativas, conquanto tenham características culturais condizentes com o meio em que se acham inseridas, vivem, material e espiritualmente, a cultura dos

<sup>1036</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 240.

<sup>1037</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 136.

colonialistas, com a qual, na esteira do ensinamento de Amílcar Cabral, procuram identificar-se, progressivamente, quer no comportamento social, quer na própria apreciação dos valores culturais indígenas.

A seu ver, a pequena-burguesia, ainda que possa ter relações mais ou menos desenvolvidas com as classes populares ou com os chefes tradicionais, aspira, em geral, a um estilo de vida semelhante, senão idêntico, ao da minoria estrangeira, em cujo seio tenta integrar-se. Em face disso, opina que as elites autóctones não conseguirão franquear as barreiras impostas pelo sistema e são prisioneiras das contradições da realidade cultural ou social em que vivem, porque não podem fugir à sua condição de classe marginal ou marginalizada.

Carlos Lopes pronuncia-se no mesmo sentido, comungando a tese de que «o conflito entre opressor e oprimido reflecte-se no dilema pessoal do pequeno burguês africano. Por um lado, julga-se superior ao seu povo, por ter assimilado a cultura do colonizador. Por outro, é marginalizado e sente-se alienado por quem lhe permitiu o acesso ao saber europeu»<sup>1038</sup>.

A marginalização de que fala Cabral constitui um verdadeiro drama sócio-cultural das elites coloniais ou da pequena-burguesia indígena, no contexto do qual, segundo prevê, eclode um «sentimento de amargura ou um complexo de frustração», que as levam a inclinar-se, paulatinamente, para as massas populares nativas.

Corolário disso, o ex-secretário-geral do PAIGC estima que parte considerável da população, especialmente a «pequena-burguesia» urbana ou campesina, assimila a mentalidade do colonizador, convencendo-se de que é superior às restantes classes sociais. Por isso, sugere às elites uma *reconversão dos espíritos*, ou melhor, a *reafricanização* da sua mentalidade em ordem a facilitar a sua verdadeira integração no movimento de libertação. Este processo inicia-se antes da luta, para depois se «(...) completar no decurso desta, no contacto quotidiano com as massas populares (...)»<sup>1039</sup>.

<sup>1038</sup> - LOPES, Carlos – Op. Cit., pp. 77-78.

<sup>1039</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade)* – A Arma da Teoria – Unidade e Luta, vol I. Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 226.

A ideia de *reconversão dos espíritos* é o antídoto que Cabral encontrou para fazer face aos dirigentes políticos alienados, culturalmente. Temia que «indivíduos não reconvertidos», mesmo os mais célebres, movidos apenas pelo oportunismo e pela ambição, pudessem ir à luta para se apoderarem dos lugares cimeiros do movimento de libertação.

Porque «nem tudo o que brilha é ouro», Cabral instou o partido a estar vigilante perante os dirigentes alienados. Aqui, ele introduz, sem contudo a precisar bem, a noção de *carácter de classe da cultura*. Talvez, a pensar na Guiné-Bissau, porque, em Cabo Verde, tal conceito não tem aplicabilidade alguma, contrariamente ao que sustenta Dulce Almada<sup>1040</sup>.

No entanto, Carlos Lopes tenta situar e aclarar o raciocínio de Cabral. Não fê-lo da melhor maneira, é certo, mas tal o não impediu de chamar a atenção que o carácter de classe da cultura, de que as massas são alheias, porque desalienadas, manifesta-se «(...) através da acção da pequena-burguesia revolucionária ou da elite africana, culturalmente alienada»<sup>1041</sup>.

A *reafricanização da mentalidade*, exposta por Cabral, é o mesmo que o *retorno às fontes*. As massas populares estão à margem deste processo, não precisando de se reafricanizar porque «são portadoras da cultura, elas mesmo são a fonte e, ao mesmo tempo, a única entidade, verdadeiramente, capaz de preservar e criar a cultura, quer dizer de fazer história»<sup>1042</sup>.

O problema do *retorno às fontes* afecta apenas a pequena-burguesia. Cabral não o vê nem como «um acto de luta contra o colonialismo», muito menos como um regresso às fontes tradicionais de cultura. Encaro-o como um processo de «(...) negação, pela burguesia indígena, da pretensa superioridade da cultura da potência dominadora sobre o povo dominado (...)»<sup>1043</sup>.

<sup>1040</sup> - DUARTE, Dulce Almada – *A Dimensão Cultural na Estratégia de Libertação Nacional: Os Fundamentos Culturais da Unidade*. Praia: Edição do DIP do PAICV, 1983, p. 9.

<sup>1041</sup> - LOPES, Carlos – Op. Cit., p. 78.

<sup>1042</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 131.

<sup>1043</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 133.

O *retorno às fontes* pode transformar-se em conflito anti-colonial. Neste caso, Cabral considera-o um acto, historicamente, consequente. E só o é – adverte – desde que a pequena-burguesia se comprometa com os ideais da luta de libertação nacional e se identifique, total e definitivamente, com as massas populares.

De contrário – lamenta – reduz-se a uma forma de oportunismo político ou a um expediente destinado à obtenção de vantagens junto do Poder colonial. Cumpre-nos dizer que, citando ainda Cabral, «o retorno às fontes, que não se manifesta de forma uniforme no seio das elites, «(...) é um processo lento, contínuo e desigual, cujo desenvolvimento depende do grau de aculturação de cada indivíduo, das suas condições materiais de existência, da sua formação ideológica e da sua própria história como ser social»<sup>1044</sup>.

Ao analisar, detidamente, a relação entre a cultura do país dominado e a do dominador, o fundador do PAIGC demarcou-se profundamente dos que pensam que o colonialismo, pese embora a sua natureza opressora, destruiu a cultura dos povos colonizados, contrariando, assim, muitos pensadores africanos e afro-americanos, mormente os da linha da negritude.

Salvo alguns casos «de genocídio ou da redução violenta da população autóctone a um mínimo, social e culturalmente insignificante, «o período de colonização não foi, pelo menos na África, suficientemente longo para permitir a destruição ou uma depreciação importante dos elementos essenciais da cultura e das tradições do povo colonizado»<sup>1045</sup>.

Por certo, o nacionalista cabo-verdiano não se deixou iludir por fantasias ideológicas, ao chegar àquela conclusão, diferente da de Mário de Andrade, para quem o genocídio é a lógica normal do colonialismo<sup>1046</sup>. Parece pertinente registar a influência de Jean-Paul Sartre na ideia do angolano que, neste caso, se distancia, claramente de Amílcar Cabral.

<sup>1044</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 134.

<sup>1045</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 130.

<sup>1046</sup> - Ver o texto de Mário de Andrade, p. 7, que serviu de prefácio ao livro de Aimé Césaire, «Discurso sobre o Colonialismo».



O filósofo francês fez notar, num texto publicado na revista «Les Temps Modernes», em 1967, que (...) a colonização é, necessariamente, um genocídio cultural», reforçando ainda que «não se pode colonizar sem liquidar sistematicamente os traços particulares da sociedade indígena, ao mesmo tempo que se nega aos seus membros que se integrem na Metrópole e beneficiem das suas vantagens».

Amílcar Cabral vai ainda mais longe, quando aceita que nas colónias de povoamento, como o era Cabo Verde, «a influência da cultura da potência colonial é quase nula, além dos limites da capital e de outros centros urbanos»<sup>1047</sup>, só se manifestando, com efeito, no cume da estrutura social colonial, mais concretamente, na pequena-burguesia autóctone e em pequenos grupos de trabalhadores dos meios urbanos.

O seu realismo levou-o mesmo a concordar que, nas colónias de povoamento, nas quais a população autóctone é, largamente, maioritária, a área de ocupação colonial e cultural se reduz, regra geral, às zonas costeiras e a escassos sectores do interior. Em outros termos, considera que as grandes massas rurais e urbanas, ou melhor dizendo, mais de 99 por cento da população indígena, «mantêm-se à margem, ou quase à margem, de qualquer influência cultural da potência colonizadora»<sup>1048</sup>.

Tal facto «(...) implica que nem nas massas populares do país dominado nem nas classes dominantes autóctones (...) se produz, em geral, uma destruição ou depreciação importante da cultura e das tradições»<sup>1049</sup>, sendo certo que a cultura, embora «reprimida, perseguida, humilhada (...) sobrevive a todas as tempestades, para depois, graças às lutas de libertação, recuperar todo o seu poder de florescimento»<sup>1050</sup>.

Ainda assim, Amílcar Cabral é da opinião que o colonialismo se encontrava perante um «cruel dilema» na sua relação com a cultura indígena. Deparavam-se-lhe duas alternativas: «ou liquidar praticamente toda a população do país dominado, eliminando assim as possibilidades de uma resistência cultural, ou conseguir impor-se sem afectar a

<sup>1047</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 130.

<sup>1048</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 131.

<sup>1049</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 131.

<sup>1050</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 131.

cultura do povo dominado, isto é, harmonizar o domínio económico e político desse povo com a sua personalidade cultural»<sup>1051</sup>.

Na visão do fundador do PAIGC, a primeira hipótese, a acontecer, daria lugar ao genocídio. A segunda, de acordo com o seu pensamento, não foi ainda confirmada pela história, porquanto não tem aplicabilidade, sabido que é de todo descabido tentar harmonizar o domínio económico e político de um povo.

Ao colonialismo restava então apenas uma via para fugir a esta alternativa, a que Cabral dá o nome de *dilema da resistência cultural*. Não lhe sendo possível cometer nem o genocídio nem a harmonização cultural, «o domínio colonial imperialista tentou criar teorias que, de facto, não passam de grosseiras formulações do racismo e se traduzem, na prática, por um permanente estado de sítio para as populações nativas, baseado numa ditadura (ou democracia) racista»<sup>1052</sup>.

A título de exemplo, cita a *política de assimilação* que o Poder colonial levou a efeito em África, a qual não passou, segundo verificou, de uma tentativa, mais ou menos violenta, de negar a cultura ao povo. A acreditar em Cabral, «o nítido fracasso desta teoria, posta em prática por algumas potências coloniais, (...) é a prova mais evidente da sua inviabilidade, senão mesmo do seu carácter desumano»<sup>1053</sup> e mesmo muito absurdo no caso português.

Ainda sobre este tema, o líder do PAIGC faz acerbas críticas ao colonialismo. Situou-as, neste ângulo: «A experiência do domínio colonial demonstra que, na tentativa de perpetuar a exploração, o colonizador não só cria um perfeito sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, como ainda provoca e desenvolve a alienação cultural da parte da população, quer por meio da pretensa assimilação dos indígenas, quer pela criação de uma abismo social entre as elites autóctones e as massas populares»<sup>1054</sup>.

<sup>1051</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade)* – A Arma da Teoria – Unidade e Luta, vol I. Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 222.

<sup>1052</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 223.

<sup>1053</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 223.

<sup>1054</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 226.

Em consequência desse processo, Amílcar Cabral reconhece que parte considerável da população, designadamente a pequena-burguesia urbana ou campesina, assimila a mentalidade do colonizador e considera-se como culturalmente superior ao povo a que pertence e cujos valores culturais ignora ou despreza.

Nota-se que Cabral se preocupou muito em distinguir a assimilação do genocídio. Talvez para evitar que fosse mal interpretado, injustiçado ou acusado de querer branquear a imagem do colonialismo, pelo menos no que tange à cultura. Pueril é pretender condená-lo. No caso de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, a história deu-lhe razão. A presença portuguesa nos dois territórios não deu lugar à destruição da cultura, muito embora, esta, em alguns casos, tenha sido reprimida, ainda que insignificamente.

Amílcar Cabral tinha uma visão moderna da cultura. Rejeita a ideia de que existam culturas continentais ou raciais, argumentando que, tal como a história, a cultura se desenvolve num processo desigual, ao nível de um continente, de uma «raça» ou mesmo de uma sociedade.

Insiste que a cultura, embora tenha um carácter de massas, não é, contudo, uniforme, nem ocorre de maneira igual em todos os sectores, horizontais ou verticais, da sociedade. Em defesa desta tese, apresenta dois argumentos: em primeiro lugar, a cultura, tal como a história, é um fenómeno em expansão e intimamente ligada à realidade económica e social do ambiente, ao nível das forças produtivas e ao modo de produção da sociedade que a criou; em segundo lugar, o desenvolvimento da cultura não obedece nem a critérios nem a processos equivalentes.

## 23 - IMPERIALISMO

Amílcar Cabral via o imperialismo, que qualificou de «capitalismo em putrefacção»<sup>1055</sup>, como um «facto natural» ou até mesmo «necessário» ao desenvolvimento político-económico da humanidade. Condenava-o, é certo, todavia, é peremptório quando reconhece que «o imperialismo – que tudo mostra ser na realidade a

<sup>1055</sup> - CABRAL, Amílcar – *Textos Políticos de Amílcar Cabral*. Lisboa: Maria da Fonte, s/d, p. 42.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)

fase última da evolução do capitalismo – foi uma necessidade da história, uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas e das transformações do modo de produção (...)»<sup>1056</sup>.

Parece surpreendente, a asserção<sup>1057</sup>. Mas, o não é. Ele próprio teve clara noção de poder ser um dia muito mal compreendido. Mais tarde, reiterou-a num texto que, em 1972, enviou à UNESCO<sup>1058</sup>, um ano antes da sua morte, no qual, sem querer fazer a elegia da dominação imperialista, insistiu que esta, mau grado «(...) o seu séquito de miséria, saques e crimes e a destruição dos valores humanos e culturais, não foi uma realidade de todo negativa»<sup>1059</sup>.

Amílcar Cabral aproxima-se, neste caso, mais de Marx e de Engels do que do Lenine. Os dois primeiros, em vários escritos sobre o colonialismo, viram o expansionismo europeu e o capitalismo, sendo embora brutais e detestáveis, como uma necessidade ao progresso, chegando mesmo a encarar «a conquista francesa da Argélia como um avanço das fronteiras da civilização»<sup>1060</sup>.

O fundador do PAIGC teve ainda o cuidado de repisar que «não é defender a dominação imperialista reconhecer que ela deu novos mundos a mundo cujas dimensões reduzira, que revelou novas fases de desenvolvimento de sociedades humanas e (...) que contribuiu para a elaboração de um conhecimento mais profundo da humanidade como um corpo em movimento (...)»<sup>1061</sup>.

<sup>1056</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade) – A Arma da Teoria – Unidade e Luta*, vol I. Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 205.

<sup>1057</sup> - Amílcar Cabral fez estas declarações, em nome dos povos e das organizações nacionalistas das colónias portuguesas, em Havana, na 1ª Conferência de Solidariedade dos Povos de África, da Ásia e da América Latina, realizada de 3 a 14 de Janeiro de 1966.

<sup>1058</sup> - De 3 a 7 de Julho de 1972, a UNESCO organizou, em Paris, uma conferência sob o lema «raça, identidade e dignidade» na qual Amílcar Cabral não tomou parte, não impedindo, porém, que o seu texto fosse lido.

<sup>1059</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 127. No entanto, nota-se que o teor deste parágrafo, contido no livro acima referenciado, é diametralmente oposto ao que detectámos em outros dois, nos quais se pode ler que «uma análise objectiva e sem paixão do imperialismo, enquanto facto ou fenómeno histórico «natural», ou seja, «necessário», no contexto do tipo de evolução económico-política duma grande parte da humanidade, revela que o domínio imperialista, com todo o seu séquito de miséria, saques e crimes e a destruição dos valores humanos e culturais, não foi senão uma realidade negativa». Mas, quem se dispuser a ler todo o texto - «Papel da Cultura na Luta pela Independência» - apercebe-se que a ideia de Cabral foi, clara e objectivamente, deturpada, uma vez que a sua intenção foi a de mostrar que o imperialismo, apesar dos seus defeitos, não deixou, também, de constituir um facto positivo. Ademais, observa-se um outro desencontro nos livros em questão. Em «*Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*», Cabral aparece, sem rodeios, a dizer que o imperialismo é um facto «histórico-natural» ou até «necessário» ao desenvolvimento de grande parte da humanidade. Contudo, quer no vol I, das suas *Obras Escolhidas*, da 2ª Edição da Seara Nova, quer em «*Nacionalismo e Cultura*», de Xosé Lois García, da Edição Laivento, o nacionalista cabo-verdiano é posto a afirmar que o imperialismo é um facto «histórico natural», ou seja, «necessário», mas só «no contexto do tipo de evolução económico-política duma grande parte da humanidade». Pelo confronto das duas versões se nota que existe algo a corrigir, tal a mancha.

<sup>1060</sup> - KIERNAN, V. G – *Impérios da Época de Marx*. In «*Dicionário do Pensamento Marxista*», editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 191.

<sup>1061</sup> - CABRAL, Amílcar – *Op. Cit.*, p 128.

Se, conforme explica, no mundo capitalista, o imperialismo elevou a capacidade criadora do homem, transformou os meios de produção, acentuou a organização social do trabalho e melhorou a vida da maioria da população, já, porém, nos países colonizados, a realidade é diferente, porquanto introduziu novos elementos na economia, interrompeu o desenvolvimento histórico dos povos e impôs novos tipos de relacionamento nas sociedades autóctones.

Muito embora tenha admitido que a acumulação do capital gerou, em escasso número de países, «a monopolização colonial, a partilha do mundo e a dominação imperialista», Amílcar Cabral aceita que esta proporcionou, em vários continentes, um «confronto multilateral e progressivo, por vezes, abrupto, não só entre os homens como entre as sociedades»<sup>1062</sup>.

À laia de exemplo, apontou que, no decurso do séc. XX, «(...) nunca o homem se interessou tanto por conhecer outros homens e outras sociedades». Ademais, salienta que, durante o mencionado período, o mundo acumulou um ror sem precedentes de informações, hipóteses e teorias sobre as ciências sociais, que, por seu lado, passaram a dedicar-se ao estudo de alguns conceitos como o da raça, casta, etnia, tribo, nação, cultura, identidade e dignidade.

Para ele, o imperialismo não cumpriu nos países pobres a *missão histórica* que desempenhou nos Estados desenvolvidos. O capital imperialista falhou, como escreveu, na aceleração do desenvolvimento das forças produtivas, na transformação, no sentido da complexidade, das características do modo de produção, no aprofundamento da diferenciação das classes com o desenvolvimento da burguesia, na intensificação da luta de classes e no aumento significativo do standard geral médio do nível de vida económica, social e cultural das populações. Em lugar de cumprir a sua *missão histórica* nos países dominados, o imperialismo limitou-se a multiplicar a mais-valia<sup>1063</sup>.

A definição de imperialismo de Cabral não difere muito da de outros revolucionários africanos do seu tempo. Para ele, este fenómeno pode ser enunciado como

<sup>1062</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 128.

<sup>1063</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – A Arma da Teoria, Unidade e Luta*, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 206.

«a expressão mundial da procura gananciosa e da obtenção de cada vez maiores mais-valias pelo capital monopolista e financeiro (...)»<sup>1064</sup> da Europa e dos Estados Unidos. Dito doutro modo, «(...) o imperialismo é a pirataria transplantada dos mares para a terra firme, reorganizada, consolidada e adaptada ao objectivo da espoliação dos recursos materiais e humanos dos nossos povos»<sup>1065</sup>.

A concepção cabralista do imperialismo é, pura e simplesmente, de cunho marxista, na esteira de Rudolf Hilferding, Nicolas Boukharine, Rosa Luxemburgo, V. Lenine, entre outros. A pedra de toque da teoria destes pensadores, tal como a de Cabral, fundamenta-se na ideia de que o imperialismo é uma consequência directa do funcionamento e da evolução do capitalismo e não como um mero fenómeno de conquista e de expansão.

Como indica Giovanni Arrighi, o imperialismo, na óptica da interpretação marxista, é, pesem as diferenças que as marcam, «o resultado do desenvolvimento capitalista e uma expressão da sua maturidade»<sup>1066</sup>. Vale citar, a este propósito, Lenine, que, de um só rasgo, definiu que o «imperialismo é a fase monopolista do capitalismo»<sup>1067</sup>.

Na sua obra seminal, intitulada «O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo», o revolucionário bolchevique precisou, em cinco traços fundamentais, o fenómeno: a concentração da produção e do capital, que criou os monopólios, a fusão do capital bancário com o capital industrial, que fez nascer a oligarquia financeira, a exportação de capitais, a partilha territorial do mundo e a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas<sup>1068</sup>.

Pela presente explanação nota-se que, aos olhos do nacionalista cabo-verdiano, «o imperialismo é o resultado da concentração gigantesca do capital financeiro nos países capitalistas, através da criação dos monopólios (...)»<sup>1069</sup>. Parece-nos de primeira

<sup>1064</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 205.

<sup>1065</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 205.

<sup>1066</sup> - ARRIGHI, Giovanni – *Imperialismo*. In «Dicionário do Pensamento Social do Séc. XX». Editado por William Outhwaite e Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 377.

<sup>1067</sup> - LÉNINE, V. I. – *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. In «Obras Escolhidas em Seis Tomos», vol 2. Lisboa: Edições Avante, 1984, p. 367.

<sup>1068</sup> - LÉNINE, V. I. – Op. Cit., pp. 367-368.

<sup>1069</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 204.

importância notar que a teoria de imperialismo de Lenine, que exerceu larga influência sobre Cabral, deriva em linha directa das ideias de Marx sobre a acumulação do capital, a que se ativeram outros seguidores de orientação marxista.

A análise de Cabral sobre o imperialismo tem por intenção mostrar, por outro lado, que Portugal nunca foi, pela sua natureza, um país imperialista, sendo, isso sim, «um país colonialista atrelado ao imperialismo». Em traços largos, defende-se, avançando argumentos estritamente económicos:

«Quem quer que conheça a economia de Portugal, através da sua história, facilmente constata que a infra-estrutura económica portuguesa nunca atingiu um nível que se possa classificar de imperialista. (...) Portugal, ao nível da exploração em África, foi e é apenas um intermediário da exploração imperialista dos nossos povos. Basta lembrar que a maior parte das indústrias portuguesas (...) pertencem a empresas estrangeiras»<sup>1070</sup>.

Amílcar Cabral coloca uma pergunta que se lhe afigurou importante. Portugal pode praticar o neocolonialismo? A isto, respondeu, de imediato, em 1969, num artigo que mandou publicar na edição francesa da revista «Tricontinental».

«(...) Portugal é um país subdesenvolvido, é uma semi-colónia da Inglaterra, dos Estados Unidos e de outros países, e não tem uma estrutura económica que lhe permita praticar o neocolonialismo (...). Não o pode fazer, segundo Cabral, por três motivos: «(...) Portugal é um país, economicamente, atrasado, pouco industrializado; (...) é ele próprio uma semi-colónia (...) As maiores riquezas de Portugal encontram-se nas mãos do capital estrangeiro; Portugal não conseguiu criar nas suas colónias (...) uma burguesia nacional capaz de assegurar no futuro a defesa dos seus interesses, numa eventual situação colonial»<sup>1071</sup>.

Numa conferência, em Helsínquia, em 1971, Cabral repetiu o teor do discurso acima mencionado, apenas acrescentando que «é preciso compreender que Portugal não

<sup>1070</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 203.

<sup>1071</sup> - CABRAL, Amílcar – *Porque é que Portugal não pode fazer Neocolonialismo?* In «Manual Político do PAIGC», 2ª Edição: Lisboa: Edições Maria da Fonte, s/d, pp. 63 e segs.

pode realizar um processo de descolonização porque não pode pretender neocolonizar. É um país demasiado atrasado para pretender neocolonizar»<sup>1072</sup>. Na mesma linha, classificou de «arcaico» o colonialismo português.

Cabral distingue, conceptualmente, o imperialismo da dominação imperialista, que, no seu dizer, «é a dominação económica, política, dos países ou dos povos não capitalistas pelo imperialismo ou pelas potências imperialistas»<sup>1073</sup>. Na senda de outros autores, regista que existem duas formas gerais de dominação imperialista: a directa e a indirecta.

A primeira, a que deu o nome de *colonialismo clássico ou colonialismo*, exerce-se através de um Poder integrado por «agentes estrangeiros», a saber polícias, forças armadas, colonos; a segunda, o *neocolonialismo*, ou ainda «o imperialismo racionalizado»<sup>1074</sup>, ocorre quando o Poder é detido, na sua maioria ou totalidade, por agentes nativos.

## 24 - NAÇÃO

Amílcar Cabral não nos deixou uma análise coerente e sistematizada da nação. Tudo o que nos legou são contribuições esparsas pelas suas diversas obras, resultantes de intervenções nos simpósios internacionais ou mesmo em reuniões partidárias.

Importa observar que as suas apreciações sobre este assunto se reportam mais à Guiné-Bissau do que a Cabo Verde. Por uma razão muito simples. Cabo Verde é uma nação, antes e depois de Cabral, a Guiné-Bissau não o é, nem antes nem depois dele. Como quer que seja, as poucas notas que registou conservam uma linha de orientação, que urge reter.

O ponto de partida, claro está, é o seu conceito de nação. Via, à semelhança de algum sector marxista, a nação como uma classe. A ideia de nação-classe é bem visível

<sup>1072</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade)* – *Unidade e Luta II – A Prática Revolucionária*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 205.

<sup>1073</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit. p. 204.

<sup>1074</sup> - CABRAL, Amílcar – *Textos Políticos de Amílcar Cabral*. Lisboa: Maria da Fonte, s/d, p. 42.



numa sua afirmação: «A dominação colonial na nossa terra é a dominação da classe dirigente portuguesa sobre o nosso povo, ou, se o preferirem, sobre a nossa nação considerada no seu conjunto como uma classe»<sup>1075</sup>.

A nação-classe em Cabral é uma totalidade, enquanto as classes se lhe afiguram como partes. O todo sobrepõe às partes, porque é àquele que compete a tarefa de empreender a luta anti-colonial: «(...) Essa contestação não parte de uma classe, como tal, não é de facto uma classe, mas sim toda a sociedade agindo como uma nação-classe que a leva a cabo»<sup>1076</sup>.

É neste quadro que se inscreve a sua ideia de que «(...) a nossa luta é, fundamentalmente, baseada não na luta de classes, mas na luta da nossa nação-classe contra a classe dirigente colonialista portuguesa»<sup>1077</sup>. Por outro lado, Cabral temia que a luta de classes pudesse ser prejudicial «ao progresso do nosso povo» e aconselhava vigilância «em relação ao desenvolvimento do fenómeno classe no seio dessa nova nação», que se está a forjar na luta armada.

Dissipadas as dúvidas, impõe-se ainda, antes de apresentar a sua concepção de nação, precisar a sua ideia sobre a etnia. É um assunto essencial que nos levará, certamente, a compreender melhor o pensamento de Amílcar Cabral acerca desta questão, porque deixa escapar um detalhe basilar na formação de qualquer nação: a ideia de pertença e de comunidade.

O fundador do PAIGC pensa que não é a existência de uma raça ou de um grupo étnico que define ou condiciona o comportamento de um agregado humano. «(...) São, sim, o meio social e os problemas resultantes da reacção desse meio e das reacções dos próprios homens em questão. Tudo isso define o seu comportamento».

O eixo central da questão é agora aduzido por Cabral: «(...) Por outras palavras, um grupo de homens – seres humanos – constituirá uma raça ou um grupo étnico ou outra

<sup>1075</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Nossa Luta é Fundamentalmente uma Luta de Libertação Nacional ou uma Luta de Classes?* In «Manual Político do PAIGC», 2ª Edição. Lisboa: Maria da Fonte, p. 21.

<sup>1076</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 114.

<sup>1077</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 114.

coisa, na medida em que enfrentem problemas comuns e lutem pelas mesmas aspirações». Estes dois elementos – *problemas e aspirações comuns* – servem de fio condutor que nos leva ao conceito de nação cabralista:

«A nação existe como resultado da reacção de um grupo de homens face ao meio social e aos problemas existentes e da sua acção conjunta para enfrentar esses problemas, na medida em que tenham uma aspiração comum». A exposição pode suscitar muitas leituras, uma das quais é a de Adelino Maltez, que dela extrai duas conclusões.

Se, num ponto, Cabral concorda com Lenine no tocante à autodeterminação, noutro, rompe, radicalmente, com Estaline. O professor do ISCSP aprecia desta forma a proposta de Cabral: «Isto é, se aceita, de Lenine, a noção de auto-determinação, como «a separação das colectividades nacionais estrangeiras», não subscreve de Estaline a visão de nação, como uma «comunidade estável, historicamente constituída, de língua, de território e de vida económica e de formação psíquica, que se traduz numa comunidade cultural»<sup>1078</sup>.

Mais tarde, Cabral acresce àquele conceito de nação mais elementos de suma importância: a cultura, o passado e o presente, a identidade, a personalidade e a história. Em 1972, precisou que a nação se forja «(...) na luta e baseada na nossa cultura, no passado e no presente do nosso povo, nas suas legítimas aspirações a um futuro de dignidade e de progresso, no seu direito sagrado a defender a sua identidade, a desenvolver uma personalidade nacional e internacional e a ter a sua própria história»<sup>1079</sup>.

Note-se que a concepção de Cabral comporta ideias que, em muitos aspectos, não colidem, rigorosamente, em nada, com algumas proposições de nação aqui expendidas. Em primeiro lugar, deixa a entender que é apologista da visão subjectiva da nação, isto é, que esta é, antes de mais, criada pelo homem.

<sup>1078</sup> - MALTEZ, Adelino – *Ensaio sobre o Problema do Estado – A Procura da República Maior*, tomo I. Lisboa: Edição da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1991, p. 292.

<sup>1079</sup> - CABRAL, Amílcar – *Mensagem do Secretário-Geral do PAIGC, Camarada Amílcar Cabral, por Ocasão do Décimo Sexto Aniversário do Partido*, Setembro de 1972. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.080, p. 1.

O fundador do PAIGC é muito claro: a nação resulta da vontade do homem num meio social. Que elementos a integram? Embora o não tenha dito, pode pensar-se, abusiva e legitimamente, que Cabral estava a referir-se à complexa estrutura social guineense, de que a dominação colonial era o seu traço distintivo.

Mais do que escarpelizar os elementos do meio social, de que ele fala, insistentemente, é pôr em evidência mais dois factores: a vontade colectiva e a aspiração comum, que se fundamentam no sentimento de pertença. Trata-se de duas características que se encontram em teses subjectivas de nação, de que a escola francesa de Ciência Política é o expoente. Nisso Cabral está muito mais próximo de Ernest Renan de que dos teóricos marxistas-leninistas.

Carlos Lopes tenta fazer coincidir o conceito de nação cabralista com a realidade da Guiné-Bissau: O povo (...) tinha uma aspiração comum: a independência (...); tinha um meio social comum: sociedade existente na Guiné-Bissau; tinha um problema comum: a dominação e a exploração coloniais (...); havia um meio comum de enfrentar problemas: a luta armada de libertação nacional»<sup>1080</sup>.

A análise deste sociólogo guineense é demasiado restritiva para ser aqui validada, porque faz coincidir a nação com um período conjuntural da história da Guiné-Bissau: o da emancipação nacional. Se a tomarmos como certa, legitimamos a sua ideia de fazer depender a construção da nação do movimento de libertação nacional e da luta armada.

Outrossim, não se pode, de boa-fé, sustentar a tese de que a aspiração do povo da Guiné-Bissau fosse a da independência. Nem o inverso, também, é verdadeiro. Pode dizer-se, no limite, que o aludido ideal provinha de intelectuais revolucionários – pequeno-burgueses. Nem tão pouco se pode asseverar que a luta armada era o meio comum de enfrentar os problemas decorrentes da dominação portuguesa.

A história da Guiné-Bissau desmente-o, pura e simplesmente. O povo guineense nunca conviveu de ânimo leve com o colonialismo. Sempre se lhe opôs, violentamente,

---

<sup>1080</sup> - LOPES, Carlos – Op. Cit., p. 103.

ao longo de toda a ocupação. A resistência anti-colonial naquele território só teve cunho independentista, a partir dos anos 50, com a criação dos movimentos de emancipação, resumindo-se antes à acerba oposição aos impostos e à ocupação de terras por parte das autoridades coloniais.

Afora isso, Amílcar Cabral via a luta armada como um meio privilegiado para a edificação de uma nação, porque partia do princípio de que ela não existia nem em Cabo Verde nem na Guiné. Se, neste país, a história lhe dá razão, já naquele não lho dá. A Guiné-Bissau, vale repetir, não é uma nação, Cabo Verde é-o, indubitavelmente.

O território guineense é um mosaico de etnias, dispersas política e culturalmente. A língua que lhe imprime unidade e coerência é o crioulo cabo-verdiano por lá levado durante a escravatura. Em abono da verdade, a língua cabo-verdiana conferiu, juntamente com o português, unidade, na acepção antropológica do termo, ao Estado da Guiné-Bissau.

Não é de desprezar a sua importância na unidade das comunidades étnicas e culturais que compõem aquele país. O crioulo, embora muitos discordem, é a língua nacional da Guiné-Bissau e serviu de suporte para congregar as várias comunidades étnicas guineenses, cada uma das quais com os seus costumes, as suas tradições e as suas línguas.

Tudo isso não pode ser visto, seja qual for o prisma de abordagem, sem se analisar a questão da unidade em Cabral. É o ponto de partida que o impeliu a conceber o projecto do movimento de libertação nacional. Perguntava sempre: «Como é que nós podemos unir todos estes povos, todos estes grupos étnicos, de forma a que marchassem juntos como um só homem»<sup>1081</sup>?

É o grande enigma, que o ultrapassou mesmo, para cuja elucidação nos remete para a sabedoria dos anciões, «os nossos museus, as nossas bibliotecas e os nossos livros

---

<sup>1081</sup> - Texto de Amílcar Cabral que serviu de prefácio ao livro de Basil Davidson: *A Libertação da Guiné – Aspectos de uma Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975, pp. 7-8.

de história»<sup>1082</sup>. À interrogação de Cabral, estes buscam responder com a humildade que os caracteriza: «Não pode ser obra de homem, tem de ser trabalho de Deus»<sup>1083</sup>.

Por esta explicação se notam os escolhos de Cabral para infundir nos estratos sociais guineenses a questão da unidade, que, verdade seja dita, perpassou, com demasiados equívocos, toda a história do PAIGC. A existência de muitas tribos na Guiné não esconde o verdadeiro problema: a incapacidade de o PAIGC, de modo articulado, criar o sentimento de pertença nas comunidades guineenses.

Ao contrário de Carlos Lopes, não pensamos que a presença de várias comunidades étnicas no ambiente cultural guineense constituísse um óbice de monta à criação de uma consciência nacional<sup>1084</sup>. Longe disso. Porque muitos países a construíram, em condições muito mais adversas daquelas que Cabral encontrou para a tentar elaborar.

O erro do PAIGC assenta num facto, de importância primordial, ou seja, ao invés de se adaptar às estruturas étnicas da Guiné-Bissau, tentou impingir-lhes, tal como os portugueses, um modelo de vida e de conduta. É um verdadeiro choque entre a modernidade e o tradicionalismo, que escapou à observação de um homem da craveira de Cabral.

Nisso tem razão Manuel Belchior, quando indica que os dirigentes da rebelião, naturalmente evoluídos, cometem os mesmos erros que os países que os colonizaram, tentando substituir, rápida e completamente, as estruturas nativas. «A primeira ofensa contra estas estruturas é o ataque contra a instituição tradicional, tentando afastar as populações destes chefes naturais, acusados de retrógrados (...)»<sup>1085</sup>.

Álvaro Nóbrega ilustra bem esta situação com uma asserção de Manuel Saturnino da Costa, então jovem militante do partido, que, mais tarde, ocupou lugares cimeiros na administração do país: «Nem o povo, nem mesmo os homens grandes me podem dizer o

---

<sup>1082</sup> - Op. Cit., p. 7.

<sup>1083</sup> - Op. Cit., p. 8.

<sup>1084</sup> - LOPES, Carlos – Op. Cit., p. 102.

<sup>1085</sup> - BELCHIOR, Manuel – *Um Novo Caminho? Os Progressos do Povo da Guiné*: Lisboa: Editora Arcádia, 1973.

que devo fazer. Aqui os feiticeiros ou os que buscam os feiticeiros, não nos vão atrapalhar a vida»<sup>1086</sup>.

Cabral confrontou-se com alguns casos, que espelham a sua dificuldade em encontrar, nem sempre, soluções para problemas que dimanam de choques entre o PAIGC e as figuras tradicionais carismáticas, os chamados «homens grandes». Um dia, um ancião perguntou-lhe: «Cabral, que se passa? Os homens recusam-se a obedecer-nos; vão fazer ataques sem nos consultarem», ao que, sem demora, respondeu:

«Homem grande, se algumas vezes os jovens atacaram sem te consultar, nunca disse nada e nada direi. Nunca te nomeei comandante; são eles os comandantes. Antigamente, consultavam-te: hoje já não o querem fazer? Isso não me diz respeito; é um problema teu. O homem grande não gostou do que ouviu. Ficou um pouco irritado com a minha resposta, mas, como está longe de ser estúpido, adaptou-se à nova situação»<sup>1087</sup>.

Este facto só vem provar a inadaptação do PAIGC às relações sociais tradicionais, tentando, à semelhança dos portugueses, transformá-las, num ápice, numa nova realidade. A postura de Cabral perante este fenómeno variava muito. Uma vez, não se coíbia de repudiar as práticas tribais negativas para o movimento de libertação, outras, mostrava-se mais tolerante, deixando visível o desejo de ver transformadas em força as fraquezas tribais, dando como exemplo a relação que os *irans*<sup>1088</sup> mantinham com as florestas.

«Estas florestas são agora uma fonte real de fortaleza (...) para a nossa luta. Mas, antes eram uma fraqueza, porque tínhamos medo das nossas florestas, bastiões sagrados dos *irans* e de toda a casta de espíritos. Conquistámos e mobilizámos para o nosso lado os espíritos das florestas, transformámos esta fraqueza numa força. E é esse o sentido da nossa luta: tornar as fraquezas forças»<sup>1089</sup>.

Tinha o líder do PAIGC plena consciência do risco que corria. O colonialismo alterou, de facto, o sistema de poder de algumas tribos. Mas isso, em princípio, o não

<sup>1086</sup> - NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 165.

<sup>1087</sup> - BENOT, Yves – Op. Cit., p. 227.

<sup>1088</sup> - Símbolo do bem ou do mal para os animistas.

<sup>1089</sup> - Texto de Amílcar Cabral que serviu de prefácio ao livro de Basil Davidson: *A Libertação da Guiné – Aspectos de uma Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975, p. 8.

autorizava a tomar atitude idêntica. É esclarecedor este seu reparo: «É preciso dizer que em geral se encaram estes problemas de chefes tradicionais numa óptica que não corresponde de maneira nenhuma à realidade»<sup>1090</sup>.

É da opinião que «(...) este aspecto das superestruturas da vida africana está verdadeiramente muito enraizado e é muito difícil desenraizá-lo. Mas o colonialismo mudou muitas coisas neste domínio: por um lado, há muitos grupos étnicos que não têm chefes tradicionais, que são sociedades sem Estado às quais os portugueses impuseram, algumas vezes, chefes que não são da mesma etnia»<sup>1091</sup>.

Mesmo depois da independência, o PAIGC «(...) tentou fazer a mudança brusca das sociedades tradicionais de que um dos mais graves exemplos foi a perseguição e a exclusão (inclusivamente física) das chefias tradicionais»<sup>1092</sup>, injectando «(...) estruturas de poder paralelo, como os Comités e Associações de Tabanca, Comités de Secção e de Sector, subvertendo totalmente as hierarquias tradicionais, conferindo poder e legitimidade a quem não a tinha por direito»<sup>1093</sup>.

A *exclusão física* de que fala Álvaro Nóbrega está, também, em Cabral. Como é consabido, os fulas opuseram-se, clara e desabridamente, ao PAIGC e aliaram-se aos portugueses, muito por causa do avolumar das contradições existentes entre os camponeses e os chefes tribais. É o próprio quem o admite, fazendo uma auto-crítica e deixando um aviso:

«Talvez tenhamos cometido erros de análise, talvez não tivéssemos tomado as medidas políticas necessárias para evitar que isso acontecesse; mas o facto é que se puseram ao lado dos portugueses e pela sua própria posição eles se destroem»<sup>1094</sup>. Aqueles que *se destroem*, o PAIGC considera-os inimigos e tão colonialistas quanto os portugueses.

<sup>1090</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Nossa Luta é Fundamentalmente uma Luta de Libertação Nacional ou uma Luta de Classes?* In «Manual Político do PAIGC», 2ª Edição. Lisboa: Maria da Fonte, p. 22.

<sup>1091</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 22.

<sup>1092</sup> - NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 166.

<sup>1093</sup> - NOBREGA, Álvaro – Op. Cit., pp. 166 -167.

<sup>1094</sup> - CABRAL, Amílcar – *Existe na Nossa Terra Alguma Contradição entre a Massa Camponesa e os Chefes Tribais?* In «Manual Político do PAIGC», 2ª Edição. Lisboa: Maria da Fonte, p. 15.

Ambos tiveram a mesma sorte: a exclusão física: «Ora os destinos dos colonialistas é serem destruídos na nossa terra, porque uns serão liquidados no decorrer da luta, e outros, os que sobrarem, corridos da nossa terra. O mesmo acontecerá com aqueles que, sendo africanos e gente do nosso povo, resolveram trair os interesses do nosso povo, por causa dos seus interesses pessoais, e se decidiram a servir os nossos inimigos (...)»<sup>1095</sup>.

### CAP. VIII

#### PENSAMENTO POLÍTICO DE AMILCAR CABRAL

#### 25 - TEÓRICO DE MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A teoria de libertação nacional de Amílcar Cabral está intimamente ligada à sua concepção de história, com base na qual expôs, com clareza, um modelo de explicação científica que se fundamenta na própria estrutura social. O núcleo central do conceito estriba-se, fundamentalmente, em três eixos: a reconquista da personalidade histórica, a iniciativa de os povos fazerem a sua própria história e a libertação das forças produtivas.

Antes de enunciar o conceito, definiu a libertação nacional, que é uma «necessidade histórica», como um fenómeno no qual um dado conjunto socio-económico rejeita a negação do seu processo histórico», esclarecendo que «o fundamento da libertação nacional (...) reside no direito inalienável de cada povo ter a sua própria história (...) e o objectivo da libertação nacional é a reconquista desse direito usurpado pelo imperialismo, isto é, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais»<sup>1096</sup>.

Em Cabral, a libertação nacional não é tanto um direito de o povo governar-se por si próprio, mas é «(...) sobretudo o direito do povo a recuperar a sua própria história»<sup>1097</sup>, deixando ainda um aviso: «(...) Qualquer movimento de libertação nacional que não tem em consideração esse fundamento e esse objectivo, pode lutar contra o imperialismo, mas não está seguramente lutando pela libertação nacional»<sup>1098</sup>.

<sup>1095</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 16.

<sup>1096</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria – Unidade e Luta*, vol I, 2ª Edição. In «Obras Escolhidas de Amílcar Cabral» – Textos Coordenados por Mário de Andrade, Lisboa: Seara Nova, 1987, p. 208.

<sup>1097</sup> - DAVIDSON, Basil – *A Libertação da Guiné. Aspectos de uma Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975, p. 91.

<sup>1098</sup> - CABRAL, Amílcar – *Nacionalismo e Cultura*. Galiza: Edicións Laiovento, 1999, p. 88.



Interpretando as palavras do fundador do PAIGC, Nzongola-Ntalaja sustenta que, «para um povo dominado, a libertação genuína significa não só a reconquista da personalidade histórica como povo livre, mas também a sua própria iniciativa de fazer a história. Esta iniciativa não pode ser readquirida enquanto as forças produtivas do povo (...) estiverem subjugadas ao domínio estrangeiro (...)»<sup>1099</sup>.

Para Cabral, a libertação nacional corresponde, no exacto sentido do termo, à revolução, cujo processo envolve o derrube total da dominação imperialista, tanto na sua forma colonial como na neocolonial. Além disso, implica, na visão de Nzongola-Ntalaja, uma revolução nacional<sup>1100</sup>, «ou uma luta do povo contra o domínio estrangeiro, e uma revolução social<sup>1101</sup>, que procura destruir a estrutura capitalista assente na exploração dos trabalhadores e camponeses, com o intuito de a substituir pelo socialismo»<sup>1102</sup>.

Muito mais do que isso, partindo do pressuposto de que «a libertação nacional é, necessariamente, um fenómeno da revolução», subscreve Cabral a opinião de que a construção de uma sociedade nova só se fará a partir de profundas mutações das forças produtivas nacionais e das relações de produção. Para o fim em vista, apontou dois caminhos: «voltar à dominação imperialista (neocolonialismo, capitalismo e capitalismo de Estado) ou adoptar a via socialista».

Em «A Revolução na Guiné», o fundador do PAIGC deixou claro que a libertação nacional, que ultrapassa as fronteiras da independência política, tem duas fases distintas: a nacional e a social. Se a primeira abarca, fundamentalmente, o período em que as forças nacionalistas se empenham a fundo na luta pela conquista da independência e da soberania, já a segunda, porque é mais crucial para o sucesso da luta, não é mais do que uma etapa na qual se põe, genuinamente, o problema de libertação.

<sup>1099</sup> - NTALAJA, Nzongola – *Amílcar Cabral e a Teoria da Luta de Libertação Nacional*. In «Continuar Cabral», Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983. Praia: Edição Grafedito/Prelo Estampa, 1984, p. 186.

<sup>1100</sup> - O negrito é do autor.

<sup>1101</sup> - NTALAJA, Nzongola – Op. Cit., p. 186.

<sup>1102</sup> - NTALAJA, Nzongola – Op. Cit., p. 189.

Amílcar Cabral coloca perguntas pertinentes cujas respostas não se mostram assim tão fáceis de responder, tal a dificuldade. Terá a independência beneficiado, económica e socialmente, a grande maioria da população? Estará a nova nação realmente livre para traçar o seu próprio destino?

Pela exposição do fundador do PAIGC, pode concluir-se que a fase nacional do processo de libertação nacional corresponde ao período colonial, no contexto do qual a ausência de cidadãos autóctones nas estruturas do poder político estimula o surgimento de uma ampla frente nacionalista de combate contra o colonialismo.

Na etapa pós-colonial, que coincide com a fase social do processo de libertação, é ingente que a direcção do movimento de emancipação estabeleça uma aliança com as classes populares e com outras forças progressistas empenhadas numa mudança radical das estruturas do Estado. É a fase superior do projecto sonhado por Cabral, em cuja vanguarda devem estar os intelectuais pequeno-burgueses revolucionários.

O êxito da luta vai depender da unidade do movimento de libertação. Amílcar Cabral adverte que a independência pode redundar-se em fracasso se, por falta de liderança ou de vanguarda revolucionária, o movimento de emancipação não se mostrar capaz de diferenciar a genuína libertação da formal.

O mesmo é dizer, na esteira do seu pensamento, que a conquista de independência política não põe, de *per si*, termo à luta de libertação nacional. A sua primordial preocupação centra-se na distinção entre uma verdadeira independência de uma mera descolonização.

O alerta do fundador do PAIGC resulta de exemplos históricos concretos em que o Poder pequeno-burguês, saído da descolonização, em muitos territórios, se ter comportado na governação mais como um movimento reformista do que revolucionário, procurando apenas substituir nos postos de comando os antigos titulares coloniais.

A ideia que lhe está subjacente se baseia no pressuposto de que qualquer processo de descolonização que não destrua a dominação imperialista, em todas as suas formas,

corre o risco de equivaler a uma mera transferência do Poder da burguesia colonial para a pequena-burguesia dominante.

Esta postura corresponde a atraí-lo a revolução, no quadro do dilema histórico-sociológico de Amílcar Cabral sobre «o suicídio de classe», o qual permite que a pequena-burguesia se mantenha fiel aos objectivos anti-imperialistas da luta de libertação, renascendo como trabalhadores revolucionários, aliados naturais das massas populares.

## 26 – TEÓRICO DE PARTIDO ÚNICO ESTADO, PARTIDO E DEMOCRACIA

Em Cabral, a concepção do Estado não difere em nada da dos marxistas. Via-o como um instrumento de dominação. A esta luz, a sua aproximação às teses marxistas é evidente, a avaliar pelo excerto que, abaixo, se dá a lume.

«Vivemos em regime capitalista, sob o colonialismo português (...) Este regime conserva a propriedade privada dos meios de produção (...) nas mãos de pessoas ou companhias ou, na situação colonial, em geral, através da classe burguesa dominante, isto é, do Estado colonial (...) A superestrutura política é de um Estado colonial (...) Sem autonomia, sem independência, cuja vida quotidiana depende de (...) um Estado estrangeiro (...) que se instalou no nosso país (...) para nos dominar (...)»<sup>1103</sup>.

Por outro lado, Amílcar Cabral coloca, no caso da Guiné e no de Cabo Verde, o problema do Estado em termos de classe. Ou seja, deixa bem explícito que é um fenómeno de domínio de uma classe sobre outra. Senão vejamos: «Aquela força, aquela opressão, que está a ser exercida sobre nós, vem da classe dirigente de Portugal, da burguesia capitalista portuguesa (...)»<sup>1104</sup>.

Para ele, a luta que o PAIGC estava a travar era um combate contra a classe dirigente colonialista portuguesa, «que está ligada à dominação do mundo por outras

<sup>1103</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – A Arma da Teoria, Unidade e Luta*, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 114.

<sup>1104</sup> - CABRAL, Amílcar – *Op. Cit.*, p. 156.

classes doutros países, formando, juntas, a dominação imperialista»<sup>1105</sup>, elucidando que, enquanto colónias de Portugal, os povos da Guiné e de Cabo Verde são dominados por estrangeiros, embora reconheça que, «dentro de Portugal, não são todos os estrangeiros que nos dominam»<sup>1106</sup>.

A posição de Cabral é, por si mesma, assaz clara, pondo a ênfase, como Marx e Engels, na *natureza de classe* do Estado, o qual não exprime, não traduz e não sanciona senão o domínio de uma classe<sup>1107</sup>, ou, mais precisamente, corrobora na plenitude a concepção marxista clássica do Estado, expressa na já bem conhecida formulação dos dois alemães no «Manifesto do Partido Comunista»:

«O executivo do Estado moderno nada mais é do que uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa»<sup>1108</sup>. A mesma ideia achamo-la em Engels, numa passagem que não deixa de ser célebre. É sua opinião que a força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos, é, exclusivamente, o Estado da classe dominante.

O Estado é, em regra, «(...) a classe mais poderosa, economicamente dominante, e, que, por seu intermédio, se torna, também, a classe politicamente dominante, obtendo assim novos meios para a subjugação e exploração da classe oprimida. (...) O Estado representativo moderno é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital»<sup>1109</sup>.

Estamos em presença, conforme sintetiza Ralph Miliband, de uma proposição fulcral do marxismo em relação ao Estado<sup>1110</sup>, cuja classe dominante detém e controla os meios de produção. Visto assim, o Estado, que, na tradição marxista, nasce, no dizer de Sousa Lara, na dissolução da gens,<sup>1111</sup> «(...) é uma estrutura de poder que concentra e põe em movimento a força política da classe dominante»<sup>1112</sup>.

<sup>1105</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 156.

<sup>1106</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 156.

<sup>1107</sup> - SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard – Op. Cit., p. 77.

<sup>1108</sup> - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – *Manifesto do Partido Comunista*, 2ª Edição. Lisboa: Edições Avante, p. 38.

<sup>1109</sup> - ENGELS, Friedrich – *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, 2ª Edição. Lisboa: Edições Avante, 2002, p. 208.

<sup>1110</sup> - MILIBAND, Ralph – *O Estado*. In «Dicionário do Pensamento Marxista», Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 133.

<sup>1111</sup> - LARA, António de Sousa – *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Edição do ISCSP, 2003, p. 200.

<sup>1112</sup> - CODATO, Adriano Nervo – *O Estado como Instituição: Uma Leitura das Obras Históricas de Marx*. <http://www.unicamp.br/cemarx/adriano.htm>. Consultado em 22 de Janeiro de 2004.

Marx identifica o Estado com a organização da sociedade, afirmação que, conforme mostra Georges Balandier, não contém em si ambiguidades<sup>1113</sup>. Sendo um produto da sociedade, ou melhor, a expressão oficial da sociedade civil, «que se erige acima dela», o Estado, em Engels, tem por intenção suprema defender uns contra outros:

«A sociedade cria para si própria um organismo com vista à defesa dos seus interesses comuns contra os ataques internos e externos. Este organismo é o poder do Estado. Logo que nasce, torna-se independente da sociedade e isso tanto mais quanto mais se torna o organismo de uma certa classe e faz prevalecer, directamente, a dominação dessa classe»<sup>1114</sup>.

Norberto Bobbio entende que a concepção de Marx sobre o Estado continua na mesma linha que a de Thomas Hobbes, embora note uma diferença que as separa. Explica-se: «Para Marx, o Estado não é o reino da razão, mas da força; não é o reino do bem comum, mas do interesse de uma parte; não tem por fim o bem comum, mas o bem viver daqueles que detém o poder; não é a saída do estado de natureza, mas a sua continuação sob outra forma»<sup>1115</sup>.

O politólogo italiano pensa que, na óptica do sociólogo alemão, «a saída do estado de natureza coincide com o fim do Estado», sendo, por isso, aceitável a sua ilação de que, a crer na tradição marxista, todo o Estado é uma ditadura. A seu ver, «a saída definitiva do estado de natureza talvez seja, para Marx, não o Estado, mas o fim do Estado, a sociedade futura sem Estado».<sup>1116</sup> É aqui que o alemão difere de Hobbes, porque, para este, a sociedade apolítica marca o começo da sociedade política, leia-se o Estado.

Vladimir Lenine, mais tarde, retoma e aprofunda a teoria marxista do Estado<sup>1117</sup>. Tal como os dois pensadores alemães, corrobora a tese segundo a qual «(...) temos no

<sup>1113</sup> - BALANDIER, Georges – *Antropologia Política*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 131.

<sup>1114</sup> - ENGELS, Friedrich – *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. Lisboa: Novo Tempo, s/d, p. 186.

<sup>1115</sup> - BOBBIO, Norberto – *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, 4ª Tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 113.

<sup>1116</sup> - BOBBIO, Norberto – *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>1117</sup> - Em Marx, existe uma teoria geral do Estado? A resposta à pergunta tem dividido os especialistas que se ocupam da análise do seu pensamento. A conclusão a que chegaram está longe de atingir a unanimidade. Adelino Maltez, Norberto Bobbio, Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, entre tantos outros, comungam a tese de que, efectivamente, não existe uma teoria marxista do Estado. Opinião contrária tem outros, nomeadamente os sociólogos da antiga escola soviética de Ciência Política. Em «Nem com Marx nem contra Marx», Norberto Bobbio escreveu que o pensador germânico não redigiu,

capitalismo o Estado no sentido próprio da palavra, uma máquina especial para a repressão de uma classe por outra, e, além disso, da maioria pela minoria»<sup>1118</sup>.

Em «O Estado e a Revolução», o líder dos bolcheviques descreve que o Estado nasce, precisamente, no momento e na medida em que, objectivamente, as contradições das classes não podem ser conciliadas. Na sobredita obra, Lenine observa que se o Estado é um poder que se situa acima da sociedade, é evidente que a emancipação da classe oprimida será impossível sem a supressão do Estado, criado pela classe dominante.

O Estado é a organização especial da força, é a organização da violência para a repressão de uma classe qualquer<sup>1119</sup>. A conclusão tirou-a o líder da Revolução de Outubro. Leon Trotsky segue-lhe o raciocínio, denunciando que «todo o Estado se fundamenta na força». Inspirando-se, talvez, no chefe do Exército Vermelho, Max Weber reforça que o Estado reivindica o «monopólio da força legítima».

A ideia de força está presente no pensamento dos três homens. Embora Lenine a associe à violência, Trotsky e Weber vêem-na talvez como um instrumento de coacção, um pouco semelhante à acepção de Julien Freund, que no-la define, em termos políticos, como um meio da acção que obriga<sup>1120</sup>. Se toda a força é coacção<sup>1121</sup>, porém não é, em si, violência, sendo sempre um recurso do poder.

A isto, nem todos os marxistas se põem de acordo. António Gramsci, por exemplo, apoiando-se em análises críticas das obras de Maquiavel e de Pareto, diz que – porque o Estado chama a si um papel de peso nos campos cultural e ideológico – a

---

em sentido estrito do termo, uma teoria geral de Estado, observação que provocou um grande debate no seio da esquerda italiana. O professor de Turim chamou a atenção para a ausência, no interior do pensamento político de Marx, de um tratamento mais aprofundado do problema das instituições. A acreditar no filósofo italiano, os clássicos do marxismo, ao insistirem na natureza de classe do poder de Estado, não projectaram os diversos modos pelos quais o poder pode ser exercido. No rastro do seu raciocínio, o politólogo brasileiro Adriano Nervo Codato (vide <http://www.unicamp.br/cemarx/adriano.htm>) concorda que Marx e Engels sempre estiveram preocupados mais com o *quem* da dominação política do que com o *como*. Na mesma linha, reconheceu Nicos Poulantzas que os textos dos clássicos do marxismo — nomeadamente, os de Marx, Engels, Lenine e Gramsci — não abordaram o *político* de forma sistemática. O mesmo é dizer não conceberam, explicitamente, uma teoria. Norberto Bobbio lembra que quem se dispuser a reconstituir o pensamento de Marx sobre o Estado deve recorrer às ideias que o sociólogo alemão expendeu nas suas mais diversas obras sobre a economia, a sociedade e a política. Para o professor de Turim, as linhas gerais da análise marxista do Estado podem agrupar-se em cinco pontos: «crítica das ideias anteriores, em particular a teoria hegeliana; teoria geral do Estado; teoria do Estado burguês em particular; teoria do Estado de transição; teoria da extinção do Estado. A primeira obra de pulso de Marx sobre o Estado foi a «Crítica da Filosofia de Direito de Hegel» (1843), seguindo-se-lhe «As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850» (1850), «O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte» (1852) e a «Guerra Civil na França» (1871). Por seu turno, Engels tratou do Estado em muitos dos seus livros, nomeadamente, «O Anti-During» (1878) e «A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado» (1884).

<sup>1118</sup> - LENINE, V. I - *O Estado e a Revolução*. In «Obras Escolhidas em Três Volumes», 2ª Edição: Lisboa: Edições Avante – Moscovo: Edições Progresso, 1980, p. 238.

<sup>1119</sup> - LENINE, V. I - Op. Cit., p. 283

<sup>1120</sup> - FREUND, Julien – *Que é a Política*. Lisboa: Editorial Futura, 1974, pp. 145-227.

<sup>1121</sup> - STIRN, François – *Violência e Poder*. Lisboa: Editorial Inquérito, s/d, p. 14.

dominação de classe não se realiza apenas pela coerção, mas, também, pelo consentimento dos cidadãos.

Nos seus famosos e célebres «Quaderni del Carcere», Gramsci argumenta que «uma classe mantém o seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual (...)»<sup>1122</sup>.

No ensino do Prof. Ribeiro dos Santos, Gramsci, ao reflectir-se sobre as componentes do Poder exercido pelo Estado, concluiu que «(...) à força física baseada nas suas instituições coercitivas (tribunais, forças armadas, de segurança, etc.) se soma a acção dos intelectuais de diversos estratos da sociedade civil, em maior ou menor ligação com o grupo social fundamental, ou elite política, que promove o consentimento dos governados»<sup>1123</sup>.

É a este somatório de forças espirituais, cujo papel é o de organizar o consentimento, que Gramsci dá, segundo nota aquele politólogo, o nome de hegemonia: «podem fixar-se, por agora, dois grandes planos sobrestruturais (de organismos culturais), aquele que se pode chamar da sociedade civil, isto é, do conjunto de organismos vulgarmente chamados privados e o da sociedade política ou Estado e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e à do domínio directo ou de comando que se exprime no Estado e no governo jurídico (...)».

O pensador italiano refere-se ainda à existência de um *bloco social histórico*, que tem por esteio uma base de consentimento destinada a assegurar a ordem social, «(...) na qual a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e ideias»<sup>1124</sup>. Na leitura de Anne Showstac Sassoon, desse modo, Gramsci supera a definição de Estado proposta por Marx, por Engels e por Lenine.

<sup>1122</sup> - SASSOON, Anne Showstac – *Hegemonia*. In «Dicionário de Pensamento Marxista», editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001, p. 177.

<sup>1123</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 43.

<sup>1124</sup> - SASSOON, Anne Showstac – Op. Cit., p. 177.

Por isso, a seu modo, o Estado é um elemento de equilíbrio entre a sociedade política e sociedade civil e redefine-o como força+consentimento, em cuja *textura de hegemonia* a sociedade política organiza a força, enquanto a sociedade civil assegura o consentimento.

## 26.1 - FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL NA GUINÉ

O Estado na Guiné-Bissau começou a tomar forma quando o PAIGC se deu ao trabalho de administrar as zonas que libertava na guerra que o opunha ao poder colonial. Em abono da verdade, essa experiência serviu-lhe de fio condutor para lançar os pilares de um modelo de Estado a implantar depois da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Segundo Basil Davidson, Cabral encarava o Estado como produto da revolução. O jornalista inglês explica-se: «Cabral e muitos falam, em termos muito semelhantes, desta maneira, imensamente, directa acerca da natureza do Estado que podem construir. Vêem esse Estado emergir da revolução, tal esta é encarnada pelo PAIGC: por outras palavras, como uma articulação regular dos órgãos do partido, desde a base ate à comissão central»<sup>1125</sup>.

Prossegue Davidson:

«Na medida em que (...) for capaz de alcançar a sua revolução (...) o PAIGC pode encarnar um Estado democrático, um Estado em que os camponeses sentirão muito intimamente como seu e pelo qual, por conseguinte, pagarão impostos, regressarão à vida rural, reconhecerão as novas estruturas locais»<sup>1126</sup>.

No dizer do escritor britânico, esse Estado terá três elementos e «apenas três»<sup>1127</sup>, como fez questão de vincar: «terá o próprio povo, organizado nas fileiras do Partido ou

<sup>1125</sup> - DAVIDSON, Basil – *A Libertação da Guiné – Aspectos de Uma Revolução Africana* (Prefácio de Amílcar Cabral). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975, pp. 170-171.

<sup>1126</sup> - DAVIDSON, Basil – Op. Cit., pp. 170-171.

<sup>1127</sup> - Em *Ciência Política*, tem o Estado, regra geral, três elementos: o território, a população e o poder político. Não é este, contudo, o entendimento do PAIGC, que o vê integrado por povo, forças armadas e aparelho de segurança. O Prof. Adelino Maltez precisa que o Estado dispõe não apenas de um corpo político, entenda-se, «um conjunto de elementos sensíveis, uma base material, dotada de uma certa organização», mas, também, de um acervo de fins. A base material, como ensina, engloba o território e a população. A organização dada a essa base material corresponde ao Poder. Cumpre notar que o território, no dizer dos Profs. António Marques Bessa e Jaime Nogueira Pinto, é um elemento fundamental quer ao nível das comunidades animais, quer ao nível das sociedades humanas. Na óptica dos dois politólogos, o território é a base de sobrevivência da população, é um factor de poder e, demais a mais, «fornece uma ordem de poder imediata que decorre da sua extensão e localização, porque o espaço é um bem escasso». O Prof. Sousa Lara (vide

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)



de acordo com o Partido; terá forças armadas, reduzidas nos seus quantitativos de guerra a algo de bastante pequeno; e terá os meios de garantir a segurança interna através de uma força policial»<sup>1128</sup>.

A criação da força policial é assim explicada por Cabral, na conversa que manteve com Basil Davidson: «Esta última é necessária, e continuará a ser necessária», porque, citando Cabral, «toda a organização pressupõe a sua oposta, toda a ordem tem em si o potencial da desordem, todo o Estado está sujeito à sua negação»<sup>1129</sup>.

A guerra de independência iniciou-se em 1963. Dois anos depois, Amílcar Cabral já tinha a percepção de que o Estado na Guiné-Bissau se achava a tomar letras de forma: «Hoje, a nossa situação pode ser comparada à situação dum Estado, que tem ainda uma parte do seu território nacional, principalmente, as cidades e as vilas (os meios urbanos) ocupados pelas forças estrangeiras»<sup>1130</sup>.

Aristides Pereira acresce que «várias regiões foram libertadas do jugo colonial e uma vida nova, política, administrativa, económica, social e cultural está em desenvolvimento nestas regiões, enquanto as forças patrióticas, apoiadas pelas populações, se batem com sucesso contra os colonialistas para levarem o país à libertação total»<sup>1131</sup>.

A rigor, o Estado na Guiné-Bissau começou a desenhar-se no Congresso de Cassacá, em 1964, a partir do qual «(...) o Partido pôs em marcha estruturas administrativas dignas de um aparelho de Estado»<sup>1132</sup>. Aristides Pereira aprova a conclusão, e, à guisa de justificação, enumera alguns factos para a legitimar: «A criação

---

Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão) repara que o território é um espaço geográfico específico sobre o qual a população organizava a sua vida social. O segundo elemento do Estado é a população, cuja formação, num determinado território, tem, sobretudo a ver, segundo pensam António Marques Bessa e Jaime Nogueira Pinto, com a marcha da história. A população é um factor de poder, de tamanha importância, que o Prof. Óscar Barata sustentou que o elemento demográfico a ter em conta na avaliação do poder é o número de habitantes no território do Estado. A análise geo-política, mormente a de Ray Clyne, mostra, numa outra abordagem, que, em termos de poder efectivo, a população começa a contar só para lá dos 15 milhões. Por fim, o terceiro elemento do Estado é o poder político, que, no caso em apreço, se refere ao conceito de soberania – «poder sem igual na ordem interna nem superior na ordem externa». Ou, como realça o Prof. Freitas do Amaral (vide «Estado», na POLIS), um poder supremo e independente: supremo na ordem interna e independente na ordem externa. A esta luz, é visto como o poder supremo de uma comunidade, ou melhor, a *suprema potestas*, portador, no sentido weberiano do termo, do monopólio da força legítima e da capacidade para regular a vida colectiva. É suposto que cada território deva estar submetido a um poder político, ou seja, a um Estado, que detém, nas palavras de Sousa Lara, em regime de monopólio, o conjunto superior de meios capazes de coagir os indivíduos.

<sup>1128</sup> - DAVIDSON, Basil – Op. Cit., p. 171.

<sup>1129</sup> - DAVIDSON, Basil – Op. Cit., p. 171.

<sup>1130</sup> - CABRAL, Amílcar – *Sobre a Situação da Luta e as Suas Perspectivas*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.039., p. 2

<sup>1131</sup> - PEREIRA, Aristides – *Discurso Pronunciado pelo Secretário-Geral do PAIGC na Sessão Inaugural da 1ª Legislatura da Assembleia Nacional Popular*. Boé, 23 de Setembro de 1973. Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.086, p. 12.

<sup>1132</sup> - LOPES, Carlos – Op. Cit., pp. 69-70.

das forças armadas e de escolas, o alargamento de mais zonas libertadas, o aperfeiçoamento das estruturas políticas, militares e de segurança do Partido e o início da formação de um homem político, moral e culturalmente novo<sup>1133</sup>.

Paulatinamente, Cabral fazia o PAIGC cumprir o seu grande objectivo, o de «rebrantar com o Estado colonial (...)»<sup>1134</sup>. Na senda destas ideias, em 1966, o PAIGC adoptou uma «Lei de Justiça Militar», o primeiro texto legislativo produzido nas matas da Guiné-Bissau. O documento reuniu, «(...) a par de disposições de natureza puramente disciplinar, os nossos Direito e Processo Penais Militares actuais».<sup>1135</sup>

Para o efeito, estabeleceu um sistema judicial partidário que aplicava trabalhos forçados e pena de morte, em concordância com a cúpula do PAIGC. Isso dá bem a medida da construção *de facto* do Estado. Amílcar Cabral dizia que «o que caracteriza, fundamentalmente, um Estado é a capacidade de reprimir aqueles que agem, contrariamente, aos interesses desse Estado»<sup>1136</sup>.

À medida que a luta armada se desenvolvia, começou o PAIGC a transformar-se em Partido-Estado, cujo objectivo principal era, na opinião de Aristides Pereira, o de fazer «a gestão da nova sociedade emergente das regiões libertadas». Amílcar Cabral notou-a na entrevista que concedeu a Basil Davidson: «Nas nossas circunstâncias, partido equivale a Estado, porque não há outro meio de fazer do Estado um organismo verdadeiramente nacional, verdadeiramente libertador»<sup>1137</sup>.

Mais tarde, dissipou todas as incertezas e dúvidas a tal respeito: «Nós não somos só um partido, somos um Partido e um Estado ao mesmo tempo. Somos um Estado porque, nas áreas libertadas da nossa terra, temos esta organização política que é o Partido, temos uma organização administrativa paralelamente ao Partido, temos tribunais, temos calabouços, temos Exército, Milícias, Serviços de Segurança, da Saúde, da Instrução e outras coisas que são órgãos ou partes constituintes dum Estado (...)»<sup>1138</sup>.

<sup>1133</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit.

<sup>1134</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, a Prática Revolucionária - Unidade e Luta*, vol. II. Lisboa: Editora Seara Nova, 1976, p. 137.

<sup>1135</sup> - PAIGC – *Lei da Justiça Militar, de 19 de Setembro de 1966*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.045.

<sup>1136</sup> - CABRAL, Amílcar – *Sobre a Situação da Luta e as Suas Perspectivas*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.039., p. 15.

<sup>1137</sup> - DAVIDSON, Basil – Op. Cit., p. 171.

<sup>1138</sup> - CABRAL, Amílcar – *Esclarecimento Sobre as Novas Estruturas da Direcção do Partido e Sobre as Funções dos Diversos Órgãos Dirigentes*, p. 2. Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.058.

Era, de facto, o PAIGC um Estado dentro do próprio Estado colonial, um *imperium in imperium*. Assumiu, em concreto, para além de algumas atribuições clássicas dos partidos, uma multiplicidade de funções. Tornou-se *omnifuncional*, porque se viu envolvido em numerosas actividades. Em resumo, era «um *Estado paralelo*», na expressão de David E. Apter, ou então um «*poder errático*», na perspectiva de Adriano Moreira.

Em Abril de 1972, uma Missão Especial da ONU vem confirmar a existência do Estado na Guiné, no final de uma visita de uma semana às regiões controladas pelo PAIGC: «(...) É um facto irrefutável que Portugal já não exerce nenhum controlo administrativo sobre vastas regiões da Guiné (...) As populações das zonas libertadas apoiam, sem reserva, a política do PAIGC (...) que exerce nessas zonas um controlo administrativo, livre e (...) protege, efectivamente, os interesses dos habitantes, apesar das actividades portuguesas»<sup>1139</sup>.

Com isso, Portugal achava-se perante um facto inusitado numa das suas ex-colónias. A Guiné-Bissau já era um Estado *de facto*, embora o não fosse *de jure*. O país dispunha, segundo Cabral, de instituições políticas, administrativas, judiciárias, militares, sociais e culturais, próprias de um Estado, mas não tinha a personalidade jurídica no plano internacional.

Não tardou, pois, que o PAIGC proclamasse o Estado da Guiné-Bissau, que se definia como «soberano, republicano, democrático, anti-colonialista e anti-imperialista»<sup>1140</sup>. Por esse tempo, o partido dotou, ainda em 1973, o *novum* Estado de uma Constituição, com 58 artigos e quatro capítulos.

O texto consagra o PAIGC como «força dirigente da sociedade» e considera-o «a expressão suprema da vontade soberana do povo». A Constituição diz que «o poder é exercido pelas massas trabalhadoras ligadas estreitamente ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (...)». Ademais, a Lei Fundamental dotou ainda o

<sup>1139</sup> - AAVV – *Pelas Regiões Libertadas da Guiné (Bissau) e a Missão Especial da ONU*. Lisboa: Livraria Ler, s/d, pp. 85 e 86.

<sup>1140</sup> PAIGC - *Texto da Proclamação do Estado da Guiné-Bissau*. Madina de Boé, 24 de Setembro de 1973. Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.089, p. 3.

novo Estado de quatro órgãos: a Assembleia Nacional Popular, o Conselho do Estado, o Conselho dos Comissários do Povo e os Conselhos Regionais.

## 26. 2 – PARTIDO ÚNICO EM CABO VERDE

O partido único em Cabo Verde resultou de um processo histórico – o da luta de libertação na Guiné-Bissau, de onde o PAIGC extraiu a legitimidade para o impor. É um fenómeno que marcou a vida da generalidade dos países terceiro-mundistas que ascenderam à independência depois da 2ª Guerra Mundial, sobretudo após os anos 60 do século último.

É, acima de tudo, um produto do modelo do Estado que o PAIGC ensaiou de 1963 a 1973 nas chamadas zonas libertadas guineenses, por detrás de cuja lógica está a ideia de que a libertação nacional requeria uma organização política coesa, capaz de a um tempo lutar contra o colonialismo e de preparar a criação de um novo Estado, depois da independência.

A concepção de partido único em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, de pendor, marcadamente, estalinista, emanou da combinação de dois factores: a experiência de vida política nas chamadas zonas libertadas e as ideias de Amílcar Cabral sobre o Estado, a democracia e o partido. Não eclodiu, globalmente, de nenhuma construção filosófica ou política, nem tão pouco o Poder que exibiu dimanou, como erradamente Aristides Lima faz crer, de «eleições livres» (vide «Reforma Política em Cabo Verde»).

Em 30 de Junho de 1975, com a cumplicidade do Poder português, o governo de transição de Cabo Verde realizou eleições gerais nas quais apenas participou o PAIGC, enquanto os dirigentes dos partidos da oposição estavam ou presos ou então exilados em Lisboa. O escrutínio não foi livre, contrariamente à opinião expendida por Aristides Lima, sendo, isso sim, uma farsa que apenas tinha por fim legitimar o poder do PAIGC.

Dias depois, isto é, a 5 de Julho, o partido único viu-se consagrado nos primeiros textos e discursos produzidos, não obstante as referências à democracia expressas no documento da proclamação da independência, lido por Abílio Duarte, que se tornaria

presidente da Assembleia Nacional, e na presença de Vasco Gonçalves, então primeiro-ministro português.

O texto instituiu o PAIGC como «força política e dirigente da sociedade», ou seja, lembra que este partido «foi e continuará a ser a força, luz e guia» do povo de Cabo Verde. Isso posto, o diploma proclamou que «a República de Cabo Verde é um Estado de vocação democrática e de opção anti-imperialista, onde o poder soberano é exercido no sagrado interesse das massas populares, impondo-se-lhe (...) a edificação duma sociedade isenta de exploração do homem pelo homem».

O diploma da independência é, em si mesmo, um desvio à linha política de Cabral, porque elabora, em termos formais, uma concepção de Poder que não assenta ou reside na vontade do povo, em cujo nome apenas se diz que é exercido. A democracia revolucionária do fundador do PAIGC recomenda que o Poder deve ser exercido pelo povo e não em nome dele.

O destino de Cabo Verde já estava traçado, assim como o do Estado. Humberto Cardoso assinala que «o texto da proclamação da independência (...) consagrou a subordinação completa do Estado recém-nascido e da nação cabo-verdiana ao projecto político do PAIGC»<sup>1141</sup>. A dependência do Estado àquele partido confirma-se, com a adopção da Lei de Organização Política do Estado (LOPE), aprovada pela ANP, em 5 de Julho, na qual se aclama o PAIGC como partido único.

Com efeito, a LOPE adoptou, essencialmente, dois princípios fundamentais que regeram a vida política cabo-verdiana: o da hegemonia do PAIGC sobre o Estado e o da concentração de poderes na figura do Presidente da República, embora indicasse que todo o poder do Estado soberano estivesse no parlamento.

Ao preceituar, no art. 1º, que «(...) o PAIGC é a força política dirigente da nossa sociedade», a LOPE, cujo fundamento se inspirou na doutrina soviética, consentiu, de

---

<sup>1141</sup> - CARDOSO, Humberto – *O Partido Único em Cabo Verde – Um Assalto à Esperança*, 1ª Edição. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993, p. 46.

facto, a total submissão do Estado àquela organização política, consagrando, deste modo, o princípio da hegemonia do partido sobre o Estado.

Tal disposição significa «(...) que o Partido domina (...) o Estado, o qual surge como mero aparelho ou instrumento ao serviço (...) do seu programa (...) Significa que o poder supremo pertence ao Partido, que este é, de direito ou de facto, um partido único e que nenhuma outra instituição deve escapar ao seu controlo. (...) O Partido acaba por ser não só um meio de expressão da soberania do povo, mas também a origem e o fundamento do poder político»<sup>1142</sup>.

A LOPE consagrou, em termos formais, o Presidente da República como o centro do Poder, embora quem, de facto, o fosse era o chefe do Governo. Pretendia o diploma distribuir o poder equitativamente entre os dois órgãos, mas acabou por instituir uma espécie de presidencialismo de primeiro-ministro.

Cláudio Furtado observa que «(...) a configuração do ordenamento jurídico-constitucional dava, a partir da aprovação e promulgação da LOPE, ao PAIGC uma posição hegemónica em relação à sociedade, melhor dito, da dominância em relação à sociedade, levando, por conseguinte, que também exercesse esta dominância nos demais órgãos do poder de Estado, designadamente o Governo»<sup>1143</sup>.

Assim sendo, o partido único absorveu o Estado, que era a extensão do PAIGC. Em outros termos, apropriou-se de todos os instrumentos do Poder, impondo-se não somente ao Estado, mas também à própria sociedade. Cláudio Furtado concorda, reiterando que, «efectivamente, as posições e as decisões dos órgãos partidários tinham uma ascendência sobre as do poder do Estado»<sup>1144</sup>.

Schwartzemberg ajuda-o na análise, insistindo que, em regimes políticos desta natureza, «todas as grandes decisões são debatidas e decididas primeiro pelas instâncias do partido: as instâncias do Estado só intervêm depois, para a ratificação formal»<sup>1145</sup>.

<sup>1142</sup> - SILVA, António E. Duarte – Op. Cit., p.142

<sup>1143</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – Op. Cit., pp. 135-136.

<sup>1144</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – Op. Cit., pp. 135-136.

<sup>1145</sup> - SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard – Op. Cit., p. 596.

Aristides Pereira não deixou dúvidas a ninguém, num relatório que apresentou, em Novembro de 1977, ao Conselho Superior da Luta, garantindo que, na Guiné e em Cabo Verde, «(...) o Estado nasceu como um instrumento ao serviço do Partido para a realização do seu Programa. E não podia ser de outro modo».

Mais adiante, clarifica:

«A subordinação do Estado ao Partido, que encontra a sua consagração nos textos fundamentais das nossas duas Repúblicas, não pode de forma alguma significar a confusão das duas entidades ou subestimação da primeira pela segunda (...) O Partido, através de todo o seu aparelho, controla o Estado, verificando se as suas directivas são, efectivamente, cumpridas» (...) A nível da Administração Central, o Partido exerce o seu papel de orientação superior (...), intervindo, de forma determinante, na selecção e colocação dos altos funcionários do Estado»<sup>1146</sup>.

Demais a mais, o parlamento elegeu uma comissão de seis membros para, no termo de 90 dias, elaborar um projecto de constituição. O prazo não foi cumprido e o país viveu cinco anos sem a Lei Fundamental, num verdadeiro «Estado contra Direito». Pedro Pires tenta justificar-se:

«Podia parecer lógico que a Constituição fosse aprovada logo em 1975. Mas em vez de uma Constituição se elaborou uma Lei de Organização de Estado, uma lei menos complexa que uma Constituição. A partir dessa lei, dirigiu-se o Estado e começou-se a preparar a Constituição»<sup>1147</sup>.

O antigo chefe do Governo esclareceu que «se tivéssemos começado com a Constituição era muito possível que os portugueses nos obrigassem a aprovar uma Constituição aprovada por eles ou com eles. Eu penso que elemento importante teria sido evitar que a Constituição fosse elaborada pelos portugueses ou negociada em Washington»<sup>1148</sup>.

<sup>1146</sup> - Excertos deste comunicado podem ser lidos nos anexos do livro de Carlos Lopes: *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70, s/d, pp. 127-134.

<sup>1147</sup> - PIRES, Pedro – Cit., por CARDOSO, Humberto – Op. Cit., p. 47.

<sup>1148</sup> - PIRES, Pedro – Op. Cit., p. 47.



Para Humberto Cardoso, o PAICV receava que pudesse não se ver consagrado como *força dirigente do Estado*, caso os portugueses participassem na elaboração da Constituição, atendendo ao facto de que Lisboa nunca reconheceu o partido de Cabral como o único representante do povo cabo-verdiano.

Entretanto, em 1980, o PAIGC, talvez por pressão da comunidade internacional e de algum sector da Oposição, dota Cabo Verde de uma Constituição, que vem consagrar *de jure* o partido único, que já existia *de facto*. O art. 4º do texto declarava o partido de Cabral como força dirigente da sociedade e do Estado, eliminando qualquer possibilidade de pluralismo político e de alternância de Poder.

Com isso, o PAIGC, que prometera aos cabo-verdianos a democracia e o Estado de Direito, impôs-lhes, ao invés, um regime monista – a tal *democracia nacional revolucionária* – que radicava na existência do partido único, da ideologia, do chefe, da planificação da economia e do controlo da comunicação social e das forças armadas.

O partido de Cabral não instalou em Cabo Verde um regime totalitário, tomado no seu exacto sentido. Impôs, isso sim, ao povo um Estado autoritário, anti-democrático, infundiu, sem sucesso, à sociedade uma única concepção de vida, interferiu, moderadamente, na vida privada, rejeitou a tolerância, a pluralidade de partidos, doutrinas e de opiniões, assim como os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos.

O regime cabo-verdiano de partido único era, em certa medida, uma combinação de totalitarismo com o autoritarismo<sup>1149</sup>. A bem dizer, tendo embora um cariz autoritário,

<sup>1149</sup> - A generalidade dos cientistas políticos distingue o autoritarismo do totalitarismo, não se nos afigurando, portanto, fácil reduzir a uma mera fórmula os dois conceitos, tão complexa é o desafio de a elaborar. A dificuldade em precisá-los começa quando se examina a natureza quer de Estados autoritários, quer de Estados totalitários, porque, no dizer de Reinhold Zippelius (vide Teoria Geral do Estado), existem Estados que combinam traços totalitários, autoritários e autocráticos. A controvérsia conceptual avoluma-se quando o mesmo autor nota que o Estado moderno é propenso ao totalitarismo, desde que esteja submetido a um governo centralizado. É pertinente a observação, sabido que Paulo Otero (vide Democracia Totalitária) entende que todo o totalitarismo é, por definição, autoritário, alegando ainda que o totalitarismo é uma forma de autoritarismo. O termo totalitarismo foi inventado na Itália por Benito Mussolini, por volta de 1920 para descrever, segundo Theresa Calvet, (vide «Origens do Totalitarismo, 50 Anos Depois»), o novo Estado fascista por oposição ao Estado liberal. Mas, Gianfranco Pasquino (vide Curso de Ciência Política) refuta o argumento, contrapondo que quem utilizou, pela primeira vez, a expressão foram os críticos e os opositores do fascismo italiano, fazendo notar que «com orgulho e vaidade, Mussolini apropriou-se pessoalmente da designação para transmitir a impressão de ser capaz de construir um regime político novo e forte».

Porque a Itália se achava em crise, a sua regeneração, no entendimento do *Duce*, passaria pela primazia do todo sobre a parte, isto é, do Estado sobre o indivíduo. Claude Polin (vide «Totalitarismo») regista assim o nascimento do totalitarismo: «O totalitarismo nascera e a palavra encontra justificação no facto de remeter indiferentemente para a ideia da superioridade absoluta do todo (da totalidade) ou para a extensão do seu poder (que deve poder englobar a totalidade das esferas de acção do indivíduo). Afora isso, a Enciclopédia Italiana, de 1932, apresenta o partido político de Mussolini como «novidade histórica de um partido que governa totalitariamente uma nação». A palavra foi, de igual modo, empregada por intelectuais anti-nazis e por marxistas anti-estalinistas. Mais tarde, o seu uso consolidou-se na Ciência Política no decurso da guerra-fria, nos anos 50 do século último.

Em regra, costuma-se identificar o totalitarismo por seis elementos fundamentais: a ideologia, o partido único, chefiado por um homem, o terror, o controlo dos meios de comunicação de massa, a economia centralizada e o monopólio das forças armadas. As mais conhecidas obras sobre o totalitarismo são «Origens de Totalitarismo», de Hannah Arendt, (1951) e de Carl J. Friedrich e Zbigniew, «Totalitarismo Ditatorial e Autocracia» (1956). Em ambas as obras, os três autores se dão ao trabalho de analisar, em detalhe, este fenómeno. Embora diverjam em alguns aspectos, nomeadamente na essência do totalitarismo, na personalização do poder, contudo, aproximam-se em muitos outros. Todos eles encaram o totalitarismo «como uma nova forma de



continha, é certo, alguns traços de totalitarismo. Se deste extraiu a ideia de não prestar contas dos actos que pratica, o terror psicológico, a concentração do poder na cúpula do partido, a polícia política, etc., etc., daquele recebeu o princípio do monopólio do Poder, da limitação das liberdades, a imposição do sistema de valores e de crenças.

Porém, a exemplo do totalitarismo e dos partidos únicos nos países em via de desenvolvimento, tinha o PAIGC, ao contrário do autoritarismo, imensa propensão para enquadrar e mobilizar as massas populares, com a organização de sumptuosos comícios

---

dominação política, pelo facto de ser capaz de conseguir um grau de penetração e de mobilização da sociedade que não tem precedentes nos regimes conhecidos do passado. De acordo com Hannah Arendt, o que caracteriza o sistema totalitário é a «dominação total», que não tolera «nem a livre iniciativa em nenhum domínio, nem nenhuma actividade que não esteja inteiramente previsível». Para a pensadora alemã, de origem judaica, este regime político, que aterroriza os seres humanos, não é mais do que a «absorção da sociedade pelo sistema» e não pelo Estado.

Arendt, Brzezinski e Friedrich aceitam, sem discordância, que o elemento fundamental do totalitarismo é o terror: a sua essência, para a primeira; a sua característica mais principal, para os segundos. A isto se acrescenta a asserção de Merle Fainsod, segundo a qual o terror é o eixo do totalitarismo. Dito doutro modo, é um instrumento destinado a obter a obediência dos cidadãos. Adriano Moreira (vide «Totalitarismo», na Enciclopédia POLIS), pensa que o totalitarismo não aceita limites éticos superiores e caracteriza-se pela mobilização política permanente e total da sociedade, pela fusão entre o público e o privado e pela transformação social imperativa. Em resumo – especificou – os elementos constitutivos do totalitarismo são o partido único, o ditador e o terror. Mais concretamente, sustenta que o traço dominante deste regime é a total indiferenciação, ante o Poder, do público e do privado, do Estado e da sociedade.

Claude Polin define-o como um «regime que defende, explicitamente, o exercício de um poder total sobre o indivíduo», para além de ser opressivo e arbitrário. Pelo mesmo diapasão alinha Reinhold Zippelius, para quem o totalitarismo tem a tendência para impregnar e conformar toda a vida de uma comunidade. Os traços característicos do totalitarismo são, no seu entendimento, o dogmatismo ideológico, a identificação do partido dominante com a comunidade, a invasão do Estado à sociedade por agentes do Poder e o terror organizado. Mais: regulamenta a vida dos cidadãos até ao ínfimo pormenor, exige não somente convicção, mas também a obediência à lei e tutela os cidadãos.

Para Raymond Aron (vide «Democratie et Totalitarisme»), o totalitarismo não é mais do que um regime de partido único monopolista do poder, que tem por fundamento uma ideologia que exprime a verdade oficial e controlo da sociedade civil pelo terror policial e ideológico. Paulo Otero faz uma observação lapidar, ao mostrar que a expressão mais cabal do totalitarismo pode encontrar-se na asserção de Mussolini, de acordo com a qual «tudo reside no Estado e nada que seja humano ou espiritual existe ou tem valor fora do Estado».

Com isso, a exemplo de outros pensadores, admite que o totalitarismo absorve o homem e a sociedade, reduz o indivíduo a um simples objecto e prefere a violência à tolerância, a obediência à consciência, a autoridade à liberdade e a disciplina à justiça. Alguns autores marxistas analisaram também o totalitarismo. Rudolf Hilferding é um deles. Em «Capitalismo ou Socialismo», frisou que a URSS era uma economia estatal totalitária e notou que os bolcheviques criaram o primeiro Estado totalitário antes que a palavra fosse inventada. Sendo embora um marxista, propôs que se fizesse uma revisão da teoria marxista do Estado.

Hilferding observou que o Estado, ao adquirir a independência, passa a subordinar os grupos sociais aos seus objectivos. Num reparo a Engels, enfatizou que a história, «o melhor de todos os marxistas», ensinou-nos que a administração das coisas pode transformar-se numa ilimitada dominação sobre os homens. Por fim, o austro-marxista assinala que o Estado se torna totalitário quando subordina todos os processos sociais historicamente significativos à sua vontade.

Quem elaborou uma definição clássica do autoritarismo é Juan Liz, que, para a gizá, tomou como exemplo o fascismo espanhol. Em seu entender, os regimes autoritários «são sistemas de pluralismo político limitado, cuja classe política não presta conta dos seus actos, que não se baseiam numa ideologia de referência devidamente articulada, mas se caracterizam por mentalidade próprias, onde não existe uma mobilização política disseminada e em larga escala (...) e em que um líder, ou, por vezes, um pequeno grupo, exerce o poder dentro de limites mal definidos, no plano formal, mas efectivamente, previsíveis».

Para Gianfranco Pasquino, o pluralismo político de que fala Juan Liz é limitado sob vários aspectos: «são poucas as organizações autorizadas a manter e a exercer o poder político; as que existem têm de ser legitimadas pelo líder; as esferas de autonomia que lhes são reconhecidas estão algo circunscritas; de forma alguma, entram em concorrência umas com as outras». Jaime Nogueira Pinto (vide «Autoritarismo», na POLIS) caracteriza o autoritarismo, numa perspectiva ideológica ou institucional, como um modelo autocrático, não democrático e de concentração de poder. A este propósito, expõe alguns argumentos, a saber: o grupo que detém o poder exerce-o em nome próprio; tem uma concepção orgânica do poder; não recorre a eleições; não se baseia no primado da ideologia; admite uma certa forma do privado na religião e na economia; não existe a coincidência entre a sociedade e o Estado. Na avaliação de Reinhold Zippelius, o autoritarismo designa o domínio por autoridade própria e significa que o poder estatal se subtrai à disposição e ao controlo da massa democrática, segundo a divisa: autoridade, não maioria. Por outro lado, assevera que a legitimidade do Estado, em regime autoritário, não se fundamenta na vontade dos cidadãos.

Paulo Otero estabelece alguns pontos semelhantes entre o totalitarismo e o autoritarismo: ausência de uma efectiva ou aparente submissão do poder estadual ao controlo político-democrático maioritário por parte do eleitorado; ambos são avessos às eleições directas, livres e periódicas; existência de um modelo de organização política que consagra a concentração de poder; alargamento do Estado aos mais diversos domínios da sociedade; a não adopção de um modelo do Estado mínimo e o papel central das forças armadas e da polícia em ordem a garantir a sobrevivência do regime.

Aquele professor universitário pôs a descoberto algumas diferenças entre os dois regimes. O totalitarismo visa não somente o domínio integral por parte do Estado de toda a ordem social, económica, cultural e moral, mas também elimina por completo a liberdade e o pluralismo, assim como tem por intenção absorver a sociedade. Numa só palavra, é um Estado de contra-Direito. Já, a seu ver, o autoritarismo é uma técnica de exercício do Poder, ou melhor, um método de governação, que limita a liberdade, que não envolve uma ideologia forte e sem flexibilidade, nunca exige a imposição pela coerção de ideologia dominante no poder, convive bem com o pluralismo limitado, baseia-se num conjunto de valores e de crenças, assente num esforço de integração num Estado de Direito e sobrevive quase sempre de um chefe.

Gianfranco Pasquino distingue o autoritarismo do totalitarismo pela sua relutância e incapacidade de mobilizar as massas populares. Para ele, «um regime autoritário renuncia às assembleias de multidões, despolitiza as massas, mantém deliberadamente a intervenção política em níveis muito baixos, favorece, encoraja e, por vezes, exalta o regresso à esfera privada, enquanto (...) os regimes totalitários exigem um empenhamento contínuo, impõe do alto uma mobilização frequente e intensa, extinguem as fronteiras entre o privado e o público, exigem que os cidadãos empreguem na política todo ou quase todo o seu tempo livre». Adriano Moreira estabelece uma diferença também entre os dois termos. Enquanto o totalitarismo programa todos os sectores da vida do homem e da sociedade, o autoritarismo programa alguns, deixando uma parte para o sector privado. Foi claro quando comparou: o totalitarismo impõe, o autoritarismo propõe.

populares. LaPalombara e Weiner estimam que o sistema de partido único é, tipicamente, um processo destinado «a facilitar a mobilização de massas, evitando, ao mesmo tempo, a participação de massas».

O PAIGC não foge à regra. Aos olhos da sua cúpula, a mobilização, citando LaPalombara e Weiner, não era mais do que uma participação controlada e dirigida, porquanto todo o seu esquema organizacional proporcionava «as aparências de participação, sem fornecer, ao mesmo tempo, o controlo do poder»<sup>1150</sup>.

No caso em concreto, Schwartzberg observa que «o partido é utilizado para desenvolver o sentido da identidade nacional, para legitimar a autoridade dos dirigentes, para implicar os cidadãos nos *processus* políticos, etc.»<sup>1151</sup>. Na mesma linha, o PAIGC afirma-se como um partido de massas, que procura identificar-se com a comunidade e com o Estado, tentando absorvê-los.

As eleições, longe de constituírem um método de designação dos governantes, serviam apenas para ratificar os nomes propostos pelo partido e pelas suas organizações de massas: a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), a Organização dos Pioneiros de Cabo Verde (OPAD), a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e a União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical (UNTC-CS).

A função dos actos eleitorais não era a de escolher, como mandavam as leis da República e a tradição pluralista, o poder político democrático. O discurso do PAIGC não concordava com o regime que implantou. Neste caso, conforme ensina Adriano Moreira, a constituição formal não coincidiu com a constituição real – a tal falta de autenticidade do Poder, ou seja, «a falta de coincidência entre o modelo normativo de conduta que a lei proclama e o modelo de conduta que o Poder adopta»<sup>1152</sup>.

Em síntese, o Estado, em Cabo Verde, foi, historicamente, constituído sob a tutela do partido único<sup>1153</sup>. Numa nota, construiu-o, dotando-o ainda de quatro aparelhos: o

<sup>1150</sup> - SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard – Op. Cit., p. 595.

<sup>1151</sup> - SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard – Op. Cit., p. 595.

<sup>1152</sup> - MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*. Coimbra: Almedina, 1995, p. 71.

<sup>1153</sup> - HERNANDEZ, Leila Leite – Op. Cit., p. 187.

partido, as organizações de massas, a polícia política e a administração. O PAIGC, nesta complexa teia de relações, assumia, na esteira de Ghita Ionescu, o papel de aparelho principal, enquanto os restantes de secundário.

O modelo de Partido-Estado perdurou, em Cabo Verde, até 1991, quando, em 13 de Janeiro, o Movimento para a Democracia (MpD) colocou o PAICV, herdeiro do PAIGC, na oposição, nas primeiras eleições democráticas realizadas no país.

### 26.3 - DEMOCRACIA

A concepção de democracia de Amílcar Cabral conheceu duas fases distintas, sendo a primeira pluralista e a segunda monolítica. Importa situá-las, desde já. De início, o fundador do PAIGC abraçou os ideais da democracia e da liberdade, como, aliás, o atesta o memorando que enviou ao Governo português, no afã de o convencer a resolver o problema colonial<sup>1154</sup>.

No documento em apreço, expedido, em 15 de Novembro de 1960, Amílcar Cabral advogou o estabelecimento de um regime democrático em Cabo Verde, ou seja, propôs, «*inter alia*», a criação de partidos políticos e de sindicatos, a realização de eleições livres e gerais, assim como a constituição de parlamentos e de câmaras de representantes de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

O líder do PAIGC propôs ainda a Salazar a consagração das liberdades civis na Constituição. Além do mais, sugeriu que «tanto na Guiné como em Cabo Verde, a Câmara de Representantes deve ser eleita por sufrágio universal, directo e secreto, em eleições livres e gerais, controladas por uma Comissão Especial da ONU, na qual devem tomar parte observadores dos países africanos».

Tais propostas marcam, sem dúvida, o período em que Cabral se mostrava defensor do modelo ocidental de democracia, que se estriba na criação de partidos e de

<sup>1154</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, a Prática Revolucionária - Unidade e Luta*, vol. II. Lisboa: Editora Seara Nova, 1976, p. 30.

sindicatos, bem como no uso de meios pacíficos com o intuito de obter de Lisboa a independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

No entanto, com o início da guerra, o fundador do PAIGC mudou de ideias e de comportamento. A ruptura com a democracia tem lugar, em 1965, quando, por influência do modelo de administração das chamadas zonas libertadas, elaborou os quatro princípios elementares do partido: a crítica e autocritica, a direcção colectiva, o centralismo democrático e a democracia revolucionária.

Ninguém ainda conseguiu explicar o motivo por que Cabral alterou, radical e substancialmente, a sua opinião. Nem mesmo os homens que o ajudaram a criar o PAIGC, em 1956. O certo é que há uma ruptura no seu pensamento. De democracia multipartidária, de inspiração liberal, passou a defender a «democracia revolucionária», de pendor estalinista, cujo conceito expôs, em traços largos, em vários dos seus textos políticos:

«No quadro da democracia revolucionária, devemos aumentar cada vez mais a força do povo, para a transformação radical (na base) da vida do nosso povo, para uma etapa em que as armas e os meios de defesa da nossa revolução estarão inteiramente nas mãos do povo (...) Devemos avançar cada dia mais para pôr o poder nas mãos do nosso povo, para transformar profundamente a vida do nosso povo (...) para pôr o nosso povo a defender a nossa revolução. Isso é que será de facto uma democracia revolucionária amanhã, na nossa terra»<sup>1155</sup>.

A condição *sine qua non* para a aplicação da democracia revolucionária cabralista assenta na ideia de que o povo deve participar em todas as decisões que lhe digam respeito. O fundador do PAIGC exige, ainda neste quadro, que os responsáveis e os dirigentes vivam no meio do povo, à frente do povo e atrás do povo.

Amílcar Cabral pensa que o povo deve sentir, em democracia, que tem o poder nas suas mãos. Porém, lamentou que nas áreas libertadas alguns militantes o tivessem

---

<sup>1155</sup> - CABRAL, Amílcar – *Sobre a Situação da Luta e as Suas Perspectivas*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.039., p. 22

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipedro@hotmail.com](mailto:neydipedro@hotmail.com)

usurpado (...)»<sup>1156</sup>. Perante isso, deixou um aviso aos seus pares: Muitas terras caíram em desgraça, porque aqueles que mandam tiveram o medo de perder o poder.

É da opinião que, «no quadro da democracia revolucionária, o poder vem do povo, da maioria, e ninguém deve ter medo de perder o poder. O dirigente deve ser o intérprete fiel da vontade e das aspirações da maioria revolucionária e não o dono do poder, o senhor absoluto que serve do partido e não serve o partido»<sup>1157</sup>.

Para Amílcar Cabral, a democracia não é uma palavra vã. Situa-a: «No nosso partido, é uma realidade concreta do nosso trabalho revolucionário no caminho da libertação e do progresso do nosso povo»<sup>1158</sup>. Com isso, pretendia incitar os seus militantes a participarem nas reuniões, razão que o fez dizer que «a democracia não é um direito, é um dever:

«(...) Se o dirigente principal, que sou eu, tem o direito de exprimir o seu pensamento, o seu sentimento, a sua opinião sobre cada problema que existe, qualquer elemento, homem ou mulher, velho ou novo, tem o direito e o dever de exprimir, também, a sua opinião (...) Democracia não é um direito, é um dever, dentro do quadro da nossa luta»<sup>1159</sup>.

Luís Cabral foi incisivo ao dilucidar o conceito de democracia, num discurso, no parlamento guineense, em 1976: «Democracia para todos os bons filhos da nossa terra (...) para toda a gente que quer que a nossa terra se erga (...) Democracia, sim, camaradas, mas só para os bons filhos, para aqueles que não desejam que o nosso povo torne a ser explorado (...) Democracia só para aqueles que estão no caminho do nosso partido (...)»<sup>1160</sup>.

A concepção de democracia de Cabral assenta na «democracia nacional revolucionária», de inspiração soviética, que atribuía ao partido a faculdade de deter, sem

<sup>1156</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 22.

<sup>1157</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 22.

<sup>1158</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 6.

<sup>1159</sup> - CABRAL, Amílcar – *Sobre a Situação da Luta. Intervenção de Amílcar Cabral na Reunião do Conselho Superior da Luta (9 a 16 de Agosto de 1971)*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, p. 6

<sup>1160</sup> - CABRAL, Luís – *Discurso Pronunciado pelo Presidente do Conselho de Estado – Abertura Solene da 2ª sessão da 1ª Legislatura*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.143, p. 4.

o princípio da alternância política, o Poder, de dominar o Estado, de controlar a economia, as forças armadas e os órgãos de comunicação social, de não prestar contas dos seus actos, em última instância, de orientar a sociedade e os cidadãos.

Amílcar Cabral não concebeu um projecto de Estado democrático para Cabo Verde. Melhor dizendo, elaborou um *corpus* de ideias e de princípios que serviu de esteio à instituição de um regime que se fundamentava numa democracia sem partidos, de pendor autoritário.

Vale recordar a sua asserção segundo a qual «só há dois caminhos abertos perante uma nação que hoje se torna independente: voltar à dominação capitalista (via neocolonialismo, capitalismo, capitalismo de Estado) ou avançar em direcção ao socialismo». Pelos seus escritos e pelo modo como dirigiu a luta de libertação, torna-se-nos fácil concluir que Cabral pretendia implantar um pretendo Estado socialista em Cabo Verde, que, no fundo, não era mais do que a assumpção do autoritarismo estalinista.

O instrumento deste projecto era o partido único, encabeçado pela pequena-burguesia rebelde, que, ao suicidar-se como classe, isto é, ao fundir-se com os operários e com os camponeses, seria o mais fiel intérprete dos interesses das massas trabalhadoras. Todavia, no caso cabo-verdiano, o partido único, longe de chamar a si a função que Cabral lhe cometera, foi a expressão política da elite urbana que chefiou a luta anti-colonial contra o Poder português.

Como qualquer regime autoritário, pretendia unir o Estado e a nação, consolidar a independência, conciliar e harmonizar os interesses da sociedade. O PAIGC impôs em Cabo Verde um modelo de Estado da mesma igualha que o de Oliveira Salazar. As semelhanças são enormes: ambos se baseavam no partido único, no chefe, na existência da polícia política, na estatização da economia, na ideologia e no monopólio das forças armadas e dos meios de comunicação social.

O partido de Cabral limitou-se apenas a substituir um arquétipo de Estado ditatorial estrangeiro por um outro de cariz autóctone. Perante a explanação, Amílcar Cabral assume-se como um teórico de partido único, de cujo pensamento político emanou

o desenho do Estado Nacional Revolucionário implantado na Guiné e em Cabo Verde, depois da independência nacional, que não aceitava nem a alternância política nem a circulação da sede do Poder.

Em suma, Amílcar Cabral não pode definir-se nem ser definido como um democrata. Está longe de o ser, muito mesmo.

## 27 - UNIDADE GUINÉ-CABO VERDE: A GRANDE UTOPIA DE CABRAL

De par com o projecto de independência nacional, a unidade orgânica entre a Guiné e Cabo Verde constituiu o maior desígnio de Amílcar Cabral. Era a sua grande utopia, que tem por alicerce o desejo de ver os dois países unidos num único Estado, sob a direcção do PAIGC.

Desde a primeira hora, aquele partido elegeu a unidade Guiné-Cabo Verde como um dos seus principais objectivos. Neste particular, em 1956, adoptou o princípio da «unidade e luta», não sendo, por isso, descabida a opinião de Amílcar Cabral de que «a coisa melhor que o PAIGC fez foi estabelecer como base fundamental – Unidade e Luta – Unidade da Guiné, Unidade em Cabo Verde e Unidade da Guiné e Cabo Verde»<sup>1161</sup>.

A unidade entre os dois países, para além de se revelar um factor necessário, era um imperativo que sempre se colocou ao PAIGC. Aristides Pereira reconheceu-o, ressaltando que, «desde que o grupo de guineenses e cabo-verdianos, reunidos à volta de Amílcar Cabral, decidiu enfrentar a dominação estrangeira nas nossas terras, pôs-se a necessidade de uma organização que fosse capaz de unir para a luta o povo da Guiné e de Cabo Verde»<sup>1162</sup>.

Aos olhos do braço direito de Cabral, a própria fundação de uma organização política unitária, como o era o PAIGC, mostrou à saciedade que «(...) o princípio da unidade corresponde a necessidades vitais de sobrevivência dos filhos da Guiné e de Cabo Verde (...)»<sup>1163</sup>.

<sup>1161</sup> - CABRAL, Amílcar – *PAIGC: Unidade e Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 94.

<sup>1162</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 108.

<sup>1163</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 108.



Evocara Amílcar Cabral razões étnicas, históricas, políticas, culturais e económicas para justificar a ideia de unidade, que, a seu ver, resulta da própria natureza dos dois países: «Mas não existe um problema verdadeiro de lutar pela unidade da Guiné e Cabo Verde, porque, por natureza, por história, por geografia, por tendência económica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só»<sup>1164</sup>.

Aristides Pereira segue-lhe o raciocínio, notando que a unidade «(...) estava já prefigurada na comunhão de sangue, de martírios e de História dos povos da Guiné e de Cabo Verde»<sup>1165</sup>. Mas é Amílcar Cabral quem resumiu, lapidarmente, numa trilogia, a essência da unidade: «Possuímos um destino comum, temos a mesma língua e um só Partido»<sup>1166</sup>.

De facto, neste aspecto, Cabral está coberto de razão. Os fundamentos históricos que unem os dois países são evidentes. A este propósito, António Carreira lembra que «Cabo Verde (...) recebeu da Guiné (...) uma contribuição humana inestimável (...), concorrendo (...) para o seu povoamento, no geral, todas as etnias do continente fronteiro – do sul do Senegal à Serra Leoa, em particular»<sup>1167</sup>.

Em termos políticos, o fundador do PAIGC fez depender a independência de um à do outro. O mesmo é assumir que «não há independência na Guiné sem a independência de Cabo Verde, nem a independência da República da Guiné, do Senegal ou da Mauritânia (...) sem Cabo Verde ser independente». Para ele, só um leigo, em matéria de estratégia, pode pensar que a África pode ser independente com Cabo Verde ocupado pelos colonialistas<sup>1168</sup>.

Não é em vão que o diz. No fundo, tinha ele em mente uma preocupação que se lhe afigurou muito importante, temendo que Cabo Verde, enquanto colónia, pudesse

<sup>1164</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 92.

<sup>1165</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 108.

<sup>1166</sup> - CABRAL, Amílcar – *Unidade Política e Moral – Força Principal da Nossa Luta Comum*. Discurso Pronunciado, em nome da Delegação do PAIGC, pelo Camarada Amílcar Cabral, Secretário-Geral do Partido, à 2ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (Dar – es – Salaam – 3 a 8/10/1965). Lisboa: Arquivos da Fundação Mário Soares, 4602. 038.

<sup>1167</sup> - CARREIRA, António – *A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde – A sua Unidade Histórica e Populacional*. In «Ultramar», nº 32, ano VIII, vol VIII. Lisboa, 1968, p. 79.

<sup>1168</sup> - CABRAL, Amílcar – *PAIGC: Unidade e Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 94.



servir de base logística de Portugal e da NATO para uma «eventual agressão imperialista» contra Angola, Moçambique, África do Sul e os Estados independentes de África.

Outros motivos confluem para a ideia da unidade. Temos aqui em atenção as relações económicas entre os dois países, cujas primícias se localizam na génese da colonização da Guiné e do povoamento de Cabo Verde. Joaquim Duarte Silva observa que «circunstâncias de ordem climática tornaram, desde logo, indispensável o recurso à mão-de-obra dos nativos da Guiné, sem a qual a agricultura da ilha seria impossível»<sup>1169</sup>.

O comércio de escravo e de mercadorias permitiu, ao longo de séculos, que as duas antigas colónias desenvolvessem um largo intercâmbio económico. António Carreira recorda que «Cabo Verde e Guiné tinham economias que se completavam mesmo na descontinuidade dos territórios e na diversidade das produções (...) Se Cabo Verde precisava da Guiné para sobreviver, esta não tinha condições integrais de desenvolvimento sem o arquipélago»<sup>1170</sup>.

Culturalmente, os dois países também se aproximam. Cabo Verde legou à Guiné a língua (o crioulo) e dela recebeu algumas manifestações culturais, que se diluíram com o tempo, dando origem, assim, com o concurso da cultura portuguesa, a novos traços identitários hoje presentes nas ilhas.

Os cabo-verdianos «(...) exerceram uma influência cultural relevante sobre a massa nativa, miscigenando-se progressivamente»<sup>1171</sup>. António Carreira lê este fenómeno como o retorno dos cabo-verdianos «(...) às terras dos seus antepassados africanos a «retribuir», depois de aperfeiçoada, a herança cultural recebida»<sup>1172</sup>. A seu ver, «era Cabo Verde a «pagar» à Guiné quanto esta concorrera para o seu desenvolvimento»<sup>1173</sup>.

Dulce Almada Duarte deixa escapar a ideia de que, do ponto de vista cultural, o projecto da unidade tinha por intenção, em última instância, a reafricanização completa

<sup>1169</sup> - SILVA, Joaquim Duarte – *A Acção dos Cabo-verdianos na Colonização na Guiné*. In «Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné», Vol I, Organizado pela Sociedade Geografia de Lisboa, Lisboa, ano MCMXLVI, p. 309.

<sup>1170</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 78.

<sup>1171</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 92.

<sup>1172</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 92.

<sup>1173</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p. 92.

do homem cabo-verdiano. Para ela, «a unidade com a Guiné-Bissau criara, de facto, uma dinâmica que levava o cabo-verdiano a ultrapassar, em escassos anos, mais de um século de alienação cultural e de perda da consciência das suas raízes africanas»<sup>1174</sup>.

Comete aquela intelectual um pecado mortal, porque esquece que a cultura cabo-verdiana tem, também, raízes europeias, de par com as africanas. A textura sócio-cultural do homem cabo-verdiano afasta qualquer possibilidade da sua reafrikanização. Aliás, esta ideia não colhe, em Cabo Verde, porque o homem que o habita, pela sua cultura, não é de todo nem africano nem europeu. É cabo-verdiano, com a sua identidade própria.

A «reafrikanização dos espíritos» é, em si, uma negação da cultura cabo-verdiana, porque não aceita as mudanças que nela se verificaram ao longo de séculos, as quais resultaram do confronto entre africanos e europeus. É uma falsa questão que contraria a reelaboração cultural operada em Cabo Verde.

Não se pode reafrikanizar, nem reeuropeizar quem não é nem africano nem europeu, como o é o cabo-verdiano, em termos culturais. É lamentável o equívoco, que levou Cabral a cometer um grande erro de avaliação, ao pretender reafrikanizar o que não é de todo africano.

Amílcar Cabral buscou até argumentos de natureza geográfica para defender a unidade, com base nos quais situou a importância geo-estratégica de Cabo Verde, a qual se lhe afigurou como um pilar importante na então geopolítica mundial. A acuidade do assunto preocupou-o muito, a ponto de o deixar apreensivo se o Poder colonial ceder às pretensões de a NATO se expandir até o Atlântico Sul, passando, também, por Cabo Verde.

O seu receio ficou a dever-se à importância que, em termos geopolíticos, Portugal atribuía a Cabo Verde. Daí que ele visse alguma complementaridade, no plano geográfico, entre as duas antigas colónias: «A nossa realidade geográfica, ainda, é que a Guiné, na

---

<sup>1174</sup> - DUARTE, Dulce Almada – *Os Fundamentos Culturais da Unidade*. In «Continuar Cabral», Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983. Praia: Edição Grafedito, 1984, p. 221.

sua maioria, não tem nenhuma montanha, nenhuma elevação (...) e Cabo Verde são ilhas vulcânicas e montanhosas. Mesmo neste aspecto, vemos que um completa o outro»<sup>1175</sup>.

O PAIGC, em 1960, estipulou os alicerces sobre cujas bases se iriam fundamentar a unidade. O Cap. III do seu programa é elucidativo:

1 – Depois da conquista da independência nacional da Guiné e de Cabo Verde, e com base na vontade popular que será oportunamente consultada, união destes dois povos para construírem uma pátria africana forte e progressiva.

2 – A forma de união dos dois povos será estabelecida pelos seus representantes legítimos, livremente eleitos.

3 – Direitos e deveres iguais, união sólida e colaboração fraternal entre os guineenses e cabo-verdianos. Interdição e liquidação de todas as tentativas de divisão dos dois povos.

O princípio da unidade voltou a estar consignado, em dois artigos, na Constituição de Boé. Se o 1º preceitua que «a Guiné-Bissau é uma República soberana (...) que luta (...) pela unidade da Guiné-Bissau e do arquipélago de Cabo Verde», já o terceiro concretiza que «o Estado fixa-se como objectivo a libertação total da Guiné e Cabo Verde do colonialismo, a sua unificação num Estado, de acordo com a vontade popular».

Deste postulado decorre a opinião de Aristides Pereira, de concordância com a qual o Estado da Guiné-Bissau, proclamado, em Boé, «(...) tem a tarefa grandiosa de unir essas duas parcelas do nosso território num Estado unificado (...)»<sup>1176</sup>. Em Agosto de 1974, o antigo Presidente de Cabo Verde esclareceu os princípios fundamentais que deverão nortear o processo:

<sup>1175</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria – Unidade e Luta*, vol I, 2ª Edição. «Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade)». Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 135.

<sup>1176</sup> - PEREIRA, Aristides – Discurso Pronunciado pelo Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, na sessão inaugural da 1ª Legislatura (Extracto da Acta da Sessão). Boé, 23 Setembro de 1973. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602. 086.

«(...) O povo da Guiné, que já é soberano, elegeu a Assembleia Popular da Guiné, proclamou o Estado da Guiné-Bissau e adoptou uma Constituição na qual estão definidos os princípios da unidade. O povo de Cabo Verde, no momento oportuno, elegerá a Assembleia Nacional de Cabo Verde, promulgará uma Constituição e definirá a sua posição em relação ao princípio da unidade. As duas Assembleias Nacionais Populares, em conjunto, constituirão a Assembleia Suprema da Guiné e Cabo Verde, que criará os órgãos de soberania da união»<sup>1177</sup>.

Segundo Aristides Pereira, a união deverá ocorrer por livre vontade dos dois povos, livremente expressa e «(...) sem qualquer interferência por parte das autoridades portuguesas ou de qualquer outra potência estrangeira». Em princípio, organizar-se-á uma consulta popular, com base em cujos resultados se definirão os critérios finais do projecto.

A ideia envolve ainda, no dizer dos ideólogos do PAIGC, a «(...) unidade da nação na Guiné e em Cabo Verde: unidade económica, social e cultural – colaboração fraternal entre todos os cidadãos, considerados individualmente, em camadas sociais ou em grupos étnicos».

Depois da independência de Cabo Verde e da Guiné, o PAIGC viu nascer o ensejo único de implantar o projecto de união. Para o efeito, criou o Conselho de Unidade, cujo desafio maior era o de elaborar o projecto de constituição do Estado único a instituir. Muito cedo, porém, se viu mergulhado no marasmo que o impediu de dar resposta ao repto.

Pelo exposto se nota que a unidade Guiné-Cabo Verde começou, timidamente, a tomar corpo. Em termos económicos, os governos dos dois países criaram algumas empresas mistas com o escopo último de acelerar o projecto, que, na expressão de Cláudio Furtado, se encontrava na verdade, desde a independência, «em banho-Maria»<sup>1178</sup>. Porém, a intenção foi, abruptamente, interrompida com o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980.

<sup>1177</sup> - PEREIRA, Aristides – *Mensagem do Secretário-Geral do PAIGC, Camarada Aristides Pereira, por ocasião do 15 aniversário do Massacre de Pidjiguiti*, 3 de Agosto de 1974. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602. 101.

<sup>1178</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – Op. Cit., p. 154.

A ideia da unidade entre os dois países é remota. Os portugueses experimentaram-na, em três séculos. Aliás, Amílcar Cabral reconheceu-a: «A união orgânica entre Guiné e Cabo Verde começou em 1550, com a nomeação do primeiro Capitão-Geral nas ilhas de Cabo Verde e na Guiné»<sup>1179</sup>. Impõe-se ressaltar que não é sem razão que, oficialmente, o território se chamava a «Guiné de Cabo Verde», designação que «exprime bem a subordinação do território africano»<sup>1180</sup> àquelas ilhas.

Do seu descobrimento até 1834, a Guiné tinha duas capitanias, sendo uma em Cacheu e outra em Bissau. No ano seguinte, foram unificadas numa comarca dependente de Cabo Verde. Em 1842, volta a ter dois territórios autónomos, o de Cacheu e o de Bissau, cada um dos quais dirigidos por um governador sujeito ao governador-geral de Cabo Verde. A partir de 1852, passa a ser um único distrito do arquipélago, de que se livrou em 1879, como adiante se mostrará.

Desde 1550, a Guiné viu-se submetida à organização político-administrativa cabo-verdiana, ficando a depender, a todos os níveis, da ilha de Santiago. De então a 1879, portanto, mais de três séculos, os dois territórios estiveram ligados por uma união orgânica sob a tutela portuguesa, mas administrada pelos ilhéus.

A presença cabo-verdiana na Guiné deveu-se, em grande parte, pelo menos até 1879, ao desinteresse manifestado por Portugal na preservação da colónia. Os reinóis não se mostravam muito inclinados em deslocar-se àquelas paragens. Muitas causas o explicam, nomeadamente a ausência de riquezas, o clima, as doenças mortais, a que acresce a falta de militares, os quais, no entanto, eram colocados noutras colónias cujos interesses económicos e políticos mais justificavam a sua permanência.

Daí o recurso a cabo-verdianos, que, ao contrário dos portugueses, tinham muito interesse em ir às costas da Guiné, onde começaram a chegar no início do séc. XVI para comerciar escravos e mercadorias destinadas à América espanhola. O arquipélago não

<sup>1179</sup> - CABRAL, Amílcar – *Relatório Geral sobre a Luta de Libertação Nacional, apresentado na «Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde»*. Dacar, 12 a 14 de Julho de 1960.

<sup>1180</sup> - RIBEIRO, Orlando – *Panorama da Expansão Portuguesa*. In «Estudos de Ciências Políticas e Sociais», n.º 59, Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1962, p. 115.

lhes oferecia condições de vida ideais e viam aqueles sítios como um porto seguro para desenvolver actividades económicas lucrativas.

António Carreira demonstra que a história da expansão portuguesa na parte ocidental de África é, ao mesmo tempo, a da penetração do cabo-verdiano no continente negro, sem o qual se tornaria extremamente difícil aos colonos portugueses transpor, de modo tão profundo, os rios e os matos africanos, acabando por influenciar a vida social dos indígenas.

O domínio dos cabo-verdianos na Guiné começou com a colonização desta por portugueses. Fausto Duarte escreve que «(...) a Guiné deve verdadeiramente a sua origem portuguesa aos colonos do arquipélago fronteiro à terra firme. Foram eles quem semeou pelos rios as manchas de colonização que haveriam de impelir mais tarde quaisquer pretensões dos estrangeiros sobre os seus territórios»<sup>1181</sup>.

O autor é peremptório e chega ao âmago do problema: «O cabo-verdiano, desembarcando em terra para fazer comércio, iniciou a política de conquista, e ao fazer-se *lançado*, à semelhança do *bandeirante* do outro lado do mar, desobedecendo corajosamente ao alvará real que lhe impunha severas sanções, começou verdadeiramente a acção necessária para a posse efectiva da terra»<sup>1182</sup>.

Um outro factor que pesou no povoamento da Guiné foi a ligação desta com Cabo Verde. Como refere A. Teixeira da Mota, «(...) a população cabo-verdiana foi um reservatório de gente para a Guiné, muito contribuindo para a fixação de portugueses aí (...)»<sup>1183</sup>. Porque se revelaram insuficientes os recursos do arquipélago, pôs-se, em certos sectores políticos de Lisboa, a hipótese de os ilhéus chamarem a si em massa o povoamento da Guiné e mesmo o da Serra Leoa, ideia contra a qual se insurgiu de pronto Filipe II.

A Guiné, na acepção antiga do termo, deu, no entender de António Carreira, a massa humana a Cabo Verde, em cujo processo de povoamento concorreram,

<sup>1181</sup> - DUARTE, Fausto – Op. Cit., p. 209.

<sup>1182</sup> - DUARTE, Fausto – Op. Cit., p. 209.

<sup>1183</sup> - MOTA, A. Teixeira – *Guiné Portuguesa*, II Vol. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1954, p. 20.

essencialmente, as etnias situadas do sul do Senegal à Serra Leoa. Na mesma linha Simeão Vitória considera que «as duas terras estão ligadas por um forte vínculo das suas populações»<sup>1184</sup>.

António Carreira recua no espaço e no tempo para dilucidar que o próprio descobrimento da Guiné só viria a ter a devida repercussão anos após o de Cabo Verde, facto que o levou a dizer que, durante muitíssimos anos, «(...) o desenvolvimento mercantil, a evolução social e a própria defesa da presença portuguesa naquela zona se ficaram devendo à excelente posição geográfica das Ilhas e (...) e aos mestiços cabo-verdianos (...)»<sup>1185</sup>.

Logo após a Conferência de Berlim, Portugal tomou a decisão de ocupar, com efeito, a Guiné. Até então a sua presença no território se cingia a entrepostos comerciais, situados nas regiões costeiras, e a algumas zonas do interior. Impunha-se, diante da cobiça das outras potências ocidentais, estender o poder e a administração coloniais a todos os cantos da província.

Sendo esta uma dependência de Cabo Verde, a este competia o encargo de lhe impor obediência, ora pela persuasão, ora pela força, ora pela violência. Não foi, contudo, um passeio o estabelecimento da ordem, dada a resistência das populações, nomeadamente os manjacos, os papéis, os balantas, os fulas e os mandingas. Uma vez mais, inevitável era o recurso a Cabo Verde, a cujo Governador a Guiné solicitava reforços militares sempre que se visse aflita e a braços com a oposição feroz dos indígenas.

Aliás, é de notar que, desde o séc. XVIII, as forças militares estacionadas na Guiné eram originárias de Cabo Verde. O recurso a soldados das ilhas era devido ao clima quente e às doenças. Os cabo-verdianos resistiam-se-lhes, contrariamente, às tropas portuguesas, que mal chegavam a Bissau, eram internadas em hospitais. Logo, viam-se impossibilitadas de lutar.

<sup>1184</sup> - VITÓRIA, Simeão – *O Esforço dos Portugueses de Cor na Construção do Império*. In «Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné», Vol I, Organizado pela Sociedade Geografia de Lisboa. Lisboa, ano MCMXLVI, p. 304.

<sup>1185</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p 73.

Se a dependência político-administrativa da Guiné a Cabo Verde suscitara um sentimento anti-cabo-verdiano, ao tempo, por demais visível, já as chamadas «guerras de pacificação», de 1841 a 1936, adensaram-na, à vista desarmada, dado que nelas os cabo-verdianos foram chamados a desempenhar um papel sobremodo crucial.

As «guerras de pacificação» constituem, efectivamente, a fase mais dolorosa e complexa da colonização portuguesa na Guiné. Trata-se, no fundo, de «guerras de conquista», com o escopo de submeter os autóctones ao Poder. Ou, numa abordagem contrária, são revoltas anti-coloniais, sem cunho independentista, cujas causas são as mais variadas: não pagamento de impostos, disputa de terras, resistência política, entre outras.

Como lembra Teixeira Mota, raro era o ano, em quase um século de colonização, em que não ocorressem combates entre tropas coloniais e as populações locais. No total, contou René Pélessier cerca de 140 operações militares, as mais importantes das quais são, para Cabo Verde, sem a menor dúvida, a de Cacheu (1871) e a de Bolor (1878). Começemos pela primeira.

Em 24 de Janeiro de 1871, o Governador do distrito da Guiné, Álvaro Teles Caldeira, em visita a Cacheu, foi assassinado por dois grumetes, eventualmente, por questões passionais. Os culpados refugiaram-se em Cacanda, controlada pela etnia papel. Pressionado a entregar os suspeitos às autoridades, o régulo local recusa-se a fazê-lo, acicatando, ainda mais, a tensão bem patente entre os seus súbditos e o Poder colonial.

Ante a decisão, o Governador-Geral de Cabo Verde, Alexandre de Almeida e Albuquerque, envia para Guiné o seu Batalhão nº 1, estacionado em Santiago, composto por 200 soldados. Chegados a Bissau, os cabo-verdianos, reforçados com mais 200 homens, atacaram Cacanda (Cacheu), a 8 de Março. O local foi tomado e arrasado em cinco horas de combate. Os dois grumetes foram entregues e deportados para Cabo Verde.

A grande expedição cabo-verdiana resultou em êxito: «A honra foi vingada, as perdas são suportáveis, os grumetes culpados serão punidos, é oferecido um banquete aos



oficiais pelo Governador-geral e organizar-se-á mesmo um recital no teatro africano da Praia»<sup>1186</sup>.

A conquista de Cacanda deixou marcas em Cabo Verde, não só pela ferocidade dos combates mas, também, e sobretudo, pelas febres benignas que atingiam os naturais de Santo Antão. A este propósito, Gabriel Fortes<sup>1187</sup> estima que «soldado que fosse convocado na ilha de Santiago para a Guiné era dado logo como morto e fazia-se a sua cerimónia fúnebre ainda antes dele sair da ilha».

É, no entanto, em 30 de Dezembro de 1878, que ocorre a mais importante batalha militar que opôs os cabo-verdianos aos guineenses. Tudo começou quando o Governador do distrito da Guiné, António José Cabral Vieira, comandou, num barco de guerra, com cerca de 300 homens, um assalto a Bolor para expulsar os felupes de Jufunco.

À partida, pensava-se que a operação mais não seria do que um esforço destinado a manter a ordem na região, entrementes, desestabilizada por irmãos desavindos da etnia felupe. Mal pôs lá os pés, José Vieira tentou negociar a retirada dos invasores da região. Frustrados os contactos, ordenou o ataque, rechaçado, com êxito, pelos guerrilheiros felupes.

Uma vez derrotados, os soldados puseram-se em fuga, dirigindo-se para o navio que os esperava ao largo do rio Bolor. Com excesso de peso, o barco afundou-se, ficando todos à mercê dos felupes. O balanço foi trágico. Mais de 200 mortos, cinquenta e um dos quais cabo-verdianos. «Com arma branca, os vencedores ajustam contas com os soldados de Cabo Verde»,<sup>1188</sup> assassinados sob o olhar do Governador, que nada fez para evitar o morticínio.

O «desastre de Bolor» foi o mais pesado desaire militar português na História da Guiné e repercutiu-se, extensamente, no arquipélago e em Portugal. Na época, um jornal, no caso vertente, «O Independente de Cabo Verde», abriu uma inscrição «para se fazerem exéquias pomposas por alma dos soldados massacrados em Bolor».

<sup>1186</sup> - PÉLISSIER, René – *História da Guiné – Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*, vol I. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 153.

<sup>1187</sup> - Vide «O Medo que a Guiné outrora causava ao Povo Rude de Cabo Verde», publicado em 1892.

<sup>1188</sup> - PÉLISSIER, René – Op. Cit., p. 170.

Se Bolor foi uma tragédia para os cabo-verdianos, também, o foi para o Governador do distrito da Guiné. José Vieira pagou muito caro a ousadia de ter atacado os felupes, sem a preparação que se impunha. Em consequência da derrota militar, foi julgado pelo Conselho de Guerra, que, no entanto, o absolveu, não impedindo, contudo, que, em 18 de Janeiro de 1879, se visse afastado do cargo.

Mas quem, politicamente, ganhou, em toda a linha, com Bolor foi a Guiné, que, em 18 de Março de 1879, foi desanexada de Cabo Verde. «Dali em diante, a Guiné torna-se, por sua vez, uma verdadeira província com, à cabeça, um governador totalmente independente do governador-geral na Praia»<sup>1189</sup>.

De acordo com Teixeira Mota, foi o desastre militar de Bolor que levou o Governo central «(...) a decretar (...) a autonomia administrativa da Guiné, desligando-a (...) de Cabo Verde. As necessidades crescentes do território já não podiam compadecer com uma administração feita à distância. Durante séculos, a Guiné fora amparada pelos (...) filhos do arquipélago, que contribuíram decisivamente para que no continente se mantivesse a soberania portuguesa, levando a cabo uma vasta obra civilizadora»<sup>1190</sup>.

A Guiné, enquanto distrito, conquistava, assim, a sua primeira *independência* – a de Cabo Verde, a cujo Governo se achava submetida desde as primícias da ocupação portuguesa até 1879. Deixou de ser, na expressão de René Pelissier, «colónia de uma colónia», ganhando, destarte, a sua autonomia que muitos sectores autóctones reclamavam havia séculos. A Guiné atingiu, no dizer de António Carreira, a maioridade.

Terminou assim, em termos políticos, a dependência da Guiné a Cabo Verde. «(...) Não é uma revolução social que a marca, mas, antes, uma verdadeira machadada (...)»<sup>1191</sup> que põe fim às relações administrativas entre os dois países. Consumada a separação, o Governo central dá-se ao trabalho de reorganizar os serviços públicos guineenses.

<sup>1189</sup> - PÉLISSIER, René – Op. Cit., p. 173.

<sup>1190</sup> - MOTA, A. Teixeira – Op. Cit., p. 32.

<sup>1191</sup> - PÉLISSIER, René – Op. Cit., p. 167.

Mesmo depois da separação da Guiné, as tropas cabo-verdianas continuaram a intervir em operações militares, a última das quais se deu na segunda guerra de Bissau, em 19 de Abril de 1891, para fazer face a uma rebelião. Mais de 100 homens, entre oficiais, soldados e sargentos, desembarcaram na capital guineense. Nos combates pelo controlo da cidade, morreram 35 cabo-verdianos, de acordo com informações recolhidas por Joaquim Duarte Silva.

A dimensão da participação cabo-verdiana nas chamadas «guerras de pacificação» na Guiné é aqui retratada por aquele autor: «(...) Sem ofender a verdade, não há recanto da Guiné que não guarde ossadas de soldados cabo-verdianos, que não haja sido regado de sangue de soldados cabo-verdianos, mortos em serviço de Portugal, na ocupação militar e na pacificação da Guiné»<sup>1192</sup>.

A Guiné não se livrou dos cabo-verdianos, mesmo depois da desejada autonomia. A desanexação não a libertou da antiga influência, que, a partir de 1879, se manifesta apenas em áreas administrativas. Embora deixassem de a administrar, directamente, os ilhéus nunca perderam o controlo do território. A acreditar em António Carreira, as duas colónias não se «divorciaram», porque se completaram, constituindo um todo, ainda que, por lei, se achassem autonomizadas.

Segundo Fausto Duarte, «a corrente mantém-se através da imigração contínua, a lembrar um rio obrigado a caminhar eternamente no mesmo leito»,<sup>1193</sup> a que acresce a afirmação de Teixeira Mota de que «à fase da ocupação militar, que tão duros e longos sacrifícios custou, seguiu-se a fase da ocupação administrativa»<sup>1194</sup>.

Além do mais, a Guiné não tinha gente com experiência para dirigir o comércio e a agricultura. As insuficiências eram enormes: carecia de braços para cultivar a terra, de operários, de artífices especializados e de homens que pudessem empregar-se em serviços domésticos. Para as suprir, Fausto Duarte apontou uma solução:

---

<sup>1192</sup> - SILVA, Joaquim Duarte – Op. Cit., p. 311.

<sup>1193</sup> - DUARTE, Fausto – Op. Cit., p. 210.

<sup>1194</sup> - MOTA, A. Teixeira – Op. Cit., p. 34.

«Só Cabo Verde poderá fornecer em condições mais vantajosas essas espécies de colonos tão indispensáveis ao seu progresso. Para tanto, seria necessário rever a legislação sobre os imigrantes, concedendo-se facilidades aos cabo-verdianos que desejam entrar nos portos da Guiné portuguesa. Seria igualmente útil colocar em regime de protecção aduaneira as mercadorias vindas de Cabo Verde»<sup>1195</sup>.

Assim, a Guiné continuou a receber em massa soldados, padres, professores, funcionários, entre outros quadros, destinados a assegurar o funcionamento da sua administração. A utilidade dos cabo-verdianos era de enorme premência, a julgar por um excerto do relatório do Conde Henrique d' Arpoare, agrónomo interino de Cabo Verde, elaborado três anos depois da autonomia da Guiné: «O cabo-verdiano é indispensável na Guiné para ocupar e colonizar este importante território (...)».

Neste particular, muitos cabo-verdianos, oriundos de Santiago, fugindo das longas secas, emigram para a Guiné e tomam conta do comércio e da agricultura, já que, nestes dois sectores, tinham largo traquejo quando comparado com o dos guineenses. Afora isso, ocupam o funcionalismo público, por possuírem aptidões literárias e técnicas bastante superiores às dos guineenses, que se viram, assim, arredados de cargos cimeiros da Administração Pública.

Aristides Pereira perfilha a mesma ideia, fazendo ver que «(...) os portugueses encorajaram com afínco a provisão nesses cargos de cabo-verdianos que possuíam as qualificações necessárias à sua ocupação»<sup>1196</sup>, ideia a que Peter Karibe Mendy deu o seu pleno assentimento, quando evidencia que, tanto nos meios urbanos quanto nos rurais, os cabo-verdianos arrebatavam aos guineenses as posições administrativas de destaque.

As «guerras de pacificação» terminaram, em termos oficiais, em 1917, mas, em abono da verdade, só chegaram ao fim, em 1936, quando os últimos resistentes bijagós de Canhabaque se renderam às mãos de Teixeira Pinto, a quem Amílcar Cabral apelidava de «criminoso e sanguinário» e o seu pai Juvenal Cabral de «herói». Duas leituras divergentes, que, talvez, se expliquem pela diferença de consciência e de tempo.

<sup>1195</sup> - DUARTE, Fausto – Op. Cit., pp. 210-211.

<sup>1196</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 32.

Ao longo de toda a História da Guiné são muitos os cabo-verdianos que nela se destacaram. O rol de ilhéus que contribuíram para perpetuar a presença portuguesa, em terras guineenses, mostra o quão importante foi o concurso do arquipélago nesta grandiosa empresa.

Juvenal Cabral observa que não é justo «(...) esquecer que nas campanhas que, no decorrer do século XIX, se desenrolaram em prol do estabelecimento da soberania portuguesa na Guiné, muitos cabo-verdianos se distinguiram, tendo alguns sido contemplados com o ambicionado Colar da Torre e Espada»<sup>1197</sup>.

Francisco de Carvalho Alvarenga, Aurélia Alvarenga, João Pereira Barreto, Nicolau Monteiro de Macedo, José Valério, Francisco de Paula Gomes Barbosa, Sebastião José Barbosa, Sérgio Leitão de Melo, Viriato Gomes da Fonseca, Joaquim António Pereira e Augusto José Lima Júnior são alguns dos nomes que, em épocas diferentes, mais contribuíram para manter a bandeira portuguesa na Guiné.

De entre estes homens, há, no entanto, três que se notabilizaram, de maneira distinta, no interesse da Guiné. Trata-se de André Álvares de Almada, de Honório Pereira Barreto e de Caetano José Nazolini. O primeiro, natural da ilha de Santiago, viveu no séc. XVI, tendo escrito, em 1594, uma notável obra (O Tratado Breve dos Rios da Guiné de Cabo Verde) que ainda serve de guia a quem pretenda conhecer, minuciosamente, a história da antiga colónia portuguesa.

Geógrafo, capitão, comerciante, observador arguto e perspicaz, André Álvares de Almada constitui, sem dúvida alguma, uma referência incontornável da História da Guiné e de Cabo Verde. Foi um dos primeiros, senão o primeiro historiador que Cabo Verde viu nascer, embora dele não se fale.

Íncrito e estrénuo apologista do estabelecimento de missões religiosas portuguesas nos territórios da Serra Leoa, como meio mais adequado de atrair e sujeitar os povos ao

---

<sup>1197</sup> - CABRAL, Juvenal – Op. Cit., p. 123.

domínio de Portugal<sup>1198</sup>, André Álvares Almada, por ter prestado valiosos serviços à igreja, foi, até à data em que faleceu, o único negro a ser armado cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em pleno séc. XIX, vem Honório Pereira Barreto marcar os destinos da Guiné, em cujo território nasceu, em 24 de Abril de 1813, embora sempre se considerasse cabo-verdiano. O pai é-o de nascimento, mas a mãe é guineense. Nomeado duas vezes Governador do distrito da Guiné, o pai já o fora, também, em Cacheu, Barreto contribuiu, com a sua influência, para desanuviar tensões entre o Poder colonial e as tribos guineenses.

Foi educado com esmero pelos pais, que o enviaram para Portugal, ainda muito jovem, a fim de frequentar prestigiadas escolas, designadamente o Colégio dos Nobres de Lisboa. Era um homem de fácil trato e de elevado prestígio junto dos anciões, que o viam, em muitos casos, como um protector em períodos de guerras tribais.

A ele se deve, indubitavelmente, o facto de a Guiné não ter sido anexada ao território senegalês, valendo-se do seu carisma para convencer os chefes de tribos a preservar a bandeira portuguesa, mesmo em épocas de acesas disputas, pelos europeus, de territórios africanos. Por esta razão, foi-lhe outorgado, em reconhecimento pelos seus feitos na Guiné, a Comenda da Torre e Espada.

Teixeira Mota fez-lhe rasgados elogios, considerando-o um vulto que, durante o séc. XIX, se ergueu a grande altura na luta para que a soberania portuguesa se mantivesse na Guiné. O escritor reconheceu que Honório Barreto «(...) não se poupou a esforços nem despesas para dignificar a administração e defender a integridade territorial da Guiné»<sup>1199</sup>, acabando com o caos financeiro, doando terrenos ao Estado e promovendo a instalação de colonos europeus e cabo-verdianos.

Amílcar Cabral critica-o, mas não deixa nunca de reconhecer o seu valor. É da opinião que Barreto, que morreu em 1859, «serviu bem» Portugal, a quem entregou a

<sup>1198</sup> - SILVA, Joaquim Duarte – Op. Cit., p. 310.

<sup>1199</sup> - MOTA, A. Teixeira – Op. Cit., vol II, p. 30.

Guiné, não obstante a cobiça dos franceses e dos ingleses: «Com os seus planos, conseguiu, de facto, pôr a Guiné nas suas mãos e entregá-la ou não aos tucas (...) Sem Honório Barreto a Guiné não seria dos tucas»<sup>1200</sup>.

Outros cabo-verdianos deixaram gravados, a letras de oiro, actos de autêntico heroísmo na história da Guiné. Um deles é Sérgio Leitão de Melo, 2º sargento, natural da ilha da Boa Vista, que, insatisfeito com o hastear, em 23 de Janeiro de 1853, da bandeira inglesa, em Bolama, substituiu-a, vezes sem conta, pela de Portugal, até ser detido pelas tropas inglesas, que, entretanto, se havia apoderado do local.

Outros três cabo-verdianos, o general Joaquim António Pereira, o capitão Augusto José de Lima Júnior, assim como Pedro Mendes Moreira, foram galardoados com a Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito, por altos serviços prestados durante as «guerras de pacificação» da Guiné, a que atrás nos referimos.

Por fim, o coronel Caetano José Nazolini é outro nome sonante a quem Portugal se deve a conservação da Guiné. Descendente de um marinheiro italiano e natural da ilha do Fogo, este comerciante exerceu, no séc. XIX, uma larga influência política no território, chegando a remunerar, do seu próprio bolso, os vencimentos dos funcionários públicos e dos soldados colocados em terras guineenses.

Não é de estranhar pois que tenha ocupado, sem grandes escolhos, o cargo de Governador da Guiné. Já o era, *de facto*, pelo prestígio e pelo poder que detinha. Resistiu sempre às incursões estrangeiras que tinham por fito apoderar-se do território, por cujos esforços viu, porém, os ingleses e os franceses destruírem, por completo, as suas propriedades, com a alegação de que estavam a combater o tráfico de escravos.

Simeão Vitória acha, em conclusão, que é à tenacidade de três personalidades prestigiosas de Cabo Verde (Caetano Nozolini, Aurélia Alvarenga e Honório Barreto) que se deve a conservação da bandeira portuguesa na Guiné: «A actividade incansável destes portugueses de cor, que o estrangeiro não pôde comprar fosse por que preço, foi

---

<sup>1200</sup> - CABRAL, Amílcar – *Análise de Alguns Tipos de Resistência*. Bolama: Edição do PAIGC, 1979, p.121.

Daniel Pedro Amadeu dos Santos

Rua Loubet Bravo – 11 – 1ª CV/Esqª - Pendão – 2745-032 – Queluz – Sintra

TMN: 962866470 – E-mail: [neydipetro@hotmail.com](mailto:neydipetro@hotmail.com)

muito mais útil à nossa administração do que a própria acção metropolitana, infelizmente nessa época tantas vezes deficiente e até antipatriótica»<sup>1201</sup>.

Perante esta explanação, torna-se-nos lícito pensar que a acção dos cabo-verdianos na Guiné foi mal vista pelos naturais desta, criando, deste modo, uma grande animosidade entre si. Isto está bem patente na forma como os guineenses os classificam: «o cabo-verdiano é pior do que o branco».

Num dos seus célebres depoimentos, Marcello Caetano aduz que, «(...) na Guiné, os cabo-verdianos não têm simpatias: tradicionalmente, são olhados como exploradores e dominadores dos indígenas». Aristides Pereira confirma que, de facto, a ascensão dos ilhéus aos lugares superiores da Administração Pública «(...) contribuiu para criar junto de muitos guineenses uma ideia pouco abonatória dos cabo-verdianos (...)»<sup>1202</sup>.

Em face disso, é legítimo concluir que os cabo-verdianos foram, na fase da ocupação da Guiné, tão colonizadores quanto os portugueses, sendo, na visão de Peter Mendy, embora deste discordemos, em pleno, «o pior aspecto da presença colonial portuguesa».

A bem dizer, constituíram, de contrário, uma peça basilar em todo o processo de colonização daquele território. Numa outra perspectiva, Fausto Duarte vai ainda mais longe, dizendo que a Guiné se serviu das ilhas para se integrar na comunidade portuguesa.

Com isso, mostra que «não há palmo de terra nesta colónia que não tivesse sentido os passos do aventureiro ou soldado, funante ou agricultor nascidos em Cabo Verde. E a penetração foi tão profunda que lhe atingiu o cerne, ficando gravado de modo indelével a sua acção que já conta trinta e cinco centúrias e mostra inabalável desejo de prosseguir»<sup>1203</sup>.

Em verdade, nenhum historiador nega a importância dos cabo-verdianos na História da Guiné. A eles se devem, indiscutivelmente, a presença portuguesa no

<sup>1201</sup> - VITÓRIA, Simeão – Op. Cit., p. 305.

<sup>1202</sup> - PEREIRA, Aristides – Op. Cit., p. 32.

<sup>1203</sup> - DUARTE, Fausto – Op. Cit., p. 210.



território. Quer na fase de colonização, quer na da conquista, quer na da ocupação, os ilhéus, por motivos diversos, sempre influenciaram os acontecimentos políticos na Guiné, ao serviço de Portugal.

António Carreira, que Cabral gostava de apelidar de colonialista, é contundente: «Até uma época relativamente moderna a Guiné esteve, quase totalmente, dependente de Cabo Verde. O seu comércio, a sua vida social, a sua navegação, tudo dependia das Ilhas. Estas eram o «cérebro»; o continente, o corpo. A governação e a vida administrativa, a sua estrutura principal, tudo era dirigido (...)»<sup>1204</sup> da ilha de Santiago.

René Pélissier é implacável na avaliação: «Até 1879, esta Guiné coto nunca será mais que a dependência esquecida de um arquipélago miserável (...) Na administração e no exército o pessoal provém maioritariamente (...) não directamente da metrópole mas do arquipélago que desempenha um papel tanto de tutor como de guarda-fogo»<sup>1205</sup>.

Não se pode falar da Guiné sem Cabo Verde, nem vice-versa. Daí, como salienta António Carreira, a dificuldade de, em certos aspectos, se falar de um território sem considerar o outro. Os cabo-verdianos, «(...) pela proximidade geográfica, adaptação ao clima e o conhecimento do território (...)»<sup>1206</sup>, foram, através dos tempos, os principais aliados de Portugal na conquista e na colonização da Guiné.

Joaquim Duarte Silva é da opinião que coube a Cabo Verde a parte mais difícil e árdua na ocupação militar, na pacificação e na colonização – até na exploração científica – de terras guineenses. Parafraseando Simeão Vitória, ao cabo-verdiano se deve a magnífica obra de civilizar as populações indígenas da Guiné.

Mas o problema não é assim colocado pelos guineenses, na opinião dos quais os cabo-verdianos, juntamente com os portugueses, são partes integrantes do sistema colonial que os oprimiu. Aos seus olhos, toda a história da Guiné, de 1550 a 1980, data da deposição de Luís Cabral, não é mais do que a história do domínio cabo-verdiano.

<sup>1204</sup> - CARREIRA, António – Op. Cit., p 73.

<sup>1205</sup> - PÉLISSIER, René – Op. Cit., p. 41.

<sup>1206</sup> - OLIVEIRA, João Nobre de – Op. Cit., p.148.

O sistema colonial português, pela forma como levou a efeito a colonização, a conquista e a ocupação da Guiné, provocou, inevitavelmente, tensões entre cabo-verdianos e guineenses, as quais ainda hoje se notam sem menor óbices. O antagonismo é profundo e secular. Amílcar Cabral, numa apreciação muito superficial do problema, reconheceu-o, sem, contudo, lhe atribuir muito valor. Menoscabou-o, pura e simplesmente, limitando-o a um aceso jogo de disputa de cargos na Administração Pública:

«A contradição que havia, que pode parecer que havia, era o seguinte: muitos funcionários e empregados coloniais na Guiné são cabo-verdianos, vários chefes de postos são cabo-verdianos, e dado que, em Cabo Verde, a instrução foi mais desenvolvida, mais possibilidades existem para os cabo-verdianos conseguirem emprego do que para os próprios filhos da Guiné»<sup>1207</sup>.

Mesmo na imprensa local da época se notava o sentimento anti-cabo-verdiano. A «Voz da Guiné, por exemplo, em 1922, notabilizou-se pelos ataques que fazia aos ilhéus, chegando um seu colaborador a escrever que «os cabo-verdianos não são da Guiné, são naturais de Cabo Verde e ninguém ignora quanto eles odeiam o nativo». Dois anos depois vem o «Pró-Guiné» adoptar o mesmo discurso.

Não obstante este clima de manifesta hostilidade, não faltava quem se dispusesse a insistir na ideia da unidade Guiné-Cabo Verde. Em plena «guerra de pacificação», isto é, em 1917, um articulista, cujo nome João Nobre de Oliveira não desvenda, fê-lo a pensar, certamente, numa fórmula mágica para acabar com a escassez de alimentos no arquipélago:

«(...) Estando as duas colónias em crise, a união delas traria benefícios mútuos às duas terras, pois a riqueza da Guiné, unida à «civilização» que os cabo-verdianos poderiam levar aos guinéus, talvez ajudasse as duas terras, pois «*Do estreitamento das suas relações pode advir uma solução económica para as nossas crises*»<sup>1208</sup>.

<sup>1207</sup> - CABRAL, Amílcar – PAIGC: *Unidade e Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 89.

<sup>1208</sup> - OLIVEIRA, João Nobre de – Op. Cit., p. 335.

Com a criação do PAIGC, em 1956, Amílcar Cabral recuperou a ideia, pensando que iria amenizar as relações entre guineenses e cabo-verdianos, sendo, decerto, com este fim, que a impôs logo de início. Fê-lo, a nosso ver, prematuramente, no momento em que se achavam ainda por cicatrizar as feridas abertas pela intervenção dos ilhéus nas chamadas «guerras de pacificação».

Estas chegaram ao fim em 1936. Vinte anos depois, ou seja, em 1956, vem Amílcar Cabral propor, de supetão, unir dois territórios, um dos quais, o de Cabo Verde, contribuiu, em larga medida, para oprimir o outro, o da Guiné-Bissau. O tempo que medeia as «guerras da pacificação» da criação do PAIGC é manifestamente pouco, senão mesmo insuficiente, para estruturar qualquer projecto de união entre os dois países.

Quando Cabral lançou o PAIGC estavam, certamente, na mente da elite guineense, em particular, e na das massas, em geral, muitas recordações e episódios de ferozes combates que opuseram os indígenas aos cabo-verdianos. A ideia de os unir, pouco tempo depois das sobreditas guerras, foi, precocemente, pensada e, irreflectidamente, elaborada.

Não obstante estas adversidades, Amílcar Cabral chamou a si um processo político complexo, o de aglutinar num partido binacional guineenses e cabo-verdianos. É grande e notável o seu mérito, de juntar pessoas, tão diversas, social e intelectualmente, num projecto político único.

A tarefa não lhe foi de todo fácil, como de resto explicou, bastas vezes. O sentimento anti-cabo-verdiano era manifesto. Nem as ideias de Cabral serviram para o disfarçar. Ninguém o podia negar. A hegemonia cabo-verdiana na Guiné tem estorvado, até hoje, qualquer projecto unitário entre os dois países. O de Cabral é um exemplo paradigmático.

As rivalidades entre guineenses e cabo-verdianos estiveram também presentes nas lutas políticas em Dacar e em Conacri, nos começos dos anos 60, do século último, e deitaram por terra todos os esforços destinados a reunificar os partidos emancipalistas de

então. A estas desinteligências se soma o dedo da PIDE, que, de resto, se fez sentir, em todo este processo.

A polícia política portuguesa, porque, habilmente, infiltrou agentes na direcção superior de muitos grupos políticos, explorou a dissensão entre os ilhéus e os continentais, jogando uns contra outros, inviabilizando, deste modo, os seus propósitos unitários. A PIDE investiu muito na divisão entre guineenses e cabo-verdianos, criando entre si um ambiente de hostilidade que provocou larga fissura no movimento de libertação.

Para o provar, basta só dizer que todos os grupos políticos, com excepção do PAIGC, rejeitavam a ideia da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, alegando, entre outras coisas, que Cabral, porque cabo-verdiano, era estrangeiro na Guiné e se opunha à formação dos verdadeiros guineenses.

Dalila Mateus considera que «as tensões entre guineenses e cabo-verdianos, ateadas pela acção psico-social do colonialismo, eram prenhes de perigo para o movimento de libertação»<sup>1209</sup>, conquanto Álvaro Nóbrega pense, em desacordo com aquela autora, que «uma tal rivalidade não passaria despercebida aos serviços de acção psicológica militar portuguesa, que, obviamente, a estimularam (...)»<sup>1210</sup>, mas não a atearam.

Henry Mendy, por exemplo, chegou mesmo a dizer que «antes de expulsar os colonialistas, era preciso, primeiro, expulsar os cabo-verdianos, os mestiços, os sem raça»<sup>1211</sup>. A juntar a estas acusações, os guineenses, volta e meia, desenterram os fantasmas do massacre de Pidjiguiti, cuja origem algumas vozes mais críticas atribuem ao historiador cabo-verdiano António Carreira, que, ao tempo, se achava em Bissau a desempenhar o cargo de administrador da Casa Gouveia.

O projecto de unidade Guiné-Cabo Verde não reunia, também, o consenso mesmo no seio dos independentistas africanos. O angolano Viriato Cruz, ao tempo, Secretário-

<sup>1209</sup> - MATEUS, Dalila Cabrita – Op. Cit., p. 64.

<sup>1210</sup> - NÓBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 209.

<sup>1211</sup> - Vide Arquivos da PIDE na Torre do Tombo. Em muitos documentos da polícia política portuguesa, nota-se um esforço por impedir a unidade entre os nacionalistas guineenses e cabo-verdianos. Os seus agentes seguiam-nos de perto e, além do mais, estavam infiltrados nas próprias estruturas superiores dos movimentos de emancipação.

Geral do MPLA, é um deles, chegando a aconselhar Cabral a desistir da ideia, «(...) tendo em conta aquilo a que ele chamava a vontade popular, referindo-se à agitação desenfreada dos nossos compatriotas de Conacri»<sup>1212</sup>.

Na opinião de Viriato Cruz, recorda Luís Cabral, «devíamos transformar a nossa organização num Partido da Guiné mesmo que os cabo-verdianos pudessem ser admitidos como militantes. O Amílcar opôs-se categoricamente a qualquer arranjo motivado pelo oportunismo dos nossos opositores»<sup>1213</sup>.

Um outro factor que impossibilitou o projecto de unidade foi a proeminente posição dos cabo-verdianos no PAIGC, a cujas estruturas cimeiras ascenderam, desde a sua fundação, pesem os desmentidos de Amílcar Cabral, que mantinha um discurso de unidade mesmo em situações que prefiguravam a existência de graves crises políticas. Foi um processo natural, que o ultrapassou. Mesmo que o quisesse travar, não o conseguiria, em virtude da diferenciação social e cultural que separava os ilhéus dos continentais.

O sector intelectual do PAIGC, maioritariamente, de origem cabo-verdiana, apoderou-se muito cedo do Poder no partido, pondo em causa as veleidades de Cabral para o distribuir, equitativamente, entre os dois grupos. Os cabo-verdianos eram talvez uma centena, e os guineenses uma larga maioria. Pelas contas de Humberto Cardoso, os ilhéus eram menos de um por cento dos combatentes.

A facção cabo-verdiana do PAIGC constituía uma maioria sociológica, muito embora, em termos numéricos, fosse uma minoria. A sua posição de domínio manifestava-se quer porque detinha, no contexto social em que se achava integrada, a titularidade do poder político, quer porque dominava e monopolizava, por completo, a própria vida do partido.

Impunha, de resto, a sua supremacia sobre os guineenses mediante um sistema social de desigualdades, herdado das próprias estruturas coloniais na Guiné, resultante da

<sup>1212</sup> - CABRAL, Luís – *Crónicas de Libertação*. Lisboa: O Jornal, 1984, p. 95

<sup>1213</sup> - CABRAL, Luís – Op. Cit., p. 95.

diferença de escolaridade, de condição social, de nível de vida material e de valores de comportamento. Outra diferença que os separava era de natureza social: os cabo-verdianos provinham de universidades e da emigração, os guineenses do campo, do interior e do meio urbano.

Além do mais, os guineenses garantiam, fundamentalmente, os esforços de guerra, enquanto os cabo-verdianos se ocupavam da direcção do partido. Trocado por miúdo, os quadros de comando eram quase todos cabo-verdianos, ao passo que os combatentes eram guineenses. A par disso, tinham os ilhéus uma clara supremacia na diplomacia.

Para a facção guineense do PAIGC, «não era lógico, nem aceitável que uma escassa centena de homens, maioritariamente não combatentes, possuísse um peso político muito superior ao dos milhares de combatentes guineenses que, diariamente, empenhavam as suas vidas nas frentes de combate»<sup>1214</sup>.

A grande questão, como observa Cláudio Furtado, é que os cabo-verdianos tinham «(...) um peso político considerável desproporcional ao seu peso demográfico (...)»<sup>1215</sup>. Os números, por si só, não reflectem o verdadeiro equilíbrio de poder político-militar no PAIGC. Neste caso, Pitágoras falhou, porque não foram os números que governavam o partido de Cabral, cuja história foi sempre marcada pelo domínio dos cabo-verdianos sobre os guineenses. Senão vejamos.

Cinco dos seis fundadores do PAIGC eram cabo-verdianos, o que, à partida, lhes conferia um estatuto de superioridade. De 1956, ano da sua criação, a 1980, o do seu desaparecimento, como partido binacional, o PAIGC sempre foi liderado por cabo-verdianos. Primeiro foi Amílcar Cabral, até 1973, seguindo-se-lhe depois Aristides Pereira, até 1980, altura em que Nino Vieira destituiu Luís Cabral da Presidência da Guiné-Bissau, cargo que ocupara desde 1973.

A distribuição de lugares não obedecia, de ponto de vista demográfico, a critérios de igualdade e balança pendia, formalmente, para o lado dos guineenses: no 1º congresso,

<sup>1214</sup> - NÓBREGA, Álvaro – Op. Cit., p. 209.

<sup>1215</sup> - FURTADO, Cláudio Alves – Op. Cit., p. 128.

foi eleita uma estrutura pouco precisa, que, no entanto, não deixou de reflectir a supremacia dos ilhéus; no 2º, dos 85 membros do Conselho Superior de Luta (CSL) 13 são cabo-verdianos e dos 25 do Comité Executivo de Luta (CEL) cinco o são. No 3º congresso, oito, de entre os 26 do CEL, são das ilhas e 23 dos 90 do CSL, também, o são.

Sendo embora uma minoria, eram os cabo-verdianos os verdadeiros detentores do Poder, mesmo quando se note alguma paridade, de resto ilusória, nos órgãos. A Comissão Permanente do CEL, que detinha a direcção efectiva do partido, era composta por três membros, todos cabo-verdianos (os irmãos Cabral e Aristides Pereira); no secretariado, de quatro dirigentes, dois eram do arquipélago, que, por sinal, ocupavam os cargos de Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto, respectivamente.

No Conselho de Guerra, a hegemonia dos cabo-verdianos era, também, muito perceptível. Dos sete membros, que o integravam, cinco eram ilhéus. Os comandos militares eram, por regra, repartidos pelos dois lados. A artilharia, para cujo uso se exigiam habilitações literárias, que os guineenses não dispunham, era, preponderantemente, dominada pelos cabo-verdianos, enquanto a infantaria se achava nas mãos dos continentais.

É talvez por isso que a maior parte dos combatentes mortos na luta armada eram da Guiné. Em dez anos de guerra, tombaram três cabo-verdianos: Jaime Mota, Zeca Santos e Justino Lopes. Este facto, a crer em informações da PIDE, serviu de pretexto, em 1968, a uma revolta dos mandingas do PAIGC, «que se rebelaram porque o maior número de baixas sofridas por aquele «partido» são daquela etnia e também porque poucos cabo-verdianos estão a lutar». Tomás Medeiros ilustra bem a situação, quando distingue: «quem comandava a guerra eram os mestiços, os cabo-verdianos, e quem morria eram os negros, os guineenses»<sup>1216</sup>.

António Spínola, conhecedor profundo do antagonismo entre guineenses e cabo-verdianos, não deixou, no decurso do seu consulado governamental, de o estimular, o que obrigou Cabral a denunciá-lo: «Os criminosos colonialistas portugueses têm vindo a

---

<sup>1216</sup> - MEDEIROS, Tomás – Em entrevista ao autor, em 15 de Março de 2004.

desenvolver uma grande campanha contra os cabo-verdianos na sua rádio, especialmente em línguas nativas da Guiné»<sup>1217</sup>, afirmando que os vão expulsar e entregar os seus respectivos postos aos verdadeiros filhos da Guiné.

Ao longo da sua história, o PAIGC foi dilacerado por graves problemas internos resultantes das contradições seculares entre guineenses e cabo-verdianos. Muitos episódios os retratam, pondo a descoberto o verdadeiro móbil que movia os dois grupos: a luta pelo poder. O assassinio de Cabral, as lutas intestinas, o golpe de Estado de 1980, na Guiné-Bissau, o colapso do PAIGC, enquanto partido binacional, tudo isso pode, também, explicar-se, *sine dubio*, pela ideia da unidade Guiné-Cabo Verde.

Demais a mais, o dissídio entre guineenses e cabo-verdianos subiu de tom, no final nos anos 60, a julgar por informações secretas até hoje desmentidas pelos antigos companheiros de Cabral. Ao tempo, os assessores militares cubanos, instalados em Conacri, haviam dado conta, no seio do PAIGC, da existência de «combates sangrentos entre os mestiços cabo-verdianos e os negros da Guiné-Bissau».

António Duarte Silva refere que «o princípio da Unidade Guiné-Cabo Verde foi um elemento essencial da formação, da natureza, do programa, da política e, sobretudo do êxito político-militar do PAIGC»,<sup>1218</sup> sendo, também, «um factor de tensão interior do movimento do independentismo em ambos os territórios e é, certamente, a explicação última das maiores crises que o PAIGC atravessou»<sup>1219</sup>.

É acertada a elucidação de Duarte Silva. Embora os dirigentes do PAIGC se esforcem por mostrar o contrário, remando, por assim dizer, contra a maré, a ideia da unidade entre a Guiné e Cabo Verde serviu tanto para criar o PAIGC como para o destruir, enquanto partido binacional. O partido de Cabral foi a principal vítima da sua própria política da unidade.

<sup>1217</sup> - CABRAL, Amílcar – *Mensagem do Camarada Amílcar Cabral ao nosso Povo e aos nossos Combatentes e Militantes*, por ocasião do XX Aniversário da Fundação do Partido, Setembro de 1970. Lisboa: Arquivos da Fundação Mário Soares, 4602.057.

<sup>1218</sup> - SILVA, António E. Duarte – Op. Cit., p. 51.

<sup>1219</sup> - SILVA, António E. Duarte – Op. Cit., p. 52.



O projecto de unidade percorreu, desde a primeira hora, os momentos mais difíceis e críticos do PAIGC. Se, no início, ajudou a aglutinar vontades na luta anti-colonial, por outro, não é menos verdade, contribuiu para agudizar as contradições intestinas num partido dilacerado pela luta pelo poder, que Cabral tanto escamoteara, infrutiferamente, nos últimos anos de vida.

Pela forma como dirigia o PAIGC, Amílcar Cabral granjeou muitos adversários e inimigos, tendo contribuído, sem o querer, talvez, para avolumar o dissídio entre os cabo-verdianos e os guineenses. A sua liderança era de estilo autoritário, o que ajuda a entender o ambiente de medo e de desconfiança que o rodeava, a ponto de hoje se especular que a sua morte foi facilitada por alguns altos dirigentes, que, sabendo do plano dos conspiradores, não o avisaram.

Amílcar Cabral via-se, sistematicamente, confrontado com acusações de que protegia os ilhéus, concedendo-lhes benesses e outras regalias, em Dacar e em Conacri, enquanto reservava aos guineenses o caminho para as matas – leia-se para a morte. Por esta razão, era, amiúde, contestado com o argumento de querer beneficiar os cabo-verdianos, o que deu lugar, em finais dos anos 60, a uma tentativa de golpe de Estado no PAIGC.

Um documento que encontrámos nos arquivos da PIDE testemunha, em resultado de uma dissidência dos mandingas e dos manjacos, que tem por base a velha discordância da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, a criação de uma «Junta Militar», integrada por «responsáveis militares do Exército pela Libertação Nacional da Guiné-Bissau» do PAIGC.

O desejo maior dos insurrectos era o de transformar o PAIGC em PAIG, melhor dizendo, num partido constituído apenas por guineenses, significando isso que os cabo-verdianos ficariam excluídos. A «Junta Militar» exortou «os filhos da Guiné-Bissau (...) a juntarem-se a ela a fim de formarem um bloco unido contra o colonialismo português e a intensificar e popularizar a luta armada no país». Estendeu a mão à FLING, convidando-a a tomar parte das conversações da unidade geral dos guinéus.

A avaliar pelos documentos da PIDE, a «Junta Militar», que seria dirigida por Mamadu Indjai, mais tarde, envolvido no assassinio de Cabral, queria «destruir o secretário-geral por este se ter recusado a vir ao mato entrevistar connosco para dissolver» o partido. Outro nome implicado nesta conspiração anti-cabo-verdiana é o de Mamandin Iafa. A PIDE acompanhou os movimentos da «Junta Militar», que diz ter feito duas reuniões infrutíferas, em Sara, Mansoa.

Logo depois da morte de Cabral, as dissidências voltaram ao de cima no decurso das eleições para o substituir. Naturalmente, seria o cabo-verdiano Aristides Pereira o dirigente mais indicado para o suceder. Contudo, num gesto singular e sem precedentes nos anais da vida do PAIGC, Fidelis Almada, guineense, propôs, em alternativa, o nome de Nino Vieira, também guineense, para concorrer contra Pereira.

Não havia razão para que o partido – explicou Fidelis Almada ao jornalista José Pedro Castanheira – fosse dirigido por um cabo-verdiano. Submeteu a proposta ao Comité Executivo da Luta, que a rejeitou, numa votação por braço no ar, aclamando Aristides Pereira como Secretário-Geral, e Luís Cabral como adjunto. Fidelis Almada pagou um preço alto pela ousadia, não sendo, por este facto, eleito para os órgãos de direcção do partido.

Muitos analistas acusam Amílcar Cabral de não ter sabido resolver, atempadamente, as contradições entre guineenses e cabo-verdianos. Nem podia fazê-lo, dado o tempo de que dispunha. É bem sabido que o antagonismo que separa os dois grupos humanos remonta às primícias da colonização da Guiné, em cujo processo os cabo-verdianos se comportaram como braço armado e político dos portugueses.

Não se pode, muito razoavelmente, exigir a Amílcar Cabral a destruição, em tão pouco tempo, de um sistema social odioso, desigual e injusto que levou séculos a construir. Ser-lhe-ia de todo impossível levar a cabo tal empresa, mormente por motivos de natureza histórica, sociológica e antropológica.

Nem a perspectiva de independência, suscitada pelo 25 de Abril, amenizou o ambiente entre guineenses e cabo-verdianos. Pedro Martins, um histórico militante do

PAIGC na clandestinidade, registou um facto que o ilustra, de todo: «Quando no dia 24 de Setembro o Alexandre de Pina (Aleixa) falava num comício no estádio de Bissau, a maior parte dos presentes abandonou o local, tal era o sentimento anti-cabo-verdiano naquela cidade»<sup>1220</sup>.

Demais a mais, também, em Cabo Verde, nunca vinhou a ideia da unidade com a Guiné. A animosidade manifestava-se, a olho nu, embora os discursos oficiais o negassem. Os laços históricos e de sangue evocados pelo fundador do PAIGC para concretizar o desejo não foram suficientes para convencer o povo cabo-verdiano. O antagonismo é tão profundo que superou o projecto de unidade concebido por Cabral.

No decurso do regime de partido único, a população de Cabo Verde rejeitou, silenciosamente, a ideia de unidade, pese a propaganda da poderosa máquina do Partido-Estado que a inculcava no seu cérebro. O silêncio era a única forma de manifestação que se lhe apresentava, porque não havia a democracia nem a liberdade de imprensa no país. Mais do que os fundamentos de história, o factor determinante da unidade é a vontade da população, sem a qual seria desaconselhável a sua execução.

A própria História, de que Cabral se serviu para propor a unidade, serve, também, para o desautorizar. Os cabo-verdianos nunca se identificaram, até hoje, com os guineenses, embora tenham, verdade seja dita, laços comuns de sangue, de história e de cultura. O ressentimento que os divide impediu-os de elaborar uma genuína política de aproximação.

Os cabo-verdianos e os guineenses dividem-se pelo *modus vivendi*, pela forma como encaram e interpretam os fenómenos político-sociais. O dos primeiros é, em termos globais, ocidental, enquanto o dos segundos é africano. É nisso que a análise de Cabral falhou, porque não tomou em devida conta as especificidades que dividem os dois povos. Torna-se-nos patente frisá-lo para mostrar a exequibilidade do projecto de unidade.

---

<sup>1220</sup> - MARTINS, Pedro – *Testemunho dum Combatente*. Mindelo: Ilhéu Editora, 1990, p. 228.

Confinados nas ilhas, depois da abolição da escravatura, os africanos e os europeus produziram o cabo-verdiano, que, com base nos elementos culturais que recebeu, reelaborou não só uma nova cultura mas também um estilo de vida marcadamente europeu por influência directa do sistema de socialização português, cujos agentes principais foram a família e a escola. Numa só palavra, o ambiente social.

Não é viável nem prudente que se unam num só corpo duas unidades culturais diferentes, ainda que possam ter alguma afinidade histórica. Amílcar Cabral tinha a obrigação de o saber, quando pensou o problema da unidade. É nisso que radica o seu equívoco palmar, por não ter compreendido e interpretado, correctamente, do ponto de vista científico, a história do homem cabo-verdiano e a do guineense.

Talvez tudo isso se deva ao facto de Amílcar Cabral ter conhecido mal Cabo Verde, onde, fazendo bem as contas, viveu apenas treze anos. Quando chegou (1932) à cidade da Praia, vindo da Guiné, onde nascera, (1924) tinha oito anos. Aos 21 (1945) embarca para Portugal, tendo uma vez só regressado (1949) a Cabo Verde em gozo de férias, para nunca mais o visitar.

O antagonismo entre guineenses e cabo-verdianos é um dado histórico incontornável. Amílcar Cabral sempre o negou, tentando iludir o problema, em lugar de o combater acertadamente. Errou, também, porque tentou transformar um desejo pessoal num desígnio nacional. A ideia de unidade é mais uma obsessão de Cabral e da liderança cabo-verdiana do PAIGC do que uma necessidade histórico-política dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

A explanação que acabámos de expor, ao longo do presente capítulo, demonstra, inequivocamente, que o projecto de unidade Guiné-Cabo Verde era, por razões histórico-políticas, inexequível, constituindo apenas uma grande utopia de Cabral, por cuja causa deu até a própria vida.

## CAP. IX

### AMÍLCAR CABRAL E O MARXISMO

#### RUPTURA EPISTEMOLÓGICA

#### 28 – PARTIDO

A concepção de partido político de Amílcar Cabral é monolítica, elitista e aristocrática. Para melhor a situar, basta enunciar que, «desde o começo, «tivemos o sentimento e a certeza de que para libertar a nossa terra não era preciso criar muitos movimentos»<sup>1221</sup>. Em Cabral, o partido é um meio, «um instrumento-mãe» ou ainda um «instrumento-base»<sup>1222</sup>. Em outras palavras, «o Partido é um instrumento político que o nosso povo criou para dirigir não só a luta de libertação, mas a sua vida no sentido de progresso»<sup>1223</sup>.

É uma visão monolítica de vida política, porque Cabral considera que é «princípio fundamental» que o partido desempenhe o papel de orientador do povo: «Entendemos que, seja na fase presente da vida do nosso povo, seja amanhã, o nosso Partido deve ter o papel fundamental de instrumento (...) Deve ter uma acção fundamentalmente política, de orientação (...) O Partido é a força motriz da revolução»<sup>1224</sup>. É a ideia de Partido-Estado que se acha subjacente à sua proposta. Em «A Arma da Teoria» – expôs a sua noção de partido político:

«(...) É que, para nós, na nossa concepção, o partido (...) para além de ser uma organização muito mais definida, muito mais clara, (...) é todo aquele que toma parte numa dada ideia, numa dada coisa, num dado caminho»<sup>1225</sup>. Isso posto, o fundador do PAIGC explicou o motivo pelo qual optou por criar na Guiné um partido e os outros movimentos:

<sup>1221</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria*, Vol. 1. Lisboa: Editora Seara Nova, 1977, p. 169.

<sup>1222</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 164.

<sup>1223</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974, p. 112.

<sup>1224</sup> - CABRAL, Amílcar – *Esclarecimento: Para a Reorganização do Partido e das Forças Armadas, de Acordo com as Decisões do 1º Congresso*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, 4602. 031.

<sup>1225</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria*, Vol. 1. Lisboa: Editora Seara Nova, 1977, p. 164.

«Não é por acaso, não é porque gostamos do nome partido. É com um sentido claro para hoje e para amanhã. Movimento é uma coisa muito vaga (...) O nosso Partido, talvez seja, hoje, na realidade, um movimento, mas o nosso trabalho tem que ser transformá-lo em Partido cada dia mais (...) Desde o começo demos-lhe o nome de Partido para que todos entendam que temos ideias bem claras sobre o caminho que estamos a seguir (...)»<sup>1226</sup>.

Embora sendo, na altura, um movimento de libertação, o PAIGC sempre se comportou como um partido moderno, dotado de uma organização durável, organizado do nível nacional ao local, com vontade de conquistar, exercer e manter o Poder, através de eleições ou de outras formas<sup>1227</sup>, entre as quais a guerra.

O conceito de partido, em Amílcar Cabral, não pode ser dissociado da sua concepção de vanguarda. O nacionalista cabo-verdiano entendia que a ausência de um poder político autóctone acaba por facilitar a criação, em situação colonial, de uma «ampla frente» de unidade e de luta. Neste contexto, pareceu-lhe «(...) indispensável criar uma vanguarda solidamente unida e consciente da verdadeira significação e do objectivo da luta de libertação nacional que vai dirigir»<sup>1228</sup>.

O fundador do PAIGC acha que o colonialismo, embora com algumas excepções, não permite a existência de classes de vanguarda. Parte do pressuposto de que os camponeses e os operários não têm capacidade para compreenderem sozinhos a diferença entre a independência nacional genuína e a independência política artificial. Por isso, garante que só uma vanguarda revolucionária, geralmente, uma minoria activa, pode ter, desde o início, a consciência desta diferença (...)»<sup>1229</sup>.

O vanguardismo de Cabral acha-se expresso nesta formulação: «O movimento de libertação nacional tem de mobilizar e organizar o povo, sob a direcção de uma organização política sólida e disciplinada (...)»<sup>1230</sup>. Porque era portador de uma noção estreita e aristocrática de partido, pensava que a vanguarda devia ser constituída por

<sup>1226</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 164.

<sup>1227</sup> - DEBBASCH, Charles e PONTIER, Jean-Marie – Op. Cit., p. 248.

<sup>1228</sup> - CABRAL, Amílcar – *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974, p. 49.

<sup>1229</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 49.

<sup>1230</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria*, Vol. 1. Lisboa: Editora Seara Nova, 1977, p. 231.

«aqueles que são os melhores filhos do nosso povo»<sup>1231</sup>, somente pelos militantes e simpatizantes do partido. Uma minoria, em outros termos.

Olívio Pires, antigo ideólogo do PAICV, confirma que, para Cabral, «o Partido é uma vanguarda; a vanguarda revolucionária do povo, integrada pelos melhores filhos, pelos mais esclarecidos, os quais são chamados a conduzir a luta pela verdadeira independência»<sup>1232</sup>. O elitismo de Cabral assemelha-se ao de Vladimir Lenine, cuja teoria revolucionária se baseia, no ensino do Prof. Doutor Ribeiro dos Santos, «na formação de uma vanguarda, não só capaz de imprimir um carácter político à luta económica do movimento operário, mas também capaz de alargar a luta política a outras camadas sociais»<sup>1233</sup>.

Em «Que Fazer?», o chefe dos bolcheviques confiou aos militantes a missão de pôr de pé «uma ampla luta política, sob a direcção do nosso partido». David Lane evidencia que Lenine enfatizou o papel de vanguarda e não a actividade espontânea da classe operária,<sup>1234</sup> submetendo esta à direcção daquela, em contradição com o marxismo clássico.

Uma vez mais, Lenine afasta-se de Marx e de Engels, os quais, embora não tivessem elaborado uma teoria de partidos, manifestaram a opinião de que estes eram a «(...) expressão mais ou menos adequada de classes e de fracções de classe (...)»<sup>1235</sup>. O modelo de Lenine estriba-se na ideia de um partido de massas, baseado no centralismo democrático e num «forte activismo»<sup>1236</sup> político.

Quer Cabral quer Lenine, ao sufragarem a tese vanguardista de partido político, estão em manifesta ruptura com o marxismo. A questão levanta uma outra, que lhe está subjacente – a espontaneidade das massas. Em «Manifesto do Partido Comunista», Marx e Engels mostram-se apologistas da ideia, admitindo que as massas têm capacidade revolucionária: «Todos os movimentos históricos foram até agora realizados pelas

<sup>1231</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 166.

<sup>1232</sup> - PIRES, Olívio – Op. Cit., pp. 450 e 451.

<sup>1233</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 29.

<sup>1234</sup> - LANE, David – *Leninismo*. In «Dicionário do Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 214.

<sup>1235</sup> - Vide o texto de Engels que serviu de introdução ao livro de Marx intitulado «As Lutas de Classes em França».

<sup>1236</sup> - JOHNSTONE, Monty – *Partido*. In «Dicionário do Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 282.

minorias ou em proveito das minorias. O movimento proletário é um movimento espontâneo da imensa maioria em proveito da imensa maioria»<sup>1237</sup>.

Ribeiro dos Santos descobre no axioma acima exposto duas contradições, que expõe: «No Manifesto Comunista está bem patente (...) o intento de provocar uma revolução proletária que destrua esse sistema e o substitua por um sistema comunista mundial, afirmando-se, em contradição com a teoria geral marxista, que (...) o movimento proletário é um movimento espontâneo da imensa maioria em proveito da imensa maioria (...)»<sup>1238</sup>.

Segundo o pensador português, o «Manifesto Comunista» (...) exorta os comunistas de todos os países a accionarem movimentos revolucionários contra a ordem social e política existente»<sup>1239</sup>. Neste particular, repara que a teoria marxista «suscita justificadas dúvidas à factualidade histórica, facto que Marx, aliás, não deixa de reconhecer a propósito dos camponeses franceses, pequenos proprietários do Ancien Régime, sem organização e, portanto, sem consciência de classe»<sup>1240</sup>.

É sabido que Lenine se opõe à teoria da espontaneidade das massas. Em «Que Fazer?», que muitos autores consideram uma crítica a Marx e a Engels, o líder da Revolução de Outubro deixa a entender que qualquer agitação espontânea das massas populares é negativa, porque desperdiça forças e energias que poderiam, em outras circunstâncias, ser organizadas pelo partido comunista.

Aliás, manifestou, amiúde, uma certa inquietação ante o papel das massas na luta política, como lembra Ribeiro dos Santos: «A tendência para a passividade das massas de trabalhadores sem organização, e, portanto, desprovidas de quadros possuidores de uma consciência reivindicativa face aos interesses do capital, constitui uma preocupação de Lenine (...)»<sup>1241</sup>.

<sup>1237</sup> - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante, 1997, p. 47.

<sup>1238</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 26

<sup>1239</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 27

<sup>1240</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 27.

<sup>1241</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 28.



Para o chefe dos bolcheviques, «a consciência socialista revolucionária não surge espontaneamente no seio da classe operária, desprovida de conhecimentos e de educação política»<sup>1242</sup>. Pelo mesmo diapasão alinha Amílcar Cabral, advogando que «a consciência revolucionária das massas populares, como se sabe, não é nem nunca foi espontânea em parte alguma»<sup>1243</sup>.

Ambos têm pouca consideração pelas massas. Lenine classifica-as de «inertes e incapazes de promover o socialismo», enquanto «o militante nº 1 do PAIGC» as rotulam de «analfabetas»,<sup>1244</sup> que nunca «ultrapassaram os limites da aldeia ou da região»<sup>1245</sup>. Por esta razão, o líder da Revolução de Outubro opina que «(...) a consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, fora de luta económica, de fora de esfera das relações entre operários e patrões (...)»<sup>1246</sup>.

Esta posição coloca Lenine em discordância manifesta com Marx e com Engels e, em última instância, com a própria ideia nuclear do materialismo histórico, de acordo com a qual a consciência do homem é formada «(...) no esforço que desenvolve para adquirir meios de subsistência, articulado com a Natureza e com o todo social existente em determinadas condições espaço-temporais»<sup>1247</sup>.

No dizer do Prof. Doutor Ribeiro dos Santos, é «(...) nesse esforço de sobrevivência (...) que o homem, como ser eminentemente social, adquire uma consciência associada ao seu trabalho de domínio da Natureza pela técnica, ou seja, à sua praxis»<sup>1248</sup>. Dito doutro modo, a consciência social reflecte a existência social – esta determina-a, na análise marxista clássica.

Porque «a consciência social» só pode ser levada aos operários do exterior, o líder da Revolução de Outubro – «preocupado, fundamentalmente, em encontrar homens com capacidades excepcionais para constituírem os quadros do seu partido e descrente do

<sup>1242</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 28.

<sup>1243</sup> - CABRAL, Amílcar – *Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade) – Unidade e Luta I - A Arma da Teoria*, 2ª Edição. Lisboa: Seara Nova, 1978, p. 200.

<sup>1244</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 232.

<sup>1245</sup> - CABRAL, Amílcar – *Nacionalismo e Cultura*. Galiza: Edicións Laiovento, 1999, p. 117.

<sup>1246</sup> - LENINE, V. I – *Que Fazer?* In «Obras Escolhidas em Três Volumes», vol I, Lisboa: Edições Avante, 1981, p. 135.

<sup>1247</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p.25.

<sup>1248</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p.25.

aforismo de Pitágoras, segundo o qual os números governam o mundo»<sup>1249</sup> – introduziu a ideia de «revolucionários profissionais», «verdadeiros chefes políticos de todo o povo»<sup>1250</sup>, sobre cujos ombros recaem a responsabilidade de lutar contra o Poder burguês.

Como escreveu, é tarefa dos sociais-democratas levar aos operários conhecimentos políticos, enviando, para esse efeito, destacamentos do seu exército a todos os lugares. Aconselha-os: «Devemos ir a todas as classes da população como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores»<sup>1251</sup>. Cabral fala de «trabalhadores políticos» e não de «revolucionários profissionais», como Lenine. Partindo do princípio de que «a luta armada de libertação é um acto político», o PAIGC decidiu criar, em Outubro de 1968, as «Brigadas de Acção Política», que, em matéria de fins, eram semelhantes aos dos «revolucionários profissionais» leninistas.

A acção dos «trabalhadores políticos» «(...) tem por objectivo o reforço e o desenvolvimento da consciência política dos militantes, dos combatentes e das populações, a explicação e a popularização das palavras de ordem e de outras directivas do Partido em todos os ramos da nossa actividade»<sup>1252</sup>. Como alude Amílcar Cabral, «a acção da brigada deve ser de formação e de informação política em vez de resolução de problemas políticos; de evitar o fogo e não de correr para ir apagá-lo (...); de prevenção contra a doença política e não de cura; de limpar politicamente para não deixar sujar; de pensar para agir bem e de agir muito para pensar melhor»<sup>1253</sup>.

Para Olívio Pires, cabe ao partido, que é «(...) o núcleo avançado das massas, cujas aspirações apreende e elabora, dando-lhes consistência (...), desenvolver nas massas a consciência da sua situação e, conseqüentemente, da necessidade da luta»<sup>1254</sup>. Inserido nisso, nota que só uma minoria, a tal vanguarda revolucionária, pode levar a consciência política às massas populares.

<sup>1249</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 30.

<sup>1250</sup> - LENINE, V. I – *Que Fazer?* In «Obras Escolhidas em Três Volumes», vol I, Lisboa: Edições Avante, 1981, p. 149.

<sup>1251</sup> - LENINE, V. I – Op. Cit., p. 137.

<sup>1252</sup> - PAIGC – *Para a Reorganização e a Melhoria do Trabalho das Brigadas de Acção Política. Do Camarada Amílcar Cabral aos Trabalhadores Políticos do Partido*, Fevereiro de 1971. Lisboa: Arquivos da Fundação Mário Soares, 4602. 078.

<sup>1253</sup> - PAIGC – Op. Cit.

<sup>1254</sup> - PIRES, Olívio – Op. Cit., pp. 450.

Lenine pensa que as massas têm que ser conduzidas por uma minoria de classe consciente, que serve de suporte ao partido político. Ao revolucionário soviético incumbiu mesmo o papel de arrastar as massas atrás de si, de as educar e de as dirigir<sup>1255</sup>. Se o proletariado se assume como o educador das massas populares, o partido, também, não deixa de o ser, a crer em Amílcar Cabral, ao sustentar que «temos de guiar as massas para a revolução até à vitória final».

O fundador do PAIGC é da opinião que «(...) devemos educar as massas, esclarecê-las e convencê-las dos objectivos da justiça, da igualdade e do progresso (...)»<sup>1256</sup>. Olívio Pires cita-o: «O sucesso da revolução depende do desenvolvimento da consciência revolucionária das massas populares, (...) que, não sendo espontânea, deve ser forjada na luta»<sup>1257</sup>.

Conforme explica o «militante nº 1 do PAIGC», «(...) o aparelho do Partido deve, por isso, estar presente no seio das massas, em todas as suas manifestações de vida, como instrumento e guia da nossa Revolução (...)»<sup>1258</sup>. Sem a confiança nas massas e das massas<sup>1259</sup> (...)»<sup>1260</sup>, o partido não saberá dirigir a revolução.

Olívio Pires concorda: «No quadro da democracia revolucionária, o papel do Partido, enquanto força política dirigente, como educador, orientador e organizador das massas, é fundamental (...) Ao partido cabe indicar o caminho, suscitar a iniciativa e a organização, favorecer a democratização da sociedade, avançar com as massas, mas sem as substituir nem aos organismos do poder (...)»<sup>1261</sup>.

O vanguardismo partidário de Lenine foi retomado, depois da sua morte, por Estaline, que, segundo Ribeiro dos Santos, «(...) manteve sem disfarce a revolução a partir de cima com vista a concretizar definitivamente a colectivização dos meios de produção»<sup>1262</sup>. Em «Os Fundamentos do Leninismo», o dirigente soviético criticou e

<sup>1255</sup> - LENINE, V. I – *II Congresso da Internacional Comunista, 19 de Julho – 7 de Agosto de 1920 – Discurso Sobre o Papel do Partido Comunista*. In «Obras Escolhidas em Seis Tomos, vol 5. Lisboa: Edições Avante, 1986, pp. 177-180.

<sup>1256</sup> - PAIGC: *Esclarecimento (Para a Reorganização do Partido e das Forças Armadas, de acordo com as decisões do nosso 1º Congresso)*. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.031.

<sup>1257</sup> - PIRES, Olívio – Op. Cit., p. 450.

<sup>1258</sup> - PAIGC: Op. Cit.

<sup>1259</sup> - Os sublinhados não são da nossa responsabilidade.

<sup>1260</sup> - PAIGC – Op. Cit.

<sup>1261</sup> - PIRES, Olívio – Op. Cit., p. 459.

<sup>1262</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p.32.

condenou, asperamente, a ideia de espontaneidade das massas, considerando-a «uma teoria do oportunismo, que consiste em acreditar cegamente no movimento operário espontâneo, que nega de facto o papel dirigente da vanguarda da classe operária e do Partido da classe operária».

Em apoio a Lenine, o estalinista Georges Politzer reprova a teoria da espontaneidade das massas, reivindicando a necessidade da criação de um partido comunista para dirigir os operários: «(...) Se é verdade que o proletariado explorado pela burguesia é, materialmente, conduzido a lutar contra ela, isso não significa, de maneira alguma, que a sua consciência seja espontaneamente socialista. A tese da espontaneidade é contrária ao marxismo; a teoria revolucionária é uma ciência, e não há ciência espontânea»<sup>1263</sup>.

Uma outra estalinista vem secundar as teses *politzianas*. Referimo-nos a Marta Harnecker, para quem «(...) a tarefa do partido operário consiste, precisamente, em introduzir a consciência de classe no proletariado, isto é, esclarecê-lo e ajudá-lo a ser consequente com os seus verdadeiros interesses de classe»<sup>1264</sup>. Em sintonia com estas ideias, diz, liminarmente, que não basta ser operário para se ter a consciência de classe operária<sup>1265</sup>.

A teoria vanguardista de Lenine não é isenta de reparos, um dos quais vem do seu companheiro da Revolução de Outubro Leon Trotsky, para quem a *nomenklatura*, que, no dizer de Volensky, era «a expressão do próprio Poder soviético»<sup>1266</sup>, impôs na URSS uma verdadeira «ditadura do partido sobre o proletariado», na qual, pesem os avisos de Marx e de Engels, uma ínfima minoria continuou a governar uma imensa maioria.

Rosa Luxemburgo põe-se de acordo, frisando que o vanguardismo leninista, encabeçado por um partido muito centralizado, não é mais do que uma tentativa de exercer a tutela sobre a classe operária<sup>1267</sup>. A posição defendeu-a, em 1904, em «Questões

<sup>1263</sup> - POLITZER, Georges - *Princípios Fundamentais de Filosofia*, Hemus Livraria Editora. São Paulo, 1970, p. 208.

<sup>1264</sup> - MARTA, Harnecker – Op. Cit., Vol. I, p. 35.

<sup>1265</sup> - MARTA, Harnecker – Op. Cit., Vol. I, p. 35.

<sup>1266</sup> - VOLENSKY, Mikhail – *Nomenklatura – Os Privilegiados na URSS*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1980, p. 11.

<sup>1267</sup> - YOUNG, Robert M. – *Rosa Luxemburgo*. In «Dicionário de Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 225.

de Organização da Social-Democracia Russa», livro no qual pôs em relevo a ideia do movimento espontâneo dos trabalhadores e a necessidade da criação de uma organização democrática de bases amplas, tal como sufragara Trotsky.

Por entre estas explicações desencontradas, Ribeiro dos Santos pensa que Lenine, ao tomar a posição de que a consciência política de classe não pode ser levada aos operários senão do exterior, procede, sem nenhuma hesitação, à revisão da teoria marxista da formação da consciência como reflexo de vida material. Ao enveredar-se por este caminho, o líder dos bolcheviques desvia-se de Marx e de Engels e aproxima-se de Kautsky, que já defendera idêntico ponto de vista.

O investigador do ISCSP sustenta que o «vanguardismo de Lenine apresenta uma evidente ruptura epistemológica com o materialismo histórico, tal como o haviam enunciado Marx e Engels»<sup>1268</sup>. Vai ainda mais longe, reconhecendo que «a questão epistemológica que o vanguardismo leninista colocou no seio do marxismo provocou a sua continuada revisão por numerosos pensadores do comunismo internacional, enquanto que na URSS, dominada por Estaline, o regime sacralizava uma nova teoria social – o marxismo-leninismo»<sup>1269</sup>.

Györg (Georg) Lukács ocupou-se, de igual modo, do problema epistemológico da consciência de classe. Fê-lo num conjunto de ensaios político-filosóficos, redigidos a partir de 1919 e dados à estampa, em 1923, com o título de «História e Consciência de Classe».

Ao debruçar-se sobre a questão, o comunista húngaro afirma que «a consciência de classe é a reacção adequada e racional que deve ser atribuída a uma posição particular no processo de produção, conducente a uma acção historicamente decisiva da classe como um todo»<sup>1270</sup>. Essa consciência – indicou - não é nem a soma nem a média do que os indivíduos que formam a classe, tomados separadamente, pensam, sentem, etc.»<sup>1271</sup>.

<sup>1268</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 32.

<sup>1269</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 33.

<sup>1270</sup> - LUKÁCS, Georg – *História e Consciência de Classe*. In «Arquivos de Autores Marxistas». <http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/conscienciadeclasse/cap1.htm>. Consultado em 12 de Agosto de 2003.

<sup>1271</sup> - LUKÁCS, Georg – Op. Cit.

Ribeiro dos Santos traz à colação que Marx admitia, em meados do séc. XIX, a existência de uma fase em que a classe trabalhadora, embora sendo uma *classe em si*, não era uma *classe para si*, melhor dizendo «(...) um agrupamento dotado de consciência de classe, que só adquire na luta que trava pela sua libertação»<sup>1272</sup>. De facto, em «Miséria da Filosofia», Marx exprime a opinião que vai ao encontro da observação do investigador português:

«As condições económicas tinham primeiro transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum (...) Assim, esta massa é já uma classe face ao capital, mas ainda não para si mesma. Na luta, de que assinalámos apenas algumas fases, esta massa reúne-se, constitui em classe para si mesma (...)»<sup>1273</sup>.

Para Lukács, «(...) o operário só pode tomar consciência do seu ser social se tomar consciência de si próprio como mercadoria. Como é praticamente incapaz de se elevar acima deste papel de objecto, a sua consciência é a consciência de si da mercadoria, ou, por outras palavras, o conhecimento de si, a revelação de si da sociedade capitalista baseada na produção e na troca mercantis»<sup>1274</sup>.

O comunista húngaro, partindo de uma concepção dialéctico-materialista da totalidade, analisa, detidamente, a relação entre a consciência de classe e a história e estabelece uma dicotomia entre a consciência de classe e o interesse de classe, para depois mostrar que, perante os elementos de comparação de que dispunha, não lhe era possível elaborar uma tipologia histórica e sistemática dos possíveis graus da consciência de classe.

Não obstante isso, é de notar que «somente a consciência do proletariado pode mostrar como sair da crise do capitalismo. Enquanto essa consciência não existe, a crise mantém-se permanente, retorna ao seu ponto de partida, repete a situação, até que, enfim,

<sup>1272</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 35.

<sup>1273</sup> - MARX, Karl – *Miséria da Filosofia*. Lisboa: Edições Avante, 1991, p. 152.

<sup>1274</sup> - LUKÁCS, Georg – Op. Cit.

após infinitos sofrimentos e terríveis desvios, a lição de coisas da história completa o processo de consciência no proletariado e repõe nas suas mãos a direcção da história»<sup>1275</sup>.

Lukács coloca a classe proletária ante um desafio. Aliás, para ele, o proletariado não tem escolha. «(...) É necessário, como diz Marx, que se torne uma classe não somente "frente a frente ao capital" como também "para si própria". Isto é, que eleve a necessidade económica da sua luta de classes ao nível de uma vontade consciente de uma consciência de classe actuante»<sup>1276</sup>.

Ribeiro dos Santos entende que, em Lukács, a tomada de consciência de classe dos proletários se opera por etapas, iniciando-se no plano económico para se elevar depois às áreas cultural e política. Esta questão coloca, forçosamente, uma outra – a da organização. A importância do tema pode notar-se na célebre afirmação de Lenine, por ocasião de um acalorado debate no seio do partido sobre a *captura das organizações*, segundo a qual «(...) é muito mais difícil caçar uma dezena de homens inteligentes do que uma centena de patetas (...)»<sup>1277</sup>. Por isso, insiste na necessidade do surgimento de «revolucionários profissionais».

A organização constitui, aos olhos de Ribeiro dos Santos, a chave do triunfo final de Lenine na luta que o fez chegar ao Poder. Trata-se, de facto, de um delicado assunto com o qual o líder da Revolução de Outubro tenta mostrar que o proletariado, na luta pelo poder, não tem outra arma senão a organização.

Salta à vista que, para Lenine, toda a organização implica, inexoravelmente, a ideia de disciplina, acerca da qual diz, com firmeza, que «(...) para permitir que o proletariado exerça acertada, eficaz e vitoriosamente o seu papel organizador (e este é o seu papel principal) são necessárias uma centralização e uma disciplina severíssimas dentro do partido político do proletariado»<sup>1278</sup>.

---

<sup>1275</sup> - LUKÁCS, Georg - Op. Cit.

<sup>1276</sup> - LUKÁCS, Georg - Op. Cit.

<sup>1277</sup> - LENINE, V. I – *Que Fazer?* In «Obras Escolhidas em Três Volumes», vol I, Lisboa: Edições Avante, 1981, p. 166.

<sup>1278</sup> - LENINE, V. I – *A Doença Infantil do Esquerdismo no Comunismo*. In «Obras Escolhidas em Três Volumes», vol 3. Lisboa: Edições Avante, 1982, pp. 295 e 296.

Sem perder o fio à meada, Lenine acresce que «sem um partido férreo e temperado na luta, sem um partido que goze da confiança de tudo quanto há de honrado dentro da classe, sem um partido que saiba acompanhar o estado de espírito das massas e influenciá-lo, é impossível travar essa luta com êxito (...) Quem debilita, por pouco que seja, a disciplina férrea do partido do proletariado (...) ajuda de facto a burguesia contra o proletariado»<sup>1279</sup>.

Estamos por demais convencidos de que Lenine, pela forma como expôs a questão, terá sido influenciado pela «lei férrea de oligarquia» de Robert Michels, que constata, em 1910, depois de uma aturada investigação sobre os partidos políticos, que «a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes e dos delegados sobre os que delegam»<sup>1280</sup>. Em última análise - sentenciou - «quem diz organização diz tendência para a oligarquia»<sup>1281</sup>.

Em «Que Fazer?», o chefe dos bolcheviques admitiu com muito realismo que não seria possível haver movimento revolucionário sólido sem uma «disciplina férrea e uma organização estável de dirigentes», que assegurem a continuidade do trabalho político a fim de evitar que os demagogos arrastem as massas, que qualificou de incultas, apáticas, adormecidas, rotineiras e inertes.

Lukács aproxima-se do vanguardismo partidário de Lenine, ou seja, para ele, «a organização é a forma de mediação entre a teoria e a prática. O carácter da organização, mediadora entre a teoria e a praxis, aparece como a máxima clareza no facto de a organização manifestar uma sensibilidade muito maior, mais apurada e mais segura (...) do que qualquer outro domínio do pensamento e da acção históricos»<sup>1282</sup>.

Para Ribeiro dos Santos, «a organização partidária é a solução encontrada para dar unidade à acção revolucionária do proletariado, ou seja, para que este possa cumprir a sua função no processo histórico»<sup>1283</sup>. Lukács sustenta, por outro lado, que o partido comunista deve procurar conquistar a consciência de classe dos operários: Teoricamente,

<sup>1279</sup> - LENINE, V. I – Op. Cit., p. 296.

<sup>1280</sup> - MICHLES, Robert - *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*. Lisboa: edições Antígona, 2001, p. 52.

<sup>1281</sup> - MICHLES, Robert – Op. Cit., p. 54.

<sup>1282</sup> - LUKÁCS, Georg – Op. Cit.

<sup>1283</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 39.



também, o partido comunista não age em vez do proletariado. Se a sua consciência de classe é (...) uma coisa fluida e sujeita a um processo, isso tem de se reflectir na forma organizativa desta consciência de classe no partido comunista (...)»<sup>1284</sup>.

António Gramsci trouxe novos contributos à discussão, encarando a cultura como fonte de onde promana a consciência de classe dos trabalhadores. Para ele, a cultura, longe de ser um saber enciclopédico, é a organização, a disciplina do próprio eu interior, é a apropriação da própria personalidade, é conquista de uma consciência superior, pela qual se consegue compreender o valor histórico próprio, a função própria na vida, os direitos e os deveres próprios».

Segundo Ribeiro dos Santos, «a cultura, com as suas componentes filosófica, científica e literária, é, para Gramsci, um elemento fundamental, que constitui a base da consciência individual e grupal que deve preceder qualquer movimentação social. O contacto entre os intelectuais independentes e as massas, que, aliás, não são desprovidas de capacidades racionais e intelectuais, ou seja, de senso comum, deve constituir um bloco intelectual-moral que propicie o progresso intelectual das massas»<sup>1285</sup>.

No entendimento do pensador italiano, a consciência teórica das massas pode estar historicamente em contraste com o seu agir. Pode dizer-se que as massas têm duas consciências teóricas: uma implícita no seu agir e que, realmente, a une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade e outra explícita, que herdou do passado e acolheu acriticamente». A seu ver, «a consciência de ser parte de uma certa força hegemónica, isto é, a consciência política é a primeira fase para uma ulterior e progressiva auto-consciência, em que teoria e prática se unificam».

Tal como Lenine, Gramsci rejeita a teoria da formação da consciência como reflexo da vida material: «Cada grupo social, nascendo sobre o território originário de uma função essencial no mundo da produção económica, cria, para si, ao mesmo tempo e organicamente, um ou mais grupos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e

---

<sup>1284</sup> - LUKÁCS, Georg – Op. Cit.

<sup>1285</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., pp. 43- 44.

consciência da própria função não só no campo económico, mas também no campo social e político».

### 28.1 - PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA: ELITES OU MASSAS?

É antiga a discussão político-académica acerca do tema em epígrafe, cuja análise levou os politólogos a conclusões divergentes. Para uns, os protagonistas da história são as massas, para outros, as elites. As duas ideias confrontam-se em direcções opostas: as massas, porque vasto conjunto de indivíduos indiferenciados, sem coesão nem organização; e as elites, minorias organizadas, cultas, inteligentes e capazes de assumir as posições mais eminentes nas sociedades.

Para Marx e Engels, o protagonismo histórico deve ser concedido às massas e não às elites. Porque sonhavam ver edificada uma sociedade fundada sobre o poder da maioria sobre a minoria, desejavam, ao contrário de Lenine e dos seus seguidores, que o movimento proletário fosse um «movimento espontâneo da maioria imensa no interesse da maioria imensa»<sup>1286</sup>.

Porque é luta de classes que determina a marcha da história, Marta Harnecker pensa que, «(...) nas sociedade de classe, não é o homem ou os homens, em geral, que fazem a história, mas as massas»<sup>1287</sup>. V. Podosetnik e A. Spirkin subscvem a opinião, reiterando que, para compreender a história, «(...) é preciso partir não da actividade de um homem, mas da acção das massas e das classes sociais»<sup>1288</sup>.

Condidente com este discurso, Ronaldo Fonseca concorda que «na base de toda a concepção marxista encontra-se o papel da actividade produtiva, do trabalho material-criativo das massas como «alicerce» da história humana»<sup>1289</sup>, evocando que Marx, antecipando-se à teoria das elites, lembrou que os «gregos antes de filosofar tinham que comer, vestir e abrigar-se das intempéries».

<sup>1286</sup> - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – Op. Cit., p. 47.

<sup>1287</sup> - HARNECKER, Marta – Op. Cit., vol I, p. 109.

<sup>1288</sup> - PODOSSETNIK, V. e SPIRKINE, A. – *Fundamentos da Dialéctica da História*. Lisboa: Dinalivro, 1975, p. 10.

<sup>1289</sup> - FONSECA, Ronaldo – *Marxismo e a Globalização*, 1ª Edição. Porto: Campo de Letras Editores, 2002, pp. 63-64.

Como atrás nos referimos, Lenine dá o protagonismo às elites e não às massas, as quais, vale repetir, são, por si mesmas, incultas e desorganizadas. A sua atitude representa uma verdadeira ruptura epistemológica<sup>1290</sup> com Karl Marx e com Friedrich Engels, os quais acreditavam na teoria da espontaneidade das massas, aprovada, mais tarde, por Leon Trotsky e por Rosa Luxemburgo.

A posição do líder da Revolução de Outubro, que se dirigia no sentido da criação de uma vanguarda, «não só capaz de imprimir um carácter político à luta económica do movimento operário, mas também capaz de alargar a luta política a outras camadas sociais»<sup>1291</sup>, assemelha-se à de Pareto, de quem, certamente, acolheu alguns subsídios e influências para gizar as suas ideias sobre o tema em exame.

O mestre de Lausane, «que possui uma concepção elitista da mudança social»,<sup>1292</sup> sufraga a ideia de que o protagonismo histórico deve ser atribuído às elites, de entre cujas tarefas destacou a de controlar e de dirigir as massas, as quais não têm capacidade revolucionária, conquanto Marx e Engels pensem o contrário. Se, na esteira do marxismo, a mudança social resulta da confrontação das classes, já, na da sociologia paretiana, ela promana da degenerescência das elites.

António Marques Bessa reitera que as massas não são protagonistas da história, «pois o curso das coisas sociais é fixado pelas vicissitudes da própria elite, que com as suas decisões escreve o presente»<sup>1293</sup>. Daí que defenda que a elite é sujeito de história, ao passo que as massas são objecto de história. A estas ideias vêm juntar-se as de Raymond Aron, segundo as quais «as sociedades são caracterizadas pela natureza das suas elites e, sobretudo, das suas elites governantes»<sup>1294</sup>.

Giovanni Busino expendeu a opinião de que a «oposição elite-massa assenta numa rudimentar filosofia da história, que pretende demonstrar que as massas nunca tiveram nem terão uma função criadora»<sup>1295</sup>. É de parecer que «a história é obra das grandes

<sup>1290</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos - Op. Cit., p. 29.

<sup>1291</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos - Op. Cit., p. 29.

<sup>1292</sup> - FERREIRA, J.M. Carvalho, PEIXOTO, João e CARVALHO, Anabela Soriano (et al.) - *Sociologia*: Alfragide: Editora McGraw-Hill, 1996, p. 111.

<sup>1293</sup> - BESSA, António Marques - *Quem Governa? - Uma Análise Histórico - Política do Tema da Elite*. Lisboa: ISCSP, 1993, p. 206.

<sup>1294</sup> - ARON, Raymond - *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991, p. 440.

<sup>1295</sup> - BUSINO, Giovanni - *Elites e Elitismo*, Porto: Rés-Editora, 1978, p. 7.

personalidades, ou, pelo menos, de minorias activas e actuates»<sup>1296</sup>. A concepção filosófica de que fala Busino tem por base a doutrina da oligarquia, de acordo com a qual o poder, nas suas múltiplas formas, pertence, perenemente, a um grupo restrito de indivíduos.

A oposição entre a elite e as massas sempre preocupou os pensadores políticos, à testa dos quais está Hipólito Taine, que se assume como o pioneiro desta teorização. Giovanni Busino cita-o como tendo afirmado que, «em qualquer sociedade, apenas um restrito número de pessoas teria a faculdade e o uso da razão e, libertas de constrangimentos materiais, estariam cónscias das suas responsabilidades superiores, enquanto a massa, ou seja, a multidão egoísta, ignorante, necessitada, à procura de ajuda...»<sup>1297</sup>.

José Ortega y Gasset ocupou-se também do fenómeno das massas e das minorias, que, a seu ver, são os dois factores que enformam a sociedade. Numa visão análoga à de Pareto, entende que as «minorias são indivíduos ou grupos de indivíduos especialmente qualificados»<sup>1298</sup>, ao passo que as massas o não são. O filósofo espanhol menospreza, por assim dizer, as massas. Para o demonstrar, não hesita em afirmar que «a massa é todo aquele que não se valoriza a si mesmo – como bem ou como mal – por razões especiais...»<sup>1299</sup>.

Em manifesta oposição às teses de pendor marxista, Ortega y Gasset recusa que a divisão da sociedade em massas e minorias seja uma divisão em classes sociais. Prefere falar de classes de homens e insiste que no seio de cada classe existe sempre as massas e a minoria. Como quer que seja, o pensador espanhol situou, com muita clareza, o papel dos agentes políticos e sociais na história.

Giovanni Busino acresce que «os governantes foram, são e serão sempre, governos de minorias»<sup>1300</sup>, para depois elucidar que, seja qual for a forma de regime político, são as minorias que dirigirão as massas, sempre e em toda a parte. A seu ver, a

---

<sup>1296</sup> - BUSINO, Giovanni – Op. Cit., p. 7.

<sup>1297</sup> - BUSINO, Giovanni – Op. Cit., p. 7.

<sup>1298</sup> - GASSET, y Ortega - *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, s/d, p. 41.

<sup>1299</sup> - GASSET, y Ortega – Op. Cit., p. 42.

<sup>1300</sup> - BUSINO, Giovanni – Op. Cit., p. 8.

soberania é «regularmente confiscada por um reduzido número de pessoas, por uma classe restrita e privilegiada, em detrimento da maioria»<sup>1301</sup>, que impossibilita a existência de um governo dirigido pelas massas.

José Ortega Y Gasset concorda com estas ideias, ao frisar que «... as massas não devem nem podem dirigir a sua própria existência, e menos reger a sociedade»<sup>1302</sup>. O pensador espanhol acentua a sua análise, ao deixar bem evidente que a massa não actua sobre si mesma e que se acha predestinada para ser dirigida, influenciada, representada e organizada pelas minorias, sem as quais a humanidade deixará de existir.

Nesta mesma perspectiva, Raymond Aron assevera que, porque o Poder é desigual, «é impossível que as funções dirigentes da sociedade sejam exercidas por outros que não um pequeno número». Bukharine opõe-se-lhe, dizendo que «a incompetência das massas é um problema das condições económicas e técnicas do presente e que desaparecerá com o advento da sociedade socialista»<sup>1303</sup>.

Robert Michels pôs de parte tal hipótese, assumindo que «a maioria da humanidade encontrar-se-ia sempre na impossibilidade, talvez mesmo na incapacidade, de se governar a si própria»<sup>1304</sup>. Aron mostra-se mais categórico quando recorda que «jamais o poder pertenceu a milhões de homens»<sup>1305</sup>, dizendo, à guisa de esclarecimento, que «existem governo para o povo, mas não existem governos pelo povo»<sup>1306</sup>.

Semelhante opinião desenvolve Maurice Duverger, ao rejeitar que «nenhum regime político foi realmente um governo do povo, pelo povo, para o povo»<sup>1307</sup>. O politólogo francês insiste ainda que nunca se viu um povo governar-se a si mesmo e que nunca se verá. A Sandra Balão afigurou-se-lhe inviável a participação de toda a população no processo das decisões, em razão da crescente complexidade das presentes sociedades<sup>1308</sup>.

<sup>1301</sup> - BUSINO, Giovanni – Op. Cit., p. 8.

<sup>1302</sup> - GASSET, y Ortega – Op. Cit., p. 39.

<sup>1303</sup> - BOTTOMORE, Tom – *Elite*. In «*Dicionário do Pensamento Marxista*», editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 123.

<sup>1304</sup> - MICHLES, Robert – Op. Cit., p. 413.

<sup>1305</sup> - ARON, Raymond - *Estudos Sociológicos*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991, p. 115.

<sup>1306</sup> - ARON, Raymond – Op. Cit., p. 116.

<sup>1307</sup> - DUVERGER, Maurice – *Ciência Política – Teoria e Método*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 415.

<sup>1308</sup> - BALÃO, Sandra – *Moisés Ostrogorski: O Problema da Corrupção*. In «*Elites e Poder*». Lisboa: ISCSP, 1997, p. 84.

Seja em democracia, seja em outras formas de governo, há sempre uma minoria que manda e uma maioria que obedece. Ou não é esta, a acreditar em Ortega y Gasset, a função decisiva de toda a sociedade? Seja qual for o modo de selecção dos governantes, o poder político está sempre nas mãos de um «grupo coerente e unido»<sup>1309</sup>. Mudam-se as fórmulas<sup>1310</sup>, que Gaetano Mosca definiu como o «conjunto de doutrinas e crenças que dão fundamento moral ao poder dos dirigentes», mas o facto oligárquico permanece sempre incólume.

## 28.2 - MOTOR DA HISTÓRIA: LUTA DE CLASSES OU FORÇAS PRODUTIVAS?

O homem sempre procurou explicar o meio que o rodeia. São remotos os seus esforços tendentes a compreender os fenómenos sociais e naturais. Pode dizer-se, com rigor, que a concepção teológica da história é a primeira tentativa do pensamento humano para interpretar, «pela manifestação da vontade de uma ou mais divindades»<sup>1311</sup>, o mundo.

É um modo de pensar, de resto simples e primitivo, que tem a sua expressão mais cabal no animismo, que, para Plekhanov, representa a primeira fase do estilo religioso de pensar. A explicação animista dos acontecimentos históricos tem, do dizer de muitos pensadores, em Santo Agostinho e em Bossuet os seus melhores intérpretes.

O bispo de Hipona acha que a história se encontra submetida à providência divina. Em «Cidade de Deus», sustenta: «Considerai este Deus soberano e verdadeiro. Este Deus único e todo-poderoso, autor e criador de todas as almas e de todos os corpos (...) que fez do homem um animal racional, composto de corpo e alma (...)».

Santo Agostinho esforçou-se muito «(...) por explicar a história segundo um princípio: através de Deus ou do Espírito Absoluto, realizando cada um o seu objectivo na história»<sup>1312</sup>. Como refere Karl Lowith, o pontífice de Hipona não concebeu uma

<sup>1309</sup> - FERNANDES, António José – *Introdução à Ciência Política. Teorias, Métodos e Temáticas*. Porto: Porto Editora, 1995, p. 166.

<sup>1310</sup> - MOSCA, Gaetano e BOUTHOL, Gaston – *História das Doutrinas Políticas, Desde a Antiguidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 12.

<sup>1311</sup> - PLEKHANOV, Gheorghi Valentinovitch – *Reflexões Sobre a História*. Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 9.

<sup>1312</sup> - LOWITH, Karl – *O Sentido da História*: Lisboa: Edições 70, 1990, p. 34.

filosofia de história, mas «uma interpretação histórico-dogmática do Cristianismo», ou então, se se quiser, uma explicação cristã da história.

Por igual, Bossuet tem da história uma concepção teológica. O fio condutor da sua análise da realidade provém da mesma raiz filosófica que a do Santo Agostinho, isto é, concorda que o destino dos povos e as revoluções dos impérios são guiados pela providência. No seu «Discurso Sobre a História Universal», o bispo de Meaux é taxativo: «(...) Deus forjou o encadeamento do Universo (...)».

À luz do que ensina, «a mão de Deus» age sozinha em muitos acontecimentos históricos. «Deus actua de maneira imediata» – reforça Bossuet, para depois completar que a explicação dos «milagres históricos» deve ser apenas localizada, no fundo, não na vontade dos homens mas sim na da providência divina.

Contrariamente à análise teológica, que interpreta «a evolução histórica pela vontade e acção, directa ou indirecta, de um ou mais agentes sobrenaturais»<sup>1313</sup>, a concepção idealista explica-a pelos costumes e pelas opiniões, julgando, em síntese, «(...) que no fundamento de tudo o que existe há a ideia, o espírito, o pensamento»<sup>1314</sup>.

A generalidade dos filósofos e dos enciclopedistas do séc. XVIII acreditava que a opinião, mormente a que provinha de círculos religiosos, governava o mundo e que era ela a causa fundamental do movimento histórico. Voltaire, Suard, Holbach, Helvetius, entre outros, eram apologistas desta corrente de opinião, se bem que os dois últimos partilhassem o conceito materialista da natureza.

Holbach, por exemplo, não cansava de apregoar que se «os povos são maus, isso se deve à sua ignorância; se os governos são absurdos, é porque não souberam descobrir os verdadeiros princípios da organização social e política; e se as revoluções feitas pelos povos não desentranharam o mal moral e social, o facto deve-se à sua falta de discernimento».

<sup>1313</sup> - PLEKHANOV, Gheorgi Valentinovitch – Op. Cit., p. 21.

<sup>1314</sup> - YAKHOT, O. – Op. Cit., p. 10.

No entanto, o idealismo alemão, com Hegel, Fichte e Schelling, vem, no período pós-kantiano,<sup>1315</sup> enriquecer o debate no modo de pensar e de explicar a história. Ocupamo-nos, em síntese, apenas de Hegel, para quem a intuição transcendental, a que chama Ideia, ou seja, o Espírito, encarado como razão, é a origem criadora da realidade universal<sup>1316</sup>.

Hegel, cujo idealismo filosófico «concebe o Homem como um ser participante num universo espiritual»<sup>1317</sup>, empenha-se a fundo na busca da verdade, procurando-a descobrir no Espírito e na Ideia, os quais, a seu ver, constituem o fundo e a alma de tudo o que existe no mundo.

O idealista germânico, que desejava encontrar a força motriz da história na «razão universal», é conciso na sua abordagem. Porque «a história é a encarnação do Espírito»,<sup>1318</sup> ela é, ao mesmo tempo, «(...) o desenvolvimento necessário dos momentos da razão, da consciência de si e da liberdade do Espírito, a interpretação e a realização do Espírito universal»<sup>1319</sup>.

O filósofo alemão expõe, com clareza, a sua concepção idealista de história, nos excertos que se seguem: «(...) A razão governa o mundo e tem, consequentemente, governado a sua história. A razão é, na sua forma mais concreta, Deus. Deus dirige o mundo. A acção real da sua direcção – a execução do seu plano – é a História do Mundo. A razão é a compreensão da obra Divina».

O mestre de Marx considerava a história como a evolução espontânea do Espírito<sup>1320</sup>. Apoiando-se nesta ideia, Rafael Gamba esquematiza, deste modo, os três momentos do processo dialéctico hegeliano, a que vulgarmente se chamam tese, antítese e síntese, mas que Hegel prefere denominar, nas suas obras, afirmação, negação e negação da negação<sup>1321</sup>:

<sup>1315</sup> - ABBAGNANO, Nicola – Op. Cit., p. 497.

<sup>1316</sup> - GAMBRA, Rafael – A Filosofia Moderna. Lisboa: Planeta Editora, 1993, p. 190.

<sup>1317</sup> - SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – Op. Cit., p. 25.

<sup>1318</sup> - HEGEL, Friedrich – *Princípios da Filosofia de Direito*. Lisboa: Guimarães Editores, 1990, p. 313.

<sup>1319</sup> - HEGEL, Friedrich – Op. Cit., p. 312.

<sup>1320</sup> - YAKHOT, O. – Op. Cit., p. 10.

<sup>1321</sup> - FOULQUIÉ, Paul – *A Dialéctica*. Lisboa: Publicações Europa/América, 1978, p. 51.



«Assim, por exemplo, os povos orientais (cultura mítico-religiosa) representam a *tese* na História dos homens; a Antiguidade Clássica (cultura racional) constitui a sua *antítese*; a Idade Média cristã (simultaneamente religiosa e intelectual) foi a *síntese*, que, por sua vez, se tornou tese num novo processo em que a Idade Média é a *antítese*, etc.»<sup>1322</sup>. Se, como alude Hegel, a filosofia da história é a parte da filosofia de espírito<sup>1323</sup>, também é de aceitar que, a seu modo, «(...) a história é a manifestação do desenvolvimento divino, absoluto do Espírito nas suas formas mais elevadas (...)».

Inspirando-se nos ensinamentos de Hegel, Marx e Engels propõem uma explicação materialista da história. Rompem, de todo, com a filosofia idealista, pondo em realce que a causa fundamental da evolução social e do movimento histórico é a luta que o homem trava com a natureza em ordem a assegurar a sua própria existência. Melhor dizendo, consideram «(...) a vida social como o resultado da acção das condições objectivas e materiais da existência social (...) independentemente da vontade e da consciência das pessoas»<sup>1324</sup>.

As ideias de Marx e de Engels inauguram uma nova forma de pensar o mundo, porque, ao contrário da concepção hegeliana, procuram «(...) dar uma solução materialista ao problema fundamental da filosofia na sua aplicação à sociedade (...)»<sup>1325</sup>. No prefácio à «Contribuição para a Crítica da Economia Política», Marx expõe as teses fundamentais sobre o tema em apreço:

«Na produção social da sua vida, os homens entram em determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral»<sup>1326</sup>.

<sup>1322</sup> - GAMBRA, Rafael – Op. Cit., p. 191.

<sup>1323</sup> - GARDINER, Patrick – *Teorias da História*, 4ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 72.

<sup>1324</sup> - YAKHOT, O. – Op. Cit., p. 15.

<sup>1325</sup> - PODOSETNIK, V e SPIRKINE, A. – Op. Cit., p. 7.

<sup>1326</sup> - MARX, Karl - *Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. In <http://www.vermelho.org.br/img/obras/critica.asp>. Consultado em 20 de Janeiro de 2003.

Do seu lado, Engels subscreve que «a concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ele a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; que, em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e, juntamente com ela, a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos»<sup>1327</sup>.

Com isso, o pensador germânico procura demonstrar que as causas remotas e próximas de todas as transformações sociais e das revoluções políticas não devem ser localizadas «na cabeça dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça», mas nas mudanças que se operam no modo de produção e de troca.

Em «A Ideologia Alemã», Marx precisou melhor as suas ideias, pondo em foco a relação que «os indivíduos humanos vivos»<sup>1328</sup> mantêm com a natureza, ideia com a qual partiu para dizer que os homens se distinguem dos animais no preciso momento em começam a produzir os meios de subsistência.

Marx é claro: «Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indirectamente a sua própria vida material. A forma como os homens produzem esses meios depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de existência encontrados e a reproduzir»<sup>1329</sup>. Ao aduzir este ponto de vista, Marx chega ao âmago do problema:

«Este modo de produção não deve ser considerado apenas como a reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, é já uma certa forma de vida (...) um determinado *modo de viver*. A expressão que os indivíduos imprimem à sua vida corresponde àquilo que eles são. Aquilo que eles são coincide com a sua produção – com o que produzem e também com a maneira *como* o produzem. Assim, aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua existência»<sup>1330</sup>.

<sup>1327</sup> - ENGELS, Friedrich – *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico – Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Lisboa: Novo Tempo, s/d, p. 84.

<sup>1328</sup> - MARX, Karl – Ideologia Alemã. In [http://www.pcb.org.br/biblioteca\\_N.html](http://www.pcb.org.br/biblioteca_N.html). Consultado em 15 de Janeiro de 2004.

<sup>1329</sup> - MARX, Karl – Op. Cit.

<sup>1330</sup> - MARX, Karl – Op. Cit.

Em Marx e em Engels, a evolução da sociedade resulta, acima de tudo, das condições materiais de vida dos homens. Plekhanov reduziu a ideia fundamental de Marx em poucas linhas: «As relações de produção determinam todas as outras relações que existem entre os homens na sua vida social. As relações de produção são determinadas, por sua vez, pelo estado das forças produtivas»<sup>1331</sup>.

No entender de Patrick Gardiner, Marx, ao expor o sobredito conceito, rejeita, liminarmente, a ideia de que a história possa ser explicada pela vontade do espírito. As propostas do alemão mostram «(...) que a chave da evolução histórica está na maneira com os homens produzem e usam os instrumentos para criar os seus meios de subsistência»<sup>1332</sup>.

Para aquele autor, «são os processos de produção e os tipos de organização necessários e adequados ao seu trabalho que representam os factores fundamentais do desenvolvimento e das transformações sociais e históricas. É em função destes que as outras facetas da vida social (...)»<sup>1333</sup> – as instituições políticas e legais, as ideias morais, religiosas e sociais – podem ser interpretadas e compreendidas.

A concepção marxista mostra que as relações de produção regulam a estrutura social, a qual produz «(...) certas maneiras de pensar, certas crenças, certas instituições políticas e jurídicas, etc.»<sup>1334</sup>. Em suma, a infra-estrutura determina a superestrutura (instituições políticas, o direito, a moral, a religião, as artes, etc.). Já Marx avisara que «as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si próprias, nem pela pretensa evolução geral do espírito humano, mas, ao contrário, nas condições materiais de existência do homem.

Na mesma linha de raciocínio, Engels teoriza que «a estrutura económica da sociedade em cada época da história constitui a base real cujas propriedades explicam,

<sup>1331</sup> - PLEKHANOV, Gheorghi Valentinovitch – Op. Cit., p. 50.

<sup>1332</sup> - GARDINER, Patrick – Op. Cit., p. 158.

<sup>1333</sup> - GARDINER, Patrick – Op. Cit., p. 158.

<sup>1334</sup> - SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard – Op. Cit., p. 73.

em última instância, toda a superestrutura integrada pelas instituições jurídicas e políticas, assim como pela ideologia religiosa, filosófica, etc. de cada período histórico»<sup>1335</sup>.

Equivale isso a dizer que o fenómeno político é um reflexo das relações de produção. O mesmo é aceitar que o regime político é engendrado pelo sistema de produção. Para Marx e Engels, o político é um fenómeno secundário, dependente do económico. A esta luz, em «Anti-Düring», Engels escreve que «a ideia de que as acções políticas de primeiro plano são o factor decisivo em história é tão velha como a própria historiografia (...) O lado económico do relacionamento é mais fundamental na história do que o lado político»<sup>1336</sup>.

Exposto o problema, pode dizer-se que a essência da concepção materialista da história assenta na relação entre o *ser social* e a *consciência social*: «A produção das ideias, das concepções e da consciência encontra-se, a princípio, estreitamente ligada com a actividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. Representação, pensamento e comunicação espiritual dos homens aparecem ainda como emanção directa do seu comportamento material. O mesmo se pode dizer da produção espiritual, tal como ela aparece expressa na linguagem política, legal, moral, religiosa, metafísica, etc., de um povo»<sup>1337</sup>.

Com isso, Marx chega à sua célebre asserção segundo a qual «não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência»<sup>1338</sup>. Fica, pois, claro que os dois alemães tentam explicar a consciência do homem pela sua existência e não esta pela sua consciência<sup>1339</sup>. Se o *ser social* determina a *consciência* é lícito concluir, na esteira de V. Podossetnik e de A. Spirkine, que «a origem da vida espiritual da sociedade deve ser procurada não no cérebro dos homens mas nas condições de vida material da sociedade»<sup>1340</sup>.

<sup>1335</sup> - ENGELS, Friedrich – *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico – Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Lisboa: Novo Tempo, s/d, p. 81.

<sup>1336</sup> - ENGELS, Friedrich – ENGELS, Friedrich – *Anti-Düring*. In <http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>. Consultado em 27 de Janeiro de 2003.

<sup>1337</sup> - MARX, Karl – Op. Cit.

<sup>1338</sup> - MARX, Karl – Op. Cit.

<sup>1339</sup> - ENGELS, Friedrich – *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico – Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Lisboa: Novo Tempo, s/d, p. 82.

<sup>1340</sup> - PODOSETNIK, V e SPIRKINE, A. – Op. Cit., p. 95.

Em outros termos, como sintetiza Olivier Block, em Marx, nota-se, em si próprio, «(...)o primado do elemento material sobre o elemento ideal ou espiritual»<sup>1341</sup>. Pelo mesmo diapasão, William H. Shaw observa que a concepção marxista situa nas forças produtivas o primado da explicação da história<sup>1342</sup>. Com Marx, refere Franz Jakbowsky, o homem deixa de ser um simples produto natural, tornando-se, também, o produto do trabalho social humano. Ou seja, «o homem do ser natural, em Feuerbach, torna-se um ser social, em Marx»<sup>1343</sup>.

Posto isto, Marx aceita que quem domina, do ponto de vista material, a sociedade, a domina, também, intelectualmente: «As ideias da classe dominante são (...) as ideias dominantes (...) A classe que representa a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força intelectual dominante (...) As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes (...)»<sup>1344</sup>. Parafraseando B. A. Haddock, «a classe que exerce o poder económico no interior de uma sociedade é capaz de reger a produção e a distribuição das ideias do seu tempo»<sup>1345</sup>.

Para Marx, segundo crê Helmut Fleischer, «a história não é mais do que a actividade dos seres humanos que perseguem os seus fins»<sup>1346</sup>. Numa só palavra, os homens fazem a sua própria história ou, como situa Engels, a história resulta de inúmeras acções humanas. No dizer do mesmo autor, Marx vê a história como «um processo regido por leis, de alterações na estrutura das relações sociais»<sup>1347</sup>. Em «Ideologia Alemã», Marx escreveu que os homens têm história, porque têm de produzir a sua vida e têm de o fazer de um modo determinado.

Com Marx, «a história não é senão a sucessão de diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam e, que por isso, continua, portanto, por um lado, em circunstâncias completamente mudadas, a actividade transmitida e, por outro lado, modifica as velhas

<sup>1341</sup> - BLOCK, Olivier – *O Materialismo*. Mem Martins: Edições Europa/América, 1987, p. 114.

<sup>1342</sup> - SHAW, William H. – *Materialismo Histórico*. In «Dicionário do Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 261.

<sup>1343</sup> - JAKBOWSKY, Franz – *As Superestruturas Ideológicas na Concepção Materialista da História*, vol I. Porto: Edição Nova Crítica, 1976, p. 35.

<sup>1344</sup> - MARX, Karl – *Ideologia Alemã*. In «Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos)», I Vol, 2ª Edição (M. Braga da Cruz). Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 39-40.

<sup>1345</sup> - HADDOCK, B. A. – *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989, p. 181.

<sup>1346</sup> - FLEISCHER, Helmut – *Concepção Materialista da História*. Lisboa: Edições 70, s/d, p 27.

<sup>1347</sup> - FLEISCHER, Helmut – Op. Cit., p 37.

circunstâncias com uma actividade completamente mudada, o que permite a distorção especulativa de fazer da história posterior o objectivo da anterior (...)»<sup>1348</sup>.

Em resultado da concepção materialista da história, que expulsou, por assim dizer, o idealismo das ciências sociais<sup>1349</sup>, Marx e Engels advogaram que «a história de toda a sociedade até aqui é a história de luta de classes»<sup>1350</sup>. O mesmo é aceitar que a força motriz da história é a luta de classes, em defesa de cuja tese enunciaram:

«Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta»<sup>1351</sup>.

Quando dizem que «a história de toda a sociedade até aqui é a história de luta de classes», os dois alemães referiam-se a um determinado período da vida do homem, ou, mais concretamente, a toda a história escrita, tendo recordado que, ainda em 1847, era praticamente desconhecida a organização social existente antes da história registada, conhecida entre nós por pré-história.

Engels esclarece: «(...) Com excepção do Estado primitivo, toda a história anterior era a história das lutas de classes e que essas classes sociais em luta entre si eram em todas as épocas fruto das relações de produção e de troca, isto é, das relações económicas<sup>1352</sup> da sua época». Em última análise, explicaram que «toda a sociedade até aqui se repousava na oposição de classes opressoras e oprimidas»<sup>1353</sup>.

<sup>1348</sup> - MARX, Karl – *Ideologia Alemã*. In «Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos)», I Vol, 2ª Edição (M. Braga da Cruz). Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 31.

<sup>1349</sup> - PODOSETNIK, V e SPIRKINE, A. – Op. Cit., p. 9.

<sup>1350</sup> - MARX, Karl, ENGELS, Friedrich – *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante, 1997, p. 36.

<sup>1351</sup> - MARX, Karl, ENGELS, Friedrich – Op. Cit., p. 36.

<sup>1352</sup> - MARX, Karl, ENGELS, Friedrich – Op. Cit., p. 36.

<sup>1353</sup> - MARX, Karl, ENGELS, Friedrich – Op. Cit., pp. 47-48.

### 28.3 - HISTÓRIA

O conceito central de história de Amílcar Cabral é a ideia de estagnação. Expressou-o, em várias obras. Importa, no entanto, fixá-lo: «(...) O capitalismo desenvolveu-se muito, com grandes acumulações de capital (...) Alguns Estados europeus mais desenvolvidos resolveram o seguinte: tomar a África, de facto, acabar com a história do pequeno comércio (...) A partir daquele momento, a nossa História parou (...) Passamos a ser arrastados pela História dos países da Europa (...) A nossa História, a nossa liberdade, a liberdade das nossas forças produtivas foram tomadas e abafadas pelos colonialistas»<sup>1354</sup>.

A ideia de imobilidade histórica está bem presente em toda a análise de Cabral: «(...) O efeito principal provocado pelo impacto do imperialismo no processo histórico do povo dominado é a paralisia, a estagnação, a regressão em alguns casos desse processo»<sup>1355</sup> em favor da aceleração do desenvolvimento histórico de outros povos.

O fundador do PAIGC é categórico, quando mostra que, seja no colonialismo, seja no neocolonialismo, «a negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais», é o traço essencial do imperialismo.

Em Cabral, a dominação estrangeira implica sempre a marginalização do processo histórico dos povos subjugados. Com isso, tenta demonstrar que «o objectivo maior da política colonial portuguesa é o de continuar a manter «o nosso povo na condição de menor da História»<sup>1356</sup>, o qual, incapaz de andar pelos seus próprios pés, «(...) teria a necessidade de ser conduzido pelo tutor colonialista (...)»<sup>1357</sup>.

<sup>1354</sup> - CABRAL, Amílcar – *Análise de Alguns Tipos de Resistência*. Bolama: Edição do PAIGC, 1979, pp. 117-118.

<sup>1355</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria – Unidade e Luta*, vol I, 2ª Edição. In «Obras Escolhidas de Amílcar Cabral» – Textos Coordenados por Mário de Andrade, Lisboa: Seara Nova, 1987, p. 207.

<sup>1356</sup> - O sublinhado não é nosso.

<sup>1357</sup> - CABRAL, Amílcar – *Mensagem do Secretário-Geral do PAIGC por ocasião do XVI Aniversário do Partido*, Setembro de 1972. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602.057.

Precisa melhor: «As nossas forças produtivas foram dominadas pelo estrangeiro, o seu desenvolvimento tornou-se dependente da vontade e dos interesses das classes estrangeiras e a nossa História tornou-se uma carruagem do comboio da História de Portugal»<sup>1358</sup>.

Segundo Amílcar Cabral, «os colonialistas têm o hábito de dizer que foram eles que nos fizeram entrar na História. Demonstramos que não: eles fizeram-nos sair da História, da nossa própria História para seguir no último lugar do comboio da sua História. Hoje, pegando em armas para nos libertarmos (...) queremos, pelos nossos próprios passos, (...) regressar à nossa História»<sup>1359</sup>. Em síntese, diz que mais do que a luta de classes, é o Estado colonial, que dirige a história.

Amílcar Cabral tem uma concepção materialista da história. Tal como Karl Marx, sufraga a ideia de que a chave da evolução histórica está na maneira como os homens produzem e usam os instrumentos para criar os meios de subsistência. É de notar que adopta, sem hesitação, o princípio marxista que rege toda a relação dialéctica entre o *ser* e a *consciência*, concordando que esta é determinada por aquele:

«(...) É a própria realidade que determina o homem. O homem é parte da realidade, o homem está dentro da realidade e não é aquilo que se tem na cabeça que determina a realidade. Pelo contrário, a própria realidade em que o homem vive é que determina as coisas que o homem tem na sua cabeça. (...) A realidade existe independentemente da vontade do homem e o homem, na medida em que adquire a consciência da realidade, na medida em que a realidade influencia a sua consciência, ele pode adquirir a possibilidade de transformar a realidade a pouco e pouco»<sup>1360</sup>.

Na pegada do pensador alemão, aceita o primado do económico sobre o político e corrobora a ideia de que, em cada fase da evolução da sociedade, «existe a estrutura económica, característica do estado de desenvolvimento da sociedade ou da fase histórica,

<sup>1358</sup> - CABRAL, Amílcar – Op., Cit.

<sup>1359</sup> - CABRAL, Amílcar – *Unidade Política e Moral, Força Principal da Nossa Luta Comum*. «Discurso do Camarada Amílcar Cabral na 2ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas», Dar-es-Salam, 3 a 8 de Outubro de 1965. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, nº 4602. 038.

<sup>1360</sup> - CABRAL, Amílcar – *A Arma da Teoria – Unidade e Luta*, vol I, 2ª Edição. In «Obras Escolhidas de Amílcar Cabral» – Textos Coordenados por Mário de Andrade. Lisboa: Seara Nova, 1987, p. 130.



e existe, resultante desta estrutura, uma superestrutura económica; desta, derivam a situação política, as relações sociais entre as diferentes camadas da sociedade e entre os homens em geral»<sup>1361</sup>.

No seu dizer, cada fase histórica tem um dinamismo, ou, em simples palavras, um movimento que é caracterizado, fundamentalmente, pela luta de classes. Indo mais adiante no seu raciocínio, defende que a estrutura económica é definida pelo desenvolvimento do modo de produção, sendo este caracterizado pelo regime de propriedade, e pelas forças produtivas, melhor dizendo, pelo nível atingido por todos os meios de que homem dispõe para criar e produzir bens.

Posto isto, Amílcar Cabral sustenta que a força motriz da história não é a luta de classes, como defenderam Karl Marx e de Friedrich Engels, mas as forças produtivas, pondo assim em causa a mais importante tese do marxismo. Aliás, o «militante nº 1 do PAIGC» pergunta aos dois alemães se a história só começa no momento em que tem lugar a luta de classes.

Ao que respondeu, sem delongas, dizendo que concordar com tal ponto de vista é o mesmo que situar fora da história um longo período da vida da humanidade, que vai da descoberta da caça à eclosão da propriedade privada. Por esta razão, não aceita que os africanos, os asiáticos e os latino-americanos tenham vivido sem história ou fora dela até ao momento em que se viram submetidos ao jugo estrangeiro.

Amílcar Cabral corrobora a premissa de que, efectivamente, a luta de classes só foi a força motriz da história, numa determinada fase da vida do homem. «Isto quer dizer que – esclareceu – antes da luta de classes (e, necessariamente, depois da luta de classes, porque neste mundo não há antes sem depois) algum factor (ou alguns factores) foi e será o motor da história. Esse factor da história é o modo de produção»<sup>1362</sup>.

Ao aceitar a presente conclusão, aquele político aduz dois argumentos que diz terem eliminado as suas dúvidas, o primeiro dos quais é garantia da existência da história

---

<sup>1361</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 113.

<sup>1362</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 203.

antes da luta de classes, o que evita que haja *povos sem história*, e o segundo é a continuidade da história mesmo depois do desaparecimento da luta de classes ou das classes. Em jeito de remate, reforça que a sua ideia vem mostrar que o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer história. Quer haja ou não a luta de classes, a história existirá sempre.

Estranha-se que Amílcar Cabral tenha rompido, epistemologicamente, com o marxismo clássico em relação à luta de classes. Sendo ele um adepto do materialismo histórico, que explica a formação das ideias a partir da prática material, não é concebível a sua conclusão de que as forças produtivas sejam o motor da história.

As ideias de Amílcar Cabral sobre a luta de classes em Cabo Verde são ambíguas e contraditórias. Se, por um lado, nega, categoricamente, que tenha havido o proletariado em Cabo Verde, em razão da «inexistência de infra-estruturas suficientemente desenvolvidas para dar lugar à formação de uma classe operária»<sup>1363</sup>, por outro, concorda que tenha existido a luta de classes nas ilhas.

Ou seja, «(...) a luta de classes no nosso país, mais ou menos desenvolvida, ficou praticamente abafada pela luta fundamental entre a classe dominante da sociedade portuguesa (...) e a nossa nação, o nosso povo, como se se tratasse de uma classe oprimida pela classe burguesa portuguesa»<sup>1364</sup>. Amílcar Cabral não chegou a explicar como é que pode haver a luta de classes sem o proletariado e sem a burguesia. Se não há, como bem notou, a classe operária, não poderá haver a luta de classes.

Em Cabo Verde, não há, nem nunca houve luta de classes, porque estas, no sentido marxista do termo, não existiram durante o consulado colonial. Por outro lado, Amílcar Cabral estabelece uma estreita analogia entre a história e a libertação nacional no pressuposto de que os povos, ao libertarem-se do jugo colonial, reconquistam a sua personalidade histórica. Aliás, a Aimé Césaire, um dos expoentes da Negritude, se deve

<sup>1363</sup> - CABRAL, Amílcar – Obras Escolhidas de Amílcar Cabral – *A Arma da Teoria*, Unidade e Luta, vol. I, 2ª Edição, Lisboa: Editora Seara Nova, 1978, p. 110.

<sup>1364</sup> - CABRAL, Amílcar – Op. Cit., p. 114.

a ideia do «direito à iniciativa histórica dos povos», em outros termos, «o direito à personalidade»<sup>1365</sup>.

Com base nesta premissa, de resto muito limitada, é lícito perguntar se os povos ficam fora da história quando, por breve que seja, se achem subjugados por um Poder estrangeiro? Os povos dominados não têm história? Se Amílcar Cabral criticou Karl Marx e Friedrich Engels por estes terem posto, em sua opinião, fora da história os povos que não conheceram a luta de classes, é mister também que ele pode ser, pelas mesmas razões, censurado por ter dito que um povo «regressa à história» quando se livra do opressor.

Isto é o mesmo que dizer que os povos colonizados não têm história ou dela estiveram ausentes durante a vigência da dominação. Neste caso em apreço, o líder do PAIGC cometeu um erro crasso, ao admitir que o colonialismo estagnou a história de Cabo Verde e da Guiné. Uma coisa é «a reconquista da personalidade histórica», a outra é «o regresso à história», expressão que se nos afigura despida de senso, porque a história é um processo em contínua evolução, não dependendo o seu desenvolvimento das condições a que Amílcar Cabral a submeteu.

«Regressar à história» equivale a concordar que alguém se viu arredado dela por um certo período. Nenhum povo sai da história por ter sido dominado por uma potência estrangeira. É nisso que se fundamenta o nosso desacordo. Estamos por demais convencidos que Cabral confunde o princípio de «as nações se governarem a si próprias» com o direito à personalidade histórica dos povos.

Não é válida a explicação de Cabral. A sua argumentação não é coerente, porque, no caso de Cabo Verde, deixa sem resposta uma pergunta capital que se impõe fazer. Aos seus olhos, quando é que começou a história nas ilhas? Quando os portugueses as descobriram? Quando o PAIGC, em 5 de Julho de 1975, proclamou a sua independência? Ou então quando criou o PAI?

---

<sup>1365</sup> - CÉSAIRE, Aimé - *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1977, p. 9.

A resposta não se mostra difícil de gizar. É que, para ele, a história só se inicia com a libertação do jugo estrangeiro. Cabo Verde, que não tem história antes da chegada dos navegadores de Noli, viu-se dominado, ininterruptamente, durante cinco séculos pelos portugueses. Na óptica de Cabral, o processo histórico nas ilhas somente se desenvolve a partir do colapso da dominação colonial.

Se tomarmos por seguro a ideia de Cabral, tornar-se-á ampla a possibilidade de colocarmos fora de história os 500 anos da presença portuguesa em Cabo Verde. O mesmo é dizer que as ilhas não tiveram história antes da independência, como sugere o líder do PAIGC. No caso cabo-verdiano, não colhe a ideia de paralisia ou de estagnação da história, sabido que o arquipélago não tem pré-história.

A ideia de «povos sem história»<sup>1366</sup> é de Engels, muito embora nela se note a influência de Hegel. Amílcar Cabral recuperou-a para a fazer aplicar ao caso concreto de Cabo Verde e da Guiné. Em 3 de Setembro de 1848, o pensador alemão, numa carta publicada na revista «Neue Rheinische Zeitung», observava que as nações que não têm Estado próprio se tornam, na era capitalista, «povos sem história».

Um dos motivos por que Engels considerava certos povos «sem história» é o facto de estes, «(...) dada a sua fragmentação linguística, cultural e geográfica (...)»<sup>1367</sup> não puderem «(...) concentrar a sua população, em número suficiente, numa área de território bastante compacta, para nela se desenvolver uma economia moderna»<sup>1368</sup>.

A preocupação de Engels era a de mostrar que, no consulado capitalista, os povos sem Estado próprio perdem a sua tradição e a sua história, porque os Estados que os subjagam monopolizam todo o seu desenvolvimento histórico. Nicos Poulantzas considerou ambíguas as ideias do alemão, ainda que reconheça que os Estados modernos tendem a eliminar «os passados nacionais» dos dominados para os poder integrar na sua própria história.

<sup>1366</sup> - Para Engels, os «povos sem história» eram, nomeadamente, os celtas, os bascos, os bretões, os checos, os escoceses, os croatas, os eslavos, em síntese, todos os habitantes remanescentes de populações dizimadas, em determinado período, pelas nações que viriam a ser o principal veículo do desenvolvimento histórico.

<sup>1367</sup> - CUMMINS, Ian – *Marx, Engels e a Política do seu Tempo*. In «Dicionário do Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 236.

<sup>1368</sup> - CUMMINS, Ian – O. Cit., p. 236.

Não se mostra complicado agora entender a razão por que a reivindicação da autonomia nacional – leia-se independência – equivaleria, nesta era, a reclamação de uma história própria. É por este motivo que Cabral, inspirado em Aimé Césaire, repetia sempre que «o fundamento da libertação nacional (...) reside no direito inalienável de cada povo ter a sua própria história», readquirindo a sua personalidade histórica, tal como ensina o antilhano.

## CONCLUSÃO

Ao longo da presente dissertação de mestrado, pode notar-se que tivemos a preocupação de extrair dela algumas conclusões parciais que, no fundo, não contendem com as gerais que ora se apresentam.

Neste contexto, mostrámos, científica e documentalmente, que Cabo Verde não tem história antes da chegada dos portugueses, cujos navegadores, a mando da coroa lusitana, o descobriram em data ainda por conhecer. Afastada fica, pois, a hipótese, porque eram um território *res nullius*, de as ilhas terem sido ocupadas, anteriormente, por povos negreiros africanos.

É, de igual modo, um enigma a identidade dos homens que protagonizaram tal feito. Diogo Gomes, António da Noli, Luiz de Cadamosto e Vicente Dias reivindicam-no, sem, contudo, o provarem. O certo é que quem o descobriu fê-lo, vale repetir, ao serviço da monarquia portuguesa.

Porque era desabitado, melhor dizendo, sem população e cultura autóctones, à ilação chegámos de que o colonialismo e a colonização, no sentido científico das sobreditas expressões, não existiram em Cabo Verde, sendo preferível que a abordagem sobre a questão se faça, em nosso modesto entendimento, numa perspectiva de povoamento.

Impõe-se-nos agora aduzir algumas conclusões gerais, a primeira das quais se refere à postura de Amílcar Cabral em face da «questão colonial». É frisanter seguir este

caminho para podermos perceber, na exacta medida, os motivos por que ele, ao fazer parte da contra-elite africana dos anos 50, em Lisboa, se revoltou contra a ordem colonial.

Amílcar Cabral era um amigo de Portugal. É o próprio Marcello Caetano quem o diz, em 1972, num parecer que enviou ao então Governador da Guiné, António Spínola. Aliás, o chefe do Governo português apresenta, tacticamente, o fundador do PAIGC como «um elemento moderado e amigo de Portugal».

Homem de educação, cultura e formação portuguesas, Amílcar Cabral manteve-se sempre fiel aos valores que herdou do seu pai, que o influenciou bastante. Quem com ele conviveu garante que nunca usou o racismo como arma política na luta contra o colonialismo português, havendo ainda outros elementos que o provam, quais sejam os seus escritos políticos e literários.

Culturalmente, o nacionalista cabo-verdiano não se afastou de Portugal. Assimilado que era, embora o negasse sempre, nunca rompeu, na verdadeira acepção da palavra, com o sistema de valores ocidentais, mesmo quando, no ambiente estudantil de Lisboa, assumia o discurso de «reafricanização dos espíritos», em manifesto desacordo com a orientação oficial dominante.

Em ocasiões várias, advogou que o colonialismo português não tem só coisas más. Neste particular, pôs em relevo a língua de Camões, a melhor herança que, segundo repetia, à exaustão, os portugueses deixaram na Guiné e em Cabo Verde. A sua sensatez levou-o mesmo a demarcar-se, peremptoriamente, dos que sustentavam que o colonialismo em África destruiu a cultura dos povos colonizados.

A avaliar pela sua obra e pelo seu comportamento, enquanto homem e político, o líder do PAIGC nunca negou a existência de laços, fundamentalmente, de cultura, de sangue e de história que ligam o povo de Portugal ao de Cabo Verde e ao da Guiné-Bissau, chegando mesmo a admitir que, «em princípio, o nosso problema não é de nos desligarmos do povo português».

Em face desta posição, é-nos de todo impossível rotular de inimigo de Portugal um homem que assim pensa, ainda que haja sido, em alguns momentos, impelido a endurecer o discurso nacionalista para obter, internacionalmente, mais espaços e audiência.

A somar a esta atitude, Amílcar Cabral mostrou-se sempre preocupado, desde a primeira hora, em distinguir o povo português do governo que o dirigia. O inimigo, para ele, nunca era o povo português ou mesmo Portugal por si mesmo, facto que o levava, amiúde, a dizer que a culpa da guerra no Ultramar era da elite que detinha o Poder em Lisboa.

Sendo um amigo de Portugal, por que razão então elegeu a guerra como meio de tentar resolver o problema colonial? À pergunta, sempre deu respostas convincentes: «Não somos guerreiros. Lutamos de armas nas mãos porque a guerra nos foi imposta pelo regime colonial, que nunca quis negociar connosco» a solução para a questão ultramarina.

Isto serve, efectivamente, para dilucidar o caso. De facto, antes e mesmo depois do início da guerra na Guiné, o fundador do PAIGC sempre se mostrou disponível a procurar o caminho que o conduzisse ao epílogo do conflito. Se o não conseguiu, as causas ficam a dever-se, em larga parte, à ausência de vontade política do Governo de Lisboa, devido a cuja inflexibilidade sempre adoptou políticas coloniais erradas.

Disto isto, faz-se agora necessário mostrar que não são pessoais, mas sim políticas, as razões por que Amílcar Cabral se revoltou contra o Poder colonial. Por motivos idênticos, os nativistas já se haviam manifestado, também, contra a apatia de Portugal no que toca aos problemas políticos com que os cabo-verdianos então se debatiam.

A diferença que os separava de Cabral era de natureza estratégica e metodológica. Enquanto este propunha a via da independência, que equivalia à quebra dos vínculos com Portugal, aqueles preconizaram a da autonomia. A revolta de Amílcar Cabral e a dos nativistas partiram das mesmas causas – a fome, que, ciclicamente, dizimava milhares de cabo-verdianos, o abandono a que Cabo Verde estivera votado da parte de Portugal e a marginalização da elite local na direcção dos assuntos da *polis*.

Amílcar Cabral consagrou, no dizer de Leopold Sédar Senghor, a maior parte da sua vida a agir e não a teorizar. Por necessidade da luta, na óptica de Tomás Medeiros, tornou-se um teórico, de cujas ideias emergiu o desenho do regime político que o PAIGC, enquanto partido binacional, implantou na Guiné e em Cabo Verde.

Nem por isso deixou de se afirmar como um teórico da luta de libertação nacional. As suas opiniões sobre o tema em exame são tão actuais que serviram, nos anos 80, de inspiração aos movimentos eritreus que lutavam contra o colonialismo etíope, e constituem, a todos os títulos, uma contribuição sem igual no mundo lusófono e em África.

Temos para nós que algumas ideias de Amílcar Cabral são válidas. Outras nem por isso, porque se viram ultrapassadas pela história e pelo tempo. Tal facto não o impede de ocupar um lugar relevante na história de Cabo Verde. Não é um favor reconhecê-lo. Antes, conquistou-o com a própria vida. Enquanto homem, político e pensador, marcou, *ad eternum*, o destino da Guiné e de Cabo Verde.

O pensamento político de Cabral conheceu várias fases. Em jovem, quando estudava em Cabo Verde, não tinha ideias políticas anti-coloniais. Talvez, por influência do pai, um fervoroso «africanista português». Quando chegou a Lisboa, a sua maior aspiração, a crer em Tomás Medeiros, que o conheceu de perto, assentava no desejo de ser «um poeta e um grande engenheiro agrónomo».

Para provar a asserção, o médico são-tomense testemunha que os primeiros trabalhos do fundador do PAIGC, profundo admirador do movimento Claridade, embora nunca o pertencesse, se incidiram, precisamente, sobre a literatura. As primeiras ideias políticas de Cabral nasceram em Lisboa, no convívio com os portugueses e com outros estudantes africanos.

A CEI foi o berço que o preparou para a luta anti-colonial, a par dos seus colegas que integraram a célebre contra-elite dos anos 50, cujos propósitos iniciais não se



centravam na ideia da independência, mas na da «reafricanização dos espíritos», processo pelo qual pretendiam mostrar, em Portugal, os valores culturais dos seus países.

Amílcar Cabral, por exemplo, só começou a falar da independência, depois da sua curta estada em Angola, no decurso da qual desenvolveu contactos com Viriato da Cruz e com Gabriel Leitão. Antes, custa a admitir que apenas se preocupasse com os problemas do solo e da literatura. Foi Mário de Andrade, seu mentor, que o fez ver e compreender, segundo Tomás Medeiros, que «a vida não é só solo. É mais qualquer coisa», ou seja, a política.

A passagem por aquele país africano contribuiu, em larga medida, para a sua formação política. Como o refere Tomás Medeiros, em Angola, Amílcar Cabral «perdeu as ilusões do solo» e passou a perceber que «o problema estava não no solo mas na organização e no combate». É talvez por isso que, mal chegara a Bissau, em 1956, em férias, tenha fundado o PAIGC.

Se, em Cabo Verde e, em Portugal, era um revoltado, em Conacri, transformou-se em revolucionário, embora de tendência pequeno-burguesa. Ao longo da sua vida, nunca negou que o seu maior desejo fosse o de ver transformadas, radicalmente, as condições de vida dos povos da Guiné e de Cabo Verde.

Porque teórico de partido único, Amílcar Cabral não foi um democrata. Está longe de o ser, muito longe mesmo. Se o foi, temos que recuar ao dealbar dos anos 60, à época em que enviou a Oliveira Salazar um memorando para resolver o problema do Ultramar, no qual propunha a criação de um sistema democrático de governação, assente em partidos políticos.

A sua adesão à democracia foi sol de pouca dura, porque alterou, radicalmente, a sua posição. A experiência da administração das «zonas libertadas» fê-lo talvez mudar de ideia, impelindo-o a romper, em definitivo, com a democracia, assumindo, em contrapartida, uma orientação que o aproximava das «democracias populares» da Europa do Leste, fundamentadas no sistema de partido único.

Se Amílcar Cabral foi um democrata, foi-o antes da guerra colonial, tendo, depois de esta se ter iniciado, experimentado nas matas guineenses o modelo de regime monopartidário que serviu, mais tarde, de inspiração ao PAIGC na governação da Guiné e de Cabo Verde.

Os alicerces ideológicos do autoritarismo cabo-verdiano e guineense emanaram da mente de Amílcar Cabral. Vasco Cabral reconheceu-o, sem o querer, talvez, ao sustentar que foi o fundador do PAIGC «quem concebeu a natureza das nossas instituições, lançando os fundamentos de um Estado».

Amílcar Cabral não gostava de rótulos. Era uma questão que o não inquietava de todo, a julgar por uma declaração produzida, em Londres, num encontro com jornalistas britânicos: «Se decidem que é marxismo, digam a todos que é marxismo. Se decidem que não é marxismo, digam a todos que não é marxismo. Mas o problema de etiquetas é vosso». As pessoas (...) estão muito preocupadas com esta questão. São marxistas ou não? São marxistas-leninistas ou não?».

O presidente senegalês definia-o como um «democrata socialista», na senda da social-democracia escandinava. Outros não hesitaram em classificá-lo de marxista ou de marxista-leninista. Tomás Medeiros não o qualifica nem de estalinista, nem de comunista, empurrando-o mais para o maoismo do que para o marxismo.

O médico são-tomense considera-o um «nacionalista, que se aproximou do marxismo por vias erradas», em cujo pensamento político se notam, essencialmente, as influências do russo Lenine, do chinês Mao Tsé-Tung e do vietnamita Vo Nguyen Giap. Com Lenine, Amílcar Cabral apreende o fenómeno imperialista e a noção de classes sociais; com Mao Tsé-Tung, retém o essencial em matéria de organização do partido e do materialismo dialéctico; e com Giap, assimila os métodos de guerrilha que aplicou na Guiné.

Tomás Medeiros tem razão quando insiste que Amílcar Cabral não era um marxista. «Cabral nunca leu um livro de Marx. O que apreendeu do marxismo tirou-o de

Giap, de Mao Tsé-Tung e de Vladimir Lenine». Se o leu, a dúvida fica por esclarecer, embora, em Cabral, se note uma vasta influência da literatura marxista.

À semelhança de Tomás Medeiros, torna-se-nos sobremaneira impossível intitular Amílcar Cabral de marxista, na linha da tradição revolucionária de Marx e de Engels. Pode dizer-se que rasgou o marxismo clássico, com o qual rompeu, epistemologicamente. A sua concepção de partido, de história, de luta de classes, da formação da consciência, como reflexo material de vida, tudo isso, indubitavelmente, entra em linha de colisão com o pensamento marxista. É curioso observar que Amílcar Cabral usa métodos marxistas de investigação e de análise para depois chegar a conclusões dissemelhantes das de Marx e de Engels.

Quem, de facto, assume que a força motriz da história não é a luta de classes, mas as forças produtivas, não pode ser, na esteira de Marx e de Engels, apelidado de marxista. Porque este conceito é, segundo Louis Althusser, o «coração» de toda a sociologia marxista, quem o não subscreve, como Amílcar Cabral, afasta-se, em termos conceptuais, dos dois alemães.

Amílcar Cabral *morreu*, na avaliação de Tomás Medeiros, quando fez esta declaração em Havana: «Depois daquele discurso, os cubanos passaram a chamar-lhe «revolucionário pequeno-burguês, os chineses traidor e os soviéticos revisionista». A julgar pela sua obra teórica, temos a concluir que o fundador do PAIGC foi um marxista-leninista, cujo *corpus* de ideias se inspira, basicamente, nas doutrinas políticas de Lenine e de Mao Tsé-Tung.

Sendo complexo e inacabado, o seu pensamento é uma combinação do marxismo-leninismo com a experiência de partido único ensaiado nas matas da Guiné-Bissau. Muito embora fosse, ideologicamente, um marxista-leninista, cultivou um certo espírito de independência de pensamento, que lhe causou alguns problemas de relacionamento com Cuba, com a antiga URSS e com a China.

Por outro lado, Amílcar Cabral legou ao PAIGC uma herança, hoje, dilapidada pelos homens a quem incumbiu a missão de a conservar. Deixou-lhes projectos,

programas e ideias, alguns dos quais realizados, outros empilhados nas gavetas partidárias.

O sonho do fundador do PAIGC, porque se não resumia à luta pela independência política, está por se realizar. O maior desejo de Cabral era o da revolução social, expresso, claramente, na sua teoria de libertação nacional, que, a seu ver, constituía a parte superior e final de um projecto grandioso, cujo objectivo último era o da emancipação das forças produtivas, no contexto da história.

O tempo, as contradições entre guineenses e cabo-verdianos, as lutas intestinas, a deficiência da teoria inviabilizaram as principais opções políticas de Amílcar Cabral, sobretudo se, com ele, sufragarmos a tese de que a genuína independência só tem lugar quando se dá a total libertação das forças produtivas.

Outra componente da herança que Amílcar Cabral legou aos seus companheiros foi o projecto da unidade Guiné-Cabo Verde, que, em abono de verdade, se revelou inexecutável, mesmo antes da sua morte prematura. O líder do PAIGC insistiu em demasia na federação política entre os dois países, talvez porque não tivesse compreendido, nem interpretado, correctamente, o secular antagonismo que separa os ilhéus dos guineenses.

Os cabo-verdianos marcaram, profundamente, a história da Guiné, em cujos momentos capitais – colonização, pacificação, ocupação e descolonização – sempre chamaram a si um papel de liderança crucial: foi assim no período em que se fazia necessário preservar, sempre que se justificasse, a bandeira portuguesa; foi assim, em contrapartida, quando esta, em 1973, se viu substituída. Por ironia da história, foi um cabo-verdiano – Pedro Pires – quem negociou a sua independência.

A isso se adiciona o abrupto colapso do projecto da unidade entre os dois países, cuja responsabilidade se deve atribuir, em parte, à facção guineense do PAIGC, que, em 14 de Novembro de 1980, perpetrou um violento golpe de Estado na Guiné-Bissau, deitando, deste modo, por terra o projecto de Amílcar Cabral.

A conspiração de Nino Vieira teve efeitos devastadores: destruiu o PAIGC, enquanto partido binacional; pôs termo à unidade Guiné-Cabo Verde; destituiu Luís Cabral da Presidência da República; acirrou o sentimento anti-cabo-verdiano na Guiné; e, numa só palavra, dilapidou e desbaratou o património político que Amílcar Cabral deixara aos seus iguais.

O nacionalista cabo-verdiano é uma figura respeitada e admirada. Nos planos africano e internacional, afirmou-se como um político distinto. Gérard Chaliand considera-o «superior a Fanon e a Guevara» e Leopold Senghor classifica-o «de um dos maiores homens de Estado africanos pela sua cultura, inteligência e coragem». Se, para Ronald Chilcote, o fundador do PAIGC «foi uma figura notável da sua época, já Bernard Magubane coloca-o como «um gigante numa geração de grandes dirigentes de libertação dos tempos modernos».

Amílcar Cabral é um símbolo, não deixando de ser, também, um mito, que urge desmistificar, em alguns aspectos, como mostrámos ao longo da investigação. Se é verdade que outrora poucos o contestavam, em razão do prestígio que granjeara, presentemente, começam a surgir vozes que o fazem, desabridamente. Em certos sectores da sociedade, questiona-se não somente o seu lugar na história de Cabo Verde, mas também a validade científica de algumas das suas ideias.

O PAIGC, no afã de construir mitos que o ajudassem a eternizar-se no Poder, situou-o mal em relação à história. Classificou-o, erradamente, de «Fundador da Nacionalidade». Não o é, como demonstrámos. Importa, agora, mais do que nunca, que os investigadores precisem, com rigor, o papel e o lugar de Amílcar Cabral no processo político cabo-verdiano de molde a enterrar de vez os equívocos erigidos à sua volta. Da nossa parte, as dúvidas estão dissipadas. Amílcar Cabral é, como muitos outros, um dos heróis identitários da história de Cabo Verde, ainda que a maioria dos intelectuais o respeitem e a população o veja como um libertador.

BIBLIOGRAFIAQUESTÃO COLONIAL

- BOXER, C. R. – **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- CAETANO, Marcello – **Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos (História duma Batalha: Da Liberdade dos Mares às Nações Unidas**, 4ª Edição. Lisboa: Edições Ática, 1971.
- CÉSAR, Amândio – **Angola 61**, 8ª Edição. Lisboa: Verbo, 1962.
- CORRÊA, António Mendes – **Raças do Império**. Porto: Portucalense Editora, 1943.
- CORTESÃO, Jaime – **História da Expansão Portuguesa**, Obras Completas 4. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- CUNHA, Joaquim da Silva – **Os Requisitos de uma Boa Política Indígena**. In «Estudos Coloniais»: Lisboa: Revista da Escola Superior Colonial, Vol. II (1950-1951), fasc. Nº 2-3.
- CUNHA, Silva – **Administração e Direito Colonial**. Apontamento das Lições do Prof. Doutor Silva Cunha ao 3º Ano Jurídico de 1960-1961. Lisboa: Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1960, s/d.
- DIAS, Jorge A – **Contactos de Cultura**. In «Revista de Estudos de Ciências Políticas e Sociais», VIII. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- LAVRADIO, Marquês do – **Portugal em África Depois de 1851 – Subsídios para a sua História**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral do Ultramar, 1936.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa – **O Fim de Uma Era: O Colonialismo Português em África**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, s/d.
- FERREIRA, João José Brandão – **A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português**. S. Pedro do Estoril: Edições Atena, 2000.
- FERREIRA, Vicente – **A Ciência e o Empirismo na Colonização Moderna**. In «Estudos Ultramarinos», Vol. IV. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLV.
- FERREIRA, Vicente – **A Colonização**. In «Estudos Ultramarinos», Vol. IV. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLV.
- FERREIRA, Vicente – **O Conceito de Maior Benefício e os Factores Materiais e Humanos da Colonização**. In «Estudos Ultramarinos», Vol. IV. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLV.
- GONÇALVES, Júlio – **Da Finalidade dos Descobrimentos – A Tese da Expansão Económica**, II. In «Anais do Clube Militar Naval», ano 77º, nºs 11 e 12. Lisboa: Tipografia da Associação dos Combatentes da Grande Guerra, 1947.
- GUERRA, João Paulo – **Memória das Guerras Coloniais**, 2ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- LIMA, Lopes – **Ensaio sobre a Estatística das Possessões Ultramarinas**, Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.
- LIMA, Mesquitela – **Alguns Aspectos Sociológicos da Colonização**. Luanda: Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

- MARQUES, A. H. de Oliveira – **Breve História de Portugal**, 4ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- MARQUES, de Oliveira A. H. – **Nova História da Expansão Portuguesa. A Expansão Quatrocentista**, Vol. II, Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- MARTELO, David – 1974 – **Cessar-Fogo em África**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2001.
- MARTINS, Fernando – **A Política Externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU. Uma Doutrina Histórico-Jurídica (1955-1968)**. Lisboa: Penélope, nº 18, 1988.
- MARTINS, Rocha – **História das Colónias Portuguesas**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- MATEUS, Dalila Cabrita – **A Luta pela Independência – A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999.
- MAUNIER, René – **Sociologie Colonial**. Introduction a L' Étude du Contact des Races. Paris: Les Éditions Domat-Montchrestien, 1932.
- MEDEIROS, Tomás – **Prolegómenos a uma História (verdadeira) da Casa dos Estudantes do Império**. In «Mensagem». Lisboa: Associação da Casa dos Estudantes do Império, 1997.
- MEDINA, João – **História Contemporânea de Portugal** (Dir. João Medina), Vol. «Portugal de Abril». Lisboa: Amigos de Portugal, 1985.
- MOREIRA, Adriano – **Política Ultramarina**. In «Estudos de Ciências Políticas e Sociais», Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1956.
- NEVES, Orlando – **Textos Históricos da Revolução (Organização e Introdução de Orlando Neves)**, 1ª Edição. Lisboa: Diabril Editora, 1975.
- NOVAIS, Fernando – **Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial**. São Paulo: Livros Horizonte, s/d.
- OLIVEIRA, César – **Portugal, dos Quatro Cantos do Mundo à Europa: a Descolonização (1974-76)**. Ensaios e Documentos. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- ORLANDO, Ribeiro – **Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 59, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- PERES, Damião – **História dos Descobrimentos Portugueses**, 2ª Edição (Atualizada). Porto: Portucalense Editora, 1960.
- PERES, Damião – **História dos Descobrimentos Portugueses**. Porto: Portucalense Editora, 1943.
- PERES, Damião – **História dos Descobrimentos Portugueses**. Porto: Portucalense Editora, 1945.
- PESSOA, Fernando – **Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional**. Lisboa: Ática, 1978.
- PINTO, António Costa – **O Fim do Império Português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- QUEIRÓ, Afonso Rodrigues – **Ultramar: Direito à Independência**. Coimbra: Atlântida Editora, 1974.
- REGO, A. António da Silva – **História da Colonização Moderna**. Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Lisboa: Edição do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, 1956-1957.
- REGO, A. da Silva – **O Ultramar Português no séc. XX**, 2ª Edição. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLXIX.
- REGO, Silva – **À Volta do Conceito de Colonização**. Macau: Centro de Informação e Turismo, 1964.



REPARAZ, Gonzalo de – **História de la Colonización**, Vols. I e II. Barcelona: Editorial Labor, 1933.

REPARAZ, Gonzalo de – **La Época de los Descubrimientos Españoles y Portugueses**. Barcelona: Editorial Labor, s/d.

RIBEIRO, Orlando – **Panorama da Expansão Portuguesa**. In «Estudos de Ciências Políticas e Sociais», n.º 59. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

SANTA-RITTA, José Gonçalo – **A África nas Relações Internacionais Depois de 1870**. Estudos de Ciências Políticas e Sociais do Centro de Estudos Políticos e Sociais, n.º 26. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1959.

SANTA-RITTA, José Gonçalo – **Estudo sobre a Conferência de Berlim de 1885**. Apresentado como dissertação no concurso para professor substituto da 4ª cadeira da Escola Colonial. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1916.

SANTA-RITTA, José Gonçalo de – **Do Conceito de Colonização e do seu Ensino em Portugal**. In «Estudos Coloniais»: Lisboa: Revista da Escola Superior Colonial, Vol. II (1950-1951), fasc. Nº 2-3.

SANTA-RITTA, José Gonçalo de – **O Problema Colonial e as Tendências da Colonização Moderna**. Lisboa: Tipografia Mendonça, 1914.

SANTOS, Eduardo dos – **Pan-africanismo de Ontem e de Hoje**. Lisboa: Edição do Autor, MCMLXVIII.

SPÍNOLA, António – **Discurso de Empossamento dos Governadores-Gerais de Angola e de Moçambique**. Lisboa: In «Diário de Notícias». (12 de Junho de 1974), 1974.

SPÍNOLA, António – **País sem Rumo – Contributo para a História de uma Revolução**. Lisboa: SCIRE, s/d.

TORRES, José Mª Cordero – **Política Colonial**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1953.

ULIANOV, Vladimir I. – **As Questões Nacional e Colonial**. Lisboa: Coleção Cadernos Latitude, s/d.

VENÂNCIO, José Carlos – **O Facto Africano – Elementos para uma Sociologia da África**. Lisboa: Veja Editora, 2000.

VITÓRIA, Simeão – **O Esforço dos Portugueses de Cor na Construção do Império**. In «Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné», Vol. I, Organizado pela Sociedade Geografia de Lisboa. Lisboa, ano MCMXLVI.

### CABO VERDE

AAVV – **Arquipélago de Cabo Verde**. In «Portugal em África», Vol. XIII, nº 75. Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1956.

AAVV - **Cabo Verde – Abusos, Violências e Despotismos do Governador Marinha de Campos**. Composto e Impresso na Imprensa de Manuel Lucas Torres, 1991.

ALBUQUERQUE, Luís – **O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde**. In «História Geral de Cabo Verde», Vol I. Praia: Edição do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002.

ALMADA, Maria Dulce de Oliveira – **Cabo Verde: Contribuição para o Estudo do Dialecto Falado no seu Arquipélago**. In «Revista de Estudos de Ciências Políticas e Sociais», n.º 55. Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1961.



- ALMEIDA, João de – **A População de Cabo Verde**. In «Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial». Porto: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- AMARAL, Ilídio do – **Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964.
- BARATA, Óscar – **O Povoamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé**. In «Separata de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe», Curso de Extensão Universitária, ano lectivo, de 1965/1966. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966.
- BARCELLOS, Crithiano Senna – **Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné**. Cap. I - 1460-1466. Lisboa: Tipografia da Academia Real da Sciencias, 1891.
- BARREIROS, José Artiaga – **Notícia Histórica sobre o Descobrimento de Cabo Verde**. In «Anais do Clube Militar Naval», tomo LXXVII, nºs 1 e 2. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1947.
- BOLEO, José de Oliveira – **O Descobrimento e os Descobridores das Ilhas de Cabo Verde**. In «Petrus Nonius», Vol. I, fasc. 1 e 2. Lisboa: Publicação do Grupo Português da História das Ciências, MCMXXXVII.
- BRÁSIO, António – **Descobrimento, Povoamento e Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde**. Lisboa: Separata STVDIA, Revista Semestral, nº 10, 1962.
- CABRAL, Juvenal – **Memórias e Reflexões**, 2ª Edição. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional, 2002.
- CARDOSO, Humberto – **O Partido Único em Cabo Verde – Um Assalto à Esperança**, 1ª Edição. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993.
- CARDOSO, Pedro – **Folclore Cabo-verdiano**. Lisboa: Solidariedade Cabo-verdiana, 1983.
- CARREIRA, António – **A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde – A sua Unidade Histórica e Populacional**. In «Ultramar», nº 32, ano VIII, Vol. VIII. Lisboa, 1968.
- CARREIRA, António – **Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)**, 3ª Edição. Praia: Edição do Instituto de Promoção Cultural, 2000.
- CASTANHEIRA, José Pedro – **Sim à Autonomia, não à Independência**. Lisboa: Revista Expresso (20 de Novembro de 1993), 1993.
- CORRÊA, António Mendes – **Ultramar Português, II, Ilhas de Cabo Verde**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, MCMLIV.
- CORREIA e SILVA, António Leão – **Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades**. In «História Geral de Cabo Verde», Vol. III. Praia: Edição do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002.
- CORTESÃO, Armando Zuzarte – **Subsídios para a História do Descobrimento da Guiné e de Cabo Verde**. In «Boletim da Agência Geral das Colónias», ano 7º, nº 73. Lisboa, 1931.
- COSTA, A. Fontoura – **Sobre uma Nova Versão do Descobrimento da Ilha de Santiago de Cabo Verde**. In «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe das Letras», Tomo III. Lisboa: MCMXL.
- DAVIDSON, Basil – **As Ilhas Afortunadas – Um Estudo sobre a África em Transformação**. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.
- DUARTE, Fausto – **Os Cabo-verdianos na Colonização da Guiné**. In «Boletim Geral das Colónias», ano XXVI, nº 295. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1950.
- FERREIRA, Manuel – **A Aventura Crioula**, 3ª Edição revista. Lisboa: Plátano Editora, 1985.

- FILHO, João Lopes - **Aspectos da Cultura Cabo-verdiana**. In «Separata das Actas do Congresso de Cultura Popular», Vol. I. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal da Maia, 2000.
- FILHO, João Lopes – **Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo-verdiana**. Lisboa: Ulmeiro, s/d.
- FILHO, João Lopes – **Introdução à Cultura Cabo-verdiana**. Praia: Edição do Instituto Superior de Educação, 2003.
- FONTES, Eduardo Vieira – **O Fenómeno Cultural Cabo-verdiano**. In «Boletim Cabo Verde», ano IX, n.º 98. Praia: Imprensa Nacional, 1957.
- FRIEDLAENDER, Immanuel – **Subsídios para o Conhecimento das Ilhas de Cabo Verde. Resultado de uma Viagem de Estudo no Verão de 1912**. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1914.
- FURTADO, Cláudio Alves – **Génese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde**. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1997.
- GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos – **Império Ultramarino Português (Monografia do Império)**, I Vol. Introdução Cabo Verde-Guiné. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950.
- HERNANDEZ, Leila Leite – **Os Filhos da Terra do Sol – A Formação do Estado-Nação em Cabo Verde**. São Paulo: Summus, 2002.
- LEITE, Duarte – **Quem Descobriu as Ilhas de Cabo Verde**. In «Boletim Geral das Colónias», ano 15º, n.º 174. Lisboa, 1939. O artigo publicou-o, pela primeira vez, o autor no jornal «1º de Janeiro do Porto».
- LESSA, Almerindo – **Na Hora di Bai. Segunda Meditação Biológica sobre o Homem de Cabo Verde**. In «Cabo Verde», Boletim de Propaganda e Informação, n.º 88, ano VIII. Praia: Publicações da Imprensa Nacional, 1957.
- LESSA, Almerindo e RUFFIÉ – **Seroantropologia de Cabo Verde – Mesa Redonda Sobre o Homem Cabo-verdiano**, 2ª Edição. Lisboa: JIU, 1960.
- LOBO, Pedro – **Algumas Notas sobre o Povoamento e a Colonização de Cabo Verde**. In «Boletim de Cabo Verde», ano IX, n.º 106. Praia: Imprensa Nacional, 1958.
- MARIANO, Gabriel – **Cultura Cabo-verdiana**. Ensaios. Lisboa: Veja, 1991.
- MARTINS, Pedro – **Testemunho dum Combatente**. Mindelo: Ilhéu Editora, 1990.
- NETO, João Pereira – **Movimentos Subversivos da Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – Tentativa de um Esboço Sócio-Político**. In «Separata de Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe – Curso de Extensão Universitária 1965/66». Lisboa: ISCSPU, 1966.
- OLIVEIRA, João Nobre de – **A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975**. Macau: Edição Fundação Macau e Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998.
- PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa – **Da Mestiçagem à Cabo-verdianidade – Registos de uma Sóciocultura**. Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- PEREIRA, Carlos Lopes – **Aspectos do Proto-nacionalismo Crioulo (3) – Da Descoberta da Diferença à Afirmação da Identidade**. Praia: Jornal «Tribuna», de 16 de Agosto de 1990.
- REGO, A. da Silva – **Reflexões sobre o Primeiro Século da História Cabo-verdiana (1460-1580)**. In «Separata de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Curso de Extensão Universitária, ano lectivo, de 1965/1966». Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966.
- RIBEIRO, Orlando – **A Ilha do Fogo e as Suas Erupções**, 2ª Edição. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Memórias Série Geográfica, 1960.

RIBEIRO, Orlando – **Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde**. Lisboa: Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 59, Junta de Investigação do Ultramar, 1962.

SILVA, Baltasar Lopes – **Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano**. In «Boletim Cabo Verde», ano IX, nº 99. Praia: Imprensa Nacional, 1957.

SILVA, Baltasar Lopes da – **Notas para o Estudo da Linguagem das Ilhas**. In «Revista Claridade», nº 2. S. Vicente, 1936.

SILVA, Baltasar Lopes da – **O Dialecto Crioulo de Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa Nacional, MCMLVII.

SILVA, Joaquim Duarte – **A Acção dos Cabo-verdianos na Colonização na Guiné**. In «Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné», Vol. I, Organizado pela Sociedade Geografia de Lisboa, Lisboa, ano MCMXLVI.

VASCONCELLOS, L. Loff – **A Perdição da Pátria**. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1900.

VASCONCELLOS, L. Loff – **O Extermínio de Cabo Verde. Pavorosas Revelações**. Lisboa: Livraria Editora, 1903.

VASCONCELO, Frazão – **Diogo Gomes: Caravelista do Infante e Descobridor da Ilha de Santiago de Cabo Verde**. In «Boletim de Cabo Verde», nº 106, ano IX. Praia, 1958.

VEIGA, Manuel – **O Cabo-verdiano em 45 Lições (Estudo Sociolinguístico e gramatical)**. Praia: Edição do Instituto Nacional de Investigação Cultural.

VEIGA, Manuel – **O Crioulo de Cabo Verde. Introdução à Gramática**, 2ª Edição. Praia: Edição do Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco e do Instituto Nacional da Cultura, 1996.

VERLIDEN, Charles – **António de Noli e a Colonização das Ilhas de Cabo Verde**. In «Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», III série, nº 7, Lisboa, 1963.

## GUINÉ

AZURARA, Gomes Eannes de – **Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné, escripta por mandado do el-rei D. Affonso V**. Lisboa, 1844.

BELCHIOR, Manuel – **Um Novo Caminho? Os Progressos do Povo da Guiné**. Lisboa: Editora Arcádia, 1973.

DAVIDSON, Basil – **A Libertação da Guiné – Aspectos de uma Revolução Africana** (Prefácio de Amílcar Cabral). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.

GARCIA, Francisco Proença – **Guiné 1963-1974: Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português**. Lisboa: Lemos & Moutinho – Artes Gráficas, 2000.

HAVIK, Philip J. – **Mundasson i Kambansa: Espaço Social e Movimentos Políticos na Guiné-Bissau (1910-1994)**. In «Revista Internacional de Estudos Africanos», nºs 18-22, Lisboa: Edição do Instituto de Investigação Científica Tropical do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1995-1999.

LOPES, Carlos – **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, s/d.

MOTA, A. Teixeira – **Guiné Portuguesa**, I e II Vol. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1954.

NOBREGA, Álvaro – **A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edição do ISCSP, 2003.

PÉLISSIER, René – **História da Guiné – Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936**, Vol I e II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SILVA, António E. Duarte – **A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

SPÍNOLA, António – **Por uma Guiné Melhor**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1970.

#### AMÍLCAR CABRAL

CABRAL, Amílcar – **A Arma da Teoria – Unidade e Luta**, Vol I, 2ª Edição. In «Obras Escolhidas de Amílcar Cabral» – Textos Coordenados por Mário de Andrade. Lisboa: Seara Nova, 1978.

CABRAL, Amílcar - **Manual Político do PAIGC**, 2ª Edição. Lisboa: Maria da Fonte, s/d.

CABRAL, Amílcar – **Análise de Alguns Tipos de Resistência**. Bissau: Edição do PAIGC, 1979.

CABRAL, Amílcar – **Nacionalismo e Cultura**. Edição de Xosé Lois Garcia. Galiza: Edicións Laiovento, 1999.

CABRAL, Amílcar – **PAIGC: Unidade e Luta**. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974.

CABRAL, Amílcar – **Textos Políticos de Amílcar Cabral**. Lisboa: Maria da Fonte, s/d.

CABRAL, Amílcar – **Unidade e Luta II – A Prática Revolucionária**. In «Obras Escolhidas de Amílcar Cabral (Textos Coordenados por Mário de Andrade. Lisboa: Seara Nova, 1977.

#### SOBRE AMÍLCAR CABRAL

ANDRADE, Mário – **A Geração de Cabral**. Conacri: Edição do PAIGC, 1973.

ANDRADE, Mário – **Amílcar Cabral**. Paris: François Maspero, 1980.

CABRAL, Vasco – **Acção do Líder no Congresso de Cassacá**. In «Nô Pintcha», 3 de Agosto de Dezembro de 1984.

CASTANHEIRA, José Pedro – **Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?** 3ª Edição. Lisboa: Relógio D' Água Editores, 1999.

DACOSTA, Fernando – **Os Anos Portugueses de Amílcar Cabral**. In Jornal «Público», de 20 de Janeiro de 1993.

DAVIDSON, BASIL – **Sobre o Nacionalismo Revolucionário: O Legado de Cabral**. In «Continuar Cabral», Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983. Praia: Grafedito/Prelo-Estampa, 1984.

LOPES, Carlos – **As Dominantes Teóricas no Pensamento de Cabral** – In «Revista Internacional de Estudos Africanos», nº 2, Junho/Dezembro. Lisboa, 1984.

NTALAJA, Nzongola – **Amílcar Cabral e a Teoria da Luta de Libertação Nacional**. In «Continuar Cabral», Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983. Praia: Edição Grafedito/Prelo Estampa, 1984.

ORAMAS, Óscar – **Amílcar Cabral Para Além do Seu Tempo**. Lisboa: Hugin Editores, 1998.

PIRES, Olívio – **A Libertação Nacional e a Democracia Revolucionária (Reflexões à luz do Pensamento de Amílcar Cabral e da Experiência de Cabo Verde)**. In «Continuar Cabral, Simpósio Internacional Amílcar Cabral», Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983. Praia: Edição Grafedito, 1984.

TOMÁS, António – **Percurso de um Nacionalista Invulgar**. In «História», ano XXV, IIIª Série. Lisboa, 2003.

VVAA – **Amílcar Cabral: Sou um Simples Africano** ... Organização de Alfredo Caldeira. Lisboa: Edição da Fundação Mário Soares, 2000.

#### PAIGC E LUTA DE ANTI-COLONIAL NA GUINÉ E EM CABO VERDE

CABRAL, Luís – **Crónicas de Libertação**. Lisboa: O Jornal, 1884.

DUARTE, Dulce Almada – **A Dimensão Cultural na Estratégia de Libertação Nacional: Os Fundamentos Culturais da Unidade**. Praia: Edição do DIP do PAICV, 1983.

PAIGC – Amílcar Cabral – **O Homem e a sua Obra**. Conacri: Edição dos Serviços Culturais do Conselho Superior de Luta (Ideologia), 1973.

PAIGC: História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

PEREIRA, Aristides – **Balanço dos 20 Anos de Luta pela Libertação da Guiné e Cabo Verde**. Bissau: Imprensa Nacional da Guiné – Bissau, 1976.

PEREIRA, Aristides – **Guiné-Bissau e Cabo Verde – Uma Luta, Um Partido, Dois Países**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

#### BIBLIOGRAFIA GERAL

ANDRADE, Mário Pinto – **As Origens do Nacionalismo Africano**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

ARENDT, Hannah – **A Origem do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

ARON, Raymond – **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991.

ARON, Raymond - **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

ARRIGHI, Giovanni – **Imperialismo**. In «Dicionário do Pensamento Social do Séc. XX». Editado por William Outhwaite e Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

AZAMBUJA, Darcy – **Introdução à Ciência Política**, 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.

BALANDIER, Georges – **Antropologia Política**, 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BALANDIER, Georges – **Sociologie Actuelle de L'Afrique Noir – Dynamique Sociale en Afrique Centrale**, 2ª Edição. Paris : Presses Universitaires de France, 1963.

BALÃO, Sandra – **Moisés Ostrogorski: O Problema da Corrupção**. In «Elites e Poder». Lisboa: ISCSP, 1997.

BASTOS, Celso Ribeiro – **Curso de Teoria de Estado e Ciência Política**, 4ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BAUDOUIN, Jean – **Introdução à Sociologia Política**. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

BAYCROFT, Timothy – **O Nacionalismo na Europa – 1789-1945**. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

BENEDICT, Ruth – **Padrões de Cultura**. Lisboa: Edições «Livros do Brasil», 2002.

BENOT, Yves – **Ideologia das Independências Africanas**, Vol I e II. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981.

BERNARDI, Bernardo – **Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos**. Lisboa: Edições 70, 1992.

BESSA, António Marques – **Colonialismo**. In «Dicionário Político do Ocidente». Braga - Lisboa: Editorial Intervenção, 1979.



- BESSA, António Marques – **Quem Governa? – Uma Análise Histórico – Política do Tema da Elite**. Lisboa: ISCSP, 1993.
- BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira – **Introdução à Política**. Vol. I, II e III. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2001.
- BIRNBAUM, Pierre – **Dimensions du Nationalisme**. In «Sociologie des Nationalismes». Sous la Direction de Pierre Birnbaum. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- BLOCK, Olivier – **O Materialismo**. Mem Martins: Edições Europa/América, 1987.
- BOBBIO, Norberto – **Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**, 4ª Tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- BONAVIDES, Paulo – **Ciência Política**, 9ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1993.
- BOTTOMORE, Tom – **Classe**. In «Dicionário de Pensamento Político», Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOUDON, R. e BOURRICAUD, F – **Cultura**. In «Dicionário Crítico de Sociologia», 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- BRAILLARD, Philippe, SENARCLENS, Pierre de – **O Imperialismo**. Mem Martins: Publicações Europa/América, s/d.
- BURDEAU, Georges – **O Estado**. Mem-Martins: Publicações Europa-América, s/d.
- BUSINO, Giovanni - **Elites e Elitismo**, Porto: Rés-Editora, 1978.
- CAETANO, Marcello – **Manual de Ciência Política e Direito Constitucional**, Tomo I, 6ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.
- CAVALLI, Alessandro – **Classe**. In «Dicionário de Política», Vol I, 3ª Edição (Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- CÉSAIRE, Aimé - **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1977.
- CHEVALLIER, Jean-Claude – **As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias**, 8ª Edição. Rio de Janeiro: AGIR, 1998.
- CRESPI, Franco – **Manual de Sociologia da Cultura**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- CUMMINS, Ian – **Marx, Engels e a Política do seu Tempo**. In «Dicionário do Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- D' ASSAC, Jacques Ploncard – **Doutrinas do Nacionalismo**. Lisboa: Panorama, 1962.
- DEBBASCH, Charles e PONTIER, Jean-Marie - **Introduction à la Politique**, 4ª Edição, Paris: Edições Dalloz, 1995.
- DUVERGER, Maurice - **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- DUVERGER, Maurice – **Sociologia da Política**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
- ELIOT, T. S. – **Notas para uma Definição de Cultura**. S. Paulo: Editora Perspectiva, 1988.
- ENGELS, Friedrich – **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, 2ª Edição. Lisboa: Edições Avante, 2002.
- ENGELS, Friedrich – **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico - Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã**. Lisboa: Novo Tempo, s/d.
- FELGAS, Hélio – **Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique**. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1966.
- FERNANDES, António José – **Introdução à Ciência Política. Teorias, Métodos e Temáticas**. Porto: Porto Editora, 1995.
- FERNANDES, António Teixeira - **Para uma Sociologia da Cultura**. Porto: Campo das Letras Editores, 1999.

- FERREIRA, J.M. Carvalho, PEIXOTO, João e CARVALHO, Anabela Soriano (et al.) – **Sociologia**. Alfragide: Editora McGraw-Hill, 1996.
- FLEISCHER, Helmut – **Concepção Materialista da História**. Lisboa: Edições 70, s/d.
- FONSECA, Ronaldo – **Marxismo e a Globalização**, 1ª Edição. Porto: Campo de Letras Editores, 2002.
- FOULQUIÉ, Paul – **A Dialéctica**. Lisboa: Publicações Europa/América, 1978.
- FREUND, Julien – **Que é a Política**. Lisboa: Editorial Futura, 1974.
- GAMBRA, Rafael – **A Filosofia Moderna**. Lisboa: Planeta Editora, 1993.
- GARDINER, Patrick – **Teorias da História**, 4ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GASSET, y Ortega - **A Rebelião das Massas**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, s/d.
- GELLNER, Ernest – **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GENTILI, Ana Maria – **Colonialismo**. In «Dicionário de Política», Vol. I, 3ª edição, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- GIDDENS, Anthony – **Sociologia**, 2ª Edição. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- GREENFELD, Liah – **Nacionalismo. Cinco Caminhos para a Modernidade**. Mem Martins: Publicações Europa/América, 1998.
- GRUZINSKI, Serge – **A Passagem do Século: 1480-1520: As Origens da Globalização**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.
- HADDOCK, B. A. – **Uma Introdução ao Pensamento Histórico**. Lisboa: Gradiva, 1989.
- HARNECKER, Marta – **Conceitos Elementares do Materialismo Histórico** (Apresentação de Louis Althusser), Vol I e II (Tradução de L. Mota Reis). Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- HAURIOU, André, GICQUEL, Jean e GÉLARD, Patrice – **Droit Constitutionnel et Institutions Politiques**. Paris: Éditions Montchrestien, 1975.
- HEGEL, Friedrich – **Princípios da Filosofia de Direito**. Lisboa: Guimarães Editores, 1990.
- HERMET, Guy – **História das Nações e do Nacionalismo na Europa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric – **A Questão do Nacionalismo – Nações e Nacionalismo Desde 1780**. Lisboa: Terramar, 1998.
- JAFFRELO, Christofe – **Algumas Teorias da Nação**. In «Nações e Nacionalismos» – Coordenação Serge Cordelier. Lisboa: Publicações Dom Queixote, 1998.
- JAKBOWSKY, Franz – **As Superestruturas Ideológicas na Concepção Materialista da História**, Vol I. Porto: Edição Nova Crítica, 1976.
- JOHNSTONE, Monty – **Partido**. In «Dicionário do Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- KIERNAN, V. G. – **Nacionalismo**. In «Dicionário de Pensamento Marxista», Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- KIERNAN, V. G. – **Impérios da Época de Marx**. In «Dicionário do Pensamento Marxista», editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- KI-ZERBO, Joseph – **História da África Negra**, Vol. II, 2ª Edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.
- LABOURET, Henry – **Colonisation, Colonialisme e Décolonisation**. Paris: Larose, 1952.

- LANE, David – **Leninismo**. In «Dicionário do Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- LARA, António de Sousa – **A Subversão do Estado**. Lisboa: ISCSP, 1987.
- LARA, António de Sousa – **Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão**. Lisboa: Edição do ISCSP, 2003.
- LARA, António de Sousa – **Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)**. Lisboa: Edição do ISCSP, 2000.
- LARA, António de Sousa – **Elementos de Ciência Política**, 4ª Edição. Lisboa: Pedro Ferreira Editor, 1995.
- LARA, António de Sousa – **Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência**. Lisboa: ISCSP, 2002.
- LE GOFF, Jacques – **A Velha Europa e a Nossa**. Lisboa: Gradiva, 1995
- LECA, Jean – **Pensar a Nação e o Nacionalismo. De que Estamos a Falar?** In «Nações e Nacionalismo», Serge Cordelier (Coordenação). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- LENINE, V. I - **O Estado e a Revolução**. In «Obras Escolhidas em Três Volumes», 2ª Edição: Lisboa: Edições Avante – Moscovo: Edições Progresso, 1980.
- LENINE, V. I – **A Doença Infantil do Esquerdismo no Comunismo**. In «Obras Escolhidas em Três Volumes», Vol 3. Lisboa: Edições Avante, 1982.
- LENINE, V. I – **II Congresso da Internacional Comunista, 19 de Julho – 7 de Agosto de 1920 – Discurso Sobre o Papel do Partido Comunista**. In «Obras Escolhidas em Seis Tomos, Vol 5. Lisboa: Edições Avante, 1986.
- LENINE, V. I – **Que Fazer?** In «Obras Escolhidas em Três Volumes», Vol I, Lisboa: Edições Avante, 1981.
- LENINE, V. I. – **O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 2ª Edição, 1977.
- LENINE, V. I. – **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. In «Obras Escolhidas em Seis Tomos», Vol 2. Lisboa: Edições Avante, 1984.
- LENINE, V. I. – **Uma Grande Iniciativa**. In «Obras Escolhidas em Três Tomos, Vol 3». Lisboa/Moscovo: Edições Avante e Edições Progresso, 1982.
- LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes – **Introdução à Antropologia Cultural**, 3ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- LOBATO, Alexandre – **Sociologia Política da Expansão e Outros Ensaios**. In «Separata nº 16 da Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos do Centro de Estudos Políticos e Sociais». Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, MCMLVII.
- LOWITH, Karl – **O Sentido da História**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LUKÁCS, George – **Histoire et Conscience de Classe**. Paris : Minute, 1960.
- MACEDO, Jorge Borges – **Descolonização**. In «Polis», Vol. 2, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1996.
- MACQUEEN, Norrie – **A Descolonização da África Portuguesa – A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998.
- MAGNOLI, Demétrio – **Globalização: Estado Nacional e Espaço Mundial**. S. Paulo: Editora Moderna, 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw – **Uma Teoria Científica da Cultura**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- MALTEZ, Adelino – **Ensaio Sobre o Problema do Estado – A Procura da República Maior**, Tomo I. Lisboa: Edição da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1991.
- MALTEZ, Adelino – **Sobre a Ciência Política**. Lisboa: Edição do ISCSP, 1994.



- MALTEZ, José Adelino – **Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política**. Lisboa: Edição ISCSP, 1996.
- MARX, Karl – **História Crítica da Teoria da Mais-Valia**, 1ª Edição, Vol II. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- MARX, Karl – **Miséria da Filosofia**. Lisboa: Edições Avante, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – **A Ideologia Alemã**. In «Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos (Antologia de Textos), I Vol, 2ª Edição (M. Braga da Cruz). Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – **Manifesto do Partido Comunista**, 2ª Edição. Lisboa: Edições Avante, 1997.
- MATTOSO, José – **A Identidade Nacional**, 2ª Edição. Lisboa: Gradiva Publicações, 2001.
- MICHELS, Robert – **Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna**. Lisboa: Edições Antígonas, 2001.
- MILIBAND, Ralph – **O Estado**. In «Dicionário do Pensamento Marxista», Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MIRANDA, José A. Bragança de – **Teoria da Cultura**. Lisboa: Edições Século XXI, 2002.
- MOREIRA, Adriano – **A Comunidade Internacional em Mudança**. In «Estudos Políticos e Sociais», Revista Trimestral do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Vol. IX, nºs 1-4, Lisboa, 1981.
- MOREIRA, Adriano – **Ciência Política**. Coimbra: Almedina, 1995.
- MOREIRA, Adriano – **Ideologias Políticas. Introdução à História das Teorias Políticas**, Ano Lectivo 1963/1964. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964.
- MOREIRA, Adriano – **Legado Político do Ocidente – O Homem e o Estado**, 3ª Edição. Lisboa: Edição do Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 1995.
- MOREIRA, Adriano – **Partido Português**. Lisboa: Livraria Bertrand, sem data.
- MOREIRA, Adriano – **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.
- MOSCA, Gaetano e BOUTHOL, Gaston – **História das Doutrinas Políticas, Desde a Antiguidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- NOGUEIRA, Franco – **O Estado Novo 1933-1974**. Porto: Livraria Civilização Editora, 2000.
- OTERO, Paulo – **A Democracia Totalitária**. Lisboa: Principia, 2001.
- PINTO, Ricardo Leite, CORREIA, José de Matos, SEARA, Fernando Roboredo – **Ciência Política, Direito Constitucional - Introdução à Teoria Geral do Estado**. Oeiras: Livraria Republicana, 2000.
- PLEKHANOV, Gheorgi Valentinovitch – **Reflexões Sobre a História**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- PODOSSETNIK, V e SPIRKINE, A. – **Fundamentos da Dialéctica da História**. Porto: Dinalivro, 1975.
- POLIN, Claude – **O Totalitarismo**. Lisboa: Editorial Inquérito, s/d.
- POLITZER, Georges - **Princípios Fundamentais de Filosofia**. São Paulo: Hemus Livraria Editora, 1970.
- POULANTZAS, Nicos – **O Estado, o Poder e o Socialismo**. Lisboa: Moraes Editores, 1978.
- SÁ, de Luís – **Introdução à Ciência Política**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – **Histórica Económica e Social. A era Pré-Industrial**, 2ª Edição. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 1997.

SANTOS, António Pedro Ribeiro dos – **Movimentos Laborais e Constituição Económica**. Lisboa: Edição ISCSP, 2000.

SASSOON, Anne Showstac – **Hegemonia**. In «Dicionário de Pensamento Marxista», editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SCHULZE, Hagen – **Estado e Nação na História da Europa**, 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard – **Sociologia Política – Elementos de Ciência Política**. São Paulo: DIFEL, 1979.

SHAW, William H. – **Materialismo Histórico**. In «Dicionário do Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SMITH, Anthony D. – **A Identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOARES, Mário – Portugal: Que Revolução? – Diálogo com Dominique Pouchin. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

SOBRAL, José Manuel – **A Formação das Nações e o Nacionalismo: Os Paradigmas Explicativos e o Caso Português**. In «Análise Social», Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nº 165, Vol XXXVII, 2003.

STIRN, François – **Violência e Poder**. Lisboa: Editorial Inquérito, s/d.

TEYSSIER, Paul – **Cem Anos Gloriosos**. In «Lisboa e os Descobrimentos – 1415 – 1580: A Invenção do Mundo pelos Navegadores Portugueses». Lisboa: Terramar, 1992.

THIESSE, Anne-Marie – **A Criação das Identidades Nacionais**. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, 2000.

TITIEV, Mischa – **Introdução à Antropologia Cultural**, 9ª Edição. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

VAISSE, Maurice – **As Relações Internacionais desde 1945**. Lisboa: Edições 70, 1997.

VOLENSKY, Mikhail – Nomenklatura – **Os Privilegiados na URSS**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1980.

WEBER, Max – **Ensaio de Sociologia**, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

WEILL, Claudie – **O Marxismo e a Questão Colonial**. In «Nações e Nacionalismos» - Coordenação Serge Cordelier. Lisboa: Publicações Dom Queixote, 1998.

YAKHOT, O. – **O Que é o Materialismo Histórico**. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1975.

YOUNG, Robert M – **Rosa Luxemburgo**. In «Dicionário de Pensamento Marxista». Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ZAHAR, Renate – **Colonialismo e Alienação – Contribuição para a Teoria Política de Frantz Fanon**. Lisboa: Ulmeiro, 1976.

ZIPPELIUS, Reinhold – **Teoria Geral do Estado**, 3ª Edição. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

#### ARQUIVO DA PIDE NA TORRE DE TOMBO

«Operação Amílcar Cabral» - Processo CI (2) 7477. NT – 7494.

Informação nº 1. 120 – SC/CI (2), pasta 865/61.

Informação nº 1. 120 – SC/CI (2), pasta 865/61.

Informação nº 1. 120 – SC/CI (2), pasta 965/61

Informação nº 1. 120 – SC/CI (2), pasta 965/61, de 19 de Junho de 1965.

Informação nº 865-SR/61. Nº do Processo 3078, «Statutus et Programme do MLICV», annee 1965, Janeiro de 1965.

Informação nº 865-SR/61. Nº do Processo 3078, de 19 de Junho de 1965.

Informação nº 865-SR/61. Nº do Processo 3078, de 19 de Junho de 1965.

Informação nº 865-SR/61. Nº do Processo 3078.

Processo CI (2) 7477. Pasta 27, NT – 7495.

Processo CI (2) 7477. Pasta 27, NT – 7495.

#### ARQUIVOS DA FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

CABRAL, Amílcar – **A Unidade Política e Moral - Força Principal da Nossa Luta Comum**. Discurso pronunciado em nome da delegação do PAIGC pelo camarada Amílcar Cabral, Secretário-Geral do Partido, à 2ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP. Dar-es-Salaam – 3 a 8/10/1965. Pasta nº 4602.038.

CABRAL, Amílcar – **Discurso de Amílcar Cabral no Conselho de Segurança, em Addis-Abeba**, Fevereiro de 1972. Pasta nº 4602.070.

CABRAL, Amílcar – **Discurso de Encerramento da Reunião do Conselho Superior da Luta (9 a 16 de Agosto de 1971)**. Pasta nº 4602.071.

CABRAL, Amílcar – **Esclarecimento Sobre as Novas Estruturas da Direcção do Partido e Sobre as Funções dos Diversos Órgãos Dirigentes**. Pasta nº 4602.058.

CABRAL, Amílcar – **Mensagem aos Dirigentes e aos Responsáveis do Partido**, Março de 1972. Pasta nº 4602.067.

CABRAL, Amílcar – **Mensagem do Ano Novo pelo Camarada Amílcar Cabral**, Janeiro de 1973. Pasta nº 4602.081.

CABRAL, Amílcar – **Mensagem do Camarada Amílcar Cabral ao nosso Povo e aos nossos Combatentes e Militantes, por ocasião do XX Aniversário da Fundação do Partido**, Setembro de 1970. Pasta nº 4602.057.

CABRAL, Amílcar – **Mensagem do Secretário-Geral do PAIGC por ocasião do XVI Aniversário do Partido**, Setembro de 1972. Pasta nº 4602.057.

CABRAL, Amílcar – **Mensagem do Secretário-Geral do PAIGC, camarada Amílcar Cabral, por ocasião do décimo sexto aniversário do Partido**, Setembro de 1972. Pasta nº 4602.080.

CABRAL, Amílcar – **Sobre a Situação da Luta e as Suas Perspectivas**, Dakar, Novembro de 1965. Pasta nº 4602.039.

CABRAL, Amílcar – **Sobre a Situação da Luta. Intervenção de Amílcar Cabral na Reunião do Conselho Superior da Luta (9 a 16 de Agosto de 1971)**. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares. Pasta nº 4602.038.

CABRAL, Amílcar – **Unidade Política e Moral – Força Principal da nossa Luta Comum**. Discurso Pronunciado, em nome da Delegação do PAIGC, pelo Camarada Amílcar Cabral, Secretário-Geral do Partido, à 2ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (Dar – es – Salaam – 3 a 8/10/1965). Pasta nº 4602.038.

CABRAL, Luís – **Discurso Pronunciado pelo Presidente do Conselho de Estado – Abertura Solene da 2ª sessão da 1ª Legislatura**. Pasta nº 4602.143.

PAI – **Action du Parti de 1956 à 1962**. Pasta nº 4602.026.

PAI – **Nota Aberta ao Governo Português**. Pasta nº 4602.032.

PAI : **«Action du Parti de 1956 à 1962»**. Pasta nº 4602.026.

PAIGC – **Comunicado do Bureau Político**, Março de 1968. Pasta nº 4602.048.

PAIGC – **Lei da Justiça Militar**, de 19 de Setembro de 1966. Pasta nº 4602.045.

PAIGC – **Memorandum à Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas**. Pasta nº 4602.022.

PAIGC – **Mensagem aos Soldados Portugueses na Guiné e em Cabo Verde**. Pasta nº 4602. 024.

PAIGC – **Mensagem do Partido Africano da Independência aos Colonos Portugueses da Guiné e de Cabo Verde**. Pasta nº 4602. 005.

PAIGC – **Para a Reorganização e a Melhoria do Trabalho das Brigadas de Acção Política**. Do Camarada Amílcar Cabral aos Trabalhadores Políticos do Partido, Fevereiro de 1971. Pasta nº 4602. 078.

PAIGC – **Sobre o Caso «Santa Maria»**. Pasta nº 4602. 013.

PAIGC: **Esclarecimento (Para a Reorganização do Partido e das Forças Armadas, de acordo com as decisões do nosso 1º Congresso)**. Pasta nº 4602.031.

PAIGC: **Estatutos do Partido Africano da Independência (PAI) (Guiné dita Portuguesa)**. Lisboa: Arquivo da Fundação Mário Soares, Pasta nº 4602.003.

PAIGC: **Lições de História da Guiné e Cabo Verde**. IV Centro de Aperfeiçoamento de Professores, Julho/Setembro de 1968. Pasta nº 4602. 050.

PAIGC: **Texto da Proclamação do Estado da Guiné-Bissau**. Madina de Boé, 24 de Setembro de 1973. Pasta nº 4602.089.

PEREIRA, Aristides – **Discurso Pronunciado pelo Secretário-Geral do PAIGC na Sessão Inaugural da 1ª Legislatura da Assembleia Nacional Popular**. Boé, 23 de Setembro de 1973. Pasta nº 4602.086.

#### INTERNET

**Carta da ONU**. In <http://www.onuportugal.pt/cnu.html>. Consultada em 22 de Janeiro de 2004.

CODATO, Adriano Nervo – **O Estado como Instituição: Uma Leitura das Obras Históricas de Marx**. <http://www.unicamp.br/ce marx/adriano.htm>. Consultado em 22 de Janeiro de 2004.

ENGELS, Friedrich – **Anti-Düring**. In <http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>. Consultado em 27 de Janeiro de 2003.

GALVÃO, Alpoim – **Alpoim Galvão Diz que a Guerra na Guiné era Evitável**. In <http://jornal.publico.pt/publico/2004/02/18/Nacional/P50.html> - Jornal Público. Consultado em 18 de Fevereiro de 2004.

LUKÁCS, Georg – **História e Consciência de Classe**. In «Arquivos de Autores Marxistas». <http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/conscienciadeclasse/cap1.htm>. Consultado em 12 de Agosto de 2003.

MARX, Karl – **Ideologia Alemã**. In <http://www.pcb.org.br/biblioteca/N.html>. Consultado em 15 de Janeiro de 2004.

MARX, Karl – **Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política**. In <http://www.vermelho.org.br/img/obras/critica.asp>. Consultado em 20 de Janeiro de 2003.

RENAN, Ernest – **Qu'est-ce qu'une Nation ?** Conférence faite en Sorbonne, le 11 Mars 1992. Paris, 2003. Consultado em 21 de Janeiro de 2003. Disponível em [http://ourworld.compuserve.com/homepages/bib\\_lisieux/nation01.htm](http://ourworld.compuserve.com/homepages/bib_lisieux/nation01.htm)

SEMEDO, Manuel Brito – **Atlântida, Hespérides ou Macaronésia**. In «Na Esquina do Tempo». [www.portaldecaboverde.com](http://www.portaldecaboverde.com). Consultado em 18 de Agosto de 2003.

SEMEDO, Manuel Brito – **O Nativismo Cabo-verdiano**. In «Na Esquina do Tempo». Disponível em <http://www.portaldecaboverde.com/708899018d88ad79bd05a7dd5e1eaa2c/App?do=PubNewsDetail&dnid=1591>. Consultado em 18 de Março de 2003.

SEMEDO, Manuel Brito – **O Regionalismo Cabo-verdiano**. In «Na Esquina do Tempo». Disponível em <http://www.portaldecaboverde.com/708899018d88ad79bd05a7dd5e1eaa2c/App?do=PubNewsDetail&dnid=1692>. Consultado em 19 de Março de 2003.

TROTSKY, Leon - **Le Droit des Nations à L'autodétermination**. Consultado em 26 de Janeiro. Disponível em <http://membres.lycos.fr/trotsky/>.

TURPIN, Elisée – **Depoimento da Fundação do PAIGC**. In <http://www.paigc.org/depoimento1.htm>. Consultado em 17 de Fevereiro de 2004.

## METODOLOGIA

AZEVEDO, Mário – **Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares – Sugestões para a Estruturação da Escrita**, 2ª Edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2001.

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro – **Metodologia da Investigação – Guia para a Auto-aprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

CEIA, Carlos – **Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos**, 4ª Edição. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2003.

DUVERGER, Maurice – **Ciência Política – Teoria e Método**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

ECO, Umberto – **Como Se Faz uma Tese em Ciências Humanas**, 7ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

FRADA, José João Cúcio – **Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos**. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

LARA, António de Sousa – **Ciências Políticas – Metodologia, Doutrina e Ideologia**. Lisboa: ISCSP, 1998.

PEREIRA, Alexandre e POUPA, Carlos – **Como Escrever uma Tese, Monografia ou Livro Científico Usando o Word**. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

PHILIPS, Estelle e PUGH, D. S. – **Como Preparar um Mestrado ou Doutoramento – Um Manual Prático para Estudantes e Seus Orientadores**. Mem-Martins: Lyon Multimédia Edições, 1998.

SARMENTO, Eduardo Moraes e DOMINGUEZ, Nuno – **Metodologia do Trabalho Científico com recurso ao Processador de Texto**. Porto: Edições IPAM, 2003.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos – **Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998.

## DICIONÁRIOS

BOUDON, R. e BOURRICAUD F. - **Dicionário Crítico de Sociologia**, 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.

**Dicionário de Filosofia**, 4ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Fonte, 2000.

**Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins da Fonte, 2000.

**Dicionário de Pensamento Político**, Editado por BOTTOMORE, Tom. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

**Dicionário Político do Ocidente**, organizado por BESSA, António Marques. Braga - Lisboa: Editorial Intervenção, 1979.



**POLIS** – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1996.

#### ENTREVISTAS

Dr. José André Leitão da Graça, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, em meados de Outubro de 2003.

Dr. Tomás Medeiros, em Lisboa, em 15 de Março de 2004.

FIM